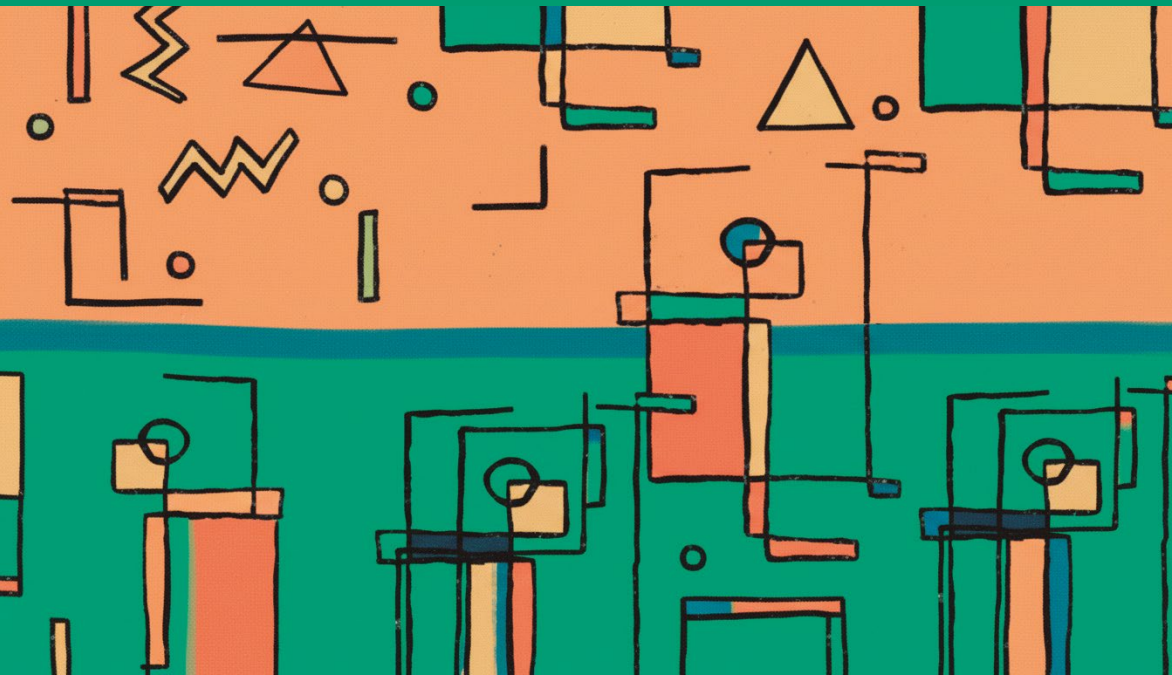
organizadores
Manoel Lemes da Silva Neto
Carmen Beatriz Silveira
Cilene Gomes
María del Carmen Ledo García
Pablo Ligrone Fernández

Cenários alternativos de planejamento territorial para o SÉCULO 21

LETRACAPITAL
PUC CAMPINAS
univap
UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA



Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Manoel Lemes da Silva Neto
Carmen Beatriz Silveira
Cilene Gomes
María del Carmen Ledo García
Pablo Ligrone Fernández
Organizadores

CENÁRIOS ALTERNATIVOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARA O SÉCULO 21

LETRCAPITAL

Copyright © Manoel Lemes da Silva Neto, Carmen Beatriz Silveira, Cilene Gomes, María del Carmen Ledo García e Pablo Ligrone Fernández (Orgs.), 2025

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

Editor João Baptista Pinto

Revisão Dos autores

Capa Jenyfer Bonfim

Projeto Gráfico Luiz Guimarães

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C389
Cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21 [recurso eletrônico] / organização Manoel Lemes da Silva Neto ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.
Recurso digital ; 15 MB

Formato: epdf
Requisitos do sistema: adobe acrobat reader
Modo de acesso: world wide web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5252-234-4 (recurso eletrônico)

1. Planejamento urbano. 2. Planejamento regional. 3. Arquitetura. 4. Livros eletrônicos. I. Silva Neto, Manoel Lemes da.

25-101687.0

CDD: 720.103
CDU: 72:316.334.56.

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4

Letra Capital Editora
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465
www.letracapital.com.br

Nota dos organizadores

Este livro reúne textos decorrentes das atividades do 3º Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo, S[PLURAU], realizado on-line entre 17 e 20 de junho de 2024.

A conferência de abertura foi proferida por Javier Enrique Medina Vásquez, Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e a de encerramento, por Ladislau Dowbor, economista de renome nacional e internacional, professor da PUC de São Paulo.

O Seminário reuniu 37 pesquisadores brasileiros e latino-americanos em oito mesas redondas, duas sessões de trabalho e duas rodas de conversa.

Cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21 foi o tema escolhido para o Seminário — e também dá título a este livro.

O Seminário nasceu do desejo de problematizar as tendências estruturais que marcam o século 21 — a crise ambiental, as desigualdades sociais, o avanço tecnocientífico e a banalização cultural — e, ao mesmo tempo, de convidar à imaginação política e à construção de alternativas para o planejamento territorial. Inspirado pelo diálogo entre Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro, o evento retomou o sentido crítico e utópico do pensamento latino-americano, ao propor que a ciência e a política sejam compreendidas como dimensões indissociáveis da ação transformadora. Essa perspectiva, que reconhece a urgência de repensar os fundamentos éticos e epistemológicos do planejamento, orientou a formulação dos eixos reflexivos e das mesas temáticas do encontro.

Ao propor cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21, reafirmou-se a necessidade de articular crítica e projeto, imaginação e método, utopia e responsabili-

dade pública. São princípios que também orientam a composição deste livro.

Desse modo, a organização da publicação seguiu a mesma orientação. O plano inicial previa que cada capítulo correspondesse diretamente a uma das atividades do Seminário, de modo a refletir a diversidade de temas e perspectivas apresentadas nos debates. Entretanto, nem todos os participantes puderam colaborar com textos escritos, o que levou à incorporação das relatorias das mesas e sessões como parte do conjunto final. Essas relatorias buscam oferecer um quadro geral do evento, registrando ideias, debates e contribuições que emergiram das discussões coletivas.

Naturalmente, a heterogeneidade dessas experiências também se expressa na forma dos textos que as registram. As relatorias não seguiram um padrão preestabelecido: cada relator(a) redigiu segundo seu próprio estilo e ênfases, preservando o caráter plural e dialógico do Seminário. Essa opção editorial busca respeitar as formas de expressão que caracterizam o espaço do debate e, ao mesmo tempo, valorizar a singularidade das vozes reunidas.

Nessa mesma direção, a estrutura do livro reflete a dinâmica do evento. Cabe registrar que as Partes 9 e 10 incluem, respectivamente, as discussões havidas nas rodas de conversa e nas sessões de trabalho do Seminário, mantendo o vínculo entre o formato dos encontros e a organização da presente publicação.

Por fim, os textos foram mantidos no idioma original de autoria, refletindo a composição latino-americana do Seminário e reafirmando o compromisso com a circulação de saberes produzidos em diferentes contextos culturais e linguísticos.

Este livro é também resultado de um esforço coletivo, que só se tornou possível pela colaboração dos autores e autoras, relatores e relatoras, instituições e grupos de pesquisa envolvidos. À Comissão Organizadora coube apenas reunir e dar forma ao trabalho plural de uma rede comprometida com a reflexão crítica e com a imaginação de outros futuros possíveis para o território latino-americano.

Mais do que um registro dos debates realizados, este livro dá continuidade a um movimento coletivo de aproximação entre as áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Arquitetura e Urbanismo, que vem se afirmando nos diferentes seminários do S[PLURAU]. A cada edição, esse espaço busca fortalecer vínculos de pesquisa, ensino e ação pública, contribuindo para a consolidação de uma perspectiva crítica e integrada sobre o território, a cidade, a cidadania, ação política e a vida urbana. Em sua sequência, os seminários seguem ampliando esse campo de interlocução, abrindo caminho para novas formulações teóricas e práticas, entre elas, a noção de urbanologia, que começa a se delinear como desdobramento desse percurso coletivo.

Sumário

Prefácio **12**
Javier Enrique Medina Vásquez
Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Introdução - O território na era digital **16**
Ladislau Dowbor

Parte 1 - Nuevas imágenes prospectivas y nuevos escenarios para un ordenamiento territorial otro **43**

Nuevas imágenes prospectivas y nuevos escenarios para un ordenamiento territorial otro 44
Pablo Ligrone Fernández

Urbanismo Afectivo: una nueva ecología de saberes para una transición territorial 77
Adriana Goñi Mazzitelli

Cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21 102
Pablo Ligrone Fernández

El ordenamiento territorial entre la razón del egócrata y la democracia reinventada 132
Ricardo Gorosito Zuluaga

Parte 2 - Agua y desarrollo: ¿Agua para la vida o muerte? **145**

Agua y desarrollo: ¿Agua para la vida o muerte? – *Relatoria* – 146
Centro de Planificación y Gestión, Universidad Mayor de San Simón

Agua y desarrollo: ¿agua para la vida o muerte? Agua para consumo humano & urbanización 158
María del Carmen Ledo García

Conflictos por el agua: Consideraciones sobre los sistemas autogestionados en Sacaba, Bolivia 186
Paola J. Ledo Espinoza

Parte 3 - A urbanologia e a formação do período popular da história 208

A urbanologia e a formação do período popular da história – *Relatoria* – 209
Manoel Lemes da Silva Neto

A urbanologia e a constituição do período popular da história 222
Manoel Lemes da Silva Neto

Em busca de outros enfoques: aproximações entre o circuito inferior da economia urbana e o planejamento insurgente 246
Marina Regitz Montenegro

A desigualdade espacial, o pensamento de Milton Santos & o sistema de informações espaciais do Brasil africano: perspectivas de uma governança territorial inclusiva 265
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Reflexões acerca da urbanologia proposta por Milton Santos 288
Renato Balbim

Parte 4 - Promoção da saúde e a epidemiologia crítica – relações com a sociologia e o urbanismo (ou urbanologia) 305

Promoção da saúde e a epidemiologia crítica – relações com a sociologia e o urbanismo (ou urbanologia) – *Relatoria* – 306
Carmen Beatriz Silveira

Promoção da saúde e a epidemiologia crítica – relações com a sociologia crítica 333
Carmen Beatriz Silveira

Produção do espaço urbano e a determinação social da saúde: um diálogo possível a partir do trabalho de pesquisa em territórios populares 355
Marcos Thimoteo Dominguez

Parte 5 - Sobre a crise societária 371

Sobre a crise societária – *Relatoria* –..... 372
Manoel Lemes da Silva Neto

Da grafia dos gestos à ciência feminista:
pensar a vida urbana com teorias do envolvimento 382
Anita Loureiro de Oliveira

Parte 6 - Das distopias tecnológicas às possibilidades técnicas do presente..... 399

Das distopias tecnológicas às possibilidades
técnicas do presente – *Relatoria* – 400
Manoel Lemes da Silva Neto

Das tendências tecnopolíticas dominantes às
contrarracionalidades: caminhos para a resistência
no marco da digitalização do território 409
André Pasti

A tecnopolítica dos dados e a centralidade das favelas
no Antropoceno..... 422
Gilberto Vieira e Bruno Amadei Machado

Escapamento ou combustível?A arte como motor
para reflexões sobre o automóvel.....435
Edilaine Cunha

A plataformização a duas velocidades:
os monopólios das big techs e a "plataformização
dos pequenos"..... 454
Fábio Tozi

Parte 7 - Representações do/no espaço social urbano 475

Representações do/no espaço urbano – *Relatoria* –.....476
Manoel Lemes da Silva Neto

Iconografias rebeldes: entre caminhos, visualidades
e imaginários 488
Adriana Nascimento

Cidade do Interior: uma leitura a partir das obras
fílmicas Carvão e Pedágio de Carolina Markowicz 503
Elis de Araújo Miranda

O poder das redes tecnopolíticas no espaço urbano híbrido 526
Tamara Tania Cohen Egler

Parte 8 - Planejamento territorial socialmente necessário e construído 544

Planejamento territorial socialmente necessário e construído – *Relatoria* – 545
Cilene Gomes

Planejamento socialmente necessário e construído: ilusão ou um possível histórico? 555
Cilene Gomes

Para além da tecnocracia e da gestão: práticas territoriais sob o imperativo do socialmente necessário 573
Manoel Lemes da Silva Neto

Parte 9 - Ações territorializadas 605

Experiências escola e comunidade em territórios periféricos urbanos 606
Ana Cecília de Arruda Campos, Antônio Norberto Martins e Vera Santana Luz

Parte 10 - Sistema de Informação para Planejamento Territorial Latino-Americano (SISAL) 630

SISAL – Sistema de Informação para Planejamento Territorial Latino-americano. O que é uma política territorializada? – *Relatoria* – 631
Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira e Cimar Aparicio

SISAL – Sistema de Informação para Planejamento Territorial Latino-americano. Adeus aglomerados subnormais: limites e possibilidades para a produção de informação em favelas e comunidades urbanas no Brasil – Relatoria –2ª Sessão de preparação para a criação do SISAL 637
Jaison Cervi, Suyanne Bacelar e Cimar Aparicio

O lugar das favelas e comunidades urbanas no planejamento da cidade 645
Suyanne Galvão Bacelar

Sobre os Autores 660

Prefácio

Javier Enrique Medina Vásquez
Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Con profunda reflexión y una mirada prospectiva que se ancla en las complejas dinámicas de nuestro tiempo, me complace presentar este volumen: "Escenarios alternativos de planificación territorial para el siglo 21". Más que un compendio de textos, esta obra es una invitación a una travesía intelectual, un prólogo a un futuro que se devela en la urgencia de repensar y reconstruir nuestros territorios colectivamente. Desde la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), comprendemos que la planificación territorial es una herramienta fundamental para abordar los desafíos que nos impone esta era, y esta publicación ofrece coordenadas esenciales para ello.

Vivimos en una era de mutaciones profundas, una revolución digital que, si bien nos dota de una conectividad sin precedentes, también exacerba las contradicciones de una organización política y social que aún opera bajo paradigmas analógicos. La globalización actual, como Milton Santos vislumbrara, se manifiesta de forma dual: como una fábula de innovación y progreso, y como la perversidad de una desigualdad abismal y una precarización cotidiana de la vida. Las metrópolis, espejos de estas tensiones, se erigen como vitrinas del capital financiero y la tecnología, a la vez que atestiguan la exclusión de las mayorías.

La crisis contemporánea es, en esencia, una crisis multifacética: societal, ambiental, sanitaria y epistemológica. El urbanismo tradicional, forjado en el siglo 19 e importado a nuestras latitudes como un modelo "modernizador", ha reproducido estas desigualdades, instrumentalizando la ciudad como un problema técnico y despolitizando el proceso de planificación. Ha privilegiado los intereses del capital, creando "formas-fragmento" que profundizan la segregación espacial y la ruptura del tejido social. Es la "razón del egócrata" la que ha predominado, donde

la tecnocracia se erige como fuente de legitimidad, ocultando la dimensión política de la vida urbana y marginando las necesidades concretas de los territorios populares.

Sin embargo, en este mismo crisol de contradicciones, emergen los "escenarios alternativos" que este libro explora. La posibilidad, esa tercera cara de la globalización que Milton Santos vislumbraba, reside en la fricción demográfica, la sociodiversidad y las múltiples formas de resistencia que germinan desde el "territorio usado" y el "lugar" del acontecer solidario. Es aquí donde se asienta la base de una "planificación territorial socialmente necesaria y construida".

Una de las ideas-fuerza que atraviesa este volumen es la Urbanología, propuesta por Milton Santos y Ana Clara Torres Ribeiro. Concebida como un campo transdisciplinar crítico y propositivo, la Urbanología trasciende el urbanismo tradicional para pensar la ciudad como una obra que reúne "cosas y acciones". Sus pilares fundamentales son la construcción de una nueva economía política de la ciudad, la búsqueda de sentidos en el lugar y el cotidiano, la activación de la "imaginación urbanológica", y la integración indisoluble de la teoría y la práctica. Se trata de romper con la idea impuesta de que el proyecto hegemónico es el único posible, impulsando el "libre pensamiento" como herramienta para la constitución de un "período popular de la historia".

En este esfuerzo por desvelar nuevos caminos, el concepto de "socialmente necesario" de Ana Clara Torres Ribeiro adquiere una relevancia fundamental. Esta perspectiva se enraíza en el "territorio usado", priorizando las demandas y experiencias de los sujetos corporificados y las "formas activas" de organización social que emergen en los territorios populares. Un "planeamiento socialmente necesario" se enfoca en la política y el territorio, no meramente en la gestión sectorial, reconociendo las "contrarracionalidades" que desafían la lógica instrumental del mercado. Esto representa un humanismo concreto, fundado en las condiciones espacio-temporales y sociales de los seres humanos y sujetos colectivos.

El volumen también destaca la vitalidad de las Geografías Corporificadas y el papel de las acciones colectivas y los "gestos-

fio" en la construcción de futuros alternativos. Desde una perspectiva feminista y decolonial, se reivindica la "objetividad feminista" a través de "saberes localizados", reconociendo el cuerpo no solo como condición de existencia sino como elemento de resistencia y un instrumento de investigación. La crisis societaria es comprendida en su fragilización de los procesos de socialización, y se valora la capacidad de la "acción espontánea" para crear lugares y superar la cotidianidad alienada. Ejemplos como el Ecoparque Escola Philó y la EMEI Chácara Sonho Azul en São Paulo ilustran cómo las experiencias colaborativas entre escuela, comunidad y universidad, arraigadas en el "territorio usado", fortalecen la ciudadanía y transforman el espacio a través de la coproducción de saberes. Estas prácticas demuestran la viabilidad de una "micropolítica del cotidiano".

La descentralización y la participación ciudadana se presentan como un potencial subutilizado en la gestión territorial. La Constitución de 1988 sentó bases para una mayor injerencia local, pero las distorsiones sistémicas y la "razón del egócrata" han dificultado su plena materialización. Este libro argumenta que la "ancora del proceso" de resurgimiento de la gobernanza reside en los municipios, donde la población puede organizarse para asegurar la calidad de vida de todos. El principio de subsidiariedad, que dicta tomar decisiones lo más cerca posible de quienes sufrirán sus impactos, se vuelve esencial. La expansión de políticas sociales, como el SUS en Brasil, ejemplifica cómo la participación de movimientos sociales y una visión descentralizada pueden generar avances significativos.

La tecnopolítica de los datos emerge como un campo de tensión y oportunidad en el Antropoceno. Si bien el avance de la ciencia informática puede profundizar las desigualdades y la vigilancia, también habilita la Generación Ciudadana de Datos (GCD). Iniciativas como Cocôzap en la favela de la Maré, en Río de Janeiro, demuestran cómo las comunidades pueden apropiarse de las tecnologías digitales para producir información, visibilizar problemas (como el saneamiento) y negociar con el poder público, reconfigurando los arreglos sociotécnicos y promoviendo la "gobernanza tecnopolítica". Se trata de "habitar la catástrofe", no para huir de ella, sino para

inventar nuevos modos de vida a través de "habitabilidades" que integren habilidades cosmológicas y tecnopolíticas.

Los conflictos por el agua en Sacaba, Bolivia, nos ofrecen un caso paradigmático de cómo las dinámicas estructurales de exclusión e inequidad socioeconómica se manifiestan en la gestión territorial. La proliferación de "sistemas autogestionados" de agua, aunque resilientes, plantea desafíos de sostenibilidad y gobernanza. Este análisis subraya la necesidad de una "gobernanza híbrida" que combine la autonomía comunitaria con mecanismos estatales de regulación y apoyo, integrando formalmente estos sistemas en la planificación hídrica y territorial.

Finalmente, el territorio deja de ser un mero escenario para ser reconocido como una instancia activa de la sociedad, un mediador fundamental entre el Estado, el mercado y la propia sociedad. El desafío es romper con la "racionalidad dualista" que fragmenta la comprensión del espacio (centro/periferia, formal/informal, rico/pobre) y abrazar la complejidad inherente a las prácticas territorializadas. La indisolubilidad entre técnica y política, entre objetos y acciones, se convierte en un imperativo ético y metodológico para un planeamiento que priorice la justicia y la vida común. Las formas de organización social basadas en redes y la emergencia de saberes desde abajo desafían las estructuras jerárquicas tradicionales.

Este libro es, pues, una contribución vital para las disciplinas proyectuales, un llamado a la imaginación política y a la acción situada. Nos incita a reconocer que, a pesar de la financiarización, la plataformización y la alienación globalizante, la "ciudad de los lugares" resiste y se reinventa. En sus páginas, hallarán las bases para que el planeamiento territorial se refunde como una práctica ética y política, forjando un futuro donde la ciudad sea construida por muchos, para todos, inaugurando así, de manera efectiva y visible, el "período popular de la historia".

En un mundo que clama por nuevas coordenadas, esta obra es un faro que ilumina la senda hacia un desarrollo más equitativo, sostenible y profundamente humano. Los invito a sumergirse en sus páginas y a ser parte activa de esta transformación indispensable.

Introdução

O território na era digital

Ladislau Dowbor

8 de fevereiro de 2025

Estamos na era da revolução digital, tão profunda como foi a revolução industrial em outra época. Posso conectar pesquisadores na Federal da Bahia ou na China de forma instantânea, o dinheiro virtual navega no espaço global, as nossas informações privadas são apropriadas e comercializadas por gigantes globais. Mas também estão se multiplicando articulações locais online, deslocam-se as formas de acesso ao conhecimento. As tecnologias estão no século XXI, mas as formas de gestão política e de organização social formal estão na era analógica, e explodem a desigualdade, as catástrofes ambientais e a manipulação por algoritmos. Enquanto políticos ainda repetem o slogan de "Deus, Pátria, Família", da era medieval, os desafios estão em reconciliar os avanços científico-tecnológicos com as formas concretas de gestão dos nossos territórios.

A deterioração global da capacidade de governo

A erosão da capacidade de governo no sentido amplo, a chamada governança, está cada vez mais visível, não mais em alguns países apenas, nos chamados *failed states,* mas por toda parte. As tecnologias aceleraram de maneira radical o processo de globalização, enquanto as frágeis dinâmicas políticas continuam no essencial fragmentadas em 195 governos nacionais. As finanças, em particular, se globalizaram, enquanto os instrumentos globais de sua regulação, que datam de Bretton Woods, 80 anos atrás, estão ultrapassados. E as finanças constituem o setor que segura as cordas da bolsa de recursos, ou seja, definem quem se apropria dos recursos e com que fins, atingindo e deformando todos os setores de atividade. A instabilidade mundial

permanente afeta a própria capacidade de governo nos países. Os Estados Unidos representam apenas mais um exemplo.

Os 10 maiores grupos financeiros, BlackRock e semelhantes, gerem ativos da ordem de 50 trilhões de dólares, valor equivalente à metade do PIB mundial ($100 trilhões em 2022), gerando uma captura de poder político historicamente nova nas suas dimensões. Hoje, os 147 maiores grupos controlam 40% do mundo corporativo, sendo 75% deles bancos. O sistema piramidal de controle financeiro por meio de tomada de participação ou aquisições leva à formação de galáxias econômicas que atuam em dezenas de setores econômicos, em tantos países, impondo extração financeira a milhões de empresas. Lembremos que 95% do dinheiro hoje em circulação é virtual, circula em montantes descontrolados em frações de segundo, no chamado *high frequency trading*.

Praticamente todos os grandes grupos fazem os seus fluxos financeiros passar em alguma etapa por paraísos fiscais, recursos que ressurgem com outros nomes e destinos, o que liquida a possibilidade de rastreamento e regulação, generaliza a evasão fiscal e abre as porteiras para o comércio mundial de drogas, armas, medicamentos adulterados e semelhantes. Enfrentamos uma nova arquitetura econômica global que pouco tem a ver com economia de mercado, e cujo desenho apareceu na sequência da crise de 2008. Hoje temos uma nova geração de análises, na linha de Thomas Piketty e de tantos outros, que mostram claramente a profundidade da revolução digital que enfrentamos.

O caos planetário está instalado, o que por sua vez torna precária qualquer tentativa de controle no plano nacional, pois é fácil as corporações deslocarem a sua sede ou parte das suas operações para outros países, fragilizando a fiscalidade e burlando os controles. Mais recentemente, inclusive, estão se expandindo mecanismos jurídicos que permitem que gigantes corporativos processem os Estados. Por mais que os G-7, G-20, COPs e outras reuniões ad-hoc tentem sugerir alguma regulação, o fato é que as democracias se tornaram em grande parte impotentes frente aos sistemas planetários de poder. A presença de 13 bilionários na equipe do presidente dos Estados Unidos eleito em 2024 é um sinal desta apropriação da política. O resultado da erosão global

e nacional de governança é o aprofundamento de duas tendências críticas: a desigualdade no plano social e a destruição no plano ambiental. A conjugação destas duas macrotendências está no centro dos nossos desafios.

Os mecanismos são simples: no plano social, os 90% da base da sociedade gastam o que ganham, enquanto os 10% aplicam em produtos financeiros; como a rentabilidade das aplicações financeiras é superior ao que rende a produção, na prática temos a transferência de recursos para os que não produzem, apenas enriquecem. O capitalismo financeiro hoje instalado trava ou deforma o próprio sistema produtivo. O resultado é que o 1% detém hoje mais riqueza acumulada do que 4 bilhões de pessoas, a metade mais pobre do planeta. Em termos sociais e políticos, isto é explosivo. Enquanto especular em papéis financeiros render mais do que produzir, não há recuperação à vista.

A segunda macrotendência obedece a mecanismos igualmente simples: extrair água dos aquíferos para uma segunda safra compensa muito para uma grande empresa do agronegócio, e as tecnologias modernas o permitem. O resultado é o esgotamento dos lençóis freáticos em regiões tão ricas como a Califórnia. Na Amazônia, queimadas e excessos de produtos químicos tanto contaminam as águas como esterilizam o solo. Para uma multinacional, ao se esgotar a água ou o solo, basta mudar de país, ou avançar um pouco mais na Amazônia. Como evitar que as grandes empresas continuem a basear as suas atividades em combustíveis fósseis, se são mais baratos, herdados da natureza? As décadas de batalha para prevenir o desastre anunciado do aquecimento global, e a imensa impotência frente a esta dinâmica que nos ameaça a todos, mostra, além do problema em si, a fragilidade dos nossos instrumentos de governança.

Basta pensar na VW que desenvolve há anos atividades fraudulentas como estratégia de negócios, ou na irresponsabilidade da Vale e da Billiton frente à empresa terceirizada Samarco, ou nas fraudes do HSBC e outros grupos financeiros, sem falar do chamado *Big Pharma* – todos hoje pagando bilhões de dólares por condenações por atividades ilegais e frequentemente criminosas – para se dar conta que a questão do processo decisório nas grandes corporações tornou-se crucial. Mais grave ainda é

o fato de serem condenadas a pagar multas, sem precisar reconhecer a culpa, no quadro dos chamados *settlements*, com o que ninguém é efetivamente punido. Para a corporação, basta assegurar que o lucro obtido pelas fraudes seja maior do que o valor das multas. Quando as deformações se generalizam, não se trata de malvadeza ou de ignorância individual, e sim de uma deformação sistêmica. Gerou-se um divórcio profundo entre quem conhece a sua área técnica e produtiva na base, e o acionista ou outro aplicador financeiro que apenas segue os resultados em termos de rentabilidade dos papéis (*absentee owners*). Entre 1970 e 2010 destruímos 52% da vida vertebrada no planeta, segundo relatório do WWF. O poder das tecnologias, e a erosão da chamada *accountability,* levam ao desastre.

Estas duas macrotendências, a desigualdade e a destruição ambiental, resumem o problema: estamos destruindo o planeta em proveito de uma minoria. O nosso desafio central, portanto, em termos de estratégia, consiste em reorientar os recursos financeiros, tecnológicos e organizacionais a fim de assegurar a sobrevivência e inclusão produtiva dos bilhões de pessoas privadas de condições dignas de vida, e a fim de promover a mudança dos paradigmas produtivos para reduzir o ritmo de destruição do planeta. Em outros termos, trata-se de gerar um processo decisório que permita que os nossos fatores de produção – recursos financeiros, tecnologias e capacidades organizacionais – sejam utilizados para resolver os nossos problemas, não para aprofundá-los.

Nosso problema, portanto, não é de falta de recursos e sim de sua alocação racional. O planeta produziu em 2024 cerca de 110 trilhões de dólares de bens e serviços, o que equivale a $4600 dólares por mês por família de 4 pessoas. O imenso debate mundial que levou à conferência de Paris sobre o clima conseguiu com grandes dificuldades gerar um compromisso de ajudar no financiamento de medidas de proteção do clima com $100 bilhões ao ano: as fortunas em paraísos fiscais são estimadas em $20 trilhões, 200 vezes mais. Juros elevados e endividamento generalizado levam a que os nossos impostos alimentem os intermediários financeiros, em detrimento de políticas públicas de saúde, educação, segurança ou ainda do financiamento de

infraestruturas. O que está em jogo não é a geração de novos recursos e sim o uso produtivo dos que existem.

Este é o dilema. Temos os recursos financeiros, temos estatísticas detalhadas sobre os nossos problemas, conhecemos as soluções, dominamos as tecnologias correspondentes, todos querem evoluir para uma sociedade mais decente, para dizê-lo de modo simples, mas ficamos como que paralisados numa impotência institucional generalizada. Nosso problema não é econômico, e sim de organização política e social.

Por que há esta apresentação dos dilemas globais para tratar de governança dos territórios? Porque se as manifestações dos problemas são globais, isto não significa que as soluções também o sejam. As políticas locais e regionais poderão não ser suficientes, e teremos necessariamente de evoluir para algum tipo de resgate da governança planetária. Mas a âncora do processo, o espaço onde as pessoas poderão se organizar para que o seu território imediato assegure qualidade de vida para todos, com rios limpos e não contaminados, hortifrutigranjeiros orgânicos e não envenenados, equilíbrios sociais para que nenhuma criança seja privada de escola, comida ou sapato, saúde preventiva e curativa articuladas de maneira sistêmica, respeito aos espaços públicos de lazer com profusão de parques, praças e estética urbana, segurança nas casas e nas ruas, enfim, uma vida decente, – tudo isso pode em grande parte ser assegurado através de políticas locais.

E tem mais: ao se dotarem de instrumentos de gestão política adequados, os municípios poderão constituir um tecido social mais organizado na base da sociedade, com impactos positivos sobre o conjunto da pirâmide de poder. A democratização dos espaços locais, do cotidiano que o cidadão enfrenta nas dimensões concretas da sua vida, é essencial para que haja democracia em outros níveis. É com esta ótica, na linha do resgate da governança social a partir das cidades, onde hoje vive a maioria da população do planeta e 85% da população no Brasil, que abordamos os novos potenciais que surgem para a gestão dos territórios.

Gestão descentralizada dos territórios: um potencial subutilizado

Grandes ou pequenos, litorâneos e turísticos, rurais ou industriais, perdidos na Amazônia ou formando gigantes espraiados por dezenas de quilómetros, os 5570 municípios do país constituem os blocos com os quais se constrói o país. Se os blocos que constituem a construção não são sólidos, não haverá desenvolvimento equilibrado, da mesma forma como não haverá uma indústria pujante se as empresas não se administrarem de maneira competente. Ao fim e ao cabo, cada município, cada cidade com o seu entorno rural, tem de assumir a tarefa de administrar de maneira coerente e equilibrada o conjunto dos seus recursos, e de assegurar o objetivo maior, que é a qualidade de vida para todos.

A Constituição de 1988 criou bases jurídicas e institucionais para uma participação maior dos poderes locais na gestão dos recursos do país. Previu inclusive o desenvolvimento de formas de participação direta, ao lado do sistema formal de representação. Este eixo de racionalização da gestão que são as políticas descentralizadas no plano dos territórios abriu um imenso leque de oportunidades. Grande parte deste potencial foi esterilizado, com a retirada do Artigo 192, que qualificava a agiotagem como crime, a isenção de impostos das fortunas geradas por lucros e dividendos, a isenção de impostos sobre exportações de bens primários – deformações sistêmicas absurdas que hoje travam o país, e que levaram à desindustrialização e reprimarização da nossa economia, em particular durante a fase de 2016 a 2022. Hoje contemplamos a imensa dificuldade de resgatar o bom senso na economia, ou seja, fazê-la servir o bem-estar das populações e assegurar o equilíbrio ambiental, frente aos interesses políticos e financeiros globais.

O resgate da governança do país, através da reorganização do contexto institucional do nosso desenvolvimento, constitui um eixo de ação absolutamente vital. O problema central não está na falta de recursos, mas no processo decisório que preside à sua utilização. Não se trata apenas de organogramas, trata-se da lógica do processo, da cultura administrativa herdada pela nação.

A dimensão que focamos aqui é a importância da descentralização, da transparência e da participação, essenciais para que os esforços sejam sentidos como pertencentes à cidadania.

O impacto político da formação deste eixo de organização da sociedade em torno dos seus interesses, o eixo comunitário, marca a evolução de uma sociedade governada por "representantes" para um sistema no qual a participação direta do cidadão adquire um peso muito mais importante, por simples efeitos de proximidade e convivência: um rio contaminado atrapalha a vida de todos. De maneira diferenciada, sem dúvida, e isto gera tensões, mas numa escala que permite a apropriação e resolução negociada.

O cidadão sueco participa hoje, em média, de quatro organizações comunitárias. Participa da gestão da escola, do seu bairro, de decisões do seu município, de grupos culturais etc. A descentralização dos recursos públicos constitui assim um processo articulado com uma evolução do funcionamento do Estado: quando 72% dos recursos financeiros do governo têm a decisão sobre o seu uso formulada no nível local de poder, as pessoas participam efetivamente, pois não vão numa reunião política para bater palmas para um candidato, e sim para decidir onde ficará a escola, que tipos de centros de saúde serão criados, como será utilizado o solo da cidade e assim por diante. Gera-se uma autêntica apropriação da política.

Não se trata naturalmente de reduzir a sociedade ao "espaço local", na linha poética de um "*small is beautiful*" generalizado. Trata-se, isto sim, de entender a evolução das formas de organização política que dão sustento ao Estado: a modernidade exige, além dos partidos, sindicatos organizados em torno dos seus interesses e também comunidades organizadas para gerir o dia a dia de onde as pessoas moram. Este tripé de sustentação da gestão dos interesses públicos, que pode ser caracterizado como "democracia participativa", é indiscutivelmente mais firme do que o equilíbrio precário centrado apenas em partidos políticos.

Em outros termos, estamos assistindo a um processo amplo de deslocamento dos espaços de administração pública, e devemos repensar de forma geral a hierarquia das decisões que concernem o nosso desenvolvimento. Gerou-se com isto o princípio

da subsidiariedade, termo obscuro, mas destinado a apontar um eixo básico de gestão do desenvolvimento: na dúvida, e quando possível, as decisões têm de ser tomadas o mais perto possível de quem arcará com os seus impactos. E quanto mais centralizadas, mais distantes do cidadão e do seu cotidiano, maior será a possibilidade de sua apropriação por corporações e interesses desvinculados dos compromissos sociais e ambientais.

Apesar dos imensos avanços tecnológicos dos últimos anos, o setor informal, por exemplo, ainda representa quase 40% das nossas ocupações. Esta situação implica milhões de pequenos dramas locais no conjunto do país, problemas graves de habitação, saúde, mobilidade, poluição, necessidades adicionais de escolas, organização de sistemas de abastecimento, programas especiais para a pobreza crítica, elaboração de projetos de saneamento básico e assim por diante. Desse modo, os municípios passam a se defrontar com uma situação explosiva que exige intervenções ágeis em áreas que extrapolam as tradicionais rotinas de cosmética urbana e de serviços básicos para os bairros ricos. Trata-se de amplos projetos de infraestruturas, políticas sociais e programas de emprego, envolvendo inclusive estratégias locais de dinamização das atividades econômicas. Ninguém melhor do que a população local conhece as suas prioridades, por sofrer na pele as deformações.

Os municípios situam-se na linha de frente dos problemas, mas no último escalão da administração pública. O deslocamento generalizado dos problemas para a esfera local, enquanto as estruturas político-administrativas continuam centralizadas, criou um tipo de impotência institucional que dificulta dramaticamente qualquer modernização da gestão local, enquanto favorece o tradicional caciquismo articulado com relações fisiológicas nos escalões superiores. Os prefeitos têm de viajar para Brasília para pedir dinheiro, e os políticos ficam negociando emendas parlamentares em vez de cuidar de interesses nacionais. Não funciona nem um nível nem outro.

Quando os países eram constituídos por uma capital e algumas cidades mais, rodeados por uma massa dispersa de camponeses, era natural que todas as decisões significativas, e sobretudo o controle dos financiamentos, passassem pelo nível cen-

tral de governo. Com o processo de urbanização, os problemas se deslocaram, mas não o sistema de decisão correspondente. Assim, o que temos hoje é um conjunto de problemas modernos e uma máquina de governo característica das necessidades institucionais de outros tempos.

A participação como direito

O conceito-chave que aflora, quando falamos de apropriação organizada dos processos pela sociedade, é evidentemente o de capital social. Não é só porque Robert Putnam anda na moda. Depois de décadas de premiação de especialistas em especulação financeira, o comité do prêmio Nobel despertou para o fato que a economia tem a ver com seres humanos, e não apenas com lucro, e recompensou os esforços de Amartya Sen. E o que mais se encontra no *Desenvolvimento com Liberdade,* é o conceito de *trust*, confiança, conceito igualmente central no último livro de Putnam, *Bowling Alone*. Os *Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano* nos trazem uma nova visão onde os processos econômicos são devidamente devolvidos ao seu lugar de mero suporte para o essencial, que é a qualidade de vida e o resgate do direito às opções. Estamos construindo, ao tratar de pequenas coisas, algo que historicamente faz sentido?

Um certo comedimento é aqui necessário. É natural que procuremos, em qualquer embrião de renovação social, as esperanças de uma grande utopia. Quando se ouvia Paul Singer falar de empresas autogeridas, assusta a amplitude da esperança, frente ao tamanho relativamente modesto do que acontece. Outros falam de experiências municipais, e geram provavelmente o mesmo sentimento de susto e de esperança. Outros ainda verão talvez o brilhante horizonte do futuro social nas organizações da sociedade civil.

Acho que nenhum de nós tem hoje esta ingenuidade. Mas vale a imagem, e a impressionante força da descoberta da cidadania, que realmente reacende o idealismo neste mar de cinismo que assola o planeta. Não tenho dúvida hoje que grande parte da força que animava Paulo Freire (além, evidentemente, Elza) vinha do fato de ter vivido este sentimento poderoso ao ver

a expressão de um analfabeto que descobre que *faz cultura,* e o comunica e repete como quem descobriu que a terra gira. Esta reapropriação do universo por parte de um excluído constitui sem dúvida, em termos culturais, um terremoto. Portanto, comedimento sim, mas uma grande disposição também para devolver ao cidadão o espaço que lhe pertence.

Isto nos leva além, naturalmente, dos resultados práticos em termos de mortalidade infantil, da taxa de crescimento do PIB local. No resgate da cidadania, e na descoberta do fazer juntos, vêm a confiança e a lenta construção da solidariedade social. A força disto vem não apenas do fato de resgatar a dignidade do excluído, mas do fato de que a perda de cidadania é de todos nós, e que o processo não consiste apenas em *resolver* o problema do pobre, mas em criar outras relações sociais. O prazer e o entusiasmo que encontramos nas mais variadas faixas sociais que se vinculam a experiências deste tipo, constituem sem dúvida manifestações minoritárias. No entanto, por mais difuso que seja, o sentimento de reencontrarmos o nosso lugar ao sol, ou à sombra da mangueira, como escrevia Paulo Freire, é poderoso.

O vetor da identificação de sinergias locais

Esta compreensão é importante para avaliarmos cada experiência. Nem sempre o volume dos resultados físicos é essencial, frente à tão importante mudança cultural, ao resgate da iniciativa de uma comunidade antes passiva. Pois se bem que seja muito importante avaliar os programas pelos efeitos práticos que permitem, por exemplo, pelo acesso à água limpa, ou pela redução da informalidade, temos sempre de avaliar este outro lado, de construção da cidadania e do capital social. Quando se aloca um contrato de construção de casas a uma empreiteira, está se construindo moradia popular, mas sobretudo está se desperdiçando uma enorme oportunidade de criar capital social. Quando se constroem cisternas com a participação das comunidades no Nordeste, com ampla participação da ASA (Articulação do Semi-Árido), está se construindo muito mais do que reservatórios de água.

Há poucas dúvidas de que as nossas vistas se voltam essencialmente para os pobres, onde se dão os maiores dramas e que exigem toda prioridade. No entanto, é impressionante como a busca dos melhores efeitos multiplicadores pode exigir outros enfoques. O curioso é que inicialmente, em termos de gestão local, só se pensa em guias e sarjetas, coisas de prefeitura. Foi gradualmente surgindo a compreensão de que na realidade podia-se fazer uma racionalização muito mais ambiciosa do espaço urbano, tornando a região ao mesmo tempo socialmente mais agradável e comercialmente mais produtiva. Os diversos segmentos de uma sociedade urbana podem começar a pensar conjuntamente soluções onde se descobrem sinergias. O interesse público e o interesse privado não são necessariamente contraditórios, sobretudo se podem ser mediados por forte presença da sociedade civil organizada.

A expansão das políticas sociais

Esta área, que se avoluma de maneira impressionante e que qualificamos de forma ampla de "social", envolvendo setores como saúde, educação, cultura, esporte, informação, lazer, habitação e segurança, está portanto no centro desta curiosa confluência de práticas participativas, de parcerias, de novas relações de produção. E não é surpreendente que estruturas participativas como as organizações da sociedade civil se encontrem justamente nesta área.

A lógica é simples. As atividades da área social são capilares: a saúde tem de chegar a cada criança, aos mais de 60 milhões de domicílios do país. O essencial, para nós, é que este tipo de atividade exige relações sociais de produção diferentes das que se definiram como paradigmas para a agricultura ou para a indústria. A saúde não funciona quando é tratada como indústria da doença, nem a educação vista como indústria do diploma e assim por diante. São setores onde por definição deve predominar o interesse público. A pessoa pode ou não querer comprar uma roupa da moda, e o mercado funciona. Mas o acesso à saúde ou à escola é um direito público.

As áreas sociais adquiriram esta importância apenas nas últimas décadas. Ainda não se formou realmente uma cultura do setor, a não ser em países que se dotaram de um Estado de bem-estar já há mais tempo. Os paradigmas de gestão que herdamos – basta folhear qualquer revista de administração, ou o correspondente currículo universitário – arrastam sólidas raízes industriais. Só se fala em taylorismo, fordismo, toyotismo, *just-in-time* e assim por diante. Como é que se faz um parto *just-in-time*? Gera a tragédia dos mais de 50% de partos com cesariana. A cultura como indústria do entretenimento dominada pela publicidade gera um universo de idiotices. As políticas sociais fazem parte do universo de direitos, e não de uma opção mercadológica.

Este novo peso das políticas sociais no conjunto das nossas atividades aponta para sistemas muito mais descentralizados de gestão, não por alguma visão bucólica do local, mas porque a extrema capilaridade destas atividades, a diferenciação das exigências segundo as regiões, e sua própria interação entre os diversos setores levam a que uma política local integrada seja muito mais eficiente. Trata-se, nas sociedades modernas, dos principais setores de atividade econômica. A saúde hoje representa o principal setor econômico nos Estados Unidos, 20% do PIB.

Políticas sociais e modelos de gestão

Como se atingem 213 milhões de habitantes a partir de uma cadeia de comando central? As áreas sociais são necessariamente capilares: a saúde deve atingir cada criança, cada família, em condições extremamente diferenciadas. A gestão centralizada de grandes pirâmides administrativas deste porte é viável? As políticas sociais exigem descentralização, no quadro de regulação global.

Em termos práticos, sabemos que quando ultrapassamos cinco ou seis níveis hierárquicos, os dirigentes vivem na ilusão de que alguém lá embaixo da hierarquia executa efetivamente os seus desejos, enquanto na base se imagina que alguém está realmente no comando. A agilidade e flexibilidade que exigem situações sociais muito diferenciadas não podem mais depen-

der de intermináveis hierarquias estatais que paralisam as decisões e esgotam os recursos.

O SUS, hoje amplamente acompanhado e estudado em outros países, constitui neste sentido um grande avanço, na sua compreensão da saúde como direito, e portanto de esfera essencialmente pública, com uma visão de gestão descentralizada. O sucesso da sua arquitetura organizacional deve-se sem dúvida à forte participação dos movimentos sociais da área, inclusive no debate da sua constituição.

O mundo do lucro já há tempos descobriu a nova mina de ouro que o social representa. Que pessoa recusará gastar todo o seu dinheiro, quando se trata de salvar um filho? E que informação alternativa tem o paciente, se o médico lhe recomenda um tratamento? Hoje nos Estados Unidos um hospital está sendo processado porque pagava 100 dólares a qualquer médico que encaminhasse um paciente aos seus serviços. Paciente é mercadoria? Na Índia hoje encontram-se vilas com inúmeros jovens ostentando a cicatriz de um rim extraído: sólidas empresas de saúde de países desenvolvidos compram rins baratos no terceiro mundo para equipar cidadãos do primeiro. Aqui, os planos privados geridos por empresas financeiras de seguro estão transformando a saúde em pesadelo. Qual é o limite?

Tomamos o exemplo da saúde porque ajuda a entender a dimensão organizacional dos grandes setores emergentes: ter uma população saudável exige uma política integrada intersetorial e localizada. Sabemos que um real em saneamento básico reduz os gastos com doenças em 4 reais: é uma das formas mais eficientes de se assegurar uma vida saudável. Nas últimas décadas, a população brasileira aumentou a sua esperança de vida de 65 para 76 anos, resultado de iniciativas tão diferentes como assegurar que as crianças comam melhor, da vinculação do Bolsa Família com presença nas escolas, de famílias que saíram de barracos insalubres graças ao programa Minha Casa Minha Vida e outros programas.

São sem dúvida necessárias as políticas nacionais neste sentido, mas a sua materialização e efetividade dependem vitalmente de uma capacidade local de gestão, de forma que os diversos eixos de apoio de ministérios ou secretarias de Estado

se transformem em políticas coerentes e sinérgicas em cada cidade ou em cada bairro. Não se trata aqui de uma alternativa entre centralização e descentralização, mas de uma organização coerente dos diversos níveis de gestão, com desburocratização no topo na mesma proporção em que uma gestão participativa na base permite maior flexibilidade.

Mas o raciocínio pode ser estendido a uma série de setores. A televisão, por exemplo, cobre hoje 97% dos domicílios brasileiros. A redução do oligopólio da mídia comercial permitiria o desenvolvimento de programas locais e regionais, com amplo impacto de dinamização das atividades culturais diferenciadas, e a adequação das informações ao que é necessário para o desenvolvimento da região ou do município. Com a expansão das mídias sociais, a subutilização ou deformação de um meio de comunicação que ocupa várias horas por dia do conjunto da população constitui um desperdício de infraestruturas e equipamentos já pagos, além do tempo das pessoas, e que poderiam constituir um poderoso vetor de elevação do nível cultural e de dinamização das capacidades criativas diferenciadas de cada região ou localidade. Estamos falando em áreas cuja importância relativa no conjunto da reprodução social tende a se tornar central, e cujo papel de estruturação de políticas participativas e de capital social é essencial para um desenvolvimento mais equilibrado. A democratização da comunicação representa um eixo essencial da gestão dos territórios.

A área social precisa hoje muito mais de uma reformulação político-administrativa do que propriamente de mais dinheiro. Onde funciona, como por exemplo no Canadá ou nos países escandinavos, ou ainda na China, a área social é gerida como bem público, de forma descentralizada e intensamente participativa. A razão é simples: o cidadão associado à gestão da saúde do seu bairro está interessado em não ficar doente, e está consciente de que trata da sua vida. Um pai não vai brincar com o futuro dos seus filhos e quer que a escola funcione. De certa forma, o interesse direto do cidadão pode ser capitalizado para desenhar-se uma forma não burocrática e flexível de gestão social, apontando para novos paradigmas que ultrapassam tanto a pirâmide estatal excessivamente centralizada como o vale-tudo do mercado, e podem melhorar a produtividade do conjunto.

Isto não implica, naturalmente, que as políticas sociais possam resumir-se à ação local, às parcerias com o setor privado, e à dinâmica do terceiro setor. Hilary Wainwright traz, por exemplo, uma análise das parcerias público-público, envolvendo a administração local com movimentos sociais e os próprios sindicatos de funcionários públicos, muito interessados na revalorização e eficiência das suas funções. A experiência de Paris de remunicipalização do controle da água é neste sentido muito interessante.

A reformulação atinge diretamente a forma como está concebida a política nacional nas diversas áreas de gestão social, colocando em questão a presente hierarquização das esferas de governo, e nos obriga a repensar o processo de domínio das macroestruturas privadas que controlam a indústria da saúde, os meios de informação, os instrumentos de cultura e cada vez mais a educação superior. A descentralização neste sentido constitui uma ferramenta poderosa, mas tão essencial quanto a descentralização é gerar a arquitetura organizacional e financeira correspondentes.

As tendências recentes da gestão social nos obrigam a repensar formas de organização social, a redefinir a relação entre o político, o econômico e o social, a desenvolver pesquisas cruzando as diversas disciplinas, a escutar de forma sistemática os atores estatais, empresariais e comunitários. Trata-se hoje, realmente, de um universo em construção, em particular com o imenso potencial da gestão descentralizada em rede.

A tecnologia como vetor de conectividade

Um dos dados interessantes que surgem da análise mais global das experiências em curso, é que as iniciativas se distribuem de maneira bastante diferenciada entre metrópoles, grandes cidades, cidades médias e pequenas. No geral, aparece que nas grandes metrópoles as experiências levam mais tempo para se tornarem significativas, pelo próprio porte da concentração urbana, e o poder das dinâmicas anteriores. Mas em cidades pequenas e médias, é também bastante impressionante a intensidade de aprendizagem com o que está se fazendo pelo Brasil

afora em termos de desenvolvimento local. Inúmeras experiências em outros países também servem de fonte de inspiração. A gestão local está em pleno desenvolvimento, indo no sentido inverso dos excessos da globalização.

As tecnologias podem ter vários sentidos políticos. Na área empresarial, produção flexível já é um conceito banal, e mostra que com os processos modernos pode-se produzir em pequena escala, pode-se ser pequeno, conquanto que dotados de fortes articulações com os outros – sempre as redes – e que, portanto, as iniciativas não precisam necessariamente vir de grandes empresas, e de cima. Hoje, ser município pequeno envolve sem dúvida uma série de dificuldades, mas também abre oportunidades. O principal problema de ser um pequeno município do interior, que é o isolamento, está mudando rapidamente. Multiplicam-se exemplos de pequenos municípios onde produtores locais organizam via internet exportação direta para a Europa de produtos sem agrotóxicos. Hoje estamos todos integrados na internet, e abrem-se novas perspectivas.

Assim, de uma visão de simples articulação de políticas setoriais, estamos evoluindo, no caso dos municípios, para a compreensão de que uma cidade, ainda que pequena ou média, pode ser vista de maneira ampla como unidade básica de acumulação social, ponto onde se articulam as iniciativas econômicas e sociais, culturais e políticas, para gerar uma racionalidade sistêmica.

Parecerá curioso escrever isto quando só se fala em globalização, blocos, macro-políticas. De certa forma, trata-se de entender que quanto mais a economia se globaliza, mais a sociedade tem também espaços e necessidade para criar as âncoras locais.

De forma geral, notamos nas experiências de gestão uma grande subutilização do potencial que as novas tecnologias abrem. Neste sentido, as experiências que acompanhamos são às vezes instrutivas pelo que nelas não encontramos. O essencial é que inúmeras cidades se dotaram do Wi-Fi urbano, e esta conectividade de todos com todos deve permitir uma horizontalidade em rede do próprio sistema de gestão. O Plano Nacional de Banda Larga avança rapidamente apesar das resistências do oligopólio das empresas de telefonia. Estas mudanças são centrais para o nosso raciocínio sobre a descentralização, na medi-

da em que o acompanhamento e coordenação online de muitas atividades descentralizadas tornaram-se possíveis a partir de níveis superiores, o que permite aliar a flexibilidade da gestão local à coerência sistêmica do conjunto.

Políticas nacionais para o desenvolvimento local

Da mesma forma como a economia se apoia num conjunto de empresas, o desenvolvimento do país precisa se apoiar em unidades territoriais básicas que têm de ser administradas de forma racional e produtiva. Esta visão dos municípios como "blocos" com os quais se constrói o país é essencial, mas não suficiente. As instâncias superiores de gestão são vitais, criando grandes infraestruturas, assegurando equilíbrio macroeconômico, desenvolvendo políticas tecnológicas e assim por diante. Todo este esforço, no entanto, deve se materializar em última instância em territórios bem geridos, apropriados de forma inteligente, democrática e participativa pelos atores locais.

Por mais esforços que se façam no plano federal ou estadual, quem tem de pôr ordem em sua casa, em última instância, é o município, espaço onde os atores sociais conhecem os seus problemas, podem se articular de forma criativa, organizarem os seus sistemas de informação e acompanhamento de projetos e assim por diante. A questão-chave que se coloca é a seguinte: como poderemos ajudar os 5.570 municípios que estão na base do país a se administrarem de forma competente? Porque ao melhorarmos a capacidade de gestão na base do país, estaremos melhorando não só a produtividade local, mas a produtividade sistêmica do conjunto dos agentes econômicos e sociais. E ao assegurarmos apoio descentralizado ao pequeno produtor, aos processos participativos de gestão local, estaremos contribuindo para a democratização dos processos locais de decisão.

No conjunto, é necessário que chegue mais apoio. É necessário também que este apoio seja menos fragmentado, e mais integrado no nível local. É preciso assegurar que este apoio não substitua, mas fomente a apropriação local do processo de desenvolvimento. É preciso também formar pessoas para que os recur-

sos sejam mais bem aproveitados. Teremos também que ajudar a gerar soluções institucionais menos rígidas, facilitando a estruturação de consórcios intermunicipais, de parcerias entre os diversos setores, de conselhos, foros e agências de desenvolvimento: a prefeitura e a câmara formam apenas parte do universo.

Mais meios, mais desburocratização e flexibilidade na sua gestão, mais participação organizada dos atores locais, mais formação e informação, soluções que apontem para o pleno emprego e para a sustentabilidade do processo. São os diversos "eixos" de soluções e de apoios que têm sido identificados como necessários, e que com as novas tecnologias podem ser dinamizados. As grandes políticas, os grandes projetos, são sem dúvida necessários. Mas o apoio às pequenas iniciativas e ao desenvolvimento local, liberando o potencial produtivo da base da sociedade, pode em si constituir uma grande política, e ao liberar as instâncias superiores de microdemandas, melhorar a gestão mais ampla do país.

E por que essa insistência na dimensão territorial – a gestão local, de microrregiões e regiões – do desenvolvimento, quando já existem sistemas setoriais de apoio como os ministérios, como o Senac para o comércio, a Embrapa para a pesquisa agrícola, escolas técnicas para a formação profissional e numerosas outras unidades de apoio? Porque a produtividade sistêmica exige a coerência do conjunto do processo, e não adianta assegurar formação profissional se não houver recursos para investimentos que gerem empregos, não será suficiente o investimento se não houver apoio tecnológico e assim por diante.

A empresa busca alocar racionalmente os fatores de produção, e para isso temos cursos de administração de empresas, que ensinam como gerir de maneira integrada e eficiente o conjunto dos recursos disponíveis. De forma semelhante, a unidade territorial deve aprender a otimizar o uso dos seus recursos naturais, humanos, sociais, culturais e econômicos. E de forma democrática, pois os membros da comunidade, neste caso, são os donos do empreendimento.

Neste plano, inclusive, abre-se uma linha de pesquisa importante na qual avançamos muito pouco no Brasil: quais são as medidas de nível nacional que melhoram o espaço e a eficiência

da gestão local? A reforma tributária, a descentralização e a democratização da mídia, a flexibilização do acesso aos financiamentos para a área social e outras iniciativas deverão constituir preocupações crescentes, à medida que as ações locais adquirem maior peso e presença no cenário nacional.

Sistemas locais de financiamento

Há tempos me comunicaram os dados de uma pequena pesquisa feita em Bertioga, onde analisaram o que acontece com o dinheiro depositado pelos residentes nas agências locais. Constataram que, de cada 100 reais depositados, 92 eram aplicados fora de Bertioga. O que isto significa? Antigamente – hoje antigamente significa algumas décadas atrás – um gerente de agência conversava com todos os empresários locais, buscando identificar oportunidades de investimento na região, tornando-se um fomentador de desenvolvimento local. Hoje, o gerente é remunerado por pontos, em função de quanto consegue extrair. Ontem, era um semeador à procura de terreno fértil. Hoje, é um aspirador que deixa o vazio.

No bolo de recursos públicos, os municípios, que subiram para uma participação de cerca de 17% com a Constituição de 1988, hoje estão em nível mais próximo de 13% (nos países desenvolvidos, a participação dos municípios se situa na faixa de 40 a 60%). Se somarmos os impactos da fragilização dos recursos públicos locais e do desvio das poupanças privadas pelas grandes redes de atravessadores financeiros, o resultado prático é que inúmeras pequenas iniciativas essenciais para dinamizar o tecido econômico local dos 5.570 municípios do país deixam de existir. Os municípios estão sendo drenados, em vez de irrigados.

O que acontece com o cidadão comum, que não é nem governo, nem empresário, nem organizador do desenvolvimento local? Ele é tratado como cliente, na concepção moderna do termo. Primeiro, ele não escolhe o banco, pois este lhe é atribuído junto com o emprego. É o que podemos chamar de cliente cativo. Na realidade cada empresa negocia com o banco o seu plantel de futuros clientes. E o cliente abre a conta onde a empresa lhe paga. Este ponto é muito importante, pois significa que

para o comum dos mortais, não há realmente concorrência de mercado, e os bancos podem elevar tarifas ou cobrar juros que quiserem, dando apenas uma olhadinha de vez em quando no comportamento dos outros bancos, para não se distanciarem demasiado. O resultado prático pode ser visto das mais variadas formas: aparecem cifras como "juro médio para pessoa física", que ultrapassa hoje os 50%, contra 4% ao ano na Europa. A agiotagem é generalizada; temos cerca de 70 milhões de adultos inadimplentes no país.

Entra aqui, naturalmente, o fato de que empresas comerciais descobriram que se ganha muito mais dinheiro lidando com dinheiro do que com produtos. O pobre, por ganhar pouco, pode pagar pouco, e se vê obrigado a parcelar a sua magra capacidade de compra, a juros numa altitude onde já começa a faltar oxigênio. Estamos aqui além dos 430% ao ano, por exemplo, no rotativo do cartão de crédito (em torno de 15% na Europa).

O resultado é que a capacidade de consumo da população, essencial para dinamizar as atividades econômicas do país, é esterilizada, pois grande parte da nossa capacidade de compra é transformada em remuneração da intermediação financeira. Assim, a paralisia atinge o governo, com a taxa Selic transferindo quase um trilhão de reais dos nossos impostos para os aplicadores financeiros, os grupos ou indivíduos mais ricos. Com a agiotagem que atinge as atividades produtivas, a dinâmica do desenvolvimento local e o elemento dinamizador tão importante que é o mercado interno, perdem espaço.

A realidade é que a cultura de intermediação financeira que se implantou no país não é mais de se identificar oportunidades de investimento, buscando fomentar produção e prestação de serviços, mas de se tirar a poupança local para transferi-la para diversos "produtos financeiros". Os bancos oficiais, na busca da construção de um sistema de apoio financeiro, estão dinamizando iniciativas de microcrédito, de linhas especiais de apoio à compra de materiais de construção, e temos alguns esforços de regulamentação que permitem às pessoas buscarem um crédito de forma a fazer uma compra à vista, ou ainda pedir dinheiro emprestado na sua empresa. Mas em grande parte se alinharam com a agiotagem dos bancos comerciais. A Dilma bem que

tentou introduzir mecanismos de mercado ao reduzir os juros nos bancos públicos, em 2013, e vimos os resultados. Muito significativo também é o surgimento dos bancos comunitários de desenvolvimento, que já são 180 no Brasil em 2025, e que permitem que as poupanças locais sejam efetivamente utilizadas para as necessidades do desenvolvimento local. São iniciativas que ajudam, mas o quadro geral é desolador.

A visão que queremos apresentar aqui é que o subsistema de financiamento interessado em fomentar efetivamente as iniciativas locais de desenvolvimento, e com capilaridade grande como têm o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNB ou o BNDES, deveria estimular a formação de conselhos locais ou regionais de fomento, ou algum outro sistema de articulação horizontal, onde a capacidade de apoio das várias instituições do sistema S, as incubadoras municipais ou acadêmicas de empresas, as organizações da sociedade civil, a própria administração local possam contribuir para a gestão colegiada de verbas limitadas de recursos de fomento. Toda cidade na Alemanha tem uma caixa de poupança local (*Sparkassen*) que faz com que a poupança dos cidadãos sirva ao desenvolvimento local. A China dispõe de sistemas descentralizados de financiamento mais sofisticados ainda, e com juros anuais na faixa de 4%.

Informação para o desenvolvimento local

Não há participação sem a informação adequada. E isto significa informação bem coletada e atualizada, disponibilizada de maneira competente e de fácil acesso, diferenciada segundo os usuários – em particular a informação gerencial interna e o fluxo de informação para a comunidade – e apoiada por um sistema de comunicação que assegure que seja apropriada pelos agentes econômicos e sociais do município. Não há melhor garantia de uso racional dos recursos do que a visibilidade que gera o acesso à informação.

A fragmentação das informações existentes, segmentadas em setores, obedecendo a metodologias diferenciadas segundo a instituição externa que as elaborou, não permite que no plano local as informações sejam integradas. As próprias informações

financeiras do município são organizadas em função das classificações do tribunal de contas, para efeitos de controle e não para efeitos de gerenciamento financeiro e de racionalização da alocação de recursos. Estudos como os de Odilon Guedes sobre a geração de transparência sobre os recursos públicos locais ajudam muito.

Os diferentes programas sociais, econômicos, culturais e ambientais só funcionam efetivamente quando há participação cidadã no processo. A participação se dá essencialmente no plano das políticas locais, que é onde as pessoas se conhecem umas às outras, onde podem avaliar os recursos socialmente disponíveis, podem se articular em reuniões de bairro (hoje virtuais) e assim por diante. É essencial que a informação seja desagregada, ao menos, no nível do município, para permitir a ação local informada. É teoricamente viável uma pessoa de um município concreto buscar nas diversas instituições as informações sobre a sua própria realidade, mas a existência fragmentada de milhares de informações dispersas em diversas instituições nacionais, com metodologias e classificações divergentes, e inclusive com divisões territoriais que não coincidem, torna a tarefa pouco viável. O reforço das estatísticas territoriais por parte do IBGE será fundamental.

O fato é que as administrações locais são vistas de forma geral como *fornecedoras* de informações, para que os centros de decisão que ficam mais acima possam levar os seus interesses em consideração, ou assegurar melhor os seus próprios interesses. Este tipo de filosofia da informação é coerente com uma ideologia política que vê a sociedade como usuária, ou até como "cliente", mas não como sujeito do processo decisório. O eixo central, portanto, consiste em entender que é o conjunto dos atores locais que devem ser adequadamente informados, para que possam participar ativamente das decisões sobre os seus destinos. É uma condição tanto da racionalidade da gestão local, como da promoção de processos mais democráticos.

De certa forma, o mundo tecnológico da informação mudou radicalmente, mas continuamos a produzir a informação da maneira tradicional, segundo categorias, formas de organização e de acesso que obedecem a outra era. A luz mal direcionada

apenas nos ofusca, não ilumina nosso caminho. O grande desafio que se coloca é o da organização da informação segundo as necessidades práticas dos atores sociais que intervêm no processo de desenvolvimento local. O grande investimento, que é a produção da informação, já foi efetuado. Trata-se de agregar uma forma complementar de sua utilização. Com as tecnologias atualmente existentes, em particular da Inteligência Artificial, trata-se de um projeto relativamente simples, e de produtividade social extremamente elevada.

Além de um direito, a informação bem organizada e disponibilizada constitui um poderoso instrumento de autorregulação na base da sociedade, pois todos os atores sociais, empresários, secretários municipais, organizações comunitárias etc., passam a tomar decisões melhor informadas. E aqui, os imensos avanços nas tecnologias da informação tornam esta visão muito viável a baixo custo.

Sugestões para a gestão descentralizada do território

A primeira característica que emerge, como denominador comum da ampla maioria das experiências que dão certo, é uma nova arquitetura de articulações sociais. Podem ser conselhos de desenvolvimento que permitem reunir os diversos atores sociais, parcerias de diversos tipos, plataformas colaborativas locais, convênios entre diversas instituições, consórcios intermunicipais, acordos, contratos ou até simplesmente um espaço informal de articulação, mas o fato é que o posto-chave de renovação da governança local é a decisão conjunta, participativa, de atores que até então agiam isoladamente.

Outro ponto importante é entender que uma atividade que funciona representa sempre um ciclo completo. Não adianta formação profissional se não se gera emprego. Não é suficiente gerar uma incubadora de empresas se não se cria o mecanismo de crédito correspondente e assim por diante. A introdução do planejamento democrático, que permite ter uma visão de conjunto e de mais longo prazo do que projetos individuais, pode ajudar muito no processo. O fato é que formamos técnicos em administração

pública ou administração empresarial, e raramente na gestão integrada do território, área de formação muito tradicional por exemplo no quadro do *aménagement du territoire,* ordenamento do território, ensinado nas universidades francesas.

É igualmente essencial a orientação por resultados finais em termos de qualidade de vida da população, pois frequentemente nos satisfazemos em analisar os meios investidos. Quantas vezes encontramos notícias sobre o muito que uma entidade gastou em formação profissional, ou o número de viaturas que a polícia colocou na rua? Estivemos numa reunião sobre problemas de crianças de rua, onde o Ministério Público apresentou o seu relatório sobre quantas empresas multou por utilizarem trabalho infantil, e em seguida a Secretaria do Trabalho apresentou um relatório mostrando quantas crianças conseguiu tirar da rua, providenciando-lhes emprego. A intensificação dos meios é frequentemente confundida com a realização dos objetivos.

De forma geral, nota-se ainda uma subutilização generalizada do imenso potencial das novas tecnologias de informação. Há sem dúvida progressos importantes, como a disponibilização das informações do cadastro empresarial da Secretaria de Finanças de Porto Alegre para facilitar as opções de localização de atividades para novas empresas, ou também a abertura on-line de informações financeiras para a população para gerar transparência de uso dos recursos públicos. Mas de forma geral ainda patinam iniciativas essenciais como a organização de sistemas integrados de informação local, envolvendo o centro de informação, indicadores de qualidade de vida, informação gerencial e modernização de arquivos. Informação gera transparência, e transparência gera empoderamento.

O calcanhar de Aquiles das experiências continua sendo a comunicação. Uma série de municípios ainda trabalham comunicação na linha do marketing político, outros comunicam mal por deficiência de organização de informação sistematizada, outros ainda simplesmente não entenderam que a comunicação é essencial, faz parte dos direitos fundamentais do cidadão, o que nos Estados Unidos, por exemplo, se caracteriza como *right to know,* direito de saber. Nunca é demais lembrar que o munícipe é o proprietário, por assim dizer, da empresa. Abre-se aqui um

imenso potencial da gestão descentralizada em rede, permitido pela conectividade. Experiências como a do bairro Casa Verde, em São Paulo, que gerou uma plataforma colaborativa comum para empresas, cidadãos, clubes esportivos, ONGs e outros atores sociais, mostram a que ponto os potenciais da conectividade são subutilizados.

Nota-se um forte avanço, nos últimos anos, em termos de relações externas, inclusive internacionais, por parte das prefeituras. Nas organizações não-governamentais, a compreensão da importância destas iniciativas já é bastante mais desenvolvida. E algumas prefeituras desenvolveram redes de contatos internacionais dinâmicas e funcionais. Mas no geral, há um grande caminho pela frente, tanto em termos de conhecimento de experiências internacionais de desenvolvimento local, como em termos de abertura de mercado de comércio eletrônico para as empresas locais, abertura de convênios culturais para a dinamização da educação em rede e assim por diante.

Estas constatações, por óbvias que sejam, são importantes para deixar claro que a racionalização institucional faz parte de um processo mais amplo, ultrapassando as simplificações – e frequentemente bandidagens – da privatização. Por outro lado, mostram que a reorganização do contexto institucional na base da sociedade e a recuperação da governabilidade do país, constituem um eixo de ação absolutamente vital. Não se trata, portanto, de organogramas apenas; trata-se da lógica do processo, da cultura administrativa herdada pela nação. O município, unidade básica da estruturação do país, ganhou força e autonomia com a Constituição de 1988, e a descentralização, que permite ações diferenciadas e mais finamente adequadas às condições de cada localidade, precisa dotar-se de instrumentos de gestão correspondentes. E a conectividade aberta pelas novas tecnologias aponta para sistemas de gestão participativa em rede, no lugar das pirâmides burocráticas herdadas do século passado.

Sugestões nesta área têm sido numerosas. O essencial é a abertura, por parte das administrações, para a inovação, para outras formas de organização, para as iniciativas em outras regiões do país e do mundo. O debate político e econômico ficou durante longo tempo confinado nas grandes simplificações do

século passado, onde tudo se resumia no embate entre privatização e liberalismo por um lado, e socialização e estatismo de outro. Esta polarização ainda alimenta os nossos ódios ideológicos e trava a evolução para soluções construtivas. Mas no conjunto estamos evoluindo para outras formas de organização social, outros paradigmas. Não importa muito se isto pode ser qualificado de terceira ou de quarta via. O que importa realmente, é a expansão das liberdades de opção dos segmentos oprimidos ou excluídos da população, é a construção de uma sociedade mais civilizada, ou, como dizia Paulo Freire, *menos malvada*.

Bibliografia

BROWN, E. *The public bank solution*. Third Millenium Press, Louisiana, 2013.

CAMILHER, F. *Nosso Núcleo Casa Verde*. 2021. Disponível em: https://dowbor.org/2021/10/nosso-nucleo-casa-verde-desenvolvimento-local-sustentavel-fomentado-pela-vontade-do-territorio-e-pela-tecnologia.html

CEPAL. *A hora da igualdade*. Brasília, 2010, 58 p. Disponível em: http://bit.ly/bqwYAh

DOWBOR, L. *Os desafios da revolução digital*. Ed. Elefante, 2025. Disponível em: https://dowbor.org/2024/06/revolucao-digital-uma-sociedade-a-beira-de-rupturas.html

DOWBOR, L. *Resgatar a função social da economia*. Ed. Elefante, 2022. Disponível em: https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html

DOWBOR, L. *O que é poder local*. São Paulo: Ética, 2016. Disponível em: http://dowbor.org/08podlocal.doc

KRONENBERGER, D. *Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática*. 2011. Disponível em: http://dowbor.org/2012/04/livro-desenvolvimento-local-sustentavel-uma-abordagem-pratica-2011.html

LLORENS, F. A. *Desenvolvimento econômico local: caminhos para a construção de uma nova agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MAGALHÃES, E. *Saúde privada e muito poder nas mãos de poucos*. 2024. Disponível em: https://dowbor.org/2024/05/saude-privada-muito-poder-na-mao-de-poucos.html

MARTINS, O. *Gestão territorial: os vetores do desenvolvimento local*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2013. Disponível em: http://dowbor.org/2013/08/osvaldo-martins-gestao-territorial-os-vetores-do-desenvolvimento-local-sustentavel-dissertacao-de-mestrado-na-puc-sp-defendida-em-agosto-de-2013-orientacao-do-prof-arnoldo-de-h.html

MOUSSALLEM, M. *Terceiro setor: um ator estratégico para o desenvolvimento humano*. São Paulo: Plêiade, 2014.

PNUD; IPEA; FJP. *Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras*. Brasília: PNUD Brasil, 2014.

POCHMANN, M.; DOWBOR, L. *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

ROUILLÉ D'ORFEUIL, H. *Economia cidadã: alternativas ao neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002, 199 p. Disponível em: www.vozes.com.br

SACHS, I.; LOPES, C.; DOWBOR, L. *Crises e oportunidades em tempos de mudança*. In: Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade: contribuições de I. Sachs. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. *As pessoas em primeiro lugar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, P. *Lições de economia*. São Paulo: Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2024. Disponível em: https://dowbor.org/2024/12/paul-singer-licoes-de-economia-pensamento-e-historia.html

VANNUCHI, P. et al. *Desenvolvimento local: empoderar a comunidade*. 2023. Disponível em: https://dowbor.org/2023/05/desenvolvimento-local-empoderar-a-comunidade.html

VERGARA, P.; ALBUQUERQUE, F. (Orgs.) *Desarrollo económico territorial: respuesta sistémica a los desafíos del empleo*. Buenos Aires: DETE-ALC, 2006.

VIEIRA, A. M. et al. *Políticas públicas integradas: conceitos, metodologias participativas e casos*. São Paulo: UMESP, 2013.

WAINWRIGHT, H. *The tragedy of the private*. 2014. Resenha de L. Dowbor. Disponível em: http://outraspalavras.net/brasil/bens-comuns-da-privatizacao-a-democracia-real/

Parte 1

Nuevas imágenes prospectivas y nuevos escenarios para un ordenamiento territorial otro

Nuevas imágenes prospectivas y nuevos escenarios para un ordenamiento territorial otro

– Relatoría –

Pablo Ligrone Fernández

Introducción

Para la primera mesa redonda del seminario la Comisión Organizadora eligió una temática que introdujera a los aspectos más generales de la convocatoria y que focalizara en el caso uruguayo. Se buscó que los invitados fueran a la vez referentes universitarios destacados, que tuvieran un conocimiento profundo de la realidad del Uruguay en materia de ordenamiento territorial y desarrollo sostenible y una experiencia y reflexión internacional amplia. Por otra parte, se priorizó la diversidad de sus disciplinas y especializaciones y que tuvieran una vasta experiencia en el trabajo interdisciplinario e interinstitucional en múltiples escalas y complejidades. Asimismo, se requirió que fueran humanistas, de perspectiva amplia y que fueran personas que disfrutan de la reflexión intelectual tanto de la dupla teoría-realidad como teoría-práctica.

En el trabajo preparatorio se compartió la esencia de la convocatoria, así como el enfoque del coordinador con relación a los conceptos de imágenes y escenarios prospectivos. Luego se identificaron los temas que, tanto en el ámbito nacional (Uruguay) como en el internacional, cada uno podría aportar en lo conceptual, lo metodológico y los estudios de caso. Finalmente, se acordó la complementariedad de las intervenciones.

La intervención introductoria a cargo del coordinador Pablo Ligrone se organizó en torno al propósito central y general del seminario, *"Escenarios alternativos de planeamiento territorial para el siglo 21"*, a sus principales conceptos y a los ejes reflexivos propuestos, abriendo el camino al asunto de *"Nuevas imágenes pros-*

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_001

pectivas y nuevos escenarios para un ordenamiento territorial otro", a las tres intervenciones de los panelistas y al intercambio posterior.

Bajo el título *"Urbanismo afectivo, una ecología de saberes para la transición cultural"*, Adriana Goñi, quien se presenta como antropóloga, busca realizar un aporte en el campo ecocultural y social, haciendo una concatenación - "espectacular, bonita y esperanzadora" al decir de Manoel Lemes da Silva Neto - alternando teorías y posicionamientos doctrinales frente a los desafíos de los territorios contemporáneos y respuestas alternativas a través de muy diversas experiencias de planificación participativa.

Bajo el título "*Escenarios, arte operacional y el desafío de planificar para un empate*", Álvaro Soutullo, quien se presenta como biólogo y ecólogo, hizo un recorrido por su experiencia personal y profesional -rica en enseñanzas heurísticas y estratégicas- y sus sucesivos *"encuentros con el instrumento de los escenarios"* en el Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Uruguay, SNAP, en la Antártida y en los Juegos de Guerra Interamericanos.

Bajo el título *"El ordenamiento territorial entre la razón del egócrata y la democracia reinventada"*, Ricardo Gorosito, quien se presentó como un abogado y profesor de derecho ambiental y ciencia política, nos condujo en su pensamiento profundo a través de la experiencia del ordenamiento territorial constitucionalizado en Uruguay y desarrollado jurídicamente en un Estado socioambiental de derecho, jaqueado por un escenario de creciente polarización. En un marco global adverso a la construcción de consensos, signado por escenarios de antagonismos ideológicos en una especie de lucha de totalidades excluyentes, Gorosito nos interpela incisivamente desnudando la exacerbación del egócrata como forma autoritaria imperante en los diferentes estamentos, confrontándonos con el desafío de reinventar la democracia en que el Buen Gobierno, y por ende el ordenamiento territorial, se centre en la persona humana, sus derecho y libertades.

Las cuatro intervenciones giraron en torno a los escenarios como herramienta prospectiva insoslayable para la planificación territorial enfatizando en sus métodos, praxis y hebras o acentos doctrinales con el propósito de abrir un abanico de alternativas a los desafíos de la humanidad y de su imbricación con la multidimensionalidad, la complejidad y la multiescalaridad

global-regional-local. Una variedad de ejemplos ilustró cómo se están ensayando caminos de cambio, con logros concretos que muestran la posibilidad real de construir imágenes prospectivas posibles, demostradamente probables y muy cercanas al logro de futuros alternativos deseados.

El ordenamiento territorial intrínsecamente vinculado al desarrollo sostenible se presentó como un escenario alternativo al urbanismo y a la planificación tradicionales (sectoriales, deshumanizados, destructivos del ambiente…) aterrizándolo en el caso uruguayo y en otros tan disímiles como la Antártida, América Latina o Europa. Los escenarios ideológicamente duales que están abriendo brechas sociales en un planeta dominado por las grandes corporaciones financieras, por los grupos de interés, por autoritarismos crecientes, han minado las instituciones responsables de la planificación territorial con manifestaciones *egócratas* y desafían a nuevas recomposiciones democráticas.

Participación, afianzamiento de los avances deontológicos, concertación, búsqueda de consensos en torno a principios y objetivos estratégicos para la humanidad y la relevancia de los aportes de la ciencia son algunos de los conceptos y tópicos claves puestos sobre la mesa para construir escenarios, imágenes prospectivas y objetivos deseados para un ordenamiento territorial *otro*.

Nuevas imágenes prospectivas y nuevos escenarios para un ordenamiento territorial otro

Por ser la introducción a la mesa inicial del Seminario, Ligrone optó por discurrir por los siguientes tópicos generales.

Ventana de oportunidad

Pensar escenarios alternativos resulta una necesidad imperiosa frente a la constatación de la ínfima respuesta de la humanidad a los procesos de construcción / degradación / autodestrucción que, desatados desde la segunda posguerra del siglo 20, comprometen con aceleración creciente las posibilidades de una vida mejor.

La iniciativa del profesor Manoel Lemes da Silva Neto de crear un grupo de reflexión y de trabajo plural y promover la reflexión sobre Escenarios alternativos de planificación territorial para el siglo 21 busca aprovechar una ventana de oportunidad en el 3er Seminario Plurau abierto al pensamiento alternativo.

El pensamiento alternativo

El pensamiento alternativo, más o menos insurgente –incluidos notoriamente los grandes cambios de paradigma en las ciencias, las artes, las técnicas, las culturas, las ideologías políticas, etcétera– ha sido producto de un devenir único de la humanidad, excepcional combinatoria en una infinidad de opciones. Ese devenir, más o menos hegemónico -denominado actualmente por los especialistas como capitalismo, globalización, aldea global, …, en fin, ese sistema en el que todos vivimos en forma crecientemente homogénea–, ha engendrado en su seno al pensamiento alternativo; el sistema lo cobija, lo espera y lo necesita, lo auspicia y lo tolera. Y los universitarios, los intelectuales, los bendecidos por el acceso a la enseñanza, ¿no somos quienes tenemos por esencia la misión de generar ese pensamiento alternativo en las ventanas de oportunidad del día a día? ¡En eso estamos!

Escenarios alternativos: nuevas imágenes prospectivas y nuevos escenarios

En planificación, cuando hablamos de escenarios, hablamos de visiones de futuro, de prospectiva para contribuir a la toma de decisiones.

Necesitamos un abanico de escenarios muy contrastados entre sí, diferentes al tendencial, y no construidos con todo lo que nos gustaría que sucediera en el futuro, por un lado, y todo lo indeseable, por el otro. Si hacemos eso, estamos condenados a repetir más de lo mismo, con la consecuencia de obtener más de lo mismo. La tarea desafiante es imaginar lo posible, aunque sea altamente improbable como la pandemia de COVID19, y lo probable, nos guste o no. Si la prospectiva está solamente cargada de emotividad, ideología y deber ser, fracasará como herramienta de previsión y no ayudará a cambios verdaderos.

Elaborar prospectivas es una actividad fría, helada, aunque el combustible que mueva a la persona que la elabora sea el más caluroso humanismo o la más despiadada voracidad. El deber ser que queremos nos nubla la vista sobre el futuro.

Cada escenario narra una historia futura peculiar. ¿Cómo lo concebimos? ¿Cómo lo construimos? Lo concebimos como un entrelazamiento de múltiples variables, como un flujo de hebras o filamentos entrelazados que condiciona a las demás y, a partir de cuyos nudos, deshilachamientos, roturas, se generan bifurcaciones, ciertas de ellas de tal magnitud que la o las urdimbres y cuerdas resultantes nos puedan envolver en mundos estructuralmente diferentes, en escenarios alternativos.

Las imágenes prospectivas son fotografías, representaciones o puestas en escena de futuros que van asumiendo los diferentes escenarios. Tal es el caso ampliamente difundido de las imágenes prospectivas que nos plantea la ciencia ficción, las que han sido confeccionadas a partir de escenarios, más o menos trabajados y creativos, pero siempre expresivos de algunos fenómenos y procesos que movilizan al lector o al espectador a pensar en qué nos estamos equivocando o acertando hoy para prevenir / construir el mañana. Como ejemplo de una imagen prospectiva para reflexionar desde el presente y tomar mejores decisiones para el futuro cabe citar la obra "De New York à Coruscan" de Alain Musset, referente de la geografía francesa contemporánea.

¿Por qué necesitamos imperiosamente plantearnos escenarios alternativos para el Planejamento territorial para el Siglo 21?

Al menos por una razón principal: las tendencias robustas, más fuertes y estructurales, que sigue desatando la humanidad parecen conducir, inexorablemente, a callejones sin salida en el equilibrio ambiental, en la equidad entre los seres humanos, en el bienestar o buen vivir, en la paz, en la libertad y en el cumplimiento de numerosos principios y derechos que, crecientemente, la deontología universal consagra.

Algunos vectores o manifestaciones de esas tendencias son la acumulación desmedida de recursos, la dualización de la so-

ciedad y las brechas insalvables, la depredación sistemática de recursos naturales en la biosfera, las pandemias y zoonosis, la concentración de poder, la banalización cultural globalizante, la decadencia de la enseñanza y la educación, la violencia explícita o latente en las sociedades, el incremento exponencial de la inteligencia artificial y el descenso en picada de la inteligencia natural de las personas, el cambio climático y la degradación del ambiente y la contaminación global… a los que podemos agregar el ADN de los seres humanos y la manipulación genética de plantas y creación de virus en laboratorios, entre otros…

Necesitamos, pues, nuevas imágenes prospectivas y nuevos escenarios para poder tomar mejores decisiones hoy en la planificación territorial.

Un ordenamiento territorial otro

¿Por qué hemos elegido al Ordenamiento Territorial como núcleo conceptual e instrumental de una planificación alternativa siendo que existe y se ha implantado en numerosos países desde hace casi ochenta años? Por haber sido una creación nacida de una oportunidad insurgente de las políticas públicas, por haber sido exitosa en muchos casos, y por ser fuente inagotable de experimentación.

En efecto, la concepción e instrumentación del Ordenamiento territorial -*aménagement du territoire*- para la reconstrucción francesa y para la construcción europea de la segunda posguerra significó un cambio de paradigma en la materia, la filosofía y las herramientas de la planificación territorial tradicional.

Sus principales cambios virtuosos:

- subsumió al urbanismo en el conjunto de las políticas públicas espacializadas, económicas, socioculturales y ambientales, tanto en naciones como en regiones, en pos del interés general, de la democratización de las oportunidades de desarrollo humano y de la optimización de la sinergia y la cohesión socio territoriales con visiones sistémicas y holísticas;
- la geoestrategia para un desarrollo equilibrado y sostenible tomó protagonismo;

- los técnicos y decisores, tradicionalmente enfocados al cortoplacismo de las demandas del mercado inmobiliario local, mutaron reconvirtiéndose en estrategas del desarrollo territorial integral sostenible;
- se incorporó la complejidad sistémica, el pensamiento prospectivo, la interdisciplina, la interinstitucionalidad, la multidimensionalidad y el juego de interacción de escalas.

Décadas de difusión del ordenamiento territorial permearon en los países de América Latina, enriqueciéndose y adecuándose a tiempos y geografías diversas. Sin embargo, en infinidad de centros poblados de todo tipo y talla, de municipios, provincias, estados y otras divisiones subnacionales, sigue dominando:

- una zonificación simplista;
- la agregación por fragmentos de infraestructuras;
- la torpeza de las actuaciones públicas;
- la égida del experto profesional y la ínfima participación de los pobladores;
- el más absoluto divorcio entre los mundos inmobiliario privado y recaudador público asociados, por un lado, y el desarrollo territorial integrado y ambientalmente sostenible, por otro lado;
- ¡el despliegue territorial por agregación descoordinada de las políticas sectoriales de enorme inercia!

Por lo tanto, el Ordenamiento territorial está lejos de ser aplicado a cabalidad, incluso en países con avances constitucionales y legales relevantes en la materia tales como Bolivia, Ecuador y Uruguay.

Análisis y diagnósticos alternativos

Pese a ser una actividad interdisciplinaria y multidimensional ampliamente consagrada como necesaria en los análisis, la prospectiva se ha reducido y, muy seguido, caricaturizado en la miríada de procesos de planificación territorial, resumiéndose a la inadecuada tríada *escenario tendencial – escenario positivo o deseado – escenario negativo*. Incluso así, empobrecidos, rara vez los

escenarios prospectivos han sido seriamente considerados para anticiparse a lo que de ninguna manera se quiere que ocurra, quedando como anexos al plan elaborados *pour la galerie*.

Análisis y diagnósticos alternativos son indispensables para hacer surgir en cada territorio y difundir públicamente, al menos:

a) constantes de gran inercia y procesos inexorables, señales de futuros diferentes, procesos incipientes o emergentes de cambio;
b) mensajes de los territorios: los obvios (los que rompen los ojos y el corazón), los invisibles, los que el *statu quo* no quiere ver…;
c) los problemas, los potenciales, los actores con métodos realmente democratizadores que identifiquen beneficiados y damnificados, que le den voz a la naturaleza y que permitan identificar nuevas realidades, nuevas pistas, señales y relatos.

"Hebras" estructuradoras de escenarios e imágenes prospectivas

Si la realidad incluye infinitas hebras que generan el futuro, algunas son estructurantes del devenir:

1) geopolítica y geoestrategia: múltiples escalas y tipos de ámbitos geográficos, redes, flujos, nodos, modalidades de expansión, diseminación, contaminación, dinámicas y morfologías;
2) tecnologías de: guerra, conquista espacial, movilidad, comunicación, manipulación genética, robotización e inteligencias artificiales, energías, producción agrícola - pecuaria - forestal...;
3) salud - pandemias - zoonosis;
4) los territorios del agua y el agua en los territorios;
5) culturalidad y articulaciones sociales…

Este listado no taxativo fue ampliamente enriquecido en las intervenciones del seminario, constituyendo una ayuda a la confección de escenarios e imágenes prospectivas.

Cuatro tópicos de alta significación para escenarios alternativos

Completando esta sinopsis, los restantes ejes de reflexión propuestos agregan asuntos sustantivos a la confección de escenarios alternativos:

- El buen vivir del siglo XXI como objetivo de planificaciones alternativas.
- La interseccionalidad de saberes, coordinación de políticas públicas, nuevas arquitecturas institucionales para la humanidad y sus agrupamientos.
- Planificación y espacio existencial para el siglo 21.
- Fronteras y regionalidades, legales, virtuales, antropológicas, sentidas...

Algunas pinceladas sobre el Ordenamiento Territorial en Uruguay

En Uruguay se produjo un amplio desarrollo normativo, institucional y de instrumentos de ordenamiento territorial y desarrollo sostenible (IOTDS).

- El Ordenamiento Territorial se institucionaliza en 1990, con la Creación del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, MVOTMA.
- Se constitucionaliza en 2004, artículo 47, junto al ciclo hidrológico como dominio público estatal y al derecho de toda persona a la participación en todas las instancias de planificación, gestión y control de este.
- En 2008, una extensa, moderna y rica ley, N°18.308, funda un Sistema de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible, SOTYDS.
- Cientos de IOTDS de todos los ámbitos y escalas han sido aprobados (2010 en adelante) incluyendo los ámbitos nacional, regional, departamental, local y en enclaves acotados.

Una serie de imágenes y comentarios destacó el Sistema fundado, sus normas sustantivas, principios rectores, nuevos derechos territoriales y ambientales incluyendo una *actio popularis* y la caja de herramientas o instrumentos de planificación creados.

Sin embargo, los cientos de instrumentos de planificación (IOTDS) aprobados son de muy diversa calidad, muchos de ellos paupérrimos -incluyendo lo que se ha dado en llamar *seudoplanificación*- y, en su casi totalidad, utilizan el sistema como si fuera el urbanismo normativo "a la antigua". Sostenemos pues que el ordenamiento territorial sigue siendo en Uruguay una alternativa, un escenario alternativo de alto potencial, una asignatura pendiente para la planificación territorial.

Como ejemplo de un Ordenamiento Territorial *otro*, otra serie de imágenes y comentarios ilustraron las Directrices Departamentales de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible de Rivera en la frontera norte lindera con los municipios de Santana Do Livramento, Dom Pedrito y Bagé (Brasil) actualmente en etapa de puesta de manifiesto (consulta pública).

Resaltando su posicionamiento geoestratégico, la imbricación de Políticas-Programas-Planes-Proyectos (PPPP), la fuerte elaboración participativa con los actores de los procesos reales cotidianos y el enfoque binacional y numerosas innovaciones normativas para garantizar una mejor protección del ambiente y un creciente desarrollo local, estas directrices fueron formuladas cumpliendo cabalmente con lo establecido en la Constitución y la ley de 2008, a diferencia de las elaboradas en los otros 18 departamentos del Uruguay, conservadoras del *statu quo*, elaboradas a la vieja usanza. En las siguientes imágenes señalamos aspectos destacados que no solamente están vigentes, sino que sigue siendo su aplicación y ejercicio real una alternativa al statu quo que se resiste, tramposamente, al despliegue del ordenamiento territorial y desarrollo sostenible.

Urbanismo afectivo, una ecología de saberes para la transición cultural

Con un breve preámbulo poniendo en valor dos referentes de la talla de Ana Clara Torres Ribeiro y Milton Santos, Goñi nos embarcó en una jugosa sinopsis de desafíos territoriales y ambientales globales, latinoamericanos y uruguayos, así como de respuestas doctrinales y de casos de praxis alternativas a las tendencias robustas y oscuras en que transcurre la humanidad.
Partiendo con énfasis ubicada en la complejidad latinoamericana -violencia, desigualdad social, sistemas en estados críticos- Goñi plantea que se puede, sin embargo, "reivindicar dentro de la planificación un cambio de mirada apreciando lo que teníamos originariamente en nuestro continente", su originalidad y particularidad. Considerando "lo devastador de lo que se nos ha impuesto es posible buscar alternativas y respuestas en algunas cuestiones que sí tenemos…": lo popular, los sistemas de antirracismo, poblaciones indígenas y pueblos originarios con otros modos de desarrollo territorial, gestionando bienes comunes "fuera del sistema" de maneras alternativas, cooperativismo…

Crisis y movilización social

La crisis ambiental global, el cambio climáticos y los desastres derivados -grandes incendios, sequías, inundaciones-, los efectos de los diversos extractivismos sectoriales -notoriamente agua con el hidrógeno verde en desmedro de acuíferos y cuencas superficiales-, la contaminación elevada y las enfermedades resultantes, la megaminería, forestación industrial y deforestación de flora autóctona para plantaciones comerciales, e impactos de proyectos de grandes urbanizaciones costeras, la privatización de los bienes comunes y de biorregiones ha generado respuestas en la movilización social, destaca Goñi. Los movimientos sociales piden actualmente planificación y ordenamiento territorial, y planificación ambiental… En Uruguay *"tenemos una legislación de todo tipo y color… pero no se aplica y no se controla…"*

¡Inventemos otras formas!

En diversas partes del globo, la expulsión de la población rural asociada a extractivismos o a procesos violentos -desplazamientos forzados, guerras por los recursos naturales…-, la urbanización excesiva acompañada con la apología a la ciudad, a la metrópolis y la megarregiones, como lugar de innovación y los derechos, apología promovida por gobiernos, corporaciones, y especialistas conforma un escenario insostenible. Ante este panorama Goñi hace un llamado: *"la sociedad de los planificadores debería decir: ¡Paremos de hacer crecer ciudades como Sao Paulo o México, paremos! ¡Inventemos otras formas!"*

Narrativas críticas en América Latina en defensa del ambiente y de la participación de la gente contagia incluso a Europa:

> *decolonialismo, feminismo antirracista y popular, perspectiva multiespecie y los derechos de la naturaleza, posdesarrollo, participación en la gestión, ontologías originarias indígenas…*

Retoma la crítica al reduccionismo y funcionalismo de las utopías urbanas y de la mirada centrada en los puros beneficios del hombre, y plantea alternativas tales como la teoría de los bienes comunes y gestión de ellos con participación de los pobladores. ¡El buen vivir es una opción real, no es una utopía! Afirma, destacando las reivindicaciones indígenas que plantean alternativas *al* desarrollo y no *de* desarrollo, tomando como fuente de inspiración ejemplos de planes de ordenamiento territorial en jurisdicciones especiales indígenas.

Urbanismo participativo y afectivo, una alternativa posible

Goñi nos llena de entusiasmo con las experiencias en Montevideo del Laboratorio de urbanismo participativo y afectivo que lidera, en la escala micro del municipalismo: *"re-imaginar la vida en las ciudades con cuidados… y también con economías locales distintas… nuevas agendas de bienes comunes y usos cívicos… recuperación de espacios y propiedades abandonadas… diseño urbano participativo en espacios y equipamientos públicos… jardines"* en instancias participativas en diálogo y procesos coordinados con el

Gobierno local. Destaca el plan sectorial urbano de promoción del desarrollo urbano local y ecosistemas cívicos de cuidados en la Ciudad Vieja. Asimismo, hace referencia a las *"ontologías que reconocen los derechos de la naturaleza"*, ejemplificada en diversos llamados de los pobladores de las costas del Este uruguayo al equipo docente del CURE que integra para proponer alternativas al urbanismo depredador.[1]

Completa su rica narrativa con varias iniciativas alternativas de la población local tales como la protección ambiental de la faja costera y nuevas formas de convivencia y de intercambio, mercados de semillas y productos agrícolas, estudios de la fauna y flora local, educación ambiental, cambio de mentalidad de los estudiantes universitarios -visión de futuro del guazubirá.

Escenarios, arte operacional y el desafío de planificar para el empate[2]

En un recorrido por sus experiencias profesionales, técnicas e institucionales, Soutullo comparte momentos significativos de su reflexión relativa a los escenarios de planificación en contextos notoriamente diferentes, cada uno de los cuales le aportó enseñanzas metodológicas, conceptuales y vivenciales. Manteniendo la secuencia narrativa, nos hemos tomado la licencia de agregar algunos subtítulos y breves comentarios con el mero objetivo de marcar énfasis.

[1] Cabe destacar como hito histórico para el ordenamiento territorial otro que, como corolario de la movilización social y los dictámenes de los especialistas, fue rechazado por las autoridades nacionales y departamentales el proyecto urbanizador en las laderas de Punta Ballena, Maldonado. El 17/03/2025 la Junta Departamental declaró reserva departamental y servidumbre *non-edificandi* a esta punta rocosa. Ver Bacchetta, Víctor. 2025. La batalla de Punta Ballena. El poder de la sociedad organizada, Montevideo: El Zumbido ediciones.

[2] El presente apartado es el resultado de la desgrabación, algunos breves comentarios y ajustes menores de la intervención de Álvaro Soutullo realizados por Pablo Ligrone, sometido a la corrección y visto bueno del autor. Se optó por un escrito extenso por no haber contar con un capítulo específico como en los otros tres casos.

Primer encuentro con los escenarios: SNAP

Imaginar futuros posibles para construir un futuro deseado

En el Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Uruguay, SNAP[3], Soutullo se encuentra ante *"la necesidad de o el ejercicio de trabajar con escenarios para definir visiones acordadas como deseadas para los territorios en los que se iba a estar trabajando en el diseño de áreas protegidas"*. Por una parte, acordar colectivamente con los actores vinculados al proceso: *"el concepto mismo de áreas protegidas ha ido evolucionando mucho en las últimas dos décadas de una lógica de refugio de naturaleza de la actividad humana hacia formas de utilizar el territorio para promover sustentabilidad, con una visión socio ecológica de lo que es un territorio" (...) "Territorios* (entendidos) *como sistemas sociales ecológicos integrados y las áreas protegidas* (entendidas) *como instrumento de organización de paisajes más grandes de forma tal que las características naturales de esas áreas sirvieran para sostener bienestar humano y ese vínculo fuerte entre ecosistemas sanos y sociedades sanas mediados, en una forma muy simplista tal vez, a través del concepto de servicios ecosistémicos."*

> *Para Soutullo, en el SNAP el escenario era "entendido como visión deseada de territorio que tracciona las acciones que tenemos que implementar. A mí me cuesta mucho visualizar los escenarios, comprender los escenarios desacoplándolos de la planificación y sobre todo desacoplándolo de la acción". Este párrafo es de singular relevancia y permitirá sopesar la maduración y matices del concepto de escenario en los sucesivos "encuentros".*

"Nuestro ejercicio a la hora de pensar áreas protegidas implicaba identificar esos elementos naturales que queríamos conservar, que eran centrales para construir esos escenarios deseados para el territorio, identificar las presiones que estaban degradándolos, identificar los factores socioeconómicos, culturales, etcétera (que estaban) *por detrás e identificar estrategias que se traducían en acciones que pudieran llevar la situación actual a esa situación deseada."*

[3] El Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Uruguay, SNAP, fue creado por la ley 16.234 de 2000.

En suma, una imagen prospectiva deseada: "*acordar un escenario territorial deseado es el paso fundamental porque establece después toda la energía en qué dirección se invierte. (…) Insisto, me cuesta mucho imaginar unos escenarios que no tienen como propósito organizar la acción*". [4]

Segundo encuentro: La Antártida y el océano Austral, sus aguas circundantes

Soutullo nos ilustra ¿Por qué puede ser interesante hablar de la Antártida en un seminario como en el que estamos ahora?:

La Antártida "*es uno de los principales reguladores del sistema climático global*". Destaca la circulación termohalina: "*es un mecanismo de redistribución de aguas a lo largo de los océanos que, en esa circulación, redistribuye calor y también redistribuye nutrientes y, por lo tanto, convierte este planeta en un planeta mucho más habitable y, además, es un motor esencial de esa circulación global son las aguas en el entorno de la Antártida por un proceso básicamente de contacto entre aguas frías y cálidas, y aguas más dulces y más saladas*" … "*Ese transportador que hace que las zonas cálidas y las frías sean menos extremas, tiene un núcleo de su funcionamiento en la Antártida. Esa circulación es clave para determinar las condiciones climáticas en las que vivimos, las condiciones en las que cultivamos, los ambientes en los que habitamos*". Por otro lado, "*la Antártida también durante el invierno hay un área más o menos de la misma superficie de mar que se congela. Esa gran área blanca funciona como un lugar que cumple un rol importante en la reflexión de la luz solar, con lo cual contribuye a disminuir la cantidad de calor que absorbe el planeta y, por lo tanto, amortigua los efectos de los gases de efecto invernadero. El océano en general, pero el océano austral en especial ha sido el principal componente del sistema terrestre que ha absorbido y retenido calor, (…) amortiguando el efecto de los gases de efecto invernadero.*"

[4] Soutullo fue coordinador del área de conservación de biodiversidad del SNAP, identificando la red de sitios que debían integrar el sistema y sistematizando y creando la información para establecer los objetivos a alcanzar. Ver visualizador SNAP. capa áreas de conservación. Celdas SNAP 2015 – 2020 cuyas especificaciones los instrumentos de ordenamiento territorial y las autorizaciones ambientales deben respetar. https://www.ambiente.gub.uy

Asimismo, *"el océano austral, es una de las principales reservas de proteínas y de ácidos grasos. Además de los recursos naturales, los recursos minerales, sobre todo en el entorno de la Antártida, constituyen también una de las principales reservas"* mundiales. Finalmente, *"la Antártida es en esencia ¡un enorme bloque de hielo que no es más que agua dulce! En el caso de seguir derritiendo con la tasa que se derrite actualmente, va a tener a su vez un impacto muy significativo en el nivel del mar y, por lo tanto, todo lo que ocurre en la Antártida afecta de manera bastante más directa de lo que imaginamos, las condiciones, sobre todo las condiciones futuras, futuras cercanas en las que vamos a estar viviendo en este planeta."*

> *"En este contexto, mi encuentro con la herramienta de los escenarios ha estado básicamente enfocada en establecer o en conocer cuáles son en función de estos cambios que está transitando en el planeta, las respuestas de los ecosistemas antárticos, marinos y terrestres, y qué implicancias tienen para el sistema global". A diferencia de caso SNAP, el énfasis se traslada de la imagen prospectiva del deber ser hacia la identificación de las evoluciones posibles de las principales hebras que responderían a los cambios.*

Soutullo enfatiza sus nuevos desafíos relevantes y aprendizajes sustantivos:

- *Extensión con alcance global. "El principal desafío de trabajar en el contexto antártico evidentemente es el cambio, en relación con la experiencia previa* (SNAP), *hacia el alcance global".*
- *Procesos altamente dinámicos, terrestre vs marino. "Ordenar y utilizar de manera racional y sustentable los espacios marinos nos implica para los planificadores un marco conceptual muy distinto de los sistemas marinos, son enormemente dinámicos. Entonces requiere un abordaje que tiene características que son muy distintas a las que estamos acostumbrados en sistemas terrestres".* Cabría agregar, atrevidamente, que herramientas tales como la zonificación tradicional resulta inviable frente a un ámbito variable de flujos continuos.

- Relaciones (internacionales) entre actores fuera de jurisdicciones nacionales: un sistema de actores que son países. "Un elemento central, en términos de lo que lo diferencia como experiencia previa, es el tema de los actores que participan en las discusiones sobre la gestión del continente antártico, que en este caso pasan a ser países. El sistema del tratado antártico es un conjunto de acuerdos internacionales por el cual los países que integran ese sistema acuerdan una serie de medidas para gestionar ese continente. Pero esas medidas ocurren fuera de los límites jurisdiccionales de su país entonces." Un ámbito jurisdiccional sin una última autoridad competente: "Estamos en el contexto de las relaciones internacionales donde en el fondo, los países acuerdan, pero no tienen necesariamente capacidad de hacer cumplir los acuerdos y eso implica una serie de desafíos importantes a la de lograr gestionar un territorio de estas características, el otro tema."
- Gobernanza. "El otro tema muy diferente es la gobernanza del sistema del tratado antártico. El elemento característico es que las decisiones se toman por consenso. El trabajar en la construcción de consensos nos pone en un lugar y nos genera una serie de desafíos que son totalmente distintos al marco de trabajo cuando uno toma decisiones por mayoría. En un contexto de consenso, basta con que alguno no esté de acuerdo con la propuesta que se construye para que esa propuesta no pueda avanzar. Entonces, avanzar en el contexto del sistema del tratado antártico requiere un abordaje a la forma de relacionamiento entre los actores que forman parte del sistema que requiere que todos encuentren que la solución es razonable. Y eso, para mí, cambia dramáticamente la forma de trabajar."
- Forzantes externos: adaptación. "Por otro lado, buena parte de los procesos que les contaba en la Antártida están asociados a decisiones y a procesos que son externos en la Antártida, (tales como) el aumento o en la no disminución de la emisión de gases invernadero. La emisión ocurre fuera de la Antártida y las decisiones ocurren fuera de la Antártida. Uno de los desafíos en el contexto antártico es que uno gestiona la capacidad de adaptación y, en todo caso, el lobby que hace desde la Antártida hacia afuera, pero no toma la decisión sobre alguno de los pro-

cesos determinantes de los escenarios hacia los que se transita. Y eso también tiene algunas cosas interesantes quizás para reflexionar a la hora de pensar en nuestros territorios y cuánto de las decisiones las podemos tomar en nuestros territorios. En definitiva, están pautadas a lo que hablaba Pablo al principio por procesos y por decisiones que ocurrieron en otro lado."

- *Interfase ciencia-gestión y gestión basada en evidencia. "El último elemento que me pareció sumamente enriquecedor de mi pasaje por el tema antártico es el rol de la ciencia en el sistema, en los procesos de toma de decisiones. Es la forma de funcionar en el sistema Antártico tiene una estructura decisión donde se hace un esfuerzo genuino, a veces mejor y a veces peor, pero sí se hace un esfuerzo genuino, porque las decisiones están fuertemente sustentadas en conocimiento científico."*

La pregunta crucial
Entonces de alguna forma mi pasaje por el tema antártico me llevó a transitar por una serie o experimentar o conocer una serie o afrontar una serie de desafíos que son muy distintos con los que empecé con el tema de escenarios, pero en el fondo para resolver un problema que es exactamente el mismo: ¿cómo gestionar un territorio que está transitando por cambios para el beneficio de todos?
Es significativo que en este momento y gracias a estos nuevos desafíos, Soutullo explicite esta pregunta con tres componentes clave: gestionar (un territorio), transitar por cambios y para el beneficio de todos.

Con referencias a la presentación de Goñi y a una imagen de fútbol, Soutullo nos introduce en el núcleo filosófico – pragmático de su reflexión que enriquece en cada nuevo encuentro con los escenarios:

"Como uruguayo necesito, me cuesta mucho entender el Mundo si no es a través del fútbol." Muestra una foto en que el golero de la selección argentina consuela al jugador estrella de Francia al término de la final del mundial… *"foto interesante porque nos obliga a pensar en que coexistimos en estos territorios -y el sistema del tratado antártico en eso nos fuerza-, por eso que les comentaba: el con-*

senso a buscar soluciones que sean razonables para todos. El otro no desaparece. Aquél con el no estoy de acuerdo, aquel que no está alineado con mi forma de pensar, no va a desaparecer simplemente porque no esté alineado conmigo.

Entonces, en esa mirada de la necesidad de traducir los escenarios a acción tenemos que buscar mecanismos que nos permitan coexistir más allá de quiénes son buenos o quiénes son malos. En el marco del sistema de antártico eso es especialmente claro. Tenemos a las principales potencias de este planeta, coexistiendo en un contexto geopolítico mundial que todos conocen perfectamente y, sin embargo, cualquier decisión requiere que todos estén de acuerdo. Y eso nos fuerza a unas estrategias de trabajo en las que solamente podemos avanzar en la medida que encontramos soluciones suficientemente razonables para todos. ¡Eso me parece que es importante a tener en mente a la hora de pensar en escenarios y en planificación territorial! El otro no va a desaparecer; me lo voy a volver a cruzar en la siguiente interacción, y necesito que lo haga con el menor nivel de frustración y bronca posible para que de alguna manera se pueda avanzar hacia algo relativamente razonable para todos."

Aprendiendo de las Fuerzas Armadas. El arte operacional

"Mi pasaje por el tema antártico me llevó a trabajar, y esto fue también un desafío muy particular, personal, muy cerca de las Fuerzas Armadas. La logística de las actividades antárticas en los países latinoamericanos está fuertemente basada en las capacidades logísticas de las Fuerzas Armadas. Yo les decía, soy ecólogos y trabajo en Universidad de la República. Tuve la suerte de trabajar un período importante de mi vida, también vinculado al Ministerio de ambiente (antes ministerio de vivienda, ordenamiento territorial y medio ambiente). Eso fue también interesante por esa mezcla de medio ambiente y ordenamiento territorial en una misma institución (ahí interactuamos en alguna que otra ocasión con Pablo) pero bastante lejos de lo que es la cultura y la forma de trabajo de las Fuerzas Armadas.

La actividad antártica me obligó a trabajar de manera permanente con las Fuerzas Armadas y me permitió entender algunas cosas o visualizar o aprender algunas cosas que no estaban claramente en el paquete de cosas que manejaba normalmente.

Una de ellas es lo que se conoce como los niveles de la guerra: el nivel estratégico, el nivel operacional y el nivel táctico u operativo.

- El nivel estratégico es aquel que habla de las grandes políticas, qué es lo que pretende un país lograr, cuáles son los objetivos últimos.
- El nivel táctico es el otro extremo. Es aquellas actividades que tienen que ver con el terreno, las batallas, las operaciones puntuales, las que vemos en las películas de la Segunda Guerra mundial.
- Pero me resultó enormemente interesante el nivel operacional, que básicamente es el nivel que vincula lo estratégico con lo operativo, con el terreno. Es ese nivel que diseña cómo se van a organizar y a movilizar los recursos y ordenar las acciones en el terreno para alcanzar los objetivos estratégicos.

Hay un concepto que me parece que es interesante tener en mente porque creo que los planificadores territoriales operan esencialmente en ese nivel -o una parte importante del trabajo de los planificadores territoriales está en ese nivel intermedio de vincular lo estratégico con lo operativo de los grandes objetivos con las acciones concretas. Es lo que en la doctrina de las Fuerzas Armadas se conoce como el arte operacional que básicamente. Tiene que ver con la habilidad de los comandantes de organizar y movilizar los recursos y ordenar las acciones para alcanzar esos objetivos de nivel estratégico.

Y es un concepto que lo he intentado mantener activamente, pensar en ese concepto de arte operacional, leer también, bastante… Más allá que claramente mis actividades no tienen que ver con la guerra, hay un marco de desarrollo conceptual, creo que puede ser bien interesante para personas como ustedes que trabajan en la planificación y tratando de vincular lo estratégico con lo concreto.

Tercer encuentro. La necesidad de imaginar más de un escenario

"Lo otro que aprendí, conversando mucho con algún oficial, y que me pareció un mensaje para traer sobre la mesa en el contexto de esta actividad, es el concepto de cómo se planifican las intervenciones, las operaciones militares. Básicamente yo lo resumiría en esta frase: preparar la defensa para el peor escenario y el ataque para el escenario deseado.

Eso me hizo reflexionar sobre algunas limitaciones en nuestra forma de planificar las áreas protegidas. En realidad, hacíamos un foco en lo que queríamos, pero le prestamos mucho menos atención a aquellas cosas que era posible que pasaran y que no queríamos que pasaran. Entonces creo que de esta interacción, de esta etapa de mi vida profesional, de trabajo en cercanía con el personal militar, lo que aprendí (…) es la necesidad de imaginar más de un escenario por aquello de ordenar, de planificar las acciones, no sólo pensando en lo que quiero, sino también buscando minimizar los daños que me pueden generar aquellas cosas que no quiero que pasen."

"Conversando con Pablo, hace unas semanas, hablamos de alguna de las limitaciones con las cuales afrontamos en Uruguay la planificación de la expansión de las zonas urbanas en la faja costera de Uruguay. Mucho más enfocados, concentrados, en lo que queríamos, no nos dimos cuenta de que había otras cosas que estaban pasando y que, si no las atendíamos adecuadamente -aunque no fueran como queríamos-, íbamos a terminar teniendo una realidad territorial muy lejos de lo que sí queríamos …

En suma: "…*nuestro foco en el que queríamos no nos permitía visualizar… cosas que no queríamos.*"

Seguramente no es el último encuentro… Los juegos de guerra

"Mi última interacción con las Fuerzas Armadas que me permitió también agregar alguna reflexión adicional sobre el tema de escenarios, fue participar como asesor de un juego de guerra que, básicamente, es un ejercicio de pensar escenarios y cómo responder a escenarios. Este año (2024), *los Juegos de Guerra Interamericanos se organizaron en*

Uruguay. El foco tenía que ver con situaciones que se podían dar en el entorno de la Antártida y, por eso, me invitaron a participar."

> *"Lo interesante de los juegos de guerra que tiene como método poner una situación hipotética y analizar cómo responder a esa situación; ello permite identificar dónde están las capacidades que se necesitan y no están.*
> *Entonces esta tercera experiencia con el tema de escenarios tiene que ver justamente con utilizarlos como herramienta para aprender, para identificar cuáles son las carencias y por lo tanto identificar cuáles son las capacidades logísticas, operativas, etcétera que necesito desarrollar, si es que efectivamente quiero implementar una serie de acciones que me permitan avanzar hacia la dirección que quiero, minimizando los daños. Afrontar ese futuro sin estar adecuadamente preparado."*

"Entonces y para ir redondeando y volviendo a lo que me plantea Pablo al principio, el escenario prospectivo es una técnica para definir un estado futuro, un sistema e indicar los distintos procesos que permiten pasar del estado presente a la imagen.

Dentro de ese marco, a mí me parece que es muy importante, más allá de que siempre es estimulante y desafiante el ejercicio intelectual de pensar hacia dónde queremos ir, (…) que no nos quedemos en el escenario si no viene de la mano de una estrategia que nos lleve a implementar los cambios necesarios para que ese escenario ocurra; es un buen ejercicio, pero no nos transforma el Mundo. Necesitamos que los ejercicios de pensar mundos posibles vengan de la mano de disparar procesos que nos permitan construir los mundos que queremos. Debemos tener claro qué es lo que queremos y qué es lo que no queremos, porque a la hora de implementar acciones no sólo podemos enfocarnos en aquellos cambios que queremos, sino que debemos tener claro que va a haber otros cambios, otras tendencias u otros procesos que van a estar ocurriendo y que si no logro minimizar sus impactos negativos no voy a conseguir un futuro como el que quiero. El tema de desarrollar capacidades, ya lo comenté y (…) volviendo a esa foto de Mbappé, en el futuro van a estar todos; van a estar los que me gustan y los que no me gustan y los que quiero y los que no, los que están de acuerdo conmigo y los que no están de acuerdo conmigo.

Entonces necesitamos planificar, reconociendo que esas diferencias y conflictos van a estar. Y sepamos que si cerramos los ojos y hacemos de cuenta que las cosas van a ocurrir solamente como queremos, seguramente no logremos tener una estrategia adecuada para avanzar hacia la realidad que queremos. Además, el proceso a planificar es una buena oportunidad para promover acuerdos y compromisos.

Por eso esa frase de planificar para el empate.
¡Creo que tenemos un enorme desafío! Estamos muy acostumbrados a pensar en términos de competencia, de lucha y está bien. Yo no digo que eso tengamos que abandonarlo. Pero también tenemos que empezar a pensar que, en el futuro, seguramente estén los mismos actores que están hoy y que si queremos transitar hacia soluciones viables; tenemos que encontrar puntos medianamente razonables para todos, incluso para aquellos que no son los que tienen la visión, la mirada, las preocupaciones y los intereses o hasta la posición y la deontología que entendemos es la apropiada. ¿Por qué? ¡Porque van a estar! Y si queremos transitar hacia otro futuro mejor tenemos que asumir que hay que transitar con esos y encontrar maneras de coexistir."

El ordenamiento territorial entre la razón del egócrata y la democracia reinventada

Como efecto de la exposición que lo precedió, Gorosito comienza su exposición con una advertencia con humor: "*Quiero hacer una declaración jurada al comenzar y es que yo escribí esto sin que Álvaro* (Soutullo) *supiera nada de lo que yo hubiera escrito*", y seguidamente nos "espoilea" un concepto central de su disertación: la importancia de "*alentar al consenso*".

Su reflexión sobre el ordenamiento territorial en un marco paradigmático ambiental se inscribe en el contexto de Uruguay, "*un país que simplificó desde el origen su problemática de inserción en un territorio y en la historia… tierras de ningún provecho en la primera fase de la colonización… y fue marcado en su destino histórico por la introducción de vacas y con ello también contribuyó a una especie de biocidio originario como fue el poner en la pradera platense originaria*

… una dotación muy importante de animales exóticos ajenos y que empezó con eso toda una historia de un país que fue escapando de sus raíces ancestrales en todo sentido… así que acá tampoco tenemos poblaciones indígenas…".

Gorosito eligió presentarnos dos escenarios dicotómicos como preocupación desde la perspectiva de un profesor de Derecho ambiental más que introducirse en cuestiones metodológicas de la construcción de escenarios: *"el ordenamiento territorial entre la razón del egócrata y la democracia reinventada"*.

Gorosito está *"persuadido de que estamos atravesando un período"* que vive *"una especie de gigantesca división en el mundo"*, para él inesperada: *izquierda y derecha, ¡especie de renacimiento de situaciones que creíamos propias de los años 30 del siglo 20 y que se están imponiendo en nuestra realidad de manera hasta si se quiere trágica!"*.

Gorosito señala: *"Digo esto porque lo más significativo de toda esta bipartición ideológica o de dos totalidades ideológicas prácticamente enfrentadas … a veces en el campo de lo bélico…"* se vive *"un gigantesco giro entre las ideologías en pugna"*: a) *"las ideas de izquierda hacia fines del siglo 19 y principios del 20 eran esencialmente universalistas"* -el proletario, el burgués y el modo de producción capitalista en cualquier latitud; la universalidad de las luchas por los derechos ciudadanos, etc.; *"hoy, a izquierda es la vocera de todos los particularismos, de las minorías, de las ancestralidades"*; b) Algo parecido en sentido inverso se daba con la derecha cambiando de rol *pasando de las reivindicaciones de la tradición a la defensa de unidades nacionales y de exclusiones diversas de esos particularismos*."

Esto influye directamente en la construcción y la práctica del ordenamiento territorial ya que, frente a los riesgos, incertidumbre, aceleraciones, y a un futuro de grandes desafíos globales de *"tiempos interesantes"*, tenemos *"un presente muy adverso para pararse ante él con mínimas cautelas que aseguren acciones exitosas y eficaces"*. Por otra parte, *"difícil y harto difícil de interpretar el presente, que nos apura en respuestas urgentes a los retos civilizatorios, lo que vuelve casi titánica la prognosis que demanda crear horizontes de largo plazo, entrelazando las hebras originadas en la sociedad, en la economía, en el ambiente -tejiendo en la rueca del tiempo…"*.

En este contexto global, Gorosito presenta los pilares fundamentales que, desde el ordenamiento territorial constituciona-

lizado, permiten en Uruguay vivir en un "*Estado socioambiental de derecho, esencialmente pluralista en lo político, social, cultural y religioso*", pronosticando su mantenimiento y profundización…

Y es aquí donde vuelve sobre los peligros de la ya referida dicotomía que "*no sólo levanta un muro gnoseológico prácticamente insuperable para armar consensos mínimos de organización de las respuestas humanas a los desafíos, sino que, como estamos sosteniendo, nos reintegra al ambiente espiritual similar al de los años 30 del siglo pasado*." Asimismo, Gorosito advierte del egócrata, es decir "*aquel burócrata que ha llevado a la simplificación a la sociedad regimentada, de forma tal que, en cuanto planificador del territorio, es un pequeño Leviatán persuadido de que sus reglas representan la democratización suprema del territorio, en tanto limitan y en ocasiones eliminan el interés privado en función de los colectivos*".

Finalmente, reivindica la democracia reinventada: "*volver a la Constitución, al pacto de la democracia, profundamente liberal y pluralista, pluripartidista incluso, en lo político y socioambiental en lo sociocultural.*"

Diálogo

Manoel Lemes da Silva Neto

"*Cuando usted (Pablo) nos llama a pensar en la experiencia francesa, aquí en Brasil el legado de Maria Adélia Aparecida de Souza, que fue una de las personas que mencioné al comienzo de la mesa de apertura, hemos seguido una trayectoria bastante exitosa de planificación territorial regional. Pena que fue en la época militar. Me refiero como técnica de realce urbano regional, una forma bastante semejante a la que se practicaba en Francia. Sobre todo, porque Maria Adélia fue alumna de Michel Rochefort*. (Ligrone señala que fue profesor de su profesora y estuvo en su tribunal de doctorado). *Fue orientador de María Delia también. Y veo mucha aproximación con lo que usted nos trajo como pista para que trabajemos en un contexto de planificación, digamos, posible a la luz de esas estrategias que fueron practicadas, en el caso de Brasil, en plena dictadura militar. Pero era una planificación estructurada en torno al concepto de geopolítica, que posibilitaba una integración de escalas y una multiplicidad comprehensiva de sectores.*

Así que creo que esta experiencia es posible, digamos, entender la planificación como una técnica de control social, como Arendt lo definiría. Es posible imaginar que este control social se puede ejercer de arriba hacia abajo, pero también se puede ejercer de abajo hacia arriba. En consecuencia, la posibilidad de examinar, la posibilidad de explorar, esas contingencias capaces de articulación de dimensiones espaciales y de complementariedades sectoriales, digamos, territoriales. A mi realmente me gustaría traer esta experiencia de un control social que se impone como algo que era perverso, pero que algo podría acercarnos a algo posible dentro de esta visión de la globalización, como diría el profesor Milton Santos, como fábula, como perversidad y como posibilidad. Quiero recordar esta visión que, de alguna manera, también reúne lo que Adriana (Goñi) *nos trae relacionado con esa dimensión de lo cotidiano, de la corporeidad de una planificación ejercida en una quinta dimensión, que es la dimensión de la vida cotidiana y de las posibilidades de las interacciones que se establecen entre las entidades encarnadas: personas corporificadas, con sentidos, no son objetos, sino sujetos (entes) corporificados.*

Quiero decir que hoy quedé encantado con la conferencia que Adriana nos brindó, cubriendo un universo absolutamente impresionante y sensible, especialmente sensible, una ciencia sensible que solo podría venir de alguien que tiene una formación en antropología o sociología, personas que tienen esa percepción sobre el arte de hacer y la invención de lo cotidiano como diría Michel Certeau. Esto es lo que orienta al período popular de la historia, como diría o quisiera imaginar, pero también lo que da dirección al largo sentido de nuevas posibilidades de la planificación en un escenario de posibilidades. También quería recordar también la idea de Michel Serre cuando propone el contrato natural que sea exactamente, me pareció, a algo que Adriana nos plantea como posibilidad, más allá del contrato social de Rousseau, en un contrato natural que establece otros paradigmas de vivencias y, en consecuencia, de acuerdos mucho más es enriquecedores: una sociodiversidad, una biodiversidad, en fin, una dimensión que se practica en el campo de la vida, en lo cotidiano, en los cuerpos que allí están vivenciando sus experiencias cotidianas.

Lo que quería recordar, por lo tanto, de este discurso, es lo impresionante que, a pesar de estar lejos, decimos cosas similares, ¿verdad?, en pro de algo que constituye el llamado período popular de la historia.

No podemos imaginar el período popular de la historia como algo que vendrá como una grieta de los imperios que están dominando y asegurando su hegemonía en todo el planeta. Pero algo que se construye en las pequeñas y numerosas cosas posibles que todos ustedes nos traen de manera tan brillante. Me alegra mucho saber que nuestros colegas uruguayos tienen tanta sensibilidad hacia los temas territoriales.

Desde este punto de vista, me gustaría recordar al profesor Ricardo Gorosito, que precisaríamos tal vez, profesor, comprender mejor lo que se entiende por territorio. Para el brasileño, el territorio en portugués tiene mucho que ver con una dimensión político-administrativa y no con una dimensión relacionada con la vida, con la experiencia, con la tierra. Así que creo que eso, es algo que quizás podríamos discutir más adelante para establecer un diálogo más fructífero, debido a las múltiples posibilidades del llamado territorio que nos trae especialmente Milton Santos, es el de territorio usado. Sería una posibilidad articular dimensiones de manera similar al que usted trata, pero hablando de una totalidad, de una perspectiva integral, de la totalidad holística. Uso el término holístico que tiene que ver esa relación dialéctica entre las partes y un todo. Es decir, el todo no es el resultado de una gigantesca transformación estructural, sino de lo practicada en la vida cotidiana de cada lugar y sus relaciones que hace que la totalidad se modifique estructuralmente. Quería recordar esa aproximación que nos trae el profesor Milton Santos de esta visión de totalidad y su preocupación de romper el dualismo, buscar un entendimiento, buscando una dualidad entre las posiciones, no un antagonismo que solamente traerá ruido y dificultará alcanzar cualquier cosa que sea, impidiendo encontrar fraternidad, ¿es así, Pablo? Una tradición francesa, libertad, igualdad y fraternidad. Digamos que está faltando allí, para completar el proyecto, exactamente la fraternidad. Esto es lo que lo está dificultando alcanzar el grado civilizatorio tan necesario. Por lo tanto, son partes complementarias que se encuentran y que necesitan articularse para permitir un proyecto verdaderamente colectivo. Y entonces recordaría, profesor, también a Fernando Pessoa, que es un poeta brasileño, que dice lo mismo: Navegar e preciso, viver nao e preciso. Esa experiencia que nos lanza en un sujeto colectivo en el que disolvemos nuestras individualidades, es absolutamente urgente y necesario.

Por lo tanto, no traigo grandes preguntas, Pablo, simplemente manifiesto mi impresión de gran emoción y felicidad al compartir estos momentos con ustedes.

Y hay una cosa más, profesor Ricardo, que entiendo, no sé si me equivoco, quizás esta sea una particularidad en Brasil. Tocó el tema de la propiedad y, en el caso brasileño, creo que no es solo en el caso brasileño, uno de los impedimentos para que se realicen realmente una política pública territorializada efectiva -usted usaba la palabra efectividad-, precisamente el hecho de que la experiencia urbanística, la legislación urbanística y toda legislación que de cierta manera acaba alcanzando la dimensión territorial, proviene del derecho administrativo, del derecho estatal. Mientras que el problema candente de una ciudad, o uno de los grandes problemas de la planificación urbana y regional, es precisamente la propiedad que se disciplina en el campo del derecho civil. Así que ¿no hay allí, digamos, un entrevero difícil de resolver en la medida que lo que disciplina a la propiedad y lo que exactamente posibilitará horizontes más libertarios para nuestras ciudades está condicionado a un código y a una experiencia del derecho de las cosas? Que ahora están tratando de controlar, a través del derecho urbanístico, el derecho administrativo o el derecho estatal, que es, digamos, bastante impotente para tratar estos grandes temas. Otra vez, un consejo del profesor Milton Santos es que no habría un derecho a la ciudad, sino un derecho al entorno, que precisaríamos un humanismo concreto, que es algo que todos ustedes nos traen.

Por último, hablando del profesor Álvaro, en su exposición encontré la necesidad de referirme también -disculpe si hablo tanto de ese geógrafo- y de esa socióloga, porque son nuestros legados teóricos-, de una federación de lugares, algo que va más allá de divisiones administrativas políticas que, en el caso del país federado como Brasil, permitirían una federación que no estuviera disciplinada por el rigor administrativo, sino por la lógica en la que organiza los lugares debido a los flujos naturales, la realización de la vida es natural en su dimensión más concreta que es la que usted nos trae de manera absolutamente contundente, ¿no es así? ¿Y por qué no hablar de una Confederación de lugares? Ya que estamos hablando de una federación de lugares, ¿por qué no una Confederación de lugares?

Una Confederación de lugares que reconoce que cada lugar es portador de una economía política propia y que permitiría encontrar acuerdos numerosos y posibles y eso aniquilaría el concepto de planificación, profesor, ya que la planificación no sería más que nivelación, un planeamiento que organiza la combinación de las diferencias como nos muestra la profesora Adriana de manera tan ejemplar.

Terminaría, profesor Pablo, con otro descubrimiento de la lengua española: vecinar. No sé si tenemos algo parecido, profesora Adriana, en el diccionario. El profesor Pablo nos trajo: graficar. No exista en portugués, pero explica muchas cosas. Lo mismo que vecinar… ¿Qué se entiende por vecinar para alguien que habla un idioma diferente, en contextos concretos, llenos de posibilidades, como nos lo presentó profesora?

Eso es lo que quería decir y muchas gracias a todos. No tengo ninguna pregunta. Es un gran placer invitarlos a todos ustedes, que en el próximo momento podamos escribir todo esto. Así que, ¡absolutamente encantado!

Y profesor Álvaro, nunca la vi el centro del mundo a partir de la Antártida… porque somos tan, tan estrechos de mente, ¿verdad? En ver un mundo del punto de vista absolutamente dominador, absolutamente colonizado, occidental, lo que nos impide ver que América Latina puede muy bien ser un Oriente, un Oriente negado. Y que realmente podemos observar el mundo desde nosotros mismos, desde nuestra propia experiencia o desde el centro del universo.

Profesor Pablo, solo quería decir eso para agradecer contundentemente vuestra enorme colaboración y la de vuestros invitados que tan maravillosamente nos han traído tantos, tantos bienes preciosos. ¡Gracias!

Adriana Goñi

¿En qué medida el ordenamiento territorial requiere una revisión ontológica de su propio objeto el territorio? Muy buena pregunta. *Yo creo que en cada lugar del mundo el concepto de territorio tiene una distinta acepción*. *Efectivamente, creo que los antropólogos lo han visto desde siempre, teniendo que conocer distintos lugares. Pero*

me parece que en época contemporánea tenemos que mirar más, de repente, al sur y no mirar tanto al norte porque hay otras concepciones y otras ontologías del sur del mundo que no han quedado, como dice Amartya Sen cuando habla de la democracia, de las otras formas deliberativas, de pensar en el territorio, de tomar decisiones sobre el territorio sobre qué es que significa culturalmente- que me parecen muy ricas. Repito que habiendo trabajado y vivido en el Occidente del mundo creo que necesitamos valorizarla mucho más, no siempre esta visión, no de la pobreza de los países en desarrollo, sino que, al contrario, es una particularidad y una forma de, además, estas antologías, debe reportarse con la naturaleza, con los ecosistemas que de repente no está perdido, digamos el eje central, eso que decías tu Manuel, también ese pacto con la naturaleza.

Ricardo Gorosito

A ver si puedo contestar. Acá encuentro esta pregunta que, por supuesto la propiedad no puede anteceder a otros derechos que tienen vinculación con la vida. Naturalmente que esto está en la esencia del derecho de propiedad actual. Lo que no es, desde luego, aquel derecho de propiedad con otros caracteres totalmente distintos en que la modernidad occidental lo construyó a partir de una noción de la propiedad completamente distinta, que era la que nos trajo incluso España y Portugal, cuando la era de los descubrimientos, donde había una visión de la propiedad bastante alejada del individualismo con que la revolución francesa lo planteó. Obviamente la propiedad hoy es una propiedad vinculada, como muy bien decía Manuel; es la propiedad del derecho urbanístico. Es la propiedad como derecho que necesariamente debe ser coordinada. Pero lo que no podemos tener en materia de construcción de la convivencia democrática es un doble estándar. Es decir que nosotros no podemos pensar en que existan formas de privación de la propiedad legítimamente constituida sin algunas formas de expropiación legítima y de contrapartida, salvo aquellas situaciones en que, por supuesto, no estamos pensando que necesariamente, siempre que haya una expropiación deba hacerse un pago en dinero. Puede haber muchas formas de negociar y ahí puede haber una cuestión muy rica. Puede haber muchas formas de negociar con la propiedad para hacer, de algo que podría ser visto como una complicación para la construcción de sostenibilidad, hacerla una fuerza favorable a la sostenibilidad. Ustedes habrán oído

hablar de la tragedia de los comunes, esa situación en la que muchas veces los bienes por ser de todos no los cuida nadie y, en cierta manera, a veces puede ser muy positivo recurrir a determinadas formas de comprometer a personas concretas en el cuidado del ambiente. Pero estoy de acuerdo con lo que se dijo: la vida en todas sus dimensiones es un derecho que prefiere. Pero, desde el punto de vista del manejo del ordenamiento del territorio, tenemos que tomar en cuenta que, cuando se afecta un derecho, generalmente debe indemnizarse al titular del derecho que se tiene. Era eso que quería decir, pero por supuesto que estamos totalmente de acuerdo con la pregunta.

Manoel Lemes da Silva Neto

Sólo un detalle, Pablo, que me fluyó durante la charla de Álvaro. También recordó el conocimiento del territorio venido del análisis militar, de la perspectiva militar. Me recuerda aquel célebre libro de Yves Lacoste A Geografía serve antes de mais para fazer a Guerra. Los mapas tienen origen militar y, consecuentemente, en la medida que tenemos que razonar de manera estratégica para poder alcanzar los fines, la acción racional como diría Weber. Entonces, solamente para recordar algo muy bienvenido de su aporte: esos juegos de guerra. Porque la guerra también puede hacerse dependiendo del lado en que estemos.

Pablo Ligrone

Con relación a eso, Manuel, de hecho, en los años 70 y 80, los geógrafos franceses reconvirtieron los estudios, los principios, los instrumentos de análisis de la geoestrategia y la geopolítica militar e inauguraron toda una línea que después se desarrolló mucho vinculado con la geopolítica interna que le llamaban. Es decir, hacia dentro del territorio. nacionales y subnacionales e incluso la estrategia que despliegan grupos dentro de las propias ciudades, en los barrios, en una esquina. Esa idea que lo hemos desarrollado hace unos años en algún paper, tiene que ver con algo que va intrínsecamente con los individuos y en los grupos, sean las familias, las empresas, los grupos de jóvenes que salen a beber a un rincón y se apropian del lugar, o los del jogo do bicho -que no sé si sigue existiendo-, pero que de alguna manera tienen una estrategia de localización.

Manoel Lemes da Silva Neto

Recuerda el movimiento internacional situacionista… o las corpografías de Paola Berenstein Jacques… Aprovecho para recordar el aporte de miradas sensibles y de género de la charla de Adriana…

Pablo Ligrone

¡Tal cual! *Pienso que la mesa pudo aportar un abanico de miradas bien diferentes y completando esto -que es todo el Mundo de los escenarios, un mundo amplísimo. Creo que lo que estaría interesante es poder identificar algunos ingredientes de la construcción de escenarios vinculados con cosas, como las que decía Ricardo hace rato; es decir, la construcción de un escenario desde las hebras es algo extremadamente dificultoso, carísimo para pagar, costosísimo para realizar. De hecho, muchos recurren directamente a las imágenes prospectivas, que son mucho más sencillas y que tienen que ver con imaginar ese futuro y, de alguna manera dibujarlo en sus grandes rasgos y después preguntarse: ¿cómo hicimos o cómo haría la realidad para llegar a esta imagen prospectiva en una especie de razonamiento retro prospectivo? En eso los arquitectos y los urbanistas y algunas personas como Cunca, por ejemplo, fantástico con sus dibujos, pueden aportar mucho en ese sentido. ¡Vuelvo a lo de Nueva York a Coruscan! La ciencia ficción -aun las peores y menos imaginativas historias o películas de ciencia ficción-, nos ha ayudado a resolver sobre esos temas.*

Creo que un rol fundamental en todo esto, me parece Manuel, lo tiene lo "alternativo". Falta decir, explorar en lo alternativo es fantástico porque lo otro está muy explorado, los derroteros tradicionales conducen siempre a lo mismo. A los efectos de continuar con investigaciones, me parece que podríamos identificar algunas áreas en las que muchos, en diferentes lugares de América latina, hayan explorado y que podamos sumar, por ejemplo: ¿Cómo hacer un grupo de trabajo o un grupo de acumulación sobre miradas "otras" sobre los territorios? ¿Cómo captar los mensajes de los territorios? *Nosotros exploramos algunos que ya presenté en el anterior seminario, pero debe haber mucha gente con asuntos interesantes para sumar y crecer… O trabajar sobre metodologías para transparentar las problemáticas del territorio y empoderar a la gente……. Otras de cómo transmitir mejor desde lo gráfico, desde los dibujos, para la población, porque, si hay algo que dificulta la participación de la gente es lo abstracto de los gráficos, lo abstracto de los dibujos,*

lo abstracto de las palabras y todo ese léxico que no permite hacer la ida y vuelta. Y calculo que acumulando en esas cosas es una manera distinta, también alternativa de poder encontrar herramientas. Ricardo…

Ricardo Gorosito

Sí, no, yo decía que no nos olvidemos que estamos pensando y haciendo este seminario en el momento que estamos siendo impactados por la inteligencia artificial, por la robótica, por eso que no sabemos bien si va a ser un súper cerebro mundial que va a simplificar y nos va a dar todas las respuestas. ¿Cuál es el espacio que vamos a poder tener para nuestras almas mortales, individuales y limitadas? En este mundo enfrentado a las computadoras que van a poder manejar esa cantidad de datos que nos puede costar mucho tiempo y mucho dinero que tú referías recién (refiriéndose a las dificultades de construir escenarios desde las hebras) *y que ellos van a poder hacer tal vez, en cuestión de segundos, -probablemente Álvaro estas cosas ya las hayan estado hablando porque ese (Antártida) debe ser un territorio muy especial- para precisamente el enganche con la con la inteligencia artificial y la robótica y demás. Pero no quería dejar de decir esto porque -con Pablo, muchas veces hemos hablado-, cuando yo leí la ley de ordenamiento territorial que salió del parlamento uruguayo -bueno y por supuesto otras de otros derechos a nivel internacional- siempre me impactó que ¡esas normas están pidiendo, exigiendo, suplicando casi un agregado tecnológico que les diera posibilidades! Todo lo que está escrito cuando se inventa el sistema de ordenamiento territorial, cuando se habla de la sucesión de instrumentos que sobre un mismo territorio se van a aplicar para llegar a la imagen objetivo, cuando se hacen distinciones de niveles de intervención, etc., yo lo sentía siempre como una especie de súplica de que viniera una capacidad de manejar datos, de sistematizarlos que eso seguramente es algo que va a poder proporcionar la inteligencia artificial.*

Manoel Lemes da Silva Neto

> *Yo quería convidar a todos a integrar la red de territorialistas. Exactamente creo que es para continuar con eso que Pablo nos coloca como posibilidades. A todos muchas gracias*

Cierran agradecimientos y saludos en general

Urbanismo Afectivo: una nueva ecología de saberes para una transición territorial

Adriana Goñi Mazzitelli

"Se os movimentos sociais são em grande parte, também, movimentos que procuram alterar valores, eu entendi que discutir a cultura era um caminho altamente privilegiado para chegar à totalidade social (...) as leituras feitas pelo pensamento crítico, basicamente, discutem a dominação, mas não tratam da rebeldia nem da insurreição"

Ana Clara Torres Ribeiro

"En mi opinión, falta algo que es comprender la naturaleza del espacio. La naturaleza del espacio supone la materialidad que está ahí y que está formada por cosas y hombres, porque los hombres también son parte de la materialidad. Esto tiene una fuerza enorme en la forma en que distorsionamos las intenciones, por ejemplo, de los globalizadores. Porque los lugares no aceptan la globalización como se impone y hacen otra cosa".

Milton Santos

A modo de introducción

Como escribe Pablo Ligrone en la introducción de este seminario, estamos aquí para pensar en ideas nuevas que nos lleven a abordar desafíos contemporáneos y posibles formas de mejorar las condiciones de la humanidad y del planeta en el que vivimos. Para hacer esto es necesario mirar fuera de las condiciones existentes y del presente, comprender que la inercia de la reproducción en la vida cotidiana nos obliga a identificar las fisuras que el sistema deja entrever en diversos ámbitos, para experimentar allí nuevos escenarios alternativos de futuro.

Las fisuras pueden ser una ocasión para ejercitar el pensamiento crítico, es decir, pueden nacer en la misma academia cuando algo del presente no encuentra solución con métodos

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_002

del pasado. Pero también, como señala Ana Clara Torres Ribeiro, cuando interactuamos con la realidad social del momento y observamos insurreciones que son en alguna medida un rechazo del cuerpo social de frente a algo que conlleva una injusticia, una violación de los derechos básicos y una profundización de las desigualdades. Nancy Fraser habla de un capitalismo canibal que vivimos cotidianamente, que se consume a sí mismo. Al igual que el uróboro que come su propia cola, la sociedad capitalista ineludiblemente devora su propia sustancia, señálanos la autora. Es como un verdadero dínamo de la auto desestabilización, precipita crisis periódicamente mientras, por rutina, socava las bases de nuestra existencia.

El capitalismo caníbal, entonces es el sistema al cual le debemos la crisis actual. La verdad sea dicha: se trata de un tipo poco frecuente de crisis, en la cual convergen múltiples ataques de glotonería. Lo que enfrentamos, gracias a décadas de financiarización, no es "solo" una crisis de desigualdad salvaje y trabajo precario mal remunerado; no "meramente" una crisis de cuidado y reproducción social; no "solamente" una crisis migratoria y de violencia racializada. Tampoco se trata "simplemente" de una crisis ecológica en la cual un planeta en proceso de calentamiento vomita plagas letales, ni "solo" de una crisis política con un vaciamiento de la infraestructura, un militarismo en aumento y una proliferación de hombres fuertes. Es un sistema capitalista esencialmente direccionado a la ganancia personal y no al bien común o colectivo. (Fraser, 2023, p.7)

Estamos reconociendo una inequidad en las relaciones de poder que inhabilita roles activos de las comunidades para defender sus derechos, frente a una diversidad de actores nacionales y transnacionales, que siguen priorizando el desarrollo económico extractivista con un alto impacto ambiental. Según Noam Chomsky, estos últimos exigen a los estados mejores condiciones para instalarse en sus territorios, evitando controles estrictos y reclamando un casi libre albedrío en el uso de los recursos naturales, amparados en las presiones político-económicas internacionales, en los imaginarios de desarrollo hegemónicos y en las normativas y contratos que defienden la propiedad privada o que se adscriben a la jurisprudencia inter-

nacional (Chomsky y Pollin, 2020). Ejemplos de esto son los proyectos de extracción o producción intensiva de bienes naturales (hierro, petróleo, agua, forestación, soja, ganadería, hidrógeno, entre otros), los proyectos de infraestructuras y emplazamientos logísticos de escala internacional.

La planificación territorial muestra grandes debilidades, con un nivel de discursividad política y un amplio trabajo realizado por técnicos, que no tienen correlación en la actuación de los proyectos. Por ejemplo, la iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana, entre otras, parece una anécdota perdida en el tiempo, o mejor que ha hecho perder tiempo a técnicos, con magros resultados que no terminan de generar impactos locales de frente a lógicas de dependencia en cambio continuo. Un ejemplo de esto es la ampliación del puerto de Montevideo, que ignora el rol estratégico internacional asignado y el supuesto impacto positivo a nivel local, generando mayor contaminación de la bahía entorno a la cual surge la ciudad. Asimismo la construcción de una vía de tren para carga exclusiva de una compañía finlandesa de producción de pasta de celulosa, que une el puerto de Montevideo a una localidad en el centro del país, denominada Paso de los Toros, genera un impacto social negativo en los barrios de la ciudad por los que atraviesa, así como por los pequeños pueblos, sin involucrar otras producciones o destinos que podrían hacer amortizar el costo al Estado.

Los informes del Instituto Nacional de Derechos Humanos, señalan que esto sucede a la vez que existe una escasa o nula preparación para la prevención de los impactos, la inviabilidad presupuestal de monitoreos robustos, así como una falta de ámbitos participativos en los que la población pueda tomar decisiones sobre el territorio habitado, no permite a la planificación territorial anticiparse a los impactos y/o negociar las reparaciones de los mismos (INDDHH, 2020).

Existen a la fecha normativas robustas que permitirían negociar y elegir el tipo de desarrollo territorial, en 2008 Uruguay aprobó la Ley de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible (LOTDS), dando un marco regulador en la materia, y estableciendo el interés general en la consecución de sus objetivos

y el orden público y obligatorio, así como el carácter vinculante para instituciones públicas y privadas, de los instrumentos de ordenamiento territorial y desarrollo sostenible (IOTDS). La Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial (DINOT), la Dirección Nacional de Medio Ambiente (DINAMA) y la Oficina de Planeamiento y Presupuesto (OPP) han construido un andamiaje institucional para promover programas de desarrollo local e Instrumentos de OTDS que permitan transformaciones sostenibles (Bervejillo y Sciandro, 2017; Villarmarzo, 2018).

Sin embargo, el debate necesario sobre una transición hacia un modelo alternativo que permita reemplazar el capitalismo, por otro sistema que promueva la preservación ambiental y la justicia social, parecen ajenas a la órbita estatal. En nuestros países latinoamericanos este debate parece estar en la sociedad civil, en los pobladores y en los movimientos sociales. Mientras que en algunos países como en Uruguay gran parte de la tarea de exigir la utilización de las normativas para generar un ordenamiento territorial con estrategias, programas y proyectos que nos permitan empezar a transicionar hacia otro escenario posible se ha depositado también en la universidad.

Cuando venimos convocados por pobladores urbanos o rurales encontramos un sentir común de desamparo e impotencia por la fragilidad, lentitud o inexistencia de instrumentos capaces de crear formas de gobernanza y participación reales y efectivas en la defensa de los valores ambientales y culturales del territorio. En la mayor parte de los casos, como señalan Svampa y Viale, los negocios del neodesarrollismo llegan antes que el Estado y condicionan enormemente la capacidad de incidir de actores más débiles a través de compromisos políticos directos (Svampa y Viale, 2022). Esto nos da un panorama de fuerte fragmentación y/o desencuentro entre las aspiraciones e iniciativas locales autogestionadas y las decisiones en los distintos niveles y oficinas de gobierno.

El tema nos lleva a preguntarnos entonces por el funcionamiento de las formas democráticas que deberían dar garantías a la población y a todas las formas de vida que existen en los territorios. Es por ello que nuestra investigación-acción dialoga con los estudios sobre la planificación participativa, la democra-

cia deliberativa, el urbanismo colaborativo, el giro afectivo en las teorías sociales. Estamos buscando hilvanar un hilo conductor que nos lleve a determinar el contexto histórico disciplinar del que surge la necesidad de integrar en la actualidad esas teorías a los procesos de toma de conciencia de las comunidades territoriales y de la planificación territorial.

Seguimos aquí las reflexiones de Ana Clara Torres Ribeiro, y la explicación que ella hace de su Teoría de la Acción inspirada fundamentalmente a los movimientos sociales, así como a las nuevas miradas que se inspiran en las prácticas sociales de las personas y las comunidades que ya están trabajando en una transición ecológica y social. Ella anima a reconocer que gran parte de esta construcción tiene como objetivo fundamental afianzar un abordaje metodológico, que nace de los aprendizajes en la acción. Los movimientos sociales han cambiado desde aquellos descriptos por Ana Clara, hoy están relacionados con la Tierra, el Agua y la Justicia Ambiental (Martínez Alier, 2023). Desde mi experiencia debemos seguir trabajando en valorizar las formas mejores de interacción entre movimientos sociales, academia, gobiernos, pobladores de los territorios que adaptan técnicas y saberes a la lenta construcción, salvaguarda y mejoramiento de sus comunidades y de lo que se viene definiendo como bienes comunes a nivel internacional.

Como antropóloga, me parece que tenemos que tener una mirada de largo alcance en la historia de América Latina, más allá de los relatos históricos oficiales, de los límites político-geográficos, fruto de reparticiones economicistas arbitrarias, de genocidios y guerras que marcaron la denominada "conquista" del continente. Un aporte fundamental es entendernos como un territorio con una diversidad cultural altísima, con ontologías cercanas a diseñar un mundo nuevo que vienen del campo de lo ecocultural y de las luchas sociales. Por un lado, encontramos definiciones de los pueblos originarios que representan el territorio-naturaleza como bien común (Cusicanqui,2018), por otro, formas contemporáneas de organización territorial extitucionales que están construyendo experiencias alternativas en la construcción de ciudades desde lo popular (Gil Fournier & Goñi Mazzitelli, 2021). Reivindicar realmente un cambio de mirada

implica apreciar lo que teníamos originariamente en nuestro continente reconociendo lo devastador que ha sido un modelo que se nos ha impuesto por la fuerza de la colonización. De allí viene una urbanización forzada masiva y con áreas productivas cooptadas por la sustitución de comunidades por una agricultura tecnificada, una deforestación en aumento, el consumo de agua dulce, la contaminación por agroquímicos, entre otros, que nos deja secuelas estructurales difíciles de revertir.

Milton Santos reclamaba la necesidad de habilitar espacios de debate y de participación directa en la toma de decisiones. Si bien se refería a Brasil, tal vez en uno de los países con mayores desigualdades sociales de América Latina, su reflexión es válida a nivel continental. Se refería en particular al desafío de una izquierda que llegaba al gobierno luego de la dictadura y que quería gobernar PARA las clases populares, no CON ellas; "*Incluso creo que la izquierda mira más de cerca a los pobres, pero no son capaces de ver la ciudad desde la perspectiva de los pobres, que es la perspectiva del futuro. Porque la visión de la clase media es la visión del presente, de la permanencia, del privilegio" (Santos en Lima & Faria, 2021)*.

Si bien estas líneas nos pueden resultar muy duras, se han verificado: la clase media vive y desea un nivel de consumo que tal vez no sea el lujo extremo, pero que es insostenible de alcanzar para la mayoría de la población mundial. Necesitaríamos varios planetas si todos los habitantes de la Tierra consumiéramos como la clase media de los países del norte y en la actualidad de los países del sur. Buscar alternativas a los problemas principales o respuestas en algunas problemáticas que vienen de un modelo extractivista, con una gran parte de la población en desventaja social, es algo en lo que se está trabajando en varias universidades latinoamericanas. Por ejemplo, el debate sobre la organización socio-espacial que genera la discriminación racial, los conceptos de negritudes y blanquitudes que trabajan los temas de un urbanismo antiracista, argumentos cotidianos de los colegas de la Universidad Federal de Salvador de Bahía en Brasil. O sobre las discriminaciones socio- económicas presentes en lo popular y lo periférico, trabajado desde la Universidad de Antioquia en contextos de mucha violencia y narcotráfico en Medellín, Colombia. Como esto penetra en las ciudades, pode-

mos buscarlo en un análisis profundo, integral que conecta e interrelaciona las diversas dimensiones de lo territorial, pero también en las prácticas de planificación y construcción de escenarios alternativos. Por ejemplo, lo que he aprendido con los colegas de Chile, que trabajan muy cerca con poblaciones indígenas mapuches que proponen aún en las ciudades, en los cerros, otros modos de relación con la naturaleza y el entorno.

Otros valores, ordenamiento territorial indígena

Los instrumentos de planificación territorial han sido recientemente incorporados por las comunidades originarias, como mecanismo adecuado para proteger los derechos de la naturaleza a recrearse.Los pueblos indígenas que viven en América Latina, el Caribe, África, Australia y Asia, tienen en común: una dependencia muy estrecha de sus territorios ancestrales y recursos naturales; el uso frecuente de un lenguaje, diferente del idioma nacional; una producción dirigida principalmente a la subsistencia; el riesgo de estar en posición desventajosa, como grupo social, en el proceso de desarrollo; la vigencia de instituciones sociales y políticas propias (Echavarría, 2001).

Mientras que los modelos de aglomeración urbana se desarrollaron y el capitalismo creó nuevas prácticas culturales alejadas de los ambientes naturales, los modelos en sintonía con los ecosistemas, con formas de organización tradicionales sobrevivieron. ¿Cómo les fue a estos grupos humanos? ¿Qué procesos paralelos a los histórico – coloniales que conocemos existieron? La historia de América Latina está plagada de relatos heroicos de colonización, esclavitud, guerras posteriores por la independencia y nuevas democracias representativas que asumieron una vez más un modelo de organización social y política foráneo a las poblaciones locales. Sin embargo, existe una historia de expulsiones y resistencias de los pueblos indígenas, que por más de quinientos años denuncia los desarrollos mineros y petroleros, agroindustriales, portuarios y de vías de comunicación que han devastado ecosistemas fundamentales para el continente. (Svampa, 2016)

En estos momentos los datos de la FAO verifican la importancia de la tutela del territorio de estas poblaciones ya que señalan que el 70% de la producción de alimentos en el mundo está a cargo de campesinos, pescadores, agricultura familiar y pueblos indígenas. Los pueblos indígenas pueden dar respuestas a la inseguridad alimentaria y a los desafíos del cambio climático, ya que sus prácticas agrícolas son resilientes, conservan y restauran los bosques, la biodiversidad y los recursos naturales. Los estilos de vida de los pueblos indígenas se adaptan a los espacios que habitan y son respetuosos con los recursos naturales, esto lo demuestra que poseen el 80 por ciento de la biodiversidad del mundo, así como que su tutela ha permitido sobrevivir a los alimentos autóctonos que amplían y diversifican las dietas.

Según Echavarría (2001), para los pueblos indígenas la noción misma de desarrollo y su praxis ha tenido unas implicaciones imperiales y colonialistas que les ha significado su desestructuración étnica y territorial. El ordenamiento territorial para los indígenas es una práctica occidental, es decir, una mediación entre sus derechos y los de los nuevos Estados creados para gobernar los recursos naturales. El OT no pone en discusión los tipos de desarrollo actuales, minería, agricultura y cría de animales intensiva, deforestación, entre otros, mientras que desde su perspectiva los diferentes modelos de desarrollo que se han implementado conllevan a la homogeneización étnica y cultural.

Si los pueblos indígenas no piden exclusividad, no piden propiedad de la tierra individual, si sus batallas son por el derecho de uso de la tierra para toda la humanidad. Se plantea entonces que no se trata de *alternativas DE desarrollo,* sino de *alternativas AL desarrollo* que se construyen a partir de la articulación del territorio, la economía y el autogobierno.

Siguiendo a Echavarría, los Planes de Ordenamiento Territorial, la consulta previa y la jurisdicción especial indígena permiten: Generar *dinámicas endógenas* y su proyección hacia escenarios territoriales mayores. Propiciar la *participación* directa y profunda de las comunidades en la construcción de las alternativas. Garantizar que las alternativas al desarrollo *se autorregulen y se hagan sostenibles en el tiempo*. Abordar las alternativas al desarrollo desde una *mirada integral*, evitando su sesgo hacia el cre-

cimiento económico. Articular los procesos de carácter macrosocial con los de carácter microsocial. Profundizar y potenciar el *sentido colectivo y comunitario*. Lograr la satisfacción *colectiva* de las *necesidades vitales*. Reivindicar los *principios éticos* propios, tales como: apoyo mutuo, solidaridad y reciprocidad.

Protección del territorio cultural indígena através de los actuales instrumentos de planificación territorial – lo sagrado – lo inmaterial

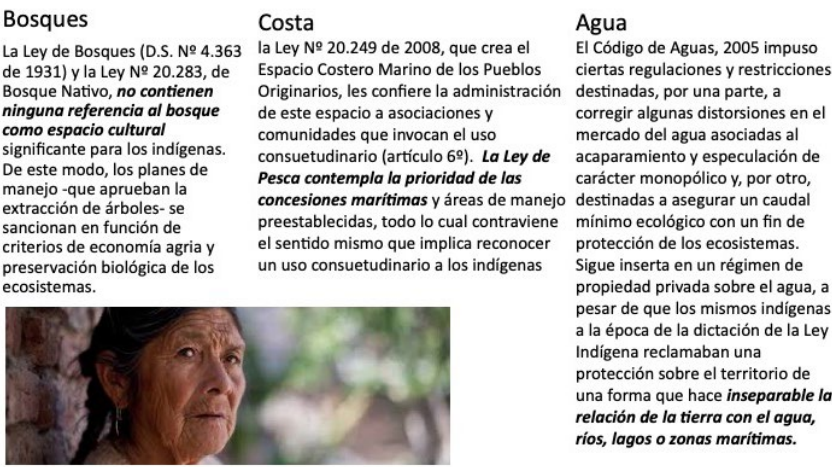
Muchas veces ignoramos la batalla cultural que se está generando entre miradas y concepciones indígenas y los instrumentos que los sistemas de democracia ponen a disposición en la actualidad. Sin embargo varios grupos, por ejemplo, los mapuches en Chile han probado a interactuar con las legislaciones de Ordenamiento Territorial y Sostenibilidad Ambiental. Al hacerlo en realidad han demostrado cómo el punto de partida del Ordenamiento Territorial está ya enmarcado en un objetivo productivo distante a la preservación real de los ecosistemas y de las dimensiones simbólicas, culturales y sociales colectivas.

En su investigación Cristóbal Balbontin-Gallo (2019) pone el ejemplo chileno del Sistema de Evaluación de Impacto Ambiental (SEIA), señala que se debe presentar un Estudio de Impacto Ambiental en aquellos proyectos que generen efectos adversos significativos sobre "los recursos naturales renovables, incluidos en el suelo, aguas y aire, en lugares con presencia de grupos humanos y pertenecientes a pueblos indígenas" (art. 6º), considerando asimismo "la afectación a lugares o sitios en que se lleven a cabo manifestaciones habituales propias de la cultura o folclore de alguna comunidad" (art. 10 letra c). En varios países latinoamericanos existen los estudios de Evaluación de Impacto Ambiental, pero en aquellos con pueblos indígenas se agrega la dimensión simbólica y ritual. Estas dimensiones buscan advertir sobre la necesidad de preservar el bienestar de los ecosistemas y reducir las formas de extractivismo que privatizan y contaminan. A pesar de que el SEIA busca prevenir conflictos ambientales, la autoridad ambiental ha otorgado la calificación ambiental

favorable privilegiando la compensación y mitigación, antes que la estricta protección del medioambiente.

Esto lo podemos ver en las normativas de Bosques, Costas o manejo del Agua, como señala la figura a continuación:

Figura 1 - Legislación chilena, contradicciones señaladas desde pueblos indígenas.



Elaboración propia en función a Cristóbal Balbontin-Gallo (2019).

Por su lado, Colombia si reconoce la autonomía indígena en algunos asuntos territoriales, y reconoce la importancia de tener un Ordenamiento Territorial con comunidades indígenas, buscando favorecer cinco grandes ejes, o derechos, que articulan la integridad étnica de los pueblos indígenas: identidad, territorio, autonomía, participación y desarrollo propio.

Pero la ubicación de la Dirección General de Asuntos Indígenas en el Ministerio del Interior de Colombia llama la atención, en cuanto los temas de Ordenamiento Territorial vienen tratados junto a los temas de seguridad. Si bien estamos hablando de territorios con gran complejidad por vivir en medio de conflictos armados, parecería que la descentralización estatal y la implementación de las nuevas políticas de reconocimiento de derechos quedan ligadas indefectiblemente a un control centralizado final. Los principales obstáculos para la plena autodeterminación de los pueblos indígenas y de sus voluntades en el ordenamiento territorial tienen que ver, según Bayona-Molano

(2016), con: ausencia de un concepto claro, y de consenso, sobre autonomía territorial indígena; descoordinación del proceso de descentralización del Estado en cuanto a su evolución sectorial y espacial; énfasis normativo y debilidad de gestión en todas las instancias estatales; ausencia de estrategias de desarrollo institucional, en general, y mucho más en cuanto a estrategias de diversificación cultural e interculturalización de las relaciones, programas y proyectos con los pueblos indígenas; dificultades y lastres culturales discriminatorios en la interlocución y articulación de las diferentes instancias territoriales y sectoriales con los pueblos indígenas; corrupción.

Revertir la Urbanización global

La urbanización de gran escala fue históricamente un proceso forzado, si bien existieron grandes civilizaciones con ciudades monumentales, como señala el antropólogo Alberto Sobrero (1992), en África, por varios siglos, las ciudades crecían con un límite dictado por la capacidad de los clanes de abastecerse, y la disponibilidad del agua. El conocimiento tradicional advertía que las relaciones sociales y la calidad ambiental dependían de la dimensión y densidad urbana. El antropólogo Pierre Clastres (1976), discípulo de Lévi-Strauss, describe los esfuerzos explícitos de las sociedades, mal llamadas "primitivas", en América Latina, por evitar la acumulación de poder y la creación de figuras como el Jefe y el Estado. Asimismo, en la India, como señala el antropólogo hindú Pocock, las ciudades tuvieron un crecimiento gradual, su organización se determinaba primero por su ubicación geográfica y sus lugares sagrados y luego por la división en castas que reproducía un orden espacial en armonía con sus creencias y relación con la naturaleza. (Pocock en Hannerz, 1980)

Hacia finales del s. XX e inicios del s. XXI el crecimiento urbano acelerado marca las tendencias internacionales, Saskia Sassen toma los años`80 como punto de inflexión. Previo a esta fecha los flujos transfronterizos del capital se negociaban fundamentalmente con los estados nacionales como actores clave. Como resultado de la privatización, desregulación, apertura de las economías nacionales a empresas extranjeras y la crecien-

te participación de actores económicos nacionales en mercados globales, hay un reescalamiento de los territorios estratégicos que articulan el nuevo sistema. El rol de las ciudades en una economía global crecientemente digitalizada, como lo ilustra especialmente el crecimiento de las finanzas y de los servicios especializado, y el impacto de las tecnologías de la información en las economías urbanas, son decisivos para lo que la autora llama el surgimiento de las "ciudades globales" (Sassen, 1991). Las dimensiones de desarrollo de este fenómeno inciden sobre todo en la planificación urbana y territorial. Las ciudades son el nuevo eje productivo y direccional, necesitando modelos de planificación y gestión a gran escala, se prevé el surgimiento de Mega Regiones, Corredores Urbanos y Ciudades Región.

Por Mega Regiones UN-Habitat entiende clusters de ciudades que crecen velozmente y engloban las áreas de hinterland, creando sistemas de intercambios complejos, por ejemplo, en China, Hong Kong- Shenzen- Guanzhou con 120 millones de habitantes, o en Brasil entre San Pablo y Rio de Janeiro, con 43 millones de habitantes. Las 40 mega regiones del mundo poseen el 66% de la actividad económica global, y aproximadamente el 85% de la innovación científica y tecnológica. Los Corredores Urbanos se caracterizan por sistemas lineares de espacios urbanos conectados por infraestructuras de transporte, en general pensadas para transporte de mercancías, como en el caso del corredor Malaysia's Kuala Lumpur que conecta las industrias manufactureras con el puerto de Klang. O en Africa Occidental el corredor Lagos-Accra, que atraviesa 4 países en 600 kilómetros, eje principal de la economía de esta área. Las Ciudades Región, que han extendido su límite al hinterland, absorbiendo en muchos casos pequeños centros poblados que han pasado a ser zonas de la misma ciudad, por ejemplo, Cape Town en Sudáfrica, que ha absorbido las ciudades en un radio de 100 kilómetros a su alrededor (Un Habitat, 2010).

Estos Mega Sistemas urbanos, como declara la urbanista norteamericana Susan Fainstein (2003), no surgen de un estudio sobre formas de desarrollo territorial equilibradas, son producto del capitalismo global y por lo tanto ponen al Urbanismo en permanente tensión, haciendo de él una disciplina más reacti-

va que capaz de anticipar las transformaciones. La planificación económica mundial crea grandes desequilibrios, elige mejorar la inter conectividad entre las ciudades creando actividades complementarias y reforzando los centros grandes y equipados, es decir creando "territorios ganadores", mientras que por el contrario debilita las funciones de los centros pequeños, creando "territorios perdedores". Esto produce permanentes transformaciones sociales y urbanas, como los crecimientos informales de grandes áreas de la ciudad por migraciones nacionales e internacionales en un extremo, y urbanizaciones privadas en el otro, ambos crean conurbaciones y fenómenos de "sprawl urbano". Así como abandono de regiones en declive que conlleva la reducción de las ciudades, "shrinking cities" (Campbell & Fainstein, 2003).

El geógrafo Neil Brenner (2015), señala el surgimiento de una "teoría urbana sin afuera". Es decir, una condición emergente de urbanización planetaria donde aún los espacios que permanecían fuera de los tradicionales centros de aglomeración, por ejemplo las rutas mundiales de los barcos de carga, o las rutas de transporte o las infraestructuras de comunicación, los sitios de extracción, los enclaves turísticos, alpinos y de la costa, las zonas agroindustriales, y las reservas "naturales" como los océanos, desiertos, selvas, montañas, tundra, la atmósfera, están siendo englobados en un "paisaje operativo mundial" para el capitalismo. Mientras que los estados nacionales están preocupados por la dimensión de Planificación y Ordenamiento Territorial Nacional, los desafíos que deberán afrontar, como señala, Guido Viale (2011) son el cambio climático y la inminente crisis hídrica, las migraciones forzadas por guerras promovidas por la extracción de materias primas y la expulsión de campesinos por la privatización de las multinacionales de las tierras.

Para el 2050, más de dos tercios de la población mundial estará bajo "stress hídrico", es decir que con el calentamiento de la tierra, si no se inicia una planificación que prevé un consumo responsable de los recursos naturales, se podría llegar a una crisis hídrica y de alimentación a mitad del siglo XXI. (El 70% del agua disponible en el mundo es usada para la agricultura, el 20% para la industria, y solo el 10% para el consumo doméstico.

Esto significa que el 90% del agua del planeta está bajo la responsabilidad del sector privado (Stockholm International Water Institute 2012).

Si consideramos que la Planificación a fines del SXX adopta el concepto de "desarrollo sustentable", nos preguntamos como es posible que los resultados sean tan escasos y sobre todo que no haya una percepción cultural difusa del riesgo medioambiental y de la necesidad de un consumo crítico (Allen, 2001). No es casual nos señala Serge Latouche, ya que cuando en el 1973, luego del Environmental Summit de Estocolmo '72, Maurice Strong, responsable del programa de las Naciones Unidas para el medio ambiente (PNUE) inventa la expresión "desarrollo sustentable", no piensa en un desarrollo alternativo al modelo de explotación y acumulación de las riquezas. No se hace tampoco referencia en este nuevo desarrollo sustentable a las diferencias en los niveles de contaminación Norte-Sur, que más tarde en el 1997, confirman los expertos con ocasión del tratado de Kyoto.

Como señala el antropólogo Ulrich Beck, el hecho de que los países del Sur acepten los peligros, no debe equipararse a que su población este conforme, sino más bien a un silencio alimentado por la necesidad. Estos países ofrecen como su "riqueza" el recurso, por otro lado limitado, del silencio, y pasan así a ser los más afectados. De esta manera la producción del riesgo y la posibilidad de sufrir sus consecuencias son dos hechos que se ven separados en el tiempo y en el espacio, generando una impunidad organizada a nivel mundial, porque los problemas medioambientales transnacionales chocan con la perspectiva y lógica nacional de las instituciones políticas. Se mire como se mire, se trata de una flagrante injusticia, aunque al tiempo parezcan "catástrofes naturales" (Beck en Mostafavi 2014)

No hay dudas que el modelo económico y cultural prevalente hace que los niveles de consumo crezcan en los países "desarrollados", y por lo tanto crece la contaminación, destruyendo sistemáticamente los diversos ecosistemas mundiales (Latouche, 2007).

Los pilares en los que se basan las teorías alternativas al "crecimiento" y el desarrollo son los de crear una nueva cultura

que apunte a; la "reducción" de consumos y de contaminación, la "reconversión" de todas las energías, materiales de la industrialización y de la urbanización, y la "relocalización", de los bienes y productos, en clave de producción y consumo local (Viale, 2011).

Angotti e Irrazabal (2017) señalan que América Latina ha sido vista como un lugar donde la informalidad y las grandes diferencias sociales mostraban un bajo nivel de planificación territorial. La medida de comparación del nivel de "desarrollo" del territorio y de las ciudades, ha sido siempre mirar hacia las ciudades y territorios del norte como el ideal en infraestructura y equidad. Sin embargo, como señalan los autores, esto no es falta de planificación, sino consecuencia de un cierto tipo de planificación, que organizó el territorio para extraer sus materias primas en diversos períodos históricos y no para que creciera en forma autosuficiente e independiente.

El geógrafo chileno Maturana señala que en varios lugares de América Latina la misión del OT ha sido interactuar con las tendencias del mercado internacional para generar nuevos equilibrios territoriales. Esto se logró gracias a una fuerte inversión en infraestructuras, y a un reconocimiento del rol central de estos centros a nivel regional como lugar estratégico donde mejorar servicios que llegarían a toda la población de su área de influencia. Sin embargo, Gorenstein, Landriscini y Nepal señalan que no es suficiente por sí mismo, ya que mejorar servicios e infraestructuras sin reforzar matrices económicas diversificadas, solo valiéndose del desarrollo de economías basadas en flujos internacionales y monocultivos, deja una dependencia económica de alto riesgo aún con una nueva geografía de ciudades intermedias. Por estar sujetas a fluctuaciones internacionales, las crisis productivas expulsan gente del campo que va a reforzar los bolsones de pobreza de esas ciudades. En el caso de las ciudades intermedias argentinas hay que advertir sobre el manejo exógeno de estos resortes económicos estratégicos y, en ese marco, el estatus alcanzado como ciudades intermedias es funcional pero no protagónico en la gestión de los recursos naturales de sus territorios (Gorenstein, Landriscini y Nepal 2013 en Maturana 2017).

Uruguay, desde la década de los 80, como señala Diego Piñeiro, ha facilitado las inversiones de flujos internacionales de capital, en la actualidad un tercio de estas inversiones están en la agroindustria y el agronegocio, crece la forestación y sobre todo la flexibilización del mercado de la tierra (Piñeiro 2012). El land grabbing tiene como consecuencia la desresponsabilización por parte de los privados del estado de la tierra, mientras que las actividades agropecuarias familiares tenían un cuidado particular en no agotar la calidad de los suelos, las nuevas lógicas de inversión necesitan producir en tiempos rápidos, y si el suelo se empobrece, irán a otros países o a otras regiones a continuar su producción. La idea de replicar para el país un desarrollo territorial equilibrado, como señala Pablo Ligrone, como podría ser el de las áreas lecheras del Departamento de Colonia, con una antropización en sus territorios de una galaxia de pueblos y cooperativas de producción, o la pequeña agricultura en Canelones, se desvanece en este contexto de concentración de la tierra en manos de empresas multinacionales, avanzando en la mecanización de la agricultura (Ligrone en Maturana 2017). El nuevo panorama es desalentador, el OT se enfrenta a una organización territorial generada por políticas sectoriales que no han sido capaces de evitar el despoblamiento y la extranjerización de las tierras.

Probando a analizar que sucedió con el Ordenamiento Territorial en las ciudades en los últimos quince años, el urbanista Gutiérrez Chaparro (2012), de la Facultad de Planeación Urbana y Regional de la Universidad Autónoma de México, considera que los desafíos mayores fueron el imaginar economías no dependientes, y descentralizar la máquina estatal para estar presentes allí donde el retiro del Estado, había creado privatización y expulsión de la gente. Sin embargo, lo que sucedió en muchas ocasiones fue que la planificación sería utilizada para reconocer lo existente, por eso la característica principal de los Planes de Ordenamiento Territorial en este período fue la de zonificación.

Esto se debió en gran parte a que no hubo un real proceso de planificación económica alternativa, por lo que no se puso en discusión el tipo de economía prevalente, extractivista y latifundista, pero se realizaron algunas restructuras en las políticas públicas para brindar servicios, desde los más básicos como luz

y agua potable, hasta educación y mejores condiciones de trabajo a las personas que habitaban en los lugares de la producción.

Gutiérrez Chaparro describe los problemas que caracterizaron la implementación de un urbanismo latinoamericano como: una ausencia de ordenamiento jurídico básico- integral que asegure la aplicación de Planes y la ejecución de proyectos; una falta de creación de figuras de gestión específicas para la implementación, que referido a la elaboración de Planes Reguladores se traduce en una notoria desvinculación de los aspectos estratégicos a futuro; una interpretación técnica sectorial de los problemas, que no favorece la comprensión del OT en los territorios, dejando de lado el vínculo del territorio con la naturaleza y la dinámica socio-cultural del contexto. Como señala Soraia Cardozo, en su análisis sobre las consecuencias del modelo económico dominante sobre las cinco macroregiones brasileñas (Cardozo, 2018), en la práctica, el crecimiento y desarrollo de las ciudades y los territorios no se pudo sustraer del control de intereses inmobiliarios de especulación y de capitales transnacionales que sustituyeron gradualmente a los intereses locales.

Concernente aos impactos territoriais do boom de commodities, Macedo (2010a, p. 205) afirma: [...] apesar da desconcentração produtiva das áreas beneficiadas, mantém-se no país forte especialização produtiva regional que se evidencia numa igualmente forte especialização das pautas exportadoras dos estados, indicando uma divisão territorial do trabalho que se manifesta tanto nacionalmente quanto intra-regionalmente e que vem sendo reforçada de forma reflexa pela demanda externa que se ampliou pelo crescimento do comércio mundial neste início de século (Cardozo, 2018).

Explorar la afectividad ambiental hacia una sociedad de Bienes Comunes Urbanos

Un desafío no menor es el modelo de Gobernanza en el que se encuentra América Latina a inicios del s. XXI. Como señala Cristina Zurbriggen: "...para Jessop (1998), la gobernanza pretende dar cuenta de las transformaciones recientes de la función del gobierno en un contexto complejo de globalización/relocali-

zación, complejidad social, descentramiento de la política y pérdida del carácter "autosuficiente" del Estado. La gobernanza se define como heterarquía, es decir, interdependencia y coordinación negociada entre sistemas y organizaciones. (...) las políticas públicas emergen de la interacción entre actores públicos y privados, aceptando que el Estado no es el actor dominante en los procesos decisionales. (Mayntz, 1994 en Zurbriggen, 2011)

El Ordenamiento Territorial no escapa a esto, tiene que cambiar su modelo a uno de construcción colaborativa, en el que los ciclos de la planificación, la implementación y la gestión no están separados. La mayoría de los Instrumentos de Ordenamiento Territorial son instrumentos que dan directrices, orientaciones, líneas guía, siguiendo el modelo del Plan Director. Pero se nota una falta de una figura clara de ejecución que coordine entre los varios actores las acciones necesarias en territorio a partir de las orientaciones estratégicas. Si bien los programas de actuación integrada, como señala Pablo Ligrone, son el instrumento por excelencia que establece la ley para viabilizar las transformaciones concretas, su planificación, programación, ejecución y gestión, no está claro cómo se debe transformar la máquina institucional para que no queden como recintos aislados de su entorno (Ligrone, 2016).

En América Latina encontramos por un lado, diferentes experiencias desde las instituciones como ser: juntas vecinales, Presupuestos Participativos, cabildos municipales, planes estratégicos o planes de vida participativos, consejos consultivos sociales, procesos de planificación urbana participativa, entre otros. Por otro lado, la acción colectiva de las diferentes organizaciones sociales que se mueven fuera de los espacios de invitación del Estado, puede oscilar entre lo que definimos como participación social y participación ciudadana no institucionalizada. (Goñi et al., 2013).

Lo anteriormente planteado debilita el rol del Estado como guía hacia desarrollos territoriales sostenibles, la regulación de los desequilibrios sociales e impactos ambientales en los ecosistemas es solo una parte del problema. ¿Cómo se colocan el urbanismo y el ordenamiento territorial en este escenario de frente a la fragilidad de su principal ejecutor?.

Luego de la crisis pandémica y afrontando la crisis climática, somos testigos de los albores de una nueva concepción: surge el llamado "paradigma de los cuidados" o "sociedad de los cuidados", relacionado tanto a los derechos de la naturaleza como al urbanismo feminista y a los derechos de las poblaciones marginalizadas (Fitz & Krasny, 2019).

Nunca fue tan clara la necesidad de una gran alianza entre distintos sujetos para asegurar la reproducción y la sostenibilidad de la vida en todas sus formas (Escobar, 2018), a los estudios sobre la planificación colaborativa y sostenible se agrega la necesidad de construir sistemas de planificación multiactoral en todas las temáticas del urbanismo. Así como formas de gobernanza multiactorales para que estos nuevos abordajes permeen en las políticas públicas y den un marco común a acciones que llegaran desde distintos sujetos (Sobral, 2022).

Es evidente que las ciudades latinoamericanas poseen dimensiones y problemáticas que se han generado de la vida urbana en sí misma. La naturaleza parece ser un mal lejano que fue completamente domesticado y alejado de los ambientes artificiales de cemento urbano. Sin embargo, pensadores latinoamericanos como Ailton Krenak, en su libro Futuro Ancestral, nos expone la importancia de repensar a las ciudades en clave de Florestanía–Florestaciudad, es decir reflexionar con cada persona sobre el objetivo de la artificialización urbana de la vida. Cuestionar la necesidad de crecimiento de las ciudades, es decir la tendencia a la urbanización mundial de la población. ¿Es posible revertir la urbanización planetaria?

"A antropóloga Lux Vidal escreveu (...) sobre habitações indigenas, (...) relacionava materiais e conceitos que organizam a ideia de habitat equilibrado com o entorno, com a terra, o Sol, a Lua, as estrelas, um habitat que está integrado ao cosmos, diferente desse implante que as cidades viraram no mundo. Aí eu me pregunto como fazer a floresta existir em nós, em nossas casas, em nossos quintais? Podemos provocar o surgimento de uma experiência de florestania começando por contestar essa ordem urbana sanitária ao dizer: eu vou deixar o meu quintal cheio de mato, quero estudar a gramática dele." (Krenak, 2022, p. 65).

Krenak nos invita a desarrollar una forma de pensar, - osea de crear conceptos – con los conceptos que nacen del mundo viviente. De ese mundo que se llama "bosque" en español, sacha en kichwa, naku en el idioma sapara. Adentro, en la selva, con la comunidad se habla sobre como usar el tabaco, sobre como conectarse con el mundo espiritual por medio de los sueños y de las caminatas por el bosque y sobre como vivir en el mundo espiritual.

Y esto es importante porque hoy en día pensamos demasiado desde el mundo material. Con todo lo que está pasando con nuestro planeta tenemos que acordarnos nuevamente de cómo vivir desde el mundo espiritual. Tenemos que imaginar una dimensión en donde lo económico como lo trata el capitalismo no sea la norma, retornar a la idea de vínculo, afecto, don, intercambio.

> *La gran ciudad recrea la nación. Porque, ¿qué es la nación? La nación es cooperación y conflicto. Es la discusión diaria. Es la búsqueda del acuerdo y, al día siguiente, nuevamente la búsqueda del acuerdo. La producción de estándares. Esto es lo que produce la nación. Pero en el mundo globalizado, donde el Estado solo se preocupa por la globalización, llegará el día en que las ciudades buscarán entenderse. Pero solo se pueden entender allá arriba, en el estado. No importa que hoy, el aparato del gobierno brasileño quiera reprimir la solidaridad. Se puede recrear desde la ciudad, no desde el campo. El campo no tiene fuerza, tiene cierta visibilidad, pero es prisionero de algunas formas simples de producción. Tan sofisticados como son, son simples. Es la ciudad el lugar de la complejidad, donde las personas, las más diferentes, se encuentran, creando, por tanto, una gran fuerza política. (Santos en Lima & Faria, 2021).*

Es posible trabajar declarando la muerte a la ciudad como la conocemos y refundando una nueva ciudad desde un paradigma diferente. Claro que esto es una provocación, no dejaremos de tratar de reconocer las formas que están interactuando hoy con otras formas de desarrollo territorial con producciones sostenibles, de pequeña escala y comunitaria, ni estamos tan convencidos como estaba Milton Santos, que el futuro nazca en las ciudades.

Sin embargo, es claro que la ciudad actual es una herramienta del capitalismo, que como decía Fraser genera condiciones de vida que devoran a los propios seres humanos. Es por ello que debemos dar el golpe de gracia a esta ciudad. Hay muchos terrenos para abrir la disputa con este sistema, pero uno que resulta particularmente importante es el campo de la afectividad, espacio en el que se crean las relaciones narcisistas mercantilizadas, los desafectos, desempatizaciones y la insensibilidad que viabiliza la fuerza de la crueldad. (Giraldo & Del Toro, 2020).

El método del urbanismo afectivo, es la construcción de vínculos, de afectos, entre las personas, entre las personas y otros seres vivos, es reconocerse parte de algo más grande, es restituir a las personas que cada día habitan los territorios, el derecho de decidir sobre sus transformaciones. Es habilitar un tiempo y un espacio para construir formas de habitar que no están aún entre nosotros, las imaginamos, pero no tenemos el coraje ni las herramientas para construirlas, porque la realidad nos parece demasiado abrumadora. Nuestro trabajo se refleja en los varios proyectos que desde el Laboratorio de Urbanismo Participativo y Afectivo (LUPA@) en Montevideo llevamos adelante, así como en varias otras universidades que están interactuando con la planificación urbana y con la extensión universitaria.

Podemos valorizar las prácticas culturales de los habitantes e incluirlas en una secuencia tradicional de planificación: estudio, diagnóstico, propuestas, implementación y gestión de las transformaciones territoriales. Poner al centro la mirada de los habitantes, de los hacedores de ciudad puede sin dudas mejorar las condiciones sociales, ambientales, culturales y económicas de los territorios. Así como multiplicar los recursos humanos, materiales y simbólicos en la gestión urbana a micro escala, que es en donde nace y se reproduce la vida.

Pero tenemos que antes que nada reconocer el orden del desafecto, significa identificar qué sentimientos y emociones no estamos experimentando por los otros y el mundo que nos rodea, devolver el deseo a la vida, una nueva vida, puede ayudarnos a la reorganización del mundo (Giraldo & Del Toro, 2020). Esto en otras culturas, que han permanecido más cercanas a la naturaleza, a formas comunitarias de vida y menos dependiente

de sistemas globales, es ya notorio. Pero también en la galaxia de pequeñas prácticas urbanas que día a día llevan adelante la vida social de las ciudades, las redes de solidaridad y las batallas contra los abusos del capital.

El urbanismo afectivo es una perspectiva teórico-metodológica en construcción pero sentimos que hace parte de esta transición cultural, al reinstaurar un régimen de la afectividad en el mundo, territorializar los afectos, interesarnos por la vida del otro cercano, estamos escapando a la individualización Occidental. Se parte de un urbanismo en cuanto proceso social, es decir la reunión de un grupo de personas, asociaciones, emprendedores, entre otros, con el gobierno, para analizar los problemas de su territorio y ejercer su derecho democrático a la toma de decisiones sobre las transformaciones que ocurrirán allí. Su objetivo es el reconocimiento de la diversidad de intereses y conflictos de poder, así como la necesidad de equilibrar las miradas y abrir procesos deliberativos y vinculantes en la gestión del territorio. Estos procesos raramente adoptan las técnicas adecuadas, es por ello que muchas personas y colectivos utilizan las fisuras de los sistemas presentes y construyen caminos paralelos de autoorganización y transformación de sus territorios. Podríamos aspirar a lo que llamaríamos formas extitucionales, es decir otras formas de organización territorial deliberativas, entre lo institucional que generalmente está orientado a la reproducción y la autogestión que presenta también complejidades por la ausencia de contralores.

Milton Santos nos advierte que la mayor parte de las organizaciones estructurales de nuestro siglo han silenciado e invisibilizado las experiencias comunitarias, así como las posibles teorías de cambio y transformación de los intelectuales. *"(…) las ciudades construyen ideas independientemente de los intelectuales, principalmente porque trabajamos con las clases medias y no vemos a los pobres. Están produciendo un discurso fragmentario, porque el mundo es tan complicado que los pobres no pueden entenderlo, que es nuestro trabajo. Sin embargo, falta esta correa de transmisión que solo podría existir si hubiera partes comprometidas. Allí regreso a la historia de la epistemología de los pobres y del discurso burgués de los partidos. Creo que hay una producción de solidaridad moral más grande*

de lo que pensamos. Quiero decir, está la producción de esta solidaridad pragmática, pero hay otra que también se está dando todos los días. Sin embargo, no estamos estudiando esto, porque solo estudiamos la violencia, y todo lo demás que la prensa nos pide que estudiemos. (Santos en Lima & Faria, 2021).

Entonces yo creo que realmente lo que América Latina tiene para brindar en el urbanismo y los estudios territoriales es una mezcla de naturaleza y cultura muy importante, que gracias a sucesivas crisis históricas está revelando algunas particularidades que vistas juntas pueden delinear los valores territoriales necesarios desde una nueva ecología de saberes para la necesaria transición cultural.

Bibliografía

AMÉRICO LIMA, N.; FARIA, M. Entrevista a Milton Santos: una mirada a los 70 (25 años después). *PatryTer*, v. 4, n. 8, p. 1-10, 2021. Universidade de Brasília.

ANGOTTI, T.; IRRAZABAL, C. Planning Latin American cities, dependencies and best practices. *Latin American Perspectives*, v. 44, n. 2, p. 23-44, mar. 2017. Sage Publishing.

BALBONTIN-GALLO, C. Los instrumentos de planificación territorial como mecanismo adecuado para proteger el derecho humano de los indígenas al territorio. *Ius et Praxis*, v. 25, n. 3, p. 409-425, 2019. DOI: https://dx.doi.org/10.4067/S0718-00122019000300409.

BAYONA-MOLANO, P. A. CAR y comunidades indígenas en el ordenamiento ambiental territorial: propuestas para la determinación de competencias en el post acuerdo. *Bitácora Urbano Territorial*, v. 26, n. 2, p. 121-128, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/748/74846551015.pdf.

BECK, U. Desigualdad social y cambio climático. In: MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. (org.). *Ecological Urbanism*. Cambridge (Mass.); Baden: Harvard University Graduate School of Design; Lars Müller Publisher, 2010.

BERVEJILLO, F.; SCIANDRO, J. *Guía metodológica de las herramientas de gestión territorial*. Montevideo: Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente; Oficina de Planeamiento y Presupuesto, 2017.

BRENNER, N. *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014.

CAMPBELL, S.; FAINSTEIN, S. *Readings in Planning Theory*. London: Blackwell, 2003.

CARDOZO, S. Comércio internacional, estrutura produtiva industrial, em-

prego e renda nas macrorregiões brasileiras (2004 a 2014). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 3, 2018. ISSN 2317-1529 (on-line); 1517-4115 (impresso).

CLASTRES, P. *La question du pouvoir dans les societés primitives*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

CHOMSKY, N.; POLLIN, R. *Cambiar o morir: capitalismo, crisis climática y el Green New Deal*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2020.

ECHAVARRÍA, C. Reflexión sobre el sentido de territorio para los pueblos indígenas en el contexto del ordenamiento territorial y el desarrollo minero. Mendoza: CYTED-SEGEMAR-IDRC, 2001. Disponível em: https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/31833/117224.pdf?sequence=1.

ESCOBAR, A. *Designs for the Pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds*. Durham: Duke University Press, 2017.

FITZ, A.; KRASNY, E. *Critical Care: architecture and urbanism for a broken planet*. Cambridge (Mass.): MIT Press, 2019.

FRASER, N. *Capitalismo caníbal: qué hacer con este sistema que devora la democracia, el planeta y hasta pone en peligro su propia existencia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2023.

GIL FOURNIER, M.; GOÑI MAZZITELLI, A. Extitutional urbanism in Latin America. *Urbanistica Q3*. Macerata: Quodlibet, 2021.

GOÑI MAZZITELLI, A. et al. *Democrazia emergente*. Roma: Gangemi, 2013.

GUTIERREZ CHAPARRO, J. *Planeación, participación y gestión en los procesos urbanos actuales: una visión iberoamericana*. Toluca: UNAM, 2012.

HANNERZ, U. *Esplorare la città: antropologia della vita urbana*. Bologna: Il Mulino, 1980.

HARVEY, D. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS (Uruguai). *Informe final: derechos de acceso a la información, a la participación pública y a la justicia en asuntos ambientales*. Montevideo: INDDHH, 2020.

JAQUES, P. B. Intervista a Ana Clara Torres Ribeiro. *Revista Redobra*, Salvador, n. 9, ano 3, 2012.

LATOUCHE, S. *La scommessa della decrescita*. Milano: Feltrinelli, 2007.

LIGRONE, P. Manejo de bordes de crecimiento urbano en Uruguay. *Bitácora Urbano Territorial*, v. 26, n. 1, 2016.

LIGRONE, P. Ciudades medias e intermedias en Uruguay en un nuevo ciclo descentralizador. In: MATURANA, F. (org.). *Sistemas urbanos y ciudades medias en Iberoamérica*. Santiago: GEOlibros, Instituto de Geografía, Universidad Católica de Chile, 2017. p. 215-232.

KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MARTÍNEZ ALIER, J. *Land, Water and Freedom: the making of world movements for environmental justice*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023.

MATURANA, F. et al. *Sistemas urbanos y ciudades medias en Iberoamérica*. Santiago: GEOlibros, Instituto de Geografía, Universidad Católica de Chile, 2017.

PIÑEIRO, D. Land grabbing: concentration and "foreignisation" of land in Uruguay. *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*, v. 33, n. 4, p. 471-490, 2012.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Un mundo ch'ixi es posible. Ensayos desde un presente en crisis* 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Tinta Limón, 2018.

SASSEN, S. *The Global City*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SOBRAL, L. *Haciendo juntos: instrumentos de cooperación para ciudades cocreadas*. São Paulo: A Cidade Press; Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 2022.

SOBRERO, A. *Antropologia della città*. Urbino: La Nuova Italia Scientifica, 1992.

STOCKHOLM INTERNATIONAL WATER INSTITUTE. *Nutrir un mundo sediento: desafios y oportunidades*. Roma: FAO; International Water Management Institute, 2012. Disponível em: www.siwi.org.

SVAMPA, M. *Debates latinoamericanos: indianismo, desarrollo, dependencia, populismo*. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-Habitat). *State of the World's Cities 2010/2011*. Nairobi: Earthscan, 2008.

VIALE, G. *La conversione ecologica: there is no alternative*. Rimini: NDA Press, 2011.

ZURBRIGGEN, C. Gobernanza: una mirada desde América Latina. *Perfiles Latinoamericanos*, v. 19, n. 37, p. 39-66, 2011.

Cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21

Pablo Ligrone Fernández

Nuevas imágenes prospectivas y nuevos escenarios para un ordenamiento territorial otro. El caso uruguayo

Resumen

Pensar escenarios alternativos en una perspectiva de desafío resulta una necesidad imperiosa frente a la constatación de la ínfima respuesta de la humanidad a los procesos de construcción / degradación / autodestrucción que, desatados desde la segunda posguerra del siglo 20, comprometen con aceleración creciente las posibilidades de una vida mejor. ¡Necesitamos pues nuevas imágenes prospectivas y nuevos escenarios para poder tomar mejores decisiones!

Al historiar el urbanismo moderno y la planificación territorial, podemos identificar impulsos de cambio análogos, algunos de los cuales engendraron una suerte de generaciones de maneras de planificar. Cada nuevo tipo de plan parece haber buscado superar los fracasos relativos de los anteriores dando respuestas institucionales a través de los órganos de gobierno del territorio. Esos empujes de cambio, surgidos en buena medida de iniciativas rupturistas con el *statu quo*, plantean nuevos paradigmas en ciernes. Todas esas maneras, en el acierto o en el error, basadas en el interés general o en los intereses de unos pocos, han conformado escenarios alternativos.

En este artículo, se propone una tipología en la que se engarzan y destacan el *aménagement du territoire* y, más específicamente, el caso de la planificación territorial en Uruguay con el Sistema de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible y el ejemplo

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_003

de las Directrices Departamentales de Rivera. Pese a su amplia difusión, en América Latina e inclusive en países con constituciones de avanzada en materia ambiental como las de Bolivia, Ecuador y Uruguay, el ordenamiento territorial está lejos de ser aplicado adecuadamente por lo que sostenemos que sigue siendo una alternativa, un escenario alternativo de alto potencial, una asignatura pendiente para la planificación territorial.

Introducción

Pensar escenarios alternativos de planificación territorial para el siglo 21 resulta una necesidad imperiosa frente a la constatación de la ínfima respuesta de la humanidad a los procesos de construcción / degradación / autodestrucción que, desatados desde la segunda posguerra del siglo 20, comprometen con aceleración creciente las posibilidades de una vida mejor.

En planificación, cuando hablamos de escenarios, hablamos de visiones de futuro, de nuevas miradas, de prospectiva para contribuir a la toma de decisiones. No se trata de adivinar el futuro, se trata de anticiparse… y entonces ser partícipes en la construcción de la historia con otra riqueza de pensamiento.

En la segunda posguerra, Gastón Berger (1950) acuñó el término prospectiva dándole pautas metodológicas, fundando una disciplina: "ver lejos, pensar en grande y actuar rápido". En las dos décadas siguientes, Herman Kahn desarrolla la teoría de los escenarios prospectivos para explorar futuros alternativos (aplicaciones militares y estratégicas) en tanto Pierre Wack lo aplica al empresariado, ámbito en el que se expandió internacionalmente. Desde entonces, esta práctica se generalizó: con seriedad para ser utilizada o con banalidad para servir de coartada y justificar cualquier decisión.

Hasta la invención de la prospectiva, la tríada análisis – diagnóstico – pronóstico se realizaba, en el mejor de los casos, elaborando proyecciones de aquellas variables identificadas como fundamentales en tres hipótesis: tendencial, positiva y negativa o de máxima y de mínima. Al incorporar la prospectiva, la planificación integra una herramienta para lidiar con la incertidumbre de un mundo de transformaciones y complejidades en aceleración creciente.

Reflexionar en términos prospectivos sobre planificación u ordenamiento territorial involucra al menos cinco dimensiones: concepto, materia, deontología/teleología, instrumental técnico institucional y procedimental, y procesos territoriales. Las cuatro primeras son priorizadas en este capítulo. Como se verá, en el caso uruguayo conforman un sistema constitucional y legal.

Las circunstancias históricas del ordenamiento territorial y su devenir permiten evaluar, en términos de eficiencia, eficacia y efectividad respecto de la demanda de desarrollo sostenible, la idoneidad de los instrumentos productivos de orden, así como anticipar la evolución de vectores de cambio estructurantes y emergentes, tanto en asuntos globales como específicos.

En la multiplicidad de tipos de planificación ensayados universalmente, este capítulo propone al ordenamiento territorial aplicado en su plenitud como una alternativa valedera si pretendemos transitar una vía para el porvenir de la humanidad al decir de Edgar Morin, quien reclama una política para la humanidad, una eco-política planetaria.[1]

Curso planeado de acción y generaciones de planes

Es sabido que la planificación como proceso, así como los diferentes instrumentos para el caso de la planificación territorial, responden a una teoría general, una teoría tecnológica: el curso planeado de acción. En esencia, la función principal de la planificación es la de encauzar la evolución de un sistema para que éste se transforme, cambie o se conserve conforme a un modelo final en un plazo dado y según un recorrido prediseñado. Es una actividad necesariamente racional en cuanto se basa en encadenamientos causa – efecto (previsiones científico-técnicas y de la experiencia), e informada, imposible sin el conocimiento suficiente de los sistemas concernidos. Su éxito será mayor cuanto más coincida el resultado con el modelo buscado y cuanto más se ajusten a lo previsto los caminos recorridos, los entrelazamientos de acciones diseñadas, las fases, los tiempos y el uso de los recursos. En este

[1] Morin, E. 2012 La voie. Pour l´avenir de l´humanité. Fayard/Pluriel, p. 137

sentido, el control es el subsistema más relevante del proceso. Más allá del léxico utilizado, sus fases y componentes son siempre los mismos: punto de partida del sistema a modificar – camino a transitar - punto de llegada pretendido, análisis (sincrónico, diacrónico y prospectivo), diagnóstico, objetivos generales, objetivos específicos, acciones, estrategias de acción, ejecución de acciones, gestión, control, evaluación. La secuencia es cíclica, y tiene bucles que van corrigiendo fases y componentes que reinician cadenas.

Si bien este curso planeado de acción ha sido ampliamente difundido, su aplicación concreta a planes, estrategias, directrices y demás instrumentos de planificación de los territorios ha variado notoriamente. En el devenir del urbanismo moderno y del ordenamiento territorial, podemos identificar tipos de planes estableciendo una suerte de generaciones, asociadas a las complejidades y aceleraciones de las transformaciones de ciudades y territorios y su relación con la respuesta de las instituciones especializadas de las estructuras de gobierno territorial. Cada nuevo tipo parece haber pretendido superar los fracasos relativos de los anteriores. Más allá de los discursos a veces lapidarios contra los tipos de planes anteriores, los nuevos planes integran los éxitos heredados, construyendo ciudad, territorio, ambiente e institucionalidad.

Piezas clave de las modalidades de planificación territorial son los actores y, de entre ellos, el decisor -tomador de decisiones o sujeto de la planificación- y su poder. Sin poder sobre la transformación de un sistema un rey resulta un simple soñador. Mientras que en el caso de muchas máquinas la producción del resultado previsto depende exclusivamente de que una persona la ponga en marcha, ya que el curso planeado de acción está detalladamente materializado, en la planificación territorial el decisor, por más poder despótico que detente en su ámbito, depende de innumerables personas y vicisitudes. Y cuanto más democrática sea una sociedad, los actores sociales tendrán mayor incidencia en los procesos. Podríamos decir, aunque suene fuerte, que la robótica es la mejor manera de conseguir objetivos y que la real participación de la población mina el poder del sujeto de planificación. Si bien las personalidades, ideologías e intereses de los jerarcas decisores son importantes en las maneras y resultados, la inclusión de multiplicidad de actores y personas

en general, o sea la participación, genera efectos sistémicos que complejizan de manera tal que los objetivos específicos y las acciones se desdibujan, incluso hasta disolverse.

Buena parte del aparente fracaso de la planificación territorial para el logro de la mejora de la calidad de vida, del interés general y de los derechos individuales y de la naturaleza se basa en que quien detenta el poder no tiene por objetivo real esos fines, esos logros. La permanente referencia a la democracia participativa en los discursos y la farsa de innumerables puestas de manifiesto y audiencias públicas es un asunto relevante. Manipulación vs participación en la toma de decisiones ha sido analizada desde hace décadas. Es clásica la referencia a la metáfora de la escalera de la participación ciudadana de Sherry Arstein (A Ladder of citizen participation, 1969). Para Uruguay, desde 2004, la participación "en todas las instancias de planificación, gestión y control de recursos hídricos" y por consiguiente del ordenamiento territorial, se consagró como derecho de las personas en la Constitución de la República. Sin embargo, no solamente casi ningún habitante (incluyendo una amplísima mayoría de jerarcas públicos y técnicos de los tres poderes del Estado y de la UDELAR) conoce éste y otros derechos territoriales y ambientales, sino que las instituciones públicas responsables de hacerlo cumplir se encargan de minimizar su efectividad.

Una tipología de planes o maneras de hacer planificación territorial

Aun a riesgo de ser demasiado reduccionistas, proponemos una tipología para el debate. El *leit motiv e hipótesis* subyacente consiste en afirmar que cada generación o tipo de planes enfatiza, magnifica o minimiza las diferentes fases y componentes del curso planeado de acción. Para transmitir más radicalmente esta idea y hacerla más pregnante para la discusión crítica, elegimos asociar a cada tipo una utopía (cuadro 1).[2]

[2] En el capítulo 10 de la tesis doctoral Transformations territoriales du littoral sud de l'Uruguay et les grands projets d'intégration régionale. Des défis stratégiques pour l'aménagement du territorire, (1995), propusimos una primera versión de esta tipología incluyendo los planes asociándolos a utopías:

Cuadro 1 - Tipos o generaciones de planes. Elaboración propia.

1. Planes proyecto arquitectónico	Utopía de la sociedad envasada
2. Plano de mensura y amanzanamiento	Utopía de expansión *a regla y cordel*
3. Planes reguladores	Utopía del formalismo ingenuo
4. Planes directores	Utopía del seguimiento funcional continuo
5. Urbanismo urbano	Utopía del pragmatismo puntual
6. El no plan	Utopía del *laisser faire laisser passer*
7. Planes estratégicos	Utopía de la selección eficaz de estrategias
8. Planes actorales	Utopía de la participación
9. Planes "prospectiva"	Utopía de los escenarios
10. Planes GIS/GPS/Big Data (Gran hermano)	Utopía del conocimiento y del control
11. Seudo planes	Seudo Utopía de las frases mágicas
12. Planes programa	Utopía de la instrumentación
13. *Aménagement du territoire*	Utopía de políticas públicas territorializadas
14. Planes doctrinales	Utopía del Buen Vivir, Pachamama y Felicidad
15. POL-PROG-PLAN-PROY	Utopía de integración de instrumentos
16. Ordenamiento territorial *otro*	Utopía de las alternativas insurgentes
17. Planes Inteligencia Artificial	Utopía del Paraíso robotizado

regulador, director, arquitectura urbana o urbanismo urbano y estratégico. Durante las siguientes tres décadas de investigación, enseñanza y práctica, he seguido agregando tipos.

Cuadro 2 - Tipos de planes y énfasis en el curso planeado de acción. Las columnas muestran los tipos de planes, objetivos generales (O.GRAL), análisis sincrónico (A.SINC), análisis diacrónico (A.DIAC), análisis prospectivo (A.PROSP), diagnóstico (DIAG), objetivos específicos (O.ESP), estrategias de acción (ESTRAT), acciones (ACC), control (CONT), evaluación (EVAL) y gestión (GEST). Las filas indican los tipos de planes correspondiente a los numerales 1 al 17.

TIPOS DE PLANES	O. GRAL	A. SINC	A. DIAC	A. PROSP	DIAG	O. ESP	ESTRAT	ACC	CONT	EVAL	GEST
PLAN PROYECTO ARQ						■					
PLANO DE MENSURA						■					
REGULADOR						■					
DIRECTOR		■			■	■			■		
URB URBANO								■			
NO PLAN								■			
ESTRATÉGICO		■	■		■		■				■
ACTORAL											
PROSPECTIVA				■							
BIG BROTHER		■							■		
PSEUDO PLAN	■										
PLAN PROGRAMA											■
AMÉNAGE-MENT D T	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
DOCTRINALES	■										
POL PROG PLAN PROY						■	■	■	■	■	■
ORD TERRITO-RIAL OTRO											
INTELIGENCIA ART		■									■

Elaboración propia.

Si bien cada nueva generación integra lo aprendido en la anterior, manteniendo o eliminando ingredientes, cada una ha significado un escenario alternativo para la planificación territorial.[3]

[3] La tipología propuesta no es exhaustiva ni se limita al caso uruguayo. En especial, la utopía de la sociedad envasada tiene apenas unos casos aislados en Uruguay tales como el Falansterio Montevideano (anteproyecto de 1887 del ingeniero italiano Luis Andreoni como alternativa al *conventillo*), ciertas cooperativas de vivienda y clubes de campo, o la *cooperativa autogestionaria de vida integral* Comunidad del Sur y algunos enclaves de eco aldeas en ciernes. Brasilia de Kubitschek, las Unidades de Habitación de Le Corbusier, Toulouse Le Mirail

En los planes concretos, los tipos aparecen con diferentes grados de hibridación. Cabe señalar que tanto lo *actoral* como lo *otro* tiene la oportunidad de hacerse presente en cualquiera de las fases y componentes, por lo que no se marcó énfasis (cuadro 2).

Uruguay, generaciones de planes y cambios de paradigmas

La fundación de centros poblados en el actual territorio uruguayo fue "matrizada" por las Leyes de Indias. Sus adaptaciones fueron sucesivamente criollas, republicanas, socialdemócratas y liberales fraccionadoras. Partiendo de un concepto y diagrama territorial de ciudad - territorio (solares del pueblo, murallas, ejidos, dehesas, propios, suertes de estancia), planificado como un sistema de asentamientos sustentables (ocupación, defensa, producción y consumo, red de comunicaciones y vínculos con los puertos y la nación madre, España), la urbanización de la República siguió derroteros liberales, siendo el fraccionamiento de tierras y la tríada dueño de la tierra, promotor inmobiliario y agrimensor ampliamente dominantes frente a las intervenciones públicas. El proyecto de territorio indiano fue la primera modalidad de planificación estratégica, fundante de un modelo civilizatorio completo sobre *tabula rasa*. La República independiente diluye la utopía ciudad-territorio y prioriza el dibujo de la trama vial –plano de mensura y amanzanamiento- para la expansión ordenada del mercado inmobiliario, en lo que podríamos denominar como la utopía "a regla y cordel", mínima pero materialmente contundente expresión del poder público.

En 2015, se cumplió el horizonte temporal del Plan Regulador de Montevideo de 1930, obra magnífica de un equipo de uruguayos liderado por el Profesor Mauricio Cravotto. ¡Ochenta y cinco años! fue el horizonte prospectivo (aunque no se utilizara este término) en que los cálculos demográficos de un país pujante harían de Montevideo una ciudad de tres millones de

---

de Candilis, Josic y Woods o, notoriamente, The Line en obra en Arabia Saudita son algunos ejemplos relevantes del tipo de planes *proyecto arquitectónico*. Con relación a los planes *Inteligencia artificial*, quedamos expectantes…

habitantes, sueño que estaría inspirado en la idea de Le Corbusier presentada en el Salón de Otoño de París en 1922. En 23 exquisitas láminas felizmente conservadas con colores vivaces, el plan dibuja un futuro que se creía posible, probable y deseable: forma, funcionalidad, descripción física, zonificación actual y futura, recorridos de transportes públicos, curvas de valor de la propiedad inmobiliaria, diagramas de recorridos isócronos, la evolución de la ciudad desde el inicio de su proceso fundacional en 1724 hasta 1930. Cabe destacar el *Plano 1 (actual-futuro): Plano Regional de Montevideo Ciudad Futura y Ciudad Actual. Forma de la planta urbana de Montevideo. Propuesta de tres áreas geográficas y sus densidades. Datos argumentales sobre la extensión y desarrollo*.[4] Más allá del coraje intelectual de haber proyectado a 85 años y de que el objetivo específico modelizado no se cumplió, este anteproyecto de plan regulador, donado por un grupo de personalidades particulares al Gobierno Departamental, demostró que se podía hacer un plan con la mejor calidad de la época, influyó en la creación en 1939 de la Oficina del Plan director, y fue un soporte fundamental de las reglamentaciones urbanas de 1947.

Frente a la visión estática, reductiva y finalista del modelo urbano de los planes reguladores, los planes directores representan un progreso; sobre la base de una filosofía racionalista y pragmática, el Estado, aún paternalista, busca orientar el crecimiento urbano en función de los procesos desencadenados por la economía de mercado. La preocupación del seguimiento y control, del análisis y del diagnóstico permanentes de la fenomenología territorial, con la consiguiente corrección permanente de la reglamentación en materia inmobiliaria y la adaptación continua de las vías de circulación, sustituyen a la antigua voluntad ingenua de darle forma a los límites de la ciudad y de dominar el caos urbano. En Montevideo, el Plan Director de 1956, liderado por el director del Instituto de Teoría de la Arquitectura y Urbanismo de UdelaR Arquitecto Carlos Gómez Gavazzo -quien concibió y difundió la teoría de la Ar-

[4] Ligrone P., De Souza L., Logiuratto L., Benenati S., Vainer D. y De Álava V., (2018). 2015 Ciudad Futura. Horizonte del Plan Regulador de 1930, UDELAR/CSIC, FADU, Fundación Cravotto. Versión digital 2016: http://cravotto.org/plan-regulador/

quitectura de las Comunidades como Teoría de la Planificación Territorial[5]-, no se tradujo en las transformaciones previstas. La ciudad soñada técnicamente no respondió como se esperaba.

Uruguay y Montevideo nunca conocieron el desarrollo demográfico soñado en 1930, ni los procesos que se buscaron encausar en 1956 entraron en razones. Los efectos de las restricciones urbanizadoras en Montevideo y la casi nula regulación en los Departamentos vecinos de Canelones y de San José, generaron una expansión metropolitana fuera de sus límites en muy baja densidad, al tiempo que las propias políticas públicas de vivienda y de infraestructuras engendraron segregación socio espacial y una involución urbana generalizada. En el resto del país, más allá de la conurbación Maldonado Punta del Este y la sucesión de sus balnearios, el urbanismo se restringió a la aplicación en bruto de la ley de creación de centros poblados del año 1946. Aquel texto, pensado para acompañar un desarrollo de localidades agrarias en todo el país -cosa que nunca ocurrió-, se redujo a la aplicación de normas básicas para fraccionar lotes para crecimientos urbanos menores y, por cláusula de excepción, generó miles de hectáreas fraccionadas en balnearios fantasmas en toda la costa sur del Río de la Plata y del Océano Atlántico.

La falta de visión prospectiva de las décadas subsiguientes, los prejuicios ideológico-clasistas y los caprichos formales espaciales tales como querer equilibrar el desarrollo de la mancha urbana extendiendo Montevideo hacia el oeste, negarse a admitir la tendencia casi universal de la población hacia las costas, denostar la ciudad lineal basada en las infraestructuras viales, zonificar la vivienda "económica", desconocer sistemas de saneamiento alternativos… y no plantear nada viable a cambio, generó un territorio plagado de improvisación y de regularizaciones, tardías o imposibles, de situaciones desgraciadas. Además, las generalizadas expansiones urbanas en muy baja densidad en todo un país de demografía estancada, generó para siempre, un territorio costosísimo. Y todo esto fue en buena parte culpa nuestra, de los tecno-académicos, notoriamente de los arquitectos.

[5] Ver Gómez Gavazzo C. (1964 y 1970) Arquitectura de las comunidades. Teoría de la planificación territorial. Tomo I Conceptos; Tomo II Técnicas. UdelaR, Farq. ITU

Es recién en 1990, con la creación del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente (MVOTMA) que la planificación territorial se institucionaliza y sale de los límites de Montevideo y de la conurbación Maldonado Punta del Este. Desde mediados de los años ochenta, el Gobierno Nacional ya había elegido para un cambio de paradigma al ordenamiento territorial en su máxima expresión, con la cooperación francesa como guía. Como nos gusta decir, los noventa fue la década de incubación y ensayo del ordenamiento territorial "a la francesa" adaptado al Uruguay. Prospectiva, planificación estratégica, urbanismo urbano, talleres participativos, estudios de impacto ambiental y territorial, enfoque multiescalar, concientización de la relevancia de la gestión integrada a los planes, sistemas de información geográfica, valorización y protección del patrimonio y del ambiente, fueron presentados y difundidos generando un período burbujeante de optimismo técnico, institucional, universitario público y privado. Fue una década en que pudimos aprender mucho de las cooperaciones francesa, canadiense, sudafricana, española, europea… se ensayó, se avanzó en buena parte del país y se generó un clima prometedor con la ilusión de iniciar un nuevo siglo habiendo consagrado un ordenamiento territorial de avanzada, para un país de avanzada, en un Mercosur de avanzada.

Los estudios de impacto territorial de las grandes infraestructuras de integración regional -puente Buenos Aires Colonia, Eje Vial del Cono Sur Sao Paulo – Porto Alegre – Montevideo – Buenos Aires – Valparaíso, la Hidrovía Paraguay – Paraná – Uruguay- dieron la oportunidad a ministerios, a Gobiernos Departamentales de todo el país y a los universitarios de trabajar con especialistas de primer nivel internacional[6].

El primer gran estudio prospectivo se realizó en la Comisión Nacional del Puente Colonia Buenos Aires, engarzada en el Ministerio de Transporte y Obras Públicas, asesorada por Agence

[6] Agence Territoires, Aménagement, Développement, TAD, Yves Paris, cooperó en continuidad (1989-2005) con los Ministerios de Transporte y Obras Públicas y de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente. El Institut des Hautes Études de l'Amérique latine, IHEAL, Sorbonne Paris 3, contribuyó en la formación.

TAD[7]. Se identificaron los sectores generadores de actividad económica e impacto territorial del país y se establecieron opciones para cada sector, con énfasis y combinaciones, a las cuales asociaron representaciones gráficas: *a) Sector Agropecuario - Recursos naturales; b) Industria agroalimentaria; c) Industria; d) Turismo; e) Transporte e infraestructura; f) Comercio y servicios; g) Protección; h) Modos de urbanización. En torno a ellos, se confeccionaron 26 opciones de ordenamiento territorial y, priorizando como hipótesis un sector en algún aspecto, se dedujo las consecuencias que tendría sobre los demás sectores, dibujándolos en su manifestación territorial. Un segundo paso consistió en conjugar las diferentes opciones, identificando cuáles se refuerzan entre sí, cuáles resultan indiferentes y cuáles incompatibles. Mediante su integración compleja, intersectorial y sistémica, se elaboraron 8 imágenes de organización del espacio nacional y se analizaron las consecuencias sobre la estructura general y las subestructuras urbanas: 1) El Uruguay se desarrolla a través del puerto de Montevideo y de la Hidrovía; 2) El turismo internacional es el motor del desarrollo económico; 3) Desarrollo de alta tecnología; 4) Agricultura como sector motor de desarrollo; 5) Montevideo capital del Mercosur; 6) Medio ambiente; 7) Buenos Aires motor del desarrollo del Uruguay a través de Colonia; 8) Uruguay descentralizado. Finalmente, la metodología culmina con la elaboración detallada de tres escenarios: A) Profundización del desarrollo tendencial con descentralización y solidaridad; B) Desarrollo endógeno y exógeno; C) Posicionamiento internacional*.[8]

La Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial DINOT/MVOTMA va a transitar por un derrotero de innovaciones permanentes, siendo el principal desafío crear en paralelo la oferta y la demanda en ordenamiento territorial; en efecto, la ley que crea al ministerio no dice qué es ni cómo se hace. Si desde 1992 hasta el presente la DINOT transfiere dinero a las Intendencias Departamentales para que hagan ordenamiento territorial, es recién en 2008 que se establecerá por ley qué es y cómo se hace el ordenamiento territorial. Por consiguiente, hubo que inventar

[7] Agence TAD, geógrafa Marie Madelaine Flambart, Economista Yves Paris, estudios finalizados hacia 1993.

[8] Ligrone P. (2017) Ciudades medias e intermedias en Uruguay en un nuevo ciclo descentralizador, en: Sistemas urbanos y ciudades medias en Iberoamérica. Geolibros, Pontificia Universidad Católica de Chile pp. 311 a 314

qué debía exigir la DINOT a cambio del dinero y del asesoramiento técnico convenido y hubo que instruir a los Gobiernos Departamentales qué debían pedirle a sus equipos técnicos o consultoras contratadas. Como se dice en Uruguay, fue *el sueño del pibe* para quienes pudimos vivir esos más de quince años de invención, ensayo, debates, errores, y mucho, mucho estudio y reflexión. Rápidamente entendimos que la caja de herramientas debía ser rica y variada para adecuarse a las diferentes realidades del Montevideo metropolitano, de las costas balnearias del este, del interior ganadero agrícola, de las ciudades intermedias, de las microrregiones, de los pueblos aislados, de los territorios fronterizos, etc. También, que la colaboración debía priorizar al interior del país debido a la enorme asimetría con Montevideo. Y finalmente, que los recortes y subsistemas territoriales del país requerían miradas geoestratégicas y que la comprensión de los procesos concretos debía trabajarse *in situ*, con los actores locales y no desde ¡la arrogancia del centralismo montevideano, endemia uruguaya destacable, si las hay!

Si el primer lustro fue básicamente de estudios, interacción, aprendizajes y primeros balbuceos propositivos, el segundo fue de elaboración de los primeros instrumentos intentando aplicar plenamente el ordenamiento territorial, adecuándolo a las realidades uruguayas. En esta etapa, la cooperación francesa lejos de imponer soluciones transculturadas, fue una aliada en la invención adaptativa en la que estábamos embarcados.

Los énfasis de nuestras búsquedas y también de nuestros logros fueron básicamente: a) incorporar las estrategias concretas de desarrollo territorial integral y las herramientas de gestión a los planes; b) lograr análisis y diagnósticos selectivos en cada territorio que nos acercaran a los procesos, problemáticas y potenciales reales; c) realizar con muy escasos recursos análisis prospectivos útiles; d) manejar el juego de escalas territoriales de lo global a lo local; e) superar el enfoque y quehacer sectorial de las Intendencias y del Estado nacional usando para ello el plan; f) aplicar los paradigmas del desarrollo sostenible y la protección patrimonial; g) avanzar en incorporar al texto de los planes la doctrina obligatoria tanto en el deber ser como en las finalidades; h) ensayar modalidades participativas

reales y eficientes; i) avanzar en la elaboración de una ley de ordenamiento territorial.

La DINOT dio prioridad a una secuencia de ámbitos de planificación al influjo de los efectos previstos del Puente Colonia Buenos Aires: a) área de cabecera del puente aledaña a la ciudad de Colonia del Sacramento y su microrregión; b) Departamento de Colonia; c) área suroeste incluyendo los Departamentos vecinos de Soriano y San José; c) toda la costa sur uruguaya hasta el Chuy/Chuí; d) el resto del país; e) los espacios transfronterizos con Brasil y Argentina. Hacia fin de siglo, la decisión de Argentina de concretar 60 km de puentes entre Rosario y Victoria y, así baipasear Uruguay, hizo que el Puente Buenos Aires Colonia perdiera sentido y las prioridades de planificación en Uruguay cambian. Este puente nunca realizado fue un catalizador que movilizó a Uruguay, durante casi quince años, a dar un paso de gigantes en la planificación territorial. Se destacan de este segundo lustro la primera ordenanza departamental de desarrollo y ordenamiento territorial del país para Colonia aprobada en 1997, los planes de Colonia del Sacramento y su microrregión, del Área suroeste, el inicio del Plan de la región Centro incluyendo los Departamentos de Lavalleja, Florida, Flores, Durazno y Tacuarembó y la primera versión de las Directrices Nacionales de ordenamiento territorial.

Como en un mundo paralelo, Montevideo transcurrió la década por otro derrotero. Cuando el Frente Amplio llega al Gobierno Departamental en 1990, procura una descentralización territorial participativa (planificación actoral) que se concreta en una desconcentración en 18 Centros comunales zonales, CCZ. En paralelo, se instrumentan actividades encadenadas de participación ciudadana y de las organizaciones en la elaboración, control de gestión y evaluación del Presupuesto participativo[9]. En 1992, crea la Unidad Central de Planificación Municipal, en 1993, crea la Comisión Especial de Apoyo al Plan Estratégico para el Desarrollo de Montevideo y, en 1994, innova elaborando el primer Plan. Si bien se puede considerar que este breve documento no es estratégico por cuanto establece directivas generales para

[9] Ver Evolución del presupuesto participativo en http://montevideo.gub.uy

todos los rubros sin seleccionar ni trazar estrategias concretas, constituyó un avance relevante al explicitar, organizadamente, directrices, generando un compromiso de la Intendencia con la ciudadanía.

Hacia 1995, la Intendencia convino con la Facultad de Arquitectura de UdelaR la elaboración de un nuevo plan para el Departamento. En su confección y resultado se pueden apreciar la sumatoria y ausencia de varios tipos clásicos que derivan directamente del perfil ideológico-urbanístico de sus protagonistas. Salvo excepciones, todos los técnicos de la Intendencia relacionados a ordenamiento territorial entonces y hasta ahora son docentes de Facultad e integran un taller o el ITU. Por otra parte, tradicionalmente, cada taller sigue un tipo de lineamientos. Cuando la Facultad definió qué equipo docente elaboraría el plan, hubo dos posturas. Una, promovida por un taller caracterizado por el urbanismo estratégico, planteó que se concursara con propuestas de trabajo y enfoque y, quien ganara dirigía; otra, triunfadora, promovió que se eligieran varios directores. Quienes promovían el concurso, decidieron no participar. Se designó un triunvirato de otros tres talleres. El cuadro de distribución de unos cuarenta docentes y de temáticas asignadas, se organizaba en tres fajas, una por director: a) sistemas infraestructurales, área rural y dimensión metropolitana, a cargo de un profesor formado en el auge de la sistémica y en la arquitectura de las comunidades; b) normativa reguladora del tejido urbano, a cargo de los docentes de un taller que promovía el enfoque rossiano de la tipo morfología; c) los proyectos urbanos de detalle a cargo de docentes de un taller que no creía en los planes generales y sí en el urbanismo urbano. El gran ausente del trabajo y del plan resultante: el planeamiento estratégico.

El Plan de Ordenamiento Territorial de Montevideo 1998-2005, conocido como POT, hasta hoy vigente, tuvo la orientación de la Xunta de Andalucía.

En cuanto a las virtudes, el POT posibilitó a numerosos docentes participar en la elaboración del principal instrumento de planificación del país, incluyó a la totalidad del Departamento, y la actualización de la normativa edilicia supuso un extraordinario trabajo que la ciudad merecía. En su resultado concreto y su

texto articulado, el plan se diluyó en el digesto general normativo, o sea básicamente se subsumió en su contenido regulador, reglamentario y de procedimientos. Obviamente, los planos son propios de un excelente plan director con una actualización predio a predio.

Por otra parte, identificamos siete pecados relevantes del POT. Tres de ellos recomendados por el asesoramiento español y bienvenidos por el pragmatismo de la contraparte de la Intendencia: a) divorcio entre el POT y el Plan estratégico; b) divorcio entre el modelo territorial y los instrumentos de gestión; c) autismo de Montevideo con relación a su área metropolitana. Estos tres asuntos fueron resistidos por numerosos docentes que los consideramos contradictorios con toda la doctrina internacionalmente aceptada. Otros tres reñidos con la deontología imperante en la sociedad uruguaya fueron: a) el flagelo de la pobreza urbana no se incorporó a la propuesta pese a que un equipo de docentes especialistas contratado contribuyó a esclarecerlo; b) se usó la herramienta española del pago por mayor aprovechamiento de manera discrecional aún después que la ley de 2008 exigió hacer programas de actuación integrada para cambios radicales de edificabilidad y la Intendencia no los aplicó; c) salvo un par de sectores pequeños, se restringió la valoración patrimonial a los barrios en los que vivió la aristocracia de turno. Finalmente, el concepto de escenarios utilizado en la memoria de información está lejos de referirse a los escenarios prospectivos. Con relación a la prospectiva, los aportes hechos en los estudios del equipo de facultad no fueron considerados. En suma, Uruguay perdió una ocasión rara en la historia de revisión completa del plan de su capital metropolitana, usando el tipo plan director.

En torno al MVOTMA, el MTOP y varios Departamentos del interior del país, los años noventa finalizan con una gran acumulación de avances en planificación territorial de nueva generación. Entre otros se destacan la planificación estratégica, enfocada a la gestión concreta, a la imbricación de programas de gestión, planes, proyectos y con herramientas para operar en la incertidumbre -desde una posición estatal fuerte de concertación con los promotores privados-, y con aprendizajes de me-

todologías y técnicas de vanguardia en materia de estudios de impacto territorial, manejo ambiental y prospectiva. Empero, si bien la reforma constitucional de 1997 consagró el derecho a un ambiente sano y a su conservación, los avances normativos permanecieron estancados en el borrador de ley de ordenamiento territorial de 1993 y en la ley de evaluación de impacto ambiental de 1994.

El Sistema de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible (SOTYDS)

El siglo 21 inicia con ímpetus normativos renovados. La ley general del ambiente y la ley de creación del sistema nacional de áreas protegidas en 2000, la reforma constitucional en 2004 que consagra al ordenamiento territorial como base para la política de aguas y para la protección del ambiente junto con la constitucionalización del derecho a la participación de la sociedad en la planificación, gestión y control del ciclo hidrológico y la ley N° 18.308 de Ordenamiento territorial y desarrollo sostenible (LOTDS) en 2008 conformaron un cuerpo normativo doctrinal fabuloso. Quedó así fundado el SOTYDS[10], un sistema que aúna todo lo mejor de lo hasta entonces conocido en la legislación internacional comparada, siendo vanguardia en hacer del ciclo hidrológico un dominio público estatal.

La LOTDS define al ordenamiento territorial como *"el conjunto de acciones transversales del Estado que tienen por finalidad mantener y mejorar la calidad de vida de la población, la integración social en el territorio y el uso y aprovechamiento ambientalmente sustentable y democrático de los recursos naturales y culturales"*. Lo establece como *"una función pública que se ejerce a través de un sistema integrado de directrices, programas, planes y actuaciones de las instituciones del Estado con competencia a fin de organizar el uso del territorio"*.

La potencia jurídica que la constitución (art. 47) y la LOTDS dan al ordenamiento territorial es máxima: lo declara de inte-

[10] Gorosito Zuluaga R., Ligrone Fernández P. (2009) Sistema de Ordenamiento territorial y desarrollo sostenible. Ley fundante 18.308. La Ley Uruguay

rés general, cometido esencial del Estado, sus disposiciones de orden público y obligatorias, y las determinaciones de sus instrumentos *"vinculantes para los planes, proyectos y actuaciones de las instituciones públicas, entes y servicios del Estado y de los particulares"*, o sea para toda persona. Por lo tanto, quien no lo aplica está en infracción con la constitución y la ley.

Si bien hemos podido rastrear e identificar al menos una decena de orígenes de los ingredientes de la LOTDS luego de quince años de elaboración, cientos de contribuciones, y media docena de cooperaciones extranjeras, en su *materia* opta inequívocamente por tomar la raigambre francesa[11] y de la Unión Europea[12] destacándose el art. 4, literal a): el OT y DS *"comprende: a) La definición de estrategias de desarrollo sostenible, uso y manejo del territorio en función de objetivos sociales, económicos, urbanísticos y ecológicos a través de la planificación"*. Y siguen ocho literales con materia estructural, de gestión administración, actuación, regulación y estudios de los procesos políticos, sociales y económicos.

Nuevos y numerosos derechos y obligaciones de las personas y principios del OT y DS, incluidos en el articulado de la ley, convierten al sistema en un avance deontológico inmenso. Vale destacar que toda persona tiene derecho a un OT adecuado al interés general, a la participación en la elaboración de los instrumentos y en el seguimiento de su ejecución, y lo que Gorosito Zuluaga califica de actio populares: *"toda persona podrá demandar ante la sede judicial correspondiente la observancia de la legislación territorial y de los instrumentos de ordenamiento en todos los acuerdos, actos y resoluciones que adopten las instituciones públicas"*. Hemos podido identificar y desarrollar para su mejor aplicación una treintena de principios: [13]

[11] Loi n. 99-533 du 25 juin 1999 d'orientation pour l'aménagement et le développement durable du territoire

[12] Carta europea de ordenamiento territorial 1983 Torremolinos

[13] Gorosito Zuluaga R., Ligrone Fernández P. (2009) Op.Cit. p. 89 y siguientes

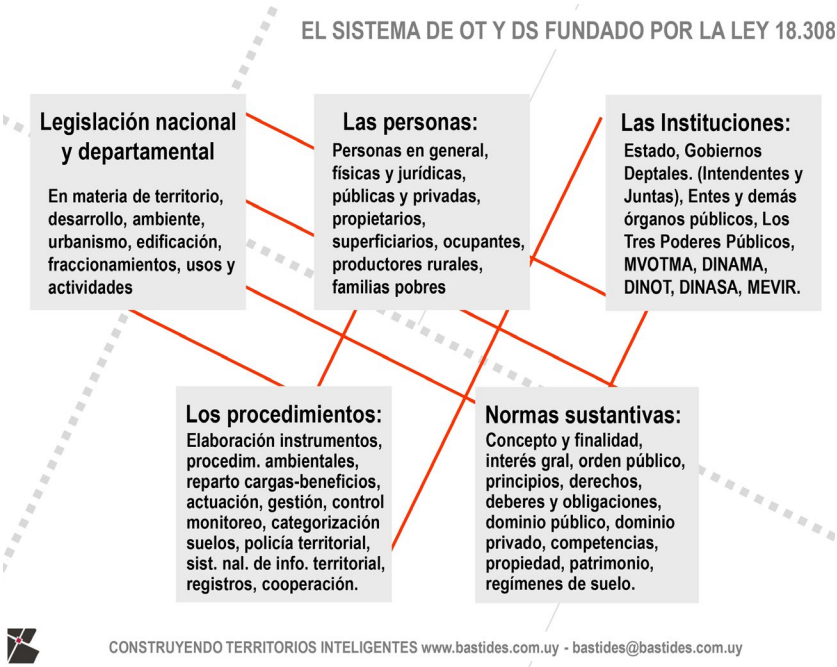
01 Planificación, 02 Sustentabilidad ambiental, 03 Equidad social, 04 Cohesión territorial, 05 Coordinación, 06 Cooperación, 07 Concertación, 08 Descentralización, 09 Desarrollo local, 10 Desarrollo regional, 11 Valorización de los recursos, 12 Participación, 13 Equidistribución de cargas y beneficios, 14 Recuperación pública de mayores valores, 15 Desarrollo integral, 16 Desarrollo sostenible, 17 Desarrollo cohesionado, 18 Equilibrada distribución espacial de usos, 19 Aprovechamiento de infraestructuras y servicios, 20 Objetivos estratégicos, 21 Objetivos con contenido socio-económico solidario, 22 Conservación de los recursos naturales, 23 Conservación del patrimonio cultural, 24 Protección de espacios de interés productivo rural, 25 Acceso igualitario a una calidad de vida digna, 26 Accesibilidad a equipamientos y servicios, 27 Acceso equitativo a un hábitat adecuado, 28 Tutela y valorización del patrimonio cultural, 29 Prevención de los conflictos, 30 Carácter público de la información territorial.

En cuanto a la caja de herramienta, el sistema crea de manera no taxativa instrumentos del ámbito nacional, regional, interdepartamental y departamental, siendo tipos geográficamente específicos, dejando las ordenanzas departamentales como norma de contenidos genéricos análogamente a la ley nacional. Ellos son: 01 Directrices nacionales, 02 Programas nacionales, 03 Estrategias regionales, 04 Ordenanzas departamentales, 05 Directrices departamentales, 06 Planes locales, 07 Planes interdepartamentales, 08 Planes parciales, 09 Planes sectoriales, 10 Planes especiales Art. 50, 11 Programas de actuación integrada, 12 Inventarios patrimoniales, 13 Catálogos patrimoniales. [14]

El siguiente gráfico (figura 1), correspondiente a la versión de la ley original de 2008, busca una aproximación didáctica la comprensión del sistema.

[14] Gorosito R., Ligrone P. y Sánchez A. (2009) Instrumentos. Leyes 18.308 y 18.367 de OT y D° S. Ficha 3 Montevideo: Bastides

Figura 1 - Sistema de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible fundado por la ley 18.308. Versión original.



Fuente: Cursos *Bastides*, Gorosito R., Ligrone P. y Sánchez A. 2009

El no plan

El no plan, vinculado a la desregulación del mercado inmobiliario y a la implantación de actividades en cualquier lugar en función de los intereses de los promotores (sean empresarios privados, familias pobres, el Estado nación o los gobiernos subnacionales) es una tentación intrínseca del jerarca decisor: es el ejercicio discrecional del poder en miradas cortoplacistas (¡my precious! diría Gollum refiriéndose al anillo). Incluso, resulta muy difícil convencer a las personas comunes preocupadas por la creación de empleo, la dinamización de la economía, la solución del problema de la vivienda para los desposeídos, al industrial que ya compró un terreno, al productor agropecuario que quiere plantar árboles, soja o estabular cerdos, y al Intendente que quiere solucionar la ubicación de un nuevo basurero, etcétera, que existe un plan que se lo impide.

En Uruguay, y seguramente en todo el planeta, esta tensión plan-no plan siempre existió. Ya nos hemos referido a las excepciones introducidas a pocas semanas de aprobarse la ley de Centros poblados de 1946. Otro tanto ocurrió apenas aprobada la ley 18.308 de 2008 tras las presiones de un poderoso urbanizador argentino para un desarrollo inmobiliario en las costas de Rocha. La ley 18.367 generó las primeras excepciones. Luego, año tras año, el mismo gobierno que la elaboró y logró su aprobación, modificó la legislación para liberalizar el territorio tanto para los desarrollos inmobiliarios como industriales, para la generación de energía o los sistemas de riego. A ningún macroproyecto ni prácticamente a ninguna transformación urbana de mediano porte se le exigió realizar un programa de actuación integrada como la ley establece obligatoriamente. El Gobierno nacional fue testigo pasivo cuando no promotor activo de la desaplicación de la ley. Y los Gobiernos departamentales, en su gran mayoría, hicieron *mutis por el foro*. Por lo tanto, el no plan como opción en Uruguay, diríamos que es el más usado. Podemos decir que Uruguay se arrepintió en 1946 y también a partir de 2008 cuando tuvo que aplicar de verdad cada uno de estos cambios de paradigma. ¡En suma, en Uruguay es el Estado en todas sus épocas el principal incumplidor de la planificación territorial! ¿Y el interés general y los derechos ambientales y territoriales de las personas? Bien, gracias.

La seudoplanificación y descalabro del SOTYDS: el "regresismo" y la gran desilusión

Si existe el progresismo también existe el "regresismo". Apenas aprobada la LOTDS, el MVOTMA y la DINOT cambian de facción ideológica. Quien había logrado conformar y aprobar un texto jurídico extraordinario fue sustituido sin explicaciones. Con estupor, se asistió a un proceso sistemático de regresión legislativa de más de una década, desnaturalizando el sistema y perdiendo derechos ya consagrados. Paradójicamente, el mismo partido político que generó el SOTYDS, lo descalabró e hizo de los cientos de instrumentos de ordenamiento territorial un mundo de seudoplanificación, en el mejor de los casos de planes directores a la vieja usanza. El ordenamiento territorial

y la DINOT cayeron en tal desprestigio que su propia existencia y la de la LOTDS quedaron comprometidas. Felizmente, aunque caquéxicos, ambos subsisten.

Las regresiones legislativas sufridas se pueden distinguir en tres grupos: modificaciones a la norma, ausencia de aplicación y mala praxis. Por una parte, el desmantelamiento de la potencia y calidad del SOTYDS se produjo con modificaciones incluidas en cada ley de presupuesto (aunque sea inconstitucional hacerlo para temáticas no presupuestales), y en las nuevas leyes temáticas que dejaron al margen del ordenamiento territorial asuntos y procesos territoriales y ambientales cruciales tales como Política nacional de aguas, Minería de gran porte, Designación de predios para puerto de aguas profundas en Rocha, Riego. En todas ellas, la planificación del ciclo hidrológico queda reducido a reuniones militantes y resoluciones de instituciones que no tienen ningún poder vinculante sobre el uso del suelo. En tal sentido, consideramos que estas leyes son inconstitucionales por no acatar el artículo 47. Como regresión de derechos cabe agregar y lamentar la eliminación de la Evaluación ambiental estratégica y de la Autorización ambiental previa para los instrumentos del ámbito nacional. Asimismo, con precisión quirúrgica, se eliminó el carácter supletorio de los programas de actuación integrado, al tiempo que el Poder Ejecutivo empantanó burocráticamente a los pocos que se iniciaron, haciendo explotar el sistema; esto generó una parálisis de los emprendimientos en general y, por ende, una reacción de los Gobiernos Departamentales quienes categorizaron al barrer decenas de miles de hectáreas como suburbanas y potencialmente transformables, pudiendo así eludir su elaboración y ejercer su discrecionalidad. La DINOT de la época paradójicamente agradecida…

Con relación a la calidad de los cientos de instrumentos de ordenamiento territorial, las recomendaciones y controles del Poder Ejecutivo consagraron la elaboración de instrumentos departamentales en su enorme mayoría vacíos de contenidos estratégicos, haciendo pasar frases que recuerdan que se deben cumplir ¡los principios de la ley como si fueran directrices! Por otra parte, como ya se dijo, una zonificación clásica y algunas pinceladas de asuntos infraestructurales han sido los contenidos más concretos.

Las Evaluaciones ambientales estratégicas en general fueron meramente descriptivas. Con relación a los instrumentos nacionales y regionales, invitamos al lector a conocer las leyes de Directrices Nacionales de OT y DS, Ley de OT y DS de Costas del río de la Plata y del Océano Atlántico. En ambas leyes el Parlamento Nacional resignó las atribuciones y competencias que le adjudicó la LOTDS aprobando dos normas que no son geográficamente específicas, o sea no dicen ni grafican nada concreto de estrategias, programas, planes, proyectos, sistemas, infraestructuras, ni nacionales ni costeras, trasladando esas definiciones a otros instrumentos en cuya elaboración y aplicación solamente el Poder Ejecutivo, y en una cierta cuota parte los Gobiernos Departamentales tienen competencia. Así, Uruguay tiene dos leyes que continuaron deformando la LOTDS y coartando la autonomía departamental y que no sirven de directriz para ninguna planificación concreta. Ambas fueron fuertemente criticadas por el Congreso de Intendentes de la época.

Finalmente, como ejemplo destacado de seudoplanificación invitamos a leer las apenas mil palabras de los 10 artículos del texto aprobado por el Poder Ejecutivo y los Gobiernos Departamentales de Canelones, Montevideo y San José de las "Estrategias Regionales de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible para el Área Metropolitana", Decreto 321/2011 -en especial las 676 palabras que establecen los Objetivos de mediano y largo plazo, los lineamientos de estrategia territorial, la planificación de servicios e infraestructuras territoriales y las propuestas de desarrollo regional y fortalecimiento institucional. Por si fuera poca la farsa, las frases son tan genéricas que se pueden referir a cualquier lugar del mundo.

Las Directrices de Rivera

Las Directrices Departamentales de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible de Rivera (DDR) "*constituyen el instrumento que establece el ordenamiento estructural del territorio departamental, determinando las principales decisiones sobre el proceso de ocupación, desarrollo y uso del mismo. Tienen como objeto fundamental planificar el desarrollo integrado y ambientalmente sostenible del territorio departamental, mediante el ordenamiento del suelo y la previsión de los procesos de transformación del mismo* (LOTDS, Art 16).

Las DDR llegan, muchos años después de haber comenzado el proceso de ordenamiento territorial que priorizó, como era lógico, la ordenanza departamental (norma general), los planes de la capital, de sus tres centros poblados secundarios y sus áreas de influencia, de una zona de protección y valorización ambiental que abarca un 25% de la superficie departamental y del territorio transfronterizo con Santana do Livramento trabajando en equipo binacional con su Prefeitura.[15] Así, las DDR vienen a completar el sistema departamental de planificación. [16]

A diferencia de lo hecho por los demás Departamentos, las DDR se componen de políticas, planes, programas, proyectos y actuaciones (PPPPA), así como de las normas jurídicas sustanciales y regulatorias de procedimientos administrativos ordenados al desarrollo sustentable del conjunto del departamento y de ámbitos territoriales geográficamente específicos. Ellas constituyen un instrumento que se nutre de una sucesión de actuaciones de planificación y gestión de las políticas públicas territorializadas, departamentales y nacionales vigentes y en curso de elaboración y aprobación. Las DDR contribuyen y enriquecen la conformación del Sistema Departamental de OTYDS, estableciendo políticas territoriales y nuevos ámbitos de planificación con efectos vinculantes. Es esencialmente un instrumento que establece estrategias concretas, identificando objetivos generales y específicos, las

[15] La amplia mayoría Directrices Departamentales fueron elaboradas bajo presión contractual de la DINOT quien condicionó las partidas a la categorización de todo el suelo departamental masivamente, sin estrategias plausibles y sin cumplir con las audiencias públicas accesibles a los vecinos de cada localidad que exige la LOTDS.

[16] Ordenanza 3/2007 de Desarrollo y Ordenamiento Territorial del Departamento de Rivera; Decreto 20/2010 Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial de la Microrregión de Rivera; Decreto 18/2011 Ordenanza sobre programa de actuación Integrada; Decreto 19/2015 Plan Parcial de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible del Microcentro de la ciudad de Rivera; Decreto 05/2017 Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial de Tranqueras; Decreto 8/2020 Plan local Corredor logístico Ruta 5 al norte; Decreto 60/2020 Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial de Minas de Corrales y su área de influencia; Decreto 4743/2022 Plan Parcial del entorno del Estadio Atilio Paiva Olivera y la ribera urbana central del arroyo Cuñapirú de la ciudad de Rivera; Programas de Actuación Integrada; Revisión del Plan de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible de la Microrregión de Rivera (puesto de manifiesto); Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial de Vichadero en elaboración; Aquellas actuaciones incluidas en los sucesivos Presupuestos quinquenales.

acciones para poder cumplirlos y para orientar el curso planeado de las mismas, plazos, recursos, herramientas específicas de gestión, control, monitoreo y evaluación.

La estructura de las DDR procura responder adecuadamente con todos las fases y componentes del curso planeado de acción, aunque su prioridad es la de articular las PPPPA, asumiendo que la responsabilidad y conocimiento profundo de terreno lo tiene el equipo de la Intendencia. La base exigida por el contratista para la elaboración de las DDR fue la de un trabajo estrecho con los funcionarios de todas las reparticiones de la Intendencia que trabajan en territorio. La estructura general del articulado (cuadro 3) priorizó garantizar el encadenamiento explícito, racional, fundamentado y engarzado en el trabajo cotidiano de los servicios de la Intendencia, a la vez que resultara una guía clara y didáctica, entendible por cualquier actor involucrado en cada proceso.

Cuadro 3 Sumario comentado de las Directrices Departamentales de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible de Rivera. Elaboración propia a partir del documento puesto de Manifiesto.

Su capitulado:

Cap. 1) Marco normativo, disposiciones generales, objetivos generales y alcances (temporal y espacial, concepción y estructura);

Cap. 2) Diagnóstico prospectivo (incluyendo 72 de todas las temáticas), desafíos (generales ODS 2023 y estratégicos de las nuevas políticas) e ideas fuerza;

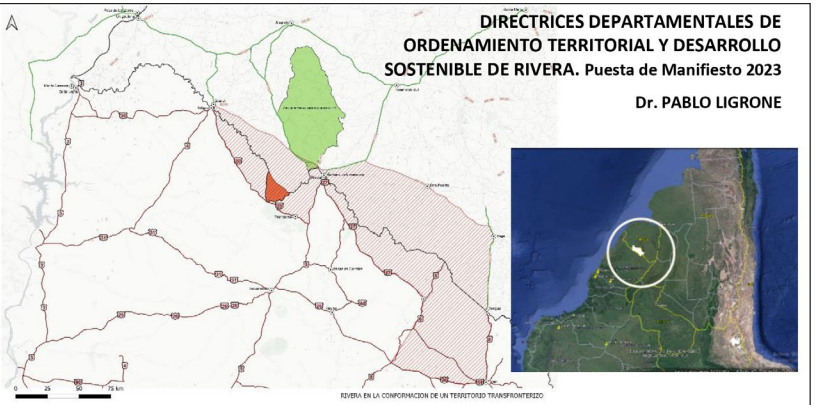
Cap. 3) Políticas de OT y DS Departamentales: a) Posicionamiento competitivo; b) Integración transfronteriza; c) Desarrollo local y solidaridad socio-territorial; d) Diversificación productiva y afincamiento empresarial innovador; e) Afincamiento poblacional; f) Excelencia ambiental; g) Cultura y patrimonio; h) Expansión regional del turismo. Para cada una de estas políticas se establece un marco conceptual explicativo y contextual, la estrategia general, las estrategias específicas con diferentes grados de profundización y desarrollo. Cada política se compuso como resultado de la convergencia, ponderada con los protagonistas, del quehacer cotidiano de uno o varios equipos en base a lo elaborado durante años de trabajo.

Cap. 4) Programas de gestión territorial y desarrollo sostenible. Para su instrumentación, las DDR reafirman los programas creados por la Ordenanza de 2007: a) Desarrollo integrado y promoción económica; b) Turismo – Patrimonio – Ambiente; c) Programa de desarrollo urbano y hábitat socialmente integrado;

Cap. 5) Planes de Ordenamiento territorial y desarrollo sostenible. Se incorporan a las DDR todos los instrumentos aprobados y en elaboración y se crean los siguientes ámbitos de políticas públicas territorializadas: a) APPT - Polígono ruta 27 – la línea – Puntas de Corrales – Río Negro (PP de Desarrollo local y solidaridad territorial) b) APPT - Isla Cristalina y sureste de Rivera (PP de Desarrollo sostenible) 47 c) APPT - Acuífero Guaraní (PP de Excelencia ambiental) d) APPT - Las áreas de prioridad forestal, solapamientos de usos y ciclo hidrológico (PP de Desarrollo sostenible) e) APPT - Parque Natural Regional Rivera – Quebradas del Norte (PP de Excelencia ambiental) f) APPT - Área Natural Protegida – Valle del Lunarejo (PP de Excelencia ambiental). Para cada APPT se establece el ámbito, la estrategia general y las estrategias específicas, realizando una programación y zonificación detalladas para el parque;

Cap. 6) Estrategias de priorización de proyectos y actuaciones, proponiendo ejes y polos de desarrollo y criterios de priorización de planes y APPT.

Figura 2 - Directrices Departamentales de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible de Rivera. Elaboración propia a partir del documento puesto de Manifiesto.



1. Desafíos estratégicos.
2. Ideas fuerza
3. Política de posicionamiento competitivo.
4. Política de integración transfronteriza
5. Política de desarrollo local y solidaridad socio-territorial
6. Política de diversificación productiva y afincamiento empresarial innovador
7. Política de afincamiento poblacional
8. Política de excelencia ambiental
9. Política de cultura y patrimonio
10. Política de expansión regional del turismo
11. Planes territoriales: ámbitos de planificación local/zonal y ámbitos de despliegue de las políticas públicas territorializadas.
12. Plan de Vichadero
13. Polígono ruta 27 – La línea – Puntas de Corrales – Río Negro
14. Distrito minero
15. Acuífero Guaraní
16. Áreas de prioridad forestal, solapamiento de usos y ciclo hidrológico
17. Área natural protegida – Paisaje protegido Valle del Lunarejo
18. Parque natural Rivera – Quebradas del norte
19. Programas departamentales de gestión territorial
20. Programa Parque Natural Regional Rivera – Quebradas del Norte
21. Cartera de proyectos y estrategias de priorización

Finalmente, cabe destacar que:

- La Intendencia de Rivera es la única del interior del país en mantener un equipo político y técnicamente muy homogéneo por veinticinco años (reelecto hasta 2030), con profesionales destacados, entusiastas y, obsesivos de la planificación, notoriamente en materia de territorio, infraestructuras, desarrollo local, medio ambiente y relaciones internacionales.

- Se ha desplegado un trabajo de coordinación transfronteriza de enjundia en los últimos años con sus pares de Santana Do Livramento, apoyados por el programa europeo del Eixo Atlántico, así como el trabajo en las quebradas del norte del país con la cooperación de los Parques Regionales de Francia y el Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Uruguay.
- Las DDR integran todo el abanico de asuntos de las políticas públicas territorializadas mostrando que es posible un ordenamiento territorial así concebido, radicalmente más rico que el clásico plan físico-espacial-funcional.
- Cualquiera de las ocho políticas y en especial la de integración transfronteriza incluye asuntos tan relevantes como dispares para la vida como la coordinación policial, los asuntos laborales, la asistencia en salud pública, tránsito de animales-zoonosis-bienestar animal, la conformación de una red de universidades de frontera, la creación de un comité binacional de turismo, la promoción del emprendedurismo, o un pacto por la innovación con énfasis en la gobernanza, la información y el talento, gestión ambiental, entre otros.

Reflexiones finales: hacia un ordenamiento territorial otro

Toda planificación es una apuesta racional en la construcción del futuro. Para mejorar su convivencia, la humanidad ha creado una diversidad de modalidades de planificación territorial que conviven en tipos puros o en hibridaciones. Pero en buena parte del planeta, también se trabaja para la destrucción de futuros de forma planificada y de forma irracional.

A través de significativas pinceladas del devenir de poco más de un siglo, el caso uruguayo permitió identificar multiplicidad de modalidades de planificación territorial que han sido hebras relevantes en la urdimbre de variables estructurales que construye futuros posibles, probables, deseables e indeseables. En los momentos de empujes de cambio, surgidos en buena medida de

iniciativas rupturistas, estos tipos han surgido de escenarios e imágenes prospectivas. Algunos surgieron de inspirarse en otras realidades en que ya habían tenido éxitos y fracasos; otros fueron inventados *ex novo* o por adaptación. En conjunto, los diecisiete tipos analizados configuran un amplio abanico de escenarios e imágenes contrastados. Aunque somero y aún en ciernes, el análisis de cada uno enmarcado en las circunstancias de su generación permitió una lectura bajo el escaneo de las fases y componentes del curso planeado de acción. La toma de decisiones, el poder relativo del decisor y la participación de los actores y su relación con el objetivo perseguido fueron debatidos por ser determinantes en los asuntos territoriales y ambientales.

Para desencadenar un debate crítico, se optó por ensayar una suerte de caricatura mostrando los énfasis en su denominación, en señalar fases y componentes privilegiados en un cuadro, y en asociar a cada tipo una utopía expresada muy sintéticamente.

Se recorrieron contextualizándolos el modelo indiano, el plan regulador de 1930, el plan director de 1956, la prospectiva, el urbanismo urbano, la planificación estratégica, el plan actoral de la mano de la participación, la imbricación de políticas, programas, planes, proyectos y actuaciones en diferentes combinaciones, todo ello vinculándolo con las instituciones nacionales y departamentales, los universitarios y los técnicos, así como procesos concretos. Esto permitió mostrar la complejidad e intensidad de una década y media decisiva para la construcción del Sistema de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible, esencialmente de raigambre en el *aménagement du territoire* francés y de la Unión Europea. En ese tiempo de efervescencia de debates y de conflicto de intereses, la prospectiva y la elaboración de escenarios de impactos territoriales fue una enseñanza extraordinaria. En paralelo, Montevideo se afilió al modelo andaluz, anclado en tipos de otrora.

Vimos cómo inclusive el no plan y la seudoplanificación son de gran utilidad para visualizar cómo lograr graves afectaciones al interés general, a los derechos individuales, y a la Pachamama, al buen vivir y al ciclo hidrológico. Narramos cómo los intereses de los tomadores de decisión influyen en construir

o destruir, aplicar correctamente o desaplicar groseramente los instrumentos de planificación, lo hagan disimuladamente o a vista y paciencia de una comunidad que ignora sus derechos y sus deberes.

El SOTYDS original (2008) y las Directrices departamentales de Rivera (puestas de manifiesto) fueron presentados como ejemplos fieles (más no poco innovadores) representantes del verdadero y pleno ordenamiento territorial. No dudamos en calificar a ambos, SOTYDS y DDR, como alternativos e insurgentes debido a la regresión legislativa y la sistemática e intencionada mala praxis, paradójicamente originada en la matriz político institucional que le dio vida.

En suma, lo que hoy impera en Uruguay no es ordenamiento territorial, es seudoplanificación y legislación carcomida, utilizada como coartada para la discrecionalidad y para seguir haciendo las cosas a la vieja manera. ¡Por consiguiente, un ordenamiento territorial *otro* es indispensable y la ventana de oportunidad es ahora!

El ordenamiento territorial entre la razón del egócrata y la democracia reinventada

Por Prof. Dr. Ricardo Gorosito Zuluaga

La reflexión que se expone es la de un abogado y profesor de Derecho y Ciencia Política que se va a expresar sobre una experiencia de ordenamiento territorial – como herramienta ("técnica" del Estado o Dominación), instrumento o medio, en el contexto del Uruguay, conduciendo su pensamiento a través de un camino que reconduce el discurrir, el discurso, a los ámbitos paradigmáticos ambientales y a las tensiones sociopolíticas que caracterizan nuestro tiempo histórico. Nuestro Kairós, en sus procesos está marcado por una transfiguración del hecho social básico necesario, que fundamenta la misma existencia de la politicidad y de la juridicidad, en un ***hecho tecno social***, lo que en sí mismo denota una característica civilizatoria muy neutral o ambigua en términos axiológicos de cara a la vigencia de la Libertad, de la Verdad, de la Justicia, de la Soberanía todos ellos conceptos sometidos a polaridades disyuntivas, de alto contenido ideológico y subjetivo.

En la perspectiva de esta contribución, este panorama no puede ser más adverso a la hora de pensar "ordenamientos" verdaderamente humanos, porque los consensos necesarios no pueden estar más dificultados. En el libro "Medio Ambiente y Sociedad", Magariños de Mello hace referencia al hecho determinante que el Derecho Ambiental, comprensivo obviamente del Derecho del Desarrollo Sostenible en sentido amplio, se está construyendo en medio de lo que denominamos "la pulseada histórica decisiva" entre autorregulación de base ecosistémica, inclusiva del proyecto humano en términos de bienestar, libertad, prosperidad y paz obviamente, o aniquilamiento

El Uruguay, al estar en el Planeta, vive la "pulseada". Con sus peculiaridades. La primera de las cuales tiene que ver con su historia como formación social. Y con su inserción tardía, en tal carácter, en la historia mundial, comprendida en la "ecúmene"

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_004

conformada por los imperios europeo-céntricos y noratlánticos. De allí que haya toda una serie de factores y problemáticas vernáculas, ampliando la mirada al ámbito regional americano comparado, que fueron condicionantes de la historia del despliegue territorial de la dominación ("el orden territorial colonial") en torno al ordenamiento que van a ser completamente ajenos, que han sido ajenos a la experiencia de otros ámbitos del Imperio Español en América, en el Reino de Indias, donde la experiencia minera, la plantación y la finca introdujeron complejidades estructurales de larga duración que no se dieron en un territorio devenido país, que simplificaron, desde el origen, la inserción de los aparatos y recursos de dominación, en la materialidad del suelo, determinando relaciones jurídicas, sociales y políticas, también actores y tipos humanos, mucho más próximo a actos de estricto colonialismo que a violentas apropiaciones de tierras y bienes de propiedad ancestral de colectivos afincados.[1] Entre otras cosas, porque las tierras de la que primero fue la "banda oriental del Plata"[2] y después "banda de

[1] El concepto de colonia ha estado unido en el Derecho Español tradicionalmente al establecimiento de poblaciones, ya con fines productivos, ya militares u otros. Por eso es muy importante situar, poner en su marco histórico temporal la politización de la tierra, la «toma **(nomos)** de la tierra» en términos de Carl Schmitt. En este sentido es por demás significativo que el avance colonizador en estas tierras orientales tuviera su empuje positivo en el S XVIII, cuando existía ya una vasta experiencia de apropiación territorial en otras partes del Imperio, en el marco de la aparición, en el liderazgo del Imperio, de un grupo de reformadores (como Campomanes y Jovellanos entre otros) que planteaban el tema del acceso y tenencia de la tierra no solo en las Indias sino en la propia España. Al amparo de estas circunstancias históricas e ideas de progreso, la cuestión del acceso y tenencia de la tierra, en el originario siglo XVIII de la Banda Oriental, se presenta de inicio muy ligada a la cuestión de gestación de un orden vinculado a un problema político muy general como es el arreglo de los campos. Propiedad privada de la tierra y políticas de Estado se anudan el pasado oriental. Según enseña Nicolas Duffau, Pivel Devoto advirtió en forma muy pionera que, durante el período colonial, el territorio de la Banda Oriental tenía varios problemas vinculados al poblamiento y ocupación de la tierra. Entre estos problemas, que se resumieron por los contemporáneos como « arreglo de los campos », estaban la regularización de la posesión de la tierra, la protección del ganado para evitar el contrabando, el establecimiento de zonas pobladas para defender la frontera amenazada por el avance portugués o la constitución de polos económicos específicos en territorio misionero » (Breve historia sobre la propiedad privada de la tierra en el Uruguay (1754- 1912), Montevideo, Banda Oriental, junio 2022, pág. 33).

[2] Denominación usada en las Capitulaciones del malogrado pretenso Adelantado don Juan de Sanabria (1504-1549), para referirse a «un pedazo de

los Charrúas", fueron durante mucho tiempo en la Colonización, "tierras de ningún provecho" y donde después de la espantosa y trágica experiencia de Juan Díaz de Solís, aquel Piloto Mayor del Reino, que fue el primer pie europeo que se posó sobre esta tierra y ahí mismo fue ultimado por las tribus salvajes que vivían en este territorio, pasó durante todo el siglo XVI totalmente al margen del impulso colonizador, con algunas incidencias esporádicas que tuvieron que ver con acciones individualizadas de algún jerarca de la Conquista, concretamente Hernando Arias de Saavedra, un "hijo de la tierra asunceña", que, ya en el Siglo XVII, introdujo vacas en el territorio. Con ello señaló un destino histórico y con ello también contribuyó a una especie de *biocidio originario* como fue el poner en la pradera platense originaria un conjunto, una dotación muy importante de animales exóticos ajenos y que empezó con eso toda una historia de un país que fue escapando de sus raíces ancestrales en todo sentido. Así que acá tampoco tenemos poblaciones indígenas[3].

---

tierra que queda desde la entrada del Río sobre la mano derecha hasta dichos 31° de altura».

[3] Esta afirmación en realidad debe ser reescrita y contextualizada: el grupo ancestral de indígenas, que conformó uno de los elementos bióticos básicos caracterizantes desde el origen de la "Banda", cuando integró el Reino de Indias de la Monarquía Pluricontinental Española, planteó el grave problema, para el peninsular, de definir la verdadera naturaleza de los seres que en su expansión transoceánica a las Indias, encontraron en calidad de verdaderos *aliens*, diríamos hoy. El problema fue, en el plano de los principios de máxima política, resuelto de inmediato por aquella mujer castellana Isabel de Trastámara, Reina de Castilla, que no se andaba con vueltas para tomas decisiones imperiales. Y para perpetua memoria del concepto que la Reina tenía de los indígenas, queda el anatema que está implícito en aquellas palabras que pronunció contra el Gran Almirante de la Mar Oceana, Cristóbal Colón: "Qué poder mío tiene el Almirante PARA DAR A NADIE A MIS VASALLOS", condenando con pera de muerte a quienes son devolvieran los indios que indebidamente les hubieres dado el Gran Almirante. Pronunciamiento refrendado en su testamento, lo que aleja su reacción inicial de todo arranque de autócrata defendiendo sus poderes cuestionados por el hacer del súbdito infiel, cuando ordenó a sus sucesores a "que ni consientan ni den lugar a que los indios vecinos y moradores de la dichas Islas y Tierra Firme, ganadas y por ganar, reciba agravio alguno en sus personas y bienes, mas manden que sean bien y justamente tratados y si algún agravio han recibido, lo remedien, y provean de manera que no exceda cosa alguna lo que por letras apostólicas de la dicha concesión nos es inyugido y mandado" (referencia al deber de evangelización que justificaba los títulos que la Santa Sede otorgó a España). Más allá del funcionamiento práctico criminal de algunas instituciones como la encomienda, los indígenas en el Derecho Hispánico fueron titulares de derechos. Contrariamente a ello, y

La primera cuestión que se presenta en el discurrir, es una tendencia bastante persistente en la historia del Uruguay como entidad, antes y después de la Independencia, y es la incidencia de escenarios dicotómicos, bien apropiados para designarlos como escenarios de clivaje, de rupturas y conflictividades sociales inducidas por divisiones sociales en los que la territorialidad juega un rol muy incidente, el primero de los cuales clivajes es el de la división entre el ámbito eurocéntrico noratlántico y su periferia. Este es el gran clivaje, el escenario dicotómico básico que se transfigura luego en otros que marcarán la oposición entre el adentro y el afuera[4], y a partir de ahí la capacidad del adentro de gobernar los impulsos y determinaciones que vienen del afuera.

En este contexto mi idea es más bien presentar aquí una preocupación desde un profesor de Derecho Ambiental y Ciencia Política, más que introducirme en las cuestiones metodológicas de la construcción de escenarios y de las instancias hermenéuticas y heurísticas que semejantes operaciones pueden tener.

El título a esta exposición dice "el ordenamiento territorial entre la razón del egócrata y la democracia reinventada".[5]

---

también en perpetua memoria, pero de repulsa, es la deleznable política de las repúblicas independientes dirigidas por las elites criollas que en la Banda tuvieron fatal aplicación apenas declarada la "Independencia": limpieza étnica. Y con ello la población indígena de la Nación Oriental pasó a tener la más oprobiosa de las ausencias: la invisibilización cultural de seres reales existente y su disipación en presencias físicas disimuladas en las ropas del común, restringidos a los patios de atrás en las estancias y edificaciones y a los ámbitos cuarteleros de los centros poblados: el primer acto del Uruguay europeo fue la homogeneidad racial. En este panorama el indígena que ya en su propia sociabilidad originaria había generado una radicación espacial de trashumancia, no generó dialécticas de apropiación sedentaria relevante con el territorio, y con más razón después de la desaparición actoral, tenían sus territorios reducidos a sus hogares y a la memoria….

[4] La idea del Uruguay amortiguador ha llevado a una especie de «olvido» del Uruguay de las rupturas que también existió y existe: pero desde las luchas de los imperios por la Banda, a la Guerra Grande, a las tensiones sobre las que se construyó el «civismo», enfrentado a la pradera con la ciudad, los ajustes autoritarios y dictatoriales como respuestas a las circunstancias críticas del sistema del capitalismo mundial han dividido la opinión pública y la sociedad.

[5] La utilización de estas palabras hace referencia obvia a los planteos de Claude Lefort y más precisamente a la forma en que los mismos son presentados por Chatelet, Duhamel y Pisier Kouchner, en el Capítulo final ("El Estado en cuestión. Esclavitud y Libertad") de libro Historia del Pensamiento Político (Ed Tecnos, Madrid, 1987, pág. 295 y ss.). Entendemos, con la recepción de estos conceptos,

Y antes que nada voy a justificar esta inserción de mis preocupaciones en un fluir abarcativo, tal vez total, de alta velocidad, que ocurre tanto en la teoría como en los hechos, que desde hace varias décadas comenzó a insinuarse, sobre un telón de fondo que algunos teóricos definieron como la "Decadencia de Occidente", primero marginalmente en torno (al supuestamente derrotado) Estado de los totalitarismos comunistas, socialistas nacionales, nacional socialistas, nacional sindicalistas, pero luego con una fuerza expansiva termina destruyendo los valores liberales de la tolerancia en el mismo corazón de la Cultura Occidental. "Choque de Civilizaciones" (Huntington) o "Carrera hacia ninguna parte o En marcha hacia el colapso" (Sartori), son propuestas actuales sobre posibles designaciones al significado de nuestro tiempo.

Esa condición de lo real histórico de nuestro tiempo no fue visto por nadie con más lucidez que por Carl Schmitt al fundar su Paradigma de la disyunción amigo-enemigo como polaridad explicativa, distinción "de fondo" a la que remitir los comportamientos humanos para calificarlos de propiamente o esencialmente políticos. La existencia propiamente política se ejerce cuando se tiene la capacidad soberana de identificar al enemigo, al que nos niega existencialmente, y combatirlo. La política, la verdadera política, la "gran política", ha devenido guerra. Estado, Partidos, instituciones, ordenamientos se revelan como tales fenómenos políticos en cuanto participan de la polaridad y del combate.

---

que la herramienta del ordenamiento del territorio y sus tecnologías, en el marco de las gobalizantes uniformidades de cada polo de la dicotomía izquierda y derecha, se inserta en competencias estatales que aspiran a la unidad de la sociedad sobre la base de saberes y de poderes concentrados en la tecnocracia como fuente legitimadora del Modelo de Organización Territorial de Desarrollo Sostenible ("el Estado sabe cómo proteger, cómo conducir y cómo lograr, con poderes para generar los instrumentos de disciplinamiento y tiene los medios de dominación para hacerlo a través de la burocracia técnica medida, constituida en egocracia en los órganos de cúspide"), lo que genera el riesgo de convocar, como en los años 30 del Siglo XX, el espectro del totalitarismo. El desafío de una reinvención democrática es la inserción de la herramienta y las tecnologías de ordenamiento en una organización social con la persona humana en el centro, su libertad, su creatividad y sus posesiones en un espacio político pluralista y pluripartidista competitivo que une en las decisiones colectivas las divisiones de la sociedad como resultado de un proceso democrático.

Los cometidos esenciales del Estado son instrumentos que, más allá de sus especificidades técnicas expresan esa disyuntiva en mayor o menor medida. Y sin duda la organización y despliegue en el territorio de los instrumentos de disciplinamiento coordinado o imperativo, instrumentos y medios de poder en definitiva que hacen a la politicidad y a la politicidad en su actualidad y vigencia.

El Ordenamiento Territorial es cometido esencial del Estado en nuestra época y cumple un rol evidente de dominación. Está en el corazón de las ventajas de superioridad de que disponen las burocracias políticas, técnicas y funcionales.

Así las cosas, y bajando del mundo a la comarca, estoy persuadido de que estamos atravesando un momento "ontogénico", marcado por las contradicciones y oposiciones que se están desplegando en la actualidad del clivaje entre centro o centros y periferia platense. En este escenario creo yo las tensiones y contradicciones en torno a la misma idea de ordenamiento son portadoras del futuro, porque, volviendo a la idea de pulseada, una de las opciones va a quebrar el brazo de la otra, una u otra nos va a "helar el corazón", en términos machadianos.

Estamos atravesando un momento, en que hay un clivaje global, una gigantesca división en el mundo, de una significación incluso diferente a las polarizaciones propias de la Guerra Fría. Para mí inesperada. División que se ha implantado sustituyendo el clivaje eurocentro periferia, desarrollo subdesarrollo, etc.

¿Cuál es la división?

Izquierda y derecha, derecha e izquierda.

División que está llevando a una especie de renacimiento de situaciones que creíamos propias de los años 30 del siglo XX y que se están imponiendo en nuestra realidad de manera rotunda. Digo esto porque lo más significativo de toda esta etapa de bipartición de esta especie, es la instalación excluyente de dos totalidades ideológicas prácticamente enfrentadas y a veces enfrentadas en el campo de lo bélico.

Ello genera un contexto que no puede ser más difícil de interpretar porque no solamente desde el fin de la guerra fría las visiones explicativas de los conflictos, mayores y menores, habían emigrado hacia énfasis hermenéuticos en polaridades

y oposiciones civilizatorias, culturales, en que las oposiciones ideológicas parecieron perder centralidad, sino porque además, según yo lo veo, las ideología renacidas en su vigencia y efectividad históricas, han experimentado cambios muy significativos con relación a los discursos de los sujetos sociales portadores de las mismas.

Veo un gigantesco giro en los contenidos valorativos de las ideologías en pugna.

Por un lado, veo que las ideas de izquierda que se fueron construyendo sobre fines del siglo 19 y comienzos del 20, proclamaban afirmaciones esencialmente universalistas. El proletariado, el proletario era la figura subjetiva a la que había llegado el modo de producción hegemónico de la modernidad burguesa y eso tenía validez universal. Era un imperativo del guión canónico de la Historia. Sólo cuestión de tiempo. Así lo determinaba el modo de producción capitalista en cualquier latitud que se diera. Más tarde se afirmó también desde la izquierda la universalidad de Las luchas por los derechos, ciudadanía, etcétera. En este renacer actual de las vigencia combativa de las ideologías, hoy la izquierda proclama la legitimidad de todos los particularismos y las subjetividades.

Y por otro lado algo parecido pero inverso, pasa en la derecha, que cosecha en muchos lugares, la adhesión electoral del proletariado industrial excomunista.

Corresponde preguntarse si estas oposiciones de raíz ideológica están influyendo en la construcción y la práctica del ordenamiento territorial. Tengo una respuesta afirmativa en principio y voy a tratar de fundamentarla.

El jurista español Gaspar Ariño en su libro «Principios de Derecho Público Económico», bajo el subtítulo de Miedos y Esperanzas ante la Liberalización de la Economía Global, recordó esa famosa maldición china que los mandarines utilizaban como anatema contra sus enemigos: «Ojalá vivas en tiempos interesantes».

Y elabora su teoría de la sociedad moderna y contemporánea sobre el riesgo como un rasgo caracterizante.

O sea, lo interesante de nuestro tiempo vital, ya definitivamente secularizado, es la naturaleza de los desafíos planteados

a la Humanidad en un mundo material y moralmente signado por el riesgo y la incertidumbre como perspectiva abierta a lo desconocido. Tenemos un presente muy riesgoso que nos demanda pararnos en él con cautelas para asegurar acciones exitosas y eficaces.

Difícil y harto difícil de interpretar el presente, que nos apura en respuestas urgentes a los retos civilizatorios, lo que vuelve casi titánica la prognosis que demanda crear horizontes de largo plazo, entrelazando las hebras originadas en la sociedad, en la economía, en el ambiente, siguiendo la imagen de Ligrone de la planificación como tejido o urdimbre.

A ello se suma el peso de una coyuntura mundial de guerras, competencias desiguales y pandemias, corrupción, despilfarro fiscal y del retorno espectral a nuestro presente de viejas contradicciones y oposiciones que evocan y convocan aquella antigua idea del *corsi e ricorsi* de Vico.

La división decimonónica entre izquierdas y derechas, pero con un poder disolvente de consensos en la medida que ya no se entienden como partes complementarias de un mismo sistema, sino cada una reclamando para sí el aporte de positividad en una esfera de legitimidad gravemente reducida a los iguales.

Espectáculo, sin duda, de alto riesgo en cuanto supone una pérdida del sentimiento de optimismo que tras la caída del comunismo en los años 90 pudo darse, augurando el fin de aquellos totalitarismos que habían tenido un primer final en su derrota en la Segunda Guerra Mundial y que tenían ahora el otro final, en este caso, además, implosivo, con la caída del muro de Berlín como símbolo.

Esta realidad de disyunciones ideológicas en términos de amigo enemigo con la deslegitimación del oponente repone oposiciones que en los 90 creímos que lucían ya en el Museo de las antigüedades junto a la rueca y el hacha de bronce.

En suma, en nuestro presente esta gran oposición disyuntiva de las izquierdas y las derechas no sólo levanta un muro gnoseológico prácticamente insuperable para armar consensos mínimos de organización de las respuestas humanas a los desafíos, sino que, como estamos sosteniendo, nos reintegra al ambiente espiritual similar al de los años 30 del siglo pasado.

Instalando una especie de lucha de totalidades excluyentes, los campos de la izquierda y el de la derecha, no están llevando al grave peligro de dejar atrás un mundo agonista, un mundo agonista con conflictos legítimos en cuadros institucionales, pluralistas y pluripartidistas de mutuo reconocimiento, y vamos hacia un mundo antagonista.

Y, sin embargo, en medio de esta confrontación hay que seguir pensando constructivamente. Hay que persistir, aunque sea en minoría, en esa perspectiva y actitud cooperativa que luego de escuchar a Soutullo llamaré «antártica».

Perspectiva arquitectónica que convoca el apotegma con el que Carlos Quijano, el gran periodista uruguayo, atravesó los tiempos bravos y parecidos a los actuales del siglo XX: «*Navigare necesse, vivire non necesse*».

Un pensar constructivo arquitectónico, asumiendo los valores que pueden quedar aún en pie de la tolerancia propia de las democracias de Occidente, que, aunque pueden tener hoy cierta marginalidad en este escenario ocupado por la dicotomía totalitaria o totalizante, se debe postular, a tiempo y a destiempo, construir el orden desde el Estado de Derecho personalista.

En una visión que, sin desconocer los riesgos y las penurias que la lucha demanda, reivindica el optimismo que viene de los probados frutos de bienestar, paz y justicia de esta forma de Estado, el Estado ahora Social y Ambiental de Derecho, esencialmente pluralista en lo político, en lo social, en lo cultural y en lo religioso.

El ordenamiento territorial se reconvierte como el nuevo cometido que este Estado Social y Ambiental de Derecho asume.

En una configuración que podemos denominar de Estado para el Desarrollo Sostenible, o sea para el bienestar, el buen vivir y la libertad, como alguna vez expresó Artigas, para la libertad en toda su extensión imaginable, para las actuales y las futuras generaciones.

En el Uruguay este cometido se formaliza como competencia estatal en los años 90 y se afirma rápidamente en lo institucional y normativo.

¿Cuáles son las características más generales de este nuevo cometido estatal y a qué tipo de administración da lugar?

Primero, se inserta en la asunción de la política pública y el Derecho Positivo de un cambio paradigmático.

El Paradigma derivado de una visión del ambiente, que incluye al hombre y sus proyectos, en un sistema que, por ser ecológico, les llamamos ecosistema.

Por esta visión se identifica a la protección ambiental y al ordenamiento territorial como un cometido esencial del Estado y así lo ha consagrado la legislación positiva de la República del Uruguay. Obviamente, la potente formulación contenida en la Carta Constitucional uruguaya establece que la protección del ambiente es de interés general.

Y, además, ese Paradigma constitucionaliza el ordenamiento territorial.

Sin embargo, está muy lejos de restringir la protección del ambiente a un cometido estatal.

Es un deber a cargo de todos y cada uno de los habitantes en sus empresas y de su vida individual, en sus empresas privadas y en su vida comunitaria y colectiva.

Segundo, el mandato de la Constitución requiere la aplicación de las acciones ambientales basadas en la planificación por un énfasis básicamente preventivo mediante una elaboración multidisciplinaria y altamente dependiente de la ciencia y la tecnología, y abierta a formas de participación pública.

En esencia, la Constitución ha configurado un Estado que podemos denominar Estado Ambiental de Derecho, ya no es solamente un Estado Social, ahora es un Estado Social y Ambiental de Derecho.

Es el Estado de un Régimen Político que es el marco de actuación del ordenamiento territorial que viene de la tradición liberal en lo político, que se llenó de contenido social siguiendo a aquel Estado de Socialdemocracia de Occidente y que termina hoy asumiendo el compromiso ambiental. Y con el compromiso ambiental, el ordenamiento territorial se potencia desplegando el dominio que como burocracia y tecnocracia se inscriben derechamente en el mundo de la polaridad y de la disyunción políticos.

Yo entiendo que estas características se van a mantener y profundizar en el futuro.

Entiendo que seguramente respecto de estos temas no habrá marcha atrás, pero eso sí, ahí es donde veo que pueden instalarse los peligros o los riesgos de que esta dicotomía, de los opuestos que está, en este momento organizando la vida entera del planeta, esa dicotomía, empiece a determinar actuaciones del ordenamiento territorial que puedan irnos apartando del Estado de la Sostenibilidad Ambiental en un marco democrático y acercándonos a otras formas autoritarias.

Formas autoritarias que pueden vestirse de un impulso profundamente democrático, de tecnocracia gobernada por el Estado de raíz liberal pero que puede terminar en aquella figura que el gran Claude Lefort, llamó el egócrata. Yo la tomo como base para incluir como nota tipificante de esa categoría además de la racionalidad instrumental del burócrata como engranaje de la máquina del poder, el egoísmo ético centrado en el propio saber del estamento tecnocrático como única cosa válida.

Es, en definitiva, aquel burócrata que ha llevado a la simplificación a la sociedad regimentada.

De forma tal, que en cuanto planificador del territorio es un pequeño Leviatán persuadido de que sus reglas representan la democratización suprema del territorio, en tanto limitan y en ocasiones eliminan el interés privado en función de los colectivos.

Esta situación que nos lleva a la difícil conciliación y coordinación entre la planificación y ciertos derechos fundamentales.

En primer lugar, el derecho fundamental de propiedad privada, que es presentada muchas veces como un villano. En este sentido es preciso mantenernos apegados a la Constitución y a los valores que la Constitución establece.

Y aquí es donde digo que la cuestión del riesgo de la burocracia ególatra es el gran desafío, pues nos enfrenta a la larga sombra del espectro de una planificación de tintes autoritarios y además de tintes, incluso, totalitarios.

El tema es reinventar la democracia unificando la sociedad sin abolir su división y sin desplazar del centro a la persona humana y sus proyectos, determinando un espacio político en el que se une, se cohesiona, esa división y en su expresión territorial no impone homogeneidades esforzadas destruyendo el espacio privado, que es lo que caracteriza a la democracia. Este

hecho de que los poderes establecidos de tal modo no pueden ser acaparados por aquel o aquellos que lo ejercen.

La identidad nacional es una identidad que debe respetar el valor de la persona humana como centro de interés fundamental.

Y esos valores contrarrestan la atracción del leviatán planificador con su fuerza centrífuga, por el deseo de libertad, libertad en el orden, desde luego, con los derechos a la vida, a la propiedad y a la seguridad, asegurados legítimamente y limitados por razones de interés general, pero cuya privación impone justas y previas compensaciones, en todo lo que no es la vida, que es un derecho absoluto, previas y justas compensaciones.

Para superar esta dicotomía entre ese Laviatán egócrata que se reproduce en todas las escalas del poder político y una democracia así reinventada, el camino no puede ser otro que volver a la Constitución, al pacto de la democracia, profundamente liberal y pluralista, pluripartidista incluso, en lo político y socioambiental en lo sociocultural.

Este es el ambiente espiritual para la sucumbencia de la política como disyunción y como guerra, para la política como praxis de la libertad en que todas las instituciones y medios del poder recuperen su condición servicial al valor central de la persona humana.

Volver a una democracia que comulgue en comprenderla como un régimen político en que el poder es un lugar vacío que se construye y reconstruye periódicamente sobre la alternancia de los que tienen el mando en el reducido ámbito de un gobierno limitado.

En definitiva, la cuestión de la ordenación territorial tiene que remitirse al valor del principio rector de la buena administración. Es la única coherente con esa democracia reinventada que se expresa en el ordenamiento del ambiente y el territorio y por eso entendemos bajo el imperio de la Constitución y sus valores, la postulación fundamental de que, en la relación entre el Estado y el individuo, este último deja de ser súbdito o administrado para situarse en la posición central.

El desarrollo de su dignidad como persona es la razón de ser del poder político y el ejercicio de derecho de dicho poder

está vinculado al ejercicio integral de los derechos fundamentales, las normas que atribuyen los poderes de actuación a la Administración y le imponen deberes de prestación deberán interpretarse siempre atendiendo a esta finalidad primaria de la Constitución y de las convenciones internacionales protectoras de los derechos humanos.

Esta toma de conciencia del Buen Gobierno, de la Buena Administración como valor, pone en relieve que el centro de la acción de gobierno o de la acción administrativa es la persona humana, sus derechos y libertades, y en el campo del ordenamiento territorial creo que esto tiene un valor central.

Referencias

Mateo J. Magariños de Melo. Editado y ordenado por Ricardo Gorosito, Zuluaga. Medio ambiente y sociedad. Fundación de cultura universitaria, Montevideo, 2005.

Ricardo, Gorosito, Zuluaga. Introducción al ordenamiento territorial como técnica de protección ambiental en el derecho uruguayo. Editorial Amalia, M. Fernández, Montevideo, 2001.

Nicolas Duffau. Breve historia de la propiedad privada de la tierra en Uruguay (1754-1912). Ediciones de la banda oriental. Montevideo, 2019

Parte 2

Agua y desarrollo: ¿Agua para la vida o muerte?

Agua y desarrollo: ¿Agua para la vida o muerte?

– Relatoría –

Centro de Planificación y Gestión,
Universidad Mayor de San Simón

1) Presentación del tema o asunto

"Agua y desarrollo: ¿Agua para la vida o muerte?" propone un análisis multidimensional de la problemática del agua en contextos urbanos y periurbanos de América Latina, tomando como eje central el caso boliviano, y en particular, el área metropolitana de Cochabamba. A través de un enfoque interdisciplinario y territorial, se abordan las tensiones entre el agua como derecho humano y su mercantilización, así como los efectos de la urbanización descontrolada, la crisis ecológica, las brechas de acceso al agua segura y las respuestas institucionales fragmentadas, desde aproximaciones estructurales, análisis cuantitativos y espaciales, junto con estudios de caso cualitativos y participativos, con el objetivo de problematizar las narrativas oficiales sobre cobertura y acceso al agua.

La reflexión parte de una perspectiva estructural que cuestiona las narrativas oficiales de cobertura, evidenciando cómo la escasez hídrica se entrecruza con la pobreza, la desigualdad socioespacial y los límites de acción del Estado para garantizar servicios básicos. Se argumenta que el agua, más allá de ser un derecho fundamental, se ha transformado en un indicador de muerte frente a su escasez y contaminación. Esta problemática no puede abordarse como un asunto sectorial aislado, sino como un eje transversal del desarrollo, inseparable de otras dimensiones como la salud, el hábitat y la justicia territorial.

A partir de un modelo explicativo multivariado aplicado al contexto cochabambino, se demuestra cómo la falta de acceso al agua está estrechamente vinculada con procesos de exclusión es-

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_005

tructural: pobreza persistente, segregación espacial, condiciones sanitarias deficientes y alta vulnerabilidad socioambiental. Se resalta que Cochabamba —pese a su histórico simbolismo como "valle fértil"— se encuentra entre las ciudades con mayor desigualdad en el acceso al agua potable, con profundas brechas entre los barrios residenciales formales y las zonas periurbanas autoconstruidas.

En este marco, se pone en discusión el rol de los sistemas autogestionados de agua como respuestas comunitarias emergentes frente al abandono institucional. Estos sistemas, creados y gestionados por los propios vecinos ante la ausencia del Estado, representan simultáneamente soluciones organizativas eficaces y fuentes de conflicto, por lo que se analizan sus potencialidades, limitaciones y los desafíos que plantean para una planificación equitativa y sostenible.

A pesar de las limitaciones que presentan, se reconoce en estos sistemas un gran potencial para fortalecer la organización comunitaria, construir ciudadanía y consolidar formas de gobernanza híbrida. Se planteó que las soluciones a la crisis hídrica no deben excluir las prácticas informales, sino integrarlas en procesos de planificación inclusiva que reconozcan las múltiples racionalidades presentes en el territorio.

El tema aporta una mirada crítica y propositiva sobre la problemática del acceso y gestión del agua en territorios marcados por la desigualdad e informalidad, a partir de estudios en área metropolitana de Cochabamba, resaltando la necesidad de avanzar hacia asumir la gestión del agua como un eje transversal del desarrollo e incorporar modelos de gobernanza híbrida, que reconozcan la agencia de los actores locales sin desresponsabilizar al Estado. En este marco, se enfatizó la importancia de abordar los conflictos sociales, ambientales, institucionales y territoriales que giran en torno al agua, como punto de partida para repensar los futuros posibles del recurso en el siglo XXI desde una perspectiva de justicia territorial, sostenibilidad ambiental y transformación social.

2) Composición de la actividad

La relatoría se basa en las presentaciones realizadas en la mesa "Agua y desarrollo: ¿Agua para la vida o muerte?", desarro-

llada en el marco del 3º Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo: "Cenários Alternativos de Planejamento Territorial para o século 21". En esta mesa, se tuvo como expositores invitados a Carmen Ledo García, Martin Marañon Eguivar y Paola Jimena Ledo Espinoza.

Carmen Ledo García presenta la problemática del agua, la que debería ser vista desde una óptica del desarrollo integral y sistémica. Reconoce que el agua es un bien común - social, esencial para los seres humanos y todas las formas de vida. Pero no se cumple dicho mandato por varios factores. Uno de los más preocupantes es que se ha profundizado la contaminación, y la falta de acceso universal al agua potable está proliferando el ciclo de pobreza, de enfermedades transmitidas por el agua y de las desigualdades de género. Demuestra que no existe una gestión del agua como "bien común", a pesar de la guerra del agua de abril del año 2000, los riesgos de privatización no han desaparecido, no ha sido posible lograr la equidad en cantidad y costos en su acceso.

Ante el abandono del Estado al menos se detecta en Cochabamba 3 operadores encargados de su gestión, por una parte las entidades públicas encargadas del suministro se llaman "Empresa Pública de Saneamiento y Agua Potable-EPSA", ante la reducida cobertura del servicio los vecinos y/o movimientos sociales se han organizado de modo autogestionario como "Operadores Locales de Pequeña Escala-OLPES", se trata de organizaciones precarias y debido a su debilidad, aparecen en escena los mercaderes del agua que a través de la venta del agua en "camiones cisterna" usufructúan de la desesperación y necesidad de abastecimiento de los pobladores residentes de la periferia urbana.

En consecuencia, la complejidad en la distribución explica la injusticia e inequidad en la distribución del líquido elemento, tanto en precio, cantidad, oportunidad y presión. Se demuestra en Cochabamba dada la tremenda desigualdad económica entre barrios residenciales del norte y su periferia urbana; los hogares residentes en los barrios del norte no solo pagan menos, alrededor de 250 litros por persona diariamente revela un probable desperdicio del agua, los hogares consumen alrededor de 1 metro cúbico diario y solo pagan alrededor del 2% del ingreso

familiar total, en cambio los hogares pobres del sur de la ciudad pagan alrededor del 10% de su ingreso familiar solo por alrededor de 2 metros cúbicos al mes (alrededor de 20 litros por persona diariamente). La baja tasa de consumo sanitario conspira con gran dramatismo la injusticia en la distribución del líquido elemento y sus efectos multidimensionales.

El agua es vida y es muerte, los problemas derivados de la falta de acceso al agua limpia, son los agentes portadores de las llamadas enfermedades de la pobreza, los episodios diarreicos agudos, que son los denominados males de la pobreza, son y siguen siendo los factores explicativos de la brecha generada entre los que tienen y los que no tienen acceso a las redes de agua potable y alcantarillado sanitario. En el caso boliviano, lamentablemente, dicho flagelo sigue causando una alta proporción de muertes innecesarias, la morbilidad sigue atentando contra los más pequeños e indefensos, los episodios diarreicos agudos son la principal causa de morbilidad y mortalidad infantil, debido al consumo de aguas de muy dudosa calidad, principalmente en las zonas rurales y las áreas urbanas marginales de las ciudades.

Se plantea la necesidad de articulación de la temática del género y agua, debido a que se convierte en un doble desafío. Por una parte, debido a la histórica despersonalización del género en los sistemas de saneamiento básico y por otra, debido a las connotaciones que asume la falta de redes de provisión de servicios básicos en áreas urbanas marginales y rurales. La mujer es la que se encarga de la gestión y aprovisionamiento del agua, motivo por el que frecuentemente debe recorrer largas distancias e invertir su valioso tiempo en la recolección de agua fresca, para continuar realizando los quehaceres domésticos, limpieza y preparación de alimentos, lavado de los utensilios, lavado de ropa, higiene personal de ella y de todos los miembros de su unidad familiar, en zonas urbanas marginales y espacios rurales inclusive es la encargada de otros usos de tipo no doméstico, tales como alimentar a sus animales, regar sus huertas y otros usos comunitarios.

Nótese que además de dicha tarea de recolección de agua fresca, que históricamente ha sido ignorada, ella ha ingresado a buscar fuentes alternativas de ingreso en el mercado de trabajo

de bienes y servicios, sólo con el objeto de contribuir a incrementar los ingresos para el sustento de su familia; su amplia jornada se explica únicamente por una reducción de horas de sueño. Aunque se debe resaltar que, en los hogares no pobres, la falta de un servicio fluido, oportuno y de calidad también afecta a las encargadas de las tareas del hogar, que asume también otra mujer en calidad de servicio doméstico. En consecuencia, la falta de una provisión adecuada de este servicio básico atenta y visibiliza toda la gama de inequidades a las que se enfrentan las mujeres.

La expositora, Carmen Ledo García, es economista, máster en Estudios Sociales de la Población-Centro Latinoamericano de Demografía – CELADE, PhD en la Universidad Tecnológica de Delft, Departamento de Planificación Urbana, Facultad de Arquitectura, Delft, Holanda. Catedrático titular en la Facultad de Ciencias Sociales FACSO y en la Facultad de Ciencias Económicas (FCE) e Investigadora de la Universidad Mayor de San Simón desde 1982. Directora del Centro de Planificación y Gestión (CEPLAG-UMSS) desde el 2003.

Coordinadora boliviana del primer doctorado en ciencias sociales y humanidades Universidad Mayor de San Simón (PhD Program in the Social Sciences and humanities at the San Simon University) programa de cooperación ASDI–UMSS, con la universidad de Gotemburgo-Suecia, 2022-2027. Coordinadora boliviana del Programa "Research training Partnership programme in "Habitat and Environment", SIDA-UMSS, con UPSALA (Swedish University of Agricultural Sciences-SLU) y Lund University en Suecia, 2014-2021. Miembro del comité de evaluación internacional de proyectos de investigación de la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP) desde el 2016.

Ha publicado libros y artículos las temáticas de la planificación del desarrollo, acceso al agua para consumo humano, saneamiento básico, mortalidad infantil, migración interna, internacional y transnacional, pobreza, desigualdad social, vulnerabilidad, movilidad urbana y transporte, contaminación ambiental entre otros. Con amplia experiencia en el manejo de información estadística descriptiva y multivariada, procesamiento y análisis. Ha sido trabajado como consultora en diversos programas de cooperación internacional.

Ha recibido distinciones a la producción científica por instituciones nacionales e internacionales. Tiene el Certificado de Investigador Categoría D del área de las Ciencias Sociales, obtenida de acuerdo al cumplimiento de los requisitos de la convocatoria al «Reglamento de la Carrera del Investigador de la UMSS», emitida por el director de la Dirección de Investigación Científica y Tecnológica y el Rector de la UMSS. Miembro del Grupo de Trabajo Migración sur-sur del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, Argentina, 2016-2022. Miembro de la Unión Internacional para el Estudio Científico de la Población (IUSSP) y de la Asociación Latinoamericana de Población (ALAP). Miembro de la Red Andino Amazónicos en Estudios de Población.

Paola Jimena Ledo Espinoza presenta el tema *"Conflictos por el agua: Consideraciones sobre los sistemas autogestionados en Sacaba, Bolivia"*, el cual analiza los conflictos derivados del acceso desigual al agua potable en zonas periurbanas del municipio de Sacaba, uno de los territorios con mayor crecimiento urbano en la región metropolitana de Cochabamba, Bolivia.

El estudio se desarrolló entre 2014 y 2018 utilizando una metodología de sistemas blandos, que combinó la aplicación de 665 encuestas a hogares, la realización de talleres participativos en cuatro Organizaciones Territoriales de Base (OTBs) del municipio de Sacaba, y observaciones directas en espacios comunitarios y de planificación. Los hallazgos revelan que más del 80% de la población periurbana de Sacaba depende de sistemas autogestionados para su abastecimiento de agua, mientras que la cobertura estatal apenas alcanza al 17% del territorio municipal.

Estos sistemas, creados y gestionados por las comunidades ante la insuficiencia estructural del servicio público, se han consolidado como una respuesta organizativa resiliente frente a la exclusión hídrica. No obstante, también enfrentan serios desafíos en términos de sostenibilidad técnica, equidad en el acceso, calidad del servicio, gestión financiera y gobernanza. La presentación destacó que estas formas de gestión comunitaria emergen en un contexto marcado por la urbanización descontrolada, la informalidad en el uso del suelo y la debilidad institucional, lo que agrava los conflictos por el control, uso y distribución del agua.

El análisis detallado de experiencias comunitarias mostró cómo estos sistemas operan simultáneamente como espacios de solución y reproducción de desigualdades: si bien garantizan acceso básico al recurso, también pueden generar tensiones internas, disputas entre barrios y fricciones con el gobierno municipal. En ese sentido, la exposición concluyó con una propuesta de avanzar hacia modelos de gobernanza híbrida, que integren el conocimiento y la organización de base comunitaria con mecanismos estatales de regulación, asistencia técnica y apoyo financiero. Esta integración permitiría construir un sistema de gestión hídrica más equitativo, resiliente y adaptado a la complejidad territorial de las zonas periurbanas.

La expositora, Paola Jimena Ledo Espinoza, es economista con mención en Economía del Desarrollo por la Universidad Mayor de San Simón (UMSS) y doctora en Planificación del Paisaje por la Swedish University of Agricultural Sciences (SLU). Desde 2022, se desempeña como investigadora en el Centro de Planificación y Gestión (CEPLAG) de la UMSS, institución en la que también coordina y facilita el Curso de Capacitación para Supervisores de Doctorado, en el marco del Programa de Cooperación Científica SIDA-UMSS.

Su trayectoria en investigación se inicia en 2012 y se consolida con la culminación de su formación doctoral en 2021, etapa en la que profundiza en el estudio de la planificación participativa y la diversidad de racionalidades que convergen —y en ocasiones entran en tensión— en los territorios del Sur Global. Esta perspectiva crítica orienta sus líneas de trabajo, que abordan temas como la planificación territorial, la gobernanza intersectorial, la informalidad urbana y los sistemas alimentarios.

Actualmente, desarrolla investigaciones sobre las sinergias entre agroecología, territorio y alimentación en Cochabamba, mediante metodologías cualitativas y participativas que priorizan la co-creación de conocimientos entre actores académicos y comunitarios. De manera paralela, su participación en la formación de tutores de doctorado está enfocada en promover procesos reflexivos y horizontales, reconociendo el valor político y transformador de la formación investigativa.

Su compromiso académico se orienta a generar conocimiento aplicado que contribuya a prácticas de planificación más equitativas, inclusivas y arraigadas en las realidades y desafíos de los territorios latinoamericanos.

3) Recomendaciones e indicaciones

Es imperioso que se profundice la descentralización política y administrativa, para no caer en el prebendalismo burocrático y avanzar en la construcción de un país humanamente justo y sostenible. Se deberá generar una base económica que modifique las condicionantes de la polarización y exclusión social. Es importante dejar de lado las acciones de cosmética de corto plazo, electoralistas; las prácticas asistencialistas que hoy predominan y democratizar la política económica, liberándola de la tecnocracia e involucrando a toda la ciudadanía en el diseño y defensa de la construcción del futuro. Se podría resumir las amenazas de la seguridad hídrica en los siguientes puntos:

- Reducción de los recursos hídricos: Derivada de la disminución de precipitaciones, de caudales superficiales y subterráneos, y de embalses naturales
- Contaminación de los recursos hídricos: Derivada de la insuficiencia de servicios de alcantarillado, saneamiento y gestión de residuos sólidos; del empleo de agroquímicos en áreas urbana marginales y zonas rurales (ríos transformados en una alcantarilla abierta)
- Impermeabilización de los acuíferos, a consecuencia del crecimiento horizontal de baja densidad de las huellas urbanas en zonas de recarga de acuíferos
- Falta de planes de ordenamiento territorial y planes de uso del territorio, abandono de la planificación.

Las discusiones y hallazgos permiten identificar orientaciones clave para repensar la gestión del agua en contextos marcados por la desigualdad socioespacial, la informalidad urbana y

la precariedad institucional. Desde esta perspectiva, se plantean las siguientes recomendaciones:

- **Integrar el agua en el núcleo de la planificación:** Es indispensable superar la fragmentación institucional y adoptar enfoques de planificación urbana que consideren la sostenibilidad hídrica como un eje central, y reconocer que la gestión del agua no puede aislarse de las políticas de salud, vivienda, empleo, alimentación y educación. El acceso al agua segura debe ser garantizado como base para la construcción de ciudadanía plena y justicia social. Esto implica frenar la expansión informal, preservar zonas de recarga, garantizar el acceso equitativo a servicios básicos y reconocer las múltiples racionalidades que coexisten en los territorios.
- **Visibilizar las desigualdades territoriales y corregir las brechas:** En ciudades como Cochabamba, donde coexisten realidades altamente contrastantes, urge priorizar políticas redistributivas que reduzcan la carga económica desproporcionada que enfrentan los sectores pobres para acceder a agua, y revertir los impactos de la segregación urbana.
- **Monitorear y gestionar sosteniblemente los acuíferos:** Frente a la creciente dependencia del agua subterránea, se recomienda implementar sistemas de monitoreo ambiental, como los presentados por Martín Marañón, que permitan anticipar riesgos como la subsidencia y formular respuestas con base territorial.
- **Fortalecer las capacidades comunitarias:** Apoyar a los comités de agua en aspectos técnicos, administrativos y sanitarios, sin imponer modelos externos ni despojar a las comunidades de su autonomía organizativa.
- **Impulsar una gobernanza híbrida e inclusiva:** Incluir a los sistemas comunitarios en la política pública del agua, no como actores informales que deben ser absorbidos, sino como socios estratégicos en la construcción de modelos de gobernanza hídrica híbrida, justa y sostenible.

> Es urgente transitar hacia modelos de gobernanza que articulen las capacidades organizativas y de gestión de las comunidades con los marcos normativos, técnicos y financieros del Estado. Esta articulación debe basarse en el reconocimiento mutuo, la corresponsabilidad y el respeto a las formas propias de organización.

Estas recomendaciones abogan por una visión integrada del agua como bien común, y apuntan a repensar la gestión del agua más allá de enfoques tecnocráticos, incorporando la dimensión política, social y ecológica de un recurso vital cuya distribución y acceso están profundamente atravesados por relaciones de poder, desigualdad y formas de organización desde abajo.

Para el éxito de la implementación del Plan de la Gestión Integrada de los Recursos Hídricos, es imperiosa la concertación y sensibilización a las esferas de poder central, regional y local, así como a los distintos actores sociales, con el fin de construir y articular una estrategia que contribuya a reducir el tiempo de sufrimiento de los pobres. Para lo que se deberá promover y consolidar la aceptación y voluntad política del aparato de poder (nacional, regional y local) de modificar su política de intervención; además, se deberá garantizar la decidida participación comunitaria en la búsqueda de soluciones estratégicas consensuadas y de largo plazo.

Se deberán sensibilizar a las instancias que trabajan en la distribución del servicio, en ampliar las redes del servicio de agua a los barrios urbanos marginales, lamentablemente la red pública termina cuando comienzan los barrios más deprimidos; esta es una demanda urgente de la ciudadanía y el principio mínimo de respeto a los derechos humanos de estos pobladores y en especial de las mujeres, se ha demostrado que ellas son las principales usuarias y demuestran cotidianamente que en casos de escasez son las mejores gestoras del recurso agua, ya que se ha organizado y logrado generar mecanismos de gestión innovadores para paliar sus múltiples demandas insatisfechas, con gran ingenio e imaginación.

Se deberá profundizar la democracia para que permita la libre expresión de los (as) bolivianos (as) para asumir sus problemas y buscar las soluciones. Se deberá garantizar la adminis-

tración de una gestión social, pública, participativa y solidaria de los recursos hídricos, de manera eficiente, transparente, descentralizada, participativa y promotora de ciudadanía para satisfacer las necesidades humanas más profundas. Es necesario impulsar la eficiencia productiva, ampliando las oportunidades de educación técnica y superior, orientadas hacia la producción y difusión de conocimientos pertinentes, para encarar los problemas del desarrollo. Se desea consolidar áreas espacialmente organizadas a través de la estructuración de la periferia urbana y de los espacios rurales. Apuntar a la construcción de espacios donde se brinden oportunidades, socialmente justos y ecológicamente sostenibles. El desafío del logro simultáneo de los aspectos presentados, son las condiciones necesarias para impulsar el desarrollo urbano armónico y lograr el mejoramiento integral de la calidad de vida, la reducción de la exclusión social y el camino para devolver la esperanza a los grupos más deprimidos.

Las autoridades Municipales, Departamentales y Nacionales, deberán priorizar la asignación presupuestaria para favorecer con el acceso (tendido y extensión de redes), la calidad potable del agua, almacenamiento, canalización de tomas domiciliarias, tratamiento de agua y control de calidad del agua para la población de bajos recursos, principalmente en las áreas periurbanas de las ciudades del eje troncal, ciudades intermedias, centros poblados menores y zonas rurales, espacios donde predominantemente las mujeres y las niñas se encargan del acarreo y almacenamiento del agua para su consumo cotidiano. En concordancia con la Ley de Participación Popular el Estado podría asignar un Fondo Rotatorio de uso 'exclusivo' a la instancia Local de tal modo de contribuir a los hogares con escasos recursos a tener recursos para las aducciones a las redes de agua y alcantarillado. Esto supone que los planes operativos anuales deben obligatoriamente asignar más recursos para la dotación de los servicios básicos en los espacios urbanos marginales y en zonas rurales.

Se debe ampliar la inversión pública para la realización de investigaciones que permitan definir políticas de localización de la infraestructura pública, así como normas y procedimientos de construcción que permitan prever diferentes usos del agua en la casa, tales como por ejemplo colectores de agua de lluvia, doble cable de

cañerías internas en la vivienda, jardines colectivos, etc., aspectos que podrían contribuir en un uso más sostenible del recurso.

Las autoridades locales deben realizar un control y monitoreo de las instituciones encargadas del suministro de servicios básicos, con el fin de: Prestar vigilancia, regulación y sanción en casos en que se demuestre que existen problemas de calidad en el agua que se distribuye por medio de las redes, y realizar leyes que obliguen al mejoramiento de las mismas en caso de infracción. Se debe proceder a una constante revisión y mejora de los sistemas de tarifas, con criterios de justicia social y equidad, implementando criterios sociales y de subsidios cruzados en su definición y operación. Para evitar desconfianza entre los (as) usuarios (as) es importante ampliar el sistema de micro medición.

Se deben implementar sistemas rotatorios justos, equitativos y adecuados en los horarios de distribución del agua, en relación a las demandas de las mujeres, es decir, oportunidad del servicio en las zonas más empobrecidas. Debido a que la falta de regularidad en el servicio, la deficiente calidad del agua y el acceso mediante una infraestructura precaria o en mal estado, pone de manifiesto que detrás de las cifras de cobertura, se esconde una realidad sobre lo que es preciso llamar la atención, y que demanda la puesta en marcha de políticas y programas que se traduzcan en un cumplimiento cabal de las metas, de cobertura con calidad.

Existe la necesidad de regulación, gestión y administración del agua para evitar la existencia de políticas y prácticas dirigidas a incrementar la diferencia. La promoción de comités ciudadanos mixtos del agua y el impulso de ejercicios en la formulación de planes de gestión y administración de los recursos hídricos, podría alentar la participación y organización social de hombres y mujeres.

La información sobre los presupuestos y programas deben divulgarse en talleres de amplia participación de hombres y mujeres. Es urgente el diseño explícito de criterios para la determinación de prioridades locales y regionales, donde se convierte en una condición fundamental la construcción de indicadores sensibles al género orientados a disminuir las cargas de trabajo de las mujeres y de las niñas en la recolección de agua para el uso cotidiano en usos domésticos, tanto en los espacios urbanos como rurales.

Agua y desarrollo: ¿agua para la vida o muerte? Agua para consumo humano & urbanización

María del Carmen Ledo García

Introducción

El propósito de esta investigación es analizar el acceso de la población al agua para consumo humano. Se buscará identificar las áreas con insuficiente infraestructura de agua potable y saneamiento y con el consiguiente menoscabo en el ejercicio del Derecho Humano al Agua y en el desarrollo del bienestar de sus pobladores.

El crecimiento de las huellas urbanas carentes de planificación y ordenamiento territorial ha permitido que proliferen los espacios urbanos marginales, donde existen una variada gama de insatisfacciones que se traducen en enfermedades transmitidas por el agua y en la muerte de los grupos más vulnerables, niños y población adulta mayor. Es perentorio que desde las instituciones públicas se realicen acciones que permitan la mejora de la calidad de vida de sus pobladores y la reducción de los riesgos de contaminación de agua y suelo.

Para avanzar en la explicación, se intentará demostrar que el acceso y disponibilidad de agua para consumo humano revela la condición multidimensional de la pobreza, vulnerabilidad, privación y desigualdad social. Con miras a la búsqueda de constatación empírica, se tornará como estudio de caso a la ciudad de Cochabamba, debido a que se cuenta con información levantada a fines del año 2022. A continuación, se presentarán los aspectos teóricos y metodológicos, los resultados y hallazgos de la investigación.

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_006

Desafíos teóricos y metodológicos

El siglo XXI revela la existencia de una crisis global de los recursos hídricos. La problemática del agua debe ser vista desde una óptica integral; la relación entre el hombre, la naturaleza y el sistema de recursos naturales implica un punto de vista ecológico; en función de sus múltiples usos: consumo doméstico, consumo industrial, consumo energético e irrigación; como parte de un sistema de necesidades básicas y satisfactores: agua potable, energía eléctrica, alcantarillado, entre otros. Se intenta rescatar la "dimensión agua" en relación con el proceso de desarrollo; examinar sus usos y particularmente su relación con las condiciones de vida, salud y las necesidades básicas de la población.

El agua es un bien común-social, esencial para los seres humanos y todas las formas de vida. La contaminación y la falta de acceso universal está reforzando el ciclo de pobreza, de enfermedades transmitidas por el agua y de desigualdades de género. Alrededor de 2.200 millones de personas no disponen de agua en el mundo y 4.200 millones carecen de acceso a saneamiento seguro (ONU, 2024). Las organizaciones internacionales reconocen que se está dando un proceso de deterioro continuo del acceso al agua:

> El agua es un recurso cada vez más escaso en un mundo que la precisa para encarar sus grandes desafíos demográficos y climáticos. La falta de reconocimiento de su valor es la principal causa de su mal uso y desperdicio - un ciclo del agua bien gestionado significa una defensa contra la enfermedad y la indignidad (ONU, 2021).

Existe suficiente reserva de agua dulce para satisfacer las necesidades de la población mundial; sin embargo, su distribución no es equitativa; existe agua desperdiciada, contaminada o afectada por una gestión inapropiada. Así, muchas regiones sufren escasez de agua. La escasez de agua empeorará a causa del cambio climático y del avasallamiento de las huellas urbanas sobre los espacios agrícolas.

El deterioro de la calidad del agua la vuelve no apta para el consumo humano disminuyendo su abundancia y provocando

efectos nocivos en la salud. También existen efectos nocivos en la seguridad alimentaria. La única vía para salir de la crisis del agua es considerarla como un bien común y no una mercancía.

La seguridad alimentaria, la reducción de la pobreza, el acceso a la educación, la salud, la paz o la igualdad de género no podrán lograrse si no se garantiza un acceso seguro al agua y al saneamiento para todas las personas. Por ello, la Agenda 2030 estableció que el acceso al agua se constituye en una de sus más altas prioridades en el Objetivo de Desarrollo Sostenible número 6.

Sensiblemente, la recopilación de estadísticas sectoriales es incompleta y no da cuenta de problemas técnicos. En el caso de América Latina y el Caribe, las estadísticas oficiales ocultan la heterogeneidad del sector. Es evidente que las altas coberturas arrojadas por las oficinas de estadística de los países están explicadas por la autogestión de los movimientos sociales que se organizaron en diferentes modelos de gestión, beneficiando a millones de personas.

Las denominadas Organizaciones Comunitarias de Servicios de Agua y Saneamiento (OCSAS) u Operadores Locales de Pequeña Escala (OLPES) son la respuesta desesperada de la población a la demanda insatisfecha, y explica que algunos países hayan cumplido teóricamente las metas del milenio hacia el año 2015. Una tarea perentoria será la de generar un sistema integrado de información que permita visibilizar el acceso de calidad al agua para consumo humano.

El acceso al agua potable por cañería dentro de la vivienda es un derecho humano fundamental (agua en cantidad y calidad suficientes) (ONU, 2010). En este contexto se debe resaltar el papel de las mujeres en los múltiples usos del agua. La mujer es la que se encarga de la gestión y aprovisionamiento del agua; cuando no cuenta con el servicio, la madre o las hijas recorren largas distancias e invierten tiempo en la recolección de agua fresca, para la realización de los quehaceres domésticos: limpieza y preparación de alimentos, lavado de los utensilios, lavado de ropa, higiene personal de ella y de todos los miembros de su unidad familiar. En zonas periurbanas y espacios rurales, las mujeres se encargan también de otros usos de tipo no doméstico, tales como alimentar a los animales, regar las huertas y otros

usos comunitarios. Además de la tarea de recolección de agua fresca, que históricamente fue practicada en la vida cotidiana, la discriminación de género no se visibiliza en las estadísticas convencionales.

Las evidencias empíricas acumuladas demuestran que son las mujeres las que se han encargado de superar la falta de un servicio fluido, oportuno y de calidad aceptable debido a que su carencia afecta a las tareas del hogar. La falta de una provisión adecuada visibiliza toda la gama de inequidades a las que se enfrentan las mujeres. Como una de las necesidades básicas elementales, el agua potable no puede ser juzgada simplemente como un problema de carencia cuya solución es estrictamente de orden técnico, sino también de orden social, por su relación estrecha con la salud, la vivienda, la educación, el bienestar y la calidad de vida de una población que se logra con una dotación de agua de calidad en el interior de las viviendas y con previo tratamiento por una planta que garantiza dicho proceso de calidad de servicio. El hecho de no contar con tan esencial elemento se convierte en agente causal asociado a los altos niveles de morbi-mortalidad infantil.

Urbanización y redistribución espacial de la población boliviana

La urbanización boliviana es un proceso que involucró modificaciones de las estructuras económicas, políticas, sociales y culturales de cada formación económica social concreta. Las zonas urbanas en Bolivia, durante el siglo XX y de lo que va del siglo XXI, incrementaron su importancia demográfica en alrededor de 40 veces; en cambio, las zonas rurales apenas se duplicaron. La organización del territorio boliviano cambió en correspondencia con las políticas de carácter económico social implementadas a partir del siglo XX.

Bolivia se debate entre concentración y dispersión urbana. Alrededor del 70% de la población urbana vive en tres áreas metropolitanas que tuvieron una acelerada expansión horizontal, con muy bajas densidades de sus huellas urbanas y con altos niveles de segregación. En estas tres aglomeraciones se dan fe-

nómenos de desigualdad e inequidad en el acceso a los servicios básicos, dificultades económicas debidas a la alta autogeneración de empleos e informalidad y baja calidad de vida para los pobladores que residen en sus áreas periurbanas, que mayoritariamente son habitadas por migrantes. Es un modelo de urbanización insostenible.

El crecimiento horizontal y de baja densidad, producido al margen de la planificación en las tres metrópolis de La Paz, Santa Cruz y Cochabamba está causando múltiples daños y cargas ambientales. Esta situación se reproduce en un contexto de políticas municipales contradictorias que autorizan ampliación de las huellas urbanas, regularizan asentamientos periurbanos pobres que no cuentan con los servicios básicos y que están regulados por el mercado informal de tierras. Así, se produjo una concentración demográfica en las ciudades capitales de las tres regiones metropolitanas. En la metrópoli de La Paz, son dos las ciudades, La Paz y El Alto; en la metrópoli de Santa Cruz y en la de Cochabamba, son las ciudades de Santa Cruz de la Sierra y Cochabamba, respectivamente. Se trata de ciudades de más de medio millón de habitantes versus una gran dispersión del territorio boliviano con más de 29.403 espacios urbanos y rurales de menos de medio millón de habitantes.

Las características de organización de la estructura urbana interna de las cuatro grandes ciudades son propias de una desigualdad social acentuada, con manifestaciones concretas de segregación y "marginalidad" física. Los más pobres viven en los espacios periurbanos menos consolidados, hogares con nivel socioeconómico bajo, carentes de condiciones de habitabilidad, en áreas urbanas marginales con viviendas autoconstruidas de manera precaria, localizadas en espacios carentes de todo tipo de servicios básicos como agua potable, alcantarillado, eliminación de residuos sólidos. Se asientan en tierras privadas o fiscales ocupadas de manera irregular, debido a que accedieron a ellas a través del mercado informal de tierras altamente especulativo. Este panorama heterogéneo de la organización del territorio boliviano permitirá aproximarnos a entender los problemas de dotación y acceso a los bienes comunes de gran parte de la población urbana marginal residente en las ciudades bolivianas.

Metodología

Los datos usados en este artículo provienen de diversas fuentes. Se cuenta con las bases de datos de los Censos Nacionales de Población y Vivienda de 1976 a 2012 (Instituto Nacional de Estadística, 1978, 1992, 2001, 2012), que coadyuvarán en evaluar la evolución histórica de la dotación del servicio agua. Debido a que los datos del censo de 2024 todavía no están disponibles y a la carencia de información en el ámbito de las ciudades, se optó por utilizar para la ciudad de Cochabamba, las bases de datos de las Encuestas levantadas en el año 2016 por encargo de la Asociación Nacional de Empresas de Servicio de Agua Potable y Alcantarillado (ANESAPA) de una encuesta multipropósito levantada por el CEPLAG a fines del año 2022 en la ciudad de Cochabamba, donde se aplica una técnica multivariada —el modelo generalizado de correlación canónica (GCCA)— con miras a comprender la complejidad del problema estudiado.

Dada la extrema heterogeneidad estructural vigente en la ciudad de Cochabamba y dada la presencia de alarmantes niveles de inequidad y pobreza, el modelo generalizado de correlación canónica (GCCA) permite encontrar la explicación de la múltiple dimensión de la inequidad y pobreza en la disponibilidad de agua para consumo humano (Ledo, 2002). Así, nos aproximamos en la interpretación de los factores condicionantes de la exclusión social y pobreza vigentes en el territorio cochabambino, a través de la interacción simultánea de seis dimensiones temáticas: socioeconómica, socioespacial, condiciones de vida, posición en el ciclo vital, vulnerabilidad y la salud-enfermedad-muerte. Todas ellas han sido incorporadas en la técnica multivariada GCCA (Drewe Paul & E. D. Hulsbergen, 1983; y Drewe Paul, 1986).

Se utiliza la base de datos de la encuesta multipropósito de nutrición y desarrollo aplicada a 4.500 hogares residentes en la ciudad de Cochabamba. Dicha encuesta fue realizada por el equipo de investigadores del CEPLAG-UMSS. La encuesta fue dividida en doce secciones: la primera incluye preguntas relativas a la información sociodemográfica de cada uno de

los miembros; la segunda recoge datos sobre la condición migratoria; la tercera indaga sobre la actividad económica de cada miembro; en la secciones cuarta, quinta y séptima se recoge la información sobre salud, fecundidad y mortalidad; la sección sexta indaga sobre el comportamiento y preferencias del consumo alimentario; la octava corresponde a los datos sobre la vivienda y disponibilidad de servicios básicos. De la novena a la duodécima sección se recoge información del patrón alimentario. La unidad de observación de la encuesta fueron los hogares particulares, identificados de forma georreferenciada debido a que se tuvo una base de datos espacial, la cual contenía los manzanos de la muestra.

Como se podrá advertir, también se usaron otras fuentes secundarias, como encuestas y censos nacionales de población y vivienda, las que serán citadas oportunamente y permitirán diagnosticar, de manera robusta, la situación sobre la disponibilidad y acceso al agua para consumo humano de los hogares cochabambinos en comparación con lo que acontece en las otras ciudades bolivianas y en el conjunto del territorio nacional.

Disponibilidad de agua potable por cañería en el interior de la vivienda

Según datos oficiales, el 44 % de los hogares bolivianos declaran tener abastecimiento de agua potable por cañería al interior de las viviendas. Las brechas son elocuentes según el área de residencia. Se puede demostrar que alrededor del 61 % de los hogares urbanos y solo el 13 % de los hogares rurales gozan de dicho derecho humano. En Bolivia, 1,2 millones de hogares tienen una buena disponibilidad de agua por cañería dentro de las viviendas, 39 % de aquellos ubicados en zonas urbanas y únicamente 5 % de los ubicados en zonas rurales (Tabla 1).

Tabla 1 - Bolivia: disponibilidad de agua potable según grado de urbanización y metropolización, 2012

Grado de urbanización/ Metrópolis	Agua por cañería de red		No dispone de agua	Total	Casos
	Dentro vivienda	En lote o terreno			
Centro Urbano Mayor	66,1	20,3	13,5	100,0	1013051
Centro Urbano Intermedio	57,0	22,5	20,5	100,0	590268
Centro Urbano Menor	45,6	31,5	22,8	100,0	214304
Urbana	**60,8**	**22,4**	**16,9**	**100,0**	1817623
Rural	13,2	26,9	59,9	100,0	970143
Total	44,2	24,0	31,8	100,0	2787766
Metrópoli de La Paz	64,3	21,3	14,4	100,0	532270
Metrópoli Cochabamba	47,5	15,3	37,2	100,0	312682
Metrópoli de Santa Cruz	65,5	26,3	8,3	100,0	431306
Metrópolis	60,6	21,5	17,9	100,0	1276258
Resto Bolivia	30,4	26,0	43,6	100,0	1511508
Total	44,2	24,0	31,8	100,0	2787766

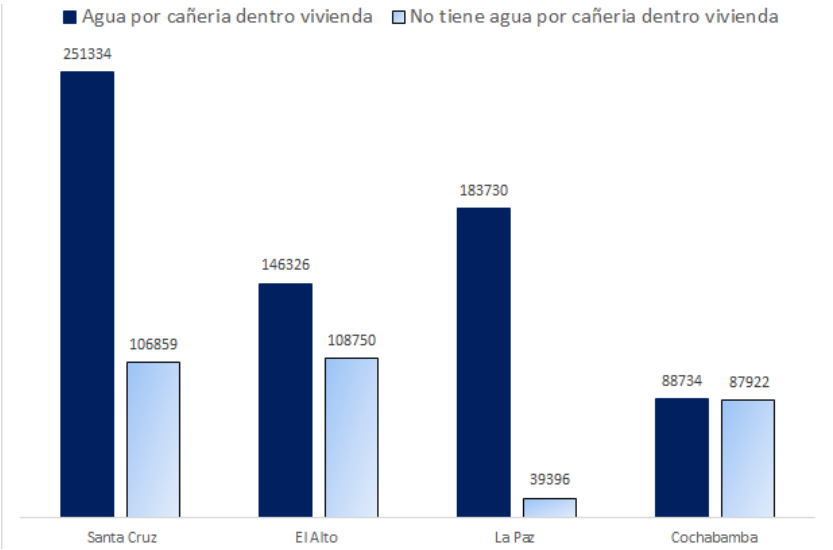
Fuente: Elaboración propia con datos del Censo Nacional de Población y Vivienda, resultados 2012.

Cuando se desagrega la información según grado de urbanización, nuevamente se tornan manifiestas las desigualdades. Los centros urbanos mayores que absorben a las cuatro grandes ciudades cuentan con la mejor dotación de agua por cañería dentro de las viviendas; en cambio, los centros urbanos menores se ubican casi 20 puntos porcentuales más abajo (Figura 1).

Los resultados de la dotación de agua revelan la heterogeneidad existente en la organización del territorio boliviano. De alrededor de un millón de hogares urbanos con buena disponibilidad de agua por cañería dentro de las viviendas bolivianas, 758.000 se localizan en las áreas urbanas de las tres regiones metropolitanas. Dentro de dicho predominio cobra hegemonía la magnitud de familias con buena dotación de agua en sus casas en las capitales de las metrópolis de Santa

Cruz y La Paz. Según el Censo 2012, en Cochabamba solo hay 88.000 hogares con buena dotación de agua por cañería dentro de la vivienda; en La Paz y El Alto, alrededor de 328.000 y 250.000 en Santa Cruz. Estos datos demuestran que la menor cantidad de hogares con buena dotación se encuentra en la ciudad de Cochabamba.

Figura 1 - Centros Urbanos Mayores: hogares distribuidos según disponibilidad del servicio de agua potable por cañería dentro de la vivienda por ciudades, 2012.



Fuente: Elaboración propia con base en INE, 2012

Los cochabambinos tienen la mayor demanda insatisfecha. En Cochabamba, en abril del año 2000 se produjo la denominada Guerra del Agua. Después de 24 años de abandono y desesperanza, esta ciudad todavía tiene las menores coberturas de red pública (50 %), la cual se extiende a no más de la mitad de su territorio. La expansión urbana crea problemas para el acceso seguro a un sistema de abastecimiento de agua, en especial en los espacios urbanos marginales de las grandes ciudades y en las zonas rurales, tal como se mostrará en los próximos acápites.

Disponibilidad de agua para consumo humano y segregación intraurbana

Debido a las dificultades de acceso a una serie de beneficios económicos y sociales, existe en la población boliviana alta movilidad interna e internacional; de ahí la existencia de varios perfiles demográficos dentro y entre las ciudades. Es un fenómeno esencialmente ligado a todas las formas de movilidad humana, que se concentra cada vez más en las ciudades de mayor tamaño de las tres regiones metropolitanas. Se trata de áreas que ofrecen una serie de atractivos de opciones de trabajo informal en el comercio minorista y/o una variada gama de servicios, mejora de sus condiciones de vida, el acceso a mejoras en la dotación de servicios básicos, alimentación, salud, vivienda y educación, que en muchas regiones están ausentes y que se ofrecen tanto en la infraestructura como en diversas oportunidades en las tres regiones metropolitanas del corredor económico (Ledo, 2002: 65).

Las características de organización de la estructura urbana interna de las cuatro grandes ciudades son propias de una desigualdad social acentuada, con manifestaciones concretas de segregación y "marginalidad" física, como se demuestra en las oportunidades de acceso al agua para consumo humano en las periferias urbanas de las cuatro grandes ciudades. La situación de la población urbana marginal de la ciudad de Cochabamba es preocupante; se sitúa muy por debajo del resto de los espacios urbano-marginales del país.

El crecimiento horizontal de baja densidad de las huellas urbanas en las ciudades de mayor tamaño en Bolivia se produjo al margen de la planificación y bajo un proceso especulativo del mercado informal de tierras, condiciones que explican el inusitado crecimiento de las periferias urbanas. Los más pobres viven en los espacios periurbanos menos consolidados, hogares con nivel socioeconómico bajo, carentes de condiciones de habitabilidad, en áreas urbano-marginales con viviendas autoconstruidas de manera precaria, localizadas en espacios carentes de todo tipo de servicios básicos como agua potable, alcantarillado, eliminación de residuos sólidos; se asientan en tierras privadas

o fiscales ocupadas de manera irregular, debido a que accedieron a ellas a través del mercado informal especulativo.

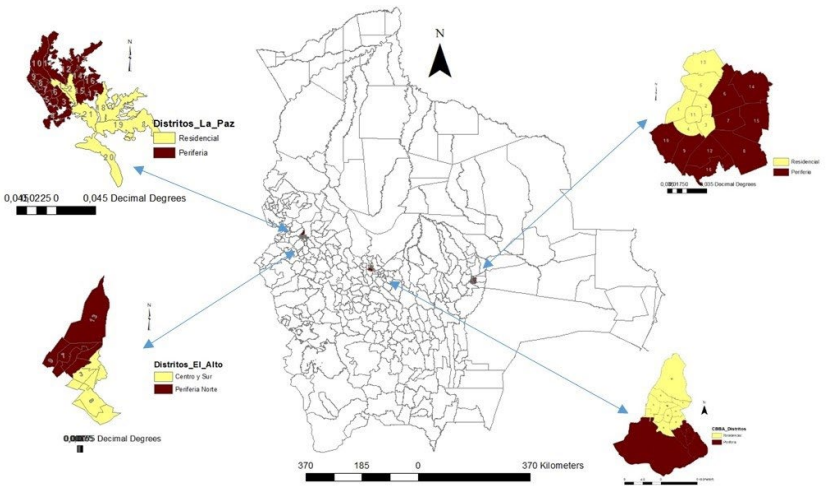
Tabla 2 - Centros Urbanos Mayores: Distribución de la población por zona y área de residencia según condición migratoria, sexo y disponibilidad de agua por cañería dentro de la vivienda, 2012 (%)

Zona y área de residencia	Migrante		No migrante	
	Mujer	Hombre	Mujer	Hombre
STC Residencial	**84**	**85**	**85**	**84**
STC Periferia	61	62	63	63
Ciudad de Santa Cruz	70	70	71	70
EA Residencial	56	58	63	65
EA Periferia	47	48	53	52
Ciudad de El Alto	53	54	59	60
LP Residencial	**90**	**90**	**83**	**83**
LP Periferia	81	81	81	82
Ciudad de La Paz	84	84	82	82
CBA Residencial	**76**	**76**	**78**	**78**
CBA Periferia	**23**	**24**	**29**	**32**
Ciudad de Cochabamba	46	47	52	55
Centro Urbano Mayor	62	63	68	69
Resto de Bolivia	38	33	31	26
Total General	48	46	45	42

Fuente: Censo Nacional de Población y Vivienda, 2012, INE. La Paz, Bolivia

Es ilustrativo que tanto en la ciudad de La Paz como en El Alto los barrios periféricos se sitúan en el extremo norte y sus espacios residenciales o más consolidados están en el sur de ambas ciudades (Mapa 1). En la ciudad de Santa Cruz, también la segregación socioespacial es evidente. Sus anillos centrales y la franja oeste acogen a los grupos socioeconómicos de mayor poder económico; en cambio, la franja este y sur absorben a los barrios de su periferia urbana.

Mapa 1: Localización de áreas residenciales y periféricas de las ciudades de La Paz, El Alto, Santa Cruz y Cochabamba.



Fuente: Elaboración propia utilizando datos del censo de población y vivienda del 2012, INE, La Paz-Bolivia

Se demuestra que la población migrante goza de menores coberturas de dotación de agua para consumo humano. Se trata de migrantes con empleos precarios que buscan cobijo en las márgenes de las ciudades donde acceden a espacios más económicos para vivir. La redistribución de población en Bolivia expresa la pérdida de importancia relativa del sector agrícola y la expansión del sector terciario de base esencialmente urbana. La pobreza se trasladó a las ciudades (urbanización de la pobreza), que se han convertido en escenarios de desigualdad y exclusión social. También se observa un incremento de la población en las periferias urbanas, que crecieron al margen de la planificación, a través de una expansión horizontal de baja densidad y desordenada de las huellas urbanas, debido a que muchas familias accedieron a la tierra a través de un mercado informal de tierras altamente especulativo.

Cochabamba es una ciudad segregada y tiene altos niveles de contaminación de los cuerpos de agua, suelo y aire (Ledo, 1986). Los barrios del norte acogen a los pobladores de mayor nivel socioeconómico y gozan de los beneficios de su localiza-

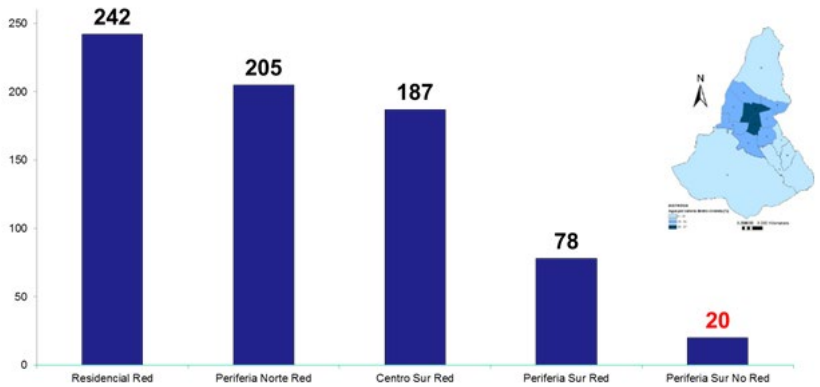
ción; en cambio, la franja sur revela la presencia de hogares con elevados niveles de pobreza y con múltiples necesidades básicas insatisfechas, que requieren con urgencia resolver los problemas de precaria gestión de residuos sólidos, no disponibilidad de servicios básicos (Ledo, 2013).

Es elocuente que los cochabambinos tienen la mayor demanda insatisfecha acumulada históricamente, a pesar de haber sido el bastión de la lucha contra la privatización del servicio. Después de 24 años transcurridos de la guerra del agua (Ledo, 2002 y 2013), la ciudad se encuentra con las menores coberturas de la red pública, colocando a sus pobladores en una situación crítica, por la escasa presencia de la red pública que se extiende en no más de la mitad de su territorio, como se observará en los próximos acápites.

Cochabamba: Resultados en la disponibilidad de agua potable por cañería en el interior de la vivienda

Según información de SEMAPA, hacia el año 2018 existían alrededor de 70.000 conexiones domésticas en la ciudad de Cochabamba y, según el Censo 2012, existían alrededor de 177.000 hogares. Las conexiones se encuentran concentradas en la zona residencial y el casco viejo. Los hogares que carecen del servicio de la red pública, en respuesta a su demanda insatisfecha, se organizan generando sus propios sistemas autogestionarios creados por la iniciativa de vecinos, clubes de madres e iniciativas locales o comunales localizadas en la periferia urbana, los sistemas difieren según la disponibilidad del recurso. En algunos casos, ante la carencia del líquido elemento en los pozos perforados, se ven obligados a pagar por el agua que consumen a los carros aguateros, los cuales fungen de mercaderes que venden el agua sin regulación ni control de calidad. Las diferencias de las tasas de consumo sanitario son un indicador de la precariedad y vulnerabilidad de los hogares más pobres.

Figura 2 - Consumo en litros por persona al día según abastecimiento de SEMAPA y OLPES, 2016



Fuente: CEPLAG-ANESAPA, 2016; Water for People, 2015.

Alrededor de la mitad de los hogares cochabambinos están conectados al sistema de la red pública (Figura 2). Se supone que toda el área conectada debería tener igual comportamiento en la disponibilidad del líquido elemento; sin embargo, la desigualdad espacial en la cual se erige la ciudad revela que, incluso en dicha área, existen diferencias en las tasas de consumo sanitario.

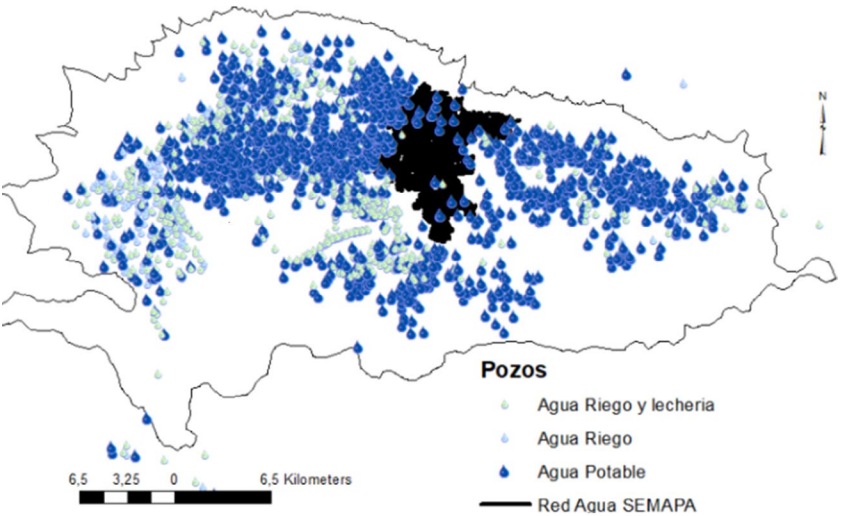
Existen diferenciales de tasas de consumo sanitario entre los conectados a la red pública que viven en distintos barrios; claramente, hay una dicotomía entre norte y centro en relación a los barrios de la zona sur con red y sin red. Los hogares que viven en los barrios residenciales del norte tienen tasas de consumo sanitario que llegan alrededor de 240 litros por persona al día, a diferencia de los hogares no conectados a una red y que residen en la periferia sur, los cuales apenas logran acceder a 20 litros por persona diariamente.

Los costos por metro cúbico de agua son también diferenciales según el proveedor. En el caso de los barrios del sur, se ven obligados a tener una racionalidad del consumo debido a que los costos por metro cúbico son 10 veces más altos en los hogares de la zona sur. Entre los hogares que no tienen acceso a la red, el porcentaje de los montos gastados en la compra del agua oscila entre el 10 y el 15% del ingreso familiar, para alrededor de 2 m³ por mes (20 litros por persona al día). En cambio, los hoga-

res que residen en los barrios del norte consumen alrededor de 1 m³ por día (200 litros per cápita) y no pagan más del 3 % de su ingreso familiar total.

En el Mapa 2 se presentan alrededor de 2.400 puntos georreferenciados de los pozos perforados en la región metropolitana de Cochabamba hacia el año 2021. En la metrópoli de Cochabamba, alrededor de dos tercios de los pobladores se abastecen de aguas subterráneas y solo una tercera parte de aguas superficiales. La mancha negra revela un área reducida de buena dotación de red pública del servicio de agua para consumo humano ofrecido por SEMAPA.

Mapa 2 - Localización de la red de agua de SEMAPA y pozos según uso, 2021



Cochabamba se localiza en un fecundo valle, pero es una de las ciudades más secas de Bolivia. La lluvia anual varía de 400 a 500 mm/año durante alrededor de 70 días lluviosos por año. El agua es el oro azul para los más vulnerables ya que es un recurso escaso en Cochabamba.

Los datos históricos demuestran que no se ampliaron las redes de distribución en la periferia sur de la ciudad de Cochabamba. Alrededor del 7 % de los hogares censados en el año 2001

declararon tener agua potable procedente de la red general dentro de su casa; el año 2022 no llegaban ni al 25 %. La procedencia de la red utilizada por dichos pobladores es resultado de la autogestión comunitaria ante la ausencia del Estado; ellos se abastecen de sistemas que han sido autogestionados por los propios vecinos, por organizaciones o movimientos sociales, situación que indirectamente manifestaba las condiciones precarias de habitabilidad de sus pobladores.

En los barrios residenciales del norte de la ciudad, que coinciden con la zona de menor densidad residencial (neta) y que concentra a los grupos de directivos, profesionales y asalariados no manuales, se evidencia, en una simple observación de los planos catastrales, pues es un área dotada con todas las facilidades de infraestructura básica y, en consecuencia, es un ejemplo de espacio residencial de buena calidad. Nótese que nueve de cada diez hogares cuentan con buena disponibilidad de agua potable (91 %); se trata de hogares cuyas condiciones materiales de vida definen un nivel óptimo de satisfacción de sus necesidades y acceso al mercado de trabajo y, por consiguiente, al mercado de consumo (Tabla 2 y Mapa 2).

Los diferenciales por distrito de residencia son dramáticos y responden al sesgo de la atención preferente del Estado a los espacios residenciales "más consolidados" de los estratos de ingresos altos, los que gozan de mejores condiciones de acceso a todos los componentes de la infraestructura urbana.

Tabla 3 - Ciudad de Cochabamba: hogares distribuidos por tipo de disponibilidad de agua según estratos de residencia seleccionados, 2001-2022

	Barrios del Norte		Barrios del Centro y Sur		
Disponibilidad de Agua	Residencial	Periferia	Centro	Periferia	Total
Dentro de la vivienda	67,8	43,2	46,3	6,7	42,2
Dentro del lote	24,5	36,4	41,9	30,7	33,8
No dispone	7,7	20,4	11,7	62,6	24,0
Total 2001	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Dentro de la vivienda	85,7	70,2	69,7	9,6	50,2
Dentro del lote	4,7	12,3	17,2	8,3	10,6
No dispone	9,6	17,5	13,2	82,1	39,2
Total 2012	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Dentro de la vivienda	91,0	81,3	88,4	24,9	67,1
Dentro del lote	5,4	13,8	5,1	21,3	13,0
No dispone	3,6	4,9	6,5	**53,8**	19,9
Total 2022	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Elaboración propia con datos del INE del Censo 2001 y 2012. Encuesta levantada por CEPLAG-ASDI, 2022.

En Cochabamba existe un claro efecto discriminador del lugar en el que reside la población, en la disponibilidad y acceso a los bienes de consumo colectivo. La forma en que este hecho se manifiesta en la ciudad revela un agudo proceso de exclusión social y vulnerabilidad. Ello permite comprobar que existe una amplia gama de *insatisfactores* que ratifican la presencia de segregación urbana, reiterando la presencia de fuerte desigualdad del espacio residencial dentro del espacio urbano (Ledo, 2023).

La insatisfacción se sitúa sobre todo en los barrios de la periferia sur, donde cerca del 75 % de los hogares carecen de agua potable en el interior de las viviendas, por lo que deben pagar por el consumo de agua de dudosa calidad a los carros aguateros entre el 7 y el 10 % del ingreso familiar. Tan severas carencias dan un testimonio claro de las deficiencias cualitativas del ambiente residencial y constituyen, como parece obvio, un serio problema de índole sanitaria que, de un modo u otro, incide sobre la calidad de la vida de toda la ciudad.

Así, el acceso al agua potable es una evidencia más del carácter inequitativo y de aguda desigualdad social prevaleciente en el espacio cochabambino, además de constituirse en un componente de exclusión social de enorme implicancia en la vida y muerte de la población cochabambina, caso que será analizado en los próximos acápites, a través de la utilización de modelos multivariados.

Modelo multivariado de correlación canónica

Debido a la complejidad del problema, se ha elegido un total de 50 variables distribuidas en 132 categorías analíticas. Todas ellas serán el insumo para la aplicación del modelo generalizado de correlación canónica (GCCA). El criterio para la selección definitiva de las variables ha sido su correspondencia con los ejes temáticos definidos, que han sido las llaves maestras para su selección. Estos ejes se detallan a continuación: 1) socioeconómico; 2) socioespacial; 3) condiciones de vida y privación (este último en términos de los niveles de carencias materiales y de acceso a los mercados de bienes y servicios que garanticen las necesidades básicas); 4) sociodemográfico y cultural, referido a las particularidades de los hogares (edad, género) ubicadas en el perfil del ciclo vital; 5) vulnerabilidad de los aspectos relativos a los riesgos y las aspiraciones; y finalmente 6) salud, enfermedad y muerte, que revela el impacto de las inequidades a través de la morbimortalidad de sus pobladores. Los ejes ofrecen como resultado perfiles de riesgo diferencial; revelan la presencia de heterogeneidad en la pobreza y avanzan en ubicar los factores que explican la patología social. Por ende, se constituyen en un instrumento útil para la planificación.

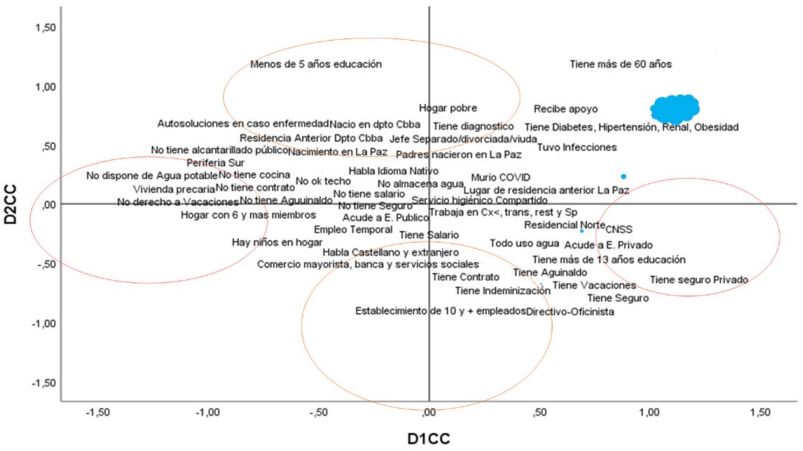
Como se ha podido constatar, en cada eje temático (*set*) se ha elegido un conjunto de variables explicativas que forman parte de la reconstrucción conceptual de la exploración. Se persigue encontrar la relación simultánea entre los seis juegos de variables (*sets*) y reflejar con alto nivel de confianza la magnitud de la multidimensional cara de la pobreza y exclusión social en Cochabamba en el acceso y disponibilidad de agua para consumo humano de los hogares, como se describirá en el próximo apartado.

Aplicación del modelo multivariado de correlación canónica

Como paso previo a la aplicación del modelo, se ha desarrollado un cuidadoso análisis de la consistencia y validación de los datos, tarea que contribuyó a reducir la inseguridad en el momento de la aplicación del análisis de reducción de datos. La base de datos se encontraba en el sistema del SPSS. La variable clave de identificación (ID) permitió realizar diversas tareas de combinación de diferentes niveles de información geográfica con las variables cualitativas y cuantitativas. Se tuvo cuidado de asegurar la significancia estadística; el tamaño de la muestra utilizado fue de 4.500 hogares entrevistados el año 2022.

Luego de la aplicación del GCCA, las variables, de 50 ingresadas inicialmente, se redujeron a 30 explicativas, que se encuentran en dos dimensiones y permiten lograr una integración razonable de todas las variables seleccionadas. Se ha producido un valor robusto de 0,9 en las dos dimensiones. Los *eigenvalues*, en este análisis bidimensional, son 0,5 y 0,4 hacia 2022. En la Figura 3 se presentan los resultados de la aplicación del GCCA en la que se ha incluido las proyecciones más significativas, demostrando la cara multidimensional de la pobreza en Cochabamba.

Figura 3 - Multidimensional cara de la pobreza, vulnerabilidad, privación y desigualdad social en Cochabamba, 2022



Los resultados revelan dos mensajes principales: por una parte, la primera dimensión demuestra la cara de la pobreza, de la segregación espacial y de la privación; en la segunda dimensión, se torna elocuente la demografía de la pobreza y los factores de riesgo representados por los hogares vulnerables. Se presentará, a continuación, cada una de las dimensiones, en miras a comprender las barreras que explican las dificultades en el acceso y disponibilidad de agua para consumo humano de los hogares cochabambinos.

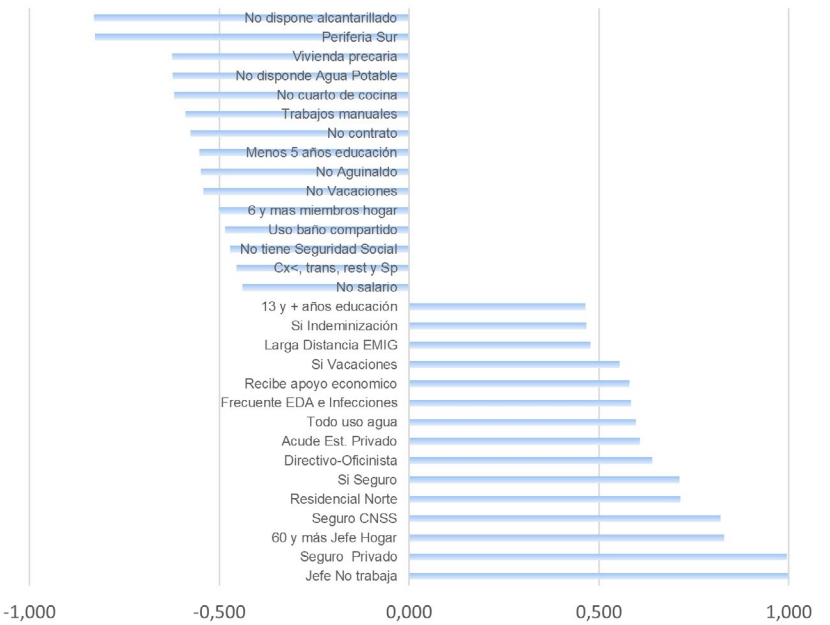
Primera dimensión: Pobreza, segregación espacial, calidad de vida y oportunidades

Las características de la pobreza e inequidad en los hogares cochabambinos se encuentran representadas por 27 de las 132 categorías de las variables. Tres de ellas –logros en materia educativa, estratificación social y recepción de apoyo económico– pertenecen al set 1, denominado nivel socioeconómico; del set 2 se encuentra una variable socioespacial; aparecen valores de las variables del set 3, llamado condiciones de vida y deprivación, en las que cobran relevancia las variables relativas a los diversos usos del agua por cada hogar, el acceso al servicio de agua potable y alcantarillado sanitario y la presencia de sobrepoblación en la vivienda. Es evidente que la falta de instalación interna de agua por cañería al interior de la vivienda conspira contra la condición sanitaria del hogar y dependerá de la existencia de una fuente regular de suministro de agua. En síntesis, la primera dimensión revela la dicotomía entre baja calidad de vida, precaria posición socioeconómica y bajas oportunidades en contraposición a alta calidad de vida, buenas oportunidades y buena posición socioeconómica.

En las categorías analíticas de la primera dimensión del GCCA se demuestra que los niveles de baja calidad de vida, reducidas oportunidades y exclusión social se encontrarían representados por los hogares cuyos jefes han declarado sufrir de varias insatisfacciones. Estos son hogares residentes de los barrios de la periferia sur. Los jefes de estos tienen muy bajos

niveles de instrucción (no completaron la educación primaria); los miembros cuentan con bajos niveles de ingreso, sus precarias viviendas no tienen acceso a servicios de agua potable por cañería interior. Además, no cuentan con red de alcantarillado sanitario ni con espacios exclusivos para cocinar o para la higiene personal. Los miembros de este tipo de hogares viven en espacios pequeños y con un alto número de personas; en promedio, en estos hogares hay más de seis miembros y se presenta alto hacinamiento.

Figura 4 - Pobreza, segregación espacial, calidad de vida en Cochabamba, 2022



En cambio, los hogares residentes en los barrios del nordeste de la ciudad concentran los estratos de mayor jerarquía social (directivos y profesionales); tienen altas oportunidades económicas y calidad de vida. Los niveles de consumo de agua son óptimos –de más de 200 litros por persona al día–, debido a que cuentan con disponibilidad de servicios básicos (agua potable y alcantarillado), altos niveles educativos (más de 13

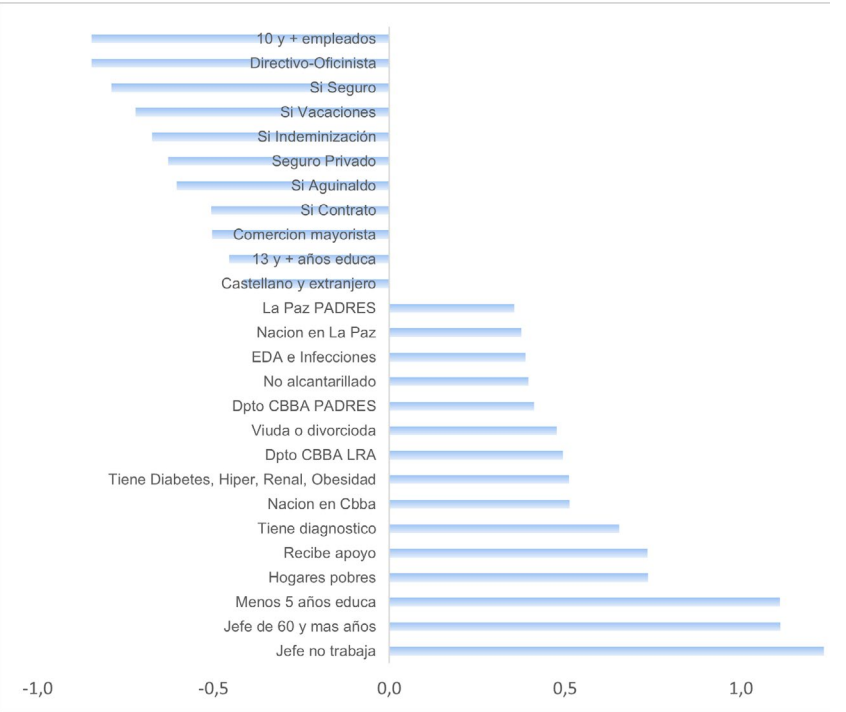
años) y utilizan viviendas o apartamentos confortables, con adecuada asignación de usos (dormitorios, baños, cocinas). Se trata de un grupo social cuyo común denominador es la percepción de un ingreso alto y estable; ostentan la posesión de prestigio que les otorga un rango directivo. Este grupo posee las más altas prerrogativas en términos de acceso y goce de beneficios generados socialmente en el proceso de valoración del capital o de ejecución de las funciones del Estado, fundamentalmente en cuanto atañe a la facilidad de servirse de los equipamientos de salud y educación, entre otros. Dadas estas ventajas comparativas, a este estrato le corresponden las mejores condiciones materiales de vida que pueda ofrecer la ciudad de Cochabamba.

Lamentablemente, el municipio ha destinado el grueso de sus inversiones a los espacios del norte y ha dejado en el olvido a los distritos del sur, donde son mayores las insatisfacciones. Ante este desolador panorama, una de las políticas de mayor urgencia es la redistribución de la inversión municipal a favor de los distritos de la periferia urbana. Luego de la anterior constatación, se concluye que la segunda dimensión del GCCA coadyuva de manera robusta para sintetizar el drama que viven los sectores residentes en el sur de la ciudad con altos índices de pobreza, privatización e inequidad.

Segunda dimensión: demografía de la pobreza y hogares vulnerables

En la segunda dimensión, son los factores de riesgo los que cobran importancia. Existe fuerte concentración de las variables relativas a la condición socioeconómica, posición en el ciclo de vida y la vulnerabilidad. Este aspecto coadyuva a trascender los aspectos descriptivos del análisis e interpretación de la demografía de la pobreza y a encontrar elementos de orden explicativo tendientes a imaginar situaciones de carácter multidimensional en la aproximación a la explicación de la pobreza y las implicancias de esta en el futuro.

Figura 5 - Demografía de pobreza y vulnerabilidad en Cochabamba, 2022



Con asociación positiva, destacan variables de la estructuración de hogares con relativa estabilidad económica, ya que cuentan con jefes de hogar que ocupan puestos directivos y profesionales, quienes se benefician de la seguridad social y gozan de todos los beneficios laborales. Este grupo humano goza de relativa seguridad económica; declaran ser comerciantes mayoristas con más de 13 años de instrucción formal alcanzada por sus progenitores y bilingües (castellano y algún idioma extranjero), en consecuencia, su estabilidad es el resultado de sus oportunidades de vida y trabajo.

Por otra parte, con asociación negativa aparecen variables relativas a la multidimensionalidad de la pobreza: hogares con jefe de hogar que no trabaja con más de 60 años y con muy bajos niveles de instrucción (que no completaron la educación primaria); los miembros del hogar viven hacinados, no cuentan con red de alcantarillado, viven en habitaciones sueltas –por con-

siguiente, no tienen un cuarto destinado para cocinar–, lo que se traduce en hogares que declaran que tienen diagnósticos de enfermedades diarreicas e infecciones y también enfermedades relacionadas con la diabetes, hipertensión, daño renal y obesidad, derivada de la contaminación y la falta de acceso universal a los servicios básicos. Todos estos factores tienen el efecto de agravar el ciclo de pobreza, de enfermedades transmitidas por el agua y las desigualdades de género. Por otra parte, se trata de hogares que presentan un perfil migratorio de localidades pobres procedentes del mismo departamento de Cochabamba y también del departamento de La Paz.

La segunda dimensión sintetiza las desigualdades y vulnerabilidad: están los hogares en situación de alto riesgo, representados por aquellos que son numerosos, pobres con patologías que requieren urgente atención y, del otro lado, se presentan hogares en situación de bajo riesgo, debido a que gozan de todos los beneficios de su condición socioeconómica.

En la segunda dimensión, debido a que otorga información sobre la forma en que los grupos sociales responden a una gama multivariada de insatisfactores, los resultados del GCCA se constituyen en un hallazgo y desafío al mismo tiempo. Su utilización en el ámbito de la planificación urbana podría permitir generar un programa integral que trascienda del terreno de las simples carencias normadas por estándares mínimos definidos universalmente, hacia la utilización de indicadores ubicados en los seres humanos (hombres y mujeres) con una serie de destrezas y potencialidades, pero con grandes limitaciones por la falta de oportunidades al acceso, goce y disfrute de sus derechos ciudadanos. Ello podría contribuir a transformar el aspecto negativo de su situación actual y permitir imaginar aspiraciones y expectativas de cambio en el mediano y largo plazo.

En síntesis, se puede indicar que se ratifica la importancia del análisis multivariado en la explicación de la segregación y exclusión socioespacial existente en la ciudad de Cochabamba. Las primeras aproximaciones analíticas fueron desarrolladas hacia el año 2002, en que existían evidencias de la multidimensional cara de la pobreza y segregación en Cochabamba, en esta investigación se ha podido insertar nuevas dimensiones analí-

ticas que fueron posibles dada la amplitud de datos relativos a los patrones alimentarios. Los resultados ratifican los hallazgos previos y demuestran la fragilidad de los hogares vulnerables que deben buscar comida a bajos precios para la satisfacción de sus necesidades básicas, en un espacio carente de las condiciones mínimas de habitabilidad. Esto también revela la presencia de preocupantes indicadores de salud (morbilidad y mortalidad), debido a la contaminación del aire, agua y suelo.

Los resultados visibilizan las inequidades en Cochabamba y evidencian diferencias en las tasas de consumo sanitario entre los usuarios, de modo que las autoridades locales y regionales deberían, en coordinación con la población, buscar medidas destinadas a garantizar el derecho al agua y asegurar estrategias que permitan a los sectores más pobres y vulnerables de la sociedad tener acceso a este recurso en la medida en que la falta de acceso a agua de buena calidad puede derivar incluso en la muerte, entre los grupos más deprimidos, debido a las patologías derivadas de la carencia de agua.

A modo de conclusión

En las grandes ciudades bolivianas y en especial en la ciudad de Cochabamba, hay un efecto discriminador del lugar de residencia en la explicación de los procesos de diferenciación social de la población en términos de pobreza y de necesidades básicas insatisfechas, lo cual permite comprobar la existencia de procesos de segregación urbana en esta ciudad, reiterando la fuerte desigualdad del espacio residencial intraurbano de la misma.

Dada la complejidad de la problemática en Cochabamba, debería promoverse una agenda con múltiples actores para el logro de la seguridad hídrica. La situación de escasez que se experimenta, no se ha debido solamente a la sequía, sino también –y de forma relevante–, a un desequilibrio estructural entre las demandas y los recursos disponibles, que se está viendo agudizado como consecuencia de los impactos del cambio climático. Afrontar esta situación exige asumir nuevos modelos de gestión que, desde una aproximación de derechos, contemplen criterios

de participación, equidad, transparencia y no discriminación; solo así se podrán sentar las bases para abordar la necesaria disminución de las demandas, atendiendo a prioridades sociales y ecológicas en competencia con actividades económicas de sectores, como la agricultura, el turismo y la industria, altamente consumidores y/o contaminantes. Es urgente replantear la distribución del agua con el fin de garantizar un reparto social y justo del agua.

Ante la evidencia de la crisis hídrica, el cambio climático, el avasallamiento a las franjas de seguridad ecológica, a través de la toma de tierras y deforestación, son factores que están coadyuvando a su aceleración, la relación entre áreas verdes y agua es irrefutable: sin áreas verdes, no hay agua. Los cinturones verdes actúan como esponjas naturales, absorbiendo y reteniendo la humedad, regulando el caudal de los ríos y protegiendo las fuentes de agua. Su destrucción tiene un efecto dominó en todo el ecosistema, amenazando la seguridad alimentaria, la biodiversidad y el futuro mismo del valle semidesértico en el que se asienta la ciudad de Cochabamba. El acelerado crecimiento urbano ha sido promovido por el capital inmobiliario y carente de planificación. Es imperioso buscar mecanismos de lucha contra la impermeabilización y contaminación del acuífero. Se deberá integrar la Problemática del agua y del saneamiento de aguas residuales y gestión de lodos.

El explosivo crecimiento de la ciudad de Cochabamba se ha dado, por lo general, en un marco de espontaneidad, desorden e imprevisión. La progresiva expansión del área urbana sobre zonas anteriormente agrícolas crea problemas importantes para el planeamiento urbano. De ahí que sea necesario, para superar los problemas regionales, superar el divorcio institucional, desarrollar estrategias de trabajo interinstitucional y, de tal modo, generar programas y proyectos tendientes a la búsqueda de soluciones integrales y de largo aliento.

Los resultados de la investigación visibilizan las inequidades en Cochabamba; se evidencian diferencias en las tasas de consumo sanitario y en los costos que deben erogar los usuarios. Existe la necesidad de corresponsabilidad en el uso del recurso agua; deberían realizarse campañas de sensibilización

sobre la situación de los recursos hídricos y la necesidad de conservación y restauración a través del desarrollo de modelos educativos con enfoque de género, para así impartir educación sanitaria y ambiental, aprovechando los espacios que han sido generados por los movimientos sociales y los sistemas de educación formal y no formal.

Se deberá desarrollar una legislación más adecuada; se tendrán que generar los recursos humanos tecnificados que, a nivel regional o municipal, puedan llevar adelante ese planeamiento; se deberán generar procesos de concientización de las esferas de decisión sobre la importancia de lograr un crecimiento urbano ordenado y habrá que lograr que los propios planificadores abandonen esquemas a menudo poco realistas (o ilusorios, como las "ciudades jardín" que solo existen en el papel, en medio del desorden y la miseria que la realidad nos muestra), para dedicarse, en cambio, a un planeamiento urbano centrado en atender las necesidades básicas del conjunto de la población.

A partir de los resultados de la investigación, las autoridades locales y regionales deberían, en coordinación con la población, buscar medidas destinadas a garantizar el derecho al agua y asegurar estrategias que permitan a los sectores más pobres y vulnerables de la sociedad tener acceso a este recurso, pues, debido a las patologías derivadas de la falta de acceso a agua de buena calidad, esta carencia, en el peor de los casos, se traduce en muerte entre los grupos más deprimidos.

Bibliografía

DREWE, Paul; HULSBERGEN, E. D. Vulnerable groups and deprivation in cities: a secondary analysis of individual data for the Netherlands. Paper presented at the 23rd R.S.A. European Meeting, Poitiers, France, 31 aug. 1983. Delft: Delft University and Technology, 1983.

DREWE, Paul. Integrated upgrading of marginal areas in Managua. Cities: The International Journal on Urban Policy, v. 3, n. 4, p. 333-348, nov. 1986.

LEDO, Carmen. Estructura urbana interna, desigualdad social y mortalidad infantil: el caso de Cochabamba. Santiago: CELADE, 1986.

LEDO, Carmen. Urbanisation and poverty in the cities of the National Economic Corridor in Bolivia: case study Cochabamba. Delft: Delft University Press, 2002.

LEDO, Carmen. El agua nuestra de cada día. Cochabamba: CEPLAG-UMSS; Kipus, 2013. 160 p.

LEDO, Carmen. La situación de los servicios de agua para consumo humano en las ciudades bolivianas. Bitácora Intercultural: lo urbano y la urbanización en Bolivia: problemáticas y desafíos, La Paz, PNUD; Instituto Boliviano de Urbanismo, jul. 2023. Depósito Legal: 4-1-2039-2023. ISBN: 978-9917-616-18-4. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-06/desarrollo_urbano_celeste_plomizo_baja.pdf.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INE. Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda: volumen sobre el Departamento de Cochabamba. La Paz: INE, 1978.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INE. Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda. La Paz: INE, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INE. Resultados preliminares del Censo Nacional de Población y Vivienda: Departamento de Cochabamba. La Paz: INE, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INE. Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda. La Paz: INE, 2012. Disponível em: https://www.ine.gob.bo/.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS – ONU. Resolución 64/292: el derecho humano al agua y al saneamiento. Asamblea General de las Naciones Unidas, 2010.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS – ONU. Resumen actualizado de 2021 sobre los progresos en el ODS 6: agua y saneamiento para todos. 2021. Disponível em: https://www.unwater.org/sites/default/files/app/uploads/2021/12/SDG-6-Summary-Progress-Update-2021_Version-July-2021_SP.pdf.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS – ONU. Informe Mundial de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo de los Recursos Hídricos 2024: agua para la prosperidad y la paz; datos, cifras y planes de acción. 2024. Disponível em: https://www.unesco.org/es/articles/informe-mundial-de-las-naciones-unidas-sobre-el-desarrollo-de-los-recursos-hidricos-2024-agua-para.

Conflictos por el agua: Consideraciones sobre los sistemas autogestionados en Sacaba, Bolivia

Paola J. Ledo Espinoza

1. Introducción

La problemática del agua en Bolivia, especialmente en las áreas periurbanas, evidencia una tensión estructural entre el rápido crecimiento urbano y la limitada capacidad del Estado para garantizar un acceso equitativo y sostenible a este recurso esencial. La expansión descontrolada de las ciudades ha sobrepasado las capacidades de planificación y regulación del territorio, generando desafíos significativos en la provisión de servicios básicos, particularmente en el acceso al agua potable.

Sacaba, como parte de la región metropolitana de Cochabamba, enfrenta un crecimiento poblacional que ha superado las capacidades de planificación y regulación del territorio. Esta expansión urbana se ha caracterizado por la ocupación de tierras agrícolas y ambientalmente sensibles sin la infraestructura necesaria, lo que ha intensificado la presión sobre los recursos hídricos y ha agudizado los conflictos en su distribución.

Uno de los aspectos más críticos de esta crisis hídrica es la fragmentación en la gestión del agua. La limitada cobertura de la empresa municipal de agua ha dado lugar a la proliferación de sistemas autogestionados, que han surgido como una estrategia de las comunidades para suplir la insuficiencia estatal. Estos sistemas han demostrado una gran capacidad de organización y resiliencia; sin embargo, su falta de regulación ha generado problemas de sostenibilidad, sobreexplotación de acuíferos y desigualdades en la calidad y disponibilidad del servicio que han derivado en tensiones entre comunidades.

Este capítulo analiza los conflictos asociados a los sistemas autogestionados de agua en Sacaba, explorando sus implicacio-

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_007

nes sociales, económicas y ambientales. A través de un enfoque basado en la metodología de sistemas blandos, que combina encuestas, talleres participativos y observaciones directas, se examinan las causas estructurales que han llevado a la proliferación de estos sistemas, sus dinámicas internas y los desafíos que enfrentan en términos de equidad, sostenibilidad y gobernanza. Se aborda también el papel del Estado en esta problemática, evaluando las oportunidades y limitaciones de la autogestión como estrategia para garantizar el acceso al agua en contextos periurbanos.

Finalmente, se plantea la necesidad de avanzar hacia un modelo de gobernanza híbrida que integre las capacidades organizativas de las comunidades con mecanismos estatales de regulación y apoyo técnico, con el fin de fortalecer la sostenibilidad de los sistemas autogestionados y garantizar un acceso más equitativo al agua en las zonas periurbanas de Sacaba. Basado en el análisis de los datos recolectados en campo y en el examen de estudios previos sobre la gestión del agua en Sacaba y otras áreas de la metrópolis de Cochabamba, este estudio pretende aportar insumos para el desarrollo de estrategias que promuevan una gestión del agua más equitativa, inclusiva y sostenible en territorios sujetos a una expansión urbana acelerada.

2. Metodología

Este estudio se basa en la recopilación y análisis de datos primarios y secundarios sobre los sistemas autogestionados de agua en el municipio de Sacaba, Bolivia. El estudio se desarrolló bajo un enfoque dialéctico y exploratorio, orientado a comprender las dinámicas de acceso al agua y los conflictos emergentes desde la perspectiva de los actores involucrados. Se empleó la Metodología de Sistemas Blandos (Soft Systems Methodology) como marco conceptual para estructurar la investigación y facilitar la deliberación colectiva sobre los problemas y soluciones en torno a la gestión del agua. Este enfoque permitió complementar la información cuantitativa con análisis cualitativos de las experiencias y percepciones de los actores comunitarios.

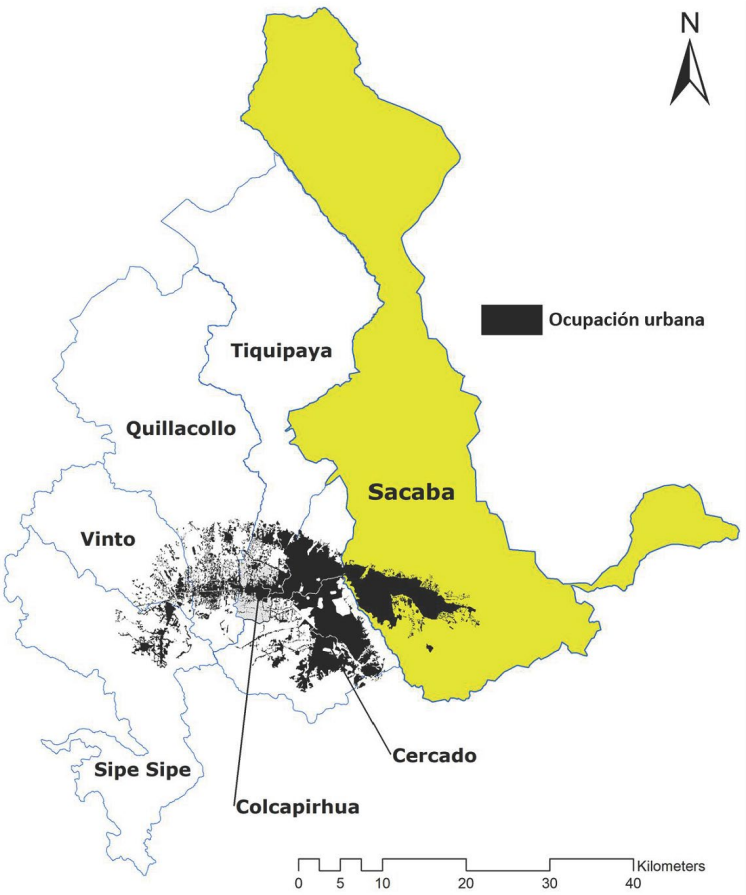
La metodología empleada sigue un enfoque mixto que combina observaciones directas, talleres participativos y encuestas a hogares. A través de este enfoque, se buscó comprender las dinámicas de acceso al agua, los conflictos emergentes y las estrategias comunitarias de gestión. Desde 2014 hasta 2018, se realizaron observaciones directas en asambleas comunitarias y reuniones de planificación participativa del municipio. Estas observaciones permitieron registrar interacciones entre los habitantes, las dinámicas de organización y principales conflictos en la gestión del agua. Se prestó especial atención a las diversas percepciones de necesidades y de solución por parte de la comunidad y los técnicos municipales. Además, se realizaron 12 talleres participativos en distintas comunidades periurbanas de Sacaba con el objetivo de generar un espacio de reflexión colectiva y deliberación sobre los desafíos en el acceso y gestión del agua. Los talleres se llevaron a cabo en las Organizaciones Territoriales de Base (OTBs) Catachilla Baja, Curubamba Alta, López Rancho y Molino Blanco, comunidades seleccionadas por su ubicación en áreas de crecimiento informal y su dependencia de sistemas autogestionados de agua. Asimismo, en 2017 se llevó a cabo una encuesta a 665 hogares ubicados en zonas periurbanas de Sacaba, específicamente en los distritos I, VII, Lava Lava y Chiñata. La selección de esta muestra respondió a la necesidad de caracterizar las condiciones socioeconómicas, el acceso a servicios básicos y las formas de abastecimiento de agua. El cuestionario incluyó 76 preguntas sobre características demográficas, salud, empleo, vivienda, servicios básicos, uso del suelo, organización social y percepción de necesidades.

El análisis de la información se realizó mediante una combinación de técnicas cuantitativas y cualitativas. Por un lado, se examinaron los datos de la encuesta para identificar patrones en la caracterización socioeconómica y las condiciones de acceso al agua. Por el otro, se analizaron las notas de los talleres y observaciones, codificando las principales problemáticas, narrativas y estrategias comunitarias en torno a la gestión del agua.

3. Dinámicas de peri-urbanización y acceso al agua en Sacaba

Sacaba, como parte del área metropolitana de Cochabamba, ha experimentado un crecimiento urbano acelerado y desordenado, impulsado principalmente por la migración interna y la expansión de asentamientos informales. Desde la década de 1970, su población ha pasado de menos de 30,000 habitantes a más de 218,000 en 2024, convirtiéndose en una de las ciudades de más rápido crecimiento en la región metropolitana de Cochabamba (GAMS, 2016; INE, 2024).

Figura 1 - Ocupación urbana y ubicación de Sacaba en el área metropolitana de Cochabamba.



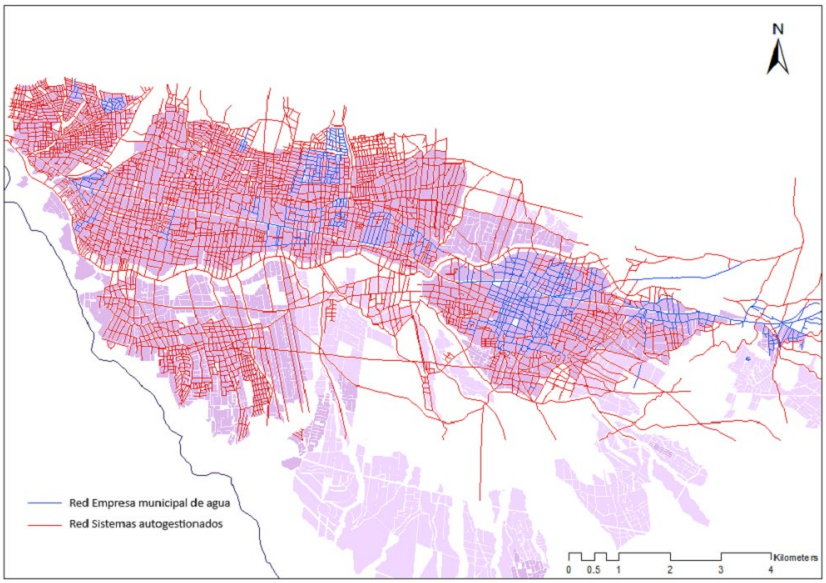
Fuente: Adaptado de GAMS (2014a).

Sin embargo, la capacidad institucional del municipio para gestionar este crecimiento ha sido insuficiente. Por el contrario, el crecimiento no ha sido contemplado por una planificación territorial efectiva ni por una expansión proporcional de los servicios básicos. El modelo de urbanización en Sacaba ha estado marcado por la ocupación de tierras agrícolas y áreas ambientalmente sensibles sin planificación ni infraestructura adecuada (Ledo Espinoza, 2015). Más del 46% del crecimiento urbano ha ocurrido de manera informal, es decir bajo una proliferación de asentamientos caracterizados por la construcción de viviendas sin criterios técnicos adecuados ni acceso a redes de agua potable ni alcantarillado (GAMS, 2016).

El incremento de nuevos asentamientos ha generado una mayor demanda de agua en las áreas periurbanas, lo que ha exacerbado las desigualdades en el acceso a este recurso esencial (Ledo Espinoza, 2020). Como resultado, la falta de acceso equitativo al agua potable se ha convertido en uno de los problemas más críticos que enfrenta Sacaba. Actualmente, la empresa municipal de agua solo cubre el 16.7% del municipio (Figura 2), dejando a la gran mayoría de la población en dependencia de sistemas de distribución de agua no regulados, gestionados por los propios comunarios (AAPS, 2024). Esta situación se replica en la metrópolis cochabambina, donde los sistemas autogestionados cubren aproximadamente el 70% de la demanda de agua en la región metropolitana de Cochabamba (Cabrera, 2018).

En este contexto de debilidad institucional, resulta fundamental evaluar si estas iniciativas comunitarias pueden ser incorporadas dentro de una estrategia más amplia de gestión hídrica en Sacaba. Comprender en profundidad su estructura, funcionamiento, desempeño y visión, así como identificar sus limitaciones, fortalezas y oportunidades, es clave para determinar su sostenibilidad y su papel dentro de una gobernanza del agua más equitativa e inclusiva.

Figura 2 - Cobertura de la red de abastecimiento de agua por la empresa municipal de agua y los sistemas autogestionados en el municipio de Sacaba.



Fuente: Adaptado de datos proporcionados por GAMS en 2017.

En el siguiente apartado, se examinarán en detalle estos sistemas, explorando su potencial para la formulación de estrategias de gobernanza que integren sostenibilidad, equidad y participación comunitaria en la gestión del agua en Sacaba.

4. Características de los sistemas autogestionados de agua

Los sistemas autogestionados de agua han surgido como una solución comunitaria ante la crisis de abastecimiento hídrico generada por el crecimiento urbano desordenado y la insuficiencia de cobertura estatal. Su funcionamiento se basa en la solidaridad vecinal y en la necesidad de garantizar el acceso al agua en un contexto de fragmentación institucional e interacciones complejas con las autoridades gubernamentales.

Estos sistemas han sido diseñados, financiados y administrados por los propios comunarios, lo que refleja un alto nivel de organización y compromiso comunitario. Sin embargo, a pesar de su papel central en la gestión hídrica local, enfrentan desafíos significativos. A continuación, se detallan sus principales características:

4.1 Financiamiento y sostenibilidad

La inversión inicial para la instalación de los sistemas autogestionados en Bolivia proviene de aportes directos de los comunarios, cooperación internacional y, en algunos casos, donaciones municipales (Cabrera, 2015; Ledo García, 2013). En Sacaba, al igual que en el resto de la metrópolis cochabambina, el acceso al servicio de agua mediante estos sistemas suele requerir una afiliación económica y, en muchas comunidades, una contribución en mano de obra por parte de los afiliados. Este esfuerzo colectivo refleja el alto grado de compromiso comunitario en la gestión del recurso hídrico.

El mantenimiento y operación de los sistemas dependen de las tarifas pagadas por los afiliados, cuyos montos son establecidos de manera autónoma por cada comunidad. Generalmente, se trata de tarifas fijas y homogéneas a todos los afiliados, cuyos fondos son administrados por los comités de agua y destinados a la perforación de nuevos pozos, la ampliación y reparación de redes de distribución, así como al pago de la electricidad para el bombeo. Una de las principales fortalezas de este modelo radica en la participación activa y el control comunitario sobre la gestión de los recursos, factores clave para la sostenibilidad a largo plazo. Sin embargo, en algunos casos se han reportado problemas de administración, falta de rendición de cuentas y posibles irregularidades en el manejo de los fondos, lo que ha generado desconfianza y fragmentación dentro de las comunidades (Cabrera, 2018). Estas dificultades suelen estar relacionadas con la ausencia de regulación y la limitada formación en administración y finanzas dentro de los comités de agua (Ledo García, 2013).

Si bien en promedio las tarifas comunitarias son más bajas que las del servicio municipal (2 USD mensuales por vivienda frente a los 3 USD del sistema público), en muchos casos resul-

tan insuficientes para cubrir la demanda de agua en los hogares. Como consecuencia, el 16% de los hogares complementa su abastecimiento con fuentes alternativas, como carros cisterna o pozos privados, lo que incrementa sus costos hasta 12 USD al mes y amplía la brecha económica entre quienes tienen mayor capacidad de pago y los sectores más vulnerables (Marañón Eguivar, 2018).

La falta de mecanismos financieros de respaldo compromete la sostenibilidad de estos sistemas, especialmente en comunidades con menor capacidad económica. Además, el cobro de tarifas bajas y homogéneas dificulta la gestión eficiente del recurso y la estabilidad financiera, ya que los ingresos generados no siempre cubren los costos operativos. Esta situación genera incertidumbre sobre la viabilidad de los sistemas a largo plazo y evidencia la necesidad de estrategias que fortalezcan su autonomía económica y operativa.

4.2 Infraestructura y tecnología

La infraestructura de los sistemas autogestionados en Sacaba es heterogénea y varía según los recursos disponibles en cada comunidad. La mayoría opera a partir de pozos perforados, tanto superficiales como subterráneos, con almacenamiento en tanques elevados y distribución mediante redes de tuberías que abastecen a domicilios y piletas comunitarias. Muchas de estas infraestructuras son construidas sin supervisión técnica, lo que ha provocado fallas en la distribución, fugas, contaminación de fuentes y una gestión ineficiente del recurso.

Un problema crítico es que aproximadamente el 64% de los hogares en Sacaba no cuenta con la infraestructura ni la tecnología necesaria para realizar el tratamiento o la verificación de la calidad del agua extraída de los pozos y distribuida a la comunidad, además de carecer de sistemas de micro medición (Marañón Eguivar, 2018). Esto implica que el agua suministrada no pasa por procesos de filtrado, cloración o análisis regulares, lo que incrementa el riesgo de contaminación y la propagación de enfermedades de origen hídrico.

Por otro lado, la falta de micro medición impide un control eficiente del consumo y dificulta la gestión sostenible del recur-

so. Al no contar con medición precisa, el cobro de tarifas se establece de manera fija, sin considerar variaciones en el consumo, lo que puede desincentivar el uso racional del agua y generar desigualdades en la distribución del costo del servicio.

4.3 Organización comunitaria y autogestión

Los sistemas autogestionados de agua en Sacaba son gestionados por comités de agua conformados por los propios comunarios y vinculados a las Organizaciones Territoriales de Base (OTBs), sindicatos agrarios y asociaciones comunitarias. Estas estructuras son responsables de identificar fuentes de agua, construir y mantener redes de distribución, administrar los pagos de los afiliados y garantizar la operatividad del sistema (Cabrera, 2015; Marañón Eguivar, 2018). La toma de decisiones se realiza de manera participativa en asambleas comunitarias, donde los líderes elegidos coordinan las operaciones y gestionan apoyo técnico y financiero externo.

A pesar de operar con recursos limitados, estos sistemas han demostrado una alta resiliencia comunitaria, garantizando el acceso al agua en zonas donde los servicios estatales han fallado. Su autonomía en la toma de decisiones y capacidad de respuesta rápida ante emergencias han sido fundamentales para adaptarse a las necesidades cambiantes de la población, especialmente en momentos de crisis hídrica (Ledo Espinoza, 2020).

Además de su función en el abastecimiento de agua, estos sistemas han fortalecido la cohesión social y la corresponsabilidad en la gestión del territorio. Su operatividad depende de la participación activa de la comunidad en la administración del servicio y el mantenimiento de la infraestructura, fomentando un sentido de pertenencia e involucramiento en el desarrollo local. Este nivel de organización y compromiso colectivo contrasta con lo observado en zonas urbanas más consolidadas, donde la ausencia de sistemas autogestionados ha reducido los espacios de participación y la cohesión comunitaria.

4.4 El agua como eje articulador del territorio y la vida comunitaria

Los sistemas autogestionados de agua en Sacaba no solo constituyen una infraestructura para la distribución del recurso hídrico, sino que reflejan una visión integral del territorio y del modo de vida de las comunidades. Para los miembros de estos sistemas, el agua no puede analizarse de manera aislada, ya que se concibe como un eje articulador de múltiples dimensiones de su entorno: la salud, la producción agrícola, la alimentación, la vivienda y la organización comunitaria.

Esta perspectiva holística se evidencia en la forma en que estas comunidades analizan su propia realidad, colocando al agua en el centro de sus esquemas de diagnóstico y planificación (Figura 3). Esta ubicación no solo refleja la percepción de que el agua es el problema más crítico que enfrentan, sino que también deja en claro su interconexión con otros desafíos, como la contaminación, la falta de saneamiento, la expansión desordenada de los asentamientos y la precariedad económica.

La concepción del agua como un todo integrador tiene implicaciones clave para la gobernanza y sostenibilidad de los sistemas autogestionados. En primer lugar, pone de manifiesto la necesidad de abordar su gestión dentro de un enfoque territorial más amplio que no solo priorice la infraestructura, sino que también considere su vínculo con la salud pública, el medio ambiente y la planificación urbana. En segundo lugar, refuerza la importancia de incorporar el conocimiento comunitario en la formulación de políticas hídricas, dado que los habitantes poseen una comprensión integral de los efectos del acceso desigual y la degradación del recurso. Finalmente, subraya el potencial de estos sistemas para convertirse en modelos de gobernanza local más resilientes, siempre que sean reconocidos e integrados en estrategias más amplias de planificación hídrica y ordenamiento territorial.

Figura 3 - Fotografías de los esquemas de diagnóstico de los principales problemas periurbanos desde la perspectiva de las comunidades periurbanas.



Fuente: Talleres participativos con comunidades periurbanas de Sacaba entre 2015 y 2018.

Los sistemas autogestionados de agua en Sacaba han demostrado ser más que una respuesta inmediata a la crisis hídrica; constituyen una alternativa potencial para una gestión participativa, sostenible y equitativa del recurso. Sin embargo, su autonomía en la gestión del agua no está exenta de desafíos y tensiones. La diversidad de actores involucrados, las diferencias en la capacidad de gestión entre comunidades y la ausencia de un marco regulatorio que articule eficientemente estos sistemas a la planificación hídrica estatal han generado tanto conflictos internos como externos.

Las disputas por el acceso equitativo al recurso, las diferencias en los costos de abastecimiento y los problemas de

gobernanza han provocado fricciones entre comunarios, comités de agua y autoridades locales, afectando la estabilidad y sostenibilidad de estos sistemas. En la siguiente sección, se analizarán los principales conflictos que enfrentan los sistemas autogestionados, identificando sus causas y evaluando sus implicaciones en la sostenibilidad de la gestión comunitaria del agua en Sacaba.

5. Conflictos sociales en los Sistemas Autogestionados de Agua en Sacaba

El acceso al agua en Sacaba es una fuente persistente de conflictos socioambientales, influenciados por factores económicos, institucionales y territoriales. Aunque los sistemas autogestionados han sido clave para garantizar el abastecimiento en áreas periurbanas, sus características también han generado disputas y conflictos que deben ser considerados.

5.1 Tensiones en la relación con el estado

A pesar de que algunos sistemas autogestionados en Sacaba cuentan con personería jurídica y licencias de funcionamiento otorgadas por el Estado, su integración en la planificación hídrica sigue siendo un desafío. La falta de mecanismos efectivos de coordinación entre estos sistemas y las instituciones gubernamentales ha dificultado la armonización de normativas, generando tensiones tanto entre comunidades como con las autoridades locales.

La relación entre los sistemas autogestionados y el Estado está marcada por una profunda desconfianza mutua. Mientras que muchas comunidades perciben a las instituciones públicas como ineficaces y corruptas, los funcionarios estatales argumentan que la falta de regulación en los sistemas comunitarios genera problemas de transparencia y gobernanza (Ledo Espinoza, 2020).

Testimonios recogidos en Sacaba reflejan esta dualidad:

> "Se resisten a nuestra intervención porque algunos líderes tienen intereses económicos y políticos. Por ejemplo, cuando

> van a cambiar de directorio las cuentas aparecen vacías. Nadie sabe qué pasó con el dinero…" (funcionario público)
>
> "No queremos traspasarlos (a la empresa pública) porque no estamos de acuerdo con las condiciones que nos ofrecen. El precio mínimo de consumo sería mayor y la transferencia sería meramente administrativa; no invertirían en nuevos pozos, nuevas redes, ni nada…" (comunario)

El dilema de la gobernanza del agua en Sacaba radica en el equilibrio entre la autonomía comunitaria y la regulación estatal. Si bien los sistemas autogestionados han demostrado ser eficientes frente a la incapacidad institucional municipal, su relación con el Estado ha sido ambigua y, en muchos casos, problemática. Los comités de agua enfrentan barreras significativas para acceder a financiamiento público y asistencia técnica, lo que limita su capacidad de mejorar la infraestructura y garantizar la sostenibilidad del servicio.

Además, la falta de un marco normativo que los integre de manera efectiva en la planificación hídrica ha llevado a una gestión fragmentada y desigual del recurso, generando fricciones tanto entre comunidades como con las autoridades locales (Cabrera, 2018).

Desde la perspectiva estatal, la falta de regulación dificulta la planificación y el control eficiente del recurso, mientras que para las comunidades, cualquier intento de intervención se percibe como una amenaza a su autonomía. Esta tensión perpetúa la exclusión institucional y dificulta la consolidación de un modelo de gestión del agua más equitativo y sostenible.

5.2 Disputas por el uso del agua y sobreexplotación de fuentes

El crecimiento urbano acelerado y las desigualdades económicas han intensificado los conflictos por el acceso y uso del agua en Sacaba. La disponibilidad de recursos hídricos es limitada y su distribución ha generado fricciones entre distintos sectores, reflejando dinámicas de poder desiguales y exacerbando las brechas estructurales existentes (Ledo Espinoza, 2020). Entre los principales conflictos identificados se encuentran:

- Agricultores vs. población urbana: Los agricultores defienden su derecho prioritario al uso del agua para riego, argumentando que su actividad es fundamental para la seguridad alimentaria y la economía local. Por otro lado, los residentes urbanos demandan un mayor abastecimiento para el consumo doméstico, lo que genera tensiones sobre la asignación del recurso. Muchas comunidades urbanas y periurbanas dependen de fuentes hídricas gestionadas por organizaciones rurales, lo que ha provocado conflictos cuando se perciben asignaciones desiguales. En algunos casos, la falta de acuerdos formales ha derivado en medidas extremas como el cierre de ductos y la interrupción del suministro de agua, afectando a cientos de hogares.
- Competencia entre comités de agua: La ausencia de una planificación territorial efectiva ha fomentado la perforación indiscriminada de pozos, lo que ha contribuido al agotamiento de fuentes y a la degradación de la calidad del agua. Esta situación ha generado disputas entre comunidades, Organizaciones Territoriales de Base (OTBs) y distritos vecinos, quienes buscan explotar los acuíferos en beneficio propio sin considerar los efectos a largo plazo.

Además, la sobreexplotación de los acuíferos mediante la perforación descontrolada de pozos ha agravado los problemas de abastecimiento, particularmente en épocas de sequía. Esta situación afecta de manera desproporcionada a las comunidades más vulnerables, que enfrentan mayores dificultades para garantizar un acceso estable y seguro al agua.

5.3 Desigualdad en el acceso y brechas en la distribución del agua

Si bien los sistemas autogestionados han permitido ampliar la cobertura de agua en sectores desatendidos, también han replicado y profundizado desigualdades preexistentes. La calidad del servicio y la infraestructura varían considerablemente según la capacidad económica de cada comunidad, generando inequidades en el acceso al recurso en el municipio.

Mientras algunas comunidades han logrado inversiones significativas en infraestructura, con redes de distribución eficientes y almacenamiento adecuado, otras dependen de sistemas más precarios o de fuentes alternativas como los carros cisterna. Estos últimos representan un costo significativamente mayor, lo que agrava las brechas económicas y precariza aún más el acceso al agua en los sectores más vulnerables.

Además, dentro de las propias comunidades, los hogares más pobres enfrentan barreras de exclusión debido a las tarifas de afiliación y mantenimiento establecidas por los comités de agua, que en muchos casos resultan prohibitivas. Esta situación no solo limita su acceso al servicio, sino que también genera tensiones dentro de las comunidades, debilitando la cohesión social y dificultando la gobernanza del agua.

5.4 Conflictos ambientales y problemas de salud

La sobreexplotación y perforación indiscriminada de pozos sin criterios técnicos en Sacaba ha generado un grave deterioro ambiental, afectando tanto la disponibilidad del recurso hídrico como la salud pública. La extracción excesiva de agua subterránea ha provocado la disminución progresiva del nivel freático, lo que obliga a perforar pozos cada vez más profundos, aumentando los costos de extracción y el consumo energético. Esta situación pone en riesgo la sostenibilidad del acuífero, ya que su capacidad de recarga no es suficiente para compensar el volumen de agua extraída, lo que podría derivar en un agotamiento del recurso a mediano y largo plazo.

Uno de los principales problemas asociados a esta sobreexplotación es la contaminación de los acuíferos. En muchas zonas, los comunarios han reportado que el agua distribuida presenta un color blanquecino y partículas visibles, lo que evidencia la presencia de sedimentos y posibles agentes patógenos, representando un riesgo sanitario crítico para la población (Marañón Eguivar, 2018). La falta de sistemas adecuados de saneamiento ha agravado esta problemática. En las zonas periurbanas, el 18% de las viviendas utiliza pozos ciegos y el 30% cámaras sépticas como principales métodos de desagüe. Los pozos ciegos permiten que los residuos líquidos se infiltren en el suelo, mientras que

los sólidos se descomponen lentamente, aumentando el riesgo de contaminación de los acuíferos, especialmente en áreas con napas freáticas poco profundas. Por su parte, las cámaras sépticas, aunque ofrecen una mejor contención de residuos, requieren mantenimiento periódico para evitar desbordes y filtraciones que contaminen el suelo y cuerpos de agua cercanos. Por lo tanto es posible que la falta de monitoreo y mantenimiento adecuado haya generado fugas, exacerbando la contaminación del agua subterránea y aumentando la incidencia de enfermedades de origen hídrico según han reportado los comunarios.

A esto se suma la deficiente gestión de residuos sólidos, que potencialmente impacta negativamente en la calidad del agua y la salud pública. En Sacaba, el 52% de los hogares depende de un servicio irregular de recolección de basura, mientras que el 15% utiliza basureros públicos. Sin embargo, una parte significativa de la población recurre a métodos inadecuados de eliminación, como arrojar desechos en ríos y quebradas (14%) o en terrenos baldíos (11%), lo que genera contaminación del suelo y de fuentes hídricas. La eliminación inadecuada de residuos en ríos, quebradas y terrenos baldíos contribuye a la contaminación de las fuentes de abastecimiento de agua, y a su vez favorece la proliferación de enfermedades hídricas, como infecciones gastrointestinales y parasitosis, que han sido reportadas.

Este deterioro ambiental ha incrementado las tensiones entre comunidades, generando conflictos por el acceso a fuentes seguras de agua y exponiendo a la población a una crisis sanitaria en constante crecimiento.

6. Hacia una Gobernanza Híbrida del Agua

El análisis de los sistemas autogestionados de agua en Sacaba revela que los conflictos relacionados al acceso y la gestión del recurso no responden únicamente a problemas de escasez. Por el contrario, estos conflictos están profundamente arraigados en dinámicas estructurales de exclusión, inequidad socioeconómica y una profunda desconfianza institucional. La fragmentación en la gestión hídrica, convierte al agua en un eje de disputa crítico en las áreas periurbanas de Sacaba.

Aunque estos sistemas autogestionados han sido fundamentales para asegurar el acceso al agua en un contexto caracterizado por el rápido crecimiento urbano y la insuficiente cobertura estatal, su funcionamiento dentro de un marco informal plantea dudas sobre su sostenibilidad futura. En particular, se cuestiona cómo estos sistemas podrán asegurar su continuidad sin financiamiento ni asistencia técnica externa, y cómo evitar problemas relacionados con infraestructura, sobreexplotación de fuentes hídricas y conflictos internos sin sacrificar su autonomía. Estas interrogantes subrayan la necesidad de considerar modelos híbridos de gobernanza hídrica que integren la autonomía comunitaria con mecanismos estatales claros y efectivos de regulación y apoyo institucional.

Uno de los principales desafíos en la construcción de esta gobernanza híbrida es la desconfianza mutua existente entre las comunidades y el Estado. Las instituciones públicas perciben la falta de regulación como un problema de transparencia y control, mientras que las comunidades ven en la autogestión la única opción viable frente a la ineficacia estatal. Este choque de perspectivas sobre el uso y la gestión del agua subraya la necesidad de modelos de gobernanza sensibles al contexto local, que reconozcan y respeten la autonomía comunitaria y, a la vez, incorporen mecanismos institucionales para mejorar la eficiencia en la gestión del recurso.

En este sentido, resulta imprescindible fortalecer las capacidades técnicas y administrativas de los líderes comunitarios, dotándolos de herramientas prácticas, adaptadas a las realidades locales, para una mejor gestión de los recursos hídricos y una administración transparente de los fondos sin imponer cargas burocráticas innecesarias. Asimismo, resulta esencial fomentar el uso de tecnologías adecuadas para la filtración y tratamiento del agua potable en los sistemas autogestionados, incentivando también el uso de infraestructura sostenible, tales como biodigestores y sistemas de captación de agua de lluvia. De igual modo, se deben implementar estrategias efectivas para el tratamiento y reutilización de aguas residuales, junto a campañas permanentes de sensibilización ambiental que fortalezcan el compromiso comunitario en la protección y cuidado de las fuentes hídricas.

Adicionalmente, es crucial integrar formalmente los sistemas autogestionados en la planificación territorial y la gestión integral de cuencas hidrográficas, garantizando su inclusión efectiva en los planes municipales de desarrollo hídrico. La incorporación de estos sistemas en las políticas locales podría prevenir la sobreexplotación de fuentes hídricas y asegurar una distribución más justa y equitativa del recurso, balanceando la autonomía comunitaria con una regulación municipal que favorezca la sostenibilidad y transparencia. Experiencias internacionales sugieren que institucionalizar espacios permanentes de diálogo entre comunidades y gobiernos locales facilita esta integración sin comprometer la autonomía comunitaria. Estos espacios podrían servir para evaluar la implementación de un sistema de licencias y monitoreo técnico, que garantice que las perforaciones realizadas por las comunidades cumplan criterios claros de sostenibilidad ambiental, así como el diseño de estrategias locales de recarga hídrica, como la rehabilitación de zonas críticas de infiltración y la protección efectiva de ecosistemas clave.

En síntesis, avanzar hacia una gobernanza híbrida del agua en Sacaba requiere crear y mantener espacios de diálogo y análisis participativos donde se aborden no solo los problemas actuales, sino también se desarrollen estrategias integradas y adaptativas a las realidades locales y fomentar esquemas cooperativos entre diferentes comités de agua puede ser una vía efectiva para optimizar costos, mejorar la calidad del servicio y fortalecer la cohesión social entre distintas comunidades. Este modelo requiere una planificación flexible, basada en aprendizajes continuos, frente a modelos rígidos y descontextualizados. Sin embargo, queda pendiente la reflexión sobre hasta qué punto los gobiernos locales están realmente dispuestos a reconocer y valorar a estas iniciativas comunitarias como actores legítimos dentro del sistema de planificación hídrica en contextos periurbanos como el de Sacaba.

7. Conclusiones

Estos sistemas autogestionados emergieron como respuestas colectivas ante la incapacidad del Estado para garantizar una

cobertura equitativa y sostenible, convirtiéndose en mecanismos esenciales para miles de hogares. No obstante, su operación dentro de un marco de informalidad genera desafíos significativos relacionados con la sostenibilidad ambiental, la equidad social y la gobernanza efectiva del recurso.

Un argumento central de este estudio sostiene que los conflictos relacionados con el agua en Sacaba no derivan únicamente de la escasez del recurso, sino que están profundamente vinculados a estructuras históricas de exclusión socioeconómica, desconfianza institucional y una ausencia sistemática de planificación territorial efectiva. La falta de políticas claras de ordenamiento territorial y regulación hídrica ha facilitado la proliferación desordenada de asentamientos informales y la consecuente sobreexplotación de acuíferos, agravando así las disputas relacionadas con el acceso y la calidad del agua. En este contexto, los sistemas autogestionados han operado con autonomía, aunque enfrentan limitaciones significativas en infraestructura, acceso a financiamiento y control de la contaminación de fuentes hídricas.

Desde una perspectiva crítica, este análisis destaca la paradoja entre el reconocimiento oficial del agua como un derecho humano fundamental y las condiciones reales de acceso profundamente desiguales que prevalecen en contextos periurbanos. Si bien la autogestión comunitaria ha sido eficaz en garantizar cierto nivel de abastecimiento frente a la insuficiencia estatal, también ha perpetuado la fragmentación en la gestión hídrica y la precariedad en el servicio. Esta falta de articulación institucional ha derivado en tensiones frecuentes entre comunidades, comités locales y autoridades gubernamentales, lo cual debilita la posibilidad de una planificación integrada y equitativa del recurso.

Ante este panorama, es imperativo avanzar hacia una gobernanza híbrida del agua que combine y equilibre la autonomía de los sistemas autogestionados con mecanismos efectivos de regulación y apoyo institucional. Este proceso requiere un reconocimiento legal explícito de los sistemas comunitarios, la creación de espacios permanentes de diálogo, y la implementación de estrategias claras orientadas a garantizar la sostenibilidad hídrica sin comprometer la gestión comunitaria. Algunas accio-

nes prioritarias incluyen fortalecer las capacidades técnicas y administrativas locales, regular efectivamente la perforación de pozos para prevenir la sobreexplotación, e integrar formalmente los sistemas autogestionados en los planes municipales de desarrollo hídrico, facilitando así su financiamiento y reduciendo las desigualdades existentes.

Sin embargo, las respuestas a la crisis hídrica de Sacaba no pueden limitarse a intervenciones técnicas o normativas aisladas. Es necesario un cambio profundo en el enfoque hacia la gestión del agua, priorizando principios de equidad, sostenibilidad ambiental y participación comunitaria efectiva. En contextos como el de Sacaba, al igual que en gran parte de la región metropolitana de Cochabamba y en muchos otros territorios de Bolivia, resulta fundamental desarrollar modelos flexibles de planificación participativa basados en el aprendizaje continuo y la adaptación a las realidades locales, superando modelos rígidos importados desde otras latitudes. Este enfoque permitiría construir consensos locales sólidos y estrategias integradas ajustadas a las necesidades específicas de cada comunidad.

Finalmente, es importante reconocer que la crisis del agua en Sacaba es un reflejo de desigualdades estructurales más amplias que afectan a numerosas ciudades en crecimiento en Bolivia. Por lo tanto, abordar esta problemática no puede realizarse desde una perspectiva aislada; requiere una estrategia integral que incluya planificación territorial efectiva, desarrollo sostenible y justicia social. La experiencia de Sacaba ofrece reflexiones y aprendizajes valiosos para repensar la gobernanza hídrica en contextos urbanos y periurbanos en expansión, destacando especialmente el papel esencial que desempeñan las comunidades locales en la búsqueda y aplicación de soluciones innovadoras, participativas y equitativas para la gestión del recurso hídrico.

Referencias

AUTORIDAD DE FISCALIZACIÓN Y CONTROL SOCIAL DE AGUA POTABLE Y SANEAMIENTO BÁSICO – AAPS. *Indicadores de desempeño de las EPSA reguladas en Bolivia 2023*. La Paz: AAPS, 2024.

CABRERA, J. Los operadores y servicios de agua en Cochabamba. In: UNE,

O. C. N. (Ed.). *Cochabamba posible: percepciones e imaginarios en el área metropolitana*. OCNU, 2015. p. 61-72. Disponível em: https://doi.org/10.13140/RG.2.1.1149.2082.

CABRERA, J. Fragmentación urbana por medio de redes de agua: el caso de Cochabamba, Bolivia. *Territorios*, n. 39, p. 203-224, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/territorios/a.6313.

CALDERÓN, C.; LEDO ESPINOZA, P. Participatory planning in the global South: the case of Sacaba, Bolivia, 2021.

GOBIERNO AUTÓNOMO MUNICIPAL DE SACABA (GAMS). *Base de datos SIG – PMOT Sacaba*. Sacaba: GAMS, 2014a.

GOBIERNO AUTÓNOMO MUNICIPAL DE SACABA (GAMS). *Evaluación y formulación del plan de ordenamiento territorial de Sacaba (PMOT 2014)*. Estado Plurinacional de Bolívia: GAMS, 2014b.

GOBIERNO AUTÓNOMO MUNICIPAL DE SACABA (GAMS). *Plan de Desarrollo Municipal de Sacaba (PDM 2015-2020)*. Estado Plurinacional de Bolívia: GAMS, 2015.

GOBIERNO AUTÓNOMO MUNICIPAL DE SACABA (GAMS). *Plan Territorial de Desarrollo Integral de Sacaba (PTDI 2016-2020)*. Bolívia: GAMS, 2016.

HALLER, A. Urbanites, smallholders, and the quest for empathy: prospects for collaborative planning in the periurban Shullcas Valley, Peru. *Landscape and Urban Planning*, v. 165, p. 220-230, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). *Censo Nacional de Población y Vivienda 2012*. La Paz: INE, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). *Censo Nacional de Población y Vivienda 2024*. La Paz: INE, 2024.

LEDO ESPINOZA, P. El caso de Sacaba: un ejemplo de dualidad urbana y rural. In: UNIVERSIDAD MAYOR DE SAN SIMÓN. CEPLAG (Ed.). *Planificación y territorio: realidades, retos y riesgos de los procesos de expansión urbana*. Cochabamba: CEPLAG, 2015.

LEDO ESPINOZA, P. *A southern perspective: Northern and indigenous influences on the establishment of a hybrid culture of participatory planning, the story of Sacaba*. 2021. 1 v. Tese (Doutorado) – Swedish University of Agricultural Sciences, Uppsala, Sweden. Publication Number 978-91-7760-766-3.

LEDO ESPINOZA, P.; MARAÑÓN EGUIVAR, J. Gobernanza local del agua. Un análisis sistémico sobre las percepciones desde el interior de los sistemas auto-gestionados peri-urbanos. In: *1er Congreso Internacional de Gestión Integral del Agua*, Cochabamba, Bolívia, 2019.

LEDO ESPINOZA, P. J. Peri-urbanization in Sacaba, Bolivia: challenges to the traditional urban planning approach. *International Planning Studies*, p. 1-16, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13563475.2020.1839389.

LEDO GARCÍA, C. Precarización laboral, pobreza y políticas de vivienda en Bolivia. In: FLACSO ECUADOR (Ed.). *Políticas de empleo y vivienda en Sudamérica*, 2012.

LEDO GARCÍA, C. *El agua nuestra de cada día: retos e iniciativas de una Cochabamba incluyente y solidaria*. Cochabamba: Universidad Mayor de San Simón, CEPLAG, 2013.

LEDO GARCÍA, C.; MARAÑÓN EGUIVAR, J.; LEDO ESPINOZA, P.; AGUILAR MARAÑÓN, A.; UMBARILA LAITON, P. *Planificación y territorio: realidades, retos y riesgos de los procesos de expansión urbana*. Cochabamba: Universidad Mayor de San Simón, CEPLAG, 2015.

MARAÑÓN EGUIVAR, J. M. *Análisis de la oferta y la demanda de agua para consumo doméstico y sus implicaciones en el desarrollo socioeconómico de los distritos uno, siete, Chinata y Lava Lava del municipio de Sacaba*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidad Mayor de San Simón, Cochabamba, Bolívia.

MARSTON, A. The scale of informality: community-run water systems in peri-urban Cochabamba, Bolivia. *Water Alternatives*, v. 7, p. 72-88, 2014.

MEHTA, L.; ALLOUCHE, J.; NICOL, A.; WALNYCKI, A. Global environmental justice and the right to water: the case of peri-urban Cochabamba and Delhi. *Geoforum*, v. 54, p. 158-166, 2014.

MIRAFTAB, F. Invited and invented spaces of participation: neoliberal citizenship and feminists' expanded notion of politics. *Wagadu*, v. 1, p. 1-7, 2004.

WATSON, V. Conflicting rationalities: implications for planning theory and ethics. *Planning Theory & Practice*, v. 4, n. 4, p. 395-407, 2003.

WATSON, V. Seeing from the South: refocusing urban planning on the globe's central urban issues. *Urban Studies*, v. 46, n. 11, p. 2259-2275, 2009.

Parte 3

A urbanologia e a formação do período popular da história

A urbanologia e a formação do período popular da história

– Relatoria[1] *–*

Manoel Lemes da Silva Neto

Apresentação

A mesa redonda "A urbanologia e a formação do perío-
do popular da história" reuniu Manoel Lemes da Silva Neto (PUC-Campinas), Marina Regitz Montenegro (USP), Renato Balbim (IPEA) e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (UnB). O debate teve como eixo a constituição da urbanologia como campo crítico de reflexão e prática, voltado à compreensão do espaço urbano a partir da vida cotidiana e das experiências populares.

Na abertura, Manoel Lemes da Silva Neto situou a proposta no contexto do esgotamento do urbanismo moderno, marcado pela submissão do planejamento à racionalidade econômica e à lógica das firmas. A urbanologia, observou, nasce da necessidade de recolocar o espaço como obra coletiva e de recompor o vínculo entre teoria, política e uso do território. Inspirado em Milton Santos, destacou o "período popular da história" como horizonte de transformação, no qual as práticas sociais e os saberes locais tornam-se referência para repensar o urbano.

As falas subsequentes exploraram diferentes dimensões desse projeto. Marina Regitz abordou o cotidiano como campo de criação e resistência; Renato Balbim, as implicações institucionais e as políticas de base territorial; e Rafael Sanzio, a dimensão racial e cartográfica da desigualdade. Em comum, as intervenções reafirmaram a urbanologia como tentativa de sín-

[1] Relatoria produzida com base na diarização completa das falas da mesa "A urbanologia e a formação do período popular da história", conforme gravação pública disponível no canal do LADEUR no YouTube, realizada durante o 3º S[PLURAU] Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo. O texto foi redigido em formato descritivo-interpretativo, sem extrapolações conceituais em relação às comunicações originais.

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_008

tese entre técnica e política, pensamento e ação, articulando o conhecimento do espaço às lutas sociais que o produzem.

1. Exposições

1.1 Urbanologia, crítica ao urbanismo e período popular da história

Na comunicação apresentada por Manoel Lemes da Silva Neto, foi formulada uma crítica estrutural ao urbanismo moderno e introduzida a urbanologia como campo em constituição. Partiu-se da constatação de que o urbanismo, ao longo de sua trajetória, não se consolidou como ciência, mas como doutrina e ativismo. Sua função histórica esteve associada à regulação e ao ordenamento das cidades segundo a lógica da acumulação capitalista e os interesses da chamada cidade das firmas. Ao operar como instrumento de controle social, o urbanismo atuou para absorver conflitos, organizar o espaço conforme a racionalidade produtiva e legitimar projetos que socializam perdas e privatizam lucros. Essa condição revela que o urbanismo moderno, mesmo quando revestido de retórica progressista, permaneceu enraizado em práticas normativas e prescritivas voltadas à manutenção do processo de valorização econômica do espaço.

Foi enfatizado que o urbanismo se constituiu menos como teoria explicativa e mais como doutrina de poder. Estruturado para reforçar mecanismos de dominação e ocultar as contradições da sociedade capitalista, privilegiou a racionalidade instrumental e a eficiência técnica em detrimento da compreensão da totalidade social. Mesmo suas vertentes autodeclaradas críticas não escaparam inteiramente à lógica prescritiva, reproduzindo a crença na capacidade da técnica de resolver contradições essencialmente políticas. O resultado foi a consolidação de um discurso que, em vez de interrogar a realidade, propõe sua normalização.

Em contraposição, Manoel Lemes da Silva Neto apresentou a urbanologia como hipótese teórica voltada à análise do espaço em movimento. Enquanto o urbanismo opera por modelos e normas, a urbanologia busca compreender o espaço como processo histori-

co em permanente constituição. O espaço não é produto acabado, mas fenômeno relacional, tecido por mediações sociais, econômicas, técnicas e simbólicas que se entrelaçam no cotidiano. Propôs-se deslocar o olhar do espaço "produzido" para o espaço "vivido", enfatizando o uso, a experiência e as práticas concretas que configuram o território. Para sustentar essa distinção, foi retomada a advertência de Maria Adélia de Souza, que havia chamado atenção para os limites da expressão "produção do espaço", amplamente utilizada nas ciências sociais, mas insuficiente para captar a dimensão constitutiva e dinâmica da realidade territorial.

Foi destacada também a importância de distinguir entre doutrina e teoria. O urbanismo, observou-se, permanece preso ao horizonte da normatividade, mesmo quando procura reformular-se sob novas linguagens. A urbanologia, ao contrário, pretende operar como teoria aberta, capaz de apreender o espaço em sua totalidade contraditória, articulando forma e conteúdo, estrutura e vida social. Não se trata de oferecer um modelo de planejamento ou um receituário técnico, mas de construir instrumentos conceituais que acompanhem as transformações históricas e revelem suas contradições.

Nesse contexto, introduziu-se a noção de "período popular da história", retomando a formulação de Milton Santos. Esse período não é ruptura repentina nem resultado de decisão institucional, mas processo de reorganização social que emerge das práticas coletivas e das resistências cotidianas. Ele se forma no interior das contradições do presente, a partir da ação dos sujeitos comuns que reconfiguram o uso do espaço e afirmam outras formas de sociabilidade. Assim como o espaço, também os períodos históricos são totalidades em processo, constantemente refeitas pela ação humana.

A comunicação concluiu que a urbanologia propõe compreender o urbano a partir do uso, das práticas e das relações concretas que sustentam a vida. Trata-se de reconhecer o território como campo de conflito e criação, onde se manifestam tanto a dominação quanto a possibilidade de emancipação. Nessa perspectiva, o conhecimento urbano deixa de ser ferramenta de gestão e torna-se instrumento crítico, capaz de revelar as forças que moldam a cidade e de projetar alternativas baseadas na vida comum.

Encerrando sua intervenção, Manoel Lemes da Silva Neto da Silva Neto reafirmou que a urbanologia é um campo ainda em formação, mas dotado de potencial para reorganizar o pensamento urbano e social. Ao romper com as limitações herdadas do urbanismo moderno, propõe-se um novo horizonte analítico e político, um modo de pensar o espaço que parte do cotidiano, reconhece os sujeitos coletivos e se compromete com a transformação das condições de existência. Nesse sentido, a urbanologia aparece como hipótese crítica e emancipadora, voltada a compreender o urbano não como objeto técnico, mas como processo social vivo e em disputa.

1.2 Circuito inferior da economia e planejamento insurgente

Na comunicação apresentada por Marina Regitz Montenegro, discutiram-se as formas concretas de sobrevivência urbana em contextos de precariedade material, ausência de infraestrutura e desigualdade no acesso às políticas públicas. O foco recaiu sobre o conceito de circuito inferior da economia urbana e sobre as possibilidades de um planejamento insurgente, ambos considerados fundamentais para compreender as dinâmicas que estruturam a urbanização contemporânea e as práticas cotidianas que nela se desenvolvem.

Foi destacado que o conceito de circuito inferior, elaborado por Milton Santos, constitui uma chave de leitura essencial para interpretar as atividades econômicas situadas fora do circuito superior, mas indispensáveis ao cotidiano de amplas parcelas da população. Nesse universo incluem-se pequenos comércios, serviços locais, trabalhos por conta própria, práticas de autogestão e, mais recentemente, atividades mediadas por plataformas digitais — como as realizadas por entregadores, motoristas de aplicativo e trabalhadores informais que articulam meios físicos e digitais para sobreviver.

Essas práticas foram apresentadas como expressão de lógicas próprias de organização territorial e econômica. Não devem ser compreendidas como simples informalidade ou ausência de Estado, mas como modos de funcionamento sustentados por conhecimentos locais, redes de sociabilidade e arranjos específicos de produção e circulação. Nessa perspectiva, o circuito

inferior não aparece como resíduo da modernização, mas como dimensão constitutiva da urbanização atual, dialogando permanentemente com o circuito superior e com as estruturas formais do mercado.

Outro ponto enfatizado foi a banalização técnica, isto é, a disseminação de tecnologias antes restritas a grupos específicos. Esse processo, longe de produzir homogeneização, revela desigualdades de acesso e distintos modos de uso e apropriação. Mesmo quando marcadas pela improvisação, essas práticas demonstram criatividade e capacidade de adaptação social — dimensões frequentemente ignoradas pelo planejamento convencional. Incorporar essa realidade ao debate urbano é indispensável, pois nela se encontram indícios de novas formas de trabalho, de solidariedade e de reconfiguração do território.

Foi nesse contexto que Marina Montenegro introduziu a noção de planejamento insurgente, em diálogo com reflexões de Ana Clara Torres Ribeiro e outros autores latino-americanos. Esse planejamento desloca-se de sua concepção tradicional — estatal, legalista e tecnocrática — para ser compreendido como prática enraizada em experiências de autogestão e resistência. Manifesta-se em iniciativas populares de habitação, mobilidade, segurança alimentar, cuidados comunitários e circulação de renda. Não se trata de um antiplanejamento, mas de uma forma alternativa de planejar, orientada pelas necessidades concretas da população e por valores de justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

A expositora destacou ainda o papel das mulheres e dos coletivos locais como protagonistas dessas experiências. Em muitos territórios periféricos, são elas que organizam redes de apoio, hortas comunitárias, cozinhas solidárias e microempreendimentos cooperativos, sustentando o tecido urbano em meio à precariedade. Essas práticas, embora pequenas em escala, apontam para formas de inovação social que redesenham o cotidiano e o sentido do comum.

Também foi feito um alerta para o risco de captura mercantil dessas práticas. Quando institucionalizadas, muitas iniciativas derivadas da economia popular acabam enquadradas em dispositivos de formalização que neutralizam seu potencial

transformador. O caso do Microempreendedor Individual (MEI) foi citado como exemplo de reconhecimento jurídico que, embora ofereça visibilidade, não garante inclusão qualificada nem acesso efetivo a direitos sociais.

A comunicação concluiu que compreender a urbanização contemporânea requer atenção às frestas do tecido urbano e às múltiplas estratégias que emergem nas margens da cidade legal e da economia formal. É nesses interstícios, muitas vezes invisibilizados pelas políticas tradicionais de planejamento, que se encontram pistas decisivas para formular um planejamento socialmente necessário, capaz de reconhecer, sustentar e fortalecer práticas historicamente relegadas à marginalidade.

Encerrando sua fala, Marina Regitz Montenegro reafirmou que essas experiências insurgentes expressam não apenas resistência, mas também capacidade inventiva e horizonte de transformação. Pensar o planejamento a partir delas é reconhecer o poder criador da vida cotidiana e a urgência de refundar a política urbana sobre bases populares, solidárias e emancipatórias.

1.3 Cotidiano, intencionalidade e chaves analíticas da urbanologia

Na comunicação de Renato Balbim, o foco recaiu sobre a contribuição da formulação de Ana Clara Torres Ribeiro acerca do "território usado" como chave interpretativa da cidade e do espaço urbano. A partir dessa referência, o expositor propôs compreender a urbanologia como campo de análise em formação, cujo núcleo está ancorado no cotidiano — entendido não como simples repetição de rotinas, mas como dimensão analítica capaz de revelar a articulação entre passado, presente e futuro, entre práticas espaciais e intencionalidades que estruturam a vida social.

Para sustentar essa perspectiva, foram retomados sete sinais indicados por Ana Clara como expressões da potência mediadora do território. O primeiro consiste no reconhecimento de que o território não se reduz à materialidade ou à técnica, mas constitui instância de vínculos, memória e identidade. Essa dimensão reforça o caráter histórico e afetivo do espaço, guardando marcas de experiências coletivas e sedimentando socia-

bilidades. O segundo sinal refere-se à territorialidade, entendida como multiplicidade de apropriações e solidariedades que estruturam o viver urbano e se manifestam em diferentes escalas, da vizinhança às redes metropolitanas.

O terceiro sinal aborda as práticas espaciais, compreendidas não apenas como circulação ou uso, mas como modos de produzir sentido, organização e resistência. A maneira como grupos sociais ocupam e transformam o território indica, além de estratégias de sobrevivência, formas de produção simbólica e de afirmação cultural. O quarto sinal diz respeito à cultura, que atravessa o uso do território e se expressa em linguagens, estéticas, rituais e formas de convívio. A cidade, nesse sentido, é também uma forma de linguagem, repleta de signos que conferem identidade e pertencimento.

O quinto sinal envolve a subjetividade, ou seja, as formas pelas quais os sujeitos se relacionam com objetos e lugares. Foi estabelecida uma ponte com a noção miltoniana de "forma-conteúdo", que evidencia que a aparência física do espaço não esgota seus significados. O sexto sinal destaca a indissociabilidade entre espaço e tempo, sugerindo que o cotidiano deve ser lido como articulação temporal e espacial, em que experiências passadas, práticas atuais e projetos de futuro se entrelaçam continuamente. Por fim, o sétimo sinal trata da técnica, vista como mediação que, apropriada de modos distintos por diferentes grupos sociais, é permanentemente reelaborada segundo contextos e condições de uso.

A esses sete sinais, o expositor acrescentou um oitavo elemento: a intencionalidade. Essa categoria distingue a prática do simples hábito, pois expressa a capacidade humana de projetar sentidos e expectativas sobre o espaço. Um loteamento autoconstruído, por exemplo, não é apenas abrigo material, mas encarna projeto de vida, resistência e pertencimento. Assim, a intencionalidade deve ser reconhecida como dimensão constitutiva tanto das formas espaciais quanto dos objetos técnicos — da moradia popular aos dispositivos digitais que integram o cotidiano urbano.

A comunicação também refletiu sobre os limites da gestão pública e da produção institucional do espaço. Foi observado que as políticas estatais, guiadas por categorias normativas e

instrumentos formais, frequentemente se distanciam das práticas sociais que organizam a vida urbana. A informalidade, nessas abordagens, tende a ser tratada como desvio ou exceção, quando na realidade constitui dimensão central da reprodução urbana. Essa leitura reducionista acaba por transformar o planejamento em exercício de regulação, incapaz de captar a riqueza e a complexidade do cotidiano.

Balbim defendeu que a urbanologia, ao priorizar o cotidiano e o território usado, pode oferecer instrumentos teóricos capazes de interpretar essas práticas e formular modos de ação que partam da realidade existente, e não de modelos abstratos. Com isso, propõe-se uma inversão metodológica: em vez de aplicar regras sobre o território, busca-se compreender como o território age, comunica e se transforma.

Encerrando a exposição, destacou-se que a urbanologia, ao incorporar o cotidiano e a intencionalidade como chaves analíticas, amplia a capacidade de compreender o urbano e abre espaço para uma teoria que reconhece as práticas sociais como constitutivas do território. Essa abordagem valoriza a experiência concreta e busca superar os limites das categorias normativas, oferecendo caminhos para uma leitura crítica da cidade em sua totalidade. Ao reaproximar técnica e vida, estrutura e agência, o enfoque urbanológico contribui para recompor a dimensão pública do planejamento e reatar o vínculo entre pensamento e ação.

1.4 Racismo territorial, reparação e geografia da exclusão

A intervenção de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos abordou a permanência das estruturas territoriais forjadas sob a lógica escravista e colonial, enfatizando a geografia da exclusão racial no Brasil contemporâneo. O expositor destacou que o território brasileiro foi organizado a partir de desigualdades racializadas e naturalizadas, que permanecem como elementos estruturantes da configuração urbana e rural. Essas desigualdades, longe de representarem simples carências de infraestrutura ou de serviços, expressam relações de poder historicamente constituídas, que moldam a distribuição do espaço e condicionam o acesso aos direitos.

Entre as noções centrais discutidas esteve a de apartheid brasileiro. O conceito, como explicou, não se restringe à separação física, mas designa um modo de organização territorial baseado na exclusão sistemática, na vigilância seletiva e na negação de cidadania plena a parcelas significativas da população negra. Trata-se de um apartheid silencioso e persistente, sustentado por decisões políticas, econômicas e institucionais que perpetuam hierarquias raciais. Essa estrutura se manifesta em múltiplas escalas: na ausência de endereçamento formal em comunidades negras e quilombolas, que impede o acesso a correspondência, serviços e políticas públicas; na omissão dos registros administrativos e censitários que invisibilizam populações inteiras; e na organização desigual do espaço urbano, em que equipamentos, infraestrutura e oportunidades se concentram em áreas centrais e valorizadas, enquanto as periferias negras permanecem subatendidas e estigmatizadas.

No plano institucional, essa desigualdade se expressa também na produção do conhecimento geográfico e cartográfico, que frequentemente reproduz o ponto de vista dominante e exclui territórios e sujeitos negros da representação. Mapas oficiais, planos diretores e cadastros urbanos tendem a naturalizar a ausência das comunidades quilombolas, como se sua não inscrição significasse inexistência. Rafael Sanzio enfatizou que essa invisibilidade técnica corresponde a uma invisibilidade política: não figurar nos mapas é não existir para o Estado.

Foi sublinhado que essas assimetrias não pertencem apenas ao passado escravista ou colonial, mas são reproduzidas continuamente por políticas seletivas, decisões administrativas e omissões calculadas. A distribuição de terras, o traçado das vias, a alocação diferenciada de investimentos e a ausência de reconhecimento jurídico dos territórios quilombolas foram citados como exemplos de práticas que reiteram o racismo estrutural. Enfrentar essas desigualdades, argumentou, requer mais do que políticas compensatórias; exige o reconhecimento explícito da matriz étnico-racial da exclusão e a adoção de instrumentos de reparação territorial.

Nesse contexto, o expositor recuperou o conceito de ordenamento territorial como alternativa ao planejamento urbano tradicional. O ordenamento, explicou, deve ser compreendido

não como técnica normativa de controle do espaço, mas como prática de reconhecimento da diversidade de sujeitos e territórios. Assim concebido, passa a ser guiado por princípios de justiça espacial e reparação, sustentados em dados concretos sobre a população negra e quilombola. Lembrou que o Brasil possui mais de seis mil comunidades quilombolas, muitas das quais permanecem invisíveis ao Estado e privadas de terra, infraestrutura e representação institucional adequada.

Foram mencionadas políticas públicas de caráter reparatório, como o mapeamento de terreiros, a titulação de territórios quilombolas e a criação de instrumentos de política territorial antirracista. Essas medidas, afirmou, não devem ser tratadas como gestos simbólicos ou compensações isoladas, mas como parte de uma agenda de reorganização nacional orientada pela reparação. Essa agenda, ao reconhecer a história de expropriação racial e territorial do país, redefine a relação entre território, cidadania e democracia, reposicionando o Estado como agente de justiça e não apenas de regulação.

Rafael Sanzio reforçou ainda que a reparação territorial é também epistemológica. Implica revisar o modo como o conhecimento geográfico é produzido, democratizando as referências e incluindo as experiências negras e quilombolas como fontes legítimas de saber. Nesse sentido, defendeu que o mapa pode ser instrumento de dominação, mas também de emancipação, desde que revele as presenças historicamente ocultadas e devolva às comunidades o direito de se representarem.

A comunicação concluiu afirmando que o território deve ser compreendido como campo de disputa política e de reconfiguração democrática. O Brasil, enfatizou, só poderá construir um novo pacto territorial se assumir sua história e se comprometer com a reparação como princípio de Estado. O espaço, urbano e rural, deixa então de ser apenas suporte físico da desigualdade para se tornar dimensão fundamental da luta por justiça racial, reconhecimento e cidadania plena. Ao reinscrever a população negra na cartografia do país, a reparação territorial não apenas corrige uma exclusão histórica, mas aponta para uma nova concepção de democracia fundada na igualdade substantiva e na visibilidade de todos os sujeitos do território.

2. Interações finais e convergências

A etapa final da mesa foi dedicada ao diálogo entre os participantes e à reflexão coletiva sobre as implicações das propostas apresentadas. As intervenções trouxeram reforços às exposições anteriores, ampliaram pontos específicos e acrescentaram novas nuances ao debate. De modo geral, foi reafirmado que a urbanologia não deve ser entendida como ruptura disciplinar ou campo formalmente instituído, mas como hipótese em constituição, fundada no reconhecimento das práticas cotidianas, das resistências e das contradições que permeiam a vida urbana e que revelam as tensões entre o espaço produzido e o espaço vivido. A urbanologia, nesse sentido, foi descrita como um esforço de leitura que se organiza a partir do território usado, da experiência popular e da crítica ao pensamento urbanístico que naturalizou a separação entre técnica e política.

Foi observado que não se deve esperar condições ideais para a transformação do espaço. A potência de reorganização territorial já se manifesta no cotidiano, mesmo sob constrangimentos materiais e institucionais. Práticas populares de gestão, experiências de planejamento insurgente e iniciativas de ordenamento territorial comunitário foram reconhecidas como expressões concretas dessas alternativas em curso. Argumentou-se que essas experiências não dependem de novo arcabouço legal ou de autorização institucional para existir, pois já operam na prática por meio de arranjos sociais, economias locais e iniciativas coletivas que sustentam a vida urbana nas margens do sistema formal.

Nas considerações de Renato Balbim, destacou-se que o Estado, em sua forma atual, carece de estrutura e de vocação para promover transformações substantivas. Os instrumentos de planejamento convencionais foram avaliados como insuficientes para lidar com a diversidade das formas de vida urbana e com as novas escalas de territorialização. Propôs-se, portanto, que a crítica às políticas públicas vá além da denúncia de sua ineficácia, voltando-se para a construção de outras referências — derivadas das práticas populares, das sociabilidades locais e dos saberes produzidos no cotidiano.

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos reforçou a urgência de reconhecer os territórios racializados não apenas como espaços carentes, mas como referências políticas e epistêmicas para o reordenamento nacional. Sublinhou que a reparação territorial não deve ser tratada como demanda setorial ou suplementar, mas como princípio estruturante de uma nova racionalidade pública. A invisibilização estatística de comunidades quilombolas foi apresentada como exemplo de exclusão institucionalizada, reiterando a necessidade de produção autônoma de diagnósticos e informações como forma de enfrentamento ao racismo territorial e epistemológico que marca as políticas estatais.

Em sua intervenção, Marina Regitz Montenegro acrescentou que a multiplicidade de experiências populares de planejamento não pode ser reduzida ao enquadramento da formalização técnica. Observou que muitas dessas práticas enfrentam repressão institucional ao buscar reconhecimento, seja pela violência direta, seja pela imposição de normas e padrões alheios às lógicas locais. Ressaltou que o planejamento insurgente deve afirmar sua legitimidade própria, derivada das condições sociais concretas, e não depender da validação externa de instituições que frequentemente atuam como filtros de exclusão.

Nas considerações de Manoel Lemes de Souza Neto, foi reafirmado que a urbanologia se constitui como campo em disputa, que não nasce de ruptura acadêmica, mas da escuta atenta ao que se organiza fora dos marcos institucionais. O objetivo, destacou, não é oferecer um modelo conceitual fechado, mas abrir espaço para a formulação coletiva orientada pelas práticas e urgências do presente. A urbanologia foi definida, assim, como exercício de crítica e de invenção, comprometido com a reconstrução de um pensamento capaz de recompor o vínculo entre teoria e vida social.

A mesa foi encerrada com a constatação de que a construção do período popular da história exige não apenas resistência, mas elaboração teórica, criação institucional e experimentação política. Convergiram as falas em alguns pontos centrais:

– a crítica ao urbanismo moderno e à sua vinculação com a modernidade capitalista;
– a formulação da urbanologia como campo capaz de integrar múltiplos saberes e experiências;
– o reconhecimento das práticas populares e do cotidiano como dimensões centrais da análise urbana;
– a consideração da intencionalidade como elemento constitutivo do espaço;
– e a incorporação da dimensão racial como chave analítica indispensável.

Encerrando o debate, reiterou-se que a urbanologia, mais que uma nova disciplina, propõe-se como um modo de pensar e agir no território, capaz de articular conhecimento e emancipação social.

A urbanologia e a constituição do período popular da história

Manoel Lemes da Silva Neto

Introdução

As cidades contemporâneas são territórios que materializam contradições profundas. A fábula, a perversidade e a possibilidade — as três faces da globalização conjecturadas por Milton Santos — manifestam-se ali mais do que em qualquer outro lugar. Coexistem na disputa por sentidos.

O discurso dominante projeta a cidade como espaço de inovação, progresso e inclusão — a fábula; a realidade cotidiana revela instabilidades estruturais marcadas pela desigualdade, pela precarização do trabalho e pela segregação entre pessoas e lugares — a perversidade; e o poder do número, a fricção demográfica da população, a sociodiversidade, as ideias e resistências constituem a possibilidade. É esta última que abriga a potência da reinvenção e abre brechas para um outro projeto de globalização possível.

Os espaços da globalização são vitrines do capital financeiro, do uso intensivo da tecnologia em seu serviço e da multiplicação exponencial do lucro. Mas são também testemunhos do alijamento da maioria, privada das facilidades e dos confortos usufruídos por uma minoria privilegiada.

A coexistência desses mundos opostos reforça o papel das cidades como arenas de disputa, onde as contradições do atual período histórico se tornam visíveis e tensionam os caminhos para o futuro. Por isso, a cidade não apenas reflete a globalização, mas também influencia sua trajetória, podendo ser tanto o cenário de reprodução do modelo excludente quanto o espaço da emergência de alternativas mais justas e solidárias.

A urbanização contemporânea expressa espacialmente as lógicas globais do capital praticadas pelos agentes hegemônicos — mas também constitui um campo promissor de outros

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_009

possíveis históricos. Nas cidades, a globalização se manifesta de forma desigual: ora como promessa, ora como perversidade cotidiana; apesar de tudo, ainda como espaço de insurgências possíveis, onde novas formas de organização e apropriação coletiva podem emergir, ressignificando o presente e projetando futuros.

Testemunhamos o discurso da aceleração tecnoeconômica que engendra uma psicoesfera impregnada de imaginários de modernizações, desenvolvimentismo e progresso, mas pagando o alto preço gerado pelas crises ambientais, sociais e sanitárias que expõem as fragilidades de um modelo urbano cada vez mais perverso e moralmente inaceitável.

É um quadro generalizado, agravado sobremaneira em países periféricos como o Brasil. As cidades, especialmente as metrópoles, agonizam! Afora os problemas clássicos, como os dramas da habitação, do saneamento, do transporte e da aridez imposta pela carência de parques e áreas verdes, soma-se a tais fatores o desaparecimento vertiginoso da urbanidade nas áreas centrais, esvaziadas pela desocupação dos imóveis que antes abrigavam o comércio vivo das ruas.

Shoppings centers e economias de plataforma encarregam-se de minar a vida pulsante das cidades e degradam o ambiente urbano com o abandono da diversidade de usos. A isso se soma, em cidades como São Paulo, o remembramento de lotes devorados pelas incorporadoras para a construção de imensos edifícios verticais, sem recuos nem afastamentos — o que acentua ainda mais a extinção da urbanidade gerada pelas casas e atividades urbanas de rua e obriga as classes médias a se deslocarem cada vez mais para satisfazer as necessidades mais frugais do dia a dia.

Com tudo isso, resta uma pergunta: o que o urbanismo fez ou ainda pode fazer?

Como diria Nádia Somekh, não houve um urbanismo moderno pleno no Brasil, mas sim um urbanismo modernizador, que reproduziu desigualdades ao adaptar seletivamente os princípios modernos à lógica do capital e da exclusão.

É o império do urbanismo funcionalista e tecnocrático. É a cidade adepta a um *zoning* imaginário e à lei — para alguns, cidade legal; para a maioria, cidade real, de que trata Raquel Rolnik. O resultado não poderia ser outro, senão fragmentação da vida

urbana e ruptura com a complexidade dos tecidos sociais tradicionais. É a franca despolitização dos processos de planejamento urbano, como alerta Ana Clara Torres Ribeiro em Teorias da Ação: o urbano é instrumentalizado como um problema técnico a ser resolvido por normas, índices e modelos padronizados, em detrimento da escuta dos sujeitos sociais e da compreensão das contradições concretas da armadura territorial.

Essa racionalidade técnico-excludente sustentou projetos de modernização autoritária no século 20, sobretudo em contextos periféricos como o Brasil. Milton Santos critica o urbanismo funcionalista por operar dentro da lógica da reprodução do capital e da segmentação do espaço, contribuindo para a produção de uma cidade corporativa, voltada à valorização do solo e ao controle da mobilidade, e não à justiça urbana. Flávio Villaça também aponta que, em cidades como São Paulo, as decisões urbanísticas ocorreram à margem de qualquer planejamento efetivo, sendo justificadas por uma racionalidade técnica que dissimula os interesses privados.

O resultado desse modelo é a produção de cidades segregadas, desiguais e desumanizadas, com perda da vitalidade urbana, destruição da urbanidade e reforço da exclusão socioespacial. Trata-se, portanto, de um urbanismo voltado à socialização das perdas e à privatização dos lucros, como observa Milton Santos na configuração da metrópole corporativa e fragmentada.

Portanto, tal como constituído, o urbanismo pouco ou nada pode fazer diante da voragem do projeto hegemônico, deliberadamente orquestrado para levar o espaço humano à consumição extrema.

Senão, vejamos: a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2023, publicada pelo IBGE, indicava que o rendimento domiciliar per capita de aproximadamente 83% da população brasileira era de até dois salários-mínimos. O Censo Demográfico de 2022 apontou que 87% da população vive em áreas urbanas. Em face a esses dados, o que está acontecendo com as cidades do país? E em que o urbanismo pode, de fato, contribuir para enfrentar esse descalabro?

Nesse cenário, a urbanologia surge como proposta crítica e promissora, oferecendo um campo transdisciplinar que amplia

os esforços por novas formas de compreender e transformar o espaço urbano e suas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Como propõe Ana Clara Torres Ribeiro, trata-se de criar teoria desde a práxis — e não apenas de aplicá-la de cima para baixo. Trata-se, desse modo, do exercício de um posicionamento epistemológico, ético e político.

Os fundamentos da urbanologia foram esboçados por Milton Santos em uma conferência apresentada ao Comitê Internacional para Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno (Docomomo), realizada em 2000, na cidade de Brasília.

O tema, no entanto, já havia sido abordado anteriormente na França, pelo crítico de arquitetura Marcel Cornu, em seu artigo *De la nécessité d'une urbanologie*, publicado em *Les Lettres françaises* em 19 de março de 1969, e pelo geógrafo Paul Claval, no livro *La logique des villes: essai d'urbanologie*, publicado em 1981.

Mas a abordagem desses autores não se aproxima da análise crítica desenvolvida por Milton Santos. Marcel Cornu, por exemplo, propôs chamar de urbanologia o conjunto de pesquisas e estudos cujo campo é o espaço urbano — ou seja, tudo o que diz respeito ao conhecimento das cidades. Para ele, a urbanologia seria "a ciência da cidade", embora reconhecesse que, na prática, os profissionais de diferentes áreas atuam de forma pragmática, muitas vezes reduzindo o urbanismo a uma técnica ou a um receituário.

A abordagem de Paul Claval, por sua vez, é eminentemente geográfica.

Milton Santos, diferentemente, buscou estabelecer um diálogo direto com arquitetos e urbanistas — algo raro em sua vasta produção científica e acadêmica.

Nesse contexto, a problematização, assim como a primeira apresentação pública do tema da urbanologia, ocorreu no 3º Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo (S-PLURAU), cujo tema foi "Cenários Alternativos de Planejamento Territorial para o Século 21". Este evento, realizado de 17 a 20 de junho de 2024, foi o marco do lançamento deste livro e consolidou a urbanologia como um campo de estudo e ação política.

E não é para menos que a urbanologia surge oportunamente no atual período histórico. Vivemos um momento singular. Em princípio, as questões que envolvem a organização do espaço na atualidade vêm assinaladas, ao menos, por quatro evidências que sinalizam a instalação de um novo período: o inovacionismo, que redefine as relações entre tecnologia, economia e sociedade; a crise ambiental, que exige respostas urgentes para a sustentabilidade sistêmica, especialmente nas cidades; a crise societária, que expõe as desigualdades estruturais e o abalo generalizado das instituições políticas e de governo; e a crise da saúde coletiva, que revela as vulnerabilidades de um sistema urbano espedaçado e cada vez mais precário.

Essas evidências não apenas desafiam o urbanismo tal como instituído, mas também abrem uma janela de oportunidades para que a urbanologia se consolide como ferramenta crítica e propositiva, capaz de moldar o período popular da história, projetado pela geografia miltoniana, e, com ele, outra globalização.

Desse modo, este trabalho propõe que a urbanologia não seja apenas um campo teórico, mas também uma ação política, capaz de contribuir para a constituição desse período. Ao integrar teoria e prática, a urbanologia oferece uma nova economia política da cidade, busca sentidos no lugar e no cotidiano, convoca a imaginação urbanológica e propõe uma teoria que reúne coisas e ações. Sua capacidade de enfrentar as contradições do sistema atual e promover mudanças sociais significativas a torna uma ferramenta essencial para repensar o espaço urbano e construir futuros possíveis.

Compreender a globalização em suas facetas de fábula e perversidade nos conduz à possibilidade de repensar o urbano — e é nessa perspectiva que a urbanologia se afirma como caminho para um planejamento e um urbanismo cidadãos, como reivindica Milton Santos, ao conclamar os urbanistas a essa tarefa em sua conferência no Docomomo. Essa proposta serve de fundamento para um humanismo concreto e para uma política territorial socialmente necessária, nos termos propostos por Ana Clara Torres Ribeiro em sua sociologia do presente.

A urbanologia como resposta crítica e propositiva ao urbanismo clássico

Urbanologia, assim, pode ser vista como uma resposta crítica e propositiva às limitações e estruturas do urbanismo clássico, instaurado no período industrial no século 19 e que chega ao Brasil impondo-nos uma modernidade seletiva, como lembra Otília Arantes, com o "urbanismo em fim de linha", o urbanismo de exceção que favorece a especulação imobiliária e a criação de espaços segregados e exclusivos, como condomínios fechados e shopping centers; este que aprofunda as desigualdades sociais e territoriais, ao privilegiar desenvolvimentos que não atendem às necessidades da maioria da população.

Advinda do pensamento geográfico de Milton Santos, a urbanologia se alinha às reflexões de teóricos contemporâneos que buscam redefinir abordagens urbanísticas ante os desafios do presente. Enquanto campo teórico e prático, a urbanologia procura transcender as práticas tradicionais de planejamento urbano, moldadas pelas exigências da industrialização e por uma concepção de progresso centrada no capital e na exclusão social.

No campo do urbanismo de exceção, o urbanismo corporativo (FERNANDES, 2013; SOMEKH e BALBIM, 2023) evidencia uma problemática central no contexto brasileiro. Esse urbanismo, marcado pela especulação imobiliária e pela criação de enclaves urbanos — como condomínios fechados e shopping centers — revela uma forma de urbanização que, além de falhar em atender às necessidades da maioria, também reproduz e aprofunda barreiras socioeconômicas. A segregação espacial, impulsionada por essas práticas, dá forma a uma cidade de múltiplas velocidades, onde o acesso a serviços, infraestrutura e oportunidades é profundamente desigual.

A urbanologia, então, surge como um campo promissor para pensar alternativas a essa realidade, com ênfase no direito ao entorno — reivindicado por Milton Santos em *O Espaço do Cidadão* —, a sustentabilidade sistêmica (CAPRA e LUISI, 2014) e as dimensões atreladas à noção elementar do "socialmente necessário", de Ana Clara Torres Ribeiro, como pilares de um novo urbanismo. É nessa direção que Otília Arantes propõe uma crítica à visão de moder-

nidade imposta e defende métodos que considerem as dinâmicas culturais, históricas e sociais específicas de cada localidade. Este enfoque é crucial para superar os modelos de desenvolvimento urbano criticados por exacerbarem as desigualdades e por promoverem um modelo de cidade que beneficia uma minoria em detrimento da qualidade de vida da maioria.

A proposta de uma episteme para a urbanologia, no entanto, não pode pretender-se totalizante nem isenta de riscos. Como alertam Ana Clara Torres Ribeiro e Alice Lourenço, o discurso analítico enfrenta o desafio de não atribuir coerência a realidades que escapam às categorias tradicionais, ou de produzir um retrato "de tintas exageradas ou, pior, excessivamente sutis e abstratas". Ainda assim, esse esforço se impõe como tarefa do cientista social, mesmo que o analista se veja obrigado "a enfrentar a esfinge da complexidade e não a ordenação racional de dilemas do presente" (RIBEIRO e LOURENÇO, 2001, p. 115).

Nessas circunstâncias, e no limite do que se pode entender como um "ensaio tentativo", a estrutura da urbanologia, tanto no campo teórico quanto prático, pode ser compreendida a partir de quatro pilares fundamentais.

No primeiro pilar, **a nova economia política da cidade** constitui um Estado que elege a centralidade do social e promove o diálogo paritário com o cidadão, concebido como instituição em pé de igualdade com ele (SANTOS, 1987), em vez de atuar como porta-voz dos agentes econômicos. O segundo pilar, **a busca de sentidos no lugar e no cotidiano**, reconhece a importância das práticas e saberes locais como espaços de construção de identidades e resistências, ressignificando o espaço urbano a partir das experiências concretas das pessoas. O terceiro pilar, **a imaginação urbanológica**, convoca a imaginação como instrumento essencial para a transformação do espaço urbano, explorando novas formas de organização e apropriação coletiva da cidade. Por fim, o quarto pilar, **a teoria que reúne coisas e ações**, supera a dicotomia entre análise e projeto, integrando teoria e prática em ações transformadoras capazes de responder aos desafios urbanos contemporâneos.

Essa abordagem não se limita a uma análise teórica, mas se configura como uma ação política que visa transformar eco-

nomia, espaço e sociedade. Ao não dissociar teoria e prática, atuando sempre de maneira não dicotômica, a urbanologia se apresenta como uma nova perspectiva para as disciplinas projetuais sobre a cidade, fundamentada em urbanidades concretas e rigorosamente possíveis. Esse é o ponto de partida: projetar aquilo que se pode pensar, rejeitando a ideia inculcada de que o projeto que está aí seja o único possível. Em *Teorias da Ação*, Ana Clara insiste, do começo ao fim, que isso não é verdade. Essa inculcação é exatamente o que os agentes hegemônicos querem nos fazer crer.

Abolir essa ideia imposta, portanto, é o primeiro passo para estabelecer o fundamento da urbanologia. Pode-se dizer que o exercício prático — e disciplinarmente urbanológico — do livre pensamento constitui uma ferramenta essencial para a constituição do período popular da história.

Por um diálogo geográfico-sociológico-arquitetônico-urbanístico

Na sociologia de Ana Clara Torres Ribeiro e na geografia de Milton Santos há elementos instauradores para pensar "a construção do futuro no presente", a "utopia científica" de Marcuse, de que nos falou Milton Santos em sua aula inaugural no Departamento de Geografia da USP em 1984. Esse pensamento contribui para idealizar planos e projetos de cidades, de arquitetura e de lugares.

A contribuição desses mestres à formação de arquitetos e urbanistas é notória. Basta lembrar o momento em que Ana Clara, no clássico *Teorias da Ação*, afirma que o século XXI guarda semelhança com o século XVI, sugerindo algo de um novo Renascimento — o que leva o arquiteto a refletir sobre um tempo especial, sobre a cúpula de Brunelleschi em Florença, e sobre o sabor libertário das visões artísticas de outro humanismo. É que a ação, especialmente a ação política, continua sendo vigente como lugar da reflexão e da construção de projetos.

E nunca é demais relembrar, na sociologia do presente de Ana Clara, que a ação política deve ser pensada para além dos limites institucionais. Tampouco será excessivo insistir na concepção de

política, em Milton Santos, como a arte de pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas. E o mais crucial: o projeto dos agentes hegemônicos — repita-se — que está aí, não é o único possível, tal como nos fizeram acreditar, lembra Ana Clara. E Milton Santos também nos convida a pensar o mundo a partir das contrarracionalidades, de outras racionalidades que não as dominantes; aquelas do homem lento e sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades que nascem da escassez e da adaptação criadora à realidade existente.

O projeto está, pois, em aberto: o projeto possível com a ação política, isto é, a de se compreender as forças opositoras e reconhecer que, no tabuleiro do jogo político, nada se move sem a ação do outro; trata-se da convivência de racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo.

Então, a perspectiva ontológica da urbanologia tem continuidade do diálogo entre a geografia, a sociologia, a arquitetura e o urbanismo, e em resposta à instigação lançada pela teoria crítica desses intelectuais públicos. Ou seja, desses sujeitos que, como diz Ana Clara, têm um projeto para o país, tem a vontade de Estado, um compromisso com os interesses coletivos e com o que é público da vida social. Ou então, no dizer de Milton Santos, desses intelectuais anônimos que a sociedade reconhece como porta-vozes das suas mais profundas aspirações e como arautos do futuro.

O prosseguimento do diálogo é, pois, de enorme responsabilidade, mas esse risco é necessário e urgente.

Agora, com semelhante pretensão, a proposta é desenvolver ensaios analíticos de caráter exploratório que se infiltram sob a luz de um conceito — um conceito-projeto: a urbanologia — e em um período histórico, o atual, cujas pré-condições para a constituição do período popular da História já estão dadas. São os fundamentos norteadores extraídos da geografia de Milton Santos.

É daí que surge o geógrafo em diálogo com arquitetos e urbanistas na conferência de 2000 no Docomomo, ao prenunciar um urbanismo que ultrapasse a arte de "dispor coisas, de arrumar coisas [...] não apenas uma prática cega, mas de uma teoria que reúne coisas e ações", vale dizer sistemas de objetos e sistemas de ações, e "que reúna técnica e política."

Conforme nos diz Milton Santos: "[...] é aí que aparece o papel das ideias, dessa imaginação urbanológica e não apenas urbanística, sem a qual não haverá salvação no pensamento para a cidade e dificilmente haverá salvação na prática urbana".

— É chegado o exato momento de ativar essa imaginação urbanológica, esse salto do urbanismo à urbanologia, sendo o urbanismo sempre uma de suas dimensões constitutivas.

Le Corbusier afirmou certa vez que o urbanista não era outra coisa senão um arquiteto. É verdade, assim como é muito convincente o conciso e fundamental *La ideología urbanística*, de Fernando Ramón, que em poucas páginas explora o conteúdo ideológico implícito em todas as grandes teorias urbanísticas "que fazem fortuna desde os fins do século XIX até meados do XX".

É esta compreensão do urbanismo, do urbanismo das firmas, que precisa ser transformada, especialmente no contexto atual, em que as pré-condições históricas para a constituição do período popular, ou demográfico, da História aceleram transformações irrefreáveis.

Pandemia, endemia, mudanças climáticas, crise societária e todos os demais aspectos da "sociedade de risco", conceito proposto por Ulrich Beck: a distribuição de malefícios decodificados como conflitos de responsabilidade distributiva, que acompanham a megatecnologia nuclear e química, a pesquisa genética, a supermilitarização e a miséria crescente. Estes são os vários fatores que impulsionam o paradoxo, a contradição em estado puro, que tornam a mudança não apenas necessária, mas inevitável. A transformação da cultura de massas em cultura popular, da globalização neoliberal ao período popular: cenários futuros que emergem discretamente, mas que anunciam mudanças que paulatinamente trarão a centralidade do social, um processo que apenas se completará ao final dos reajustamentos sucessivos impulsionados por duas "grandes mutações".

Uma delas, a mutação tecnológica, acompanha a emergência das técnicas da informação. A outra, a mutação filosófica da espécie humana, outrora tão distante, aproxima-se com os últimos acontecimentos em escala mundial, impulsionada por um novo sentido dado "à existência de cada pessoa e, também, do planeta".

A mutação tecnológica, em especial, presta-se à associação com o saber-fazer da arquitetura. Trata-se de sua utilização democratizada, quando então "poderiam ser técnicas doces, a serviço do homem, constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis". Assim também os materiais e processos construtivos da arquitetura podem ser: igualmente flexíveis, dóceis e adaptáveis (SILVA NETO, 2022).

Destarte, ficam postas a noção ampliada do urbanismo e a possibilidade de elaboração do projeto do futuro no presente, da utopia, mesmo em tempos como os de hoje, quando a distopia avança, inundando o mundo com a artificialização da natureza em praticamente todos os domínios essenciais da vida humana.

A insubstituível urbanística, elevada ao domínio da urbanologia, conduziria a criatividade sensível do urbanista ao patamar indissociável entre técnica e política. Ultrapassaria as visões separadas de processos e do todo urbano, como propõe Milton Santos. Compreenderia aqueles que buscam, em Ana Clara, uma leitura da totalidade por meio da articulação entre processos, fenômenos e conceitos, e, mais ainda, que a noção de totalidade não se esgota em nenhuma disciplina. A totalidade não é algo já existente e dado, mas um fim a ser atingido pela ação, como ensina Lucien Goldmann, citado por Milton Santos.

Afinal, há um trabalho comum amadurecido pelos embates persistentes nos espaços da desigualdade, que, no Brasil e no mundo, não dá sinais de arrefecimento. Ao contrário, amplia-se e incorpora novas categorias de marginalização social, em escala planetária, como os refugiados decorrentes de conflitos armados, da precarização dos direitos humanos, dos efeitos das mudanças climáticas... A lista não para de crescer!

Esse é o solo comum sobre o qual se ergue a possibilidade de um pensamento verdadeiramente urbanológico: aquele que emerge do entrelaçamento indissociável entre geografia, sociologia, arquitetura e urbanismo, incluindo também a economia, o direito, a filosofia, a antropologia e toda sorte de transdisciplinaridade orientada por um compromisso ético com o social e com o futuro das cidades, dos lugares, dos territórios.

Por uma episteme da urbanologia: território usado, paradigma de práticas e políticas socialmente necessárias

A interpretação do fenômeno espacial na contemporaneidade suscita mais dúvidas do que certezas. Enquanto híbrido de natureza artificializada e técnica, a organização do espaço acelera o surgimento de particularidades que, em um átimo, se universalizam, adicionando camadas de crescente complexidade.

A densidade técnica presente no território aumenta constantemente. Com a aceleração exponencial dos fluxos e das transformações no espaço construído, sempre há, na melhor das hipóteses, algo novo a ser investigado, ou ainda algo oculto, não percebido nem mesmo pelas análises mais cuidadosas. Inumerável, a diversidade de variáveis e de fatores incluídos no estudo da organização espacial torna a própria escolha da abordagem analítica, em si, um desafio.

Na era da globalização neoliberal, e nas possíveis configurações que a sucederem, a reflexão metodológica demanda especial atenção. O universo de situações e eventos se expande exponencialmente, assim como os conflitos sociais e as interações complexas entre política, território e poder.

Abraham Moles já destacava, ao refletir sobre a complexidade dos eventos do século 20, que a grande questão metodológica era identificar o problema principal (1964). Atualmente, com a influência abrangente da inteligência artificial e da ciência dos algoritmos, que moldam tanto as estratégias corporativas quanto a economia política globalizada, torna-se ainda mais urgente buscar respostas a esse desafio metodológico. Complementando essa visão, Bruno Latour remonta ao século 17 para localizar as origens dos problemas de compreensão do mundo contemporâneo. Segundo ele, foi nesse período que se criaram “duas zonas ontológicas inteiramente distintas” que fundamentam os discursos da modernidade: a dos humanos e dos não-humanos (1997, p. 21).

Portanto, a dificuldade de desenvolver uma explicação satisfatória para a organização espacial contemporânea não é novidade, assim como não é nova a dificuldade de formular propostas espaciais libertárias — um objetivo central da urbanologia.

Em disciplinas projetuais, é comum um desnível entre a análise espacial e o projeto. Frequentemente, análises críticas de um espaço destinado a um projeto não são adequadamente refletidas em propostas formais que deveriam traduzi-las, tanto estética quanto funcionalmente.

Entender os problemas de um lugar é uma coisa; propor soluções projetuais para eles é outra. Entre a compreensão e a resolução existe um longo percurso reflexivo, e essa situação destaca uma das mais fundamentais dicotomias das ciências sociais: a existente entre teoria e prática.

Se há problemas relacionados à metodologia do projeto, há questões de método que precisam ser levantadas para explicar o desencontro. Neste caso, discute-se o método envolvido na análise espacial e, consequentemente, as categorias utilizadas na interpretação do fenômeno. Reitera-se a indissociabilidade entre objetos e ações. Evidencia-se a desconexão entre a práxis e a produção da arquitetura e do urbanismo no Brasil (Linardi, 2024).

Daí, talvez, a dificuldade em conceber propostas espaciais libertárias, e também pelo fato de que, do ponto de vista teórico, as explicações sobre a organização espacial contemporânea muitas vezes relegam o esforço necessário para desenvolver análises crítico-propositivas ao segundo plano.

Nesse enfrentamento, Ana Clara Torres Ribeiro introduz as noções entrelaçadas entre lugar e saber (2002), uma associação que catalisa a ação política de "ideias-conceitos" que também são "ideias-projeto". Da mesma forma, Milton Santos identifica, entre território e saber local (1999), categorias de análise desentranhadas do humanismo abstrato, mais prejudicial do que útil na concepção de estratégias e ações políticas que fundamentam a urbanologia.

Tanto a concepção de projetos quanto a formulação de teorias críticas enfrentam desafios como a complexidade organizacional, moldada pela simultaneidade, pela diversidade de eventos e pelas múltiplas temporalidades, e a necessidade de superar desafios epistemológicos estabelecidos.

Quando as transformações que alteraram o mundo para sempre surgiram escancaradas no século 20, as análises dedicadas à dinâmica de produção do mundo contemporâneo defrontaram-se com um terreno movediço.

Na significação espacial de Los Angeles, Edward Soja (1993) recorreu a uma figura extraída dos contos de Jorge Luis Borges, o *Aleph*, "(...) o único lugar da Terra onde se acham todos os lugares, um espaço ilimitado de simultaneidade e paradoxo, impossível de descrever numa linguagem menos do que extraordinária" (p.8).

Na "Condição pós-moderna", David Harvey (1993) propôs o conceito de *compressão do tempo-espaço* para exprimir processos "(...) que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos" (p. 219).

Milton Santos discutiu a "aceleração contemporânea" (1994), resultante de acelerações anteriores que desencadeariam as circunstâncias que impuseram o período histórico atual. Entre essas circunstâncias, destacou "um arranjo deliberadamente destinado a impedir que se imponham a ideia de duração e a lógica de sucessão (p. 29)."

Seria em impulsos dessa natureza em que se engendraria a psicoesfera propícia à difusão de limites artificiosos à análise crítica e, consequentemente, à crítica propositiva. O "pensamento único" (Arantes, Vainer, Maricato, 2000) comportava-se assim, nesse domínio do imaginário, como sistema lógico e redutor das possibilidades de reflexão e de ação política. A coisificação dos valores e das necessidades humanas fundamentais diminuindo o sentimento de liberdade individual e de elaboração de projetos para o futuro.

Tais controles impedem que os projetos hegemônicos se demonstrem com nitidez. O neoliberalismo, uma dessas criações ideológicas, para não dizer pereniza, incentiva a manutenção da exclusão social, incrementando-a, inclusive, como consequência perversa socialmente aceitável. Afinal, a exclusão social decorre da distribuição imoral das riquezas, reproduzindo a essência do modelo praticamente inalterada há séculos como um "mal necessário". Conferem-lhe, desse modo, as condições de exercer hegemonia sobre outros projetos e aspirações sociais. Surge, assim, um período de intensos conflitos organizacionais, das estruturas espaciais herdadas do passado recente às que, solidariamente ou não, correspondem ao projeto hegemônico

de unificação global. O momento é de profunda transição entre formas diferentes de organização social, política e econômica. Historicizadas, as formas que se sucedem poderão aumentar as chances do mundo contemporâneo tornar-se portador de simetrias socialmente justas. Há pré-condições favoráveis para se pensar nisso.

Nesse contexto difuso, a factibilidade das estratégias colocadas de lado pelo discurso hegemônico sofre dos obstáculos do instrumentalismo analítico e pelas ações que ele revigora. As possibilidades de se conjecturar outros possíveis históricos não se tornam aparentes, e, por isso, se fosse o caso, nem mesmo podem ser potencializadas pelo Estado que, redesenhado, as reconhecessem legítimas. Contudo, essas formas alternativas de organização social, política e econômica revelam-se autônomas. Estão, inclusive, já postas em jogo na "dialética do mundo concreto", no "território usado" proposto por Milton Santos (1994; 2000).

"O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado" (1994, p. 16). Fala-se, então, de território-espaço humano em sua inteireza, e não do espaço determinado pelas convergências disciplinares. A hipótese é que (1) a teoria social crítica é pré-requisito para a compreensão da organização espacial na atualidade e que (2) o território usado constitui-se como categoria central de análise.

Nessa direção, o território usado pode ser abordado como paradigma de práticas e políticas socialmente necessárias. Nas cidades e nas regiões, arenas das conveniências da economia globalizada, convivem lado a lado, territorializadas, outras solidariedades das quais poderão surgir políticas capazes de respeitar particularidades ainda não hegemonizadas.

Por hipótese, esse posicionamento metodológico abre possibilidades de se entrever outras lógicas coerentes, porém ocultadas, que convivem dialeticamente com as racionalidades da globalização. Essa abordagem é especialmente importante nas políticas públicas de caráter territorial, como é o caso do planejamento urbano e regional[1]. Quando a dimensão territorial é

[1] Aqui o planejamento urbano e regional está sendo considerando no rol das técnicas de "controle social" (Mannheim, K. *Man and society in an age of reconstruction*. Londres: Routlege & Kegan Paul, 1940). "Mannheim, na análise

considerada nesse processo, surgem novas proposições com a virtude de estreitar a relação indissociável entre teoria e *práxis*, sob outros nexos organizacionais.

Pois seria esse o substrato ideal para o surgimento de uma nova episteme que deliberadamente pode possibilitar a formulação de práticas e políticas socialmente necessárias em pleno século 21.

Paradoxalmente, é da aparente desorganização dos dias atuais que emergem indícios de um novo período. O próprio engenho humano encarrega-se de gerar contra-racionalidades – referidas como "irracionalidades" por aqueles que desejam ver como única a racionalidade hegemônica (Santos, 2000, p. 110) —, que impulsionam a sobrevivência e o futuro da maioria. Essas dinâmicas ajudam a compreender processos que se estendem à dimensão da cultura e à reinterpretação das relações homem-natureza, ou mesmo à sua reinvenção. A questão é que essas outras dinâmicas e processos subvertem a lógica do mercado e as convenções científicas, que relutam em reconhecer no lugar, no território vivido, o repositório de um novo período.

"Território usado" (Santos, 1994; 2000) e "mercado socialmente necessário" (Ribeiro, 2005) são conceituações decorrentes da reorientação epistemológica da noção de espaço geográfico proposta por Milton Santos (1996). Por meio da análise do mundo contemporâneo em sua totalização no fenômeno territorial, a teoria social crítica contextualiza, de forma fundamental, a constituição do atual "meio técnico-científico-informacional", meio que, com o advento da globalização, passa a produzir as pré-condições necessárias ao surgimento de um novo período histórico: o "popular" ou "demográfico" (Santos, 2000).

Nessa direção, as práticas e políticas territoriais socialmente necessárias corresponderiam às possibilidades de se balizar uma forma de planejamento: o planejamento socialmente necessário. Se o planejamento for compreendido no rol das "técnicas de controle social" (Mannheim, 1940, apud Pereira, 1970, p.

---

dos controles sociais, utiliza amplamente a noção de técnicas sociais, que em sua obra faz par com a de técnicas materiais, no que reencontramos, portanto, as duas macrodimensões da *praxis* coletiva: relações homens-homens e relações homens-natureza" (Pereira, 1970, p.14).

14), as práticas e políticas socialmente necessárias são definidas à medida que o controle social se desloca da dualidade Estado-Mercado para o Território — este, por sua vez, alçado à instância ativa da sociedade, "como a economia, a cultura e a política" (Souza, 2005, p. 252). O planejamento socialmente necessário reforça o controle socioterritorial da ação política na organização do espaço humano, acenando, com isso, a possíveis caminhos históricos potencialmente libertários.

Do ponto de vista do planejamento urbano-regional, pode-se dizer que essa outra possibilidade corresponde, grosso modo, ao que Boisier denominou de "paradigma construtivista/complexo", em confronto ao neoliberalizante "paradigma positivista/analítico" (2003, p. 368-369). O planejamento, então, poderia "ser identificado como uma "engenharia de intervenções territoriais" e as regiões, como os edifícios, espaços socialmente construídos" (2003, p. 369).

E essa complexidade impõe revisões epistemológicas importantes, como, por exemplo, a substituição da tríade clássica de agentes – Estado, Mercado e Sociedade – por categorias que traduzem melhor a heterogeneidade dos agentes sociais: (1) dirigentes políticos; (2) planificadores e demais tecnocratas; (3) outros burocratas; (4) capitalistas e empresários; (5) gerentes e outros tecnocratas; (6) oficiais militares; (7) juízes e advogados; (8) dirigentes sindicais; (9) dirigentes de associações profissionais; (10) proprietários de meios de comunicação; (11) acadêmicos e intelectuais; (12) dirigentes de organizações religiosas; (13) dirigentes de organizações estudantis; (14) dirigentes e ideólogos que rechaçam a economia de mercado; (15) dirigentes de movimentos de pobres rurais e urbanos (Wolfe, 1987).

O texto "Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário", de Ana Clara Torres Ribeiro (2005), é um convite a pensar sobre outras dimensões espaciais que necessitam de abordagens como as que a autora propõe. Ou seja, sob o foco do "socialmente necessário". Esse ponto de vista repousa no conceito de "território usado", trazendo à tona, desde agora, uma particularidade possível do período popular da história. Portanto, avança na prospecção de tendências.

O texto *Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário*, de Ana Clara Torres Ribeiro (2005), é um convite a pensar sobre outras dimensões espaciais que exigem abordagens como a proposta da autora — isto é, sob o foco do "socialmente necessário". Esse ponto de vista repousa no conceito de "território usado", trazendo à tona, desde já, uma particularidade possível do período popular da história. Trata-se, portanto, de um avanço na prospecção de tendências.

A noção de "mercado socialmente necessário" é resultado da "análise pertinente", isto é, "quando o analista sabe claramente o que está fazendo". O "conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrito" (Morin, 2002, p. 15). No caso, produzindo "os instrumentos analíticos de que necessitamos para enfrentar a dura tarefa de interpretar a realidade social" (Santos, 1988, p. 3).

Cada vez mais abstrato e fundamentalmente financeiro, o mercado ativa relações socialmente necessárias por emulação dos segmentos sociais não completamente envolvidos nas relações de produção formalizadas. Elas se desenvolvem orientadas por noções de valor indispensáveis à sustentação das sociedades, originando solidariedades que, dotadas de grande potencial transformador, emergem territorializadas nos lugares. A abordagem pode contribuir para a formulação das teorias explicativas da organização espacial do mundo contemporâneo. Ela desenvolve uma possibilidade teórica que, simultaneamente, apresenta uma possibilidade de ação política. De política territorial.

A hipótese é que estão surgindo outras configurações culturais e uma imensa diversidade de situações **incompreendidas pelo pensamento e pela lógica estritamente instrumental**. Sob a mesma unidade discursiva, essas novas configurações e diversidades são geralmente ignoradas na instrumentalização do planejamento, e isso aumenta as desigualdades, acentua os processos de exclusão e, **consequentemente**, favorece a multiplicação de relações socialmente necessárias. Ou seja, relações imprescindíveis e inadiáveis.

Análises e soluções descontextualizadas das dinâmicas e processos socioespaciais em seus sentidos mais largos são in-

suficientes para dar conta de uma explicação satisfatória do mundo contemporâneo. Partem de crenças utilitaristas, tais como a de que o progresso tecnológico é inexaurível, e de que a "dinâmica do mercado é capaz de gerar, de maneira automática, a distribuição mais justa da riqueza" (Cadernos IPPUR/UFRJ, 2006, p. 3). A informalidade se combate com a regulação tributária e fiscal. A violência, com ampliação do sistema prisional e da polícia. A produção, o estoque e a disponibilidade de alimentos são enormes, mas, ainda assim, o lixo é recurso para alimentar milhões de pessoas.

Nem o progresso tecnológico é inexaurível, nem a mão invisível do mercado distribuirá riqueza. A crença de que a inteligência artificial resolverá tudo é uma ilusão tecnicista revestida de otimismo acrítico, uma atualização contemporânea da velha fé no progresso tecnológico como panaceia. É certo que a robotização, já antevista pela cibernética de Norbert Wiener nos anos 1940, precarizará ainda mais o emprego. E nem todos serão pagos para assistir televisão, como projetou Domenico De Masi em sua ideia de ócio criativo dos anos 1990.

Na globalização, o avanço do capitalismo e o triunfo da concepção neoliberal de mercado conduzem a diversas derivações do totalitarismo, autorizado, como nunca, a se descomprometer do humanismo. Mas é justamente o acirramento das contradições aí instaladas que produz as pré-condições das quais emergem os movimentos de reação. Estruturadas de "baixo para cima" (Stöhr, 1981, apud Silva Neto, 2003, p. 369), as novas configurações socioculturais aumentam seu peso político ao territorializarem solidariedades orgânicas nos lugares, praticadas pelos homens comuns na luta cotidiana pela sobrevivência. Reagindo a variáveis como a pressão demográfica e ao projeto da maioria, tais configurações poderão potencializar o desvanecimento do período anterior, impondo os condicionantes do novo. A transição para o "período popular da história" estaria, então, fundamentada na criatividade cotidiana e por meio de muitas formas de superação das racionalidades hegemônicas. Algumas, inéditas; outras, práticas ancestrais, como a troca direta de mercadorias.

Conclusão: do território vivido e do mercado socialmente necessário às ações socialmente necessárias

O território não pode mais ser compreendido como cenário. É instância ativa da sociedade, que condiciona a tudo e a todos, indistintamente. Ao atribuir significado categórico à totalidade em movimento, o território rechaça as ideias de fragmentação e, por abranger a todos, também rechaça a banalização do abuso. O território é agente na medida em que atua como instância mediadora da interação indispensável entre outros agentes, entre eles, a própria sociedade, o Estado e o mercado.

Esse território, que não exclui, mas que pode e deve ser base para o uso extensivo pelos cidadãos, por todos: sociedade e empresas, torna-se visível como território usado, praticado pelas experiências humanas, o que inclui as dos homens lentos. O território usado resulta da historicidade das práticas sociais, inclusive — e sobretudo — da experiência vivida por esses homens lentos. Nessa acepção, é capaz de instigar a natureza ativa do intelectual anônimo, especialmente quando se trata de especular sobre possíveis cenários históricos. Entre esses, Marx projetou um futuro livre, voltado ao usufruto da maioria.

Derivado dessa concepção territorial e da experiência concreta dos homens lentos, o "mercado socialmente necessário" é um marco filosófico-político-projetual. Essa concepção emerge da dialética do mundo concreto, empiricamente observável nas dinâmicas e contextos da "cultura ordinária" (Certeau, 1998, apud Ribeiro, 2005, p. 95) vivida pelos homens comuns e lentos.

O "mercado socialmente necessário" é um marco filosófico-político-projetual. Parte do esforço de uma interpretação compreensiva da realidade social e alcança o projeto como indagação de possibilidades. O conceito representa avanço na compreensão das dinâmicas do período popular da história, propondo, dessa maneira, novas formas políticas de sociabilidade. O conceito é porta-voz da dinâmica do homem-lento, de sua cultura ordinária "portadora de futuros e inventora de soluções" (Ribeiro, 2005, p. 96).

Em pouquíssimas palavras, o mercado socialmente necessário indica que a concepção hegemônica de mercado não é a

única versão possível das trocas econômicas, anuncia Ana Clara. O conceito responde à necessidade de se refletir analiticamente o sentido da história no período histórico atual. A lógica instrumental, que convidou Mumford a pensar no fim das cidades, da eópolis à necrópolis, é a mesma que supõe a emergência de uma sociedade constituída por fluxos. O confronto da economia real – das forças produtivas – com a economia abstrata da rede global de especulação de valores configura um embate frequentemente estampado em situações muito dolorosas. Em confronto à mortandade de milhares de pessoas que necessitam de tratamento de saúde, os royalties cobrados pelos medicamentos sustentam as ações das indústrias farmacêuticas na bolsa de valores.

Diante de tantas evidências da "crise de racionalidades", pode parecer "inútil insistir na crítica à concepção hegemônica de mercado, não apenas pela força alcançada pelo pensamento dominante, mas, sobretudo, porque muitos já realizaram esta crítica com grande competência" (RIBEIRO, 2005, p. 103). Mesmo assim, é possível confrontar o modelo dominante; ainda é possível derrubar a barreira que impede a formulação de políticas autênticas. A política "com P maiúsculo", distinguida por Milton Santos, aquela destinada a formar cidadãos — com direitos — e não meros consumidores — com privilégios (SANTOS, 1987).

Assentado no território usado e praticado, o conceito de 'socialmente necessário' apresenta inúmeros desafios, tanto teóricos quanto práticos — interpretativos e projetuais — nas diversas dimensões do espaço construído que exigem essa abordagem estratégica.

A começar pelo planejamento socialmente necessário, focado na política e no território e não na gestão e no planejamento setorial-indicativo, as ações socialmente necessárias promovem o território usado como categoria central de análise nas técnicas de planificação. No âmbito regional, os regionalismos — o território considerado homogêneo pelos homens que ali vivem —, embora não excluam as regiões de mercado e empresas, podem levar a regionalizações — o território considerado homogêneo do ponto de vista do Estado.

Outro exemplo, à primeira vista banal, inter-relaciona arte, técnica e política: a arquitetura e todos os circuitos produtivos

envolvidos no mercado da construção civil, inclusive o setor imobiliário. O projeto de arquitetura é um exemplo típico de prática que pode — e deve — tornar-se socialmente mais necessária. A estética arquitetônica está estreitamente vinculada à ética do projeto. A forma carrega uma razão social, de natureza comunicativa; resulta mais de uma causa do que de um estilo, como observou Anatole Kopp em seu livro Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. Essa orientação possível envolve processos e técnicas socialmente necessárias, distinguindo a chamada "arquitetura supérflua" da necessidade social do habitar (REIS FILHO, 2001).

Com essa mudança de foco — que é também uma mudança de escala e de linguagem, e não apenas um deslocamento técnico, mas uma transformação na sensibilidade política e teórica —, as perspectivas libertárias e criativas tornam-se francamente possíveis. É nesse horizonte que a urbanologia — ancorada no território vivido e na crítica social — pode se afirmar como campo de ação propositiva. Afinal, o desejo é que as humanidades e as ciências sociais conduzam ações capazes de libertar o homem do fetiche que ele próprio ergueu como prisão e destino.

Referências bibliográficas

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. São Paulo: Cultrix, 2014.

CLAVAL, Paul. *La logique des villes: essai d'urbanologie*. Avec la collaboration de Françoise Claval. Paris: Litec (Librairies Techniques), 1981. (Collection Géographie Économique et Sociale, Tome XV).

CORNU, Marcel. De la nécessité d'une "urbanologie". *Les Lettres françaises*, Paris, 19 mar. 1969.

FERNANDES, Ana. Decifra-me ou te devoro: urbanismo corporativo, cidade-fragmento e dilemas da prática do urbanismo no Brasil. In: GONZALES, Suely F. N.; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; PAVIANI, Aldo (orgs.). *Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria, prática*. São Paulo; Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. p. 83–107.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 180 p. (Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 54). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

LATOUR, Bruno. *Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte & Syros, 1997.

LINARDI, Fabrício de Francisco. *A práxis contemporânea da arquitetura e do urbanismo no Brasil*. São Paulo: LDS, 2024. ISBN 978-85-391-0963-0.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PEREIRA, Luiz. *Ensaios de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista. Entrevistador: Miguel Alves Pereira. Resenha: Lucinda Ferreira Prestes. In: PEREIRA, Miguel Alves; SAWAYA, Sylvio Barros (orgs.). *Cadernos de Arquitetura FAUUSP: registro do pensamento dos arquitetos da FAUUSP nos últimos 25 anos*. São Paulo: Pini; FUPAM, 2001. p. 62–67.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Catia Antonia da; BERNARDES, Julia Adão; ARRUZZO, Roberta Carvalho. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 93–111.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; LOURENÇO, Alice. Discurso tentativo sobre o anonimato: reflexões sobre o fazer analítico em tempos de incerteza. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 197–220, jan./dez. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/LQMssMh4NLbCBdvdxGwjVLM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 2 abr. 2025.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988. (Coleção Geografia: Teoria & Realidade).

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *The peripheral modern urbanism*. Conferência apresentada no Encontro do Comitê Internacional para Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno (Docomomo). Brasília, 2000. Disponível em: https://3seminario.plurau.com.br/wp-content/uploads/2024/06/ThePeripheralModernUrbanism_MiltonSantos.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

SILVA NETO, Manoel Lemes da. Milton Santos 20 anos – Arquitetura e urbanismo, técnicas doces. In: ARROYO, Mônica; SILVA, Adriana M. Bernardes (orgs.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 183–202. Disponível em: https://doi.org/10.11606/9788575064436. Acesso em: 18 maio 2025.

SOMEKH, Nadia; BALBIM, Renato. Urbanismo corporativo ou urbanismo social: qual proposta para o Brasil? *Arquitextos*, São Paulo, v. 23, n. 276.00, maio 2023. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/23.276/8692. Acesso em: 2 abr. 2025.

WOLFE, Marshall. Agentes del desarrollo. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 31, 1987.

Em busca de outros enfoques: aproximações entre o circuito inferior da economia urbana e o planejamento insurgente

Marina Regitz Montenegro

Introdução

A dimensão e o dinamismo assumidos pela economia popular nas maiores cidades brasileiras revelam o contexto de escassez em que vive parte expressiva de sua população. Embora as grandes cidades reúnam múltiplas divisões do trabalho, que coexistem por meio de relações hierárquicas de concorrência e complementaridade, o mercado de trabalho urbano no país constitui-se majoritariamente de trabalhadores autônomos, micro e pequenos negócios. Ancorado em diferentes estratégias de sobrevivência e de organização do território, o circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1975) engloba múltiplas formas de consumo e de trabalho de uma economia desenvolvida com graus reduzidos de capital, tecnologia e organização.

Resultado indireto das modernizações da atual fase da globalização, o circuito inferior renova constantemente seus conteúdos, em consonância com a imposição de nexos financeiros, técnicos e normativos advindos das exigências da divisão territorial do trabalho hegemônica contemporânea (SILVEIRA, 2019). Em um movimento dialético de resistência e adaptação, esses nexos são incorporados por agentes não-hegemônicos em suas formas de gestão da vida e do território. Conforma-se, assim, uma práxis na realização das existências, independente de normatizações, que é, em grande medida, ignorada pelo planejamento público. A busca por essa perspectiva é o ponto de partida deste ensaio, em que tecemos reflexões sobre possíveis articulações teórico-empíricas entre as dinâmicas do circuito inferior da economia urbana e a compreensão do planejamento insurgente enquanto práxis.

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_010

A urbanização pelo prisma da coexistência de usos do território

A urbanização materializa, no período atual, a forma e a expressão mais evidentes do uso do território. No Brasil, o território e a sociedade têm se tornado cada vez mais urbanizados, haja vista a velocidade do processo de urbanização nos últimos anos. No país, a população urbana passou de 55,9% em 1970 para 84% em 2010. De acordo com o IBGE, quase 88% dos brasileiros residiam em áreas urbanas em 2022, ou seja, 178 milhões de pessoas, ao passo que 25,6 milhões viviam em áreas rurais. Entre 2010 e 2022, a população urbana cresceu 0,82% ao ano; já nas áreas rurais, houve um decréscimo de 1,27% ao ano, acelerando a progressão de sua redução. As regiões Sudeste e Centro-Oeste concentraram, nesse período, os maiores percentuais de crescimento da população urbana. A população rural, por sua vez, registrou, pela primeira vez, um recuo em todas as regiões do Brasil (IBGE, 2022).

A tendência de aglomeração, com a crescente concentração nas maiores cidades, é acompanhada pela polarização da parcela política da produção e da riqueza, mas também da pobreza, de suas formas de trabalho e estratégias de sobrevivência. Assim, apesar do alargamento da divisão territorial do trabalho no país ocorrido nas últimas décadas (SANTOS e SILVEIRA, 2001), a metrópole de São Paulo segue responsável por 22,6% do PIB brasileiro (IBGE, 2023). Requisitos técnicos e organizacionais exigidos por agentes hegemônicos permanecem, em grande medida, centralizados nas metrópoles mais populosas, que se afirmam como espaços hegemônicos privilegiados (SASSEN, 2006). Por outro lado, o aumento da pobreza no país nos últimos anos concentra-se também nas maiores cidades – como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília – onde a fragmentação do meio construído e a segmentação da economia (SANTOS, 1994) revelam a coexistência de usos do território em disputa. Desde os anos 1990, verifica-se, com efeito, a ascensão da urbanização e da metropolização da pobreza no país, em detrimento de sua participação nas áreas rurais (ROCHA, 2006, 2009).

Na primeira década dos anos 2000, uma conjuntura econômica favorável combinada a uma série de políticas sociais garantiu o avanço da redução da pobreza e o aumento da renda do trabalho no país. Contudo, a partir do início da década de 2010, a conformação de um quadro de aumento do desemprego, desvalorização do salário mínimo e agravamento do endividamento resultou, entre outros fatores, na volta do crescimento da pobreza no território brasileiro. Os impactos da pandemia da Covid-19 impactaram fortemente uma crise social já em curso, com a redução da atividade econômica, a queda da renda, em especial entre trabalhadores desprotegidos, e a desestruturação de pequenos negócios (IBGE/PNAD-COVID, 2020; MONTENEGRO, 2020).

Embora as estimativas variem conforme a definição ou a linha de pobreza adotada, dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal indicam que, dentre as 40,6 milhões de famílias cadastradas em 2025, havia aproximadamente 27,8 milhões de famílias com renda per capita inferior a ½ salário mínimo no país (CECAD). Cabe destacar, nesse ponto, o recuo contínuo da taxa de fecundidade no país, tendo em vista que o tamanho médio das famílias brasileiras passou de 3,62 pessoas para 3,07 pessoas por família entre 2008 e 2018 (IBGE, 2025). De todo modo, segundo os indicadores considerados, haveria mais de 85,4 milhões de pessoas vivendo com uma renda inferior a ½ salário-mínimo no país. De acordo com a FGV Social, cerca de 27,4 milhões de pessoas viviam em situação de pobreza extrema (renda domiciliar per capita inferior a R$ 261) no país em 2022. A grandeza dos dados em questão revela a dimensão quantitativa da pobreza na formação socioespacial brasileira que, certamente, deve ser qualificada e compreendida em função do lugar considerado, assim como da época em questão. A interrogação e qualificação desses dados devem partir, assim, do pressuposto de que a pobreza atual é uma pobreza globalizada, resultante da combinação das novas hegemonias e contradições que a redefinem na contemporaneidade (SANTOS, 2000).

No período atual, os dinamismos da economia popular nas metrópoles brasileiras tornam-se crescentemente complexos. Inserida nas totalidades do mundo e da formação socioespacial, a cidade conforma uma totalidade cuja explicação não se

alcança em seus limites (SILVEIRA, 2011). Enquanto totalidade em constante processo de totalização (SANTOS, 1996), a cidade incorpora e imprime um movimento constante de adequação aos nexos do período ao conjunto de atores e atividades nela reunidos. A cidade, em sua heterogeneidade e dinamismo, revela, nessa direção, a própria condição ontológica mutante do espaço geográfico.

Nas grandes cidades, a pluralidade de diferentes divisões do trabalho assume, certamente, maior densidade. Conforme propôs Santos (1975), as divisões sociais e territoriais do trabalho aí coexistentes podem ser entendidas como circuitos da economia urbana que se distinguem em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização assumidos pelas atividades. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior. E embora todas as formas de trabalho encontrem-se integradas, o poder de uso do território varia conforme a importância do agente. O circuito superior reúne, atualmente, corporações globais e multisetoriais, grandes indústrias, empresas do ramo financeiro, empresas de consultoria, produtoras de informação e de alta tecnologia, assim como grandes firmas de *entertainment*.

Composto pelas mais diferentes formas de organização, o circuito inferior engloba microempresas pouco capitalizadas, prestadores de serviços banais, pequenos comércios, negócios domésticos e familiares, trabalhadores autônomos e ambulantes, aos quais se somam hoje formas de trabalho derivadas do avanço da "plataformização". Condição e fator do denominado capitalismo de plataforma (SRNICECK, 2017), as novas tecnologias da informação e comunicação vêm reconfigurando as relações de trabalho e, consequentemente, redefinindo o escopo do circuito inferior e suas relações com o circuito superior (MONTENEGRO, 2020). Para Langley e Leyshon (2016), a emergência desse modelo hegemônico tem impactado as condições de trabalho, as formas de consumo, distribuição e circulação, assim como a própria conformação das cidades.

Na atual fase da globalização, as mudanças recentes na economia urbana das grandes cidades brasileiras apresentam, com efeito, relações diretas com o poder alcançado atualmente

por grandes corporações multissetoriais detentoras das maiores plataformas, que regem um circuito superior de alcance global atualmente. Grande parte das ocupações geradas nos últimos anos reflete as transformações recentes no âmbito da produção, distribuição, circulação e consumo derivadas do processo de plataformização, haja vista, entre outros, a expansão da categoria de entregadores e motoristas por aplicativos. De acordo com o IBGE (PNAD, 2022), havia 1,5 milhão de pessoas trabalhando em modalidades por meio de plataformas digitais e aplicativos de serviços no país em 2022, ou seja, 1,7% da população ocupada no setor privado. Desse total, 52,2% trabalhavam em aplicativos de transporte de passageiros, 39,5% em aplicativos de entrega de refeições e produtos, e 13,2% em aplicativos de prestação de serviços. Embora o processo de plataformização venha gerando mudanças importantes na composição atual do circuito inferior, cabe sublinhar que este circuito se caracteriza justamente pela variedade de atividades que o compõem e por sua heterogeneidade interna, conforme veremos a seguir.

Essa economia popular em expansão e dispersa pelos tecidos urbanos compreende, em nossa visão, um dos elementos indispensáveis à apreensão da realidade urbana, não sob o prisma da ilegalidade ou da informalidade, mas, justamente, sob o prisma da práxis da experiência social cotidiana. Em suas estratégias de viração (TELLES e HIRATA, 2007), esses agentes garantem sua sobrevivência, muitas vezes independentemente do planejamento e de seu alcance por políticas públicas.

Do planejamento em voga a outros prismas de análise das cidades

Na atual fase da globalização, intensifica-se o protagonismo das decisões privadas na vida urbana (DE MATTOS, 2006). Em um contexto de ascensão da hegemonia do neoliberalismo e dos nexos financeiros, redefinem-se, certamente, as perspectivas e possibilidades do planejamento. Assim, ao passo que se enfraquece a concepção do planejamento enquanto ideologia e instrumento de intervenção estatal (SOUZA, 2002), a compreensão do planejamento enquanto um instrumento a serviço da

geração de um ambiente atrativo ao investimento privado se fortalece ainda mais (PIQUET e RIBEIRO, 2008).

Desde os anos 1990, cresce a pressão sobre governos locais pela adequação ao contexto de competitividade global (FREY, 2007). A concepção e realização do planejamento aproximam-se, desse modo, de uma gestão do território pautada pelas forças do mercado. O planejamento tende a se transfigurar, cada vez mais, em uma governabilidade regida pela eficácia e pela racionalidade do progresso científico voltada ao território (DAVIDOVICH, 1991). Neste cenário, em que o Estado renuncia ao seu papel regulatório (SOUZA, 2002), métodos de gestão da iniciativa privada são incorporados, fortalecendo a vertente do "planejamento estratégico" (PIQUET e RIBEIRO, 2008). As experiências do planejamento urbano e regional predominantes no território brasileiro nos últimos anos revelam, com efeito, esse contexto de maior competição entre regiões e lugares por investimentos, conforme já analisado por diversos autores (ARANTES et al., 2000; PIQUET e RIBEIRO, 2008).

No final da década de 1980, por outro lado, foi alcançada uma série de avanços institucionais no campo da política e do planejamento urbano no Brasil. A ampla mobilização de setores progressistas nos anos anteriores garantiu a incorporação de pautas da agenda da Reforma Urbana na Constituição Federal de 1988, tais como o reconhecimento da função social da cidade e da propriedade, o reconhecimento do direito à posse em assentamentos informais e à participação em processos decisórios (RANDOLPH, 2007; ROLNIK, 2009). A combinação de um *savoir-faire* prévio nos campos técnico, acadêmico e político com um novo arcabouço normativo permitiu, então, a emergência administrações municipais progressistas, voltadas à construção de políticas urbanas mais democráticas. Ao longo dos anos 1990, diversas experiências de Orçamento Participativo, Planos Diretores Participativos e Conselhos gestores, entre outras, resultaram em avanços significativos (FREY, 2007).

O mosaico dessas experiências recentes no campo do planejamento urbano país revela, segundo Randolph (2007), a complexidade do paralelismo entre dois modelos de gestão em suas grandes cidades. Por um lado, o planejamento estratégico

pautado por resultados e estratégias, simbolizado pelo modelo das Parcerias Público-Privadas; por outro, a constituição de uma vertente "democrática popular" ou "participativa" (FREY, 2007), a exemplo de gestões desenvolvidas em cidades como Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, entre outras.

Malgrado a diversidade de concepções que fundamentaram as políticas recentes de planejamento nas grandes cidades brasileiras, verifica-se, em contrapartida, que a elaboração das políticas públicas segue ignorando grande parte de sua população mais carente, assim como suas estratégias de vida e de gestão do território. Aprofunda-se, consequentemente, a fragmentação de um meio construído já desigualmente equipado, enquanto par e expressão de uma economia segmentada. A seletividade espacial dos projetos urbanos, da instalação de modernizações e dos investimentos privados segue priorizando determinadas parcelas do tecido urbano. A grande cidade é composta, no entanto, tanto por áreas equipadas e produtivas, alinhadas à racionalidade hegemônica, quanto por parcelas do meio construído já desvalorizadas que, inseridas nesse ciclo, seguem desvalorizando-se constantemente (SANTOS, 1994; SILVEIRA, 2019).

A força de uma retórica de identificação de determinadas áreas e atividades ao conjunto da cidade e das divisões do trabalho aí coexistentes resulta, porém, em uma verdadeira metonímia urbana, expressa, por exemplo, em campanhas de *citymarketing* ou por rótulos como aquele de "cidade global" (SASSEN, 1991). A pluralidade de divisões do trabalho corresponde à heterogeneidade de um meio construído em disputa entre os agentes (HARVEY, 1985). E é justamente nos interstícios do meio construído e da divisão do trabalho desprezados pelo circuito superior que grande parte da população logra desenvolver suas formas de moradia, trabalho e geração de renda.

O reconhecimento e a valorização da multiplicidade de estratégias de sobrevivência no ambiente urbano enquanto insumos para elaboração de políticas de planejamento – que reconheçam a cidade como totalidade em sua multiplicidade de divisões do trabalho – nos demandam a revisão da própria concepção de planejamento a partir da qual pensamos o território. Uma sociologia das ausências, proposta por Boaventura de S.

Santos (2003), pode contribuir nesse sentido, uma vez que propõe evitar o desperdício de experiências já disponíveis e valorizar o *savoir-faire* popular na condução da própria vida.

No bojo desse debate, a perspectiva do planejamento insurgente e do planejamento subversivo desponta como uma teoria radical que permite vislumbrar outros futuros possíveis (FRIEDMANN, 1998; MIRAFTAB, 2009; ROY, 2009). Para Law-Yone (2007), um de seus principais expoentes, a teoria do planejamento vigente reflete o discurso hegemônico, daí a necessidade de construção de um contradiscurso – uma teoria do planejamento que abranja não apenas o que existe, mas também o que pode vir a existir. Em outras palavras, um planejamento que se alimente da riqueza e da heterogeneidade das práticas imaginativas e transgressoras em diversos contextos (RANDOLPH, 2007). Ao se inspirar nas chamadas insurgências cotidianas, o planejamento subversivo se aproxima, desse modo, da própria práxis que rege o circuito inferior em seus usos do território.

De acordo com Law-Yone (2007), cabe distinguir, nesse exercício, o planejamento enquanto prática do planejamento compreendido como práxis. Sinônimo de planejamento estatutário, o planejamento enquanto prática é um mecanismo burocrático de zoneamento e regulação do uso do solo voltado ao controle e à coerção social, ou seja, corresponde, nessa visão, a uma tecnoburocracia a serviço de um projeto hegemônico. Escorado na legitimidade auferida por uma pretensa neutralidade científica em prol do interesse público, fundamenta-se em uma racionalidade técnico-instrumental, ocultando seu caráter hegemônico a serviço de determinados interesses.

Em contrapartida, o planejamento enquanto práxis visa um planejamento autônomo, baseado nas tentativas cotidianas das coletividades de desenvolver e gerenciar suas próprias vidas (LAW-YONE, 2007). Sob essa ótica, ações coletivas e espontâneas, que muitas vezes representam reações ao planejamento estatutário ou à sua ausência, constituem, destarte, o insumo do planejamento. Trata-se da energia mobilizada cotidianamente por agentes, ancorados em seu território, com vistas, por exemplo, à emancipação em periferias, em ocupações, em experiências de autogestão conduzidas por comunidades marginalizadas, em

experimentos de finanças solidárias, entre outros (FRIEDMANN, 1988; MIRAFTAB, 2005).

A práxis do circuito inferior enquanto insurgências

Um olhar atento à complexidade das cidades brasileiras, na busca pelo conteúdo geográfico do cotidiano da maioria (SANTOS, 1996), depara-se com territórios e sociedades extremamente desiguais, evidenciando o processo de urbanização e metropolização da pobreza no país. Para Holston (2007), a dimensão da pobreza urbana nas cidades dos países menos desenvolvidos se traduz em uma "urbanização insurgente", ou seja, na condução da vida de parte expressiva da população e da organização do território por meio de um planejamento espontâneo, não conduzido pelo Estado.

Nas metrópoles brasileiras, estima-se que 80% dos domicílios estivessem localizados em habitações precárias ou favelas no início dos anos 2000 (MARICATO, 2006). Dados do IBGE (2022), baseados em uma metodologia específica de classificação de aglomerados urbanos, indicavam que 6% da população vivia em favelas no Brasil em 2010. Atualmente, esse percentual já supera 8%. A maior parte das áreas ocupadas neste momento por favelas consolidou-se entre os anos 1950 e 1980, em paralelo ao crescimento acelerado das cidades brasileiras. Embora parciais, indicadores como esses revelam a extensão de uma "crise urbana que leva 16 milhões de pessoas a 'improvisarem' para viver" (SIMÕES e BITTENCOURT, 2025).

Nesses contextos, a experiência da escassez aparece como um grande denominador comum (SANTOS, 1996). Enquanto reação, a profusão de formas de improviso se estende para além da questão habitacional, englobando as mais diferentes formas para gerar ocupação e renda entre os pobres e migrantes. O grau de carência do cotidiano de grande parte da população nas cidades implica, com efeito, a reprodução diária dessas práticas sociais que podem compreender, por sua vez, o insumo de experiências já em curso para a construção do planejamento insurgente. Nessa direção, é preciso reconhecer que parte do debate

mais recente sobre favelas e periferias tem incorporado perspectivas que buscam compreendê-las não apenas como espaços de carência, mas também de iniciativas de autovalorização e resiliência a serem integradas às políticas públicas (SIMÕES e BITTENCOURT, 2025).

Conforme afirma Santos (2000, p.144), "gente junta (...) cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada". A partir dessa experiência cotidiana, emergem contrarracionalidades que, do ponto de vista econômico, são muitas vezes denominadas como informais e/ou marginalizadas; ou mesmo compreendidas como irracionais frente aos critérios hegemônicos. Sem seguir parâmetros e grande parte das normatizações – das quais, na verdade, frequentemente não têm conhecimento (SILVEIRA, 2007) –, os diversos tipos de trabalhos desempenhados pela população de baixa renda asseguram sustento e ocupação para milhões de pessoas. A variedade de atividades realizadas e sua contínua adaptação, à luz dos nexos do período, demonstram como a criatividade é uma característica intrínseca ao circuito inferior da economia urbana. Essa adaptabilidade do trabalho entre os pobres nas grandes cidades pode ser entendida como a manifestação da denominada "flexibilidade tropical" (SANTOS, 1996), ou seja, uma infinidade de ofícios, uma multiplicidade de combinações em constante movimento, com grande capacidade de adaptação e sustentadas no próprio meio geográfico.

O alcance da unicidade técnica, característica da globalização, revela-se na banalização alcançada pelo sistema técnico hegemônico. Desde o início dos anos 2000, a incorporação de artefatos digitais e informacionais tem avançado entre os agentes do circuito inferior no país, chegando hoje a um grau inédito de banalização com os smartphones, do acesso à internet e às mídias sociais. Há 258 milhões de celulares inteligentes em uso no Brasil hoje, ou seja, 1,2 smartphone por habitante (IBGE, 2025). Com a difusão da internet e o avanço da digitalização da economia, esses dispositivos tornaram-se, progressivamente, indispensáveis à participação na divisão do trabalho na economia popular, permitindo o alargamento do alcance de seu mercado e a ampliação das atividades realizadas por agentes menos capi-

talizados. No início dos anos 2000, por exemplo, o alargamento da divisão do trabalho no circuito inferior se refletiu, entre outros, na profusão de *lan houses* nas periferias e na diversificação de tarefas realizadas por pequenas gráficas. Em 2008, estima-se que 47,5% dos brasileiros acessassem a internet por meio de *lan houses*, as quais representavam, então, o segundo meio de acesso mais usado, superado apenas pelos computadores domésticos. Em 2010, a estimativa do setor é que houvesse 100 mil casas do tipo em operação no Brasil, hoje, porém, somente 7% da população declara frequentar *lan houses* para acessar a internet (CETIC/NIC, 2024). A velocidade das transformações na atual fase da globalização exigiu, assim, um movimento de adaptação por parte desses estabelecimentos que lograram resistir às mudanças em curso. Destarte, os serviços oferecidos pelas *lan houses* passaram a incluir a abertura de MEIs, a elaboração de currículos e contratos de aluguel, assim como o preenchimento de pedidos de naturalização no país para imigrantes.

A combinação de atividades e tarefas não relacionadas entre si em um mesmo ponto do circuito inferior, já identificada como uma expressão da flexibilidade tropical nas cidades brasileiras (MONTENEGRO, 2014), também se renova frente aos nexos hegemônicos. Daí a multiplicidade de novas combinações inusitadas de atividade em pequenos estabelecimentos em bairros populares, ou até mesmo em residências, com o aproveitamento de garagens e quintais. Evidencia-se aí a importância do compartilhamento dos custos referentes ao meio construído para garantir acesso ao mercado consumidor, ou ainda o recurso a formas para driblar esses gastos.

Atualmente, as manifestações da flexibilidade tropical revelam, ao mesmo tempo, reações possíveis à ascensão da plataformização do trabalho e do consumo. Nessa direção, a hegemonia alcançada pelos aplicativos tem implicado, por um lado, novas formas de subordinação do circuito inferior ao superior, com a diversificação dos meios de expropriação do trabalho e da renda da população de baixa renda e pequenos negócios regidos pelas lógicas das grandes plataformas. A adesão aos aplicativos, ao comércio eletrônico e às mídias sociais como meios de comercialização exige uma série de contrapartidas por parte de

agentes menos capitalizados, aprofundando sua dependência técnica e financeira às grandes corporações do ramo. Por outro lado, despontam, ao mesmo passo, formas de apropriação criativa dessas técnicas, tais como a criação de aplicativos de transporte pelos próprios motoristas, evitando a rigidez normativa e as porcentagens cobradas pelos grandes aplicativos. Inicialmente restritas às metrópoles para o atendimento de áreas não cobertas pelos aplicativos (MONTENEGRO, 2020), essas iniciativas têm se difundido pela rede urbana. Seu desenvolvimento muitas vezes envolve relações com pequenas empresas de *software*, especializadas em criar plataformas a partir de aplicativos genéricos e customizáveis para pequenos negócios.

A ascensão do cooperativismo de plataforma destaca-se, nesse campo, como um conjunto de práticas associativas para a organização de empresas que operam em plataformas de propriedade conjunta e de gestão democrática. Através de formas de "propriedade coletiva, possuídas pelas pessoas que geram a maior parte do valor", as cooperativas de plataforma compreendem formas de reação à "vampirização" dos lugares e à "espoliação da multidão" pelo capitalismo de plataforma (SCHOLZ, 2017, p. 25 apud CASTANHEIRA, 2023). As cooperativas de plataforma tendem a partilhar princípios, como a valorização da economia local e a garantia de condições dignas de trabalho. Nesse modelo, os sistemas técnicos são concebidos de forma coletiva e os dados são compartilhados entre as cooperativas, favorecendo a criação de novos coletivos. Uma agenda da democracia dos dados, divididos inclusive com atores governamentais, contrapõe-se, assim, ao ocultamento das informações pelas grandes plataformas de aplicativos (CASTANHEIRA, 2023). Embora ainda constitua uma iniciativa incipiente no país, algumas iniciativas de cooperativas de plataformas já se encontram mais estabelecidas, sobretudo no ramo de entregas e transportes, como o Pedal Express e a Puma Entregas em Porto Alegre, a Señoritas Courier e o coletivo Contrate Quem Luta em São Paulo.

As contrarracionalidades aos imperativos dos sistemas técnicos abrangem, hoje, também a apropriação de redes sociais como meios para publicidade e comercialização. Emerge, nesse sentido, uma estratégia crescentemente mobilizada por peque-

nos negócios do circuito inferior que visam adentrar o comércio eletrônico, mas não reúnem o conjunto de condições para aderir aos chamados *marketplaces* (AMORIM FOSSALUZA, 2025).

Todas essas situações podem ser compreendidas como manifestações atualmente assumidas pela flexibilidade tropical, mas também como expressão da docilidade das técnicas a partir da qual surgem usos não previstos (GAUDIN, 1978). Conforme sintetiza Santos (1996, p. 210) a insubordinação às racionalidades dominantes, inclusive àquelas de ordem técnica, gera "uma adaptação criadora à realidade existente (...) outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo". A unicidade técnica, um dos fundamentos da globalização contemporânea (SANTOS, 2000), aponta, dessa forma, para um conjunto de possibilidades já disponíveis nos territórios vividos e compartilhados.

As experiências cotidianas de escassez concentram-se, em grande medida, nas periferias das grandes cidades. Em um meio construído urbano desvalorizado e desequipado, concentram-se grandes contingentes populacionais de baixa renda. Nesses territórios, desenrolam-se estratégias ancoradas, em grande medida, na própria contiguidade, na densidade comunicacional e na proximidade do mercado (MONTENEGRO, 2014). Uma solidariedade de caráter orgânico (SANTOS, 1996) perpassa ações cotidianas, entendidas aqui como a própria práxis, que se manifestam em várias tentativas de enfrentar as carências que marcam a vida na pobreza. Nesse movimento, realizam-se os mais diferentes tipos de trabalho, iniciativas culturais, experiências de autogestão territorial, soluções habitacionais como organização de ocupações, autoconstrução, mutirões. Como reação ao planejamento estatutário (LAW-YONE, 2007), aos seus resultados indiretos ou à própria ausência do planejamento, um *savoir-faire* independente das normatizações se expressa, assim, em múltiplos espectros.

A hegemonia dos nexos financeiros na atual fase da globalização revela-se, entre outros, no alcance do processo de financeirização da pobreza. Se, por um lado, a creditização das classes populares permitiu a expansão do consumo, implicou, por outro, o aumento do endividamento e da inadimplência no

país (MONTENEGRO e CONTEL, 2017). Multiplicam-se hoje, ao mesmo tempo, os canais de vampirização da poupança popular, estendendo-se, como vimos, à própria plataformização. A capilaridade lograda por novos canais de drenagem oligopolizados por grandes corporações agrava a pobreza de grande parte da população. O grau de expropriação em curso contrasta com a escassez de capital do cotidiano da maioria; enquanto a imprescindibilidade de uma "economia dos centavos" (MONTENEGRO, 2014) segue revelando o quanto o dinheiro pode e deve, de fato, "render" entre a população de baixa renda.

Caminhos no repensar das cidades e do planejamento

Nas cidades brasileiras, o desenho de grande parte das políticas públicas segue reproduzindo, hoje, intervenções pontuais que garantem um equipamento seletivo do território e que reforçam a conformação de metrópoles corporativas (SANTOS, 1994). Frente aos imperativos das finanças, cresce a pressão para que o Estado provenha um equipamento que sustente a valorização e a rentabilidade do grande capital no meio urbano. Nesse movimento, intensifica-se o processo de oligopolização do território conduzido, em grande medida, pelo Estado. O planejamento em voga contribui, assim, para que a grande cidade se consolide, cada vez mais, como meio para oligopolização da economia e como a própria manifestação de uma economia oligopolizada (SILVEIRA, 2010). Essa condição oligopolista da cidade é, porém, um processo que não se completa, haja vista o aprofundamento da fragmentação do território em um meio construído desigualmente valorizado.

Como resultado, aprofunda-se, ao mesmo tempo, a segmentação de uma economia urbana atravessada pela velocidade assumida pela aceleração contemporânea e por novas hegemonias características da época. O questionamento à crise urbana em curso se realiza, porém, justamente por meio de uma "viração" popular cotidiana que se traduz, muitas vezes, em resistência política e na organização de movimentos que confrontam a capacidade de resolução pelo planejamento es-

tatutário e formal. Conforme sintetiza Roy (2009), a vida tende a se desenrolar, assim, em um misto de desregulamentação, ambiguidade e "informalidade", dada a ingovernabilidade gerada pelo próprio planejamento.

No bojo desse debate, o planejamento insurgente desponta como uma teoria que busca se nutrir da heterogeneidade da práxis, valorizando práticas imaginativas e transgressoras nas mais diversas situações geográficas. A riqueza dessas ações desenvolvidas cotidianamente pelas coletividades na condução de suas existências nos territórios representa, nesse sentido, o insumo para a construção do planejamento insurgente.

O grau de desigualdade das cidades brasileiras explicita a importância da busca por novos caminhos para o planejamento, visto que o que está em jogo no planejamento é o próprio sentido da vida coletiva nos espaços urbanos (SOUZA, 2002). Para Law-Yone (2007), a reinvenção do planejamento exige a construção de um novo modo de olhar as coisas – no sentido da descolonização do pensamento teórico – e de um novo modo de fazer as coisas, ou seja, uma reinvenção das próprias práticas do planejamento. Nesta linha, Miraftab (2009) ressalta a urgência de uma contra-hegemonia que desestabilize o "estado normal das coisas", que logre destituir a governança neoliberal do domínio do planejamento.

Na atual fase da globalização, o grande desafio continua a ser, certamente, o enfrentamento da pobreza estrutural. Nessa direção, Ribeiro (2002) enxergou articulações possíveis entre a compreensão das cidades a partir dos circuitos da economia urbana e a construção de outras concepções de planejamento. Um planejamento socialmente necessário (RIBEIRO, 2002) priorizaria, assim, uma maior provisão de recursos às necessidades geográficas dos agentes do circuito inferior, criando as condições de produção para uma multiplicidade de atores com existências concretas. Medidas como a construção de infraestruturas apropriadas às suas atividades, a oferta de créditos públicos a juros mais baixos, a exclusividade do mercado em certas áreas, a maior participação na escala de compras e serviços demandados pelo poder público apontam algumas das prioridades nesse sentido (SILVEIRA, 2010).

O esforço de aproximação entre a compreensão das dinâmicas do circuito inferior e a corrente do planejamento insurgente demanda, certamente, novas teorizações para pensar a pobreza e o território em movimento. Um planejamento socialmente necessário que se insurja contra a ordem oligopolista desponta, a princípio, como caminho possível para "construção de um futuro mais justo socialmente e menos desigual territorialmente" (PIQUET e RIBEIRO, 2008, p. 58). Nesse exercício, entender o mundo como um conjunto de possibilidades reais, factíveis sob determinadas condições, como propõe Santos (1996), permite enxergar certas potencialidades já contidas na realidade. Nesse sentido, Santos (2000) vislumbrou a possibilidade de que, a partir do território usado e dos lugares, fosse gestado, futuramente, um período popular, baseado na formação de uma "política dos de baixo" e no próprio pragmatismo existencial exercido no cotidiano solidário e contraditório da maioria. Cremos, por fim, que a construção de outros futuros passa não apenas pelo reconhecimento das estratégias de sobrevivência e de organização do território, mas, sobretudo, pela valorização e potencialização desses saberes populares na concepção de novas formas de planejamento.

Bibliografia

AMORIM FOSSALUZA, M. F. O feed como vitrine: uma análise preliminar do comércio eletrônico nas mídias sociais da empresa Meta Platforms. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 12, n. 2, p. 207–223, 2022.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTANHEIRA, G. R. A intensificação do uso algorítmico do território brasileiro e a força do lugar: da plataformização do trabalho à formação de associações, coletivos e cooperativas. In: TOZI, F. (Org.). *Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais*. São Paulo: Max Limonad, 2023. p. 289-304.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC). Pesquisas e indicadores, 2024. Disponível em: https://www.cetic.br/pt/publicacoes/indice/pesquisas/.

DAVIDOVICH, F. Gestão do território, um tema em questão. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 53, n. 3, p. 7-31, 1991.

DE MATTOS, C. A. Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas. In: LEMOS, A.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO/USP, 2006. p. 41-75.

FREY, K. Governança urbana e participação pública. *RAC-Eletrônica – Revista de Administração Contemporânea*, v. 1, p. 136-150, 2007.

FRIEDMANN, J. Planning theory revisited. *European Planning Studies*, v. 6, n. 3, p. 245–253, 1998.

GAUDIN, T. *L'écoute des silences, les institutions contre l'innovation?*. Paris: Union Générale des Éditions, 1978.

HARVEY, D. *The urbanization of capital*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.

HOLSTON, J. *Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro, 2022.

_____. PNAD-COVID19. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/.

LANGLEY, P.; LEYSHON, A. Platform capitalism: the intermediation and capitalization of digital economic circulation. *Finance and Society*, v. 3, n. 1, 2017.

LAW-YONE, H. Another planning theory? Rewriting the meta-narrative. *Planning Theory*, v. 6, n. 3, p. 315-326, 2007.

MARICATO, E. Posfácio. In: DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MIRAFTAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the global South. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009.

MONTENEGRO, M. R. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil nas metrópoles brasileiras*. São Paulo: Annablume, 2014.

_____. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. *Espaço e Economia*, ano IX, n. 19, 2020.

MONTENEGRO, M. R.; CONTEL, F. Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. *Revista EURE*, v. 43, n. 130, p. 115-139, set. 2017.

PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, ideias e lugares: o ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49-59, 2008.

RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. *Scripta Nova*, v. XI, n. 245 (17), ago. 2007.

RIBEIRO, A. C. T. O ensino do planejamento urbano e regional – propostas à ANPUR. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1/2, 2002.

ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil – algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 265-299, 2006.

ROCHA, S. Série de dados e tabulações. Linhas de pobreza e de indigência. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), 2009.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e potencialidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 11, n. 2, p. 32-50, 2009.

ROY, A. Why India cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 76–87, 2009.

SANTOS, B. S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. *L'espace partagé: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.

_____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Londres: Princeton University Press, 1991.

_____. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2006.

SCHOLZ, T. *Cooperativismo de plataforma*. São Paulo: Editora Elefante; Autonomia Literária; Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

SILVEIRA, M. L. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. *Revista Eure*, Santiago, v. 33, n. 100, p. 149-164, 2007.

_____. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. Texto apresentado no XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), Porto Alegre, 2010.

_____. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, C. A. da (Org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 35-51.

_____. Espacio geográfico y fenómeno técnico: cuestiones de método. *Punto Sur*, n. 1, jul.-dez., 2019.

SIMÕES, G.; BITTENCOURT, J. As favelas crescem ou passamos a olhar com mais critério? *Folha de São Paulo*, edição impressa, 06 jan. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2025/01/as-favelas-cresceram-ou-passamos-a-olhar-com-mais-criterio.shtml.

SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SRNICEK, N. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity, 2017.

TELLES, V.; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.

A desigualdade espacial, o pensamento de Milton Santos & o sistema de informações espaciais do Brasil africano: perspectivas de uma governança territorial inclusiva

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Introdução

A Geopolítica do processo de formação territorial do Brasil nos últimos cinco séculos tem sido configurada por uma estrutura social desigual, de hierarquização demográfica e ocupação segregada no território usado. Nesse sentido, a captura e configuração das espacialidades constituídas a partir da diáspora africana são reveladoras dos conflitos seculares no espaço brasileiro, marcadas por estratégias de embranquecimento e práticas facilitadoras de invisibilidades nas estruturas oficiais e institucionais. O Brasil assume posição particular nesse processo secular, por se constituir atualmente a primeira nação demograficamente mais africana fora da África, fruto sobretudo das articulações de abrangência geográfica e refinamento na economia da escravidão, com quatro séculos de prosperidades e enriquecimentos, mas com traumas e violências nos desdobramentos da contemporaneidade brasileira. Nesse sentido, a espacialidade construída é reveladora do país conflitante, marcado por hostilidades estruturais e institucionais.

Importante lembrar que o território continua sendo o principal revelador dos espaços visíveis oficialmente, ou seja, os aceitos e formalizados pelo sistema dominante, e os invisíveis, que correspondem aos territórios usados que não devem ser mostrados na cartografia e na paisagem geográfica oficial.

> No território brasileiro, esse conceito é emblemático, sobretudo na encruzilhada desses "Brasis" formal-informal

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_011

> e/ou incluído-excluído, onde estão os povos e os espaços de matriz africana secularmente à margem dos projetos do país com tratamento periférico e políticas de invisibilidade, onde a inexistência é uma das estratégias mais fundamentadas, ou seja, o Estado tem agido secularmente contra qualquer tipo de inserção das matrizes afrobrasileiras para terem um "lugar" definido no sistema dominante. (ANJOS, 2020)

Entendemos que essas são instâncias concretas no conjunto amplo das contradições dos cinco séculos de sistema escravista criminoso (aqui incluímos os quatro séculos do Brasil Colonial e os 100 anos do século XX do Brasil República de mentalidade escravocrata), ainda pendentes de reconhecimento e reparação oficial não resolvidos no país. A Geografia da exclusão e do conflito étnico-racial secular da nação é o que tratamos aqui e propomos outras representações, leituras e interpretações do espaço, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente.

> Entendemos que o território é o suporte da existência humana! Ele é na sua essência um fato espacial e social secularmente atrelado a uma dimensão política, permeado de identidade, possível de categorização e de dimensionamento. Nessa direção, no território afro-brasileiro estão gravadas as referências culturais e simbólicas das matrizes da África na sua coletividade, ou seja, é o espaço multiescalar (cadastral, urbano, municipal, regional e nacional) construído e materializado a partir das suas referências identitárias e de pertencimento territorial, onde a sua população tem um traço de origem étnica e social predominante. (ANJOS, 2020, p. 22)

No processo de leitura, interpretação e representação do território, os mapas são efetivamente ferramentas eficazes, possibilitando revelar as construções sociais e feições naturais do espaço e, por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Esses são imprescindíveis por constituírem uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução e a explicação, além de fornecerem pistas para a tomada de decisões e soluções para a governança.

> Nesse sentido, "a cartografia afrobrasileira é sobretudo uma ferramenta estratégica básica para a cidadania negada secularmente, uma vez que esse instrumento de certa maneira "fala" e torna "visível" o "Brasil Africano" que muitos e muitas não querem "ouvir" e nem "ver", mas é possível a sua construção e existência! Por isso a cartografia não é somente um desenho: ela produz documentos, ou seja, pode mostrar como a sociedade funciona, como anda a casa, a rua, o bairro, a cidade, o município, o estado, a nação, onde estão os excluídos e os incluídos no sistema." (ANJOS. 2020b, p. 26).

No processo de invisibilidade geográfica em curso no Brasil, lembramos a vasta obra do mestre Milton Santos publicada há várias décadas e que nos traz referências teóricas fundamentais e reveladoras da Geografia Real. Nesse sentido, destacamos particularmente o livro "Por uma Geografia Nova" (1978), que evidencia as desigualdades configuradas no espaço dividido secularmente, apresentado de uma maneira marginal, oficioso, residual e não visto na sua plenitude. Essa Geografia que revela a espacialidade da exclusão e do conflito histórico da nação é a que lembramos aqui, como uma referência para que a Geografia contemporânea "em conflito" e "sem lugar definido" retome o seu foco e seu eixo!

Tomamos como premissa que tratar das matrizes africanas no Brasil nos contextos espaciais, buscando reconhecer, valorizar e superar os racismos sistêmicos (seculares) e institucional (aparato do Estado) existentes é ter uma ação sobre um dos mecanismos fundamentais na manutenção da exclusão territorial e social materializadas no país. Neste *paper* buscamos auxiliar na ampliação dos conhecimentos e dos dados sobre as referências espaciais das territorialidades de matriz oriundas da África resistentes, sobreviventes, retomando ensinamentos de Milton Santos e resgatando a nação real no Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano (SIEAFRO). Dessa forma, buscamos trazer elementos fundamentais para o entendimento das configurações multiescalares existentes na África Brasileira, sobretudo o modelo perverso da governança excludente no país. Algumas referências da Geografia, do pensamento de Milton Santos e da espacialidade desigual brasileira, são tratadas no item a seguir.

1. A geografia, o território, Milton Santos e a desigualdade espacial: algumas referências

A Geografia ainda é o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial, do que está acontecendo. Isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração espacial atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades na estrutura do espaço no futuro próximo, apesar das temeridades. Entretanto, convivemos há séculos com Geografias construídas e contadas na perspectiva dos "vencedores", dos que se acham "donos dos territórios e do controle da sociedade", ou seja, as representações dos sistemas geoeconômicos dominantes com o apoio dos Estados nas suas legitimações, sobretudo as jurídicas-institucionais. Nesse sentido, questionamos aqui a Geografia Oficial do Brasil que mantém um processo secular de negação da realidade, sobretudo nas marcas irreversíveis encontradas no território que se organizou, na população conflitante desenhada e na estrutura da sociedade dividida e multifacetada, como única Geografia do Brasil.

Nessa direção, reconhecer a geopolítica do Brasil preconceituoso e o seu sistema de governança precário e hostil é ter uma atuação sobre um dos mecanismos estratégicos da manutenção do racismo sistêmico e institucional existentes na inexistência territorial e social secular pautada na mentalidade colonial sobrevivente na nação. É sempre oportuno nos perguntarmos: por que o Brasil assumiu e assume ainda com tanta propriedade essa postura escravocrata? Lembramos que ao longo dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX se processa o alargamento do mundo conhecido, sobretudo os territórios "invadidos" e a ele incorporado, as "novas" fronteiras constituídas e impostas e a evolução significativa das técnicas. Esse longo período da história dos seres humanos vai se caracterizar por uma nova fase nas relações entre estes e a natureza e é nesse contexto que a Ciência Geográfica vai se desenvolver e servir ao grande projeto de dominação escravista justificada globalmente, pautada na violência amparada institucionalmente, e que tinha a África como

epicentro da produção de riquezas, exércitos e fortalecimento dos Estados da Europa moderna. Os deslocamentos seculares espaciais dos povos africanos para o Brasil por quatro séculos (XVI-XIX), não devidamente quantificados, documentam como a consolidação da sociedade escravagista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se mesmo com os conflitos políticos e as contradições econômicas e sociais. Aqui está a matriz fundamental da exploração perversa dos recursos da natureza, conduzida por um modelo onde o controle dos meios de produção, dos capitais, dos recursos tecnológicos e da concentração de terras vai se cristalizar por cinco séculos, incluído aqui o século XX (República Escravocrata), tendo a manutenção das desigualdades como "pano de fundo" permanente. Dessa forma, a Geografia que o Estado brasileiro tem desenvolvido ao longo dos seus cinco séculos de existência formal no sistema global vai se operacionalizar sobre esse contexto duradouro de dominação e exploração dos territórios e dos povos subjugados e inferiorizados, apostando, portanto, nas desigualdades, na ineficiência das ações governamentais, restringindo o acesso à educação e à saúde e exigindo obrigações dos segmentos menos favorecidos.

Esses contextos são reveladores, porque o Brasil vai se manter com um pensamento social dominante preconceituoso, pautado num conceito errôneo generalizado na nação continental até os dias atuais, materializado em ações e fatos de discriminação em praticamente todos os segmentos da sociedade. É importante o reconhecimento da sobrevivência dessa Geopolítica Colonial no Brasil, que saiu do período escravocrata "zangado", portanto resistente e contrário na sua maioria a deixar as regras dos privilégios institucionais e sociais do sistema político-econômico-social escravista. Milton Santos sinaliza, no seu livro de 1978, além da intensidade das mudanças técnicas e sociais neste momento histórico, a ordem racial viciada para com os povos de matriz africana no Brasil. Em 2000, ele aprofunda a questão e diz: "A questão não é tratada eticamente. Faltam muitas coisas para ultrapassar o palavrório retórico e os gestos cerimoniais e alcançar uma ação política consequente. Ou os negros verão esperar mais outro século para obter o direito a uma participação plena na vida nacional." (SANTOS, 2000)

Algumas considerações referentes ao espaço de matriz africana no Brasil contemporâneo, os conflitos institucionais na estrutura da governança oficial e as possibilidades de articulação antirracista no Estado são tratadas no item a seguir.

2. O modelo de manutenção do racismo sistêmico - institucional na governança da África brasileira

É importante a lembrança de que a história oficial e a governança brasileira ainda continuam associando à população de matriz africana uma imagem de "escravizados", aos quilombos sempre como algo do passado, aos territórios uma invisibilização permanente, e a preconceitos. A estratégia básica é "olhar" o Brasil Africano como se esse não fizesse parte da vida contemporânea da nação, implementando sistematicamente uma estratégia de "inexistência" social e territorial. Entendemos que foi desenvolvida de forma estratégica uma "miopia" proposital na nação nos últimos 100 anos, visando iludir o imaginário da nação escravocrata, "escondendo" os quatro séculos de escravidão oficial, desinformando e criando impedimento para qualquer tentativa de inserção e emergência social, econômica, política e educacional do Brasil Africano real e existente. E na atualidade, as espacialidades de matriz africana da nação trazem o conflito do território invisibilizado secularmente e revela a dificuldade real do Estado para "enxergar" as consequências do enriquecimento proveniente da diáspora africana. Nesse paradoxo está a principal "encruzilhada" geopolítica do país, ou seja, o incômodo permanente com a Geografia da Desigualdade implementada, necessária para as elites, mas com um conflito permanente junto ao seleto grupo que controla e domina os meios de produção no sentido largo. A **Figura 01** sintetiza os dois "Brasis" seculares aqui referidos: Formal – Informal, Organizado – Desorganizado, Oficial – Oficioso, Legal – Ilegal, Vida Boa – Vida Ruim, Ser Feliz – Ser Infeliz, dentre outras categorizações pejorativas, racistas e limitadas reveladoras do Brasil Real, em conflito, materializado o *apartheid* no território desigual, com lógicas

espaciais distintas e fronteira rígida separando as duas "Geografias", os dois "Brasis".

A **Figura 02** mostra a estrutura das estratégias geopolíticas na implementação de políticas de Estado racistas, excludentes e duradouras para a manutenção da "miopia" secular da nação de mentalidade colonial – escravocrata e limitada. São seis (6) os eixos principais, tratados a seguir:

1. Constituição formalizada de um apagamento da memória dos cinco (5) séculos de Sistema Escravista no Brasil. Onde está o grande museu nacional que trate e mostre a valorização, resistências e contribuições, no sentido largo, das matrizes oriundas da África na constituição e formação do Brasil?
2. Processo de "branqueamento" da população nos últimos 100 anos. A quem interessa termos nos tornado a nação mais "parda" do mundo? À noite, todos os gatos são o quê? Convivemos em um país com um grande problema de identidade, pertencimento e reconhecimento das suas matrizes étnicas ancestrais;
3. O processo de ocupação desigual do território com fronteiras bem definidas do conflito secular é um fenômeno espacial banalizado, naturalizado na nação. Que segmentos da sociedade, do governo e dos meios de produção ganham com a pobreza generalizada?
4. A constatação de uma prática de impedimento eficaz nas representatividades do espaço político do país. Por que não temos deputados(as) e nem senadores(as) de matriz africana nas representações da Câmara e do Senado em Brasília? Por que não existem quase prefeitos(as) pretos(as) nas prefeituras municipais nos 5.570 municípios brasileiros?
5. Fortalecimento de um Estado Policial e repressor das "minorias", que no Brasil Real são "maioria". Quem são as populações mortas sistematicamente nas cidades brasileiras? Por que a política de extermínio do povo afro-brasileiro caminha a passos tão largos?

6. Manutenção de uma Mídia Oficial e Educação do Estado Escravocrata onde as matrizes oriundas da África, do povo e da cultura afrobrasileira não tenham espaço e nem lugar. Por que temos uma Lei 10.639, desde 2003 que obriga o sistema escolar da nação a ensinar referências da cultura e dos povos de matriz africana no país e a mesma não ocorre? Por que os Ministérios Públicos não agem para contornar este contexto?

A forma descaracterizada e desqualificada como o Estado brasileiro tem conduzido a política cartográfica e geográfica no país para os segmentos excluídos secularmente, revela uma fragmentação institucional e das ações burocráticas, constituindo um modelo de governança que fortalece os conflitos operacionais e de atribuições, mas sobretudo causa um dano irreparável na gestão eficaz das políticas públicas no território. Tomando os municípios como unidade espacial fundamental de governança, seguida pelos Estados, verificamos registros reveladores dessa forma particular, contraditória e ineficaz que a nação conduz.

Inicialmente, é relevante trazer à luz dois componentes fundamentais referente à demografia e à economia da escravidão no Brasil. A Figura **03 é** constituída pelo mapa do Brasil Imperial com a quantificação demográfica dos povos africanos e seus descendentes no 1º Censo (1872) realizado no Império, portanto há 155 anos atrás, no qual são reveladas as unidades políticas das maiores estatísticas de matriz africanas no território. Destacam-se nesse dado espacial Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul como os maiores registros censitários, portanto, os mais escravagistas. Com números um pouco menores, Paraíba, Alagoas e Maranhão. Essa constatação cartográfica é pertinente para compreendermos na atualidade resistências e omissões em políticas governamentais oficiais reparatórias.

Figura 1 - Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos.
Projeto GEOAFRO. Brasília – DF. 2023.

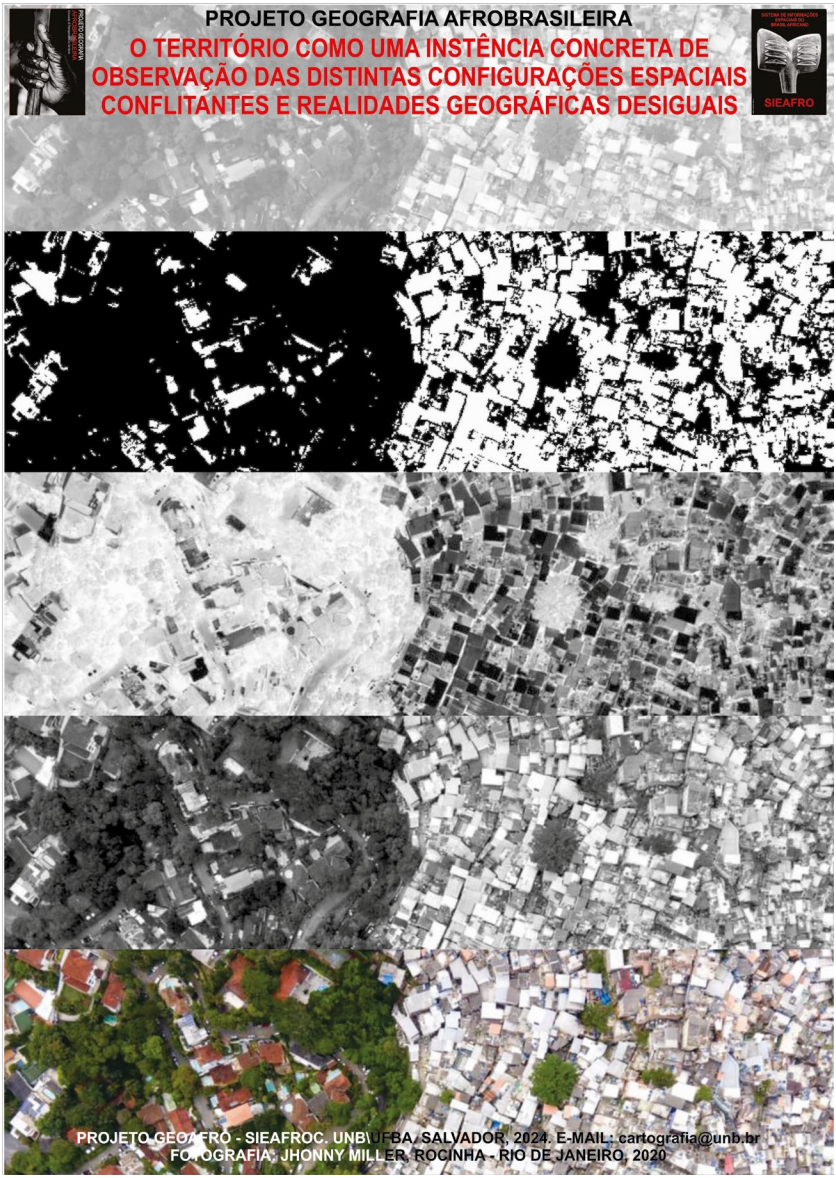


Figura 2 - Fonte: ANJOS, R.S.A. Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014 \ Atualização: Projeto GEAFRO, Brasília, 2023.



A **Figura 04** traz duas cartografias distintas, mas profundamente complementares para o entendimento e ações pertinentes no Brasil do agora. No primeiro mapa, com a representação da espacialidade das Regiões Geoeconômicas Colonial do Brasil (Séculos XVI-XIX), são perceptíveis os espaços produtivos e as suas configurações com mosaicos sobrepostos em algumas unidades políticas, como por exemplo: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Amazonas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Ceará, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em praticamente todos, a estrutura político-administrativa do Brasil enriqueceu com a economia da escravidão com gradientes diferentes. No mapa temático ao lado está a estrutura da distribuição quantitativa da nossa população no país continental com evidências das densidades e lacunas demográficas. Nas relações espaciais das regiões de produção colonial – imperial e a distribuição da população do Brasil atual (IBGE, 2022) a constatação espacial mais evidente apontada é de que o "espalhamento" do nosso povo quantificado se processa ainda nos mesmos espaços coloniais, ou seja, os outros

territórios continuam sob o controle ou a serem controlados pelos segmentos dominantes e o setor decisório (o Estado) não consegue alterar esta Geografia Colonial ainda persistente.

Figura 3 - Fonte: ANJOS, R.S.A. Átlas Geográfico ÁFRICABRASIL. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014

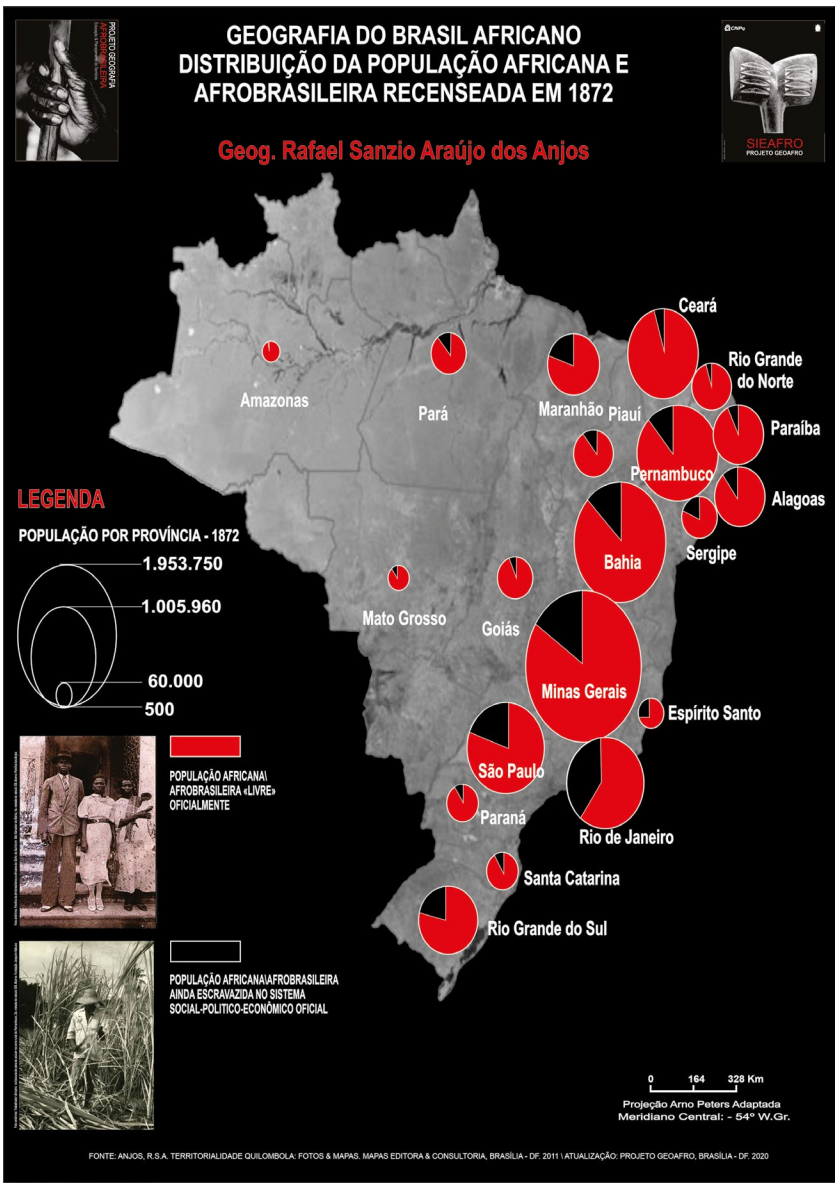
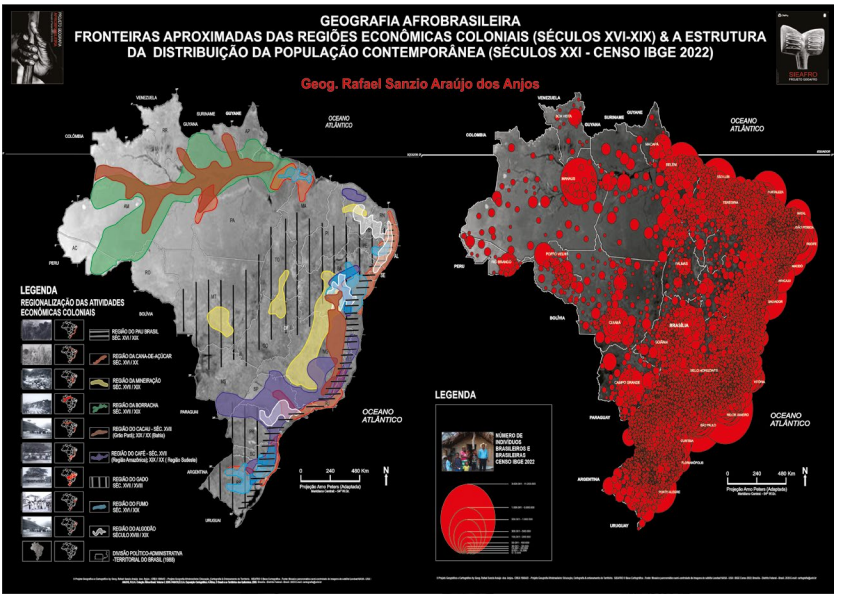


Figura 4 - Fonte: ANJOS, R.S.A. Átlas Geográfico ÁFRICABRASIL. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014



"Esses fatos mostram por que o Brasil vai se manter com um pensamento social dominante racista até os dias atuais, ou seja, saiu do período escravocrata "sem querer", portanto resistente e contrário na sua maioria a deixar as regras institucionais e sociais do Sistema Escravista secular. Essa resistência não resolvida de quase cinco séculos ainda se configura de forma predominante na sociedade e no território contemporâneo" (ANJOS, 2019). Essa **Figura** revela ainda um dos grandes paradoxos geográficos do país, ou seja, "de um lado um sistema agrário-exportador sustentado quatro séculos pelo trabalho escravocrata, formado por um seleto grupo de comandantes e de ascendência europeia, com espaços de alta produtividade de monoculturas e alta tecnologia no processo produtivo (anteriormente, de seres humanos escravizados), baseado na mecanização das ações e etapas; na outra face da fronteira (de conflito), está um conjunto complexo de espaços urbanos articulados secularemente, ocupados pela maior parte da população do país (preta e parda, predominantemente), com infraestrutura precária (sentido largo) e principal ins-

tância espacial do processo de extermínio das populações pobres. As "ilhas de prosperidade" nesses espaços urbanos estão guardadas pelo muros altos e os sofisticados esquemas de segurança dos condomínios fechados para atender às classes média e alta." (ANJOS, 2019)

Essa realidade geográfica evidencia a estrutura espacial conservadora, cujas formas de configuração dos usos do território se dão de forma conflitante nas suas fronteiras e nos grupos socioeconômicos envolvidos, e com lugares bem demarcados no sistema vigente, mesmo com as contradições na fragmentação do espaço. Nesse sentido, é evidente que a nação precisa de políticas públicas e privadas reparatórias mais eficazes e reconhecidas como necessárias para uma equidade territorial e social na nação, ou seja, os Estados que enriqueceram mais com o Sistema Escravista e os que apresentam os maiores contingentes demográficos de populações afrobrasileiras na contemporaneidade devem ter ações políticas mais explicitas e duradouras. O "fundo" dessas configurações espaciais é a confirmação de que onde houve escravidão colonial industrial mantém-se uma elite escravocrata atuando na dinâmica territorial nesse momento histórico.

Mesmo o Brasil sendo apontado como a segunda maior nação do planeta com população de ascendência africana, é em relação a esse povo que estão as estatísticas mais discriminatórias ao longo do século XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afrobrasileiras. Dessa maneira, ser descendente do continente africano no país secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência, um esforço para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser – estar inserido no território. Nesse sentido, Vargas deixa claro que nós "negros vivenciamos a violência não em razão do que fazemos, mas por causa de quem somos, ou melhor, de quem não somos. A violência gratuita equivale a um estado de terror que é independente de leis, direitos e cidadania." (VARGAS, 2017).

As principais referências do Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano (SIEAFRO) estão caracterizadas no item a seguir.

3. Premissas básicas do sistema afro-geoespacial (SIEAFRO) e suas perspectivas na governança territorial

As geotecnologias ganham força na metade do século XXI e passam a prestar apoio científico a diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, no setor decisório das governanças nos distintos níveis institucionais, ou seja, no Município, nas Unidades Políticas e na Nação. Entendemos que a Geografia, a Cartografia, a Estatística e a Informática constituem disciplinas que apresentam um arsenal teórico e conceitual relevante para prestar apoio a essa área do conhecimento, a qual sinaliza este milênio como da geoinformação. Os países devem estar organizados e preparados para uma governança eletrônica espacial do território e da sociedade, ou seja, aquelas que não constituírem suas Infraestruturas de Dados Espaciais (IDEs) serão governadas com consequências na geopolítica, na soberania.

Lembramos que neste momento histórico vivemos o Meio Técnico Científico Informacional (Milton Santos, 2003), onde há uma hipervalorização da relação entre técnica e ciência, onde o fluxo de informações com alta velocidade e seus desdobramentos nas decisões territoriais tomam uma posição central no sistema dominante. No Brasil, a IDE instituída pelo Decreto 6.666 de 2008, visava ao fortalecimento de políticas para aprimorar a Geografia de Estado no Brasil. Entretanto a INDE Brasil, ao completar 16 anos de existência, verificou duas dimensões básicas: 1. Gargalos institucionais-jurídicos, sobretudo para regulação dos fluxos de informações no país continental; e, 2. Ausência de bases de dados fundamentais do "Brasil Desigual-Excluído" para dar suporte ao processo de constituição de políticas públicas reparatórias.

Não podemos perder de vista que a geopolítica da formação territorial e do povo brasileiro nos últimos cinco séculos tem sido marcada por desigualdades na sua estrutura social e pelos lugares segregados no espaço geográfico. Dentre os segmentos mais comprometidos nesse processo espacial permeado por paradoxos, estão os povos africanos e seus descendentes, que no 1º. Censo Demográfico do Brasil relizado em 1872 (**Figura 03**), computou 10 milhões de habitantes, dos quais 70% eram cons-

tituídos por povos de distintos grupos étnicos da África e aqui nascidos e 3,8% da população era de europeus. Esse dado é importante para a desmistificação do conceito de "minoria", tratado de maneira larga pelo setor decisório, mascarando estatísticas reais e invisibilizando um contingente demográfico numericamente maior historicamente. Para ampliar o entendimento desse mito, é pertinente lembrar que os quatro séculos do sistema escravista (XVI-XIX) foram sustentados por um preconceito sistêmico-institucional como uma política de Estado, que vai manter as populações e os territórios de matriz africana à margem do processo civilizatório e de desenvolvimento da nação.

Nessa direção, o segmento informacional mais evidente de inexistência na nossa INDE é "Brasil Africano", ou seja, dados dos territórios e das populações afrobrasileiras de suporte para o planejamento e a implementação de políticas públicas e privadas reparatórias. O SIEAFRO está inserido dentro das atividades prioritárias do Projeto GEOAFRO (https://www.portalprojetogeoafro.com/projeto-geoafro/), que tem como principal premissa investigar as matrizes africanas presentes e resistentes no território brasileiro usando a cartografia como principal instrumento de representação da Geografia Afrobrasileira e as atividades de pesquisa, ensino e extensão como suporte das suas ações. As estatísticas contemporâneas, apontando que somos uma "África brasileira", coloca a nós uma questão fundamental, que é a invisibilidade secular das referências territorializadas de matriz africana no nosso país. A precariedade de dados disponibilizados está em consonância com as precariedades das políticas públicas territoriais, fatos que confirmam esse processo de inexistência oficial na nação.

Dessa forma, o principal objetivo do SIEAFRO é constituir e disponibilizar uma base de dados geográficos afro-brasileiros a partir das pesquisas realizadas e em realização no bojo do Projeto GEOAFRO, tendo como unidades espaciais de referências os Municípios, as Unidades Políticas, as Capitais, as Regiões Geográficas do IBGE e a Nação. Assim, o SIEAFRO se constitui em um portal geoespacial eletrônico fruto das pesquisas acadêmicas e informações de parcerias e articulações institucionais oficiais, tendo como foco principal servir de suporte para subsidiar programas de políticas públicas e privadas reparatórias no país.

A **Figura 05** mostra a estrutura básica da Arquitetura do geossistema de matriz africana do Brasil, com os registros das parcerias institucionais – operacionais, organizada em cinco (5) células espaciais básicas:

1°. Os Municípios – a nação tem 5.570 prefeituras municipais que ordenam seus territórios e essa é uma unidade fundamental no alcance social e inclusivo do sistema;
2°. As Unidades Políticas – o país tem 26 Estados Políticos e 1 Distrito Federal que estruturam geografias distintas, diversas e particulares que merecem atenção no processo de implementação de políticas públicas e privadas reparatórias;
3°. As 26 Capitais das Unidades Políticas da Federação – constituindo uma rede urbana particular nas manifestações e sobrevivências das matrizes africanas e afro-indígenas;
4°. Regiões do IBGE – as cinco regiões geográficas do IBGE estruturam os dados regionais da nação, que podem ser agregados a outras informações pertinentes no momento histórico nacional e;
5°. O País – é relevante observar dados gerais de toda a nação, fato que permite comparações internacionais e dimensionamento de temas específicos associados ao Brasil. Referente aos eixos temáticos geográficos do sistema, mesmo com a amplitude das possibilidades de abordagem, sistematizamo-los em cinco conjuntos, a saber:

Eixo 1 – Ferramentas para Educação Antirracista/Geografias & Cartografias da Diáspora África-Brasil: É um Eixo de suporte para a educação emancipatória no país, possibilitando acesso a um banco de metadados (mapas, texto e documentação fotográfica) para o(a) educador(a) trabalhar nos seus espaços de trabalho. Nesse eixo, é possível encontrar dados qualitativos, referentes a temas como: O Brasil e os Países da África com re-

ferências territoriais e socioculturais na diáspora – séculos XVI--XIX; Diáspora afrobrasileira Contemporânea: A Globalização da Capoeira; Brasil: Distribuição da população africana e afrobrasileira recenseada em 1872 e diversos outros referenciais;

Eixo 2 – Espacialidade Oficial da Demografia de Matriz Africana (População Afro): Nesse segundo Eixo está estruturado o banco de dados dos Censos Demográficos oficiais realizados ao longo dos anos de 1872-2022. É possível notar que a declaração com relação a raça/cor tornou-se oficial no ano de 1991, sendo o primeiro ano com catalogação oficial de tais dados. Outros temas como, educação, gênero, religião, faixa etária e condição trabalhista também são abordados nesse eixo. Aqui está um Eixo Temático que pode possibilitar um conjunto amplo de indicações estatísticas para os municípios e unidades que precisam dar mais atenção e prioridades a políticas reparatórias na nação;

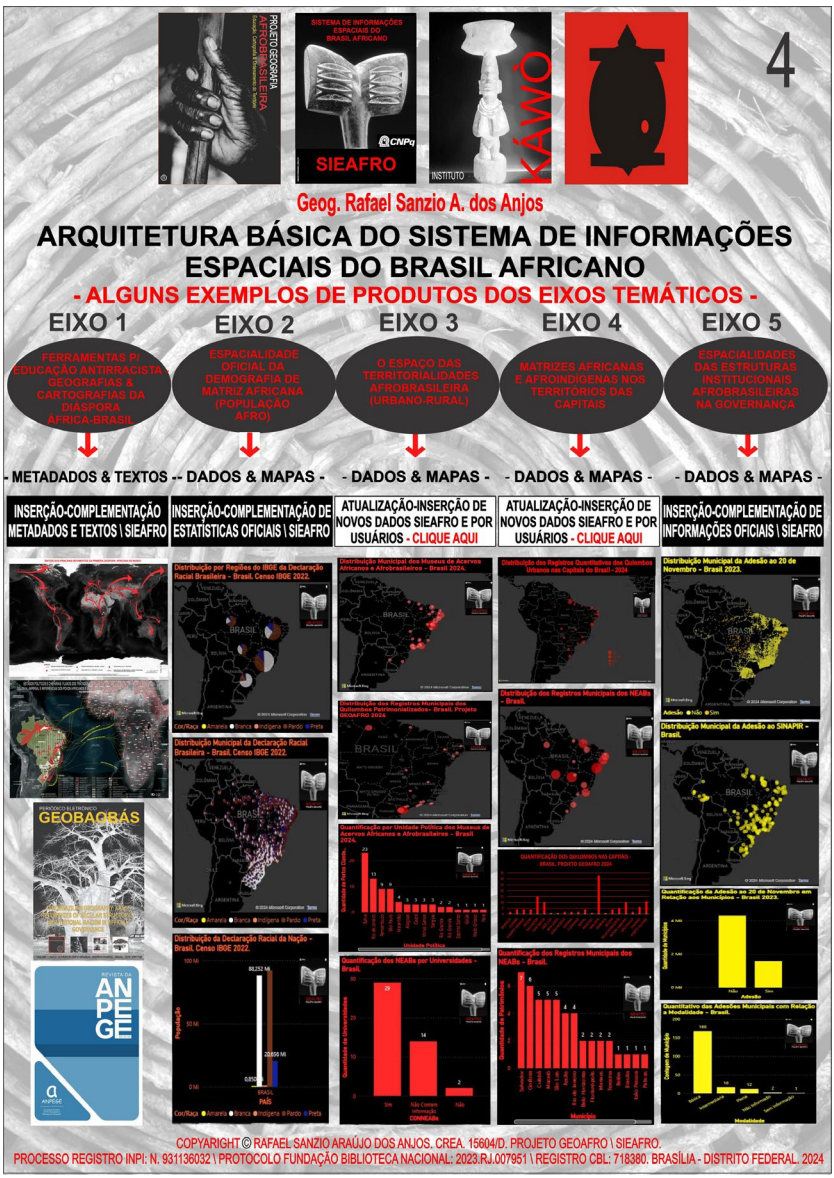
Eixo 3 – O Espaço das Territorialidades Afrobrasileiras (Urbana-Rural): Aqui tratamos de um conjunto amplo de temas referentes às representações das matrizes africanas mais representativas, como por exemplo: Terreiros Religiosos, Quilombos Contemporâneos, Patrimônios Materiais e Imateriais, Museus Afro-brasileiros, Igrejas de Matrizes Africanas, Portos Clandestinos do Sistema Escravista.

Eixo 4 – Matrizes Africanas e Afro-indígenas nos Territórios das Capitais: Neste quarto Eixo tratamos das expressões geográficas de matrizes africanas e afro-indígenas no conjunto das cidades capitais no país. Um foco é dado às representações e sobrevivências, ou seja, Terreiros Religiosos, Quilombos Contemporâneos, Patrimônios Materiais e Imateriais, Museus Afro--brasileiros, Igrejas de Matrizes Africanas, Portos Clandestinos do Sistema Escravista, dentre outros fatos territoriais.

Figura 5 - Arquitetura do Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano. Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, Projeto GEOAFRO – SIEAFRO. Brasília, 2024.



Figura 6 - Arquitetura do Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano. Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, Projeto GEOAFRO – SIEAFRO. Brasília, 2024.



Eixo 5 – Espacialidade da Estrutura Institucional Afrobrasileira: Neste tópico são mostrados os planos e projetos governamentais institucionalizados, assim como os feriados constituídos e a espacialidade das prefeituras pretas e pardas eleitas nas duas últimas eleições oficiais realizadas. Nesse Eixo Temático, tratamos ainda das adesões municipais e das Unidades Políticas ao Sistema Nacional de Promoção à Igualdade Racial – SINAPIR e Estados e Municípios que aderiram ao feriado na data 20 de novembro – Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra).

O SIEAFRO tem o apoio do CNPQ e do Instituto Káwò e já foi testado em turmas da Pós-Graduação na UFBA – Pós-AFRO (2023-2024) e na UnB – Pós GEA (2024-2025) com relevantes indicações para o seu aperfeiçoamento. A **Figura 06** mostra as possibilidades de produtos e de atendimento às demandas dos usuários e usuárias do afro-geossistema, assim como os tipos de articulações e funcionamento deles nos seus eixos temáticos. A seguir, algumas referências conclusivas e recomendativas para as instâncias e esferas governamentais da nação.

4. Algumas conclusões e referências para uma governança inclusiva

Tomando como premissa que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

1. O contexto de desinformação da população brasileira no que se refere a África continua sendo um entrave estrutural para uma perspectiva real de melhora na democracia incompleta existente no país. A luta por um Estado Democrático é uma batalha pelo respeito à diversidade étnico-racial;
2. O Brasil Africano real continua invisível oficialmente há 137 anos (1888-2025), ou seja, a rejeição secular do Estado com o fim do Sistema Escravista é o fio condutor básico da frequente articulação para a naturalização-normali-

zação da desigualdade e da manutenção dos privilégios. A constatação básica é a forma rígida como o Brasil se mantém com essas premissas conservadoras e com ações resilientes pontuais reveladas no início deste milênio, mas retrocedidas em intervenções da própria governança. Ou seja, o Estado ressentido justifica a inexistência institucional mantendo a negação oficial secular e aprofundando o modelo das distintas espacialidades;

3. Algumas questões fundamentais do presente e do futuro próximo do Brasil Africano e dos povos originários são prementes e se colocam quase que de forma explícita. São elas: Como garantir políticas de Estado que sustentem os direitos sociais e individuais da sua população marginalizada secularmemnte? Por que o ordenamento do território oficial e o conduzido pela academia não contemplam as ideias, conceitos e referências de Milton Santos sinalizadas desde 1978 e detalhadas em outras obras ao longo das décadas seguintes? Essas e outras questões pertinentes somente terão respostas políticas e instrumentais contundentes e eficazes se o Brasil Colonial, ainda resistente, "enxergar" a Geografia e a Cartografia da exclusão secular como política pública oficial. A partir daí será possível que a cidadania-existência plena do Brasil excluído e desigual se configurem de forma eficaz e menos conflitante. Finalmente, lembro que a Geografia Oficial do país, ao não tratar devidamente a Geografia Invisível do país, revela uma forma explicita de discriminação no racismo estrutural de cinco séculos. Esse, sem dúvida, é um dos principais desafios geográficos na geopolítica do século XXI, constituído por décadas de conflitos étnicos – culturais – territoriais, e que o Mestre Milton Santos apontou, numa pespectiva bem assertiva, que nos lugares segregados do espaço vão estar as soluções para minorar as desigualdades da sua estrutura social e política, ou seja, uma pista concreta para a modificação das ações e das políticas pontuais e superficiais recorrentes na nação continental escravocrata, em conflito permanente, que não percebeu ainda que a nossa diversidade é a nossa força e a "porta" para realizações exitosas!

4. Continuamos assistindo a uma ditadura da informação para os "Brasis Invisíveis" secularmente não serem vistos na sua plenitude. Esse contexto de controle imperial de um seleto grupo que acha que tem poderes ilimitados e são donos do país é uma das maiores expressões da nossa democracia incompleta. Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que com o auxílio da ciência e da tecnologia, temos condições de colaborar com o conhecimento geográfico na modificação das ações e das políticas pontuais e superficiais recorrentes na nação. É nessa perspectiva que acreditamos na implementação pública do SIEAFRO como um geossistema ancorado em parcerias institucionais e governamentais para implementação de forma mais exitosa de políticas reparatórias consequentes. Nesse sentido, a geolocalização oficial como política pública, ou seja, a informação geográfica precisa e automatizada assegurada com segurança e responsabilização pelo setor decisório (respeito à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e ao Marco Civil da Internet), como uma ferramenta de visibilidade e revelação da nação invisibilizada pelo racismo sistêmica – institucional e todo o seu mecanismo de Estado mantenedor das desigualdades, é uma "porta concreta" para subsidiar a adoção de medidas consequentes na alteração das situações emergenciais das populações e dos territórios do "Brasil Africano".

Bibliografia

ANJOS, R. S. A. *Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2010. 190 p.

ANJOS, R. S. A. *Territorialidade quilombola: fotos & mapas / Quilombola territoriality: photos & maps*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2011. 124 p.

ANJOS, R. S. A. *Atlas geográfico ÁFRICABRASIL*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014. 104 p.

ANJOS, R. S. A. *O Brasil africano – algumas referências dos séculos XVI–XXI: cartografia para educação*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014b.

ANJOS, R. S. A. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. *Revista GEOUSP*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 374–390, 2015.

ANJOS, R. S. A. Diversidade étnica no Brasil invisível-visível: apropriações--usos dos territórios & conflitos socioespaciais. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, C. A.; PIRES, C. L. Z.; PAULA, C. Q. (org.). *Geografia e conjuntura brasileira*. Porto Alegre: Anpege; Consequência Editora, 2017. p. 275–309.

ANJOS, R. S. A. Geografia oficial, cartografias invisíveis, geotecnologias e educação geográfica. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 99, 2018. ISSN 2447-0945.

ANJOS, R. S. A. O Brasil africano invisível-visível e geografia secular perversa. *Revista Humanidades*, Brasília, n. 63, p. 75–99, 2019. ISSN 0102-9479. Brasília: Editora UnB.

ANJOS, R. S. A. A geografia afrobrasileira, o estado de mentalidade colonial e a governança racista. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 104, jul./dez. 2020. p. 23–60. ISSN 2447-0945.

ANJOS, R. S. A. Space references of secular structural–institutional racism official governance. *Periódico Geobaobás*, v. 5, n. 1, p. 1–100, 2021. ISSN 2177-4366.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro: IBGE – PNAD, 1996.

IBGE. *Estimativas da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Caderno Mais!, Domingo, p. 14–15, 2000.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VARGAS, J. C. Por uma mudança de paradigma: antinegritude e antagonismo estrutural. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 83–105, dez. 2017.

Reflexões acerca da urbanologia proposta por Milton Santos

Renato Balbim

Considerações iniciais

O presente capítulo foi elaborado a partir de reflexões lançadas em publicações prévias escritas por este autor e outros pesquisadores que compõem equipes de pesquisa no IPEA. Tais elementos foram transformados em apresentação feita no 3º Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo (S-PLURAU), cujo tema foi "Cenários Alternativos de Planejamento Territorial para o Século 21". A referida apresentação se deu na mesa "A urbanologia e a formação do período popular da história", que teve como proposta tratar do tema inicialmente esboçado por Milton Santos. Amadurecida a fala, posteriormente apresentada no XVIII SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em dezembro de 2024, este ensaio consolida análises e debates e busca colaborar na formulação do conceito de urbanologia.

Para além de apresentar a proposta do ensaio, gostaria de agradecer a Manoel Lemes da Silva Neto pelo convite para participar do 3º S-PLURAU e muito especialmente pelo desafio colocado para pensar a urbanologia, sobretudo a partir das práticas profissionais ligadas à gestão pública e às pesquisas aplicadas.

Honrado pelo apontamento que a organização do 3º S-PLURAU faz do recente livro que coordenei – com Mónica Arroyo e Cristine Santiago (*Brasil Popular, Circuitos da Economia Urbana e Políticas Públicas,* cf. Balbim, Arroyo e Santiago, 2023) – como referência crítica para se pensar o tema da urbanologia, prossigo mais um passo nesse debate de ideias. Para além de recuperar alguns temas e noções identificadas no livro *Brasil Popular*, busco fazer aqui um exercício experimental e ensaístico sobre o tema.

Ao tratar de experimentação, faço aqui referência a outra fonte de ideias e debates para seguir com os ensaios e aprofun-

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_012

damentos sobre o tema da urbanologia. Trata-se de diversos artigos publicados nos seis números da Revista Experimental, resultado de uma coragem ensaística, com o devido rigor teórico e metodológico, de pós-graduandos do LABOPLAN (Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP), sob orientação de Milton Santos e Maria Adélia de Souza entre os anos de 1996 e 1999.

Retomo a seguir os sete sinais da potencialidade mediadora do território, propostos por Ana Clara Torres Ribeiro, e proponho um oitavo elemento, a intencionalidade, como chaves analíticas do cotidiano, entendido como a quinta dimensão do espaço miltoniano. Em seguida, especula-se como a urbanologia pode contribuir na explicação da urbanidade e da urbanização, sobretudo a partir do e no "terceiro mundo".

Já estaríamos vivendo o período popular da história anunciado por Milton Santos? Os comentários postos incumbem-se de expandir essa discussão apontando possíveis caminhos para o campo da urbanologia.

O território e a mediação

Uma primeira exploração sobre a urbanologia será feita a partir do texto "Território Usado e Humanismo Concreto: O Mercado Socialmente Necessário", da professora Ana Clara Torres Ribeiro (cf. Ribeiro, 2005).

Nesse texto, Ribeiro aponta de início que o território não constitui apenas uma condição material de análise, reforçando assim seu entendimento também dos trabalhos de Milton Santos ao afirmar que o território é uma categoria mediadora entre o passado e o presente (Santos, 1996).

Nesse sentido, o debate exploratório de ideias apresentado neste ensaio, e reforçando o esforço ensaístico a partir da perspectiva de pesquisador e gestor de política pública, parte do entendimento de que o território não é apenas materialidade; ele é em si uma mediação. Notoriamente que aos geógrafos esse paradigma é absolutamente banal, no sentido geográfico do termo,

mas o inverso acontece no contexto das políticas públicas, em que o paradigma é a compreensão exclusiva do território como materialidade e palco das ações públicas e privadas.

Constitui resistência a essa compreensão a ação de grupos representados no Estado que reivindicam pautas ditas minoritárias, identitárias, marginalizadas etc., que, ao nascerem das condições críticas de seus cotidianos, incontestavelmente trazem para o debate político a dimensão dessas ações, das mediações entre grupos de poder que configuram um território que é a própria vivência e convivência, nesses casos críticas.

O território constitui, ainda, uma categoria de análise e mediação entre o passado e o presente (Santos, 1987). Pode-se vislumbrá-lo facilmente a partir dos olhos assim treinados de geógrafos, mas também de historiadores, antropólogos e demais cientistas sociais atentos à relação entre seres humanos e seu espaço de vida. Deve-se ainda acrescentar que essa mediação envolve também o futuro, o porvir, todo o conteúdo dos objetos, materiais e imateriais, que modulam as formas de existir enquanto projeto.

É também neste sentido que pensar o urbano como recorte do território, como um recorte do processo de produção do espaço, de constituição de territórios, territorializações e territorialidades, vai além do pensamento urbanístico clássico, baseado no território como palco, como materialidade, aqui e ali visto também por certas áreas das Ciências Humanas como o *locus* das relações sociais, mas, ainda assim, pouco esclarecedor frente a outras categorias de análise.

Destaco autores que se debruçaram em especial sobre o espaço como chave de estudo para o urbano. Entendido enquanto produto social e palco da produção e reprodução de grupos conectados por tensões constantes, o espaço na obra de Lefebvre (1968), por exemplo, é interpretado por Flávio Villaça (2011) a partir de lógicas como a de seu consumo por classes trabalhadoras, mais e menos favorecidas, sendo também entendido por meio do postulado da segregação entre burguesia e operariado. Seguindo a tradição sustentada por urbanistas adeptos dessa linha teórica, Erminia Maricato (2014) destaca o "nó da terra", isto é, a mercantilização do solo – espaço tangível e ao mesmo

tempo intangível – e a restrição de acesso à propriedade e à moradia para as camadas populares.

Nota-se que o espaço emerge para esses autores como receptáculo de processos sociais e acaba por refletir condições materiais que a política urbana viria a endereçar – não necessariamente sem o viés da exclusão e do favorecimento a determinados grupos, como ressalta Castells (1972). O território e as mediações que dele partem não são ignorados por autores que operam na chave do espaço, mas o protagonismo é certamente dos atores sociais que produzem e reproduzem o espaço.

São nesses termos iniciais que busco desenvolver um exercício de compreensão da urbanologia, um ramo da ciência que pretenderia entender o processo urbano como parte dessa totalidade, o território, que é também mediação entre passado, presente e futuro.

Futuro aqui compreendido como futuros possíveis, futuros que se apresentam no próprio território, pois o geógrafo, ensinava o Prof. Milton Santos, não faz futurologia (Santos, 2000). Especulações acerca do futuro não caberiam à ciência geográfica, que buscaria por meio de seu método elaborar cenários possíveis a partir das condições pré-existentes e dos termos contemporâneos dos conteúdos animadores de cada um dos objetos materiais e imateriais que compõem a configuração do território.

Sobre o pensar o futuro a partir da geografia, Santos, em seu ensaio no qual aponta a ideia de urbanologia, ressalta a condição do atual período histórico, quando pela primeira vez há uma universalização empírica, ou seja, "é a primeira vez na história do homem, por conseguinte a primeira vez também na história do pensamento, em que o mundo se dá em todos os lugares na sua plenitude das coisas conhecidas – ou não – das relações conhecidas – ou não – como um sistema de dados empíricos (...)" (Santos, 2000, p. 1). Essa condição permitiria, para além das fronteiras, logo no mundo, uma discussão do futuro a partir de uma história concreta, revelando que a ideia de utopia deixa de ter qualquer conteúdo infrutífero.

O futuro, ressalta também Santos nesse ensaio, é um futuro possível, ainda mais possibilitado pela condição empírica universal das coisas e das relações, estabelecida pelo avanço

das técnicas que permitem a realização de utopias, que deixam de ser vãs.

Nesse sentido, entendo que o principal elemento colocado para pensar a urbanologia, o princípio elementar que busco para jogar luz sobre esse debate de ideias, está vinculado a outra ideia também pouco trabalhada pelo professor Milton, da quinta dimensão do espaço, o anteriormente anunciado cotidiano (Santos, 1987).

No texto inicialmente mencionado neste ensaio, Ribeiro (2005) elenca sete sinais da potencialidade mediadora do território no período popular da história, sinais esses que podem ser compreendidos como chaves analíticas da quinta dimensão do espaço, o cotidiano.

O primeiro sinal é de que o território não é apenas a sua materialidade, sua configuração territorial, o esqueleto de equipamentos e infraestruturas, as condições de soberania do Estado, suas fronteiras, etc. O território estaria mais ligado à ideia de nação e da vida de relações. Nas políticas públicas e no debate das ideias, poder-se-ia explorar esse sinal, como já apontado, a partir das pautas minoritárias que traduzem com frequência a ideia do território vivido como essa vida de relações tanto de poder quanto de solidariedade, pertencimento, identidade etc.

O segundo sinal envolve a territorialidade, a multiplicidade de formas de apropriação do território, que em determinado lugar e tempo entram em choque, criam tensões, mas ao mesmo tempo são capazes de criar solidariedades e identidades. Esse sinal aprofunda o entendimento anterior e reforça o uso do conjunto de objetos resultante da vida de relações que, na medida dos embates e resistências dos grupos sociais, colaboram para a formação das identidades e também dos conflitos e das relações de poder, ao longo de determinado período.

O terceiro sinal desta potencialidade mediadora do território – sinais tratados neste ensaio como condições substantivas para se pensar a urbanologia – seria as práticas espaciais, aquilo que Ribeiro (2005) define como "espessura da vida social" (p. 12459).

Há um amplo debate sobre o tema na produção de Milton Santos a partir de suas leituras do prático inerte de Sartre (2002), mas também da intencionalidade, questões abordadas

em minha tese (Balbim, 2003) e que me permitiram uma aventura sobre o cotidiano e certa compreensão disso que Ribeiro trata como códigos de conduta, projetos, espessura social. Estes seriam o resultado das práticas espaciais e, também, dos *habitus*, discussão essa que ensejaria ou ensejará um futuro ensaio.

O quarto ponto aborda o território compreendido por meio da mediação da cultura. Entendo que o território reúne, forja e é forjado por "potências" no campo cultural. A partir de laços firmados, de lutas travadas, de inovações, da criatividade e de outras ações e estratégias de sobrevivência, evidencia-se, por exemplo, a "centralidade, a luminosidade e a potência das periferias" (Raimundo, 2024, p. 273), inclusive onde o poder público se ausenta. O território, no caso, o território periférico vai mediar e ser mediado no que se refere à ação de sujeitos que se apropriam dele e que o transformam – as "sujeitas e os sujeitos periféricos" (D'Andrea, 2013).

O quinto sinal é relativo à questão da objetividade e da subjetividade, as coisas nos lugares, ou ainda o debate sobre forma-conteúdo; o objeto, seu conteúdo e as lutas e embates sociais; interações entre os seres e as coisas criando o espaço banal.

Atualmente, permito-me assumir, esse tema está sendo tratado com riqueza analítica e relativamente abundante produção por geógrafos dedicados a analisar os objetos tecnológicos que entram em relação uns com os outros, a internet das coisas, assim chamada, e tantos outros objetos que cumprem suas funções a partir de uma profusão de dados e informações coletadas, analisadas e disponibilizadas de maneira simultânea e instantânea. Como Fábio Tozi (2023), cuja pesquisa analisa os impactos do capitalismo de plataforma considerando a tecnologia – que inclui sistemas, algoritmos, aparelhos e aplicativos – que permite a empresas como iFood e Uber gerirem o território e o trabalho.

Em seguida, o sexto ponto elencado por Ribeiro (2005) trata da indissociabilidade entre espaço e tempo, logo do cotidiano, intimamente ligado à reflexão colocada neste ensaio.

Finalmente, o sétimo e último sinal estaria associado à questão da técnica, que Ribeiro trabalha a partir da ideia da escassez e de todas as lutas sociais envolvidas.

Enfim, recupero esses sinais pois cada um deles, (i) o território para além da materialidade, (ii) as territorialidades, (iii) as práticas espaciais, (iv) a cultura, (v) as subjetividades, (vi) a indissociabilidade espaço-tempo e (vii) a análise das técnicas – e aqui reforço a fantástica contribuição de Milton Santos acerca da tecnoesfera e da psicoesfera (Santos, 1996) –, pode ou deveria constituir elementos-chave ou chaves explicativas de entendimento e análise do *cotidiano*.

Desta feita, aponto elementos para o debate acerca do cotidiano enquanto categoria central de análise do que poderia ser a urbanologia, a partir dos apontamentos iniciais de Milton Santos sobre este conceito e outros elementos que debati durante meu doutoramento (Balbim, 2003).

Santos (1996, p. 257) lembra que o cotidiano de todas as pessoas se enriquece de novas dimensões com o papel atual da informação e da comunicação. "Entre elas, ganha relevo a sua dimensão espacial, ao mesmo tempo que esse cotidiano enriquecido se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal, o espaço dos geógrafos".

No entanto, essa geografia miltoniana e consequentemente a urbanologia não teriam prioridade sobre o estudo do cotidiano, uma vez que dele objetivam analisar apenas uma de suas dimensões: a esfera pública e coletiva. Mas a importância atual desse estudo para a urbanologia é crucial.

É a partir do cotidiano que se pode desenvolver com maior propriedade o papel ativo do espaço geográfico, tema fundamental na constituição de uma urbanologia, diferenciação crucial com o chamado urbanismo e demais ciências que consideram o espaço geográfico um palco inerte ou um depósito de ações.

Sendo o cotidiano compreendido como dimensão do espaço, o espaço banal, esse revelaria os usos e abusos do território – fazendo referência aqui a outra obra fundamental –, e estariam consubstanciados no cotidiano os elementos-chave para a compreensão da mediação entre o passado, o presente e o futuro.

O tempo do cotidiano, que não se trata do tempo presente, pois não é efetivamente tempo, mas sim uma dimensão do espaço, tem como característica ser um constructo social que

soma as três dimensões do tempo histórico e linear. É desse tempo cotidiano que parece a urbanologia vir a tratar.

Já no urbanismo, essa dimensão cotidiana é tratada como um tempo mensurável, um tempo linear, a jornada cotidiana de 24 horas. No urbanismo, confunde-se o cotidiano com o presente, um tempo daquilo que é corriqueiro, habitual, ou quando muito um tempo relativo às práticas espaciais. É partindo dessa perspectiva que os modelos urbanísticos, os projetos urbanos, o urbanismo como prática aprendida em manual, produziu e produz conhecimentos aplicados e mesmo críticos às políticas de produção das cidades e de desenvolvimento urbano e territorial. O tempo cotidiano, para o urbanismo, é funcionalista, nada mais que a dinâmica das ações cronologicamente organizadas e agregadas ao espaço como uma materialidade, como o suporte para relações.

Destarte, ressalto que, nessa leitura, a quinta dimensão do espaço, o cotidiano, torna-se central para o entendimento da urbanologia, subsidiada pelos sete elementos-chave de análise desse cotidiano apresentados por Ribeiro (2005), e por um oitavo.

A intencionalidade como chave explicativa

Enquanto o tempo presente se esvai, o cotidiano – que, reforço, não é tempo nesses termos – circunda, gira, opera, abarca tanto a impressão do presente, a produção do espaço se dando, quanto o futuro enquanto intencionalidades e o passado como intenção depositada, ou ainda como o conteúdo dos objetos, das formas construídas, como trabalho morto.

Nessa experimentação, sigo adiante propondo a adição de uma oitava chave explicativa, a da intencionalidade, uma questão, ao que parece, muito própria do tempo atual, muito clara no tempo atual, este tempo da internet das coisas, da Inteligência Artificial (IA), da constituição enfim absoluta de um espaço virtual.

A intencionalidade me parece ser um tema à parte na obra de Milton Santos e, por sua vez, essencial também no pensar a urbanologia.

A intencionalidade é depositada nos objetos no momento da execução de seu projeto. Nesse contexto, a intencionalidade se revela notoriamente nas funções do objeto, mas também se

encontra associada à criação da necessidade do referido objeto, antes mesmo de o objeto existir. Revela-se, assim, um projeto de interação desse objeto com os demais objetos e, evidentemente, com a sociedade. Um projeto de poder. Um projeto político!

Na presente lógica, a intencionalidade supera a função do objeto e, por vezes, surpreende e cria inovações e funcionalidades não previstas efetivamente. Há nisso um intangível animado do espaço social, que, ao fim e ao cabo, é o território em sua totalidade.

Baudrillard (1993) aborda essa questão, assim como a importância dessas intenções primeiras na criação das necessidades e, poderíamos acrescentar, do valor simbólico dos objetos.

Na integração social em torno do uso dos objetos, entre suas estruturas sociais, psicológicas e técnicas, percebe-se, ao mesmo tempo, transgressão e cumprimento da função primeira de cada objeto.

No atual período técnico, científico e informacional, o que se torna inegável, e por conseguinte em larga medida desmistificador, é a função exata e minuciosa dos objetos mais desenvolvidos tecnologicamente. Todo o sistema de vigilância eletrônica (câmeras instaladas em supermercados, escritórios, bancos, ruas, cruzamentos, túneis, lanchonetes) tem uma nítida função; desde que percebido, o sistema não deixa dúvidas quanto a ela. O objeto é, então, "tecnologicamente mais concreto" devido à sua função ser minuciosamente definida. O que resta saber é: qual o uso feito de tais imagens? Como a existência de tal conjunto é assimilada social e psicologicamente na produção cotidiana do espaço por meio de suas práticas? É a partir desse segundo questionamento que se pode apreender como determinada prática espacial se organiza em seus antagonismos sociais. A intencionalidade, frequente em diversos estados mentais (pensamentos, concepções, apropriações, representações, imaginações), é a propriedade pela qual os pensamentos são dirigidos aos objetos e estados de coisas no mundo.

Complementarmente, a capacidade de representação de um objeto não é intrínseca a ele. A representação é derivada da intencionalidade da mente, depositada por meio de projetos técnicos, estruturas sociais, culturas etc., e capta do objeto as

suas características constituintes marcantes. O ato de falar, o uso intencional do meio e do objeto linguagem representa suas predicações e condições verdadeiras pelo estado intencional da coisa que é a linguagem.

A intencionalidade e a funcionalidade são nomeações para o estudo da mediação, ligando homens a objetos e ações. A funcionalidade de cada objeto é a transcendência social de sua função primeira, enquanto a intencionalidade é a maneira pela qual os homens investem no objeto seu conteúdo, ou seja, refere-se às ações práticas de todas as ordens (política, cultural, psicológica, espacial, social) exercidas nas relações entre o ser e as coisas.

O urbanismo trata exclusivamente, quando muito, da funcionalidade, por vezes apenas da função; enquanto uma proposta de urbanologia parece abarcar também a intencionalidade e com isso colocar a política e o poder como centrais na análise do processo de produção do espaço, e sobretudo, como essenciais na análise desse espaço produzido, cada vez mais exclusivamente pelas grandes corporações, empresas e seus interesses.

A "vida" de relação entre coisas não se dá simplesmente pela funcionalidade dos objetos ao entrarem em relação. Essa "vida", essa animação, dá-se antes mesmo que os objetos se realizem, se concretizem, sejam produzidos.

No tempo da internet das coisas e da IA, esse debate se faz fundamental. O presente nos impõe superar o pensamento urbanístico tradicional e pensar uma ciência que trate do cotidiano em um mundo urbanizado e absolutamente urbano.

Nessa perspectiva, o debate sobre a urbanologia, se não é fundamental, é sem dúvida uma oportunidade de ampliar as perspectivas e possibilidades de análise que busquem integrar tais elementos.

É oportuno pontuar, para fins de registro acerca da urbanologia, que autores franceses como Paul Claval e, a partir dele, outros como Merenne-Schoumaker (1983), trazem a ideia da *urbanologie* enquanto o pensar de um ecossistema urbano, integrando disciplinas no que hoje se trata a partir dos conceitos de multi, inter e transdisciplinaridade.

Nesse sentido, as propostas francesas se assemelham, ou encontram pontos de contato também com as ideias de Milton Santos,

que no seu pensamento não buscava a centralidade de qualquer campo científico, sendo todos complementares a partir de seus métodos e sistemas explicativos. Contudo, no campo da urbanologia, Milton Santos parece ter ido além do pensamento francês, fornecendo elementos possíveis para a compreensão da atualidade.

As coisas, ao contrário do que pensam os urbanistas, diz Santos, são comandadas pela política, logo pelo vislumbrar do futuro que organiza o projeto tecnológico e imbui as coisas de intencionalidades. Diria Santos que, para que as coisas tenham significado social, haveria que concebê-las como algo produzido pela política. Para os urbanistas, especialistas mais dedicados à compreensão das coisas do que das ações, as ações já feitas e depositadas nas coisas podem ter eficácia sobre a vida social, mas são regidas pelas coisas e suas inércias.

Em sua proposição, Santos revela como o controle do urbanismo pelas empresas é fator dos dois pilares organizadores da história da humanidade: a técnica e a política. Na contemporaneidade, a técnica é "altamente cientificizada, plena de artificiosidade, plena de intencionalidade, fortemente sistêmica e invasora. E a política, essa que rege as nossas vidas, essa que decide a forma como a técnica impõe-nos o destino" (Santos, 2000, p. 2), se caracteriza também por ser tecnicizada e cientificizada, mas sobretudo por ser privatizante, antirrepublicana e anti-cidadã.

A intencionalidade imbuída nos objetos técnicos é fruto desta política, e a urbanologia parece ser proposta como a ciência, ou o campo científico que vislumbra a *urbis*, o processo urbano, a partir de uma visão crítica da política, buscando evidenciar e embutir nos objetos a partir de uma utopia eficaz, ou uma utopia não vã, as intencionalidades próprias do período popular da história, da realidade dos países do "terceiro mundo", da resistência dos povos que ao não perecerem, se é que isso será possível, são e serão resistência, futuro e utopia.

O mundo hoje

A meu ver, deve-se ter em mente a existência de uma política que prega o desaparecimento do cidadão e sua substituição pelo usuário. Os direitos dos cidadãos foram paulatinamente

desvalorizados em favor do usuário, inclusive usuários do urbanismo, que se limitam a reivindicar o bom funcionamento dos serviços urbanos, privatizados, evidentemente.

Com a produção do meio técnico, científico e informacional e, mais ainda, com o controle por parte das corporações da capacidade de utilizar esse meio e toda a infinidade de dados e informações que possibilita falar de uma empiricização do mundo, a organização da vida social já não é um monopólio em disputa pelo e com o Estado. Isso se dá cada vez mais pelas e com as empresas.

A noção de cidadão se resume ao indivíduo-usuário que passa a ter seu cotidiano minuciosamente controlado por projetos e modelos de urbanismo baseados em novidades tecnológicas, cidades inteligentes. *Do cidadão imperfeito ao consumidor mais-que-perfeito,* título preciso de capítulo de M. Santos, revela e denuncia essa situação já trabalhada por diversos autores desde a ascensão do neoliberalismo nos anos 1980. O esvaziamento da esfera cidadã, da esfera política e a centralidade do projeto político tornado global impossibilitam a criação do novo. O usuário é "nutrido" por novidades lançadas em ritmo e intensidade precisas pelas corporações, ele reclama e pode, no máximo, subsidiar o aperfeiçoamento do sistema que o subjuga e o coloca na posição de reprodutor da estrutura social implementada.

Segundo Milton Santos (1996, p. 257), a compreensão do conteúdo geográfico do cotidiano poderia contribuir para o necessário entendimento da relação entre espaço e movimentos sociais, "enxergando na materialidade esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação...", as relações de rupturas e repetições que caracterizam e individualizam cada lugar ao coletivizar suas ações individuais.

A geografia não tem prioridade sobre o estudo do cotidiano, uma vez que objetiva analisar apenas uma de suas dimensões: a esfera pública e coletiva. Contudo, a importância atual desse estudo para a geografia é crucial. É a partir do cotidiano que se pode desenvolver com maior propriedade a questão do papel ativo do espaço geográfico na vida de uma sociedade.

Além disso, lembremos que, na apresentação do livro *A natureza do espaço*, Milton Santos diz que o capítulo que trata do cotidiano aponta para uma ruptura epistemológica, "já que se surpreendem evidências da efetividade de contra racionalidades e de racionalidades paralelas, que se levantam como realidades ante a racionalidade hegemônica e apontam caminhos novos e insuspeitados ao pensamento e à ação" (1996, p. 22).

As contrarracionalidades são mais facilmente construídas e vislumbradas a partir do cotidiano, das horizontalidades, normalmente fazendo parte de uma esfera mais lenta de relações no espaço. É por ser assim rico que o cotidiano deve ser analisado.

O estudo da imbricação dos objetos em seu uso cotidiano também revela essa força que nasce nos aléns dos projetos técnicos. Por conta disso, creio que o conceito de intencionalidade ajuda a interpretar o papel ativo das formas geográficas. Afinal, várias ações de contrapoder, ou contrarracionais, não nascem simplesmente da intenção de seus atores, mas sim como resultado de suas atuações num palco repleto de intencionalidades, que serão colocadas em sintonia segundo o uso que delas for feito, segundo o projeto de poder contrarracional em disputa.

Uma questão adicional que pode ser abordada para pensar a urbanologia diz respeito ao momento em que vivemos – o aqui e agora – e qual força teria a ideia da urbanologia para se pensar o mundo hoje.

A proposição da urbanologia surge no pensamento de Santos (2000) já no período popular da história, período esse que o geógrafo observa se avizinhar e que, dada a aceleração em que vivemos, no presente momento já se instalou. Essa presença é hoje percebida nas diversas rupturas paradigmáticas que vivenciamos, nas polarizações, em sistemas de pensamento e sistemas políticos que já não fazem jus à realidade.

Nesse aspecto retomo ideias iniciais sobre urbanologia a partir das contribuições de vários pesquisadores que trabalharam com Milton Santos – direta ou indiretamente. Pudemos nos reunir em 2022, ainda sob o governo Jair Bolsonaro (2019-2023), último ano de efetiva pandemia, para pensar os circuitos da economia urbana propostos por Santos (1975), buscando superar visões dualistas, neste caso, do formal e informal, e debater

formas inovadoras de políticas públicas que pudessem efetivamente alcançar os mais pobres, mais vulneráveis, não os subjugando, não os colonizando, não os formalizando, mas respeitando e fomentando suas práticas, seus setores, seus circuitos, incluindo-os no projeto de desenvolvimento da nação.

Disse Ribeiro no texto anteriormente citado (Ribeiro, 2005, p. 1259): "do ângulo do 'homem lento', as potencialidades mediadoras do território propõem uma compreensão renovada da própria política (...)".

É neste ponto que a autora define os sete sinais indicados acima, que, com a intencionalidade, comporiam oito, podendo ser ainda mais as chaves analíticas do cotidiano, a quinta dimensão do espaço e, na proposta deste ensaio, a essência da urbanologia.

A urbanologia no "terceiro mundo"

Enquanto pesquisador, há tempos desenvolvo nas pesquisas aplicadas e na pesquisa e gestão de políticas públicas (Balbim, 2024; Balbim, 2023a; Balbim, 2023b; Balbim & Santiago, 2023, dentre outras) com muitas dificuldades, a proposta de superação da ideia de informalidade, ideia essa que, no limite, veta qualquer forma de transferência de recursos públicos para os mais pobres, ou exclui circuitos inferiores da economia urbana de um projeto efetivo de desenvolvimento do país.

Contudo, como jamais ocorreu, neste período popular da história somos chamados a pensar no cotidiano, nessa quinta dimensão do espaço, nesse tempo que é passado, presente e futuro, simplesmente por não ser tempo, mas sim uma dimensão do espaço, um espaço que é também hoje virtual.

A centralidade do cotidiano nesse período é absoluta. E, desse modo, dadas as profundas desigualdades entre nações e regiões – como o Norte e o Sul Global –, esse cotidiano popular, por assim dizer, se apresenta com maior clareza, com maior acidez, a partir das necessidades e da escassez do antes chamado "terceiro mundo".

O cotidiano, muitas vezes negligenciável em outras partes do mundo, ou em outros mundos, nessas paragens do Sul se explicita, constituindo muitas vezes urgência!

Nesse "nosso" terceiro mundo que ainda não é completamente organizado a partir das velocidades, das técnicas, de um tempo exclusivamente associado ao capital financeiro; nesse mundo que ainda permite algum espaço para o tempo lento; nesse mundo que ainda une resistência e imaginação; é aqui, nesse mundo, em que o cotidiano revela com maior facilidade de apreensão a profunda densidade de relações entre os seres e os objetos.

É no cotidiano da resistência a um projeto hegemônico do porvir, no cotidiano dos homens lentos, da imaginação, do homem comum, que claramente também está presente em qualquer outro lugar do globo, que novas teorias explicativas podem surgir e novos conceitos se operacionalizar.

A chave para que isso aconteça, e ao mesmo tempo tenha algum impacto na vida das pessoas, está muito menos na teoria aqui experimentada e muito mais na prática. Assim, a própria urbanologia insere-se aqui, ou proponho inseri-la aqui, como uma ideia em certa medida revolucionária.

Uma proposição científica, um campo do conhecimento, um cabedal de noções, conceitos e categorias a ser construído, ou do que quer que seja a urbanologia no papel, é e deve ser antes de tudo um esforço de transformação da ação prática, da política, e em última instância da ideia de democracia que surge há milhares de anos relacionada à pólis, e que deve ser transformada para lidar com o fato urbano em toda a sua atual densidade, a densidade da tecnoesfera e da psicoesfera.

A urbanologia e o debate que se possa fazer sobre o tema devem trazer também o imperativo da responsabilidade com o aprofundamento da democracia, algo que nesse conjunto de ideias pode acontecer apenas a partir do cotidiano.

Uma democracia plenamente participativa e generalizada no conjunto da sociedade, uma utopia da pólis de e para todos, que tem no espaço virtual seu maior potencial de concretização.

Esse espaço foi apropriado pela lógica do isolamento, fundamentalmente instaurada pelo neoliberalismo. Contudo, nos muitos exercícios de ancorá-lo na concretude do cotidiano, das comunidades, o espaço revela facilmente sua essência solidária.

Nesse espaço, em que alguns ensaiam inclusive soluções como a gamificação social, é que o cotidiano enquanto ca-

tegoria analítica tem potencial de se apresentar de maneira mais tangível.

Assim, entendo e proponho que a urbanologia poderia vir a se constituir como essa necessária nova economia política da cidade. Uma cidade, um território em sua totalidade, de todos e para todos.

Referências

BALBIM, Renato. **Práticas espaciais e informatização do espaço da circulação: mobilidade cotidiana em São Paulo**. 2003. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. A Produção Internacional da Ideia de Informalidade Urbana e os "Núcleos Urbanos Informais" no Brasil. **Rev. C&Trópico**, *[S. l.]*, v. 47, n. 1, p. 13–36, 2023a. https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n1.

_____. Como se dividem as cidades? A invenção dos assentamentos informais: notas e conclusões iniciais sobre uma agenda de pesquisa. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, v. 28, p. 21–30, 2023b. http://dx.doi.org/10.38116/brua28art2.

_____. Gramáticas do desenvolvimento. Da economia informal aos assentamentos informais. *Cadernos Metrópole*, 26(61), e6157636, 2024. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6157636-pt

BALBIM, Renato; ARROYO, Mónica; SANTIAGO, Cristine. **Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2023. http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9.

BALBIM, Renato; SANTIAGO, Cristine Diniz. **TD 2835 - Informal settlements. Da concepção do termo a sua transformação em agenda quente de pesquisa. Análise cientométrica e difusão acadêmica. Texto para Discussão**. Brasília. DOI: 10.38116/td2835. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11490/4/TD_2835_Web.pdf.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

CASTELLS, Manuel. **La Question urbaine**. Paris: F. Maspero, 1972.

D'ANDREA, Tiarajú. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Éditions Anthropos, 1968.

MARICATO, Erminia. A terra e o nó. *Em*: **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 183–188.

MERENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. La logique des villes. **L'Espace géographique**, *[S. l.]*, v. 12, n. 4, p. 306–308, 1983. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1983_num_12_4_3861.

RAIMUNDO, Sílvia. Movimento cultural das periferias: cultura e práticas políticas. *Em*: BALBIM, Renato; ARROYO, Mónica; SANTIAGO, Cristine (Org.). **Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2023. p. 261–296. http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. *Em*: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. 2005, **Anais** [...]. São Paulo, p. 12458–12470.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: EdUSP, 1987.

_____. **L'Espace Partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés**. Éditions M.-TH ed. Paris: Génin Librairies Techniques, 1975.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **O urbanismo periférico moderno**. Brasília: Docomomo, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da Razão Dialética**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

TOZI, Fábio. O circuito inferior e as novas tecnologias de informação: o capitalismo de plataforma, apropriações, adaptações e limitações. *Em*: BALBIM, Renato; ARROYO, Mónica; SANTIAGO, Cristine (org.). **Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2023. p. 161–194. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011.

Parte 4

Promoção da saúde e a epidemiologia crítica – relações com a sociologia e o urbanismo (ou urbanologia)

Promoção da saúde e a epidemiologia crítica – relações com a sociologia e o urbanismo (ou urbanologia)

– Relatoria –

Carmen Beatriz Silveira

Introdução

A mesa redonda intitulada *"Promoção da saúde e a epidemiologia crítica – relações com a sociologia e o urbanismo (ou urbanologia)"* promoveu o encontro de três palestrantes de trajetórias acadêmicas e sociais distintas, contudo complementares na proposta de refletir criticamente sobre saúde, território, periferias e justiça social: Alan Brun Pinheiro que é sociólogo, doutorando do IPPUR/UFRJ, cofundador e diretor-presidente do Instituto Raízes em Movimento, nasceu e reside no Complexo do Alemão; Marcos Dominguez, também sociólogo, com mestrado em saúde pública pela Ensp/Fiocruz e Doutorado em Estudos Urbanos pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC /FGV); é superintendente de planejamento territorial na Secretaria de Estado de Planejamento do Rio de Janeiro e pesquisador do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas; e Sérgio Garcia Ramos, filósofo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em educação profissional em saúde pela Fiocruz e professor da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/ Fiocruz; atuou na coordenação de projetos e cursos organizados em parceria com movimentos sociais da região de Jacarepaguá, no Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica (PDCFMA).

Na introdução à mesa, assinalou-se a primeira conferência internacional sobre a promoção da saúde realizada em Ottawa, em 1986, que a propôs como política pública mundial, posteriormente disseminada por meio de uma concepção ampla que abarca a compreensão da saúde sobre as múltiplas condições

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_013

de existência que proporcionam uma vida saudável. Nessa perspectiva, a promoção da saúde assemelha-se ao conceito ampliado de saúde que transcende a ausência de doenças, compreendendo-a como um direito que aborda uma visão de políticas públicas que assegurem condições necessárias à qualidade de vida. Constituem, ambas, concepções polissêmicas que buscam a superação da abordagem preventivista em saúde.

Em sequência, considerou-se pertinente relacioná-las à concepção da epidemiologia crítica que, desde meados dos anos 1970, ressalta os distintos aspectos que influenciam as condições de existência, mediante as questões estruturais das sociedades imbricadas com a preservação ambiental, modos de vida, hábitos e características individuais, tendo em vista o entrelaçamento desses aspectos em diferentes dimensões hierárquicas.

Assim, valorizou-se a concepção privilegiada pelos palestrantes da mesa — a da determinação social da Saúde —, como uma das categorias centrais para a epidemiologia crítica que se desenvolveu por meio de uma visão que supera o paradigma da epidemiologia empírico funcionalista. A contribuição inicial, segundo o epidemiologista equatoriano Jaime Breilh, teve como objetivo decifrar como o empirismo cognitivo da metodologia positivista e a lógica cartesiana da epidemiologia causal constituem um obstáculo para penetrar na gênese da saúde. Na sua visão crítica, a saúde é um objeto polissêmico tanto quanto um objeto real de pensamento intersubjetivo bem como campo da *práxis*.

Prosseguindo, na introdução à mesa, evidenciou-se a relação da determinação social da saúde com o pensamento da sociologia crítica de Ana Clara Ribeiro e a visão da geografia crítica de Milton Santos, com o qual dialoga-se na maior parte das Mesas deste Seminário. Nesse intuito, assinalou-se a possibilidade de um olhar transdisciplinar que abarque uma leitura da epidemiologia crítica, nitidamente associada às visões de Ana Clara e Milton Santos, mediante a percepção de um urbanismo reflexivo ou urbanologia.

Mencionaram-se ainda algumas questões da professora Ana Clara Ribeiro apresentadas na sua conferência para o concurso como professora titular do IPPUR, em 2011, que se afigu-

ram muito próximas do que se poderia compreender na reflexão de um epidemiologista crítico. Ela enfatizou as mudanças na realização do capitalismo, incluindo as formas sociais, os processos de socialização e as crenças coletivas no momento da sua conferência (no início da segunda década do século XXI). Ela já compreendia que estávamos vivenciando (e estamos vivenciando) uma crise societária — que "transcende e potencialmente articula as crises reconhecidas em diferentes esferas da vida social", e que diz respeito a uma crise da totalidade social, que vai além do esclarecimento que é obtido mediante o uso do conceito de formação social ou de teorias relacionadas a uma instituição isolada, ao Estado, mercado, religião ou família.

Destacaram-se, também, algumas palavras sobre essa crise quando Ana Clara afirmou a absorção e a destruição de projetos políticos e metas sociais originadas dessas três frentes histórico-estruturais – modernidade, ocidentalização e capitalismo – que sinalizavam uma crise que não admite o desenho de **cenários nítidos ao final do túnel**. As suas reflexões poderiam ser relacionadas ao tema deste Seminário, que é o de **Cenários Alternativos**. Ana Clara apontava um obstáculo imenso entre o momento de elaboração da sua análise e a perspectiva de novos cenários, explicitando a precariedade de uma reestruturação que ocultava verdadeira redução dos desafios do presente.

Finalmente, na introdução à mesa, apresentou-se uma indagação sobre as possibilidades da epidemiologia crítica e, por consequência, da determinação social da saúde, que expressam uma visão mais complexa dos processos de geração de saúde ou de doença: como acionar o pensamento de Ana Clara Ribeiro para além dessas preocupações mencionadas na sua análise profunda em relação ao momento da crise societária contemporânea? Haveria possibilidade de outras buscas — cenários alternativos —, por meio de um processo de construção de "sujeitos corporificados"? Seria um caminho para propiciar uma radical superação do idealismo, como na busca da "arte de resolver a vida" no acontecer histórico dos lugares?

Desse modo, na introdução da mesa evidenciaram-se algumas apropriações que podem estabelecer conexões potencialmente protetoras da vida na construção da Cidadania no nosso

contexto de acentuada desigualdade socioespacial. O objetivo foi apontar as formas tradicionais de compreensão do processo saúde-doença, ultrapassando o paradigma da epidemiologia causal e explorando as articulações entre saúde, espaço urbano, sociabilidade e memória coletiva. Tal abordagem encontra ressonância com a sociologia crítica e com a urbanologia, perspectiva inspirada em Milton Santos e trabalhada por Ana Clara Ribeiro, para quem a crise societária contemporânea exige novos olhares transdisciplinares e cenários alternativos.

Relatoria da Palestra de Alan Brum Pinheiro

Alan Brum Pinheiro reafirmou a sua origem em uma favela no Complexo do Alemão, destacando que esta condição o fortalece para os trabalhos diversos que vem desenvolvendo, seja na área social, seja na universidade, na proposição de pesquisas, ou ainda no diálogo e problematizações em reflexões acadêmicas.

Desse modo, ressaltou o tema do seminário – 'cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21' que amplia e dialoga com as diversas possibilidades de construção para um novo horizonte e mobiliza o pensamento da temática da saúde a partir do urbanismo, tornando-o mais relevante. Assinala as referências dos autores privilegiados pelo Seminário, Milton Santos e Ana Clara Ribeiro, como ponto de partida para a sua reflexão, pois apresentam diálogo direto tanto com o trabalho por ele desenvolvido quanto pela pesquisa que realiza.

Enfatizou o trabalho com a história, a memória e o saber local — esse lugar dos saberes —, como sinaliza Milton Santos. O saber local também constitui o saber do mundo. Ao mesmo tempo em que ele desenvolve trabalhos sociais com ênfase na urbanização, também realiza trabalhos ligados aos determinantes sociais de saúde na Fiocruz, junto ao Laboratório Territorial de Manguinhos. E é exatamente nesse diálogo entre o urbanismo e a saúde, dentro do Instituto Raízes em Movimento, que está desenvolvendo um trabalho baseado na história e da memória local.

Apresentou a sua experiência em curso da 'Intervenção Urbana Integrada Socioambiental e Climática' ressaltando a inter-

setorialidade e a memória local para trabalhar os Determinantes Sociais da Saúde. Sinalizou a ideia da urbanologia, de Milton Santos, e mencionou outro conceito do autor, de 'território usado', que contribui para a discussão a respeito da produção do conhecimento nos territórios — nos territórios de favelas e periferias. Reforçou ainda a importância da história, como nas palavras de Milton Santos, que vai se constituir nesse novo século com base no diálogo e na construção dos polos da técnica e da política.

O seu trabalho também tem uma relação direta com os nortes reflexivos da Ana Clara Torres, da relação entre saber e lugar, por isso assinalou o trabalho com os moradores desses territórios, fundamentado no seu contexto social, na sociabilidade constituída no tempo, além da sua relação com os outros atores e as outras instâncias sociais, o que é integrador do pensamento sobre o que é possível construir. Explicitou que, sistematicamente, construiu-se a ideia da favela como um lugar de provisoriedade, um lugar da negação das políticas públicas estruturantes, contudo, é esse lugar que vai constituindo novas formas de se viver, alternativas de sobrevivência. Trata-se de sobreviver, com um desenvolvimento cultural próprio da favela. Assim, na implementação de políticas públicas, é importante levar em consideração esse caldo cultural que rege a própria natureza da ocupação desse espaço, desse território, e entender a rua de uma favela, e entender que esses mesmos espaços fora da favela têm significados completamente distintos.

Apresentou o 'Plano de Ação Popular do Complexo do Alemão', envolvendo as diversas vozes locais na perspectiva de desenvolver políticas públicas a partir do território, com propostas de ações e de regulamentações, ou documentos, ou referências do poder público que atendem aos anseios do debate e da discussão na construção dessas políticas públicas locais.

A execução de forma colaborativa, de forma a levar em consideração o ponto de vista do morador da favela, constituiu um avanço significativo nas regulamentações e nas propostas escritas, governamentais. Contudo, a prática efetiva do desenvolvimento dessas políticas públicas fica essencialmente distante. A 'Intervenção Integrada, Urbana, Socioambiental e Climática' pre-

conizou o desenvolvimento local integrado e sustentável numa perspectiva de construção coletiva e ainda com a perspectiva de construir junto a outros atores, principalmente da universidade e do poder público. Constituiu uma gestão participativa na implementação dessas políticas públicas.

A hipótese do trabalho do Alan foi a de pensar o urbanismo mais como um processo do que projeto, fundamentado nas pessoas e não apenas no espaço físico, portanto, pensar num espectro muito mais amplo de urbanização, mediante alguns princípios para se trabalhar uma intervenção de forma integrada: incluir o processo de participação direta e efetiva, implementar modelos de governança integrada e compartilhada com o território, avaliar e monitorar os impactos na qualidade de vida dos moradores, mediante a perspectiva do próprio morador. Assim, abarcou, de forma significativa, a perspectiva da urbanologia, de Milton Santos.

Abordou esse processo mediante o debate de uma nova construção de políticas públicas urbanísticas que levassem em consideração a vida social dentro das favelas, o modo de vida e as questões que impactam diretamente a vida cotidiana, e, consequentemente, o impacto na saúde da população, entendendo saúde como um bem viver, como qualidade de vida, como os direitos básicos garantidos a todos e todas.

Alan ressaltou que o Plano de Ação Popular construído no Complexo do Alemão aconteceu em um diálogo entre a diversidade de conhecimentos, criando arenas possíveis, constituindo, assim, a possibilidade de intervenção valorizando o conhecimento acadêmico, trazendo-o mais próximo das práticas e ao mesmo tempo valorizando o conhecimento popular, o conhecimento da vivência, do cotidiano. Inicialmente, produziu-se uma pesquisa de forma participativa para a percepção dos moradores sobre as políticas públicas; depois, foi se constituindo uma rede de debates e discussões temáticas promovidos pela diversidade de atores sociais no Complexo do Alemão, composta por 23 organizações que realizaram mais de 11 debates temáticos. Posteriormente, realizou-se um trabalho de intersetorialidade das propostas de políticas públicas, questão fundamental para pensar os Determinantes Sociais da Saúde e pensar em políticas públicas de forma

mais ampliada, mais integral — criar essas diversas formas de participação direta e de construção a partir do território.

Segundo Alan, conseguiu-se, de forma participativa, a constituição do Instituto Federal do Rio de Janeiro no Complexo do Alemão, que abrange o espaço de diálogos de conhecimento, um novo espaço educacional que pode promover o desenvolvimento sustentável do Complexo do Alemão, a partir das suas diversas faces, seja a face econômica, a face social, educacional, ambiental ou cultural. São diversas dimensões trabalhadas de forma articulada e gradativa, uma delas é um novo processo de urbanização em que a localidade possa ser escutada, os moradores e as moradoras de favela possam participar efetivamente desse processo. Foram construindo possibilidades nos lugares mais degradados com mutirões, diálogos, grupos focais e foram feitas várias ações durante mais de um ano e meio para trabalhar efetivamente em áreas mais degradadas dentro de um conjunto de favelas que é o Complexo do Alemão.

O diálogo de conhecimento significa a possibilidade de construir-se fundamentando-se na escuta de cada morador, reconhecendo a importância do conhecimento técnico para pensar uma urbanização integrada. Nesse sentido, assinalou uma parceria que vem constituindo um processo formativo interno no Complexo do Alemão e na faculdade de Arquitetura, o próprio processo formativo de arquitetos que ocorre dentro da favela, mediante a desconstrução do olhar elitizado do processo formativo de arquitetos e urbanistas no Brasil. Tem sido desenvolvido um trabalho em disciplinas eletivas da faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFRJ) dentro das favelas, no diálogo direto com os moradores e constituindo um espaço pertencente a esses moradores.

Qual é a qualidade e qual técnica se precisa adotar? Qual é a qualidade social a partir do contexto da vivência e da percepção de qualidade de vida que os próprios moradores e moradoras têm? Com estas questões, principalmente, estão construindo as escutas e construindo também as propostas de intervenção. Assim, a prática da efetiva intervenção pode ser trabalhada com soluções baseadas na natureza, soluções da história dos próprios moradores, seja uma horta comunitária, seja um jardim suspenso ou várias outras formas que o morador percebe como

parte de um processo mais integrado. Afirmou que a maioria das favelas do Rio de Janeiro são constituídas originalmente pela migração rural-urbana do Brasil, que traz conhecimentos e saberes das ervas, conhecimento da cura, conhecimento do cuidado, o conhecimento do cuidado com o outro. Todos esses saberes vão se perdendo quando as políticas públicas são impostas a partir de parâmetros que não condizem com aquele histórico, com aquela sociedade, aquelas 'microssociedades'.

Em contrapartida, segundo Alan, o trabalho pela escuta dos moradores propiciou um diagnóstico detalhado de mapas de risco, dos principais problemas e o que o Poder Público pode fazer. Destacou, também, o eixo de pensar políticas públicas integradas: a integralidade de políticas públicas, essa intersetorialidade de pensar de forma mais ampla, integrada, de colocar o morador e a moradora de favela na sua centralidade, na centralidade da urbanização. Buscou promover a não hierarquização do saber, colocando o saber acadêmico e técnico junto ao reconhecimento do saber local para que se possa efetivamente mudar a qualidade de vida a partir da perspectiva de quem vai sofrer essas intervenções.

Alan destacou, ainda, os exemplos de implantação de biodigestores e das hortas comunitárias que ampliam a qualidade de vida pelos produtos orgânicos, os cuidados com a alimentação, além da questão econômica, por meio da venda desses produtos. Também evidenciou a proposta de reciclagem, da produção de tijolos.

A experiência desse trabalho em desenvolvimento no Complexo do Alemão foi uma proposta que emergiu das organizações locais, em diálogo com a universidade. Só após a incorporação dos diversos olhares e possibilidades, com base na dinâmica da vida social local, a proposta foi apresentada ao poder público, nos níveis municipal, estadual e federal. Também ocorrem acordos internacionais que refletem nos planejamentos municipais, estaduais e no federal. Pensar a questão climática, por exemplo, foi uma preocupação muito maior de quem tem necessidade de refletir sobre as favelas por ser um local onde os impactos são muito maiores.

Nessa perspectiva, a experiência da 'intervenção integrada urbana socioambiental e climática' propõe um novo caminho,

um novo percurso para se construir. Lembrando a referência sobre Milton Santos, não basta apenas o saber local, é necessário que se construa um saber local como um conhecimento em diálogo com o mundo. No diálogo com o mundo, deve-se pensar quais são os dados e impactos que incidem num determinado território, quais são os dados e as referências a respeito daquele território.

Assim, o diálogo no Complexo do Alemão foi feito mediante uma pesquisa com os moradores, sobre a sua percepção no seu cotidiano, a respeito da política pública. Ao mesmo tempo, analisaram-se os dados consistentes do próprio governo municipal, estadual e federal, em diversas instâncias. No diálogo entre a percepção dos moradores e os dados frios (das diversas instâncias governamentais), foi possível realizar-se uma reflexão para propor alternativas.

Apesar de todas essas características dos órgãos públicos, dos institutos de pesquisas formais/oficiais e da percepção dos moradores, foi muito difícil conseguir colocar na agenda pública a importância de uma intervenção urbanística desse território de forma integrada. Pode-se afirmar que, com base nesse trabalho, conseguiu-se avançar na construção de um diagnóstico socioambiental e climático da localidade, contando com a participação de um grupo de alunos de uma disciplina eletiva da faculdade de arquitetura e de todos os moradores dessa localidade. Os moradores foram ouvidos numa investigação casa a casa e, com base nessa abordagem, com orientação dos professores de Arquitetura, que contribuíram para a construção de uma proposta de intervenção, depois de todo esse processo de um diagnóstico socioambiental em parceria com o IPPUR, com a faculdade do IPPUR, com o departamento do Observatório das Metrópolis do IPPUR, conseguiram construir um diagnóstico socioambiental morador por morador, casa por casa, escuta por escuta.

Fundamentados nesse diagnóstico, os estudantes de Arquitetura, em conjunto com os professores, construíram propostas de intervenções baseadas na perspectiva dos moradores. Foram elaborados dois grandes documentos: um com 150, outro com 200 páginas, contendo propostas de urbanização dessa região do Complexo do Alemão. Em sequência, houve diálogo com o poder

público: primeiro, com a Secretaria Municipal de Ambiente e Clima, depois, com a Secretaria de Habitação, defendendo essa perspectiva de uma proposta construída a partir do território, com os moradores e pelo diálogo entre conhecimento acadêmico e conhecimento popular.

Assim, a proposta do novo PAC do Alemão foi absorvida pelo poder público. Valorizou-se, desse modo, a atual política pública Nacional da Secretaria Nacional de Periferias, que entende a urbanização como uma ação articulada de diversos atores e diversos setores. Nesse sentido, constituiu-se uma ação integrada, mediante um acordo de cooperação técnica entre as organizações locais, a universidade e o poder público, entendendo que esse é um cenário alternativo possível de planejamento territorial.

Nessa direção, conseguiu-se enfrentar de forma articulada e integrada os Determinantes Sociais da Saúde e, consequentemente, buscou-se melhorar a qualidade de vida dessa população. Houve aprovação da proposta pelo Novo PAC que se encontra no processo de execução, tanto da intervenção física, enquanto uma das camadas, quanto em planejar a longo prazo o monitoramento e a avaliação dessa política pública de urbanização focada no morador e dialogando com toda essa nova política pública urbanística.

Alan finalizou esperando ter contribuído principalmente na perspectiva da *práxis* e na perspectiva do Seminário, por meio de um exemplo prático de possibilidade de cenários alternativos, na busca por qualidade de vida e por um melhor Bem Viver.

Relatoria da Palestra de Marcos Dominguez

Marcos Dominguez apresentou o trabalho intitulado "A Produção do Espaço e a Determinação Social da Saúde", fundamentado na análise das práticas populares de enfrentamento de problemas de saúde e ambiente em periferias/territórios. Ressaltou o processo histórico de produção desses espaços para compreender a efetividade dessas práticas locais com a fala nos territórios populares, além da relação que essas práticas possuem com o próprio processo de formação daqueles lugares.

O trabalho exposto foi motivado pela abordagem deste seminário, sob a perspectiva crítica de Milton Santos e Ana Clara Ribeiro para repensar o planejamento territorial. Propôs um percurso reflexivo metodológico na discussão que relaciona a produção do espaço e a relação com a determinação social da Saúde.

Tratou de dois exemplos na periferia da região metropolitana, assinalando o desafio de compreender o que acontece regiões como São Gonçalo, na Baixada Fluminense. Investigou o processo histórico de constituição desses espaços urbanos e a relação escalar entre a experiência do indivíduo e a memória coletiva daquele território.

O primeiro exemplo é sobre a luta pela água no Jardim Catarina, em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 2006. O segundo é uma experiência mais recente num projeto do Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz, que envolveu o trabalho junto ao Complexo do Alemão e a favela da Rocinha.

Para introduzir os seus estudos de caso, expôs algumas reflexões sobre as ideias que nortearam a sua análise. Mencionou um estudo clássico do geógrafo Mauricio de Abreu, que investigou o processo de formação do espaço urbano do Rio de Janeiro e fez um levantamento bastante minucioso de como ocorreu o processo de ocupação da metrópole na periferia da Região Metropolitana, que passou a ser indutora do crescimento populacional e urbano do Estado do Rio de Janeiro.

Evidenciou a concepção de formação socioespacial do geógrafo Milton Santos com base numa ideia de formação da categoria de Formação Econômica Social marxista. Mediante o aprofundamento dessa categoria, Milton Santos introduziu a dimensão social à dimensão espacial. Assim, se a geografia deseja interpretar o espaço humano como fator histórico, é somente a história de sociedade mundial, aliada à sociedade local, que pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir sua transformação, pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade aespacial; o espaço, ele mesmo, é social.

A reflexão sobre a formação socioespacial dialoga diretamente com o pensamento sobre a produção do espaço, de

Henri Lefebvre, particularmente com a ideia da discussão das representações do espaço. Lefebvre trabalha com o espaço de representação, a representação do espaço particularmente dos urbanistas, a representação do espaço do Estado (nas políticas públicas), mas que se defronta dialeticamente com a ideia de espaço vivido, que se remete ao cotidiano, ao espaço local, onde a cidade expressa a produção da vida na cidade.

No debate sobre escalas, enfatizou que a escala é um elemento fundamental para se problematizar essa relação da produção do espaço urbano com a determinação social da saúde. A importância de se tratar da escala remete ao nível da memória coletiva, a respeito das situações limites que são vividas, vivenciadas no cotidiano dos territórios populares, do espaço vivido nesse cotidiano.

A tensão entre escalas pode ser relacionada ao conceito de 'território usado', de Milton Santos, que tem sido tratado de forma recorrente no campo da saúde pública. Esclarece que diversos pesquisadores relacionam a ideia de 'território usado' como lugar da resistência, frente à força de padronização dos espaços pelos agentes políticos econômicos que circulam em escalas global e nacional.

Ana Clara Torres Ribeiro defende esse tensionamento de escalas ao explicitar que a escala pode ser controlada pelo poder hegemônico do Estado, pelas grandes corporações, por agentes que têm a capacidade de deslocamento e mobilidade escalar. Desse modo, ao se defrontar com esse processo, sempre se está diante de uma estrutura desigual de enfrentamento. A despeito dessa condição, a autora compreende o tensionamento das escalas como uma estratégia de resistência necessária.

Marcos ainda mencionou a noção de tempo lento, o 'homem lento' de Milton Santos, o tempo do espaço banal. Assim, poderia se engendrar as resistências a essa ideia de escala dominada pelo estado onde o tempo do capital é muito mais acelerado. E o território usado, também com base nessa discussão do homem lento, é onde ocorre essa possibilidade de inverter as lógicas espaciais. Nessa direção, explicitou que, para Ana Clara Ribeiro, a proposta da cartografia da ação é um instrumento de poder que não é neutra, por isso é importante indicar o sujeito

da ação, para quem a cartografia deve servir (como instrumento de poder).

Após essas reflexões iniciais, Marcos retomou a análise dos exemplos propostos na sua apresentação para buscar uma compreensão sobre a aplicabilidade dos conceitos e mostrar as possibilidades de ação, intervenção no território.

O primeiro caso é sobre a discussão do mapa da água do Jardim Catarina, bem como as as formas de regulação do espaço, especialmente nas regiões metropolitanas e suas periferias. Para quem não conhece a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o Jardim Catarina é um dos maiores bairros de São Gonçalo em termos de extensão e população, que se originou de um loteamento nos anos 1950/1960. Trata-se de um assentamento popular do município São Gonçalo, que é o segundo município do estado em população, com cerca de 900.000 habitantes. Para compreender a transformação desse espaço, também é fundamental analisar o processo de produção para que se consiga ter a percepção desse tempo histórico e da forma como os atores agem, atuam e vão se reconfigurando ao longo do tempo. Assim, a análise do processo histórico foi fundamental para entender as práticas de enfrentamento dos problemas no cotidiano, com base nas redes locais de apoio social, no uso da memória coletiva e nos acordos políticos das relações de poder que foram estabelecidas junto ao Poder Público.

Marcos buscou distinguir como as políticas de infraestrutura e de Urbanismo são permeadas por relações históricas, construídas territorialmente entre os atores locais e com o próprio Estado. Desenvolvem-se no processo de formação dessas metrópoles, da formação da periferia urbana, no âmbito das discussões de grandes intervenções de infraestrutura que passam a incorporar uma região metropolitana. Expôs a ocorrência de um debate de como essas regulações do espaço com base nas relações entre o local, o território, com agentes do Estado vão se configurando politicamente, espacialmente, não só no local de moradia, mas também nas próprias políticas como elas são executadas nesses lugares. Trata-se de uma questão metodológica que necessariamente não privilegia um único ator.

Tendo como centralidade o território popular, assinala-se que o foco da reflexão de Marcos se situa no movimento, na trajetória, ou seja, nas práticas onde ocorre uma concretude do trabalho fundamentado nas narrativas da memória. Mostrou como a ideia de mapa da água foi sendo construída por se tratar de uma síntese de todas as relações de poder em torno da disputa da água. Esboçou uma cartografia da ação, na linha da discussão da Ana Clara Ribeiro, que mescla aspectos físicos da intervenção urbana de saneamento em torno da questão do crescimento de água em São Gonçalo, particularmente no Jardim Catarina.

No seu estudo, foram traçadas linhas identificadoras de elementos no território, delineadas no mapa, pensadas, elaboradas e produzidas pelos próprios moradores, estrategicamente, de forma a garantir o acesso à água, à produção da vida, a enfrentar problemas de saúde e de ambiente. Na reconstituição histórica do espaço, verificou que a primeira estação de tratamento de água era uma grande cisterna de abastecimento do loteamento Jardim Catarina. Quando se discute a ideia de cartografia da ação, baseando-se em um mapa da água do Jardim Catarina pode-se verificar, também, parte das próprias contradições em torno desse acesso da disputa da água da política de saneamento desses lugares. Exemplo disso é a localização da estação de tratamento do bairro Laranjal, limítrofe ao Jardim Catarina, uma das maiores estações de água do Rio de Janeiro que se situa dentro do perímetro do Jardim Catarina.

Destacou as grandes linhas das adutoras da CEDAE com uma parte que mostra extensões da rede local de abastecimento de água que, no entanto, atendem menos da metade do loteamento do bairro. E, pontualmente, havia conexões improvisadas ('gatilhos') na própria rede oficial para aumentar a expansão desse abastecimento para outras localidades do bairro. O conjunto de gatilhos feitos na rede oficial e nas grandes adutoras ao longo do tempo foi sendo permitido para o acesso e para a expansão do abastecimento do próprio loteamento. Essas observações foram obtidas por meio da narrativa na visita de campo, da metodologia qualitativa extremamente diversificada que a investigação adotou ao longo do tempo e da leitura de documentos oficiais em plantas de engenharia. Tais plantas mostravam propostas

iniciais indicando a construção de uma rede com a extensão até o limite de uma outra rede, mas isso não ocorreu.

Portanto, problematizando essas plantas com os moradores, com coletivos de associações, foi possível construir o mapa para se verificar como estava distribuída a rede dentro do bairro e, particularmente, a importância desses gatilhos criados dentro do Jardim Catarina. Mencionou ainda a presença do 'manobrista', um profissional pago pela CEDAE, e que, em alguns lugares, era pago pela associação de moradores. A 'manobra' da água numa área do bairro ou da comunidade podia ocorrer em um dia ou até em três dias da semana e, depois, invertia-se esse sistema de manobra, distribuindo água em diferentes lugares, em dias alternados. Tratava-se de uma forma da própria população local controlar a distribuição de água, mediante acordo oficial com o próprio Estado. Mostraram-se, assim, essas permeabilidades entre a organização local e os agentes públicos do Estado e as políticas, as macropolíticas de infraestrutura urbana nesse caso do saneamento.

O segundo caso é particularmente relacionado à conjuntura da pandemia. Refere-se a um projeto da Fiocruz, onde Marcos trabalhou, que evidenciou situações-limite de experiências e memórias históricas na produção do conhecimento sobre saúde em favela no Rio Janeiro.

Foi um projeto aprovado no período da pandemia da Covid-19 e o ponto de partida dos pesquisadores foi justamente a mobilização dos coletivos de favela no enfrentamento à crise sanitária. Considerou-se interessante problematizar o período da pandemia, quando as práticas que que estavam sendo acionadas pelos coletivos de favela não eram inéditas para quem era atuante no coletivo ou morador de um território popular e para quem trabalhava com território popular. As práticas foram executadas no enfrentamento da pandemia, durante o isolamento social, no começo no rompimento do isolamento pela necessidade do trabalho.

Nessa discussão, segundo Marcos, nas favelas se inseria o debate sobre memória como um fator central para entender o processo saúde-doença durante a pandemia, porque é com base na memória, em grande parte, que essas práticas são acionadas

ou relacionadas, dependendo do momento, da necessidade ou do enfrentamento de algum problema de saúde.

A pesquisa foi realizada no complexo de Manguinhos, na Rocinha e no Complexo do Alemão por meio de um pilar fundamental: o método da comunidade ampliada de 'pesquisa ação', que é um elo, o resultado de uma articulação histórica, seja pela experiência na relação constituída ao longo do tempo entre pesquisadores de universidades, seja por pesquisadores e trabalhadores da saúde nas próprias comunidades e favelas. Desse modo, criou-se um núcleo para pensar e trazer elementos de reflexão para propor formas de ação, enfim projetos, bem como para se compreender o processo saúde-doença em espaços/assentamentos populares.

Evidenciou, ainda o trabalho da memória para investigar o processo histórico dentro da favela; valorizou a possibilidade dos 'inéditos viáveis', um termo que vem da Educação Popular (da 'Pedagogia do Oprimido', de Paulo Freire), ou seja, as possibilidades de mudança da vida e da reprodução da vida novamente.

Nessa abordagem, Marcos assinalou a importância de um novo movimento escalar que vai 'até praticamente o interior do ser', ou seja, a escala do sofrimento, o trabalho da luta da mãe que perdeu um filho, ou o desemprego que se ampliou durante a pandemia. Observou muita discussão em torno da fome, da questão da segurança alimentar radical, que foi o processo que a pandemia trouxe, especialmente em território de favela, e todo esse processo é amparado por uma construção da memória coletiva pelas redes de apoio social. Como mencionou anteriormente, foram redes criadas historicamente; não surgiram durante a pandemia. Já eram movimentos estabelecidos, mas que precisavam se ressignificar a cada evento crítico, como é caso de uma pandemia. A pandemia, na verdade, trouxe a necessidade de se reativar ou simplesmente 'remobilizar'.

Afirmou que, durante a pandemia da Covid-19, a despeito das condições adversas, sobretudo nas favelas, as pessoas estavam mobilizadas em proteger a vida, em proteger a vida do próximo, do familiar e da comunidade. Isso foi relevante para mostrar como é complexa essa questão de se pensar o processo saúde-doença em espaços populares, especialmente em momento

de crise sanitária extrema. Como é possível construir um eixo de análise do saber histórico das classes populares que, sem perder de vista as determinações mais amplas colocadas pelas relações de produção, contemplem os elementos particulares que atuam como mediadores da produção da vida no espaço popular?

Essa foi a questão do trabalho de investigação. Os cotidianos foram tratados como espaço de observação, espaço de mediação do espaço do vivido, do território usado, relacionado às outras escalas de produção da cidade, de expansão da cidade, de produção do espaço urbano, de uma discussão até o nível global da financeirização do urbano.

Para Marcos, o estudo de memória como método foi significativo para o conhecimento em saúde, para o enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente. O trabalho da memória foi fundamental porque propicia a reconstituição das trajetórias do indivíduo e do coletivo, da experiência e do enfrentamento dos problemas. A memória que também ressignificou a experiência do enfrentamento de um evento crítico, como no caso da pandemia.

O trabalho de memória e da experiência foram considerados fundamentais para o enfrentamento dos problemas do presente, inclusive do cotidiano. Tratava-se de um conjunto de fatos, acontecimentos, eventos e de processos de criação nas três comunidades e favelas que participaram do projeto. No âmbito da pesquisa, houve trocas significativas junto aos coletivos dessas favelas, que tiveram experiências anteriores. Passou-se a buscar compreensão de como a experiência levou à criação de coletivos e de comissões envolvendo profissionais de saúde na comunidade de Manguinhos como é o caso da Comissão dos Agentes Comunitários de Saúde.

Enfim, essa trajetória histórica e essa memória coletiva demonstrou-se fundamental para se pensar o enfrentamento de questões do cotidiano e essa pesquisa teve esse intuito de trazer a memória como método e pensando as escalas temporais e espaciais da produção do espaço na favela, nos territórios populares, mas também da reprodução da vida.

Nos dois estudos apresentados, Marcos não expôs cenários alternativos de planejamento territorial, apenas caminhos de

ideias alternativas. Trabalhou com a ideia de pistas, de métodos de pistas, porque a experiência do trabalho de pesquisa e essa trajetória ofereceram essas pistas que auxiliaram a rever o próprio método de trabalho. Em diversos momentos, houve uma indagação dos próprios coletivos e territórios: a pesquisa de fato teve a possibilidade de trazer uma questão, uma imagem da transformação possível, uma imagem do "inédito viável", da cidade como como objeto virtual, de se poder projetar o possível e percorrer o caminho almejado?

Houve diversos questionamentos nesse processo que foram fundamentais para a reconstrução do método sobre a disputa escalar, então retomou-se a proposta de pensar a Determinação Social da Saúde dentro dessa ideia articulada à ideia de Produção do Espaço; a escala foi fundamental, e ela é problematizada tanto por Milton Santos, como por Ana Clara. Marcos ainda especificou a ideia do epidemiologista crítico Jaime Breilh, da necessidade de refazer a lógica dos processos de informação, atrelando-os a processos comunicacionais mais dialógicos, dinâmicos, de conteúdos e processos que expressam o território.

Para complementar, duas questões ganharam visibilidade no trabalho exposto, inclusive problematizando e trazendo uma ideia de mudança de paradigma territorial quando se discutia especialmente a Promoção da Saúde e o Processo Saúde e Doença nesses territórios. Primeiro, o protagonismo feminino que historicamente sempre se foi presente em territórios populares, mas ganhou ainda mais visibilidade durante a pandemia da Covid-19 pela capacidade de organização, pela questão do cuidado, que é sempre é muito atrelado ao feminino, e na execução de trabalhos, na capacidade de produção de informação técnica científica.

Em segundo lugar, verificou-se o protagonismo dos coletivos e dos movimentos sociais dos territórios que começaram a produzir os dados epidemiológicos durante a pandemia da Covid-19. Houve um momento de paralisação da produção da informação de dados epidemiológicos, e foi nas favelas que se iniciou um processo de cadastramento de moradores, fosse para distribuição de cesta básica, fosse para outro tipo de assistência, ou fosse, também, para coletar informação, para a produção e a

construção de um painel. *Foi uma produção que nasceu da capacidade de produção de se gerar conhecimento, da capacidade de acionar redes de enfrentamento.*

Assim, no diálogo com o espaço técnico-acadêmico-científico, constatou-se uma "sacudida" no paradigma epidemiológico, especialmente no campo da informação. A luta pela superação do pensamento hegemônico, seja do urbano ou do planejamento territorial foi fundamental, foi tão importante quanto a luta por direitos, porque o pensamento hegemônico define; ele determina em grande parte a intervenção no espaço.

Marcos finalizou com a afirmação de que a ideia de transformar a cidade, a ideia do pensamento sobre qual urbano nós desejamos, vem de qual processo de produção da vida deve ser o centro de uma discussão sobre cidade. Nesse intuito, expôs que há uma disputa sobre o pensamento urbano que é essencial para se pensar cenários e caminhos alternativos: seria o momento de se aprofundar conhecimentos sobre as experiências vividas, pensar um novo planejamento, uma nova ideia de vida urbana, uma nova ideia de saúde na cidade e nos espaços especialmente, espaços populares, os espaços de periferia.

Relatoria da Palestra de Sérgio Lucio Garcia Ramos

Sérgio mencionou a relevância da proposta do seminário ao evidenciar 'cenários alternativos', o que aponta para uma perspectiva de superação, seja da produção de conhecimento, seja da superação do próprio contexto e da perspectiva da ordem justa. Com sua formação em Filosofia, ele se propôs a trabalhar a categoria da determinação social da saúde, pensando em contribuir numa perspectiva mais conceitual.

Com cuidado para não ficar descolado da realidade, Sérgio gostaria de pensar a determinação social de saúde fundamentada no diálogo entre os pensamentos do Milton Santos e do Paulo Freire. Mas, antes, precisou expor um debate sobre o tema da Mesa - promoção da saúde e epidemiologia crítica. Compreendendo que a promoção da saúde e a epidemiologia crítica não são conceitos afins, buscou esclarecer o porquê disso, pois não

são apenas duas denominações; são termos que carregam em si o sentido concreto que os constituem.

A primeira observação feita pelo palestrante é a de que o conceito de determinação traz necessariamente o caminho da relação com o conceito de complexidade. Nesse intuito, acionou as palavras de Ana Clara Torres Ribeiro, no seu texto "Cidades saudáveis ou cidades justas", quando ela afirma que "*os conceitos, quando externos às circunstâncias da vida e, também, a percepção do que deles dependem para ação, trazem o aprisionamento das ideias, impedindo a compreensão da dupla face da reflexão da transformação social reconhecida por Henri Lefebvre (lógica formal/lógica dialética) como movimento do pensamento e pensamento do movimento*."[1] Ou seja, relaciona movimento do pensamento com lógica formal e pensamento do movimento com lógica dialética.

A sua intenção foi demonstrar que Jaime Breilh, em 1976, denominou como epidemiologia crítica o que vem de uma tradição ligada ao conceito de determinação social de saúde e o conceito de determinação da saúde foi apropriado pelo campo da saúde coletiva, baseando-se na teoria crítica marxista. A teoria crítica marxista se apropriou do conceito de determinação fundando-se principalmente em Espinosa, e esse conceito é muito mal lido, principalmente porque, quando estamos num debate de oposição, é muito comum, em vez de fazer a crítica ao discurso, montarmos uma espécie de personagem do outro, o que facilita a crítica.

Desse modo, Sergio assinalou que o conceito de determinação não é totalitário, ou seja, não é um conceito que subsome toda a existência do ser a que ele se refere. Portanto, determinar alguma coisa que determina a outra não determina aquela coisa num nível de impedir que ela seja qualquer outra coisa. Determinar não é estabelecer um limite a esse ponto. Na visão de Jaime Breilh, determinar não é como se fosse possível relacionar com a racionalidade causal, em que uma causa que está relacionada a um efeito e este efeito se constitui como causa de outro efeito.

[1] RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cidades Saudáveis ou Cidades Justas. In: SILVEIRA, Carmen Beatriz; FERNANDES, Tania maria; PELLEGRINI, Barbara. **Cidades Saudáveis? Alguns Olhares sobre o tema**. Cap. 4. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. P. 109.

Essa seria uma perspectiva linear de racionalidade — uma racionalidade linear — porque o efeito é subsumido pela causa toda. Ou seja, o efeito é totalmente criado por aquela causa; não existe uma relação complexa com outras determinações. Essa estrutura linear, causal, cria uma também uma perspectiva temporal, também linear, pois apresenta uma perspectiva reprodutora do tempo, que restringe o processo de entendimento e de aceitação da reprodução social, como ocorreria por meio da apropriação do conceito de determinação e sua relação com o conceito de complexidade.

Sergio passou a utilizar 'imagens' para falar sobre a complexidade, assinalando que o exercício de 'imagens' possibilita uma compreensão mais ampla desse conceito. Dentre outros, expôs o exemplo do poema do João Cabral de Melo Neto chamado 'Cão sem Plumas' que, segundo ele, deveria ter como título 'Complexidade', porque o cão sem plumas é a imagem do rio Capibaribe. O rio Capibaribe, no seu curso, diz assim:

"*O que vive choca, tem dentes, arestas, é espesso. O que vive é espesso como um cão, um homem, como aquele rio. Como todo o real é espesso. Aquele rio é espesso e real.*

Como uma maçã é espessa. Como um cachorro é mais espesso do que uma maçã. (...) Espesso como uma maçã é espessa. Como uma maçã é muito mais espessa se um homem a come do que se um home a vê. Como é ainda mais espessa se a fome a come. Como é ainda muito mais espessa se não a pode comer a fome que a vê."

Assim, percebe-se como João Cabral associa camadas existenciais, pensamento relacionado à dimensão da existencialidade, da filosofia existencialista. Sergio prossegue explicitando que tanto Milton Santos quanto Paulo Freire são profundamente influenciados pela filosofia existencialista. Então, é importante mencionar que, embora ambos tenham na sua base a teoria marxista, eles se apropriam do conceito de determinação, que permite enxergar na realidade relações complexas. Assim como Ana Clara Ribeiro, compreendem a realidade por meio de uma lógica dialética, não a partir de uma lógica formal, não com base em uma lógica de causalidade.

Quando se considera a perspectiva do pensamento dialético, as relações entre os fenômenos são complexas, necessa-

riamente se constituem com base em múltiplas determinações. Por isso que Marx, no desenvolvimento do método da economia política, afirma: "*o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade da diversidade*".[2] O concreto a que Marx se refere, não é realidade, porque a realidade para Marx é em si a união de abstrato e concreto: não se consegue enxergar a realidade sem a formulação abstrata. Ou seja, ela é 'multiplamente' determinada e justamente por isso ela é uma unidade da diversidade. Isso se traduz em outra perspectiva de tempo, não mais o tempo linear da estrutura causal e sim, um tempo que não é da extensividade, um tempo intenso, um tempo da intensividade. Diz respeito aoO tempo em que as coisas se produzem, onde a temporalidade da memória, que é como se atualiza o passado no presente, e a temporalidade da esperança e, também, do medo, expressam-se no presente e no futuro. São temporalidades futuras que repercutem no presente e tudo isso se constitui num exercício de temporalidades amalgamadas no presente.

Finalizando essa reflexão, Sergio afirma que a concepção de complexidade deve contribuir para se compreender que, quando se fala sobre promoção da saúde, está se falando sobre uma estratégia. Historicamente, a categoria de determinação social da saúde é criada a partir da efervescência social e cultural da luta entre movimentos e pessoas da academia e pessoas do trabalho e, enfim, de outros vários segmentos sociais na década de 1960. Portanto, é contra os regimes totalitários que se constituíam naquele momento na América Latina.

O conceito de determinação é a repercussão de toda essa intensidade mobilizadora histórica dentro do campo da saúde; ele emerge exatamente da articulação do conceito de saúde com as Ciências Sociais e daí nasce a saúde coletiva. A saúde coletiva é uma criação a partir da articulação entre Ciências Sociais e saúde, a partir do conceito de determinação social, então a determinação social da saúde é um modelo explicativo da produção de social dos problemas de saúde estruturais a partir do campo da saúde coletiva.

[2] MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977. P. 218-219.

Assim, a ideia de determinação social de saúde nasce de um processo histórico de luta, já a promoção da saúde nasce de documentos gerados por entidades multinacionais, como a Organização Mundial da Saúde. Não significa que seja algo ruim, pelo contrário; foi importante, porque a promoção da saúde se apropriou dos documentos da Conferência de Alma Ata, depois na Carta de Ottawa, enfim, e nas outras conferências em que foram se estabelecendo metas de saúde pública para os Estados. A promoção da saúde propõe como se articular as populações no processo de vida saudável, contudo, em nenhum momento a promoção da saúde renunciou à ideia de fatores, ou seja, de trabalhar com a ideia de fatores de risco para a saúde. Sergio observou ainda que em nenhum momento a ideia da promoção da saúde é a de se compreender uma estrutura multicausal, de se pensar de maneira multicausal. Pretende ser multicausal, mas não supera a causalidade, busca desenvolver o que seria uma epidemiologia dos fatores de risco, o que é essencialmente causal.

Sérgio também acionou as ideias de Paulo Freire, lembrando um samba de Paulinho da Viola chamado "*Coisas do mundo, minha nega*", que ao final diz assim: "*as coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender*". Pois é, as coisas estão no mundo e precisamos aprender como as coisas estão no mundo. Todavia, se esse mundo sobre o qual precisamos aprender for um território que não conhecemos, se não tivermos nenhuma experiência sobre ele, teremos que aprender esse conhecimento com quem vive nesse território.

Essas reflexões permitem que se observe semelhanças importantes entre os pensamentos de Paulo Freire e Milton Santos, pois ambos elaboram um projeto utópico, ambos buscam a superação dessa ordem injusta que estamos vivendo: no caso de Paulo Freire, só é possível a superação através do Oprimido; no caso de Milton Santos, só é possível através do pobre.

Milton Santos enfatiza que é através do pobre, porque o pobre tem a experiência da escassez. Nós, como estamos incluídos, temos o nosso conforto as nossas regalias. Isso faz com que os nossos processos, a nossa racionalidade, sejam incorporados pelo sistema. O que acontece com o pobre é exatamente o con-

trário, ele está distanciado dessa temporalidade. O 'pobre', é a figura do '*homem lento*', conforme Milton Santos, é que tem capacidade de resistir a essa rapidez artificial criada pela solução técnica, pelo capitalismo, que acaba constrangendo os tempos passado e presente. O capitalismo cria um dinamismo, uma velocidade que faz com que as pessoas não tenham capacidade de responder a nada a não ser pela reprodução social do sistema.

Já a concepção de Jaime Breilh, sobre a Determinação Social da Saúde, tem como base o conceito de reprodução, a base analítica, o conceito de reprodução social. Só se consegue pensar como uma sociedade determinada a partir dos processos de uma sociedade determinada, fundamentando-se nos processos de reprodução social que ela engendra. Por exemplo, Paulo Freire tem um conceito que é muito importante, que é o conceito de "prescrição"[3], no seu livro Pedagogia do Oprimido (que tem quatro capítulos). No primeiro capítulo, ele faz uma análise de como essa sociedade é dividida em classes, a classe dos opressores e a classe dos oprimidos e analisa a relação opressor-oprimido (relação fundamental dessa divisão de classes), que se constitui tanto ao nível psicológico quanto na esfera das relações sociais. No segundo capítulo, ele desdobra essa relação, demonstrando como ela se traduz hegemonicamente numa Pedagogia da Dominação e essa pedagogia da dominação é a pedagogia bancária.

Existe uma ideia de que essa a pedagogia bancária consideraria o que as pessoas normalmente pensam como se fosse uma pedagogia só dentro das escolas. No entanto, ela está dentro das escolas por ser uma pedagogia social, uma pedagogia da hegemonia, uma pedagogia hegemônica. Na verdade, ela está em todos os espaços e a *prescrição*, segundo Freire, é uma estratégia pedagógica de imposição de uma consciência sobre a outra. Penso que esse conceito é interessantíssimo, pois é através da

[3] Um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a *prescrição*. Toda *prescrição* é a imposição da opção de uma consciência à outra. Daí o sentido alienador das *prescrições* que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência "hospedeira" da consciência opressora. Por isso, o comportamento dos oprimidos é um comportamento *prescrito*. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores. Paulo Freire. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021 (Capítulo 1-Justificativa da pedagogia do oprimido, pág. 46)

prescrição que se impõe uma consciência sobre a outra. Quando se *prescreve* conteúdos, fala-se às pessoas o que elas precisam aprender, o que está pressuposto.

Nessa visão, é pressuposto o seguinte: tudo o que o sujeito acumulou de experiência cultural — não só ele, mas o seu grupo social — sobre os saberes tradicionais, sobre a multiculturalidade da qual ele é constituído, tudo isso é negado, tudo isso é zerado. O sujeito é negado na sua completude, como se ele fosse um cesto vazio a ser completado por aqueles conteúdos que importam para a reprodução do sistema. Enfim, o conceito de prescrição não é apenas uma perspectiva informativa de transmissão de conhecimentos, mas ele parte de uma perspectiva de negação do sujeito, de expropriação da vida do sujeito no processo de construção do conhecimento.

Ao pensar nessa articulação entre Paulo Freire e Milton Santos, Sergio observou uma similaridade muito interessante, nesta perspectiva: assim como Paulo Freire pensa o conhecimento e as possibilidades de emancipação do conhecimento, Milton Santos pensa em relação ao espaço. Milton Santos compreende que na forma com que o espaço é trabalhado na geografia clássica, é subtraída toda a humanidade que constitui esse espaço, todo aspecto social, antropológico, e político que está inserido na constituição do espaço, na produção do espaço. Assim, a produção do espaço é ideologicamente ocultada. É o mesmo processo que acontece com Paulo Freire, é uma denúncia semelhante porque Milton Santos está reproduzindo este modelo de explicação: é como se o espaço estivesse sendo negado ao homem. Ou seja, como se toda a perspectiva e a sua participação na produção não estivesse consubstanciado na sua história, na perspectiva multicultural de como isso é constituído.

No caso do conceito de conscientização, Sergio evidenciou que normalmente há uma apropriação dominante desse conceito, como se a conscientização tivesse um direcionamento unilateral. Contudo, a apropriação que Freire apresenta é que não há uma apropriação dialógica na educação bancária. Há uma frase que ele vai mudando a cada capítulo. No primeiro capítulo, é: "ninguém conscientiza ninguém, as pessoas se conscientizam em comunhão". No segundo capítulo, é: "a pedagogia bancária

não educa ninguém, as pessoas se educam em comunhão". Depois, no terceiro capítulo, quando é desenvolvido o método, aí ele afirma: "ninguém liberta ninguém, as pessoas se libertam em comunhão". Essa frase vai passando capítulo a capítulo, sendo ressignificada conforme o que está sendo trabalhado em cada um. Finalmente, salientou que a conscientização é um processo dialógico e precisamos construir uma relação de igualdade com as pessoas na produção do conhecimento.

Considerações finais

Os dois primeiros palestrantes apresentaram propostas relacionadas aos seus respectivos projetos, em desenvolvimento ou recentemente realizados. Abordaram a relevância da compreensão dos moradores de favelas ou periferias como portadores de saber, a serem reconhecidos como sujeitos de sua história e coautores de propostas de intervenção urbanística, junto aos saberes técnicos, acadêmicos e dos distintos níveis de poder público. Nesse sentido, são complementares e dialogam por meio de metodologias que reconhecem a história, a memória e a construção conjunta, entre saberes de diferentes grupos, de propostas de políticas públicas.

Alan adotou a concepção dos Determinantes Sociais da Saúde, que compreende as múltiplas causas do processo saúde-doença, e Marcos afirmou a concepção da Determinação Social da Saúde, que aprofunda a visão anterior, buscando compreender o processo saúde-doença por meio de uma articulação mais complexa entre as múltiplas causas. Embora distintas, ambas as concepções são relevantes. No que se refere aos projetos apresentados, elas não interferem significativamente nas respectivas abordagens metodológicas.

Em razão da sua formação em filosofia, Sérgio apresentou uma visão mais conceitual e trouxe fundamentos teóricos para compreender a complexidade das determinações sociais. Portanto, defendeu a concepção da Determinação Social da Saúde, que teve como um dos seus formuladores o epidemiologista equatoriano Jaime Breilh, em meados dos anos 1970. Na sua abordagem, também explicitou semelhanças importantes entre

os pensamentos de Paulo Freire e Milton Santos, pois ambos elaboram um projeto utópico, ambos buscam a superação dessa ordem injusta que estamos vivendo.

Em conjunto, as três exposições apontaram para a construção de cenários alternativos respaldados na percepção dos moradores e das moradoras de favelas ou periferias, na valorização da história, da memória coletiva e no diálogo entre distintos saberes, reforçando caminhos possíveis para sociedades mais igualitárias e saudáveis.

Promoção da saúde e a epidemiologia crítica – relações com a sociologia crítica

Carmen Beatriz Silveira

Apresentação

O texto apresenta três abordagens que se conectam pela proximidade temática e pelos possíveis elos que as constituem no campo da Saúde. De maneira sintética, mencionamos, inicialmente, as ações de Promoção da Saúde decorrentes das questões da urbanização europeia no século 19, bem como algumas visões recentes do tema e sua relação com a proposta do SUS no processo de redemocratização brasileira. A seguir, esboçamos aspectos essenciais da Epidemiologia Crítica e a concepção da Determinação Social da Saúde, explicitando a sua origem latino-americana em meados dos anos 1970 e discutindo a necessária relevância da compreensão do conceito, especialmente para a saúde coletiva em nossa realidade socioterritorial. Por fim, expomos brevemente algumas reflexões sobre o contexto político-econômico contemporâneo e implicações no caso brasileiro, tendo em perspectiva relações entre a epidemiologia e a sociologia críticas (e com a saúde coletiva), no intuito de apontar a possibilidade de estudos transdisciplinares que evidenciem entrelaçamentos necessários nessas abordagens.

1. Sobre a Promoção da Saúde

O movimento de Promoção da Saúde teve como ações precursoras antigas proposições governamentais relacionadas ao movimento sanitário europeu decorrentes do processo de urbanização em meados do século 19. As condições de vida precárias das populações expunham as iniquidades na intensificação do modo de produção capitalista e evidenciavam a nítida relação da saúde com as características socioambientais das cidades. Já

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_014

se conhecia, portanto, a necessidade de ações intersetoriais no âmbito das políticas públicas e, desde aquele período, diversas intervenções urbanas foram implementadas no intuito de enfrentar os desafios da qualidade de vida nas cidades (Westphal, 2007: 19). Assinalam-se as leis sanitárias propostas na Inglaterra, entre 1830 e 1850, os "primeiros instrumentos urbanísticos modernos", cujos proponentes eram os técnicos e os higienistas, que naquele período dominavam a organização das cidades (Howard, 1996: 25). Poder-se-ia mencionar numerosos casos de legislações sanitárias relacionadas ao processo de urbanização excludente nos séculos 19 e 20. No Brasil, foram implementadas várias reformas, destacando-se a primeira grande intervenção urbana realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906, conhecida como Reforma Passos[1].

Outra proposta de intervenção crucial para auxiliar na compreensão das políticas públicas de promoção da saúde diz respeito à concepção de cidade-jardim, que tem sido acionada pelas características de seus pressupostos que podem ser associados à concepção de 'cidades saudáveis' e 'sustentáveis'. Maria Cecília Focesi Pelicioni sinaliza que a proposta de cidade-jardim foi reestruturada "como estratégia de nível local no movimento de Promoção da Saúde (...) no Canadá, com o nome de 'Cidade Saudável', no começo da década de 1970 (...)". Enfatiza que a proposta foi apropriada com algumas modificações, como a inserção de processos de consulta e participação popular (Strozzi e Giacomini, 1996, *apud* Pelicioni, 2000: 22).

Nesse intuito, a primeira 'Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde' realizada em Ottawa, em 1986, instituiu a 'Promoção da Saúde' como proposta de política pública mundial que tem sido disseminada por meio de uma concepção ampla da saúde, sob as múltiplas condições de existência que proporcionam uma vida saudável. Reiterou as ideias da 'Conferência Internacional de Cuidados Primários de Saúde', ocorrida em Alma Ata, antiga capital do Cazaquistão, em 1978, que resultou em uma declaração em que a saúde é considerada como "*um direito humano fundamental e uma das mais importantes metas sociais*

[1] Ver, a respeito, Silveira et al, 2014: 193,194.

mundiais", nas palavras de Lucíola Santos Rabello (2010: 31-34). Assim, recuperando as abordagens precursoras, a saúde passou a ser "*reconhecida como um direito a ser afirmado não só pela melhoria do acesso aos serviços de saúde, mas, também, por um trabalho e cooperação com os outros setores da sociedade*" (Westphal, 2007: 22).

A Conferência de Alma-Ata ou, simplesmente, Alma-Ata - como passou a ser conhecida -, constituiu um marco a respeito da atenção primária em termos globais, ao apresentar e sistematizar iniciativas e reflexões teóricas, antes experiências esparsas, por meio de uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde em parceria com a Unicef [Fundo das Nações Unidas para a Infância]. Para Luiz Augusto Facchini, a "*proposta de atenção primária ganha destaque e relevância, pois explicita um modelo altamente abrangente, uma ideia de saúde para todos*", ao defini-la como estratégia política universal, evidenciando-se a ideia de universalidade no contexto de um sistema de saúde. Contudo, em 1980, após dois anos do encontro, o Banco Mundial e a Unicef propuseram uma alternativa à Alma-Ata, "sob os argumentos de que faltaria dinheiro, vontade política e infraestrutura" (Facchini, 2018)[2].

Em contraposição a essa visão alternativa com restrições que inviabilizariam a implementação de política de saúde abarcando o atendimento ampliado ao conjunto das populações, no caso brasileiro, configurava-se uma abordagem que precedia a concepção da proposta do Sistema Único de Saúde [SUS]. Tratava-se do movimento da Reforma Sanitária brasileira que já preconizava a ideia de um sistema universal de saúde, ao propor uma Atenção Primária à Saúde vigorosa, ampla e integral. Essa ideia foi concretizada em experiências implantadas em diversos lugares de distintas regiões brasileiras: no interior de Minas Gerais, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Nordeste, antes de 1978. Portanto, quando a Alma-Ata estabeleceu a sua proposta, várias materializações realizadas anteriormente em território brasileiro coincidiam em grande parte com a proposta da Conferência Internacional.

[2] Luiz Augusto Facchini - professor do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordenador da Rede de Pesquisas em Atenção Primária à Saúde (Rede APS) da ABRASCO. Entrevista ao Portal EPSJV/Fiocruz, em setembro/2018.

Desse modo, ao se formalizar a constituição do SUS, em 1988, essa compreensão de uma atenção primária universal e integral já estava consolidada em nosso país. Nas palavras de Luiz Augusto Facchini:

> Conseguimos construir um sistema universal, financiado com recursos pagos pela população através dos seus impostos, integral desde a vacina até os transplantes e todas as ações de saúde, e ficamos ao longo de todo esse tempo relativamente protegidos desses pacotes de serviços como os oferecidos pelo Banco Mundial (idem, 2018).

Nessa direção, ressalta-se a abordagem de Naomar de Almeida Filho (2024: 452), segundo a qual a Conferência de Alma-Ata lança "*uma campanha global de atenção primária à saúde, uma estratégia com a qual se deveria cumprir a promessa de saúde universal*". Reiterando o seu olhar crítico em relação ao comprometimento de ações desconectadas da maior parte das realidades sociais, conforme essa proposta ambiciosa e idealizada, o autor afirma que alguns países passaram a assumir e determinar, em suas constituições, "*que a saúde é um direito de todos os cidadãos e é um compromisso de cada governo promovê-la como um dever fundamental dos respectivos Estados*". No Brasil, o artigo 196 da Constituição Federal de 1988 assume que '*a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantido por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e outros riscos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*'.

Paim & Almeida Filho expõem aspectos significativos da proposta da Carta de Otawa, documento oficial da Primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde, que institui o modelo canadense de medicina socializada. Coerentemente com a abordagem acima, os dois autores mantêm a sua visão crítica a respeito das possibilidades de materialização desse modelo e explicitam as suas características, que agregam os princípios discursivos essenciais do movimento de promoção da saúde: "*1) integração da saúde como parte de políticas públicas saudáveis; 2) ação comunitária na gestão do sistema de saúde; 3) reorientação dos sistemas de saúde; 4) ênfase nas mudanças nos estilos de vida*". (Paim

& Almeida Filho, 2000, apud Almeida Filho, 2024: 480).

Podemos acrescentar, ainda nas reflexões de Almeida Filho, que, em sentido estrito, a Promoção da Saúde

> inclui ações de promoção da capacidade dos seres e ambientes no sentido de reforçar positivamente os 'valores de promoção da vida' – para usar uma expressão de Jaime Breilh (2003) – sem um sentido defensivo, mas sim como uma afirmação de saúde. O conceito estrito de promoção da saúde refere-se à ação difusa, não objetivamente dirigida contra um agravo ou risco específico, buscando a melhoria global do estado de bem-estar ou da qualidade de vida de grupos ou comunidades (Almeida Filho, 2024: 483).

Malgrado as críticas necessárias às visões idealizadas que se explicitaram nas Conferências Internacionais de Alma-Ata, em 1978, e de Ottawa, em 1986, é imperioso reconhecer a busca pelo equacionamento da profunda injustiça e desigualdade social que se observa no Brasil e a promulgação da Constituição Federal com o seu artigo 196 na seção II, dedicada à Saúde. Interessa evidenciar que estamos nos referindo ao período do movimento de Reforma Urbana e do Movimento de Reforma Sanitária, este último tendo resultado na proposta e aprovação da lei que instituiu o SUS, já no contexto do processo de redemocratização do nosso país.

Nesse propósito, cabe frisar o pensamento do urbanista Adauto Lúcio Cardoso no que tange ao processo em curso no Brasil, relacionado às apropriações da sociedade nos movimentos urbanos com articulação intersetorial, no contexto da redemocratização, em complementação ao quadro acima exposto:

> Na época da Constituinte, havia um movimento da reforma urbana e havia um movimento da reforma sanitária. O SUS, que hoje valorizamos tanto, foi fruto dessa luta, dessa militância, que era também uma articulação dos movimentos populares de saúde junto com os movimentos profissionais de médicos e trabalhadores da área da Saúde. Essa articulação desenvolveu um projeto que culminou na criação do SUS, (...) que conseguiu construir de uma forma

> muito mais organizada do que ocorreu do ponto de vista da Política Urbana, uma Política de Saúde muito mais eficaz, inclusive no campo das competências entre União, Estados e Municípios. Então, a articulação da política urbana com o movimento da saúde é importante, já se sabe que a epidemia não acabou e não vai acabar tão cedo. Outras virão, inclusive enquanto se continuar a avançar com a destruição da natureza, outras virão [3].

Interessa destacar que os movimentos pela reforma sanitária e pela reforma urbana revelaram sua potência e seus desdobramentos durante o processo de redemocratização; contudo, ainda não se organizavam com articulações consolidadas entre disciplinas acadêmicas distintas, como a do campo da saúde e as do planejamento urbano, da sociologia e do urbanismo. A potencialidade de uma integração forte entre esses campos, e outros, evidenciou-se nitidamente no período da pandemia da Covid-19, conforme o discurso acima e muitos outros que emergiram nos debates acadêmicos e de políticas públicas, sobretudo em encontros virtuais como aquele organizado pelo Laboratório de Desenvolvimento Urbano (LADU), do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ.

2. Sobre a Saúde Coletiva, a Epidemiologia Crítica e a Determinação Social da Saúde

No intuito de se abarcar uma compreensão do enfoque de promoção da saúde no contexto da saúde coletiva, a seguir, apresentam-se alguns aspectos relativos à abordagem da epidemiologia crítica (epidemiologia progressista) nas reflexões dos epidemiologistas Jaime Breilh e Naomar de Almeida Filho. Ambos desenvolvem produção acadêmica relevante sobre os caminhos da epidemiologia tradicional e da epidemiologia crítica. Entre outros aspectos expressivos sobre a sua trajetória científica, destacamos que Breilh instaurou um novo paradigma sobre as questões da saúde pública/saúde coletiva e Almeida Filho in-

[3] CARDOSO, Adauto L. (IPPUR/UFRJ). Palestra proferida na Mesa Redonda – Estatuto da Cidade Reivindicado. IX Colóquio LADU/Prourb. Em 14/09/2021.

vestigou os estudos do 'Grupo de Quito' (liderado por Jaime Breilh e Edmundo Granda)[4] e desenvolveu estudo sobre os caminhos da epidemiologia no contexto global e na América Latina.

Cabe esclarecer que a nossa formação em disciplinas urbanas (arquitetura, geografia, urbanismo e planejamento urbano) pressupõe limites reflexivos sobre questões que envolvem a saúde coletiva e a epidemiologia crítica. Assim, buscou-se uma aproximação da temática sobretudo com o aporte dos dois epidemiologistas supracitados e seus respectivos interlocutores privilegiados, na perspectiva da compreensão dos múltiplos fatores que envolvem a qualidade de vida e a saúde das populações em nosso país.

Inicialmente, lembra-se que o "conceito *saúde coletiva* foi cunhado na América Latina em 1979, relacionado ao movimento da reforma sanitária no Brasil" (Nunes, 1996, apud Breilh, 2024). Tal abordagem foi proposta no intuito de suplantar as concepções hegemônicas, biomédicas, da saúde pública, estabelecendo uma distinção conceitual e prática da saúde coletiva em relação às visões de saúde individual e saúde pública (Breilh, 2024: 72).

Quanto à *saúde individual,* como o nome expressa, restringe-se ao tratamento dos aspectos pessoais e familiares. Busca *"determinar os padrões, as exposições e as vulnerabilidades da saúde individual e a sua relação com os estilos de vida diários, com suas expressões de bem-estar, de doença e de satisfação das necessidades de saúde"* (Breilh, 2024: 73).

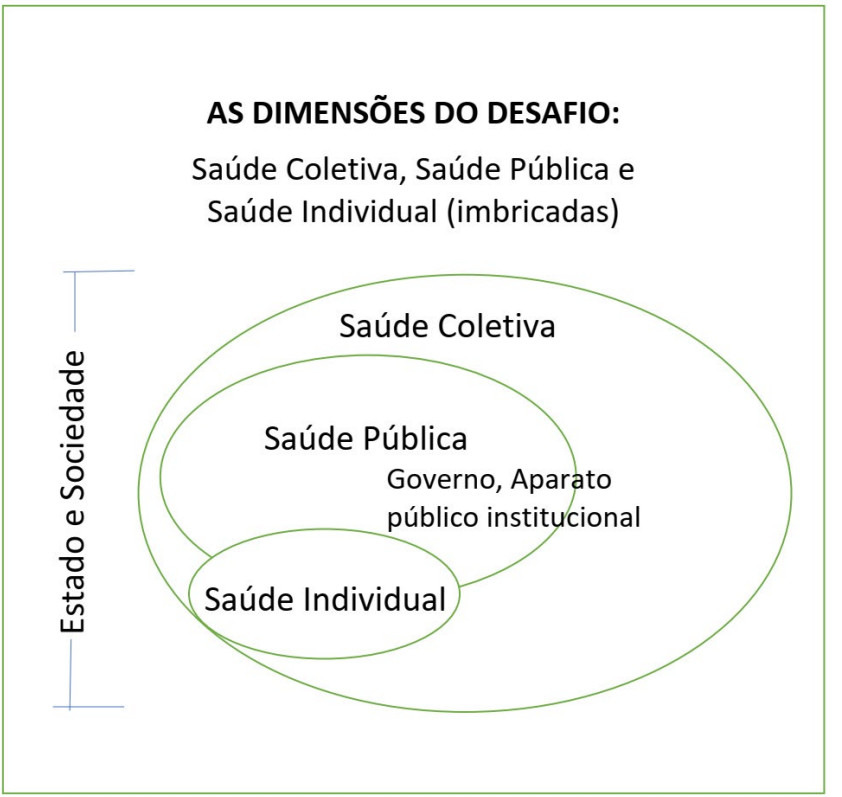
A *saúde pública* abarca as ações institucionais dos serviços públicos destinadas às populações, por meio de *"normas e outras formas e âmbitos de atuação que vão além das necessidades formais cobertas pelas entidades oficiais ou privadas-sociais"* (idem).

A *saúde coletiva* refere-se aos fenômenos sociais comunitários. Diz respeito à ação organizada coletivamente focalizada em *"processos socialmente determinados e integrados, tanto para prevenir os aspectos destrutivos da saúde quanto para promover os*

[4] "Jaime Breilh e Edmundo Granda, professores e pesquisadores do CEAS (Centro de Estudos e Assessoria em Saúde) no Equador, produziram a partir do final da década de 1970, uma proposta teórica consistente sobre a determinação social das doenças mediante uma aplicação ampla e direta do referencial teórico do marxismo à ciência epidemiológica." (Almeida Filho, 2024:292)

favoráveis ou possibilitar a reparação de danos à vida natural e humana." (ibidem)

Nos três âmbitos, a saúde constitui uma categoria polissêmica. O quadro a seguir revela aspectos significativos da relação entre essas dimensões.



Reelaboração de imagem apresentada na Conferência Fundamentos Teórico Metodológicos para pensar una transición hacia una sociedad de la vida, ministrada por Jaime Breilh. Seminário **Promoción de la Salud en la Región de las Américas – Caja de Herramientas.** Equador: Universidade Andina Simon Bolivar. Em 09/11/2021.

Para compreender a inserção da epidemiologia crítica no contexto de política pública, interessa destacar a articulação da saúde coletiva com os demais campos analíticos: *"o que chamamos hoje de saúde coletiva está estruturado em torno de um campo disciplinar, a epidemiologia; um campo tecnológico de atuação, o planejamento e gestão em saúde; e um campo de prática social e ação*

política, a promoção da saúde" (Vieira-da-Silva, 2023, apud Almeida Filho, 2024: 481).

Conforme se mencionou anteriormente, desde meados da década de 1970[5] a determinação social da saúde era reconhecida por Breilh como um processo complexo, estabelecendo uma ruptura com o paradigma da Saúde Pública, em busca da sua renovação como Saúde Coletiva. Em seu estudo mais recente, publicado no Brasil em 2024, Breilh demonstrou um aprofundamento das suas investigações, por meio da ampliação e consolidação da sua proposta, e estabeleceu cinco categorias centrais "*pra repensar a vida e a saúde*" que passaram a conformar o eixo teórico da epidemiologia crítica: "*a reprodução social; a determinação social; a equidade/inequidade; a subsunção/autonomia relativa e o metabolismo sociedade-natureza*" (Breilh, 2024: 159-170).

Sobre essa abordagem, Almeida Filho (2024: 294) afirma que

> O modelo teórico de determinação social das doenças elaborado pelo Grupo de Quito estrutura-se em torno de um conceito fundamental do referencial teórico do marxismo: o da reprodução social. O desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, concatenadas em modos e formas de produção, que por sua vez se realizam concretamente como formação social, determinam padrões de reprodução simples e ampliada da estrutura da sociedade.

Em cada formação social concreta, engendram-se classes sociais com seus processos de reprodução social, nos distintos estágios de desenvolvimento das forças produtivas (idem, 2024: 294).

Apresenta-se, no que segue, um esquema e dois quadros que sintetizam as ideias da sua proposta de epidemiologia crítica. No esquema abaixo, observa-se a centralidade da categoria Reprodução Social em relação aos 4'S' - princípios protetores e requisitos do bem-viver – expostos neste esquema e explicitados no quadro a seguir.

[5] Segundo Breilh, o conceito de determinação social da saúde foi reivindicado, primeiramente, na sua dissertação de mestrado, em 1976, publicada em livro em 1979. **Entrevista** à EPSJV/Fiocruz, 2011.

Processos fundamentais na determinação da vida, indispensáveis para construir e repensar a vida e a equidade



Reelaboração da figura 3.3. **Processos fundamentais na determinação da vida, indispensáveis para construir e repensar a vida e a equidade.** Fonte: Breilh, J. **Epidemiologia crítica e a saúde dos povos: ciência ética e corajosa em uma civilização doentia**. São Paulo: Hucitec, 2024, p.167.

Princípios protetores e requisitos do bem-viver (os 4 "S" da vida)

Dimensões	Descrição
Sustentabilidade (vitalidade plena e duradoura)	Capacidade para reprodução presente e futura da vida humana e natural (**sujeito social** e **natureza**)
Soberania (liberdade; libertação)	Autonomia na condução de um sistema social e forma de vida eleitos, controle dos recursos indispensáveis atuais e planejamento
Solidariedade, organicidade (equidade, humildade consciente)	Civilização equitativa, lógica protetora do bem comum; organização popular orgânica em torno de interesses estratégicos autodeterminados; validade e viabilidade de direitos. Fraternidade psicológica e solidária e sentido espiritual de bem-estar e união. Relação profunda e respeitosa com a natureza e relações coletivas equitativas com os demais.
Segurança da vida (humana e do ecossistema)	Espaços e processos saudáveis, protetores, **formas saudáveis de corporificação.**

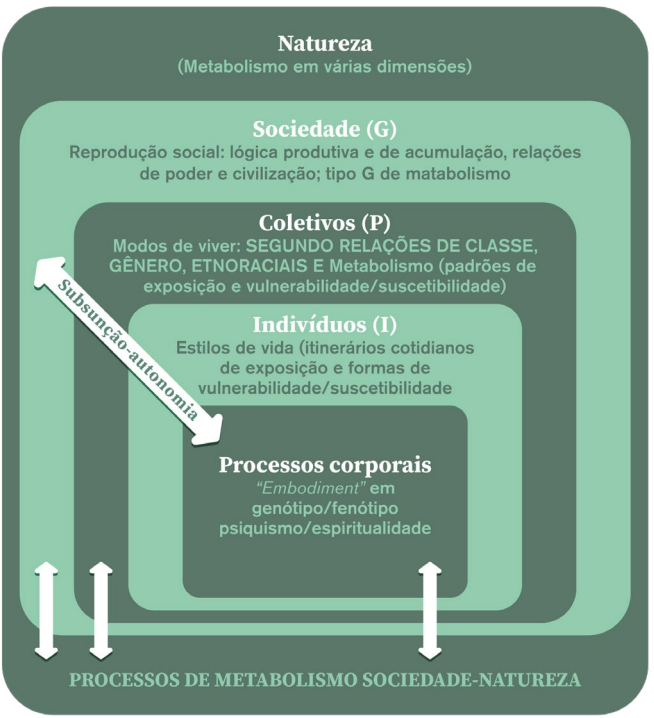
Reelaboração do Quadro 3.1. **Princípios protetores e requisitos do bem-viver (os 4 "S" da vida).** Fonte: Breilh, J. **Epidemiologia crítica e a saúde dos povos: ciência ética e corajosa em uma civilização doentia.** São Paulo: Hucitec, 2024, p.168. Grifos nossos.

Ao compreender as "*profundas raízes sociais*", ou socioterritoriais, da vida humana passa-se a percebê-la como consequência de processos complexos e contraditórios e vislumbra-se a ideia de uma dinâmica desses processos que pode conduzir a uma "*vida saudável no âmbito humano e ecológico*". Ou seja, trata-se de uma sociedade sempre em transformação que se reproduz – *reprodução social* – mediante um complexo multidimensional de transformações de valores de uso em valores de troca. Verifica-se, desse modo, a manifestação de condições culturais e políticas, que podem se expressar como formas de sustentação ou de resistência, estabelecendo-se as *"condições do metabolismo sociedade-natureza no espaço social (...)"* (Breilh, 2024: 168-169).

As reflexões de Breilh também afirmam a epidemiologia crítica como uma ferramenta indispensável, sobretudo agora, no século do capitalismo desenfreado da quarta revolução industrial. O autor enfatiza a "*crítica teórico-metodológica ao reducionismo da saúde*" e expõe o novo olhar que desvenda "*o paradigma da determinação social para romper a bolha cartesiana, superando as ilusões da causalidade linear e do pensamento em saúde, aprisionados no marco conceitual dos fatores de risco*" (2024: 29-30). Explicita a epidemiologia crítica por meio do paradigma da determinação social da saúde, com suas potencialidades de concretização transformadora em relação aos pressupostos da epidemiologia tradicional, o que significou uma revolução metodológica. Demonstra, ainda, que a sua metodologia se desdobra "*com uma nova perspectiva de caráter metacrítico dialético*", apresentada nos seus estudos mais recentes, assumindo

> um sistema de conhecimento transdisciplinar e intercultural que, para incorporar as diversas fontes do saber, está organizado na área metodológica-observacional, ao redor da integração dialética de narrativas (evidências qualitativas) e das regularidades estatísticas (evidências quantitativas) que aparecem como expressões a serem integradas em nós analíticos de uma matriz de processos críticos, para explicar o movimento dos processos epidemiológicos críticos, cujos elementos observáveis se desdobram e se compreendem de modo integrado (Breilh, 2024: 31).

A figura a seguir expressa o processo multidimensional da determinação social, sintetizando a "*integração dialética (subsunção e autonomia relativa) entre os processos de distintas dimensões de complexidade da reprodução social: geral (G), particular (P) e individual (I)*." Nas três dimensões, estão indicados os processos de metabolismo sociedade-natureza. Desse modo, afigura-se o caráter multidimensional da saúde, que transcende os aspectos individuais e abrange "*processos de diferentes complexidades que se transformam e se movimentam de forma independente*" (Breilh, 2024: 187).



Reelaboração da Figura 3.7. **Processo multidimensional da determinação social: subsunção e autonomia relativa.** Fonte: Breilh, J. **Epidemiologia crítica e a saúde dos povos: ciência ética e corajosa em uma civilização doentia.** São Paulo: Hucitec, 2024, p.168.

Evidencia-se, na dimensão *particular (P)*, que os Coletivos são associados aos modos de viver "*segundo relações de classe, gênero, etnorraciais e metabolismo (padrões de exposição e vulnerabilidade/suscetibilidade*". Sobre esse aspecto, Breilh aciona a noção de *habitus*, de Bourdieu, que se aproxima, em parte, da sua compre-

ensão a respeito dos modos de viver que abrange "*uma disposição cultural duradoura, que caracteriza e contribui para dar forma aos padrões de vida de um grupo específico, mas também envolve fundamentalmente a base socioeconômica material desta determinação cultural*" (2024: 141).

Em síntese, corrobora-se a visão de Breilh sobre o *processo crítico*, como instrumento de estruturação da metacrítica[6], o qual constitui "*uma transformação multidimensional socialmente determinada que gera corporificações concretas, coletivas e individuais, de saúde e ecossistêmicas, em um espaço social particular e de acordo com a distribuição de classe, gênero e étnico-cultural-racial*" (2024: 188).

Sobre o contexto global e implicações no contexto brasileiro – relações entre a epidemiologia e a sociologia críticas

As propostas de intervenção nas metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, revelam aproximações e distanciamentos entre os diferentes agentes da produção desses imensos espaços materializados por meio de processos de urbanização que se acentuaram sobretudo a partir de meados do século 20. No período em que se *desencadeou a redemocratização – últimas décadas desse século –*, evidenciaram-se os movimentos urbanos que, malgrado as árduas lutas experienciadas pelos grupos sociais envolvidos, resultaram em conquistas relativas à inclusão e ao reconhecimento de populações antes apartadas da malha urbana cristalizada no chamado traçado formal das cidades. Contudo, o olhar menos ingênuo a respeito dessas mudanças explicita as contradições socioespaciais e a necessidade de se escapar do paradigma positivista que advoga o progresso contínuo das sociedades.

[6] "O prefixo *meta* é aplicado na ciência aos conceitos que implicam formas de transcendência, transgressão e transformação desejadas de um processo de conhecimento científico, por meio da complementação, integração e da colaboração, interculturais e transdisciplinares, de sujeitos de conhecimento que compartilham um espaço cognitivo e estejam engajados com um determinado processo prático de transformação, em um espaço social concreto" (Breilh, 2024:174).

Nessa perspectiva, com o propósito de abarcar algumas questões significativas referidas às condições de vida, saúde e justiça social, acionam-se, a seguir, alguns aspectos da visão do epidemiologista crítico Naomar de Almeida Filho[7] que se direciona ao contexto atual, em que se verificam perdas nas alternativas de concepções e ações públicas conquistadas anteriormente no processo de redemocratização brasileira.

Destaca-se, na sua abordagem, o que o autor considerou como Questões Cruciais para auxiliar na compreensão do contexto global nesta terceira década do século 21. Tais questões são explicitadas como macrotendências econômicas, tecnológicas, sociais, políticas e culturais. Segundo suas palavras, alguns autores estão identificando o momento atual pela vigência de um "*ultra-neoliberalismo*" que abrange "*crises política, ecológica, epistemológica e sanitária*". Trata-se de um cenário de incertezas que reúne um conjunto de contradições expressas nos seguintes antagonismos: progresso tecnológico × equidade social; liberdade de informação × segurança global; mercado absoluto × estado total.

O cenário exposto se agrava ao se verificar as extremas desigualdades sociais, com crescimento das situações de "*precarização do trabalho intermitente*", mediante contratos conhecidos como "*uberização*" e, ainda, a permanência da terceirização. Nessas condições, como se pode assegurar o direito à saúde? Ressalta que essas iniquidades sociais se aprofundaram no campo da Saúde, com a pandemia da Covid 19, escancarando a problemática da "*relação estado-sociedade*". O quadro apresentado a seguir sintetiza as "Questões Cruciais" apresentadas pelo autor, com grifos nossos.

- MACROTENDÊNCIAS econômicas, tecnológicas, sociais, políticas, culturais.
- Ultra – neoliberalismo: crises política, ecológica, epistemológica e sanitária.
- CENÁRIO INCERTO PERMEADO POR CONTRADIÇÕES: progresso tecnológico X equidade social; liberdade de in-

[7] Palestra proferida no 2º Seminário do IX Congresso Interno da Fiocruz: Desafios da Saúde e a Fiocruz do Futuro, 06/10/2021.

formação X segurança global; mercado absoluto X estado total.

- CENÁRIO MARCADO POR DESIGUALDADES EXTREMAS, precarização do trabalho intermitente; uberização; terceirização, **como fica o direito à saúde?**
- CENÁRIO DE INIQUIDADES SOCIAIS, agudizado no campo da saúde, aprofundado pela pandemia da Covid-19**, como fica a relação estado-sociedade?**
- QUE ALTERNATIVAS TEMOS PARA CONSTRUIR NOVOS CAMINHOS visando ao **fortalecimento do SUS como Sistema Integral e Universal de Saúde?**

Reelaboração do quadro apresentado por Naomar de Almeida Filho no 2º Seminário do IX Congresso Interno da Fiocruz: Desafios da Saúde e a Fiocruz do Futuro, em 2021.

Assinala-se, no último item deste Quadro, a perplexidade relativa à exiguidade de alternativas para a construção de "*novos caminhos visando ao fortalecimento do SUS como Sistema Integral e Universal de Saúde*". Esse acúmulo de questões cruciais evidencia a importância de aprofundamentos reflexivos no intuito da construção de propostas que vislumbrem mudanças possíveis na busca de sociedades justas e saudáveis, com perspectivas de concretização de políticas públicas de promoção da saúde.

Os epidemiologistas críticos Naomar de Almeida Filho e Jaime Breilh preconizam o pensar amplo e profundo e fundamentam suas reflexões numa concepção dialética, buscando a superação da matriz filosófica positivista que persiste nas investigações do processo saúde-doença da epidemiologia tradicional. Conforme se mencionou no item anterior, na perspectiva da epidemiologia crítica, a determinação da saúde transcende a relação de causalidade que associa de maneira empiricista as *condições de saúde a fatores sociais*. Busca compreender histórica e socialmente a saúde e a doença, mediante um pensar complexo: afirma que o problema a ser tratado deveria ser o da determinação social da vida e não apenas o da determinação social da saúde.

Esses aspectos se aproximam da reflexão da socióloga Ana Clara Ribeiro[8], no seu enfoque crítico, que ousa desconstruir a concepção de "*cidades saudáveis*" proposta em edital do então Ministério da Saúde, promovendo o desenvolvimento de pesquisas com essa temática[9]. Assim, examinam-se, a seguir, alguns pontos tratados por Ribeiro na referência acima acrescida de suas contribuições em outros textos, relacionadas às questões que envolvem a cidade, a saúde e as sociedades capitalistas ocidentais, de um modo geral.

Sobre processos de urbanização em sociedades periféricas, a autora revela um olhar do espaço urbano como "*condensação de carências*", mas igualmente "*depositário de aprendizados, conquistas e projetos populares, mesmo que estes continuem retidos nas malhas da ordem dominante*." No que concerne à urbanização latino-americana, assinala que "*as classes populares conquistaram arduamente o direito à cidade, enfrentando a dura estratificação social que caracteriza as sociedades periféricas: extrovertidas e conservadoras*." (Ribeiro, 2013c: 192-193).

A respeito da urbanização, globalização e dos sujeitos sociais enfatiza as transformações decorrentes da migração rural-urbana, que envolve múltiplas dimensões. Assim, sobre a globalização da economia, ressalta a entrada na rede urbana de um vasto contingente de "*presenças sociais*" (...) "*Apesar da ampla difusão de modelos de gestão que reduzem a cidade a uma empresa ou produto, os conflitos sociais explodem na cena urbana (...). Esta explosão tece um novo tipo de intercâmbio entre sujeitos sociais e experiências políticas...*" (idem, 2013c: 193).

Em consonância com essa perspectiva analítica, o pensamento do antropólogo Gilberto Velho associa a sua visão de sociedades complexas ao indivíduo-sujeito: "*a complexidade e a heterogeneidade da sociedade moderno-contemporânea têm como uma de suas características principais, justamente, a existência e a percepção de diferentes visões de mundo e estilos de vida*." Assim, ampliam-se e diversificam-se as relações e, "*à medida que o indivíduo se destaca e é cada vez mais sujeito, muda o caráter de sua relação com*

[8] Cidades Saudáveis ou Cidades Justas? Ribeiro, 2014.
[9] Edital 1/2007 – Cidades Saudáveis: saúde, ambiente e desenvolvimento. Ministério da Saúde.

as instituições preexistentes". (...) "Novas formas de sociabilidade vão se desenvolver, acompanhando os paradigmas emergentes". O autor assinala, ainda, a noção de projeto, mencionando que, mesmo que o ator seja um grupo social ou um partido, "*toda a noção de projeto está indissoluvelmente imbricada à ideia de indivíduo-sujeito. Ou invertendo a colocação – é indivíduo-sujeito aquele que faz projetos"* (Velho, 1999: 99-101).

Retomando a abordagem de Ribeiro (2014), busca-se compreender as cidades possíveis no contexto da globalização em países periféricos. Desse modo, consolida ideias-síntese sobre uma proposta de *cidade justa*, contraposta à concepção de *cidade saudável*. Trata-se de um pensamento que valoriza o "*sujeito corporificado*", isto é, sujeito de direitos plenos, relacionado aos "*direitos urbanos* e à *teoria socialmente necessária"*, dimensões essenciais na construção da cidadania (idem, 2014: 114).

Evidencia a necessidade de inclusão do debate mais abrangente sobre sociedade e território, com a inserção da temática da cidadania, da democracia e da construção de sujeitos. Ao afirmar que os "*direitos precisam ser conectados à materialidade urbana"*, expõe a necessidade da valorização do *sujeito corporificado*. No seu texto intitulado "Sujeito corporificado e bioética; caminhos da democracia", reforça a "*necessidade da ressubjetivação das relações sociais*" (Ribeiro, 2013a: 33). Nas suas palavras:

> A exigência ideológica de eficiência, descolada da ética, corresponde ao domínio, sem controle social, da tecnociência e do pensamento único. Este domínio não será superado por boas intenções ou leis abstratas, já que **a superação exige a emergência de um humanismo presentificado, de um humanismo praticado (Santos, 1987), de um humanismo efetivamente corporificado** (Ribeiro, 2013 a: 34).[10]

Na relação entre "*corpo, direitos urbanos e direitos humanos*", Ribeiro assinala a reflexão sobre os vínculos entre o corpo individual e o corpo coletivo constituído pelo espaço urbano, pela cidade. Como "*mediador entre o individual e o humano genérico*", o corpo pode "*orientar a evolução econômica socialmente justa*", pois,

[10] Grifos nossos.

incluindo a sua força reprodutiva e mobilidade, configura um norte da pauta humanística, por sustentar nexos entre direitos urbanos e direitos humanos (Ribeiro, 2014).

Outro ângulo reflexivo enfoca a relação sujeito-objeto que "*articula ciência a percepções do imediatamente vivido*" e aciona, igualmente, a importância do corpo nos seus elos com a "*cultura, a materialidade e a sociabilidade*." Assim, o reconhecimento das tensões dialéticas na tessitura dessa relação implica, também, a emergência de "*categorias e conceitos que estimulam deslocamentos nas relações sujeito-objeto do conhecimento*". Nessa percepção, "*a adoção do 'com' e do 'junto' transforma a percepção do pesquisador, permitindo que reconheça (...) também, as hibridações socialmente necessárias entre saberes e práticas sociais*" (Ribeiro, 2012: 59-60).

Alguns caminhos norteadores são incluídos na análise de Ribeiro ao enfatizar as teorias do envolvimento, por meio da reflexão de Hugo Zemelman (2000, apud Ribeiro, 2013b: 149-150):

> (...) para dar conta de qualquer problema social, econômico, político ou cultural não se pode prescindir do ângulo de leitura conformado pelo par sujeito – conflitividade; já que alude às dinâmicas constitutivas da realidade social.
> Nas últimas décadas, adquirem crescente relevância as práticas sociais que trazem à cena política identidades culturais profundas (...) e a afirmação de híbridos culturais e institucionais, de memórias e utopias que transformam, intensamente, a experiência política.

Nessa direção, Ribeiro enfatiza a "*complexa vida de relações que surge nas práticas cotidianas*", ao reiterar "a aceitação mais ampla, de formas locais de vida – de menor escala e expressivas da diversidade cultural, com possibilidade de inclusão de atores populares (...). A abordagem de Ribeiro no seu texto "*O desenvolvimento local e a arte de 'resolver' a vida*" (2013d: 78-80) contribui para a compreensão do significado de um hábitat saudável ou de uma "*cidade justa*", conforme reivindica a autora. Na experiência vivenciada, pode-se observar o reconhecimento das "*formas de resolver a vida*" que agregam os simbolismos histórico-culturais da cidade, essenciais na construção identitária do corpo-sujeito.

Finalmente, destacam-se os caminhos propostos por Ribeiro no intuito de se desenvolver um "*modelo dinâmico da cidade, cidadania e saúde*" (2014: 126). Desse modo, presentifica a proposta de cidade justa que consta no documento intitulado *Declaración de Buenos Aires: por una ciudad justa*, assinado por 28 pesquisadores. Trata-se do manifesto intitulado "*Utopias praticadas na América Latina*", redigido na reunião do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Urbano, realizada em Buenos Aires (Ribeiro e Poggiese, 2008).

Ao reexaminar o modelo da "cidade justa", Ribeiro chama a atenção para o exercício de uma proposição dessa natureza, ciente de que "*a realidade urbana jamais é monoescalar, que ela é necessariamente transescalar*". Na sua concepção, reafirma a existência de uma "*transescalaridade espaço-temporal*", compreendendo que "*é uma configuração basicamente instável*", portanto, "*jamais será um sistema completamente fechado*". Por meio de uma concepção ampla e complexa, deve-se entender a sua proposição e trabalhar em direção ao objetivo do que poderia constituir o modelo de uma "*cidade justa*", construída num contexto de "*sociedades justas*" (Ribeiro, 2014: 127).

A *Declaración de Buenos Aires: por una ciudad justa* e a ousada análise propiciada pela desconstrução da proposta de *cidades saudáveis* remetem à compreensão dos processos multidimensionais que contribuem para a construção de espaços/territórios com potencialidade de abrigar sujeitos corporificados, portadores de direitos para usufruir de uma vida plena e saudável.

Considerações finais

Em que pese a abrangência temática das três abordagens discutidas nesse texto, pode-se evidenciar a sua conexão pelos possíveis elos que as aproximam do campo da Saúde ampliada. As ações de Promoção da Saúde observadas em perspectiva histórica e sua relação com a proposta do SUS no processo da redemocratização brasileira sinalizam o momento crucial das reflexões sobre as formas de se pensar, propor e implementar políticas públicas de saúde que desencadearam a noção de Saúde Coletiva. A renovação do pensamento predominante na

epidemiologia tradicional – positivista, cartesiana – da América Latina explicita a necessidade de compreensão da natureza multidimensional da Saúde e aponta os pressupostos da visão da Epidemiologia Crítica e a concepção da Determinação Social da Saúde.

Ratifica-se, assim, a indissociável imbricação entre as noções de Promoção da Saúde e a Saúde Coletiva com uma concepção da Determinação Social da Saúde que abarque a concepção da sociologia crítica. Trata-se de compreender a indiscutível transdisciplinaridade das três abordagens, a serem incorporadas numa visão "metacrítica", conforme as reflexões de Breilh e Almeida Filho e recuperando a sociologia crítica de Ribeiro, no intuito de incluir o pensamento sobre as diferentes formações sociais.

As reflexões sobre o contexto político-econômico contemporâneo e as implicações em nossas realidades socioterritoriais, tendo em perspectiva as relações entre a epidemiologia e a sociologia críticas, expressam a urgência em aprofundar os estudos transdisciplinares que contribuam para a identificação dos entrelaçamentos necessários para a concretização de políticas públicas transformadoras e inclusivas.

Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Palestra proferida no 2º Seminário do IX Congresso Interno da Fiocruz / **Desafios da Saúde e a Fiocruz do Futuro**. 06 out. 2021.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Epidemiologia no Pós-Pandemia – de ciência tímida a ciência emergente.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2024. 699 p.

BREILH, Jaime. **Entrevista**. Realizada por Cátia Guimarães e Raquel Júnia para a Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), em 2011. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/precisamos-ter-um-novo-viver-com-taxas-de-crescimento-menos-agressivas-mas-com.

BREILH, Jaime. La Determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud coletiva). **Rev. Fac. Nac. Salud Pública**, 2013; 31 (supl 1): S13-S27.

BREILH, Jaime. Conferência Fundamentos Teórico Metodológicos para pensar una transición hacia una sociedad de la vida. Seminário **Promoción de**

la Salud en la Región de las Américas – Caja de Herramientas. Equador: Universidade Andina Simon Bolivar. Em 09 nov. 2021.

BREILH, Jaime. **Epidemiología crítica y la salud de los pueblos: ciencia ética y valiente en una civilización malsana** - Primera edición en español: © Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador Quito, diciembre de 2023.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia crítica e a saúde dos povos: ciência ética e corajosa em uma civilização doentia** / Jaime Breilh; Nancy Krieger (editora) - Patricia Martins Goulart, Tatiana Alves Cordaro Bichara (tradutoras). São Paulo: Hucitec, 2024 – 294 p.; 23cm.

CARDOSO, Adauto. Palestra proferida na Mesa Redonda – **Estatuto da Cidade Reivindicado**. **IX Colóquio LADU/Prourb/UFRJ**, em 14 set. 2021.

FACCHINI. Luiz Augusto - professor do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordenador da Rede de Pesquisas em Atenção Primária à Saúde (Rede APS) da ABRASCO. **Entrevista ao Portal EPSJV/Fiocruz**, em set. 2018.

OTTONI, Dacio A. B. Cidade Jardim: formação e percurso de uma ideia. In: HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de Amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PELICIONI, M. C. F. **Educação em Saúde e Educação Ambiental: estratégias de construção da escola promotora da saúde**, 2000. Livre Docência, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

RABELLO, Luciola Santos. **Promoção da Saúde, a construção de um conceito em perspectiva comparada.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 228 p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cidades Saudáveis ou Cidades Justas. In: SILVEIRA, Carmen Beatriz; FERNANDES, Tania maria; PELLEGRINI, Barbara. **Cidades Saudáveis? Alguns Olhares sobre o tema**. Cap. 4. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. P. 107-130.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; POGGIESE, Héctor Atílio. Declaração de Buenos Aires. Por uma ciudad justa. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, V.22, n. 2, 2008.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. **Redobra.** Salvador, UFBA, ano 3, nº 9, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sujeito Corporificado e Bioética: caminhos da democracia. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente – ação, técnica e espaço**. Vol. 2, 2013a.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; BARRETO, Amélia Rosa Sá et al. Por uma Cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente – ação, técnica e espaço**. Vol. 4, 2013b.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da Ação Social: região latino-americana e o novo desenvolvimento urbano. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente – ação, técnica e espaço**. Vol. 5, 2013c.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento local e a arte de 'resolver' a vida". In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Vol. 5, 2013d.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da Ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014e.

SILVEIRA, Carmen B.; COHEN, Simone C., PELLEGRINI, Barbara. DIAS de SOUZA, Mônica; OLIVEIRA, Ana B. M. Em Busca da Qualidade de Vida: metodologia e indicadores para intervenções socioespaciais. In: SILVEIRA, Carmen B.; FERNANDES, Tania M.; PELLEGRINI, Barbara. **Cidades Saudáveis? Alguns Olhares sobre o tema**. Cap. 7. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WESTPHAL, Marcia Faria Promoção da Saúde e a Qualidade de Vida. In: Juan Carlos Aneiros Fernandez; Rosilda Mendes (Org.). **Promoção da Saúde e Gestão Local**, 2007.

Produção do espaço urbano e a determinação social da saúde: um diálogo possível a partir do trabalho de pesquisa em territórios populares

Marcos Thimoteo Dominguez

Introdução

Em resposta às provocações trazidas pelo III Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo (S-PLURAU), propomos uma reflexão sobre os processos de Determinação Social da Saúde (DSS) e a Produção do Espaço. Este capítulo busca contribuir para o debate crítico e aberto em torno das políticas urbanas e de saúde, partindo da ideia de que os estudos sobre DSS procuram superar as explicações lineares do paradigma biomédico (BREIHL, 2000; 2006).

Com base na sociologia de Henri Lefebvre (2013), entendemos que as contradições e a dialética entre diferentes escalas de análise dos processos saúde-doença — que configuram o contexto histórico das relações entre a cidade, marcada pela técnica e pela mercantilização do espaço (RIBEIRO, 1998; 2012a; 2012b), e a cidade concebida como um espaço privilegiado para a reprodução da vida — podem constituir um modelo analítico relevante para interpretar os processos urbanos e sua conexão com as estratégias cotidianas de promoção da saúde.

Para ilustrar nossos argumentos, recuperamos o estudo de caso de uma pesquisa realizada no Jardim Catarina, bairro da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Especificamente, analisamos os desdobramentos do mapeamento de práticas locais de proteção da vida e da luta pela água nesse território. Trata-se de uma história marcada pela atuação dos

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_016

próprios moradores, que, por meio de estratégias diversas, enfrentam problemas de saúde e ambientais em um contexto histórico de formação desigual do espaço metropolitano do Rio de Janeiro (DOMINGUEZ, 2018; 2022).

Para a interpretação do estudo empírico, articulamos o método da *Cartografia da Ação* de Ana Clara Torres Ribeiro (2012a; 2012b) aos conceitos de *território usado* de Milton Santos (2005) e de *espaço vivido* de Henri Lefebvre (2013). O território é interpretado aqui como um espaço construído ao longo do tempo pelos indivíduos e cujos usos derivam de necessidades humanas — materiais, imateriais, econômicas, culturais, morais, sociais e afetivas. Assim, seus usos estão vinculados ao trabalho, à saúde, à economia, ao poder, à religião e a outros aspectos da vida cotidiana.

Acreditamos que esse caminho oferece potentes chaves analíticas capazes de restabelecer a lógica e os processos de informação, atrelando-os a processos comunicacionais mais dialógicos e que expressam mais verdadeiramente o real e os territórios (BREILH, 2000). Em uma perspectiva integradora, faz sentido pensar na saúde do território como uma totalidade e um horizonte de transformação, contrapondo-se ao espaço racionalizado pelo capital e pela ação estratégica do Estado (RIBEIRO, 1998; 2012a).

Por fim, ao longo do texto, nos fixaremos na seguinte questão: como o trabalho de pesquisa em territórios populares, com suas tensões, conflitos, sofrimentos e práticas cotidianas, pode ser interpretado e assimilado como conhecimento para aprofundar o diálogo entre o Urbano e as DSS? Buscamos, assim, avançar a partir do real, dos espaços da vida, atentos às possibilidades de construção do novo.

1. A dialética do espaço urbano

Henri Lefebvre (2013), ao definir o espaço como produto social, enfatiza sua perspectiva histórica, considerando-o como resultante da práxis e da ação coletiva dos indivíduos, e não apenas produto do progresso e constituição da cidade capitalista. Para essa abordagem, a dimensão espacial não seria algo passi-

vo diante da ação dos meios de produção econômico-social, mas produtivo/dinâmico, envolvendo relações sociais, estruturas de poder e práticas cotidianas na formação dos ambientes urbanos (LIMONAD; LIMA, 2003).

A teoria de espaço de Lefebvre difere em grande parte das interpretações sobre políticas urbanas, principalmente aquelas baseadas na realização do ambiente construído, geralmente comandada pela lógica da acumulação de capital (LEFEBVRE, 2013). Este enfoque mais economicista tende, para o autor, a produzir uma leitura do urbano "a-espacial", ou seja, reduzida às estruturas fixas, que materializam a formação econômica do espaço. Essas abordagens não incorporam, em muitos casos, a face política dos processos urbanos sob o capitalismo, desconsiderando os múltiplos projetos de vida em curso e as representações socioculturais de cidades.

Para Lefebvre, o espaço urbano deve ser compreendido por uma dialética apoiada em uma espécie de "tríade do espaço" (LEFEBVRE, 2013): o "espaço percebido" que, no contexto geral da cidade, seria resultante da relação entre o indivíduo e a materialidade das coisas, geralmente forjadas a partir do poder hegemônico, do projeto capitalista de cidade. Essa representação do espaço hegemônico seria compreendida como o "espaço concebido", dos experts, dos planejadores, da estética das elites, o espaço dominante em uma sociedade e em um momento histórico determinado. E, por fim, temos o "espaço do vivido", aquilo que Lefebvre chamou de espaços ligados "al lado clandestino y subterráneo de la vida social" (2013, p. 92), que produz códigos e formas próprias de uso e de regulação do solo urbano.

Essa complexidade da percepção socioespacial, de outra forma, permite uma aproximação entre métodos científicos raramente articulados (p. ex.: análise sociológica e análise geográfica), servindo de estratégia à problematização de instrumentos oficiais de planejamento e políticas urbanas em geral. Em suma: é preciso buscar as ligações entre as "estruturas sociais profundas e datadas, duradouras, ocultas, e suas expressões no cotidiano, ordinário e banal" (MARTINS, 2020, p. 10).

A partir dessa leitura, refuta-se a totalidade do espaço da acumulação, cuja referência Lefebvre nomeia como *espaço abstrato*, ou seja, um espaço recortado dos processos de produção social, que coisifica o sujeito, fazendo com que ele perca de vista sua capacidade criadora. Bem como sintetiza Costa (2003):

> O espaço abstrato, o espaço da expropriação, abriga velhas contradições, que permaneceram através da história e, principalmente, novas contradições concernentes ao modo de produção capitalista. Estas se expressam no confronto entre espaço abstrato, ou a externalização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e o Estado; e, espaço social, ou espaço de valores de uso produzido pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana (p. 12)

O processo de análise das DSS, a partir do espaço do vivido, permitiria, então, tanto decifrar formas e práticas de regulação social, como identificar os problemas complexos articulados à escala da vida, ou seja, mapear relações que costuram uma trama política e de poder, envolvendo o Estado, agentes econômicos e os territórios. Aqui há um primeiro ponto de contato com as reflexões propostas pela epidemiologia crítica de Jaime Breilh (2006), onde uma dialética da determinação social da saúde "enfatiza a inscrição intercultural da saúde" (SEVALHO, 2014, p. 4). Para Sevalho (2024), a saúde é resultante multidimensional e complexa, que se realiza pelo entrelaçamento entre os distintos aspectos da realidade social: "a dimensão geral da sociedade, a dimensão particular dos grupos sociais e a dimensão singular dos indivíduos e seu cotidiano" (p. 4).

No estudo de caso a seguir, veremos como as práticas sociais desenvolvidas pelos moradores do Jardim Catarina em torno do acesso à água confrontam diretamente a noção de espaço abstrato (espaço concebido... hegemônico), pois permitem colocar em movimento estratégias cotidianas de proteção e reprodução da vida frente a problemas estruturais da cidade desigual e injusta.

Fica evidente que a questão escalar da análise sobre DSS não está resolvida, mas em constante tensão, num movimen-

to histórico-dialético permanente. A delimitação de uma escala espacial de análise para a compreensão da saúde em territórios urbanos passa, então, a ser, de certa forma, uma escolha política, pois considera-se atores sociais e relações territoriais específicas em um campo de confrontação.

2. Estudo de caso: o mapa da água do Jardim Catarina, RMRJ

A proposta de apresentar o estudo de caso justifica-se por ter sido uma pesquisa que teve como eixo de análise os tensionamentos entre diferentes escalas socioespaciais no processo de produção do espaço urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) (DOMINGUEZ, 2018, 2022). Não é nosso interesse, logicamente, extrapolar e trazer todos os resultados desse trabalho para o presente capítulo, mas ilustrar a complexidade em torno das DSS e sua profunda relação com as dinâmicas urbanas e socioespaciais da cidade.

A ideia do estudo foi compreender como, dentro do contexto de urbanização das grandes metrópoles brasileiras no século XX, inúmeros projetos de cidades eram colocados em movimento, numa disputa incessante pelo espaço. É nesse período que o Estado brasileiro passa por profundas transformações, reestruturando sua máquina e burocracia para a fase do capitalismo industrial (ABREU, 1987; MARQUES, 1997).

No Estado do Rio de Janeiro, em 1974, a fusão com a Guanabara gerou, por sua vez, um rearranjo das instituições públicas, entre elas o setor das infraestruturas urbanas, a exemplo do saneamento. De fato, a partir dos anos 1970 há uma ampliação da cobertura de saneamento na metrópole fluminense, com a incorporação de novos territórios à rede de abastecimento de água (MARQUES, 1997; 1998). Longe de solucionar as desigualdades urbanas que se radicalizavam entre os anos 1970 e 1990, é nesse período que o tema do saneamento público ganha centralidade.

Nas margens na metrópole, por outro lado, uma vasta periferia vai se formando e se organizando, dentro de uma

lógica contraditória em que o aumento da acumulação de capital na RMRJ traz consigo uma contínua precarização da vida urbana. Loteamentos precários, epidemias, inundações e enchentes, problemas de moradia e carência de infraestruturas... são questões que permaneceram, mas que foram sendo reformuladas pela prática cotidiana daqueles que ali vivem e buscam sobreviver. É uma dessas periferias que centraremos nossa história.

O Jardim Catarina (JC) é um bairro popular do município de São Gonçalo, localizado no lado leste da Baía de Guanabara, na RMRJ. Sua criação remete à década de 1950/1960, alcançando atualmente uma população aproximada de 70 mil habitantes[1]. A partir de pesquisas de campo realizadas entre 2010 e 2020 (DOMINGUEZ, 2011; 2018; DOMINGUEZ; CUNHA, 2021), e voltadas para o mapeamento das práticas populares de enfrentamento de problemas de saúde e ambiente, com destaque para o acesso à água, foi possível situar o JC no amplo processo de produção desigual da metrópole fluminense desde os meados do século XX até os dias atuais.

Para tal propósito, ao partir do campo institucional do saneamento estatal para compreender os problemas relacionados à água nesse território, evitamos ficar presos às estruturas burocráticas da política urbana fluminense e nacional. Tendo como foco as relações de poder envolvendo moradores, agentes econômicos locais e supralocais, grupos políticos e instituições públicas em torno da água, centrou-se no mapeamento das diversas disputas e negociações em torno do acesso à água e nas suas influências na formação socioespacial do loteamento (DOMINGUEZ, 2018).

Aprofundamos a percepção de que o Jardim Catarina, além de ser marcado por uma grande heterogeneidade interna de localidades, constitui-se como uma espécie de terreno minado, onde as lutas políticas são fundamentalmente atravessadas por uma teia de relações de poder local, que, por sua vez, está articulada às engrenagens inscritas nas organizações da RMRJ. Esse é o caso da água, que desde o início revelou-se um desafio a todo

[1] Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=3304904

trabalho de investigação, considerando a trama de poder inscrita na rede social e política em torno do fornecimento e controle da água no bairro.

Assim, pesquisar a água não foi apenas um desafio. É frequentemente perigoso, o que pode explicar de certa forma o silêncio por parte de muitos moradores a respeito do problema. Poderíamos dizer que os cuidados em torno da questão da água, em localidades como Jardim Catarina, têm proporção semelhante ao silenciamento quanto ao tema da violência em favelas cariocas, por exemplo (DOMINGUEZ; CUNHA, 2022).

Pensamos que nesse caso as respostas dos moradores em torno do acesso à água configuram aquilo que José de Souza Martins (1989; 1993) chamou de "dupla consciência", ou seja, um duplo código que regula a fala de populações que passaram por processos de opressão, e que se constitui como estratégia de sobrevivência e uma arma de luta, pois põem juntos o afirmar e o negar, o obedecer e o desobedecer. Muitas vezes se materializa numa linguagem do silêncio que fala mais do que qualquer outra coisa e que coloca desafios metodológicos ao pesquisador.

Ao nos depararmos com aquilo que não era nomeado, mas praticado no cotidiano, realizamos um exercício escalar: das lutas diárias, das práticas e do processo de produção do espaço do JC, poderíamos alcançar criticamente as estruturas estatais. Ou seja, a questão da água, além de representar um bem vital para a reprodução das famílias que ali se instalaram e vivem, configurava-se como um vetor importante para o entendimento do próprio processo de produção social do espaço urbano e dos conflitos forjados historicamente nas periferias metropolitanas.

O problema da água no Jardim Catarina

A segunda maior Estação de Tratamento de Água (ETA) da RMRJ, a ETA Imunana-Laranjal, está localizada dentro dos limites geográficos do Jardim Catarina. A estação, que é responsável pelo abastecimento de municípios como Niterói e São Gonçalo, fica às margens da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-104), via expressa que conecta a RMRJ ao interior do Estado do Rio de Janeiro. Contraditoriamente, mesmo com a presença da ETA no bairro,

os moradores convivem há décadas com o fornecimento precário de água, com uma cobertura intermitente ou inexistente em diversas ruas e quadras.

Os serviços de abastecimento sempre foram realizados por meio da prática de manobra, termo utilizado para descrever o atendimento alternado do sistema, com a companhia pública estadual realizando o abastecimento parcial e apenas em dias específicos. A rede existente que atende o bairro é formada por pequenas ramificações criadas pela própria companhia a partir da adutora principal que leva água de São Gonçalo para o município de Niterói. As linhas secundárias ao sistema da ETA são executadas e controladas por agentes locais da companhia.

A pesquisa demonstrou, contudo, que o problema de abastecimento no Jardim Catarina não é um problema necessariamente de origem técnica, mas de caráter político e social, cercado por disputas e mecanismos de controle territorial. Afinal, o que explica um dos maiores bairros da região metropolitana não possuir um atendimento efetivo em termos de abastecimento, considerando a proximidade com a ETA, localizada dentro dos seus limites?

Por exemplo, desde a construção da ETA no JC, há uma intensa circulação de carros-pipas, que diariamente abastecem seus tanques no hidrante provindo diretamente da estação. Diversos entrevistados da pesquisa levantaram contradições envolvendo o comércio de água por caminhões e a precarização do saneamento no loteamento. De acordo com falas de lideranças comunitárias, a companhia estadual favorecia a atuação dos "pipeiros" no bairro, que lucravam com as interrupções do atendimento e precarização do abastecimento de água local.

O comércio de carros-pipa passou a controlar parte da distribuição de água não apenas no Jardim Catarina, mas em outras áreas de São Gonçalo formadas quase integralmente por loteamentos populares. A influência política de grupos locais se fez valer do comércio da água, inclusive para fins eleitorais. A política da água começava a se organizar sobre esse conjunto de contradições, cujas formas de mediação envolviam diferentes níveis e escalas de decisão, mas sempre apropriadas pelas esferas locais de poder. Não era raro, em palanques da cidade,

agentes ligados ao negócio da água surgindo como candidatos ou oferecendo apoio aos políticos tradicionais da região.

Mesmo com a expansão de programas públicos de saneamento na RMRJ a partir dos anos 1980, contribuindo para a implementação de algumas linhas de abastecimento de água no JC, a rede instalada seguiu a mesma ordem técnica: prevaleceu o caráter secundário das ramificações da companhia estadual no loteamento, tornando-se uma prática contínua por parte da estatal que, diante da precariedade dos serviços e da falta de recursos econômicos, passou a intensificar o uso de redes precárias como estratégia de oferta de água no bairro. Nas localidades mais à margem do loteamento, o único acesso à água permanecia sendo ou por meio da compra de pipas d'água ou pelo uso de ligações alternativas ("gatilhos") na rede oficial.

O que nos interessa nesse contexto é demonstrar como o Jardim Catarina, mesmo com infraestrutura urbana precarizada e desigual, vai se tornando uma centralidade para a compreensão das relações de poder em torno da água na RMRJ. Da mesma forma, começa a ficar claro que os moradores, por sua vez, passam a viver sob condição de limite, limite esse cuja experiência vai se tornando algo permanente.

Forma-se, assim, no cotidiano do bairro um emaranhado de cruzamentos envolvendo localidades do loteamento, linhas de abastecimento público, válvulas de bloqueio na rede e os gatilhos nas adutoras da companhia estadual, que passam a formar um sistema complexo e difuso. Dependendo da rua onde se vive, o morador terá de acionar distintas estratégias para acessar um elemento vital à reprodução social, que é a água. Nesse sentido, o "gatilho" pode ser interpretado como prática de resistência frente à precarização da vida na cidade.

Os "gatilhos", na verdade, são um elo entre a dinâmica histórica de ocupação do loteamento e a limitada presença dos serviços públicos de saneamento no bairro. O Estado, pelo que foi visto, também tem sua ação reconfigurada nesse contexto. A chegada de um programa de saneamento; a implementação de obras públicas; o atendimento alternado de ruas e localidades via manobras; e a atuação de agentes locais são exemplos de um Estado que também atua marginalmente.

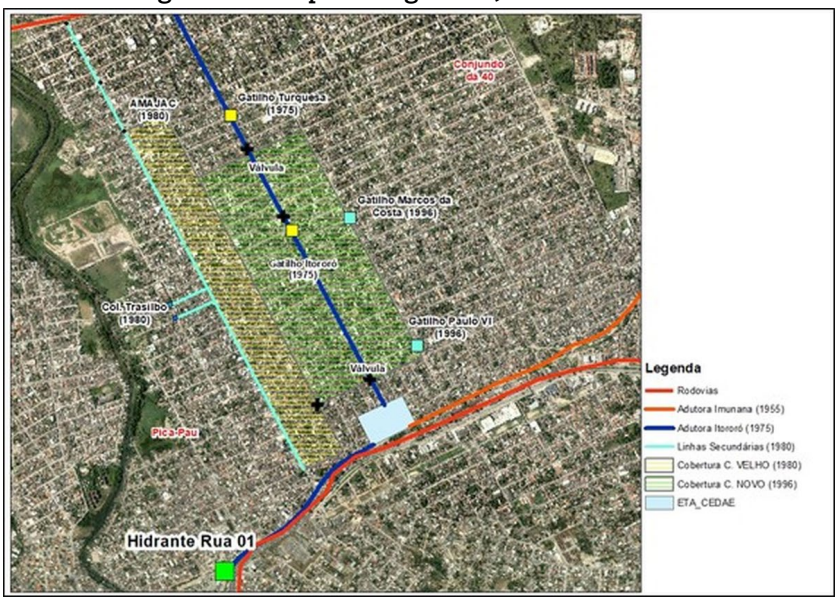
Num ambiente em disputa, trata-se de mecanismos de controle territorial.

Como resultado da análise desses diferentes processos, e contando com a narrativa dos próprios moradores e trabalho de campo, iniciamos um exercício metodológico de elaboração de uma cartografia da água no JC, interpretada aqui como uma "cartografia da ação", como nos ensinou Ana Clara Torres Ribeiro (2012a):

> cartografia como sendo a construção do espaço realizada pelo sujeito, pelo ator e pelos gestos dele. Então é essa cartografia que me interessa e essa é uma cartografia da ação, ela não é uma cartografia social. Porque a cartografia social está preocupada com os indicadores, com as desigualdades sociais, e no meu caso é a construção do espaço pelos gestos. Ou seja, como acontece a apropriação do espaço pelos gestos, pelos sujeitos, pelos atores sociais, então é uma cartografia da ação, não é social no sentido dos indicadores (p. 9).

É possível observar na figura a seguir a localização estratégica dos "gatilhos" (*forma quadrada*) exatamente nos limites da cobertura oficial da companhia estadual (*áreas hachuradas*), o que abre a possibilidade de extensão dessa rede às demais partes do loteamento. Nota-se, também, a presença de válvulas de bloqueio da estatal (*forma de cruz*) que proporcionam interrupção controlada da distribuição do abastecimento. O Mapa da Água do JC permite visualizar, ainda, a posição marginal de localidades do bairro (*nomes em vermelho*) e sua relação socioespacial diante da infraestrutura de saneamento instalada.

Figura – O Mapa da Água do Jardim Catarina.



Legenda: figura produzida pelo autor a partir da imagem aerofotogramétrica da RMRJ, escala 1:2.000. Entrevistas com moradores do bairro. Fonte: Dominguez, 2018.

Entendemos que há no exercício proposto uma sobreposição temporal, exemplificada por distintas etapas de intervenção pública e de execução descontínuas de práticas locais de enfrentamento do problema do acesso à água. A ideia foi territorializar a imbricação formada pela presença física de estruturas (ETA, redes de água e válvulas), pela ação cotidiana e pela experiência dos moradores ("gatilhos") e a configuração socioespacial do próprio loteamento, que se articula à organização urbana da cidade.

O que se quer enfatizar na recuperação desse estudo de caso é que nas margens da cidade o desafio é identificar as diferentes concepções relacionadas aos usos e regulações do espaço existentes. Como vimos, para compreendê-las é preciso seguir o sentido analítico inverso, ou seja, não apenas pautar-se nas estruturas do Estado, sua máquina, sua burocracia para definir o que ocorre nos territórios urbanos, mas construir um ponto de vista a partir dos lugares, dos atores que ali transitam e percorrem diferentes escalas, superando a separação artificial entre imposições legais e extralegais.

Esse quadro complexo não se reduz a uma percepção de confronto entre classes sociais ou uma eterna luta entre os loteamentos periféricos e as áreas centrais da cidade. Na verdade, está-se diante de contradições não resolvidas, de necessidades não atendidas por completo. É na travessia por esses espaços inacabados que está presente o modo de ser nas periferias e margens da cidade. Um viver perigoso, como nos diria Martins (2020). Para o autor, no espaço do vivido a práxis é contraditória, mas é assim que a história se faz.

3. Cotidiano e os usos do território

A apresentação do estudo de caso anteriormente não teve como objetivo extrapolar e trazer todos os seus resultados para o presente texto. Mais do que o interesse sobre o território do Jardim Catarina em si, buscamos compreender o seu deslocar no cotidiano, ou seja, aquilo que Haesbaert indicou como processos de des-re-territorialização (2007). Assim, a construção social do espaço se daria de forma permanente, em que o movimento de re-territorialização significa a presença de atos de criação.

A formação orgânica do loteamento, promovida pela ação e pelo caminhar de seus próprios moradores na luta pela água, segue uma lógica de perceber a cidade também como obra (LEFEBVRE, 2013), e não apenas como produto e mercadoria, subvertendo a cartografia social, ainda presa sob a forma hegemônica apropriada pela técnica (RIBEIRO, 2012b).

Na realidade social dos territórios onde trabalhamos com pesquisa em saúde, os usos do espaço são muitos e sobrepostos, organizados por meio de manifestações cotidianas complexas, apoiadas nas distintas temporalidades da vida, nas experiências e nas memórias dos atores e nas relações sociais historicamente construídas. Como estratégia de enfrentamento da dominação hegemônica do espaço, nesses territórios inverte-se lógicas espaciais; atrasa-se o tempo, tensiona-se escalas de análise, ilumina-se ou oculta-se lugares.

Esse movimento histórico marca o espaço como um mapa síntese da ação dos sujeitos – um mapa imperfeito, como diria Ribeiro, mas que: “por um lado tem a expressão da ação carto-

grafada e de outro lado você tem o mapa que apoia a ação do sujeito (RIBEIRO, 2012a, p. 10)". Nessa construção teórico-metodológica não se privilegia um ator apenas ou uma superfície, mas o resultado das trajetórias e práticas.

Assim, conforme afirmamos logo na introdução deste capítulo, concebemos o território a partir de uma perspectiva integradora, pela ótica do *território usado* de Milton Santos (2005). Enfatizamos "o aspecto temporal, dinâmico e em rede que o território também assume" (HAESBAERT, 2007, p. 340), para além das suas dimensões físicas, econômicas, políticas, simbólicas e culturais. A integração de tais dimensões pode ser vista através das relações conjuntas de dominação e apropriação, ou seja, de relações de poder em sentido amplo.

O olhar sobre a saúde, a partir dessa perspectiva, permite-nos interpretar sofrimentos, dores diárias e perdas como formas também de apropriação espacial, que encontram no cotidiano sua realização. É uma percepção profunda e política do espaço e dos problemas de saúde que se apresenta. Vimos no mapa da água que essas representações vão além da "técnica cartográfica", pois é possível apoiar-se em narrativas não datadas, na expressão da oralidade, no caminhar do cotidiano, que traz um descompasso temporal entre períodos e eventos históricos.

Ficou claro, então, que a racionalização e os limites da instrumentalização das políticas urbanas e de saúde não inviabilizam o que Ana Clara Torres chamou de a "sociedade histórica", que resiste às transformações geradas pela técnica e pela ação hegemônica, que acreditam ser totalidade. Mesmo com a presença de regras e regulações, trata-se de uma *ilusão tecnicista*, como diria a autora, insensível e incapaz de se comunicar com os usos do território e o tempo lento do *senso comum* (RIBEIRO, 2012a; 2012b).

Conclusão

A compreensão dos processos de DSS, e sua relação com a produção do espaço, têm nos territórios populares locais privilegiados de observação. Privilegiados, pois são nesses territórios em que as contradições dos processos saúde-doença e das

políticas urbanas são mais aparentes e, ao mesmo tempo, dão centralidade ao espaço do vivido, lugar onde a vida se refaz cotidianamente. Por outro lado, no trabalho de pesquisa a produção de conhecimento sobre saúde e cidade também gera e enfrenta incertezas e conflitos.

A análise socioespacial, então, amplia e aponta a necessidade de a epidemiologia "buscar referências epistemológicas que ultrapassem a fixação na prevenção e a libertem da dependência das categorias causalidade, predição e determinação" (SEVALHO, 2024, p.5). Uma contribuição nessa direção foi trazida pelo Mapa da Água do JC, cuja importância não está apenas na visualização das estruturas físicas que ele oferece, mas como seu processo de construção permite refletir sobre distintos processos de exploração e injustiças na cidade, assim como sobre respostas e estratégias locais de proteção da vida na periferia.

Ao explorar as possibilidades de articulação entre a Produção do Espaço e as DSS, a partir das práticas locais de enfrentamento e luta pelo acesso à água na RMRJ, foi possível fazer um movimento analítico de alcance às distintas escalas: da ação criadora local aos acordos entre agentes econômicos e suas redes de influência na cidade; da ação estatal sobre o espaço construído à hegemonia do espaço de acumulação.

No trabalho de pesquisa, duas questões se impuseram: a do método e a da política. No que cabe à primeira, ao articularmos as DSS ao espaço por meio dos seus usos, o que é possibilitado pela prática da cartografia da ação, garantimos o desenvolvimento reflexivo sobre bases teórico-metodológicas complexas e não determinísticas, distintas da causalidade de lógica linear trazida por políticas urbanas tecnocratas, a exemplo do saneamento.

Em relação à política, o cotidiano pode ser visto como uma sistematização das dinâmicas históricas trazidas pelas diferentes formas de representação social do espaço. A cidade, por sua vez, pode ser interpretada como obra (Lefebvre), um espaço criado e, ao mesmo tempo, de reconstrução de fragmentos de vida. Por meio desse desacelerar, observamos novos cenários: o tempo ordinário do cotidiano, o espaço do vivido, as múltiplas práticas de proteção da vida nos territórios... O caminhar do *homem lento*

(SANTOS, 2005), que nos permite valorizar e aprender com as experiências de muitos outros (RIBEIRO, 2012b).

Com isso, incorporamos à pesquisa em saúde outros ritmos e espacialidades, mantendo o debate aberto. O caminho é longo, mas ao trazer para o centro da análise das DSS a vida comum, nos permitimos um instante de pausa frente às grandes explicações a respeito dos determinantes de saúde. Explicações que, ao desconsiderarem a dialética do espaço, correm o risco de se perder em respostas distantes, muitas vezes baseadas em paradigmas importados e insensíveis ao fazer da vida.

Referências

ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO; Zahar, 1987.

BREILH, Jaime. Derrota del conocimiento por la información: una reflexión necesaria para pensar en el desarrollo humano y la calidad de vida desde una perspectiva emancipadora. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 5, n. 1, p. 99-114, 2000.

_____. **Epidemiologia crítica – ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

_____. SARS-CoV2: rompiendo el cerco de la ciencia del poder: Escenario de asedio de la vida, los pueblos y la ciencia. In: **POSNORMALES**: pensamientos contemporáneos en tiempos de pandemias. Buenos Aires: ASPO, jun. 2020. p. 31-90.

COSTA, Geraldo Magela. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves de (orgs.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvr**e. Sessão Livre. X Encontro Anual da ANPUR. Belo Horizonte; Niterói: UFF/GECEL, 2003, p. 9-14.

DOMINGUEZ, Marcos. **Práticas locais dos moradores e os problemas de saúde e ambiente de Jardim Catarina, SG/RJ**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Do gatilho ao lote: as disputas pelo espaço urbano do Jardim Catarina**. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

_____, CUNHA, Marize Bastos. A produção do espaço na metrópole do Rio de Janeiro: as disputas pela água no Jardim Catarina, São Gonçalo. In: Amo-

roso, M., BRUM, M., GONÇALVES, R. **Olhares Contemporâneos sobre bairros populares do Rio de Janeiro**, 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 163-187.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Tradução: Emilio Martínez Gutiérrez, 1. ed. España: Capitan Swing, 2013.

LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves de (orgs.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvr**e. Sessão Livre. X Encontro Anual da ANPUR. Belo Horizonte. Niterói: UFF/GECEL, 2003.

HAESBAERT, Rogerio. **O Mito da Desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MARQUES, Eduardo. Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. **BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 43, 1997.

_____**. Redes sociais e permeabilidade do Estado: instituições e atores políticos na produção da infraestrutura urbana no Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado em Ciência Política). UNICAMP, Campinas, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Uma Sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2020.

RIBEIRO, Ana Clara T. Tecnologias de informação e comunicação, saúde e vida metropolitana. Interface — **Comunicação, Saúde, Educação**, v.2, n.2, 1998.

_____. Entrevista. Revista Redobra, por Alessia de Biase, Número 12, Ano 3, p. 9-21, 2012a.

_____. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. **Redobra**. Sessão Contraponto, ano 3, n. 9, 2012b. p. 58-71.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. Observatório Social da América Latina. Buenos Aires: CLACSO, ano 6, n. 16, jun. 2005.

SEVALHO, Gil. Determinação social da saúde, complexidade, colonialidade e longa duração. **Cad. Saúde Pública**, 2024; 40 (12).

Parte 5

Sobre a crise societária

Sobre a crise societária

– Relatoria[1]

Manoel Lemes da Silva Neto

Apresentação

A mesa redonda "Sobre a crise societária" reuniu Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira (PUC Minas) e Anita Loureiro de Oliveira (UFRRJ), sob coordenação de Pedro Cláudio Cunca Bocayuva (UFRJ) e moderação de Laura De Bona (PUC-Campinas | LADEUR).

O debate concentrou-se na caracterização da crise societária como processo que ultrapassa o campo econômico e alcança as estruturas políticas, sociais e culturais que sustentam a vida coletiva. Os expositores convergiram na interpretação de que essa crise expressa o esgotamento de um modo de sociabilidade e de regulação, marcado pela dissociação entre crescimento econômico e reprodução social, pelo enfraquecimento do Estado como mediador público e pela transformação das instituições em instrumentos de reprodução das desigualdades.

Foi enfatizado que o capitalismo contemporâneo, ao intensificar a financeirização e a lógica de acumulação global, desarticula vínculos de solidariedade e desloca a legitimidade democrática, submetendo a política a formas de gestão empresarial e tecnocrática. Essa dinâmica aprofunda a precarização do trabalho, a vulnerabilidade das populações urbanas e o esvaziamento do espaço público, convertendo a cidade em território de segregação e de experimentação de novas modalidades de dominação.

A discussão destacou, ainda, que o sentido da crise não é apenas institucional, mas também civilizatório: abrange a ma-

[1] Relatoria produzida com base na diarização completa das falas da mesa "Crise societária e formas contemporâneas de dominação", conforme gravação pública disponível no canal do LADEUR no YouTube, realizada durante o 3º S[PLURAU] Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo. O texto foi redigido em formato descritivo-interpretativo, sem extrapolações conceituais em relação às comunicações originais.

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_017

neira como se produz valor, como se define o comum e como se organiza a vida cotidiana sob a pressão das lógicas de mercado. As falas sublinharam que, nesse cenário, a democracia persiste como forma, mas perde densidade social, tornando-se campo de disputa entre a captura corporativa e as tentativas de reconstrução do político a partir de práticas locais, solidárias e autônomas.

1. Exposições

1.1. Crise societária e democracia em disputa

Na exposição de Anita Loureiro de Oliveira, foi discutida a noção de crise societária não como episódio passageiro, mas como impasse civilizatório que atravessa as bases da vida social e reconfigura os vínculos entre economia, política e cultura. Indicou-se que a crise ultrapassa a leitura institucional estrita, pois incide sobre as condições de reprodução da vida, sobre o sentido público das instituições e sobre a capacidade de ação coletiva. Esse diagnóstico não se confunde com um declínio episódico: trata-se de mudança de escala e de profundidade, na qual se acumulam contradições do capitalismo contemporâneo que solapam a confiança social e deslocam os parâmetros de legitimidade.

Foi sublinhado que tais contradições produzem, de modo simultâneo, o alargamento da democracia formal — preservada como linguagem de legitimação e conjunto de procedimentos — e a retração de sua materialidade, entendida como densidade social da participação, igualdade substantiva e eficácia dos direitos. A permanência da forma democrática convive com a perda de conteúdo nas experiências concretas, em especial quando a decisão pública é mediada por dispositivos tecnocráticos e por interesses econômicos que condicionam agendas e priorizações orçamentárias. A promessa de participação universal mantém-se no plano normativo, enquanto os meios efetivos de participação e de proteção de direitos se estreitam.

Foi destacado que o Estado ocupa posição estratégica nesse processo. Em lugar de agir como garantidor universal, opera frequentemente de maneira seletiva e excludente, reiterando

desigualdades históricas e normalizando mecanismos de filtragem de acesso a políticas. A crítica incidiu sobre a retórica da universalidade que, na prática, se converte em universalismo condicionado, já que a alocação de recursos e a formatação de programas tendem a refletir interesses econômicos e setoriais. Essa contradição alimenta descrença coletiva, acelera a erosão da esfera pública e abre espaço para arranjos autoritários que se apresentam como soluções rápidas para problemas complexos.

A análise incluiu a precarização do trabalho como dimensão estruturante da crise. Foi indicado que a financeirização e a reorganização produtiva intensificam vínculos laborais instáveis, externalização de riscos e perda de proteção social, o que desorganiza trajetórias de vida e vulnerabiliza a ação política cotidiana. O rebaixamento das garantias contratuais e previdenciárias se converte em precarização existencial, repercutindo na forma como sujeitos e coletivos percebem o horizonte democrático: quando a vida se torna incerta, a participação tende a rarear ou a se converter em ações esporádicas e defensivas. No plano da sociedade civil, apontou-se um duplo movimento: de um lado, fragmentação de agendas e precarização da militância, com menor capacidade de sustentação organizativa no tempo; de outro, persistência de resistências locais, com experiências de solidariedade, cooperativismo e autogestão que indicam alternativas, ainda que dispersas. Observou-se que a cooptação institucional de pautas e a gestão de conflitos por instrumentos administrativos podem neutralizar impulsos transformadores, mas não esgotam a potência inventiva que emerge do cotidiano.

Foi indicado que a dimensão global da crise reforça seu caráter estrutural. A concentração de poder econômico e financeiro e a circulação transnacional de capitais e informações comprimem margens de autonomia dos Estados nacionais, limitando políticas redistributivas e impondo condicionalidades que repercutem sobre o desenho das políticas públicas. A soberania se vê tensionada por essas dinâmicas, e a coordenação democrática de interesses passa a disputar terreno com lógicas de mercado e de governança privada.

Apesar do quadro adverso, ressaltou-se que experiências locais e comunitárias sinalizam caminhos de reconstrução

democrática. Práticas de cuidado, mutualismo e produção de comum demonstram que a democracia não se reduz a desenho institucional, mas supõe processos sociais permanentes, sustentados por vínculos, reconhecimento e justiça social. A partir dessas experiências, delineia-se a necessidade de reconfigurar o papel do Estado, recompor capacidades públicas e abrir espaços efetivos de participação, de modo a recombinar forma e materialidade democrática.

A comunicação concluiu que enfrentar a crise societária requer ultrapassar reformas administrativas pontuais e investir numa transformação que articule proteção social, ampliação de direitos e institucionalidades porosas à participação. Sugeriu-se que a ampliação do envolvimento social e o fortalecimento de laços coletivos são condições para restituir densidade à democracia e responder às contradições do capitalismo contemporâneo sem abdicar do horizonte igualitário.

1.2. Capitalismo, crise e transformações sociais

Na intervenção de Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira, a crise societária foi analisada em relação ao desenvolvimento histórico do capitalismo e às transformações recentes de sua dinâmica. Indicou-se que compreender a crise requer reconhecer a historicidade do capitalismo, visto não como sistema estático, mas como processo de mutação contínua que, em cada fase, redefine suas formas de regulação social, política e territorial. O que se observa hoje não é apenas um ciclo de instabilidade ou recessão, mas o esgotamento estrutural do padrão de desenvolvimento que moldou as instituições modernas e os mecanismos de coesão social, acompanhado pelo surgimento de novas modalidades de dominação, acumulação e controle.

Foi ressaltado que o capitalismo contemporâneo se caracteriza pela financeirização da vida, ou seja, pela penetração das lógicas financeiras em todas as esferas da sociabilidade. Essa financeirização não se limita aos mercados; ela atinge o Estado, as empresas, as famílias e o cotidiano das pessoas, determinando preços, endividamento e possibilidades de investimento público. Fabiano destacou o endividamento generalizado das famílias, a difusão de dispositivos como o Pix e as plataformas de apostas

(*bets*), e o avanço de Big Techs que reorganizam o trabalho urbano, como expressões concretas da crise. Esses fenômenos revelam que o capitalismo passou a operar segundo uma racionalidade fiscal e financeira, na qual a política tende a adotar o modo de funcionamento da economia, submetendo decisões coletivas a critérios de rentabilidade, austeridade e controle contábil.

Essa lógica tem impacto direto sobre o espaço urbano. As cidades tornam-se palco visível da crise, tanto pelo desmonte das políticas públicas de habitação, transporte e assistência, quanto pela especulação imobiliária e pela transformação da terra urbana em mercadoria de alto valor. A urbanização contemporânea reflete e amplia as desigualdades: nas periferias, concentram-se precarização do trabalho, informalidade, falta de serviços e infraestrutura; nas áreas centrais, observa-se a apropriação privada do espaço público e a financeirização do solo urbano. O resultado é uma cidade fragmentada, em que os efeitos da crise são vividos de maneira desigual e cotidiana.

A comunicação enfatizou que esse processo tem como contrapartida a precarização do trabalho, entendida como elemento estrutural da crise. Foram apontadas as mudanças associadas à flexibilização de contratos, à terceirização e ao avanço das plataformas digitais, que criam vínculos laborais frágeis e transferem riscos ao trabalhador. Fabiano ressaltou que essa precarização vai além da dimensão econômica: ela se estende à subjetividade e às formas de pertencimento. A compressão do tempo social, a perda de previsibilidade e o enfraquecimento das garantias previdenciárias repercutem sobre o imaginário coletivo, desorganizando trajetórias de vida e dificultando a constituição de solidariedades duradouras. A crise societária, nessa perspectiva, manifesta-se na incapacidade de converter crescimento econômico em inclusão social estável, descolando o trabalho do horizonte de cidadania.

Outro ponto abordado foi a contradição vivida pelo Estado-nação. Observou-se que, embora o Estado perca autonomia diante dos fluxos globais de capital e da imposição de políticas de ajuste, continua sendo o espaço onde se definem direitos, políticas públicas e disputas redistributivas. Essa ambiguidade o torna simultaneamente indispensável e vulnerável: suas institui-

ções permanecem necessárias, mas sua capacidade de mediação entre capital e sociedade se fragiliza. A crise societária expressa-se, portanto, no enfraquecimento paralelo da representação política e da soberania estatal, o que contribui para o avanço de formas autoritárias de gestão e para a erosão do espaço público.

Foi destacado que, embora esse quadro revele a gravidade do impasse, ele também abre fissuras e possibilidades de reorganização social. O urbano, que concentra contradições, é igualmente lugar de resistência. Movimentos de moradia, economias populares, redes de solidariedade e iniciativas de autogestão surgem como respostas locais às carências estruturais, afirmando outras racionalidades econômicas e vínculos de reciprocidade. Essas práticas mostram que a crise societária não representa apenas o colapso de um modelo, mas também a emergência de alternativas que redesenham, em pequena escala, novas formas de produção e de convivência.

A exposição concluiu que enfrentar a crise exige um olhar crítico sobre o capitalismo contemporâneo e suas formas de reprodução. Não se trata de promover apenas reformas administrativas, mas de reformular as bases do modelo vigente, recuperando o sentido público da vida social e a centralidade do trabalho e do território na definição de políticas. O enfrentamento da crise dependerá da ampliação do envolvimento coletivo, da valorização das experiências locais e da reapropriação do espaço público como lugar de decisão e de pertencimento. Somente por meio dessa ação coletiva será possível transformar a crise em oportunidade de reconstrução democrática.

1.3. Horizontes societários e alternativas políticas

Na comunicação de Pedro Cláudio Cunca Bocayuva, a crise societária foi apresentada como fenômeno estrutural e de caráter civilizatório. Indicou-se que a crise não é apenas um colapso institucional ou econômico, mas uma crise de racionalidade, que afeta as formas de conhecimento, de representação e de convivência social construídas pela modernidade. O modo de sociabilidade vigente revela sua incapacidade de responder às necessidades da vida coletiva e de sustentar a própria ideia de futuro compartilhado.

A análise destacou que a urbanização contemporânea reflete e aprofunda esse processo. Mais do que cenário, ela constitui uma expressão material da racionalidade técnica que orienta a acumulação capitalista. A expansão urbana evidencia as contradições entre acumulação de capital, dominação social e reprodução da vida, tornando visíveis as assimetrias territoriais e os efeitos da crise sobre o espaço. O urbano, nesse sentido, converte-se em campo de experimentação das novas formas de gestão, de controle e de resistência.

Foi observado que o Estado-nação manifesta de modo claro o impasse. De um lado, perde autonomia diante do capital transnacional e dos fluxos financeiros globais que condicionam economias nacionais e políticas públicas. De outro, continua sendo o espaço em que se definem direitos, políticas e legitimidade democrática. Essa ambiguidade produz instabilidade: as instituições permanecem necessárias, mas cada vez mais frágeis em sua capacidade de redistribuir recursos e de sustentar coesão social. A democracia formal mantém-se como promessa, mas esvaziada em sua materialidade, vulnerável à captura institucional e ao avanço de alternativas autoritárias.

A comunicação ressaltou que a crise societária exige pensar novos horizontes de organização social e política. Ao lado das formas de exclusão e controle, emergem práticas cotidianas de resistência e invenção: movimentos populares, redes de solidariedade, experiências comunitárias e manifestações culturais que expressam vitalidade social. Essas práticas revelam que, mesmo em meio ao enfraquecimento institucional, a política não se esgota nas estruturas estatais e que a sociedade conserva capacidade de reorganização e de criação de novas institucionalidades.

Foi enfatizado que a urbanização é palco privilegiado dessas tensões. As cidades condensam desigualdades e precarizações, mas também abrigam formas inovadoras de convivência, de gestão local e de produção do comum. O espaço urbano, portanto, é simultaneamente lugar de crise e de experimentação, laboratório de possíveis alternativas de sociabilidade.

Outro ponto desenvolvido foi a dimensão global da crise. A concentração de poder econômico, a financeirização e a precari-

zação do trabalho ultrapassam fronteiras nacionais, limitando a autonomia dos Estados e impondo formas de regulação privada. Essa internacionalização aprofunda desigualdades e reforça a sensação de impotência das instituições. Ressaltou-se que compreender a crise requer articular escalas — locais, nacionais e globais —, evitando análises fragmentadas que separem processos interdependentes.

A necessidade de novas institucionalidades foi igualmente sublinhada. A crítica às instituições existentes não basta: é preciso imaginar mecanismos de decisão e de participação que reconheçam a diversidade cultural e valorizem práticas já enraizadas nos territórios. Conselhos comunitários, arranjos de autogestão e experiências de democracia direta foram lembrados como exemplos de caminhos possíveis, em que se esboça uma reinvenção da política a partir do comum.

A comunicação concluiu afirmando que, embora a crise societária represente ameaça às conquistas sociais, ela também abre espaço para experimentação política e para a reconstrução das formas de convivência e revalorização do comum. O futuro não está determinado: dependerá da capacidade de articular práticas dispersas, ampliar o envolvimento coletivo e formular projetos compartilhados de sociedade. O reconhecimento das práticas populares e das iniciativas emergentes foi apontado como condição para construir horizontes societários mais justos e democráticos.

2. Interações finais e convergências

A parte final da mesa foi dedicada ao diálogo entre participantes e à sistematização das ideias discutidas. As intervenções retomaram pontos centrais das exposições e trouxeram complementações que reforçaram a leitura da crise societária como fenômeno estrutural e civilizatório. Foi reiterado que não se trata de conjuntura passageira, mas de colapso mais profundo, que envolve tanto a esfera política e econômica quanto os processos de socialização, os imaginários coletivos e as formas de reprodução da vida.

Foi ressaltado que a crise se expressa por múltiplos sinais. Entre eles, a fragilização das instituições, a instabilidade do Esta-

do-nação, a precarização do trabalho, o endividamento generalizado das famílias e a difusão de dispositivos de financeirização como o Pix e as plataformas de apostas. Esses elementos foram considerados indícios de que a crise não pode ser explicada apenas como disfunção administrativa, mas como resultado da lógica própria do capitalismo contemporâneo. A articulação entre escala global e experiências cotidianas foi destacada como aspecto que permite compreender a densidade do impasse atual.

Os debatedores também enfatizaram a importância da dimensão ecológica. O colapso ambiental e a emergência climática foram reconhecidos como partes constitutivas da crise civilizatória. A urbanização, ao mesmo tempo em que amplia desigualdades e degrada ambientes, é também o espaço em que emergem práticas de resistência e invenção social. Foi apontado que reconhecer essa dupla face da cidade é fundamental para pensar alternativas políticas.

As contribuições reforçaram ainda a necessidade de observar as práticas sociais que se constituem no cotidiano. Movimentos comunitários, redes de solidariedade, economias locais e experiências culturais insurgentes foram lembrados como sinais de vitalidade da sociedade. Foi destacado que, embora fragmentadas, essas práticas demonstram que a política não se reduz às instituições formais e que a democracia pode ser recriada a partir da vida cotidiana. Nesse ponto, a agenda dos comuns foi reiterada como referência, sublinhando que recursos, territórios e saberes partilhados são fundamentais para a vida coletiva. A noção de "segundo cercamento" foi discutida como obstáculo que precisa ser enfrentado, pois indica a apropriação privada dos predicados da vida e o bloqueio das formas de partilha.

Também foi salientado o papel da comunicação e da disputa de afetos. A circulação de mensagens, a produção de narrativas e a construção de sentidos foram reconhecidas como dimensões centrais na conformação de consensos e resistências. A crise societária, nesse sentido, foi compreendida não apenas como colapso material, mas também como batalha simbólica. O populismo penal e o encarceramento em massa foram lembrados como exemplos de dispositivos que ampliam a dominação e produzem efeitos duradouros sobre a sociedade.

A conclusão do debate destacou que a crise societária exige elaboração teórica, criação institucional e experimentação política. Foi reiterado que não se trata apenas de resistir, mas de formular alternativas. Convergiram as falas em alguns pontos: o reconhecimento da crise como civilizatória; a crítica à fragilidade do Estado-nação e à democracia formal esvaziada; a ênfase no cotidiano como espaço de resistência; a importância de compreender a dimensão ecológica; e a valorização da agenda dos comuns como referência para novos horizontes.

Por fim, o reconhecimento da urgência de repensar a democracia e as formas de convivência social, reafirmando que enfrentar a crise civilizatória implica reconstruir o sentido coletivo da política e da vida comum. Isso é vital.

Da grafia dos gestos à ciência feminista: pensar a vida urbana com teorias do envolvimento

Anita Loureiro de Oliveira

Introdução

"objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados"
(Haraway, 1995).

O presente texto é resultado de um convite para participar do 3º *S[PLURAU] Cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21* em uma mesa sobre a crise societária e tendo como horizonte o diálogo interdisciplinar estabelecido com a sociologia do presente de Ana Clara Torres Ribeiro (2000, 2005, 2012) e a geografia cidadã de Milton Santos (1996). Da autora, ressalto a sensibilidade para o reconhecimento da ação social, em gestos e sinais de resistência; do autor, suas reflexões sobre o lugar e o cotidiano, numa epistemologia da existência igualmente corporificada.

Ana Clara Torres Ribeiro falava da importância de não esquecer a vitalidade das ruas e a sagacidade que permite a sobrevivência da maioria e as múltiplas formas de resistência e insurgências, num contexto de conflitos entre projetos e concepções de mundo. Milton Santos (1996) é referência importante para uma epistemologia da existência, que é fundamentalmente dialógica, e que vislumbra a investigação da ação no cotidiano, entendido pelo autor como espaço contínuo, desde onde se pretende realizar uma análise de conjuntura que, pela corporeidade, considere o sentido relacional do corpo com o espaço.

A noção de sujeito corporificado que alcança o sujeito de direitos – previsto e garantido em lei – ressalta que a corporificação se materializa em sangue, carne e cultura (Ribeiro, 2000). Para a autora, o sujeito corporificado "ao desafiar controles da experiência urbana e a burocratização da existência, alcança o

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_018

direito à definição de sua forma de aparecer e acontecer" (Ribeiro, 2005b). E a autora ressalta que "esse sujeito transforma-se em acontecimento, onde e quando são esperados seu silêncio e o apagamento de sua individualidade" (Ibid.). A centralidade da análise está na sujeita, grafada no feminino, e nas crianças, por serem essas as corporificações que historicamente foram silenciadas e por terem em comum a necessidade de uma afirmação cotidiana para ter sua existência respeitada.

Na escolha pela grafia no feminino em relação à corporificação da sujeita, está a afirmação de uma posicionalidade crítica frente às diversas formas de apagamento e opressão sexista, racista e classista que se expressam também na linguagem, já que a língua falada e escrita também resulta de escolhas e tomadas de posição. Uma leitura corporificada da vida urbana se faz necessária e urgente, diante do fato de que é no corpo que as mulheres sentem cotidianamente as marcas da violência do machismo e da misoginia. Corpos femininos, ou que carreguem as marcas da feminilidade, com interseções de raça, classe, religião, orientação sexual, idade, lugar de nascimento ou moradia (Rodrigues, 2018), são as vítimas mais frequentes da violência de uma sociedade em crise.

A corporificação é relevante para as práticas espaciais e, do mesmo modo, relevante para a execução de pesquisas (Silva, 2017). Para Silva, a luta feminista em torno do direito ao corpo-espaço envolve questões como sexualidade, aborto, gravidez e o medo da violência. O corpo é a condição de existência da força de trabalho, mas é também seu limite, já que constitui o principal elemento de resistência à sua utilização e objetificação (Silva, 2017).

A proposta de método passa pelo reconhecimento de nossa corporificação enquanto analistas da vida urbana e pela busca de um conhecimento situado (Haraway, 1995). A base metodológica que orienta a pesquisa aqui relatada considera fundamentalmente o conhecimento acumulado na experiência cotidiana de grupos sociais e movimentos da sociedade que vão para além do conhecimento científico, sem, contudo, desconsiderar a importância da incorporação crítica de conceitos e métodos de pesquisa acionados na academia. Dessa forma, com base em uma epistemе sensível, dialógica e criativa (Oliveira, 2012), a pesquisa

reúne dados estatísticos, com observações do cotidiano registradas em colagens que pretendem evidenciar imagens-sínteses da violência patriarcal e da crise societária e, em contraste com ações de resistência, registradas em gestos corporificados que sinalizam dores, e a forma como as ações (lutas feministas) insurgem no cotidiano e se inscrevem nos corpos das sujeitas da ação.

Para tanto, o presente ensaio teórico se divide em duas partes, sendo a primeira uma afirmação da posicionalidade e do modo feminista de fazer geografia, que destaca a importância de um "planejamento orientado por teorias do envolvimento", tal como proposto por Ana Clara Torres Ribeiro em seu memorial de promoção a professora titular, pouco antes de seu falecimento em 2011 (publicado em 2012). Na segunda parte do texto, aprofundo uma análise de conjuntura sensível e criativa, que combina dados estatísticos com a leitura corporificada dos gestos que grafam a espaço-temporalidade do imediatamente presente, tendo como referência o momento em que esta reflexão se constrói.

Da grafia dos gestos a uma geografia corporificada, localizada, feminista

O cotidiano, compreendido como escalas da vida coletiva, diária, no contexto atual, pode ser analisado com base na valorização de manifestações observadas nas relações sociais e "projeções da vida urbana que apontam para o alargamento do apartheid social e a perda de valores compartilhados" (Ribeiro, 2005). No texto *Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana,* Ana Clara Torres Ribeiro (2005) estimula a compreensão do cotidiano e afirma que é em busca do tecido social que se constata, a valorização contemporânea do cotidiano e do lugar. Para Ribeiro (2005),

> A crise societária - que surge como violência aberta, preconceito, exclusão e morte - tem exigido o regresso das ciências sociais a temas clássicos: modo de vida, sociabilidade, tecido social. Valorizam-se o cotidiano e o lugar, o senso comum e o espaço herdado, num real anseio por sinais que renovem a crença num futuro melhor, ou que garantam que a sociabilidade continua sendo possível.

A autora questionava "como é possível favorecer a criação e a criatividade que apoiem a ação libertária e a efervescência urbana não manipulada?" E ressaltava a importância de uma perspectiva analítica que combinasse diagnósticos da totalidade social com a observação do "muito pequeno, o detalhe, o sintoma que emerge no gesto aparentemente insignificante. Esse gesto pode abrigar valores culturais essenciais, antigas regras básicas de convívio e esforços de comunicação". No mesmo texto, a autora destaca que

> a ação espontânea sustenta-se na comunicação e em saberes pretéritos, abrindo-se, por sua natureza incerta e tentativa, para a adesão do Outro. Essa potencial adesão advém de expectativas relacionadas ao compartilhamento de valores e ao enredamento identitário, o que impede a captura da ação espontânea por teorias que não valorizem o senso comum, o cotidiano e o lugar.

Certamente, nossas Geografias Corporificadas têm inspirações na provocação que Milton Santos (1996) faz ao afirmar que a epistemologia da existência trata do existir como condição para ver o mundo, o que "inclui, em primeiro lugar, a emoção". Para Santos, a razão reduz a força de descobrir, enquanto a emoção, ao contrário, nos leva a ser originais. Para Milton Santos, 'o papel do geógrafo também se estende à produção do político. O cotidiano é um produtor do fenômeno político na medida em que mostra como as diferenças se estabelecem aconselhando a tomada de posições. O cotidiano também sugere um outro par de dimensões: de um lado as normas e, de outro lado, a espontaneidade. O mundo de hoje é o mundo de normas. Mas, felizmente, o cotidiano também nos apresenta possibilidades para a espontaneidade. E tanto a norma como a espontaneidade têm que ver com o espaço, com a forma como o espaço se constitui.

Nesse sentido, esta parte inicial do texto centra a análise nas escolhas metodológicas apresentadas para a pesquisa. Uma orientação importante é a decisão por construir conhecimento, a partir da compreensão de que nossa forma de pesquisar tem a ver com o lugar desde onde pesquisamos. Isso se aproxima da geometria do poder, de que nos fala Doreen Massey (2008; 2017),

mas também com o que Donna Haraway (1995) ressalta sobre o valor dos saberes situados, corporificados, parciais, localizados, críticos, que formem redes de conexões e articulem a política e a epistemologia. De acordo com a autora,

> As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica." (Haraway, 1995, p.15)

Para Haraway (1995), as feministas não precisam de uma doutrina de objetividade, mas vale ressaltar que "precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro". A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, que se sabe parcial, e que nega uma visão pretensamente universal ou neutra, mas que é masculina e branca da ciência.

Já Sandra Harding (1993) trata da necessidade de um projeto de ciência sucessora que considere a diferença e a multiplicidade radical dos conhecimentos locais. A base epistêmica feminista questiona as regras do jogo científico internacional e propõe outros parâmetros para o pensamento crítico. Linda Alcoff (2016), com sua "epistemologia para a próxima revolução", enfatiza que as questões epistemológicas devem possuir o mesmo grau de preocupação e comprometimento que possuem as questões de ordem política. Alcoff cita Sylvia Wynter (1982) para argumentar que o problema epistemológico deve ser central para a próxima fase da luta revolucionária, pois cientificismo, positivismo, autoridade masculina, elitismo e eurocentrismo devem ser desembaraçados do processo pelo qual um conhecimento libertador é desenvolvido. O projeto de decolonizar a ciência requer uma explicação do relacionamento entre política e ações normativas. Para Japiassu (2001), à ideologia e filosofia masculinas somou-se

a forma especialmente virulenta de machismo produzida pelo cristianismo, que criou uma tradição de misoginia sem precedentes e inigualável.

O controle sobre os corpos femininos é algo que se desenha historicamente, junto a um projeto de dominação mais amplo: uma tentativa do Estado e da Igreja de transformar as potencialidades dos indivíduos em força de trabalho, tal como revela Silvia Federici (2017) ao analisar como o capitalismo enfrentou as mulheres em diferentes momentos históricos. Dentre os sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir, Federici (2017) ressalta a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher de língua afiada, a que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos à rebelião, entre outras insubordináveis.

A respeito das formas de institucionalização do controle sobre o corpo feminino, o controle sobre a fertilidade/fecundidade feminina é uma das mais evidentes expressões de um projeto de poder, no qual o controle estatal (institucional) sobre os corpos das mulheres passa pelo controle dos corpos subalternizados. Na análise feita por Federici (2017), foram os efeitos da intervenção estatal contra o corpo proletário na era moderna e os de uma "caça às bruxas" que provocaram (e ainda provocam) uma subalternização das mulheres. Para Silvia Federici (2017), o processo de institucionalização do controle estatal sobre o corpo feminino é algo que precisa ser enfatizado para que se possa dar visibilidade às estruturas ocultas de dominação e exploração e evidenciar como é profunda e dolorida a ferida do machismo na vida social.

O capitalismo combinou a feminização da pobreza, pela desvalorização da posição social das mulheres pela não remuneração do seu trabalho (seja o doméstico, de cuidado ou no campo), com o controle estatal sobre seus corpos (Oliveira, 2018). Especialmente em sociedades marcadas pelo colonialismo, pela escravidão e pelo patriarcalismo é preciso dar prioridade à luta interseccional (raça-classe-gênero) e concordar com Angela Davis; assumindo a necessária colaboração para o fortalecimento de um movimento feminista internacional – ao mesmo tempo antirracista, anti-imperialista, anti-heterossexista e anti-neoliberal – que para a autora, já está em andamento.

Mas como os feminismos nos desafiam a pensar espacialmente com o corpo todo? Muitas têm sido as inspirações dos feminismos negros e comunitários nesse percurso e a Geografia Corporificada que mobilizamos na pesquisa trata desse reconhecimento de que não apenas a mente, mas o corpo, o fígado e o coração participam de reflexões teóricas e contemplações filosóficas (Walsh; Rodrigues, 2021, p. 73), quando pensamos e criamos metodologias que inaugurem e/ou recuperem formas de pensar e aprender-ensinar que escapem de um foco único nas estratégias da razão ocidental, ou quando (geo)grafamos espaços acadêmicos com liberdade criativa, afeto e diálogo, de maneiras insurgentes e insubmissas, quando usamos a arte para alcançar a sensibilidade necessária a uma ciência compromissada com a transformação social

> Os gestos-fio elaborados pela ação espontânea, ou seja, pela ação não planejada ou apenas singelamente concebida, são portadores dos valores compartilhados por um determinado povo, etnia, camada social ou grupo. Essa ação pode criar lugares onde, antes, só havia espaço e racionalização. Da mesma forma, essa ação pode superar, mesmo que apenas por pouco tempo, a cotidianidade alienada, quando manifesta a fraternidade e a irredutível pertença (Ribeiro, 2012).

Aprender com Ana Clara Torres Ribeiro a importância dos elos e gestos-fios que costuram o tecido social esgarçado pela crise é importante para o reconhecimento de que

> Existem elos (ir)relevantes entre cotidiano, lugar, indivíduo e pessoa. Através desses elos, tudo acontece e adquire sentido, permitindo a individuação e o pertencimento, e também nada importa ou tem significado, já que cada gesto pode ser envolto em enredos da cotidianidade alienada e na indiferença. Essas ondulações da tessitura do social, inscritas no chão de historicidade, construído por influências institucionais, como esclarece Alain Touraine (1984), formam as condições espaço-temporais da ação social. É nessas condições que a sociabilidade pode ser alimentada ou destruída por uma atitude, um gesto, uma palavra, um sorriso ou um olhar (Ribeiro, 2012)

Na reflexão de Robyn Longhurst (2014), o corpo é um instrumento de pesquisa, e as possibilidades de operacionalizar essa faceta metodológica revelam uma mudança da abordagem sobre o corpo na geografia. É interessante notar que Longhurst afirma que os corpos finalmente "são parte de uma imaginação geográfica específica, mas ainda há muitos lugares, e algumas subdisciplinas, que limitam essa discussão." No diálogo com a autora, Rossi aponta que a obra da autora explicita "um longo e interessante processo de pesquisa social e reflexões sobre as dimensões material, subjetiva e fluída do corpo, e respectivamente, como ele é potencialmente subversivo, abjeto ou marginalizado quando feminilizado, afeminado ou dissonante em diferentes espaços" (Longhurst, 2014). Os estudos de Robyn Longhurst (2014) mostram-se bem variados, envolvem atualmente temáticas como as geografias emocionais e afetivas – espaço, amor, maternidade e tecnologias de informação e comunicação, corpos grávidos, obesidade, o cozinhar e os alimentos no contexto de mulheres migrantes (Longhurst, 2014). Não obstante, a trajetória da autora também resulta em uma importante contribuição aos debates teóricos/ epistemológicos sobre o feminismo e a geografia, violência sexual, corpos grávidos e espaços públicos, corpo, casa, masculinidades, espaços de abjeção e diferença sexual (Longhurst, 2014).

Para Silva, Ornat e Chimim Junior (2019), a obra de Henri Lefebvre é potente para produzir uma base analítica para o processo de corporificação do conhecimento geográfico, ainda que a filosofia lefebvreana utilizada na geografia brasileira tenha sofrido filtragem interpretativa que privilegiou o espaço da produção econômica. Embora a maior parte das referências ao pensamento de Henri Lefebvre estejam associadas ao marxismo e à noção de produção do espaço pelo caráter das relações sociais e econômicas capitalistas, a obra do autor trata do corpo humano como capacidade de produzir espaço e como um meio pelo qual as pessoas podem retomar o poder sobre sua vida cotidiana.

Silva et al (2019) ressaltam aspectos do que Lefebvre (1991 apud Silva et al, 2019) chamou de 'espaço diferencial', potencializado pelo corpo, e que já inspiravam as geografias feministas com a "integração de assuntos considerados 'pessoais' para a discussão da esfera pública e do acesso à cidade, como a violên-

cia doméstica, o feminicídio, a violência sexual, estupro, aborto, divórcio, maternidade e assim por diante" (Silva, et al, 2019, p.74).

Para Silva et al (2019), "as resistências podem ser concebidas a partir do corpo humano, dotado de capacidade corpórea de produzir espaço de existências não hegemônicas" e tal entendimento, além de basilar na geografia feminista, é fundamental para a compreensão dos modos feministas de analisar as espacialidades (idem, p.68). De acordo com essa compreensão, "Os corpos são produtores de espaço quando reinventam e se apropriam da vida, rompendo com a lógica do 'espaço abstrato' constituindo o que ele chama de 'espaço diferencial'" (ibidem, p.70)

Dessa forma, a leitura corporificada, localizada e posicionada do cotidiano e do lugar traz "a necessidade de refletir sobre o não-dito, o invisível, o anônimo (Ribeiro; Lourenço, 2001), e também sobre aquilo que se duvida valer a pena tentar dizer". Pensar a vida urbana de modo corporificado e localizado nos permite pontuar o que nos fere no cotidiano violento da política dominada pela ação do homem, masculinista e misógino que sempre esteve no poder, mas que tem ampliado as formas de controle e perversidade sobre a vida das mulheres, quando percebe que a luta é cotidiana e que sempre haverá resistência por parte das mulheres.

Uma análise sensível da conjuntura: vitimização e agência de mulheres e crianças

O seminário que motivou a escrita deste texto ocorreu em uma semana na qual, mais uma vez, a pressão subiu na Câmara dos Deputados, com o avanço do conservadorismo criminoso que ameaça à vida de mulheres e crianças: uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 164/2012 – conhecida como a PEC do Estuprador - que pretende proibir o aborto legal para as crianças vítimas de estupro. Oriundo do Projeto de Lei (PL) 478/2007, conhecido como Estatuto do Nascituro, essa movimentação violenta e conservadora visa colocar os direitos dos embriões acima dos direitos das gestantes. A ideia de "proteger a vida desde a fecundação", elimina o direito ao aborto em casos de violência sexual ou risco de vida para a gestante, direitos garantidos pela lei brasileira há mais de 80 anos.

Tal como tratado em momento anterior (Oliveira, 2018), ao tentar constranger a mulher e dificultar a denúncia do crime de estupro, projetos de lei e propostas de emendas constitucionais seguem retirando direitos conquistados pelas mulheres vítimas de violência sexual e criminalizando quem apoie a mulher em situação de abortamento. As propostas incluem criminalização da vítima de violência sexual, que terá que provar que sofreu o crime e perderá a garantia do fornecimento da pílula do dia seguinte, além de não ser mais informada sobre seus direitos legais e sobre os serviços sanitários disponíveis (Oliveira 2018)[1].

Poucos meses depois de uma mobilização histórica contra o PL 1904/24, o chamado PL Antiaborto, a proposta de alteração do Artigo 5º da Constituição Federal para inserir a expressão "desde a concepção" na inviolabilidade do direito à vida segue sendo uma forma de atacar o direito das mulheres a decidirem pelos seus próprios corpos. Na prática, a PEC quer garantir proteção absoluta ao embrião e ao feto, como se fossem nascidos vivos e vai proibir que vítimas de estupro possam abortar, vai "forçar pessoas cuja gravidez representa um risco à sua vida a seguirem com a gestação e parirem, mesmo que isso as leve à morte" e pode "levar à proibição da fertilização in vitro, já que esse processo leva à perda e ao descarte de embriões já fecundados ("concebidos") e das pesquisas com células tronco, que usam células embrionárias para tentar curar doenças graves"[2].

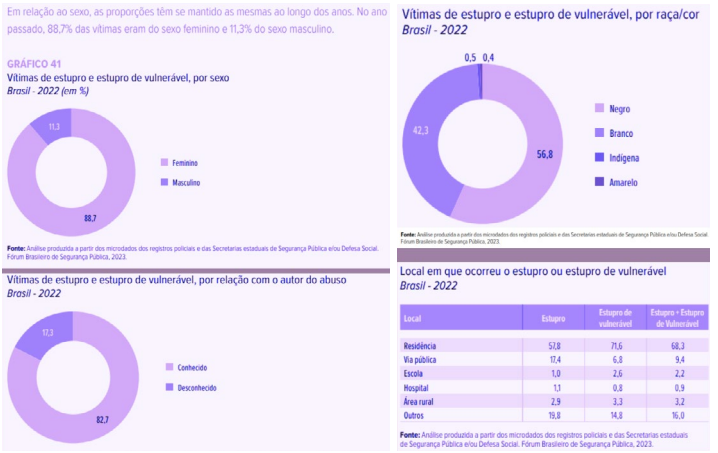
---

[1] De acordo com a reportagem "Ofensiva na Câmara para complicar atendimento à vítima de abuso sexual", de Mariana Rossi, publicada na edição brasileira do Jornal El País, em 22 de outubro de 2015, uma série de projetos de lei pretendem dificultar o acesso ao aborto por mulheres vítimas de abuso sexual (como o PL5069/13) e criminalizar a ação de profissionais da saúde que atendem às vítimas. A reportagem revelaram a investida moralista contra os direitos das mulheres, citando o projeto de Lei (PL) 7443/2006, que dispõe sobre a inclusão do aborto na modalidade de crime hediondo; o PL 1545/2011, que impõe ao médico que praticar o aborto uma pena de prisão que vai de seis a vinte anos; a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 164/2012, que versa sobre a inviolabilidade do direito à vida "desde a concepção", incluindo, portanto, o embrião; e o PL 5069/2013, que passa a considerar crime contra a vida o anúncio de substância ou objeto destinado à interrupção da gravidez e a orientação de gestantes para o procedimento, com pena de até dez anos de reclusão. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/23/politica/1445557952_906110.html Acesso em: 12 jun. 2016.

[2] *#CriançaNãoÉMãe* representa uma ação de luta de parte da sociedade brasileira para que nenhuma criança seja obrigada a seguir com uma gestação resultante

Dados divulgados por pesquisadores do IPEA indicam que apenas 8,5% dos estupros no Brasil são reportados às polícias e 4,2% através dos sistemas de informação da saúde (Ferreira et al, 2023). Segundo a estimativa produzida pelos autores, o patamar de casos de estupro no Brasil é da ordem de 822 mil casos anuais, sendo que 6 em cada 10 vítimas são vulneráveis com idades entre 0 e 13 anos, sendo vítimas de familiares e outros conhecidos (Ferreira et. al, 2023).

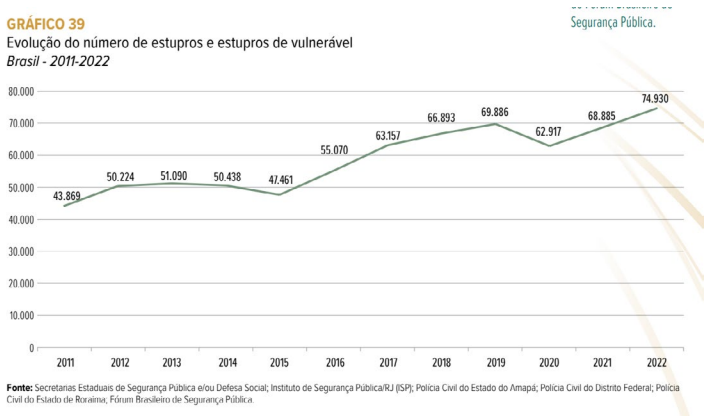
Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023)



As crianças e adolescentes continuam sendo as maiores vítimas da violência sexual no país: 10,4% das vítimas de estupro eram bebês e crianças com idade entre 0 e 4 anos; 17,7% das vítimas tinham entre 5 e 9 anos e 33,2% entre 10 e 13 anos. Ou seja, 61,4% tinham no máximo 13 anos (idem). Aproximadamente 8 em cada 10 vítimas de violência sexual eram menores de idade. Os dados divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelam um cenário devastador: o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas.

de estupro. Disponível em: https://criancanaoemae.org.br/#block-42934 Acesso em: 2 mar. 2025.

Evolução do número de estupros e estupros de vulnerável



Em um levantamento de notícias sobre estupro de crianças, o resultado é alarmante. Mais de 100 crianças e adolescentes de até 14 anos são estupradas por dia no Brasil. Muitas delas são bebês de poucos dias, e há registros de perversidades que revelam o tamanho da crise que vivemos.

Fotocolagem de notícias sobre estupro de crianças e adolescentes da apresentação realizada no 3º S[PLURAU] Cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21



A crise societária, segundo Ana Clara Torres Ribeiro, é a crise que vai muito além da crise econômica e da crise política; inscreve-

-se nos conflitos de base filosófica, humanista e política; inscreve-se no tecido social, nos confrontos fundiários, no espaço construído das cidades — em especial nas metrópoles. Mas o drama da violência está também nas casas, nas famílias, nos espaços privados.

Nas palavras de Ana Clara, "não se trata de crise da modernidade, de crise do capitalismo, de crise da civilização ocidental. É tudo isso, mas não é bem isso" (Ribeiro, 2012, p. 86). É a crise dos valores sociais e das referências existenciais, que "sinaliza o esgotamento da modernidade e dos projetos civilizatórios" (Ribeiro, 2012, p. 67), produto dos "impactos culturais da hegemonia do capital financeiro, da excessiva racionalização das interações sociais e o monitoramento mercantil do espaço herdado" (Ibid.). A crise societária, em sua visão, é a crise das totalidades sociais.

A crise societária corresponde à fragilização dos processos de socialização e, portanto, de orientações institucionais relacionadas à tessitura das interações sociais, ao compartilhamento de valores e, inclusive, ao uso dos mesmos códigos na comunicação diária. Para Ana Clara, a conjuntura social "destaca a sociabilidade, a urbanidade, as múltiplas formas de controle social, os estereótipos e preconceitos e os aprendizados que constroem o senso comum" (Ribeiro, 2012, p. 56-57), diferenciando-se "dos estudos de conjuntura conduzidos prioritariamente por indicadores sociais" (Ibid., p.57).

Fotocolagem de ações feministas corporificadas utilizada na apresentação realizada no 3º S[PLURAU] Cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21



Doreen Massey (2000; 2017) sugere uma imaginação de espaço que incorpore as geometrias de poder, pois para ela, "o espaço é a dimensão da coexistência e da multiplicidade" e o reconhecimento da coetaneidade é um aspecto relevante da "mente geográfica", pois "apenas com o reconhecimento da coetaneidade que é possível começar a examinar as muitas relações de poder e as interdependências que configuram esses lugares juntos e influenciam a evolução de seus personagens e de suas trajetórias" (Massey, 2017).

Conquista-se espaço através de atos que confrontam a reprodução sistêmica da vida urbana. Trata-se de apropriações do espaço expressivas de racionalidades alternativas ainda em processo de sistematização. Porém ensaios dessa sistematização são identificáveis na repetição de formas de apropriação espacial por distintos atores políticos e movimentos sociais. Nessa repetição, é possível reconhecer sintomas de que se encontra em germinação uma outra cidade (Santos, 2000), bem diferente daquela imaginada pelos que anseiam pela materialização, no país, da face luxuosa, gestora e contemplativa da cidade global (Ribeiro, 2005)

Uma abordagem feminista sobre o cotidiano e os lugares das mulheres e crianças traz ainda mais corporeidade à análise, uma vez que ser mulher é ter o corpo em evidente controle externo (objetificação). O conhecimento parcial do feminismo evidencia que a vivência urbana é radicalmente diferente para homens e mulheres e bastante mais difícil para as mulheres negras, trans e/ou habitantes das periferias, que são as que mais frequentemente sofrem os impactos deste padrão de urbanização excludente e patriarcal.

Considerações finais

Este trabalho é parte de uma reflexão-ação que vem sendo feita por diferentes frentes da ciência acerca da insubmissão diante da histórica negação do corpo na Geografia (Silva, 2009, 2013, 2019, 2023; Oliveira 2012, 2019, 2021). As geografias feministas resistem aos preconceitos e apagamentos para compre-

ender o fazer geográfico em uma perspectiva que problematiza os paradigmas que fundamentam a produção acadêmica dominante e que, frequentemente, resulta da ação daqueles que não reconhecem as demandas e contribuições das mulheres desqualificando o que afeta nossa vida cotidiana.

Consolidar uma episteme que valoriza o sujeito, a subjetividade de suas ações, por meio de um diálogo sensível e criativo da ciência geográfica com uma ampla diversidade de conhecimentos e saberes: populares, ancestrais e do senso comum é algo que está nas práticas de ensino, pesquisa e extensão e em geografias corporificadas e feministas que fortalecem os elos entre mulheres frente a um cotidiano de luta e resistência.

Todo conhecimento tem um grande componente de coletividade, que buscamos não apenas reconhecer, como potencializar em nossos fazeres cotidianos, aprendendo, inventando e ensinando comunidades (hooks, 2021) nas salas de aula e nos nossos espaços de pesquisa e ação. A análise espacial corporificada alcança as espacialidades de existências negadas por meio da escuta sensível das vozes quase silenciadas, que precisa ser acompanhada de uma leitura interpretativa de gestos.

Referências

ALCOFF, Linda Martín. *Uma epistemologia para a próxima revolução*. Tradução: Cristina Patriota de Moura. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 67-78, jan./abr. 2016.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2023. 357 p. Anual.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe.* São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, H.; COELHO, D. S. C.; CERQUEIRA, D.; ALVES, P.; SEMENTE, M. *Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), p. 07-41, 2009.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.

hooks, bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Editora Elefante, 2021. 295 p. ISBN 978-65-872235-41-7.

JAPIASSU, Hilton. O projeto masculino machista da ciência. In: **SOARES, Luiz Carlos** (org.). *Da revolução científica ao big business Science: cinco ensaios sobre a história da ciência e a tecnologia*. São Paulo: Hucitec / Niterói: Eduff, 2001. p. 44-69.

LONGHURST, Robyn. [Entrevista a Rodrigo Rossi]. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 230-236, ago./dez. 2014.

MASSEY, Doreen. O sentido global de lugar. In: **ARANTES, A.** *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 177-185.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. A mente geográfica. *Revista GEOgraphia*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 19, n. 40, mai./ago. 2017. ISSN 1517-7793.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. Por uma episteme dialógica, sensível e criativa: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. *Revista Tamoios (UERJ/FFP)*, São Gonçalo (RJ), ano 8, n. 1, p. 13-29, jan./jun. 2012. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/3293. Acesso em: 20 jul. 2018.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. *PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 111–140, 2018. DOI: 10.5965/1984724619402018111. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724619402018111. Acesso em: 2 mar. 2025.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 24, n. 1, jan./abr. 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez. 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: **SILVA, Cátia Antonia** (et al.). *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005b.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; LOURENÇO, Alice. Discurso tentativo sobre o anonimato. *Estado e Sociedade*, v. 16, n. 1/2, 2001.

RODRIGUES, Carla. 2017, o ano das bruxas em ação. A revolução será feminista. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 11, n. 12b, jan. 2018.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma espitemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, 1996.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. 1. ed. Ponta Grossa, PR: Toda Palavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Corpo, corporeidade e espaço na análise geográfica. In: **HEIDRICH, Á.; COSTA, B.; PIRES, C.** (orgs.). *Maneiras de ler: geografia e cultura*. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; CHIMIN Jr, Alides Baptista (orgs.). *Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; CHIMIN JUNIOR, Alides B. 'Não me chame de senhora, eu sou feminista'! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. *Geographia (UFF)*, v. 19, p. 11-20, 2017.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN Jr, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, p. 63-77, jul./dez. 2019.

Parte 6

Das distopias tecnológicas às possibilidades técnicas do presente

Das distopias tecnológicas às possibilidades técnicas do presente

– Relatoria[1] *–*

Manoel Lemes da Silva Neto

Apresentação

A mesa redonda "Das distopias tecnológicas às possibilidades técnicas do presente" reuniu Edilaine Cunha (USP), André Pasti (UFABC) e Gilberto Vieira (PUCPR | data_labe), sob a coordenação de Fábio Tozi (UFMG). O debate propôs refletir sobre o papel das tecnologias e das técnicas contemporâneas na produção do espaço urbano e nas formas de sociabilidade que se organizam a partir delas. Buscou-se compreender se a aceleração tecnológica, frequentemente associada à ideia de inovação e eficiência, constitui também um campo de desigualdades, de novas formas de controle e de reconfiguração do trabalho e do cotidiano.

Na abertura, Fábio Tozi observou que o ponto de partida da mesa não é o entusiasmo diante do avanço técnico, mas a necessidade de pensar criticamente as condições históricas de sua produção e uso. A técnica, afirmou, não é neutra: expressa projetos de sociedade e carrega contradições que se refletem no território. A intenção do debate, portanto, foi tensionar a oposição entre o discurso distópico, que associa tecnologia à alienação e ao controle, e o discurso utópico, que a idealiza como solução universal. Mais do que opor técnica e política, o propósito foi compreender como ambas se entrelaçam na construção das cidades e na definição de suas possibilidades de transformação.

[1]Relatoria produzida com base na diarização completa das falas da mesa "Das distopias tecnológicas às possibilidades técnicas do presente", conforme gravação pública disponível no canal do LADEUR no YouTube, realizada durante o 3º S[PLURAU] Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo. O texto foi redigido em formato descritivo-interpretativo, sem extrapolações conceituais em relação às comunicações originais.

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_019

As exposições apresentadas ao longo da mesa desenvolveram leituras convergentes nesse sentido, articulando o exame de experiências e práticas concretas com discussões teóricas sobre redes, plataformas e circulação de informação. Em comum, sustentaram que a técnica é parte constitutiva da vida social e que o desafio contemporâneo consiste em reapropriá-la como instrumento de emancipação, não de subordinação. As comunicações abordaram, em diferentes perspectivas, a dimensão política das tecnologias, suas implicações territoriais e as possibilidades de criação coletiva no presente.

1. Exposições

1.1. Técnica, imaginário e política da vida urbana

Na exposição de Edilaine Cunha, discutiu-se a relação entre técnica, imaginário e vida urbana, tomando como ponto de partida a ideia de que o domínio técnico não é um campo autônomo nem uma esfera puramente instrumental, mas um modo de organização social. A autora destacou que as tecnologias contemporâneas, ao mesmo tempo em que expandem capacidades humanas, impõem novas formas de dependência e controle, transformando a maneira como se percebe e se habita o espaço urbano. A reflexão buscou desvendar os fundamentos políticos que sustentam o imaginário tecnológico dominante — aquele que identifica progresso com automatização e inteligência com cálculo —, evidenciando como esse imaginário produz desigualdades e orienta a própria concepção de cidade.

Para desenvolver esse argumento, Edilaine apoiou-se em recursos visuais, utilizando imagens e sequências projetadas que dialogavam com a fala e reforçavam a dimensão sensível de sua análise. As imagens — de obras de arte, cenas urbanas e registros do cotidiano — foram tratadas como parte integrante da argumentação, não como ilustrações, mas como modos de pensar visualmente a técnica e seus efeitos sobre o imaginário urbano. A autora demonstrou como o olhar técnico molda não apenas os instrumentos, mas também a forma de ver e repre-

sentar a cidade, produzindo uma estética da funcionalidade que tende a apagar conflitos e singularidades.

Inspirando-se em autores que repensam a técnica em sua dimensão histórica e social, Edilaine observou que o discurso da inovação tende a apagar o trabalho coletivo, as materialidades e as relações sociais que sustentam o funcionamento técnico. A técnica, afirmou, é sempre prática social, resultado de interações entre saberes, corpos e territórios. Essa perspectiva desloca o olhar da tecnologia como artefato para a técnica como relação e permite compreender como o urbano se torna laboratório de experimentações sociais, econômicas e simbólicas. A ênfase recaiu, portanto, sobre a necessidade de recuperar a dimensão política da técnica — não como simples ferramenta de gestão, mas como linguagem que traduz valores e modos de vida.

Edilaine problematizou o modo como a tecnificação das políticas urbanas tem reduzido o espaço da deliberação pública. O uso intensivo de indicadores, algoritmos e instrumentos de modelagem territorial, ainda que apresentem aparência de neutralidade, reconfigura o campo decisório e desloca a política para esferas técnicas pouco acessíveis à população. Essa tecnocracia difusa, argumentou, produz uma nova forma de exclusão, em que as decisões sobre o território passam a ser mediadas por protocolos e lógicas de eficiência. A autora alertou que, ao se naturalizar o discurso da objetividade técnica, o planejamento perde sensibilidade para o conflito e para a pluralidade de experiências que compõem o urbano.

A análise propôs, como contraponto, o reconhecimento das práticas cotidianas e dos saberes populares como formas de técnica social. Os modos de construir, de ocupar e de manter o espaço, muitas vezes invisibilizados pelo urbanismo oficial, expressam inventividade e cooperação, constituindo respostas concretas às carências e contradições do desenvolvimento urbano. Edilaine destacou que é nesse campo da vida ordinária que se encontram possibilidades de reapropriação da técnica — entendida como capacidade coletiva de agir sobre o mundo e de transformá-lo. Essa leitura desloca a técnica do domínio das máquinas para o domínio da ação, recuperando sua dimensão criadora e política.

A comunicação também abordou a ambiguidade das tecnologias digitais. Se, por um lado, intensificam o controle e a mercantilização da vida, por outro, abrem espaços de organização, comunicação e solidariedade. A questão, portanto, não é rejeitar a tecnologia, mas disputá-la. A autora argumentou que as tecnologias podem ser reorientadas por valores de justiça social, sustentabilidade e democracia, desde que se reconheça sua historicidade e se amplie a participação coletiva em seus processos de concepção e uso. A técnica, nesse sentido, torna-se campo de disputa simbólica e material, no qual se definem as possibilidades de futuro urbano.

Ao final, Edilaine enfatizou que enfrentar as distopias tecnológicas requer reconstruir a confiança na ação comum. O desafio é pensar o presente a partir das possibilidades da técnica, e não apenas de seus riscos. Essa inflexão implica deslocar o foco da máquina para a relação, da eficiência para o cuidado, do cálculo para a vida. Recuperar o sentido social da técnica, concluiu, é afirmar que a cidade é uma obra coletiva, resultado de práticas, afetos e saberes que nenhuma tecnologia substitui.

1.2 Plataformas, trabalho e a disputa pelo comum digital

Na exposição de André Pasti, discutiu-se o papel das plataformas digitais na organização contemporânea da vida urbana e nas novas formas de mediação entre trabalho, comunicação e território. O expositor partiu da constatação de que as cidades se tornaram ambientes cada vez mais dependentes de infraestruturas informacionais — redes de dados, sistemas logísticos, aplicativos de transporte e delivery — que reconfiguram práticas cotidianas e relações sociais. Essas plataformas, observou, não apenas organizam fluxos, mas produzem poder, pois controlam a visibilidade, a circulação e o acesso ao espaço urbano. A análise procurou revelar como essa plataformização amplia desigualdades, concentrando renda e informação em poucos agentes corporativos.

Inspirando-se em abordagens críticas da economia política da comunicação, André Pasti destacou que o controle dos dados equivale, hoje, ao controle do território. As plataformas tornam-se dispositivos de governo do urbano: definem rotas,

otimizam deslocamentos, mapeiam preferências e modulam comportamentos. Essa racionalidade algorítmica cria uma nova topografia do poder, em que o espaço físico e o digital se entrelaçam. O cotidiano é atravessado por dispositivos que monitoram e classificam, transformando a vida em fonte contínua de valor. Para o expositor, compreender a cidade contemporânea requer examinar a economia dos dados como dimensão central do urbanismo.

A comunicação abordou também o impacto dessas transformações sobre o trabalho. A lógica de conexão permanente dissolve fronteiras entre tempo produtivo e tempo livre, gerando novas formas de precarização. Trabalhadores de aplicativos e profissionais autônomos, dependentes de avaliações e pontuações, exemplificam o modo como o controle algorítmico se estende à subjetividade. André Pasti relacionou essas mudanças ao enfraquecimento dos direitos coletivos e à fragmentação das identidades laborais, observando que o discurso da flexibilidade encobre relações de dependência e vigilância. A cidade, nesse sentido, torna-se laboratório de experimentação para modelos de gestão baseados em dados.

O expositor ressaltou, contudo, que o campo digital não se reduz à lógica corporativa. Nas brechas do sistema, emergem iniciativas de comunicação comunitária, redes solidárias e plataformas cooperativas que buscam reapropriar a tecnologia como bem comum. Projetos de mapeamento participativo, bases de dados abertos e experiências de software livre foram citados como exemplos de contra-uso das infraestruturas digitais. Essas práticas, ainda que dispersas, demonstram que o digital pode servir à construção de autonomia e à ampliação da cidadania informacional. O desafio, segundo André Pasti, é transformar o conhecimento técnico em capacidade política.

Outro ponto enfatizado foi a necessidade de compreender o território como campo híbrido, atravessado por infraestruturas tangíveis e intangíveis. As redes de cabos, antenas e servidores, embora invisíveis, condicionam o funcionamento da cidade e o acesso aos serviços públicos. A análise propôs pensar essas infraestruturas como parte do urbanismo, pois nelas se inscrevem escolhas sobre quem participa da comunicação

e em que condições. A inclusão digital, portanto, não é apenas questão de acesso, mas de poder: diz respeito a quem controla as redes, os dados e os fluxos de informação que estruturam o espaço urbano.

Ao final, André Pasti destacou que disputar o comum digital implica repolitizar a técnica. As infraestruturas, afirmou, são construções sociais que podem servir tanto à dominação quanto à cooperação. A emancipação tecnológica depende de instituir formas coletivas de gestão e de conhecimento, capazes de enfrentar a privatização dos dados e de afirmar a comunicação como direito. A reapropriação do digital, concluiu, é parte da luta pelo direito à cidade: um direito não apenas de ocupar o espaço, mas de participar da produção das linguagens e dos circuitos que o configuram.

1.3 Dados, narrativas e o direito à produção de informação

Na exposição de Gilberto Vieira, discutiu-se o papel dos dados na conformação das desigualdades urbanas e o potencial da produção comunitária de informação como instrumento de transformação social. O expositor partiu da experiência do data labe (https://datalabe.org/), laboratório de dados localizado no Complexo da Maré (RJ), para refletir sobre como a coleta, o tratamento e a circulação de informações afetam o modo como as populações são vistas, representadas e governadas. Destacou que a cidade contemporânea é atravessada por uma intensa disputa narrativa, na qual os dados se tornam matéria-prima do poder e da política.

Gilberto argumentou que os sistemas de informação dominantes não apenas descrevem a realidade: eles a produzem. Ao decidir o que medir, como medir e com que finalidade, o Estado e as corporações definem também o que existe socialmente. Essa "economia política dos dados" sustenta políticas públicas e decisões privadas que, muitas vezes, reforçam estigmas e invisibilizam territórios. A ausência de dados confiáveis sobre favelas, periferias e populações negras foi citada como exemplo do modo como a desigualdade se inscreve nas próprias formas de conhecimento. Produzir informação, nesse contexto, é também disputar o direito à representação.

O expositor mostrou como o data_labe busca tensionar esse cenário por meio de práticas colaborativas de pesquisa e comunicação. O laboratório atua na formação de jovens de territórios populares, promovendo o uso crítico de tecnologias digitais e a leitura cidadã dos dados. A partir de oficinas, reportagens e visualizações, o grupo procura ressignificar a produção de informação como ferramenta de autonomia. Gilberto enfatizou que o objetivo não é apenas corrigir estatísticas, mas construir narrativas capazes de revelar o cotidiano e a complexidade das periferias — narrativas que escapam à lógica da carência e do controle.

A comunicação destacou ainda que os dados carregam uma dimensão afetiva e estética. Cada planilha, mapa ou gráfico contém escolhas de linguagem e de visualidade que moldam a percepção pública. O modo como a informação é apresentada — se como ausência, ameaça ou potência — influencia diretamente o imaginário urbano. O expositor propôs que a política dos dados deve ser também uma política das imagens: tornar visível o que foi apagado e reconstruir a sensibilidade social em torno dos territórios marginalizados.

Gilberto problematizou o discurso de neutralidade tecnológica, argumentando que a extração e o processamento de dados são práticas situadas, atravessadas por relações de poder. A quem servem os algoritmos, perguntou, e quais corpos são sistematicamente preteridos pelas lógicas de classificação? Essa reflexão conduziu à defesa de uma "ecologia informacional" mais justa, em que os próprios grupos sociais possam decidir quais informações desejam produzir e compartilhar. O direito à cidade, afirmou, passa hoje pelo direito à comunicação e à produção autônoma de conhecimento.

Ao concluir, Gilberto destacou que democratizar a informação não é apenas ampliar o acesso, mas transformar as condições de produção. As experiências do data labe mostram que é possível produzir tecnologia e conhecimento a partir das margens, sem subordinar-se à lógica corporativa. Essa prática, contudo, requer políticas públicas de fomento, redes de cooperação e reconhecimento institucional. A construção de uma cultura de dados inclusiva, afirmou, depende do fortalecimento de sujeitos coletivos capazes de narrar suas próprias realidades. Nesse sen-

tido, os dados tornam-se um campo de ação política e simbólica, no qual se decide quem pode ser ouvido, visto e contado.

2. Interações finais e convergências

A parte final da mesa foi marcada por um diálogo intenso entre os participantes e pelo esforço de Fábio Tozi, coordenador, em sintetizar as contribuições e projetar novas possibilidades de reflexão. As intervenções retomaram os pontos de convergência entre as falas, reconhecendo que a técnica, longe de ser neutra, constitui uma dimensão essencial da vida social e, portanto, um campo de disputa política. A partir dessa perspectiva comum, as comunicações reafirmaram que compreender o urbano contemporâneo implica considerar a interdependência entre tecnologia, poder e emancipação.

Edilaine Cunha destacou, em sua réplica, que pensar a técnica é também pensar o imaginário — o modo como as imagens, as linguagens e as políticas de visualidade moldam a percepção do urbano. André Pasti complementou, observando que a plataformização da vida cotidiana exige uma nova crítica política da infraestrutura: os algoritmos, afirmou, são hoje operadores de desigualdade tanto quanto as formas tradicionais de propriedade. Gilberto Vieira, por sua vez, reforçou que a disputa pelos dados é disputa por representação, e que democratizar a informação significa reconhecer o direito de produzir conhecimento a partir das margens.

Fábio Tozi, ao retomar a palavra, sublinhou que essas análises convergem para uma compreensão ampliada da técnica como mediação entre o humano e o mundo. Lembrou que o próprio termo "técnica", na tradição filosófica, refere-se ao fazer — à potência criadora e transformadora da ação coletiva —, e que a tarefa contemporânea é resgatar esse sentido diante da captura tecnológica pelo capital. O coordenador observou que o avanço das plataformas, das redes e das inteligências artificiais não deve ser lido apenas como ameaça, mas como campo de experimentação social. O desafio, afirmou, é reapropriar o conhecimento técnico e os meios digitais de forma cooperativa, orientando-os por valores de justiça, solidariedade e sustentabilidade.

O debate evidenciou, assim, a necessidade de articular crítica e proposição: reconhecer as distopias tecnológicas sem abdicar da imaginação política. As experiências de produção colaborativa de dados, de comunicação comunitária e de criação artística foram apontadas como indícios de que a técnica pode ser reorientada em favor do comum. Nesse sentido, a mesa reafirmou que o futuro não se encontra nas máquinas, mas nas relações que se constroem em torno delas.

Encerrando a sessão, Fábio Tozi agradeceu as exposições e reiterou que a reflexão sobre técnica e tecnologia é inseparável da reflexão sobre democracia e cidade. O que está em jogo, concluiu, é o direito de todos a participar da invenção do presente — direito que só se realiza quando a técnica deixa de ser privilégio e se converte em prática coletiva de criação e cuidado.

Das tendências tecnopolíticas dominantes às contrarracionalidades: caminhos para a resistência no marco da digitalização do território

André Pasti

A experiência urbana recente nas metrópoles e grandes cidades é marcada por uma série de transformações: a presença exaustiva de câmeras de vigilância com processamento automatizado; o uso de smartphones e aplicativos corporativos para todas as formas de soluções de transporte; o anúncio de supostas soluções para problemas urbanos mediadas por novas tecnologias, sob o título de soluções "inteligentes"; serviços com uso intensivo (e a venda) de dados pessoais; além de promessas dilatadas das possíveis aplicações de inteligências artificiais para as mais diversas esferas da vida. Diante desse cenário, cabe refletir: até que ponto naturalizamos a presença dessas tecnologias da informação e da comunicação e as percebemos como socialmente neutras em nosso cotidiano nas cidades — e, também, nas práticas de planejamento territorial?

O cotidiano digitalizado aprofundou a crise societária (Ribeiro, 2006), amplificando discursos de ódio nas redes controladas por grupos midiáticos concentrados e por novas plataformas (Bandeira; Pasti; Mendes, 2023) — acompanhando uma crescente violência informativa (Santos, 2000) e anunciando uma crise da democracia em nossos territórios (Evangelista, 2023). Estamos diante de grandes desafios para a compreensão das dinâmicas territoriais e do cotidiano vivido nos lugares, por meio do desvendamento do processo de digitalização do território (Arroyo, 2021; Egler, 2013; Ribeiro, 2024), que acompanha sua crescente gestão algorítmica (Tozi, 2023).

Pela aceleração e complexidade do fenômeno técnico contemporâneo (Ribeiro, 2013a; Silveira, 2012), há desafios

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_020

significativos para a interpretação das novas dinâmicas das tecnologias no território, hoje imbricadas em múltiplas dimensões do cotidiano. Entre esses desafios, destacaríamos uma tendência ao determinismo técnico combinada com um fatalismo histórico que acompanha diversos discursos promotores dos usos hegemônicos das novas técnicas; interpretações da presença das redes de informação desconectadas do tempo e do espaço; e o olhar exclusivo para a ação dos agentes hegemônicos, sem reconhecer as racionalidades alternativas (Ribeiro, 2012).

Diante dessa crise societária agravada pela profusão das tecnologias da informação, propomos uma abordagem para a interpretação do território usado e praticado do presente que politize as tecnologias, compreendendo a inseparabilidade entre técnica e política. Reconhecemos a mediação técnica a partir da indissociabilidade das técnicas e das ações humanas (Latour, 2001) – ou, como propôs Milton Santos, o fenômeno técnico apreendido em sua totalidade, inseparável da política (Santos, 2006). Adotamos, assim, a noção de *tecnopolítica* como representativa dessas imbricações e desse hibridismo para os embates sociotécnicos do presente (Bruno et al., 2018), propondo a investigação de *tecnopolíticas do planejamento* (Pasti; Cracco, 2023), conectadas com a agenda promotora de estudos sobre as *tecnopolíticas urbanas* (Jararaca Lab, 2022).

Considerando o planejamento territorial como um conjunto de ações sociais para intervenções no território, politicamente orientadas e tecnicamente assistidas (Ribeiro, 2013b), nosso trabalho está buscando investigar os sentidos que acompanham e que são produzidos a partir das práticas de planejamento territorial mediadas pelas tecnologias da informação e buscar caminhos, agendas e pistas tecnopolíticas para um planejamento territorial comprometido com todo o espaço (Santos, 2003) e os com todas as pessoas que ali vivem.

As tendências tecnopolíticas hegemônicas e os desafios ao planejamento

A desafiadora tarefa analítica das tecnopolíticas do planejamento territorial parte de um esforço em reconhecer e desvendar as tecnopolíticas do projeto dominante de transformação dos territórios. Como provocado no programa do seminário 3º S[PLURAU] Cenários Alternativos de Planejamento Territorial para o Século XXI, as distopias tecnológicas atuais representam um encolhimento da imaginação sobre o futuro a partir de projetos que buscam ocultar as intenções, agentes e interesses (Ribeiro, 2013b) que fazem parte das conjunturas do planejamento territorial baseado na digitalização do território.

Nas grandes cidades, o modelo *smart* representa a construção de um projeto corporativo que "reflete construções mercadológicas atreladas ao marketing urbano e ao neoliberalismo" (Schiavi, 2021), buscando produzir uma *smart city* que é dificilmente imaginada fora do neoliberalismo e que pouco corresponde à cidade real (Greenfield, 2013). Para Kraus (2022, p. 397), trata-se de um "discurso sedutor que, por meio de um fundamento tecnocrático, dispõe técnicas e estratégias que definem o 'dizer verdadeiro' acerca do futuro promissor das cidades". Considerando que os usos do território se dão conjuntamente na psicosfera e na tecnosfera, ambas dimensões do território usado e praticado[1], temos a psicosfera marcada pelo paradigma administrativo — a "sistematização de valores e de práticas que atualmente traduz os ideais da eficácia, do bom desempenho e do sucesso e, portanto, a conduta racional correspondente à atual fase do capitalismo" (Ribeiro, 2013c, p. 103) —, pelo dataísmo ou culto aos dados (Van Dijck, 2014) e pelo solucionismo tecnológico (Morozov, 2018); e a tecnosfera controlada por poucas corporações e marcada pela profusão de objetos técnicos informacionais baseados na captura massiva

[1] Para Milton Santos, a tecnosfera corresponderia à dimensão do território usado correspondente à materialidade composta pelos objetos técnicos, enquanto a psicosfera corresponde à dimensão das ideias, crenças, sentidos e valores (Santos, 2006).

de dados, na vigilância e em armazenamento e processamento de dados fora dos domínios do lugar.

Santos (2012, p. 101) ensina que elementos do novo e do velho se articulam em uma dada situação do território — que precisa ser compreendida a partir do movimento e dessa dialética entre novo e velho como forças que atuam em conjunto. O "novo", representado pela ascensão das ações de novos agentes globais — notadamente as chamadas *Big Techs*, grandes empresas associadas a plataformas de uso intensivo de dados (Morozov, 2018) — tensiona e se rearranja em encontro com a "velha" e ainda importante atuação dos agentes midiáticos, concentradores do poder comunicacional (Bizberge, 2017), que historicamente têm vinculação com interesses empresariais de setores diretamente responsáveis pela organização do território (Bandeira; Pasti, 2018). Nesta tensão, atualiza-se o processo de violência da informação (Santos, 2000) com a plataformização, a dataficação e a crescente mediação e agenciamento algorítmicos da desinformação massiva (Pasti, 2023).

Diante do processo de neoliberalização, com experimentos regulatórios e regimes de normas transnacionais (Brenner; Peck; Theodore, 2012), há um desafio da complexidade ligada à regulação híbrida do território (Antas Jr, 2005), em especial a partir do atravessamento do poder corporativo hegemônico nas formas de regulação nacionais. As corporações passam a regular processos de comunicação. A difusão de aplicativos corporativos — capturando, armazenando e processando dados — passa a representar um desafio intenso à governança de dados para a gestão do território, bem como trazendo ameaças à soberania digital (Schiavi; Amadeu da Silveira, 2022).

Com o uso cada vez maior das plataformas corporativas para intermediar serviços urbanos e usos do território, entendemos essas plataformas, a partir da proposta de Tozi (2020, p. 491), como plataformas territoriais, já que "há um princípio organizacional que considera o território um dado ativo e um fator produtivo" e "é o território que se apresenta, ao mesmo tempo, como fundamento da tomada de decisão e recurso diferencial de rendimento". A proliferação das plataformas territoriais corporativas nas cidades acarreta, segundo Amadeu da Silveira

(2021, p. 27), uma desarticulação criativa, já que "as grandes corporações e plataformas dos países tecnologicamente ricos vão desarticulando as possibilidades de os demais países construírem bases e suportes capazes de criar soluções novas e culturalmente diversas, úteis aos seus territórios e populações".

As tecnopolíticas hegemônicas do planejamento, baseadas na adoção dessas plataformas corporativas, trazem à tona a questão da soberania digital — entendida aqui enquanto a capacidade de uma comunidade, cidade, sociedade e Estado definir, governar e controlar as tecnologias, dados e infraestruturas indispensáveis à sua autodeterminação, à sua inventividade, à tecnodiversidade e ao desenvolvimento sociotécnico (Schiavi; Amadeu da Silveira; Pasti, 2025), em definição inspirada pelas lutas sociais latino-americanas sobre o tema. Surgem, portanto, formas de extrativismo e colonialismo de dados, com captura massiva de informações pessoais e dados sensíveis dos cidadãos, bem como de dados essenciais à compreensão de dinâmicas territoriais, fluxos, desigualdades e potencialidades dos lugares. Os aplicativos de transporte coletivo ou individual participam desse processo, bem como as iniciativas de governo eletrônico privatizadas e aplicações de suposta "participação" na cidade a partir de uma perspectiva individual, remota e *gamificada* (Seno, 2020).

Essas tendências tecnopolíticas do presente apontam um cenário distópico. Reconhecer o poder desse projeto diante da vida cotidiana, das imaginações coletivas e das formas de uso do território é essencial para interpretar a conjuntura que permite avançar em direção a outros projetos de futuro. Por outro lado, inspirados nos princípios da Sociologia do Presente, é primordial reconhecer a força criadora da sociabilidade, as racionalidades alternativas e a ação social para além dos agenciamentos externos que nos reduzem (Ribeiro, 2012) — trata-se de investigar as contrarracionalidades (Santos, 2006, p. 309) incutidas no território praticado a partir das minorias, das pessoas pobres, dos agentes subalternizados.

Outras tecnopolíticas para outro planejamento territorial: uma agenda aberta, retomando os caminhos da Sociologia do Presente

Caminhos de resistência aos comandos do novo sistema técnico e do novo sistema de ação baseado nas tecnopolíticas hegemônicas podem ser encontrados na Sociologia do Presente, de Ana Clara Torres Ribeiro. Vinte e cinco anos depois de sua publicação (Ribeiro, 2000), esses caminhos seguem muito profícuos e ajudam a sistematizar os desafios necessários à produção de alternativas tecnopolíticas para outro planejamento territorial, de fato preocupado com todo o espaço e todas as pessoas (Santos, 2003).

Esses caminhos são, em síntese nossa: (a) reconhecer coletivos criados pelas redes técnicas, examinando as novas condições de sujeito, e promover usos transformadores das novas tecnologias; (b) enfraquecer o controle permitido pelas redes técnicas, ou mediadas pela técnica, sobre as redes societárias, e combater a difusão socialmente destrutiva da técnica, desestruturando ambiências associadas, pelo marketing, à técnica; e (c) defender o acesso socialmente livre às novas condições materiais da vida coletiva, exigindo acesso popular à tecnologia de ponta em todo o território (Ribeiro, 2000, p. 22).

Comecemos pelo reconhecimento dos coletivos criados pelas redes técnicas. Há inúmeros novos ativismos digitais e de dados na América Latina (Segura; Waisbord, 2019). Além disso, coletivos de cultura periférica vêm mobilizando novas tecnopolíticas para promover iniciativas baseadas nos lugares (Vernek, 2024), colocando em questão novas sociabilidades. Na mesma direção, a promoção de usos transformadores das novas tecnologias pode ser vista na 'revolução periférica de dados' das iniciativas de geração cidadã de dados em favelas (Firmino; Pio; Vieira, 2020), adoção de software livre em políticas públicas (Amadeu da Silveira, 2004) e outras tecnopolíticas urbanas criadas e gestadas desde o Sul (Firmino; Bruno, 2022). A partir da análise de iniciativas de políticas públicas urbanas, Morozov e Bria (2019) sistematizaram princípios para políticas baseadas em dados que promovam outras racionalidades: produção co-

laborativa, priorizando organizações colaborativas; fim das privatizações, com incentivo à reestatização das infraestruturas e serviços; implementação de dados abertos; e o desenvolvimento de modelos baseados em dados com suporte para colaborações efetivas, entre outros.

Para que essa tecnopolítica alternativa prospere, é necessário caminhar também para combater o controle permitido pelas redes técnicas sobre o tecido social e as sociabilidades em rede. Nessa direção, Ana Clara Torres Ribeiro alerta:

> Esta é uma resistência difícil que pressupõe a recusa à conectividade permanente e ao privilégio do investimento em técnica face ao investimento em gente. Trata-se do controle da mística da técnica pelo pensamento crítico por meio, por exemplo, da desconstrução de crenças que associam, automaticamente, técnica e eficácia, técnica e inteligência, técnica e garantia de futuro (Ribeiro, 2000, p. 22).

Esse caminho vem sendo percorrido pelos esforços para desconstruir o discurso *smart* e combater a mística do reconhecimento facial como solução de segurança pública, denunciando o racismo embutido (Silva, 2022) — como as campanhas "Tire o meu rosto da sua mira", #SaiDaMinhaCara, "Reclaim Your Face" e "No nos vean la cara". Outra mobilização desse caminho é feita por iniciativas que buscam reconhecer outras lógicas da técnica, como as tecnologias ancestrais — o que faz o projeto Tecnologias Livres, Territórios Livres (Intervozes, 2021), que busca produzir "um mapeamento coletivo do acesso, usos e concepções sobre a Internet e as Tecnologias da Informação e Comunicação por comunidades quilombolas e rurais do nordeste brasileiro". A experiência do LabTaCo, que comentaremos adiante, também ilustra esse caminho.

A difusão socialmente destrutiva da técnica faz parte desse caminho de enfrentamento, desestruturando as ambiências associadas pelo marketing à técnica. Isso envolve a denúncia

> do trabalho social não pago envolvido na renovação técnica dos serviços, das formas de segregação social alimentadas por inovações tecnológicas, dos usos hegemônicos de

> imagens e conhecimentos populares [...] Esta forma de resistência depende da revalorização da face humana do trabalho.

Entre os combates em disputa atualmente nesse caminho, destacaríamos as iniciativas contra a plataformização corporativa do transporte, por meio do cooperativismo pelos próprios trabalhadores (Grohmann, 2022), intentos de proteção do trabalho no contexto das plataformas (Filgueiras; Antunes, 2020), esforços conjuntos, em rede e a partir da periferia do mundo, para enfrentamentos regulatórios democráticos das grandes plataformas que garantam a liberdade de expressão online e uma internet livre e aberta (Intervozes, 2022) e para a proteção das crianças e adolescentes nesse contexto (Melo; Vieira, 2025).

Por fim, há a necessidade de defender o acesso socialmente livre às novas condições materiais da vida coletiva, exigindo acesso popular à tecnologia de ponta. Sobre isso, Ana Clara Torres Ribeiro afirma que "o acesso social à técnica tem ocorrido quando o poder assim o deseja", e que

> a segregação social só pode ser superada com o melhor, ou seja, com a tecnologia mais atualizada e que possibilite romper o círculo vicioso da técnica pior para o pior posicionado na estrutura social. Trata-se da garantia de acesso social amplo à nova materialidade, inclusive no nível dos direitos sociais.

Nesse sentido, destaca-se inicialmente a urgência do debate em torno das políticas públicas de expansão e universalização de acesso às redes (Alimonti, 2015; Bertollo, 2019; Iozzi, 2006; Steda, 2012). Além disso, o aprendizado recente da experiência do Coletivo Intervozes no projeto Laboratório Tático do Comum (LabTaCo) com povos indígenas da Região Metropolitana de São Paulo é também significativo, ao revelar a importância dos saberes locais na confrontação do poder das redes. O que era inicialmente um projeto que ampliou o acesso à conexão de Internet na aldeia, pouco tempo depois se transformou com outra demanda trazida pela comunidade: a de poder decidir qual acesso queria ter à rede, utilizando ferramentas de controle que permi-

tissem que a Internet não roubasse sua conexão com o território e com sua cultura. Nesse processo, protocolos de uso, horários e bloqueios seletivos decididos pela comunidade acompanharam o surgimento de uma plataforma de conteúdos audiovisuais da cultura indígena que iria operar apenas na rede interna da aldeia: o Nhandeflix, apenas com conteúdo indígena (Ekman, 2024). Essa experiência revela muitos aprendizados sobre qual acesso desejamos e quais limites precisamos impor aos processos de naturalização das novas técnicas.

Esses caminhos apontam princípios para as resistências e para novas tecnopolíticas do planejamento territorial, com potencial sentido mais popular, democrático e conectado com os cotidianos vividos nos lugares. No contexto da crescente digitalização do território, essas racionalidades alternativas podem inspirar intervenções para transformar os territórios produzindo mais autonomia, convivência e menos controle corporativo concentrado dos cotidianos.

Considerações finais

O humanismo concreto, proposto por Milton Santos, exige o reconhecimento da possibilidade de superação das heranças do passado, já que pressupõe que a ação "manifesta, no mesmo movimento prático e político, as condições historicamente herdadas e o projeto de sua transformação" (Ribeiro, 2003, p. 31). Para Ana Clara Torres Ribeiro, é o projeto que seria portador da força necessária à superação potencial da reificação e da alienação, exigindo a compreensão dos sentidos da ação e de sua existência (p. 32). Daí afirmar que o território praticado "não é apenas condição da ação tática e estratégica", por manifestar "outras dimensões da experiência humana, envolvidas no propósito teórico-político da apreensão da totalidade concreta".

Nesse sentido, o diálogo da Teoria Crítica do Espaço de Milton Santos e da Sociologia do Presente de Ana Clara Torres Ribeiro nos lega, entre suas inúmeras contribuições, o reconhecimento das contrarracionalidades ou racionalidades alternativas como princípios do estudo do território usado e praticado.

A partir dessa consideração e do estudo dessas contrarracionalidades é que encontramos pistas de um caminho de coprodução de soluções tecnopolíticas enraizadas ao cotidiano dos lugares, alinhadas com o projeto de soberania digital na perspectiva popular e que deem suporte a usos mais solidários do território.

Referências bibliográficas

ALIMONTI, Veridiana. Os desafios para uma nação conectada – indo além da introdução. **RECIIS**, v. 9, n. 1, 31 mar. 2015.

AMADEU DA SILVEIRA, Sérgio. Inteligência artificial baseada em dados e as operações do capital. **Paulus: Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 5, n. 10, 2021.

AMADEU DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ANTAS JR, Ricardo Mendes. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. São Paulo: Humanitas, 2005.

ARROYO, Mónica. Digitalização e financeirização do território: uma imbricação que se renova no capitalismo do século XXI. *In*: RENA, Natacha *et al.* (Orgs.). **Urbanismo biopolítico**. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021. p. 143–156.

BANDEIRA, Olívia; PASTI, André. Quem controla a notícia no Brasil? **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 11, n. 126, p. 26–27, 2018.

BANDEIRA, Olívia; PASTI, André; MENDES, Gysselle (Orgs.). **Quem controla a mídia? Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais**. São Paulo: Veneta, 2023.

BERTOLLO, Mait. **A capilarização das redes de informação no território brasileiro pelo smartphone.** Tese (Doutorado em Geografia Humana)—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

BIZBERGE, Ana. Los desafíos de la convergencia digital para las políticas de comunicación. *In*: LABATE, Cecilia; ARRUETA, César (Orgs.). **La comunicación digital: redes sociales, nuevas audiencias y convergencia: desafíos y oportunidades para la industria, el Estado y los usuarios**. San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy, 2017.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Após a neoliberalização? **Cadernos Metrópole**, v. 14, n. 27, p. 15–39, 2012.

BRUNO, Fernanda *et al.* (ORGS.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

EGLER, Tamara Tania Cohen (ORG.). **Digitalização do território**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

EKMAN, Pedro (dir.) **Nhandeflix**. Molotov Filmes, 2024. Disponível em: <https://vimeo.com/841716747>

EVANGELISTA, Rafael. Nascidas para lucrar: como as grandes plataformas controlam o debate on-line e ameaçam a democracia. *In*: BANDEIRA, Olívia; PASTI, André; MENDES, Gysselle (Orgs.). **Quem controla a mídia? Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais**. São Paulo: Veneta, 2023.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas Digitais, Uberização do Trabalho e Regulação no Capitalismo Contemporâneo. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, 2020.

FIRMINO, Rodrigo Jose; BRUNO, Fernanda Glória. Building a Latin American Agenda for Studies on Surveillance, Technology, and Society. **Surveillance & Society**, v. 20, n. 4, p. 357–363, 2022.

FIRMINO, Rodrigo; PIO, Débora; VIEIRA, Gilberto. Revolução periférica dos dados em tempos de pandemia global. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 8, n. 1, p. e00156–e00156, 2020.

GREENFIELD, Adam. **Against the smart city**. New York: Do projects, 2013.

GROHMANN, Rafael. Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. **MATRIZes**, v. 16, n. 1, p. 209–233, 9 maio 2022.

INTERVOZES. **Sobre o Projeto - Territórios Livres Tecnologias Livres**. , 18 mar. 2021. Disponível em: <https://territorioslivres.intervozes.org.br/?page_id=294>. Acesso em: 1 jun. 2025

INTERVOZES. **Padrões para uma regulação democrática das grandes plataformas que garanta a liberdade de expressão online e uma internet livre e aberta**. **Intervozes**, 4 jun. 2022. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/padroes-para-uma-regulacao-democratica-das-grandes-plataformas-que-garanta-a-liberdade-de-expressao-online-e-uma-internet-livre-e-aberta/>. Acesso em: 26 mar. 2023

IOZZI, Fabiola Lana. **Políticas territoriais das empresas de telecomunicações no Brasil: universalização do serviço de telefonia fixa**. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Geociências, 2006.

JARARACA LAB. **Manifesto Jararaca**. Disponível em: <http://jararacalab.org.br>. Acesso em: 6 set. 2022.

KRAUS, Lalita. Contra o fetiche tecnológico: repensar o planejar no contexto das cidades inteligentes. *In*: FRIDMAN, Fania (Org.). **Quem planeja o território?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

LATOUR, Bruno. **A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru (SP): Edusc, 2001.

MELO, Paulo Victor; VIEIRA, Ramênia. **Proteção dos direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital: prioridade absoluta**. **CartaCapital**, 15 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/

protecao-dos-direitos-de-criancas-e-adolescentes-no-ambiente-digital--prioridade-absoluta/>. Acesso em: 26 abr. 2025

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu, 2019.

PASTI, André. Novos eventos e o aprofundamento da violência da informação: a dataficação e a desinformação massiva. *In*: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (Orgs.). **Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2023.

PASTI, André; CRACCO, Luis. Tecnopolíticas urbanas, informação e competitividade territorial: notas sobre um ranking de smart cities. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 1, p. 107–123, 2023.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A natureza do poder: técnica e ação social. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 4, n. 7, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. *In*: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **Osal**, v. VII, n. 21, p. 23–32, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. v. 1

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A atualização técnica do urbano. *In*: **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. v. 4.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O significado conjuntural do planejamento: projetos e interesses. *In*: **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013b. v. 3 p. 117–130.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. *In*: **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013c. v. 3.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Digitalização do território: materialidades e sentidos da ação. **Revista Tamoios**, v. 20, n. 1, 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2012.

SCHIAVI, Iara. As tendências neoliberais e dataficadas da incorporação tecnológica nas cidades. *In*: CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; AMADEU DA SILVEIRA, Sérgio (Orgs.). **Colonialismo de Dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SCHIAVI, Iara; AMADEU DA SILVEIRA; PASTI, André. **Where does digital sovereignty lie in building the Brazilian smart city?** 2025.

SCHIAVI, Iara; AMADEU DA SILVEIRA, Sérgio. A cidade neoliberal e a soberania de dados: mapeamento do cenário dos dispositivos de dataficação em São Paulo. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, 2022.

SEGURA, María Soledad; WAISBORD, Silvio. Between Data Capitalism and Data Citizenship. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 412–419, 2019.

SENO, Pedro Henrique Ruiz. **Capacidades tecnológicas em serviços urbanos: a implementação da plataforma Colab no município de Santo André (2017-2020)**. Mestrado em Análise de Políticas Públicas—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

SILVEIRA, María Laura. Geografia e mundo contemporâneo: pensando as perguntas significativas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 2, 2012.

STEDA, Melissa. **Políticas do Estado e políticas das empresas: um estudo sobre a internet de banda larga no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia)—Campinas (SP): UNICAMP, 2012.

TOZI, Fabio. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 3, p. 487–507, 2020.

TOZI, Fábio. Digitalização do espaço e uso algorítmico do território. *In*: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (Orgs.). **Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2023.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**, v. 12, n. 2, p. 197–208, 9 maio 2014.

VERNEK, Iago. Planejamento insurgente e comunicação ascendente: diálogos e aproximações. *In*: XVIII SIMPURB - SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA. **Anais do XVIII SIMPURB**. Niterói/RJ: SIMPURB, 2024.

A tecnopolítica dos dados e a centralidade das favelas no Antropoceno

Gilberto Vieira e Bruno Amadei Machado

"Adaptação climática é sobrevivência. Reconhecer esse cenário como um direito a ser exigido é fundamental e os caminhos para tal passam pela mobilização social, fortalecimento de coletivos e organizações de base, mais acesso à educação climática, desenvolvimento de políticas públicas efetivas de forma participativa e colaborativa."

Carta de Direitos Climáticos da Maré (2022)

Dezembro de 2024. Enquanto escrevemos este artigo, o observatório Copernicus da União Europeia anuncia que este será o ano mais quente da humanidade na Terra, o primeiro a alcançar 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Desde o início do século, as emissões de CO2 aumentaram mais de 40% e sua concentração atmosférica atingiu níveis inéditos nos últimos 800 mil anos (Calvin *et al.*, 2023), intensificando eventos climáticos extremos, tais como ondas de calor, secas e inundações (Rodell; Li, 2023). Ao menos cinco pontos de não-retorno estão se aproximando, com consequências cumulativas desastrosas para a vida no planeta (Global Systems Institute, 2023).

Em paralelo, em 2024 a União Internacional de Ciências Geológicas rejeitou oficialmente a tese do Antropoceno, que buscava conferir ao humano a força definidora da época atual. Contudo, essa decisão está longe de encerrar as controvérsias, tampouco será capaz de interromper a ressonância que o termo conquistou até aqui. Na convergência da proposição de um novo nome com a percepção acelerada das transformações, o Antropoceno tem catalisado debates envolvendo não só a emergência climática, mas também os fundamentos da modernidade. Em vez de simplesmente reafirmar um conceito estabilizado, o Antropoceno tem ajudado a nos mover em um espaço-tempo crítico: aquele

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_015

em que a história natural da Terra, a história da vida e a história humana se unem em uma *história universal negativa*, alicerçada na sensação compartilhada da catástrofe (Chakrabarty, 2013).

Se o Antropoceno é um dos muitos modos de nomear o *tempo das catástrofes* (Stengers, 2015), as cidades não passam incólumes. Embora ocupem menos de 3% da superfície terrestre, elas são responsáveis por 70% das emissões globais de gases do efeito estufa (IPCC, 2022), deixando uma pegada ecológica que pode chegar a cem vezes sua extensão territorial (Grimm *et al*., 2008). Sentidos no cotidiano de boa parte dos seus habitantes, os territórios de exceção, os enclaves fortificados e as desigualdades socioespaciais galopantes se conectam intimamente às causas e consequências da emergência climática. Nas palavras de Arturo Escobar, a crise urbana contemporânea é, "para além da questão de modelos ultrapassados de planejamento e design, uma crise de um certo modo de habitar de costas para a Terra, que foi progressivamente naturalizado ao longo dos séculos" (Escobar, 2019, p. 134, tradução nossa).

Especialmente nas cidades do Sul global onde a informalidade é a regra da sobrevivência, as estruturas sociopolíticas estão em constante crise e conflito: a relação entre natureza, Estado, corporações e cidadãos torna-se difusa e pouco regulamentada, dependente de cotidianos de formação e rompimento de acordos forjados na violência. Na maioria dessas *megacidades*, como caracteriza Ananya Roy (2009), os projetos de planejamento e habitação em vigor foram herdados de sistemas coloniais ou importados de contextos euroamericanos para atender a objetivos políticos e ideológicos.

Essas megacidades são o que Roy denomina o "exterior constitutivo" dos estudos urbanos contemporâneos, pois pertencem a eles, mas não foram capazes de figurar no centro das pesquisas urbanas tradicionais. Segundo a autora, a teoria urbana e metropolitana do "Primeiro Mundo" negligenciou a questão da informalidade ou a tratou como "uma esfera de atividade não regulamentada, ilegal, fora do âmbito do Estado, um domínio de sobrevivência dos pobres e marginalizados, muitas vezes dizimados pela gentrificação e redesenvolvimento" (Roy, 2009, p. 826, tradução nossa).

No entanto, é na informalidade e nas suas possibilidades de pensar a cidade que acreditamos estar a chave para uma nova perspectiva urbanística no tempo das catástrofes. As favelas são os territórios constituintes dessas megacidades do Sul. São elas que lhes dão caráter de mundo e são elas os espaços centrais desta reflexão. Se para os moradores de favelas e periferias dessas megacidades (assim como para muitos povos) a catástrofe é um evento contínuo que se renova a cada invasão, operação, saque ou pandemia, a tarefa que hoje se coloca é como responder à sua planetarização e imposição tecnopolítica.

As dimensões globalizantes do Antropoceno evidenciam uma nova disputa cada vez mais centrada no desenvolvimento de novas tecnologias dedicadas à extração, armazenamento, processamento e análise de dados. Segundo Paola Ricaurte (2019), o *big data* forma a base epistemológica de nosso momento histórico. Vivemos sob um novo regime de produção de conhecimento no qual o processamento de dados por meio de estatísticas avançadas e modelos de previsão informam decisões e relações. É a dataficação da vida. Se, por um lado, essa nova episteme pressupõe melhores políticas urbanas, por outro, ela aprofunda desigualdades e evidencia concentração de capital, vigilância e novas formas de colonização.

Em pesquisas sobre ativismos favelados, é comum encontrar pressupostos que estigmatizam grupos historicamente marginalizados e vulnerabilizados como aqueles que produzem menos dados, pois não estão envolvidos em atividades de geração de dados, estão subrepresentados na economia formal, têm acesso desigual e menor capacidade de se envolver online. Nossa contribuição, no entanto, é buscar abrir caminhos epistêmicos num movimento que Stefania Milan e Emiliano Treré (2019) chamam de "dataficação no ativismo de dados", examinando as possíveis formas através das quais sujeitos (individuais ou coletivos) oriundos dos espaços periféricos das megacidades do Sul se envolvem com práticas para a mudança social de base relacionadas aos dados e resistem aos processos de dataficação.

Neste capítulo, vamos analisar alguns aspectos da atuação do *data_labe*, um laboratório de dados surgido no Conjunto de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro. Para tanto, dispomos de

material coletado através de incursões etnográficas e observação participante em ações civis empreendidas pela organização entre 2018 e 2024[1]. Os documentos textuais, coletados tanto em fontes públicas quanto em registros específicos relacionados ao trabalho do data_labe, fornecem subsídios para a compreensão das dinâmicas urbanas e sociais das favelas, ampliando o alcance e a profundidade das análises aqui propostas.

Geração Cidadã de Dados

A informalidade e a pobreza na América Latina e no Caribe não podem ser dissociadas das dinâmicas de governança de dados. A região, uma das mais desiguais do mundo (PNUD, 2019), enfrenta o desafio histórico de reconhecer e integrar as expressões e práticas cotidianas de comunidades periféricas no tecido das políticas públicas. Assumir a legitimidade das favelas e periferias urbanas exige uma transformação na governança da informação, que passe a considerar não apenas os dados gerados por governos e corporações, mas também aqueles produzidos pelas próprias comunidades.

Essa mudança de paradigma na governança de dados implica uma abordagem mais inclusiva e participativa, onde as especificidades das favelas e periferias são incorporadas na geração e no intercâmbio de informações sobre os territórios da cidade. Em vez de se concentrar exclusivamente em leituras tradicionais que enfatizam a precariedade, é urgente adotar novas metodologias de construção coletiva de diagnósticos. Isso significa superar as camadas de estigmatização que frequentemente acompanham os dados ditos oficiais, e ir em direção a outros modelos de produção e intercâmbio de dados que permitam que comunidades periféricas contribuam ativamente para a formulação de respostas públicas que melhorem suas condições de vida.

[1] As discussões apresentadas neste capítulo fazem parte da pesquisa de doutorado em andamento de Gilberto Vieira intitulada *Dados sobre quem importa: ativismo tecnopolítico em favelas e periferias,* desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU/PUCPR).

Nesse contexto, o *ativismo de dados* emerge como um componente essencial da governança de dados nas favelas. Utilizando tecnologias analógicas e digitais, ativistas e moradores compartilham narrativas, reivindicam direitos e desenvolvem diagnósticos mais fidedignos de suas realidades, moldando a forma como seus territórios são vistos e compreendidos. O impacto desse tipo de ativismo vai além da mobilização. Ele se integra à governança de dados ao contribuir para a construção de uma consciência política mais ampla sobre as questões urbanas e a complexidade de seus arranjos sociotécnicos. Ao promover maior transparência nos dados estatísticos e nas informações ditas oficiais, e ao fortalecer os dados gerados pelas comunidades, o ativismo digital local se torna um elemento central na promoção de uma governança de dados mais justa e equitativa. Isso é fundamental para reduzir as desigualdades e promover a justiça e a paz nas favelas, garantindo que as vozes dessas comunidades sejam ouvidas e valorizadas nas esferas de decisão.

A coleta, produção, tratamento e uso de dados sobre as realidades urbanas não são meras atividades técnicas; são, na verdade, processos políticos. Desde o momento em que se decide quais dados são relevantes para a tomada de decisões e a formação da agenda pública, torna-se evidente que esses processos estão inseridos em dinâmicas de poder. Os moradores de favelas, frequentemente excluídos das discussões e decisões sobre políticas públicas, têm muito a revelar sobre suas realidades por meio dos dados que podem produzir. Ao mesmo tempo, é fundamental que as pessoas afetadas por projetos e políticas estejam envolvidas em todas as etapas dos processos que envolvem a coleta, análise e disseminação de informações que frequentemente são usadas para a tomada de decisões e que costumam estar nas mãos de poucos.

No Brasil, esse processo de construção tecnopolítica e coletiva dos dados vem sendo afirmado mais recentemente por ativistas como *Geração Cidadã de Dados* (GCD)[2]. A GCD convoca os

[2] A bibliografia internacional utiliza o termo *citizen-generated data* para designar processos que envolvem cidadãos nas atividades de produção de dados, frequentemente protagonizadas por ONGs, governos e empresas para colaborar com a gestão pública (Meijer; Potjer, 2018). Este conceito ainda carece de reflexão no cenário acadêmico brasileiro. No contexto específico do Brasil e do caso aqui apresentado, sua adoção se dá no campo do ativismo em favelas e

moradores e usuários de um território a participar ativamente da coleta e disseminação dos dados relativos aos seus próprios espaços de vida. Dessa forma, esses cidadãos se tornam coprodutores de suas realidades, não apenas resistindo aos problemas e opressões cotidianas, mas também explorando suas possibilidades e se posicionando como produtores de futuros alternativos.

Nesse sentido, a Geração Cidadã de Dados tem se mostrado uma ferramenta importante para complementar as formas tradicionais de coleta e disseminação de dados. Ela traz para o centro dos projetos urbanos os sujeitos que vivem e experimentam os territórios diariamente, garantindo que suas realidades e necessidades sejam devidamente reconhecidas e incorporadas nas políticas públicas.

A GCD brasileira não é uma prática incentivada pelo Estado; ela emerge de forma orgânica, impulsionada por iniciativas das próprias comunidades. Em um movimento crescente na América Latina, coletivos ativistas e ONGs têm organizado suas ações de solidariedade e lutas por direitos fundamentais a partir da produção de dados, em processos de coprodução com as comunidades envolvidas. Essas iniciativas estão profundamente enraizadas nas lutas históricas de um ativismo de sobrevivência que frequentemente adapta redes e sistemas de infraestrutura na luta pelo direito à cidade. Para nos aproximarmos dessa prática, na próxima seção apresentaremos o data_labe e o Cocôzap, uma iniciativa que exemplifica como a GCD pode reorganizar os arranjos sociotécnicos em torno do saneamento básico na cidade do Rio de Janeiro e nos alerta para a importância da governança de dados em nível local.

Cocôzap: um caso emblemático de governança tecnopolítica dos dados

O *data_labe* é uma organização de mídia e pesquisa fundada em 2016 no Conjunto de Favelas da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, uma região formada por 16 favelas com mais de 140 mil habitantes. Embora a Maré tenha sido reconhecida

periferias das grandes cidades brasileiras.

formalmente como bairro em 1988, suas raízes remontam aos assentamentos da década de 1940, associados à construção de importantes avenidas que conectam a Zona Norte ao centro da cidade. Hoje em dia, o conjunto de favelas abriga mais de 40 mil moradias, variando desde ocupações informais até conjuntos habitacionais. No entanto, como muitas outras áreas periféricas, a Maré é caracterizada pelo acesso desigual aos serviços públicos, refletindo a visão do Estado que percebe essas áreas como territórios desordenados, sem lei, "carentes" e violentos.

Nesse contexto, o data_labe surge como um laboratório de dados e narrativas periféricas que desafia as epistemologias tradicionais e as orientações políticas convencionais. Ao se apropriar das tecnologias digitais, a organização constrói uma forma de ativismo urbano situado (Luque-Ayala *et al.* 2024), orientado à transformação social. Seu trabalho se baseia em três pilares principais: a formação técnica e política dos moradores das favelas em jornalismo e ciência de dados; a criação e disseminação de conteúdo crítico sobre temas que afetam a vida nas favelas e suas relações com o mundo dos dados e das tecnologias; e a realização de projetos de Geração Cidadã de Dados (GCD), que envolvem a coleta e análise de dados primários para promover uma compreensão tecnopolítica das infraestruturas urbanas e outros problemas enfrentados por essas comunidades.

Entre os projetos, destaca-se o *Cocôzap*. O Cocôzap foi lançado em 2018, quando os membros do data_labe identificaram uma discrepância significativa entre os dados oficiais sobre saneamento básico e a realidade vivida nas ruas da Maré. Enquanto o Censo do IBGE sugeria uma cobertura adequada de serviços como água e esgoto, a prática revelava um cenário de grave precariedade. Por exemplo, o despejo de resíduos nos cursos d'água da região contrastava fortemente com as estatísticas oficiais sobre conexões à rede de esgoto[3].

Através do Cocôzap, os moradores são incentivados a registrar, via WhatsApp, situações de precariedade relacionadas ao saneamento básico, seja por meio de texto, foto ou vídeo. Esses registros geolocalizados, ou acompanhados de endereços, são

[3] Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/30/0

usados para criar mapas que ilustram as violações de direitos sanitários na Maré[4]. A intenção é produzir uma base de dados complementar à oficial, evidenciando a lacuna existente entre o dado real e o governamental.

O projeto é assinado junto com outras duas organizações: a Redes da Maré[5] e a Casa Fluminense[6]. A primeira apoia a articulação e mobilização territorial de diferentes atores para a utilização do número de Whatsapp e para a capilaridade do projeto no território. A segunda, por sua vez, fomenta a incidência política do projeto, fazendo com que dados e narrativa geradas pelo Cocôzap cheguem a debates políticos que influenciam decisões sobre saneamento básico e participação cívica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Além de construir uma base de dados sólida, o Cocôzap promove encontros comunitários e educativos para debater questões de saneamento e produzir documentação baseada em dados públicos e nas histórias da comunidade. Desde 2018 foram realizados seis Encontros de Saneamento da Maré, organizados com parceiros. Um dos resultados desses encontros é a Carta de Saneamento da Maré, um instrumento de recomendações políticas para a melhoria dos problemas sanitários do território[7]. Os encontros também produziram a conexão entre o tradicional movimento de luta por saneamento básico nas favelas com os atuais debates sobre mudanças climáticas e racismo ambiental. Dois anos depois da formulação da Carta, com apoio de organizações locais e internacionais, ativistas e moradores participantes do projeto escreveram a Carta de Direitos Climáticos da Maré (data_labe *et al*., 2022), mais uma forma de organização das demandas do território e de incidência política através do trabalho comunitário cujos dados têm centralidade.

---

[4] Disponível em: https://datalabe.org/cocozap/

[5] A Redes da Maré é uma organização local com mais de 20 anos de atuação, garantindo credibilidade e lastro ao Cocôzap. A organização vem coletando dados de violações de direitos humanos na Maré há anos, mas o Cocôzap inova ao fomentar a participação ativa de moradores em várias etapas do processo.

[6] A Casa Fluminense tem 10 anos de atuação e uma série de iniciativas que têm provado a eficácia do protagonismo de agentes comunitários para o fortalecimento de políticas e estruturas que levem em conta as questões mais localizadas.

[7] Cf. data_labe; Redes da Mare; Casa Fluminense, 2020. Uma versão atualizada da carta está prevista para ser lançada em 2025.

Além disso, a equipe multidisciplinar do projeto produz reportagens e relatórios, capilarizando o debate inicialmente levantado através da coleta dos dados. Essa iniciativa não só desnaturaliza a falta de qualidade nos serviços de saneamento, como também expõe os componentes sociotécnicos envolvidos, tais como atores, interesses, poderes e discursos, desafiando a "caixa preta" do saneamento (e dos dados sobre saneamento) na Maré.

É muito importante destacar que a GCD pressupõe participação e cocriação em todas as etapas do projeto de dados. No caso do Cocôzap, esta característica se dá em diversas camadas:

1. Os moradores são convocados a enviar as queixas que subsidiarão a base de dados, no que se poderia considerar uma primeira etapa de participação.
2. O recebimento dos dados é feito por uma pequena equipe de jovens ativistas moradores do território, que entendem a dinâmica e complexidade do problema junto do morador/usuário. Esses jovens também são responsáveis por caminhar pelas ruas do bairro convocando a participação dos moradores e registrando, eles mesmos, problemas de saneamento.
3. A organização dos dados em planilhas, assim como o trabalho de anonimização de informações sensíveis é feita por uma equipe com maior envolvimento técnico no projeto, mas que também vive o problema no território, afinal, é composta por moradores da Maré ou de outras favelas da cidade. Também fazem parte dessa equipe analistas de dados que buscam informações públicas para complementar as narrativas que serão geradas pela equipe de comunicação.
4. Uma nova camada de participação se sobrepõe através da equipe de comunicação do projeto, que produz reportagens e posts nas redes sociais. Essa é uma etapa fundamental da GCD que corresponde à visualização dos dados, mas também garante visibilidade ao problema e aos atores envolvidos na sua solução.

5. Por fim, o projeto conta ainda com uma coordenação vinculada ao território através de laços de moradia, trabalho, afetos e ancestralidades, mas também conectada a processos políticos mais universais. Dessa forma, o projeto ganha visibilidade e legitimidade perante a comunidade, mas também perante gestores públicos e tomadores de decisão.

Desde o começo do projeto, o Cocôzap vem negociando espaços de diálogo com o poder público através de secretarias dos governos do estado e do município do Rio de Janeiro com objetivos claros: influenciar na revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico; colaborar com diagnósticos participativos promovidos por órgãos públicos; influenciar na decisão de gestores públicos sobre a importância da Geração Cidadã de Dados; pautar o saneamento básico como serviço prioritário para as populações de favelas em disputas eleitorais. Os resultados ainda são incipientes, mas acenam para mudanças futuras: consta uma menção ao projeto no documento de Revisão do Plano Municipal[8], o grupo contabiliza uma dezena de reuniões com o poder público e a Carta de Saneamento da Maré tem sido distribuída a gestores e candidatos à vereança e à prefeitura da cidade.

Desafios e potenciais para habitar a catástrofe

Depois de cinco anos em atividade, o Cocôzap vem transcendendo o território da Maré e apostando em outras frentes de replicação. Durante o ano de 2023, a equipe se dedicou a produzir uma documentação do processo que gerou um guia prático[9] para que outras organizações e coletivos, em outros territórios (e a partir de outras demandas) possam utilizar a metodologia da GCD como ferramenta de ativismo. O data_labe também tem promovido encontros formativos, onde as ferramentas e meto-

[8] Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12401025/4313007/ETAPA1DemandaServicosdeAguaeEsgotoeInterfacesPMSBRJ.pdf
[9] Disponível em: https://datalabe.org/cocozap-guia-gcd/

dologias têm sido introduzidas a outros coletivos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Naturalmente, a replicação de projetos como o Cocôzap requer um compromisso com a continuidade do engajamento comunitário, bem como o fortalecimento de redes de colaboração entre atores locais, organizações da sociedade civil e governo. Isso demanda apoio mais frequente e direto às organizações e coletivos locais. Além disso, há um chamado que põe em xeque os modelos mais tradicionais de filantropia e também as estruturas de fomento à participação cívica dentro dos governos.

É fundamental que iniciativas como o Cocôzap permaneçam ancoradas nas necessidades e realidades locais, respeitando a autonomia dos atores envolvidos. A capacidade de escalar esses projetos para outras regiões periféricas do Brasil e da América Latina dependerá da adaptação das metodologias ao contexto específico de cada localidade, garantindo que a produção de dados continue sendo uma ferramenta de empoderamento social e político. A mobilização de dados comunitários pode ser potencializada em novas iniciativas setoriais, incluindo segurança pública, habitação e educação. Além disso, a ampliação do uso de tecnologias digitais em favelas e periferias oferece uma oportunidade única para expandir as formas de Geração Cidadã de Dados, possibilitando maior impacto e visibilidade para as demandas dessas comunidades.

Diante das transformações que as democracias demandam, o Cocôzap pode ser considerado fruto de um paradigma emergente: mobilizando-se desde a base, tecendo redes transescalares, utlizando ferramentas sociotécnicas e aplicando uma lente climática aos problemas cotidianos. Não fugindo das catástrofes apresentadas no início desta reflexão, mas inventando novos modos de habitá-la. *Habitar a catástrofe*, como defendem Parra e Moraes (2021), sempre em perspectiva situada e criando perguntas implicadas.

Lembremos que habitar não é apenas ocupar ou construir um espaço estático e permanente, mas iniciar um movimento (Ingold, 2021). Hoje, significa estar imerso nos fluxos da vida, gerando e sendo gerado por uma terra marcada pela quebra de muitas coordenações que até aqui foram fundamentais (Tsing,

2019). Habitar que não pressupõe uma solução integral e definitiva, mas uma forma de amplificar vozes, incluir sujeitos historicamente marginalizados e construir camadas críticas ao Antropoceno. Em *Habitabilidades*, Wellington Cançado nos fornece uma pista:

> "[...] no Antropoceno, habitar é fundamentalmente uma questão de habitabilidades, ou seja, das habilidades cosmológicas e tecnopolíticas (e vice-versa) necessárias para coproduzir vida e partilhar diversidade em coexistência cuidadosa neste planeta irascível e profundamente perturbado pelas nossas ações." (Cançado, 2022, p. 243)

Desde o chão das cidades, diante das distopias tecnológicas e catástrofes planetárias, apostamos que novas formas de governança de dados são fundamentais para responder ao ímpeto universalizante que reduziu as populações das favelas e periferias dos países do Sul global ao imediatamente visível nos territórios (Ribeiro, 2011). É preciso retomar o poder narrativo e transformativo dessas comunidades, ao mesmo tempo, sem deixar de compreender a centralidade dos dados nas sociedades contemporâneas. Talvez aí estejam as respostas para a catástrofe que se anuncia todos os dias.

Referências bibliográficas

CALVIN, Katherine *et al*. **IPCC, 2023: Climate Change 2023: Synthesis Report.** Genebra: IPCC, 2023.

CANÇADO, Wellington. Habitabilidades. *In*: MOULIN, Gabriela *et al*. (org.). **Habitar o antropoceno**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2022.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. **Sopro**, n. 91, p. 3–22, 2013.

DATA_LABE *et al*. **Carta dos direitos climáticos da Maré**. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: https://www.climaterealityproject.org.br/post/cartas-de-direitos-climáticos-pelo-brasil-complexo-da-maré

DATA_LABE; REDES DA MARÉ; CASA FLUMINENSE. **Carta de saneamento da Maré**. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/COCOZAP-CARTA-DE-SANEAMENTO-DA.pdf

ESCOBAR, Arturo. Habitability and Design: Radical Interdependence and the Re-Earthing of Cities. **Geoforum**, v. 101, p. 132–140, 2019.

GLOBAL SYSTEMS INSTITUTE. **The Global Tipping Points Report 2023**. Exeter, UK: University of Exeter, 2023.

GRIMM, Nancy B. *et al*. Global Change and the Ecology of Cities. **Science**, v. 319, n. 5864, p. 756–760, 2008.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

IPCC (org.). **Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change**. Genebra: IPCC, 2022.

LUQUE-AYALA, Andrés *et al*. Plataforma urbanas: Hackers cívicos e ativismo digital nas cidades brasileiras. *In*: KRAUS, Lalita (org.). **Cidades inteligentes e contradições urbanas: reflexões para a garantia do direito à cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

MEIJER, Albert; POTJER, Suzanne. Citizen-generated open data: An explorative analysis of 25 cases. **Government Information Quarterly**, v. 35, n. 4, p. 613–621, 2018.

MILAN, Stefania; TRERÉ, Emiliano. Big Data from the South(s): Beyond Data Universalism. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 319–335, 2019.

MORAES, Alana; PARRA, Henrique. Zona de Contágio: emergência pandêmica e práticas de conhecimento. *In*: PARRA, Henrique; MORAES, Alana; PEREIRA, Bru. **Zona de Contágio: Laboratório pandêmico, saberes insurgentes**. São Paulo, 2021.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019**. Nova Iorque: PNUD/ONU, 2019. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relatório-do-desenvolvimento-humano-2019

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. *In*: SILVA, Cátia Antônia da; ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamperina, 2011.

RICAURTE, Paola. Data Epistemologies, The Coloniality of Power, and Resistance. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 350–365, 2019.

RODELL, Matthew; LI, Bailing. Changing Intensity of Hydroclimatic Extreme Events Revealed by GRACE and GRACE-FO. **Nature Water**, v. 1, n. 3, p. 241–248, 2023.

ROY, Ananya. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. **Regional Studies**, v. 43, n. 6, p. 819–830, 2009.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TSING, Anna. **Viver Nas Ruínas: Paisagens Multiespécies No Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

Escapamento ou combustível? A arte como motor para reflexões sobre o automóvel

Edilaine Cunha

As cidades de hoje são o resultado de inúmeras escolhas e decisões que se sucederam historicamente, e quando divagamos sobre outras possibilidades diante do colapso presente, um olhar para o passado descortina devaneios: e se São Paulo tivesse mantido seu desenho fluvial original, sem a retificação dos rios, e a população se deslocasse prioritariamente pelos modais fluviais?

No entanto, a cidade que já mostrava sua vocação para o que foi considerado progresso teve na aplicação do Plano de Avenidas seu ponto crucial. Elaborado em 1930 por Francisco Prestes Maia, o projeto vislumbrava uma cidade eficiente, inspirada por modelos europeus e norte-americanos, e transformou São Paulo definitivamente ao privilegiar o modelo rodoviário.

O investimento no transporte individual como símbolo de desenvolvimento contribuiu para uma cidade desigual, onde as distâncias se ampliam e os deslocamentos se tornam cada vez mais exaustivos. E o automóvel, desde a sua chegada no país, foi conquistando o protagonismo nas ruas como um agente complexo e ambíguo, admirado e execrado.

Para refletir sobre esse objeto, foi desenvolvida a série de obras de arte, *Dispositivos para experiências em suportes móveis*, parte da produção do mestrado apresentado em 2023 ao programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. A partir da cidade de São Paulo, o contexto do carro – e outros veículos – foi analisado sob o ponto de vista do lugar que ele ocupa: estradas, ruas, estacionamentos, garagens e de sua estrutura material.

As onze obras, entre esculturas e imagens digitais, originaram-se com perspectivas de explorar a estrutura física do carro

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_021

e do seu entorno para ressignificar algumas ações cotidianas – e inventar outras.



Vista da exposição ***Dispositivos para experiências em suportes móveis***, no Espaço das Artes, Cidade Universitária - USP, 2023.
Foto: Everton Ballardin

No livro *O Sistema dos Objetos*, Jean Baudrillard elabora uma catalogação para discorrer sobre os utensílios repletos de significados que nos rodeiam. A reflexão sobre os objetos do cotidiano diz muito sobre o uso da técnica para a objetivação do tempo. No entanto, para este conjunto não bastava a apropriação de eletrodomésticos como o micro-ondas ou o aspirador robô, que operam no âmbito privado. O carro, ao ser lançado do ambiente doméstico, onde está a maioria dos instrumentos com que convivemos, se exibe ao mundo para explorar o movimento e velocidade no tempo e espaço.

> O movimento por si só constitui certa felicidade, mas a euforia mecanicista da velocidade vem a ser outra coisa: é fundada no imaginário, sobre o milagre do deslocamento. A mobilidade sem esforço constitui uma espécie de felicidade irreal, de suspensão da existência e de irresponsabilidade. A velocidade tem como efeito, ao integrar o espaço-tempo,

> reduzir o mundo a duas dimensões, uma imagem, vem ela livre de seu relevo e de seu devir, entrega-se de certo modo a uma imobilidade sublime e a uma contemplação. (Baudrillard, 1968).

Em A natureza do espaço, ao analisar os objetos técnicos, Milton Santos diz sobre o automóvel:

> O automóvel fortalece no seu possuidor a ideia de liberdade do movimento, dando-lhe o sentimento de ganhar tempo, de não perder um minuto, nesse século da velocidade da pressa. (...) O automóvel é um elemento do guarda-roupa, uma quase vestimenta. Usado na rua, parece prolongar o corpo do homem como uma prótese a mais, do mesmo modo que os outros utensílios, dentro de casa, estão ao alcance da mão. (Santos, 1996)

Com essa ideia de continuação do corpo, as obras aqui apresentadas se formaram com combinações de prolongadores, dispositivos, aparatos, aparelhos e estruturas que inventam funções. Além disso, trazem representações gráficas acerca do tema do carro.

O automóvel nasce como um bem para poucos (Gorz, 2024) e ainda que cada cidadão pudesse possuir um, não poderíamos sair todos ao mesmo tempo, pois não há espaço para esse volume nas vias, e o fluxo travaria completamente (Schor, 1999).

Além da desigualdade evidenciada pela limitação do poder de compra, ela também se manifesta na distribuição do território, onde o automóvel compete com espaços de habitação e lazer. O projeto viário na cidade de São Paulo empurra as pessoas cada vez mais para longe do centro e muitos, para estarem nas áreas abastadas, se sujeitam a morar em lugares tão pequenos quanto um pedaço de calçada e outros milhares não têm nenhuma escolha.

Essas ideias nos levam a uma reflexão: Qual o nosso lugar no mundo, enquanto espaço físico?

Em uma situação hipotética, se o planeta Terra fosse loteado entre seus habitantes, qual seria a área destinada a cada um dos humanos?

Com uma população de 8 bilhões de pessoas, considerando a área emersa do planeta de aproximadamente 150 milhões de quilômetros quadrados, cada indivíduo disporia de cerca de 18.750 metros quadrados, em média. Um terreno de quase 137m de frente por 137m de fundo. Nesse espaço, o dono do lote teria de coabitar com todos os demais seres terrestres, tudo que existe no planeta, além de suportar toda a infraestrutura para sua manutenção.

Diante disso, preferimos formar agrupamentos e inventamos estruturas para transformar a natureza original, e assim nascem os objetos e toda a técnica – o que inclui a roda e os veículos.

Outra ideia que descende da nossa indagação hipotética é que talvez o espaço que os veículos ocupam no mundo seja uma fração desse loteamento imaginário, mas como um bem particular, um objeto que é comprado e que se desenrola no espaço público. O automóvel é uma propriedade privada que atua no lugar público. Com o pressuposto de que a rua é livre, o leito carroçável é destinado aos veículos automotores e a área que ocupam na concentração urbana é desonerada apenas na condição de movimento. Os veículos parados são submetidos a taxas de estacionamento rotativo.

Uma vaga para estacionar mede por volta de 4.20 x 2.20m, ou seja, 9.24 metros quadrados. Uma vez que existem apartamentos com esta medida em São Paulo, é possível precificar um pedaço de chão traçado na rua. Das reflexões sobre as dimensões da ocupação do carro no espaço público, nasceu ***Vaga***, uma fotografia na escala 1:1 colada na parede que reproduz uma vaga de estacionamento em uma rua de São Paulo. Quando a obra é afixada no espaço expositivo, mesmo com a informação de que o impresso tem a mesma medida da imagem capturada, é espantoso o reconhecimento da dimensão do espaço reservado para o uso do automóvel dado pela escala real.



Vaga, 2022. Impressão em papel couché aplicada sobre parede, 220 x 440 cm.
Foto: Everton Ballardin

O conjunto de obras apresentado partiu de um rascunho que remetia a uma cena conhecida nos desenhos animados, quando o personagem carregava uma vara com uma cenoura amarrada à sua frente, o que o impelia a correr para alcançá-la, sem sucesso. O rabisco, que representava uma vara presa a um para-brisa com um pacote de dinheiro pendurado, foi transportado para o tridimensional para responder ao desejo de elaboração de um suporte a partir de um objeto já existente e que carregava em si a condição do movimento.

O corpo metálico do automóvel veio sustentar a peça que chamei de ***Motivador***, uma estrutura longa de madeira acoplada ao para-brisa do automóvel com ventosas e um gancho de metal pendurado na extremidade. Dentro do carro, estamos sempre atrás do impulso que a obra suscita.



Motivador, 2023. Madeira e metal, 98 x 9 x 4,5 cm.
Fotos: Everton Ballardin / Carin Carrer Gomes + Edilaine Cunha

Os verbos mover e motivar têm origem em comum. O primeiro, no sentido de "pôr (-se) em movimento", e o segundo, em impulsionar. O substantivo motor é etimologicamente parente do nosso ***Motivador***. É o que move, o que movimenta alguma coisa. E quando o substantivo motivo é sinônimo de razão e causa, ocorrem as interrogações: O que são as forças atuantes que determinam a vontade de agir em direção a um objetivo? Vivemos em hiperatividade constante para atender a uma contínua oferta de estímulos. Em uma época onde atributos como sucesso ou fracasso tornam o sujeito responsável em sua individualidade pela sua atuação na sociedade, motivação é o substantivo que não pode faltar.

Byung-Chul Han, em seu livro Sociedade do Cansaço, cunhou o termo "sociedade do desempenho" para descrever o imperativo da produtividade, que diz que o nosso opositor somos nós mesmos, no afã de vencer e nos superar o tempo todo. "O excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma". (Han, 2015)

Do lixo ao luxo

A quantidade enorme de dejetos oriundos da industrialização, que serve principalmente ao transporte e armazenamento de produtos, são recolhidos por mulheres, homens e crianças, em sua maioria negras, em volumes de até 400 quilos por viagem em seus veículos de tração humana. Na rede de relações trabalhistas no setor do transporte, a maioria da força de trabalho está na ponta mais fraca, a da precarização.

A relação entre transportes e sistemas de produção, marcada historicamente pelo Fordismo e Toyotismo, hoje tem na empresa estadunidense Uber a origem do neologismo que ilustra a transformação das relações trabalhistas. Uberização foi o termo criado para definir o trabalho mediado pelas plataformas digitais que se caracteriza pela flexibilidade da carga horária e ausência de vínculo empregatício. Esse sistema está associado a instabilidades econômicas, pois embora os trabalhadores sejam convencidos pelo rótulo de empreendedores, estão sujeitos à insegurança e à falta de direitos trabalhistas nas suas plataformas territoriais. (Tozi, 2021)

Também neste modelo estão os entregadores de aplicativos, de moto e bicicleta, atividade que cresceu vorazmente na fase aguda da pandemia de Covid-19, e que estiveram desprotegidos física e juridicamente enquanto muitos puderam em condições privilegiadas ficar em casa. (Venceslau, 2020)

E excluídos até mesmo dessa nova categorização, pois são apartados também da rede de informação e comunicação, a classe mais fragilizada no segmento de transportes é a dos catadores, que mesmo ao operar nas zonas luminosas da metrópole — com toda sua infraestrutura informacional — (Santos, 1998), paradoxalmente, vive em condições de miséria.

A obra ***Alça*** se desenvolve no âmbito do trabalho precarizado. A peça em madeira descende da carroça do catador para se completar com o corpo do automóvel, um Volkswagen Gol. O aparato, estruturado com encaixes modelados para a porta do carro, foi projetado para que uma pessoa puxe um automóvel com a sua própria força. A ***Alça*** cerca o espaço que abrigaria o corpo de um hipotético participante, o trabalhador e usuário de

automóveis, submetido às penas da economia, onde poucos ganham. Na construção individualista da sociedade atual, ele se vê sozinho a executar uma função hercúlea: a de sobreviver no mundo fabuloso vendido pela publicidade.



Alça, 2023. Madeira, 250 x 150 cm.
Fotos: Everton Ballardin / Carin Carrer Gomes + Edilaine Cunha

Circulando na camada menor da pirâmide social, os carros de luxo costumam exibir em seus capôs emblemas ou estatuetas como representação da marca que colocam seus possuidores em um clube seleto. Em *O Sistema dos Objetos*, Baudrillard dedica o capítulo "A conotação formal: a asa do carro" a este dispositivo decorativo, em formato de "asas". O filósofo discorre sobre o tema:

> As asas do veículo constituem nossa alegoria moderna. Não temos mais musas, temos asas de veículo e nossos isqueiros polidos pelo mar. E é pela alegoria que fala o discurso inconsciente. É na asa do veículo que se exprime o fantasma profundo da velocidade, todavia de modo alusivo e regressivo. Pois se a velocidade é uma função fálica, a asa do veículo deixa transparecer somente uma velocidade formal, congelada, quase visualmente comestível. Não é mais o termo de um processo ativo, mas de uma satisfação "em efígie" da velocidade — como um estado último, passivo, de degradação da energia em signo puro, onde o desejo inconsciente repisa um discurso imóvel". (Baudrillard, 1968)

Os Rolls-Royce são adornados com a *Espírito do Êxtase*, uma imagem feminina com vestes aladas, símbolo da suntuosa fabricante britânica. A estatueta foi encomendada em 1909 a Charles Robinson Sykes para representar o espírito da marca: um símbolo de sonhos, energia e graça. A figura prateada tem claras referências à imagem da deusa grega Niké, associada ao triunfo e dotada de velocíssimas asas (e também inspirou a logomarca da marca esportiva Nike). Na cultura romana ela é Vitória, cuja representação de 200 a.C., encontrada no século XVIII na Samotrácia (Grécia), ocupa lugar de destaque no Museu do Louvre, em sua imponente base em formato de embarcação.

Para o nosso conjunto de obras foi desenvolvida ***Ares***, uma pequena escultura modelada para habitar o capô do carro. Sua figura se origina do desenho do escapamento do carro e se transforma com a redução da escala, a torção do formato e a inversão de posição. Ela deixa a parte inferior e traseira e pousa à frente, no capô do automóvel, como uma figura de proa. As figuras de embarcação conhecidas como carrancas tinham a função mística de afastar os maus espíritos, porém nosso acessório vocifera a cultura do consumo em forma de um bibelô prateado. A curvatura da peça a projeta como uma arma de fogo, cujo tiro sairá pela culatra. Quando no objeto original o produto da combustão do motor é expelido para trás, a nossa peça sugere o contrário, é aos nossos olhos que viria a fumaça escura.



Ares, 2023. Latão banhado em níquel. 11,5 x 7 x 7 cm.
Foto: Everton Ballardin

Na mitologia grega, Ares é o deus da guerra e da violência. Filho de Zeus e pai de Phobos e Deimos (deuses do medo e do terror), ele era associado a conquistas militares brutais e sangrentas. Os romanos na Antiguidade, associaram Ares a Marte, também patrono da guerra, da agricultura e referência do arquétipo masculino.

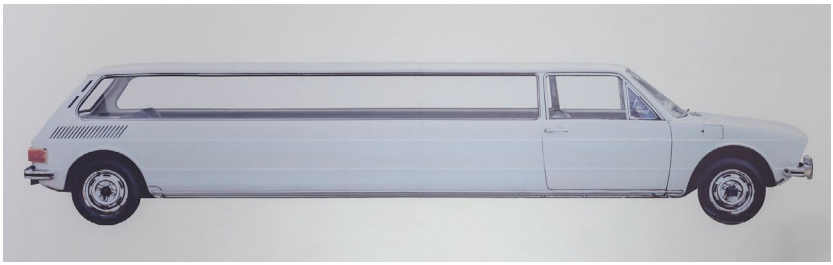
A combustão, advinda das "grandes tubulações como serpentes de alento explosivo", como cita Filippo Marinetti sobre o automóvel no *Manifesto Futurista*, hoje é condenada por sujar a atmosfera do planeta enquanto somos seduzidos por mais uma promessa da indústria: o motor elétrico. E assim viveremos na eterna rotatória das mazelas do transporte individual.

Não tão celebradas como os carros de luxo das grandes marcas, as limusines fazem parte do imaginário do carro como símbolo de riqueza. Com origem nas carruagens utilizadas pela nobreza, ela se adequou à era motorizada e manteve a cabine do chofer apartada e o formato alongado.

A ***Limosilia***, uma imagem do emblemático Volkswagen Brasilia alongado digitalmente para ser impressa e colada na parede, foi criada para evocar os "anos dourados" do Brasil da década de 1960. Em 1973, a Volkswagen lançou o carro em homenagem à capital, fundada 13 anos antes. E essa beldade de formas retas,

espaçosa, projetada para a família, assim como a nova cidade, carregava o perfume do progresso e a crença em um futuro promissor. O Plano de Metas proposto por Juscelino Kubitschek tinha o setor de transportes como prioridade, e em seu governo a indústria automobilística foi uma das mais impulsionadas.

Limosilia, branca como as edificações de Oscar Niemeyer, é cria de uma certa nostalgia utópica, de um desejo de esperança refletido em uma época. A fotografia foi estendida para exibir um espaço sem conforto aparente, espichado para as nossas ambições de luxo em meio à pobreza.



Limosilia, 2023. Impressão sobre papel. 62 x 350 cm.
Foto: Everton Ballardin

Muitos querem estar na capital para ocupar os lugares de poder, então um artifício para a conquista se materializou com a obra ***Plataforma***. A peça nasce como um acessório, um item removível que precisa do carro para existir, pois surge como uma ampliação dele sobre uma brecha vazia, entre a porta aberta e o assoalho. Com esse aparato, o usuário pode trafegar apoiado na porta, com o corpo para fora do veículo. Modelado em metal, ele se molda ao assoalho do carro e se encaixa na porta. Esta estrutura foi suscitada por uma imagem de campanha eleitoral em que um famoso político desfilou de pé para acenar aos simpatizantes, equilibrado entre o interior e a porta do carro aberta, sustentado por um de seus correligionários. A escultura tem a finalidade de oferecer um apoio, ainda que fictício, aos eternos candidatos às ruas de Brasília, e todas as demais.







Plataforma, 2023. Alumínio, 90 x 80 x 9 cm.
Fotos: Everton Ballardin / Carin Carrer Gomes + Edilaine Cunha

Múltiplas violências

A maior contradição na cultura do automóvel é a relação entre velocidade, segurança e a morte. O carro pode ser uma armadura que isola e abriga o usuário do mundo exterior e o guarda de diversos inconvenientes, mas não o protege da ânsia perigosa de ir além dos limites. A indústria fabrica automóveis que já superam a velocidade de 500 km por hora, e o imaginário de transcender o tempo se perpetua entre os amantes das qualidades da alta tecnologia do desempenho automobilístico.

Como a realidade é bem menos glamorosa, — e considerando que, mesmo quando os carros atingiam o máximo de 40 km/h, já aconteciam acidentes fatais —, a legislação passou a exigir os itens de segurança como o cinto de segurança e *airbags*, esses últimos obrigatórios no Brasil desde 2010.

Literalmente, bolsas de ar são infladas em 25 milésimos de segundos, quando acontece uma colisão, o suficiente para pro-

teger o corpo do impacto. O acionamento dos *airbags* acontece a partir de alguns parâmetros, como desaceleração repentina, velocidade e peso dos passageiros. A partir de 30 km/h o sistema pode ser ativado por sensores que disparam uma ignição e uma reação química libera nitrogênio gasoso para inflar as bolsas.

Esses ínfimos milésimos de segundos permanecem para sempre pausados na obra ***Abraço***. A escultura é composta por um assento de condutor, uma estrutura em madeira e almofadas em tecido que simulam *airbags* inflados no momento da colisão. Ela tem um conjunto de 5 bolsas, que não convivem na realidade em nenhum modelo de carro: uma frontal, duas laterais, uma de joelho e uma de cinto de segurança. As bolsas circundam o espaço que seria tomado pelo corpo do motorista e se apresentam eternamente infladas, como se congeladas no momento do acionamento.



Abraço, 2023. Tecido, madeira, banco de carro, courvin. 100 x 50 x 85 cm.
Foto: Everton Ballardin

Outro aspecto sobre a violência que envolve veículos são os incêndios em protestos. São bastante noticiadas as queimas

de carros na França, geralmente na virada do ano. Esses eventos se tornaram recorrentes nos subúrbios, geralmente em resposta ao uso da violência policial contra imigrantes. Muitas notícias simplificam a narrativa desses acontecimentos como vandalismo, destruição de patrimônio, mas poucas contam as reais motivações dessas pessoas. Igualmente, teorizou Ana Clara Torres Ribeiro (2014) sobre as narrativas dos motins nos morros do Rio de Janeiro.

No Brasil, cenário da série de três obras ***Caminho Suave***, também são comuns manifestações que culminam com veículos incendiados e geralmente são atribuídas pela imprensa aos agentes do crime organizado, como são por ela chamados. Os protestos que no nosso país levam a ações contra o patrimônio, o que inclui os veículos, têm um fundo complexo de uma camada social criminalizada e que intenta, por muitos motivos, queimar carros e bloquear vias.

Caminho Suave foi uma cartilha usada na educação brasileira das décadas de 1950 a 1990 e que usava a técnica denominada "alfabetização por imagem". A série homônima é composta por três peças bidimensionais, com imagens manipuladas digitalmente, onde fotografias de veículos incendiados publicadas pela imprensa têm como fundo o mesmo cenário da capa da cartilha. Na primeira, um ônibus, na segunda uma viatura policial e na terceira uma motocicleta e pneus, todos em chamas, na direção em que caminham os dois estudantes ilustrados em primeiro plano.

Ainda que o método da *Caminho* tenha sido considerado ultrapassado, somos cada vez mais informados por imagens. E "suave", na gíria do paulistano, quer dizer que está tudo tranquilo.



Caminho Suave 1, 2, 3. 2022. Impressão sobre papel, 41 x 27,5 cm.
Fotos: Everton Ballardin

Outros percursos

Com o léxico do automóvel, podemos metaforizar dezenas de verbetes para associar à arte, como motor ou combustível para o pensamento, ou mesmo escapamento no sentido de se evadir de uma realidade vil elaborada pelas perversidades do capital. Divagar sobre uma questão ao materializá-la com as concreções artísticas pode acender outros faróis nos pensamentos.

No conto *Drive my Car*, do escritor japonês Haruki Murakami (adaptado para o cinema por Ryusuke Hamaguchi em 2021), Kafuku, um famoso ator e diretor de teatro, e Misaki, sua motorista, revisitam o passado dentro do seu Saab 900. Kafuku teve a habilitação suspensa por ter provocado um pequeno acidente e na ocasião descobriu um glaucoma que causou um ponto cego em sua visão. Seu ponto cego é também seu calcanhar de Aquiles. Ele, que antes do acidente era independente, foi obrigado a se relacionar, dentro de seu carro, com uma estranha, com quem vai entrelaçar seus relatos e construir uma amizade.

No vocabulário do automóvel, o ponto cego é a faixa onde nosso campo de visão é obstruído. E é o próprio corpo do carro em seu arranjo em relação ao nosso olho que, em determinada posição, variável e indefinida, nos impede de ver o exterior.

O carro nos oferece, no mínimo, seis telas transparentes e

dois espelhos que imprimem nossa visão do real. As janelas determinam o que está dentro e fora, e enquanto a transparência do vidro nos permite ver através, os espelhos nos mostram lugares avessos, a paisagem que passou e o que está por vir. Esse conjunto de acessórios nos envolve nessas relações em movimento em que o automóvel é o mediador.

Ponto cego é uma obra na qual a justaposição de chapas de vidro e espelhos, retiradas do corpo do carro, compõe uma visão única de uma paisagem constituída por múltiplas vistas. As placas que compõem as janelas e retrovisores pertencem a um Volkswagen Fusca, que nos conduz a outros percursos. Essa escultura lida com o contrário da prática de perspectiva múltipla usada na pintura cubista; ela achata as vistas tridimensionais para um único ponto. As peças se referem ao carro na ausência dele, pela memória que o desenho dessas telas resgata.



Ponto cego, 2023. Vidros de Fusca, espelhos, prateleira, 110 x 58 x 20 cm.
Foto: Everton Ballardin

Vemos com esta peça uma contradição: ao juntar todos os campos de visão utilizados no desenho do automóvel, dianteiros, periféricos e traseiro, o resultado de ver melhor não se afirma, mas sim o oposto. Tirados do contexto de um campo maior no plano tridimensional e alinhados pelo centro, estes vidros e

espelhos reduzem, mesmo justapostos, a possibilidade de se ver além. Com ***Ponto Cego***, a vontade de compactar o tempo se anula pelo excesso de possibilidades.

A multiplicidade de telas está corriqueiramente na nossa vida cotidiana e a técnica, em nome do progresso, sempre terá novos recursos para nos convencer de seus benefícios.

Em um mundo tão desigual, nos perguntamos: aonde nos levarão os progressos? Convivemos com recursos inimagináveis no passado, uma rede de comunicações que nos conecta mundialmente em tempo real, satélites e veículos que se projetam para outras órbitas e, por outro lado, coexistimos com populações em aviltantes condições de sobrevivência.

Sobre as perspectivas para os planos urbanos e os deslocamentos, ainda que tenhamos em vista promessas inovadoras e interessantes no discurso ambiental, como o carro elétrico, autônomo e o voador, ou possibilidades que ainda não imaginamos, perpetuar-se-á o estorvo nas vias enquanto as soluções não forem projetadas para atender ao coletivo. E em uma sociedade onde se elogia as qualidades das conquistas individuais, hesitamos em assumir os compromissos que o olhar para o público realmente exige.

Álvaro de Campos nos transporta para uma experiência ambígua no poema Ao volante do Chevrolet pela estrada de Sintra:

> ... À esquerda o casebre — sim, o casebre — à beira da estrada.
> *À direita o campo aberto, com a lua ao longe.*
> O automóvel, que parecia há pouco dar-me liberdade,
> *É agora uma coisa onde estou fechado,*
> Que só posso conduzir se nele estiver fechado,
> Que só domino se me incluir nele, se ele me incluir a mim.
> (Campos, 1928)

Edilaine Cunha é artista e pesquisadora, doutoranda e mestre em Poéticas Visuais pelo Programa de Pós-graduação em Artes Visuais na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Participou de diversas exposições em museus,

galerias comerciais e outras instituições. Atua na área de artes visuais com enfoque especial em desenho, imagem digital e escultura.

www.edilainecunha.com

___

Referências

BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 2012.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

BERARDI, F. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

CUNHA, E. **Dispositivos para experiências em suportes móveis**. Dissertação (Mestrado em Poéticas Visuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

FOUCAULT, M. **De espaços outros**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/viw/68705. Acesso em: 30 ago. 2021.

GORZ, A. A ideologia social do carro a motor. In: LUDD, Ned (org.) **Apocalipse motorizado**. São Paulo: Conrad Livros, 2004.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

GARBUTT, R. **Rear-view mirror**: vision, time, modernity and the Anthropocene. Continuum, 31:2, 277-284. Lismore, Australia, 2017.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Editora Hedra. 2008

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KRAUSS, R. E. **A escultura no campo ampliado**. (1979). In: Gávea - Revista do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil, número 1, 1984.

KRAUSS, R. E. **Caminhos da escultura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAIA, F. P. **Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.

MARICATO E., ROCHA R. P (ed). A Cultura do Automóvel. In: **Ciência e ambiente**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. n. 37, jul-dez, 2008.

MC LUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Editora Cultrix. 1964.

ROCHA, P. M. **Roda Viva**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta / TV Cultura, entrevista exibida em 10 de junho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KSFBWGyIua0. Acesso em: 21 ago. 2023.

RIBEIRO, A. C. T. **Teorias da Ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

ITAÚ CULTURAL. Catálogo da Exposição da Ocupação Paulo Mendes da Rocha. São Paulo: Itaú Cultural, 2018.

OKUBARO, J. J. **O Automóvel, um condenado?** São Paulo: Editora Senac, 2001.

OHNO, T. **O Sistema Toyota de Produção** - Além da Produção em Larga Escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Elogio da lentidão**. Folha de São Paulo, 11 de março de 2001. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm Acesso em: 21 ago. 2023.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Editora Nobel, 1990.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1998.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo** – Globalização e meio técnico científico-informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SÁVIO, M. A. C. **A modernidade sobre rodas**: tecnologia automotiva, cultura e sociedade. São Paulo: EDUC, 2002.

SCHWARCZ, L. M, STARLING, H. M. **Brasil**: Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHOR, T. **O automóvel e a cidade de São Paulo**: a territorialização do processo de modernização (e de seu colapso). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

TOZI, F. **Da nuvem ao território nacional**: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 24, n. 3, p. 487-507, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168573. Acesso em: 21 ago. 2023.

VENCESLAU, I. **O comércio eletrônico e a pandemia da Covid-19 no território brasileiro:** tecnoesfera e psicoesfera na expansão do consumo. In: ARROYO, M. & ANTAS JR, R. M. & CONTEL, F. B. (Orgs.). **Usos do território e pandemia**. Dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional. Rio de Janeiro: Consequência, 2020

A plataformização a duas velocidades: os monopólios das big techs e a "plataformização dos pequenos"[1]

Fábio Tozi

Dar sentido à técnica, subordinando-a à ação conduzida por valores, tornou-se atualmente um extraordinário desafio. As forças que conseguirem fazer este movimento, isto é, produzir a mutação do automatismo em sentido, disputarão o poder que emana (e sustenta) o novo sistema social, cujos contornos atualmente apenas se vislumbram.

Ana Clara Torres Ribeiro, 2000, p. 20

Vivendo a distopia tecnológica do período informacional

O e-mail da Uber de 27/05/2024 me informava que ela havia chegado à minha vida há 8 anos, ao mesmo tempo em que ela completava 10 anos no Brasil. As 782 viagens que realizei ("Foram muitos e muitos momentos compartilhados"), a maioria em um chevrolet Ônix ("Coincidência ou não, o fato é esse. Legal, né?!"). Foram 6.529 km percorridos ("Com essa quilometragem, você poderia viajar de São Paulo a Bariloche e ainda esquiar várias vezes em todas as pistas"), 4.088 estrelas recebidas ("Arrasou. Continue sendo do jeitinho que é!").

Sem os fundos para pesquisas que Rosemblat (2018) teve em sua etnografia sobre os motoristas Uber nos EUA e Canadá, posso, contudo, considerar que parte dessas viagens, com motivações diversas, tinham como pretexto a aproximação sucessiva e a experiência com um tema que eu pesquisava. Uma dessas

[1] A pesquisa contou com financiamento do Ministério Público do Trabalho - 3ª Região (Convênio UFMG-MPT-PRT 3, ref. UFMG 078/19-00); do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (proc. 422121/2021-5 e proc. 313407/2025-8); da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (proc. APQ-00992-21). Pequenos trechos deste texto foram utilizados em outros contextos.

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_022

viagens merece uma reflexão particular, pois traz um arranjo entre sujeitos e objetos que não era corriqueira.

No começo de 2020, utilizei o serviço de transporte por aplicativo Uber para me deslocar de minha residência até o Departamento de Geografia, em Belo Horizonte. Durante o trajeto, ao atravessarmos o centro da cidade pela Avenida Afonso Pena, o veículo parou em um sinal de trânsito. O motorista, com os vidros dianteiros abertos — prática comum entre motoristas que buscam reduzir custos evitando o uso do ar-condicionado mesmo em dias quentes — foi vítima de um furto.

Em uma zona conhecida por altos índices de violência urbana, especialmente furtos e assaltos, um jovem aproximou-se do veículo e, com agilidade, introduziu parte do corpo pela janela, subtraindo o celular que estava afixado sobre o painel. A ação foi extremamente rápida. O autor do furto, aparentemente um adolescente, fugiu a pé, ligeiro.

O motorista, visivelmente abalado, percorreu algumas quadras e abordou uma viatura da Polícia Militar que estava estacionada. Como a corrida ainda estava em andamento no aplicativo, os policiais solicitaram meu aparelho celular a fim de acessar a localização do dispositivo furtado, pois o *smartphone* do motorista continuou transmitindo, para o meu dispositivo, a sua localização, mesmo após ter sido furtado. Graças ao rastreamento via GPS era possível visualizar a movimentação do "carro" em tempo real, que era, na verdade, o celular furtado ao motorista.

Minha reação inicial foi de choque e de empatia em relação ao motorista, mas também de desconforto diante da possibilidade de envolvimento em uma ação policial. Sabe-se que essas intervenções policiais são potencialmente violentas contra os infratores. O um celular tinha um valor aproximado de R$ 1.000,00 — um montante significativo para o trabalhador, sem dúvida, mas talvez desproporcional à mobilização que se seguiu. Dentro da viatura. pela contramão e com o giroflex ligado, seguimos perseguindo "o carro" que se deslocava pela tela do meu celular, já em posse do policial.

A viatura parou em frente ao último local em que o sinal do aparelho foi detectado — um shopping popular, conhecido como um local de comercialização de produtos de origens diversas,

incluindo aparelhos eletrônicos furtados ou roubados. Um dos policiais entra no prédio, mas não localiza nenhum suspeito. Enquanto nos deslocávamos, o policial já havia solicitado, por rádio, o registro em vídeo da ocorrência, gravado pela central de monitoramento da Prefeitura. Em poucos minutos, a gravação foi enviada ao seu WhatsApp e, com nitidez, permitiu visualizar os jovens — havia um segundo envolvido, para quem o celular do motorista foi entregue logo após ser furtado, enquanto ambos se ocultavam entre os veículos e pessoas no centro da cidade.

Os policiais retomaram o percurso anterior ao assalto, mobilizando o motorista furtado na tentativa de reconhecer os indivíduos pelas vestimentas. Meu celular continuava com o policial, que ainda olhava para a tela para verificar se o carro por ventura se deslocasse. Nessa diligência, foram abundantes falas punitivistas e a defesa da uso da violência física como castigo — endossados, em certa medida, pelo próprio motorista.

Essa experiência revelou de forma contundente o funcionamento ágil e articulado das tecnologias de vigilância do espaço visando uma finalidade racional. Às câmeras estatais de monitoramento e rastreamento via GPS se somam os dispositivos corporativos, numa cooperação provavelmente não planejada, uma vez que não se realiza pelas portas de interface das API (*Application Programming Interface* ou Interface de Programação de Aplicações) da plataforma digital sob comando da estadunidense Uber. São os agentes da ordem do estado que criam as portas entre as redes. Ambas as redes, mesmo que não conectadas diretamente, servem ao controle: dos corpos (trabalhadores ou não), dos veículos, dos deslocamentos, do espaço. Uma certa distopia pode ser imaginada a partir da reprodução sistemática de situações como essa, bem apresentada por Zuboff (2015) em seu debate sobre o "capitalismo de vigilância" e centralidade dos dados nas sociedades contemporâneas.

Por um lado, essas tecnologias estatais são frequentemente justificadas pelo discurso da segurança pública; por outro, mostram-se como instrumentos eficazes para a execução de políticas punitivistas, que se entrelaçam com práticas extrajudiciais e discursos violentos. A própria geolocalização, entre outras tecnologias, é apresentada pela Uber como uma ferramenta

de segurança para motorista e passageiro. Contudo, neste caso, isso nada adiantou para o motorista, como já veremos.

O caso também expõe uma tensão ética significativa: a mobilização institucional e o aparato policial foram intensos, envolvendo, ao final, três viaturas com sirenes ligadas circulando pelo centro da cidade. De dentro do táxi que peguei em seguida, fiz um relato do que acabara de ocorrer, pelo aplicativo da Uber. Ligaram-me em minutos. A mulher, atenciosa, perguntava se eu estava bem e com meu celular. Eu perguntava sobre o motorista. Ela retrucava perguntando sobre mim. Eu perguntava se iriam ajudar o motorista a localizar seu celular ou a comprar outro telefone, pois era um instrumento de trabalho importante para ele. Silêncio e desconversa. Afinal, o consumidor estava bem.

Dominação política e domínio da inovação no período técnico-cientifico-informacional

O furto que presenciei em 2020 mobilizou objetos técnicos que derivaram do esforço bélico da Segunda Guerra Mundial, constituindo um meio técnico-científico-informacional. É a partir dele que as relações de poder clássicas passam a ser redefinidas. Décadas depois, uma globalização seletiva e perversa se consolida, como observou Santos (2000). Do ponto de vista produtivo, Harvey (1989) nos lembra da importância das inovações e mudanças tecnológicas como impulsionadoras de transformações no modo de produção. Acompanhar os usos desiguais da técnica no território é uma forma de compreender tanto as metamorfoses da sociedade como as do modo de produção — tarefa constante dos cientistas sociais.

Para Santos (1996), há uma distinção entre técnica e tecnologia: as técnicas seriam "como autorizações para o fazer. Os graus de intencionalidade dos objetos derivam daí. Pode-se, pois, imaginar que um espaço tenderá tanto mais a se tornar um espaço racional quanto mais alto for nele o nível de artifício" (Santos, 1996, p. 236). A técnica é, portanto, imprescindível para realização de toda atividade e, ela mesma, um "princípio de racionalidade".

Já a tecnologia "constitui não apenas uma esfera da realidade, mas uma ordem da realidade", possuindo uma racionalidade própria. Logo, a tecnologia tem a ver com regras próprias, com escolhas intencionais, com inovações que podem promover "uma mudança geral nas relações sociais" (Santos, 1996, p. 238)."

Na fase atual e global do capitalismo, e de maneira acelerada nas últimas duas décadas, uma nova camada digital guiada pelas finanças se impõe sobre o espaço construído. A ascensão recente das plataformas digitais, intermediadoras sociotécnicas da circulação (Langley, Leyshon, 2017), engendram um novo regime de acumulação denominado "capitalismo de plataforma" (Srnicek, 2016; Langley, Leyshon, 2017). Os novos agentes hegemônicos desse processo histórico tendencialmente global também são nomeados como plataformas digitais. Há, portanto, que se manter a atenção analítica na diferenciação dos processos gerais e dos seus agentes específicos, sob risco de ocultar-se o papel onipresente das corporações na vida social.

As relações de trabalho contemporâneas e suas formas algorítmicas de exploração (Antunes, 2018; Abílio, 2020; Tozi, 2017). Além disso, a plataformização se torna um paradigma social e, progressivamente, uma condição suporte das relações socioespaciais. Nessa direção, a plataformização da vida social e individual sob as ordens sutis dos algoritmos, como demonstra Sadin (2015), leva à necessidade de correlacionar espaço, cultura e economia. O *big data*, argumenta Zuboff (2015), não é apenas uma tecnologia, mas a expressão sintética de formas de exploração e acumulação baseadas no monitoramento, extração e sistematização de dados que configuram o "capitalismo de vigilância".

A plataformização é um processo amplo e espesso que define o meio geográfico contemporâneo, alastrando-se rapidamente com base na combinação entre redes rígidas (como energia e internet) e objetos técnicos maleáveis, de satélites a *smartphones*. As plataformas digitais assumem sua feição mais tradicional como grandes corporações de informação e tecnologia que definem não apenas um dos modelos de negócio mais rentáveis da atualidade, mas igualmente as maneiras pelas quais as pessoas, os lugares e os objetos se relacionam. A imbricação entre informação e informática marca o "capitalismo informacional"

(Santos, 1996) em uma aspiral ascendente, criando a sua intermediação própria, o meio técnico-científico-informacional. Essa nova camada técnica redefine o exercício do poder.

Ribeiro (1991) clamava pela necessidade de análise conjunta da matéria e do espírito do poder, destacando a capacidade (des)organizadora dos meios de comunicação. A autora estudou a dispersão, pelo Estado, de antenas de retransmissão pelo território durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), criando as condições materiais para que a Rede Globo se tornasse a emissora privada de TV hegemônica no território. A matéria (antenas) e o espírito (a dominação corporativa) são duas dimensões de um mesmo fenômeno, passíveis, portanto, de separação analítica visando compreender suas especificidades.

Por mais que soe como uma obviedade que as *big techs*[2] possuem projetos de poder, toda hipótese nas ciências carece de comprovação empírica. A eleição de Donald John Trump (Partido Republicano), em 2025, desvelou de maneira didática a face atual da relação inseparável que se estabelece entre Estado e Mercado, este entendido como as grandes corporações. Ao apoio público ao Presidente eleito pelos CEOs (*Chief Executive Officer*, ou Presidente Executivo, em português), e suas presenças na cerimônia de posse[3], soma-se o fato de Elon Musk, CEO da Tesla, Space X e X/Twitter, ter sido nomeado para liderar o superministerial Departamento de Eficiência Governamental (em inglês, *Doge - Department of Government Efficiency*).

Não à toa, esta situação tem sido debatida como uma forma hodierna de tecno-fascismo, termo cunhado por Mimura (2011) para esclarecer a ascensão do fascismo no Japão antes da Segunda Guerra, diferenciando-o, nessas características, do fas-

[2] O termo *big tech* refere-se às principais corporações, especialmente globais, que dominam a diversos setores de tecnologia, informação e informática, altamente financeirizadas. Tendem a conformar monopólios e oligopólios territoriais, comandando não apenas os mercados, mas também as intermediações entre pessoas, lugares e objetos. Nessa lista, estão Google, Apple, Meta, Amazon, Microsoft, Nvidia, Tesla, Netflix, Uber e, mais recentemente, empresas chinesas, como Tencent, Alibaba, Xiaomi, Huawei e Baidu.

[3] Participaram da cerimônia de posse os CEOs das principais empresas de tecnologia dos EUA, além de um da China: Mark Zuckerberg (Meta), Jeff Bezos (Amazon), Elon Musk (Tesla, SpaceX e X), Sundar Pichai (Google), Tim Cook (Apple) e Shou Zi Chew (TikTok) (Helmore, 2025).

cismo italiano e alemão. No Japão, o autoritarismo conduzido por tecnocratas, no qual a tecnologia é vista como uma força motriz, levou a uma tecnificação generalizada do governo e da sociedade e à criação de órgãos "técnicos" supraministeriais que acabaram por governar o país.

Para o caso americano, lembremos do discurso de despedida do Republicano Dwight D. Eisenhower (1961), que alertava para os perigos do "complexo militar-industrial" que havia se formado, motivado pela Segunda Guerra Mundial: para o ex-Presidente, sua influência nos órgãos de Governo poderia colocar em risco a democracia americana. Žižek (2018) atualizou essa composição híbrida do Estado americano como sendo um "complexo cognitivo-militar" apoiado nas redes telemáticas, que superaram o setor industrial tradicional. Por isso, acompanhar as ações legais e ilegais dessas empresas é tarefa contínua e essencial, entre elas a prática de *lobbying*[4], mesmo onde é ela é ilegal, a despeito de praticada.

A recepção, pelo sorridente Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, do CEO da Uber, Dara Khosrowshahi, revelava a boa vontade política que se repetia na votação no Senado Federal, quando o PLC n. 28/2017 foi aprovado em 31 de outubro de 2017. O Brasil pós-golpe de 2016 criou uma regulação favorável à atuação da empresa no Brasil, eliminando seu enquadramento econômico como uma empresa de transporte, sua correlata taxação, bem como negando a relação de vínculo empregatício entre a empresa e os trabalhadores (motoristas). Mais que isso, desobrigou a empresa de fornecer dados sobre sua atividade, impedindo desde o planejamento do território e da mobilidade (Tozi, 2020a). Dara Khosrowshahi, vestido com a camiseta da seleção brasileira de futebol, tinha motivos para sorrir mais que o Ministro, como mostram as fotografias desse dia.

De volta à questão americana atual, cuja *persona* é Donald Trump, cabe refletir que ela não se resume à economia e finan-

[4] Veja-se os documentos do "Uber Files", com comunicações internas da Uber divulgados por um antigo executivo da empresa revelam a racionalidade científica das ações da empresa em diversos países, nos quais utilizava-se dos meios mais diversos, ilegais ou imorais, para se consolidar em países onde havia resistências às suas operações, notadamente a França. Mais informações em: https://www.icij.org/investigations/uber-files/

ças, incluindo as sobretaxas de importação e o novos fechamentos de fronteira. É na articulação entre tecnoesfera e psicoesfera (Santos, 1994; Ribeiro, 1991) que pode residir uma chave interpretativa para o projeto geopolítico dos EUA, que inclui a renovação de sua hegemonia global, além da sua balança comercial. Como nos lembra Ribeiro (2009), a cultura é uma chave interpretativa essencial tanto quanto a econômica. O *Soft Power* ganha a roupagem do seu tempo.

A tecnoesfera, por sua vez, mantem-se essencial e permite nova centralidade do comando técnico dos fluxos de informação do mundo globalizado. Se os cabos e demais receptores são mais dispersos, o centro de armazenamento e processamento das informações está rigidamente instalado nos países centrais. Vejamos dois exemplos do desenho da rede como desenho do poder, para usar as palavras de Raffestin (1993 [1980]).

O primeiro exemplo foi a espionagem praticada pela NSA (*National Security Agency*), em 2013, que trouxe ao conhecimento público uma prática que sempre existiu, mas que assume novos meios, mais sutis e eficientes. A partir de informações e documentos secretos divulgados por um de seus ex-funcionários, Edward Snowden, soube-se de um sistema informático de espionagem que envolveria a colaboração ou a interferência em redes de telecomunicações de empresas privadas (*e-mails*, conversas, chamadas telefônicas ou de voz, uso de redes sociais, entre outros) de cidadãos, empresas, diplomatas e Presidentes em vários países, como Alemanha, França, México e Brasil — que teria sido um dos países mais investigados, em volume de interceptações. Particularmente, teriam sido investigadas a Presidenta Dilma Rousseff (PT), seus assessores, e empresas, especialmente a Petrobras[5].

O fato novo trazido pela NSA é que, antes de sua existência, nos EUA, os dados de uma pessoa ou instituição passavam a ser coletados apenas após sua identificação como suspeita. Ao

[5] As informações sobre as espionagens praticadas pela NSA são limitadas, pois os dados e informações são considerados sigilosos. O ex-funcionário Edward Snowden forneceu, em 2013, dados ao jornal britânico The Guardian. O dossiê está disponível em: https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/national-security-agency-surveillance e https://theintercept.com/snowden-sidtoday/?orderBy=publishedTime&orderDirection=desc#archive.

contrário, a NSA realiza a coleta prévia e irrestrita de dados, sob o pretexto da segurança nacional, de proteger-se do "terrorismo" e de identificar, preventivamente, novos "alvos de ataques por inimigos". Portanto, desde o *Patriot Act*[6] (de 26/10/2001), os princípios de privacidade dos cidadãos estadunidenses, como definidos na Quarta Emenda à Constituição, não se aplicam em sua totalidade. Todavia, a espionagem se dá, igualmente, para fora dos limites clássicos da soberania definida em relação às fronteiras nacionais. Em consequência, qualquer país, lugar ou sujeito tornou-se passível de espionagem. É a ingerência de um país dentro do espaço soberano de outro.

O segundo exemplo que trazemos é a concentração geográfica de *data centers*, os poderosos *hubs* de processamento de dados que nos revelam que a "nuvem" da internet e as "plataformas digitais" não prescindem do "chão". Essas "usinas" de dados são fundamentais, uma vez que a digitalização cresce em todas as dimensões da vida — especialmente nas atividades produtivas — tornando-se um diferencial de competitividade. Além disso, os ganhos de eficiência e produtividade prometidos pela Inteligência Artificial (IA) demandam alta capacidade de processamento.

Os *data centers* são "energívoros" e custosos: o Projeto Stargate, anunciado em janeiro de 2025 pelo Presidente Donald Trump é liderado pela Softbank (Japão), OpenAI e Oracle (EUA) e prevê investimentos privados de US$ 500 bilhões em infraestrutura de inteligência artificial a ser instalada nos EUA[7]. Em 2025, os Estados Unidos já são o país com o maior número de *data centers*: 5.427, seguido, de longe, pela Alemanha (529), Reino Unido (523), China (449) e França (322) (Pécout, Piquard, Pinaud, 2025). O governo francês promete investir € 109 bilhões na construção de *data centers*, revelando uma corrida dos países para oferecer a infraestrutura desses serviços digitais, mesmo que as empresas

[6] *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act* (USA Patriot Act), Public Law 107–56, OCT. 26, 2001. Disponível em: https://www.congress.gov/bill/107th-congress/house-bill/03162. Acesso em 04/09/2018.

[7] De acordo com dados da Casa Branca, disponíveis em: https://www.whitehouse.gov/articles/2025/05/trump-effect-a-running-list-of-new-u-s-investment-in-president-trumps-second-term/. Acesso em: 29/05/2025.

que dominam o setor globalmente não sejam, no caso, francesas. O governo brasileiro também estuda, neste momento, um plano para atrair empresas globais de armazenamento de dados.

O Brasil possui 175 *data centers* em operação em seu território (Data Center Map, 2025), com distribuição seletiva: 86, ou 49% deles, está localizada no estado de São Paulo, especialmente na capital, que concentra 58 unidades. Na sequência, os municípios com mais *data centers* em operação são Rio de Janeiro (25), Campinas (17), Fortaleza e Porto Alegre (10), Barueri (8), Brasília (6), Curitiba (5), Belo Horizonte (4), Maringá, Vitória e Recife (3).

Importante destacar, finalmente, o papel crescente da Propriedade Intelectual, dimensão jurídica da psicoesfera hegemônica. No mundo, apenas cinco escritórios concentram a proteção da inovação técnica. Em ordem decrescente, temos: China, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e o Escritório Europeu de patentes (Tozi, 2020b). Rikap (2024) critica essa "monopolização intelectual" que se consolida desde meados do século XIX, dentro de uma lógica de ganhadores e perdedores. Segundo a autora, "a combinação de uma série de transformações jurídicas, econômicas, sociais e tecnológicas resultou na criação de obstáculos artificiais ao acesso ao conhecimento e à informação, entendidos como bens públicos de livre acesso e utilização por todos" (Rikap, 2024, p. 156. Tradução própria).

As empresas que inovaram em um momento "A" auferem vantagens no momento seguinte "B". Isso leva a um ambiente tendencialmente menos inovativo. a despeito dos seus direitos de patente. Essa vantagem de monopólio da inovação impede que outras inovações sejam adotadas e conduz ao que a autora denomina um "monopólio intelectual duradouro"

O progresso da digitalização do território nas últimas décadas e a banalização dos objetos e sistemas técnicos que atuam como sensores da vida de relações têm levado a uma apropriação privada de dados públicos. A IA tem revelado a capacidade das tecnologias em se apropriar do conhecimento histórico, reescrevendo-o apocrifamente.

Plataformização e "psicoesfera da facilidade"

Cada vez mais, as fronteiras entre vida e trabalho, extrativismo e mercantilização são borradas, como observam Mezzadra e Neilson (2013). Para os autores, algumas funções se desenvolvem no "espaço físico", outras no "espaço virtual". A proposta dos autores leva a repensar as noções de fronteira, extrativismo, corpo e espaço a partir da digitalização e da circulação da informação. Contudo, a hibridez atual exige categorias operacionais para não seguir trabalhando com a separação, herdada da modernidade, entre espaço físico e virtual. Nos parece operacional considerar o espaço como híbrido entre matéria e ação, conforme a proposição de Santos (1996), mais afeita à noção latouriana de hibridização entre atores humanos e não humanos (Latour, 2006).

Trata-se, portanto, de pensar o espaço como tecnoesfera e psicoesfera, a primeira, base técnica do período e a segunda, sua esfera imaterial, formada pelo sistema de valores, ideologias, crenças, hábitos e desejos do momento. Kahil (2010) a define como o espírito, ou *éthos*, do capitalismo na atualidade. Há, portanto, uma psicoesfera hegemônica, por mais que não seja uma forma pura, e coexistam, nos lugares e indivíduos, particularidades e especificidades. No mesmo ensejo teórico, Silva (2023) fala em meio técnico-científico-hiperinformacional, correlacionando neoliberalismo, psicoesfera e plataformização.

O sistema de valores apresentado pela plataformização é amplo. Seu léxico, corporativo e ideológico, apresenta-a como "revolucionária", "disruptiva", "neutra", "compartilhada" e "flexível". Contudo, esse discurso se desfaz em face às perversidades dos rígidos sistemas de objetos e dos sistemas de ações contemporâneos, conforme a nomenclatura utilizada por Santos (2000). Gaudin e Aubert (1979) já haviam observado que a inovação, dentro da grande corporação, é apenas uma etapa precedente para um novo processo de padronização e centralização do comando. Logo, trata-se de um modelo de negócio com pouco espaço para a criatividade, a não ser aquela que seja a mais lucrativa para a própria empresa. No mais, Srnicek (2016) apontou como uma das características gerais das plataformas digitais a sua dependência de um efeito rede, isto é, de um número cons-

tantemente crescente de usuários e consumidores. Ou seja, as empresas-plataforma nunca serão grandes o suficiente dentro da sua racionalidade corporativa. Fugir das armadilhas retóricas da psicoesfera em contextos de plataformização é uma tarefa constante da pesquisa científica.

Ensaiamos aqui a noção de "psicoesfera da facilidade" com a finalidade de nomear a particularidade da forma pela qual as plataformas digitais operam o controle do tempo e da ação dos indivíduos, das sociedades e dos lugares, acelerando-os, por meio da automação e direcionando-os, por meio de algoritmos. Isso é possível pela utilização crescente de dispositivos telemáticos georreferenciados, como *smartphones*. Entretanto, aquilo que é apresentado como avanço e melhoria é o seu oposto: a perda da capacidade dos indivíduos de controlar o próprio tempo, escolher e decidir sobre o sentido da ação. Esta perversidade se mascara no fato de que os dispositivos telemáticos nos dão a aparência de que estamos decidindo e escolhendo, a cada etapa e momento, mesmo que se passe exatamente o contrário.

A inspiração para este debate provém das reflexões entre Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro e Samira Peduti Kahil acerca das formas de poder no período técnico-científico-informacional. Os autores analisaram precocemente a consequências do tecnicismo para a sociedade refletindo sobre relações de poder nos usos do território. Para Ribeiro (2000, p. 23), o sistema técnico, propondo-se inicialmente como facilitador e agilizador da sociedade histórica, impõe-se, gradualmente, como único conteúdo valorizável do Ser social.

A indução à ação irrefletida, fenômeno que a autora denomina de ativismo, é constante, e "as redes técnicas possibilitam, ainda, a transformação da comunicação em informação mercantil e a intensificação do ritmo da vida social, o que impede a reflexão, a meditação e a análise" (Ribeiro, 2000, p. 19). Os elementos materiais e imateriais, "ao mesmo tempo em que facilitam a ação, absorvem ação, dela alimentando-se" (Ribeiro, 2000, p. 20). A autora recorre à noção gramisciana de hegemonia para elucidar que a hegemonia incluí a tecnoesfera e a psicoesfera, simultaneamente: "o que garante a reprodução da dominação e o exercício da hegemonia são as condições objetivas mais as

condições subjetivas: não se consegue imaginar outro projeto para a vida social, ou acreditar que existam outros valores além daqueles que já estão sendo difundidos na sociedade neste momento" (Ribeiro, 2014 [2002], p. 185).

Milton Santos alertava que vivíamos uma "aceleração contemporânea" (Santos, 1994, p. 29), na qual um "tropel de eventos" desestabilizava as formas sociais modernas. Foram as corporações globais, em cooperação com os Estados nacionais, que tornaram empírico o tempo da produção, consolidando a "unicidade do tempo" planetária (Santos, 2000). Simultaneidade e instantaneidade se coadunam na busca da mais-valia global. Conquistados os territórios e mercados nacionais, a escala seguinte é a dos lugares e dos sujeitos.

Esse fato não é novo e se repete a cada período marcado pela aceleração. Hobsbawn (1977 [1962]) notava que o século XIX, na Europa, foi marcado pela velocidade e pela aceleração... O perigo também segue sendo o mesmo: nos tornarmos, como na aceleração precedente, "adoradores, dubitativos ou firmes, da velocidade" (Santos, 1994, p. 29).

Usos populares da técnica: a plataformização do pequenos

Em seu "Elogio da lentidão", Santos (2001), já observava que "a maioria das pessoas, das empresas e das instituições não se utiliza das velocidades exponenciais tecnicamente possíveis e muitos continuam a sobreviver na lentidão". Isso não impede, prossegue o autor, que o ideário dominante sugira uma existência com ritmos cada vez mais acelerados. Se velocidade e facilidade confabulam o presente, faz-se necessário refletir, como estimula Ribeiro (2000; 2014 [2002]), não apenas nas finalidades, mas nos meios.

Dialogando com a Teoria dos Dois circuitos da economia urbana, Arroyo (2008) nos recorda que "existem firmas com tempo de circulação mais lento que atendem áreas de mercado menores, muitas vezes limitadas a um distrito ou a um bairro". O fato de atenderem a demandas específicas ou terem raio territorial

reduzido, nos lembra a autora, não é um demérito, mas uma condição de existência. Dialogando com as mesmas bases teórico-conceituais, Montenegro (2020) chama a atenção para o fato de que a as plataformas e os aplicativos digitais tanto renovam as formas de exploração quanto permitem apropriações criativas por parte da economia popular.

A variedade e diversidade dos agentes mostra a riqueza dos "pequenos", contrapondo-se aos "grandes", normalmente marcados pelas corporações globais de cada setor de atuação. Se as corporações-plataforma, como Google, Uber, iFood e 99/DiDi, são hegemônicas no território nacional, muitas são as pequenas plataformas locais, às vezes regionais, estabelecimentos comerciais, cooperativas, associações informais de trabalhadores, entre outras a serem investigadas.

Temos adotado a noção de "plataformização dos pequenos" visando nomear, conhecer e dar visibilidade à diversidade criativa de usos locais das tecnologias, tarefa essencial da ciência geográfica, pois assim revela que o espaço impede a homogeneização dos processos gerais. Num levantamento bibliográfico inicial identificamos uma rica diversidade de processos produtivos, organizações do trabalho e uso de mídias sociais ocorrendo nos diversos lugares do país e do mundo.

Em comum, encontram-se variáveis ligadas ao circuito inferior da economia urbana (Santos, 1975): apresentam baixa capitalização, formas de organização mais simples, uso de tecnologias mais baratas e informações banais. Embora a informação e a informática sejam variáveis centrais, a comunicação horizontal entre os agentes, as necessidades locais (de fornecedores e consumidores) e as situações urbanas particulares se impõem. Seguem, contudo, dependentes das instituições financeiras e das redes e tecnologias mais sofisticadas (internet, GPS, sistemas operacionais e *data centers*). Existe, portanto, um consórcio oportuno entre as limitações econômicas, as disponibilidades técnicas e as necessidades lugarizadas.

Latour (1993) advertia que, para a tecnologia, a existência também precede a essência, ou seja, apenas ao final do percurso, e localmente, um projeto racional desenhado em laboratório adquirirá a sua essência: "o corpo de um objeto técnico é feito de

invólucros, camadas, sucessivas faixas" (idem, ibidem, p. 61). Ou, nas palavras de Simondon (1998 [1992], p. 261), que o inspiraram, "existe em torno de cada produto uma margem de liberdade que permite utilizá-lo com finalidades não previstas".

Alguns exemplos ilustram essa diversidade de formas locais de uso da técnica da plataforma e merecem destaque: em Araraquara (SP), o aplicativo Bibi Mob Coomappa (Cooperativa de Transporte de Araraquara) ganhou visibilidade e se tornou o aplicativo de transporte da cidade. Ele é uma das parcerias do Projeto APP da Cidade, da Prefeitura do Rio de Janeiro, que fornece a infraestrutura tecnológica para que a experiência da capital carioca seja replicada. A sua primeira experiência, o Táxi Rio, permite que qualquer taxista legalizado se cadastre, sem a cobranças de taxas de intermediação, que no caso de Uber e 99 variam de 20% a 40% de cada viagem. Em Vitória (ES), o aplicativo PODD é uma experiência de cooperativismo de plataforma sob responsabilidade da Cooperativa de Transporte Rodoviário. Na capital paulista, o aplicativo Contrate Quem Luta, desenvolvido pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) coloca em contato prestadores de serviço e consumidores que desejam uma relação de trabalho mais justa. A cooperativa Señoritas Courier faz entregas apenas por bicicletas, com mulheres e pessoas não binárias.

Em Minas Gerais, observamos que três cidades se destacam por algumas características em comum: cidades históricas, turísticas, com polos universitários regionais, sem a presença de Uber e 99, contando apenas com aplicativos locais. Em São João del-Rei (MG), mapeamos oito aplicativos, incluindo o MoveSJ, cujas tarifas se aproximam daquelas dos taxistas e taxas de até 15% por corrida. Em Diamantina, empresas como a Buski e Vamos Lá assumem o papel de prestadores de serviço locais plataformizados. Em Ouro Preto, PAMPAM e 2V se formaram a partir da união de motoristas, que contrataram os serviços de tecnologias de desenvolvedores em São Paulo. Essas cidades e esses exemplos, entre outros, serão nosso recorte inicial de pesquisa.

Nessa direção emancipatória, Santos (1988, p. 10) defende a Geografia como uma "Filosofia da técnicas", ou seja, seu papel científico passa por compreender a sociedade realizando-se tec-

nicamente a partir dos usos do território. Considerando a proposta do autor, parece-nos pertinente investigar quais as formas de resistência aos objetos e normas técnicas hegemônicas do presente — que se impõem como realidade à maioria das pessoas e dos lugares —, e quais possibilidades elas nos revelam. Duas questões orientam essa preocupação:

i) como compreender a sociedade realizando-se tecnicamente a partir dos usos do território, rompendo o tecnicismo hegemônico?;

II) quais possibilidades de devir nos desvelam as formas de resistência aos objetos e normas técnicas hegemônicas do presente?

Como já debatemos em outro momento, quando debatíamos a pirataria como uma prática socioespacial (Tozi, 2014), faz-se necessário diferenciar os usos *imitativos* dos usos *adaptativos* da técnica. O primeiro é um conjunto denso e organizado de conhecimentos técnico-científicos-informacionais que exigem grandes investimentos econômicos e infraestruturas territoriais, isto é, insere-se nos espaços corporativos da globalização; o segundo vincula-se às condições do meio geográfico nos lugares onde se manifesta, adotando técnicas de produção, distribuição, circulação e consumo menos modernas ao mesmo tempo em que incorpora, pelas cidades do país, lugares e pessoas cujas existências atrelam-se muito mais à sociodiversidade do circuito inferior da economia urbana do que à especialidade do circuito superior[8].

Os usos adaptativos da técnica estão atrelados mais à sobrevivência cotidiana do que à reprodução do capital e trazem elementos daquilo que Ribeiro (2005) define como sendo o "mercado socialmente necessário", quais sejam: a variação dos preços dependente de negociação, a comunicação se sobrepondo à norma e a proeminência das necessidades (de vendedores e

[8] Conforme Santos (1975), há dois circuitos intercomunicantes e interdependentes da economia urbana, um circuito superior que implica as porções da cidade modernizadas, criando uma divisão do trabalho especializada, enquanto outras, características do circuito inferior, convivem com um meio urbano não renovado. Os circuitos se diferenciam, ainda, a partir das combinações entre capital, tecnologia e organização.

compradores) sobre os aspectos organizacionais. Realizados em contextos diversos dos "pequenos" (pequenas empresas, lojas, estabelecimentos, instituições e mesmo no ambiente doméstico), apoiam-se mais na curiosidade e na necessidade do que no trabalho especializado.

Por fim, sistematizamos alguns pontos a serem considerados no debate sobre o uso da técnica e a plataformização dos pequenos:

- O papel do meio geográfico: o que está disponível no lugar, em termos de composição técnica?
- Como se dá o controle corporativo do mercado? Há grandes corporações que dominam o setor, no lugar, ou elas estão ausentes? Quais as brechas das redes corporativas que permitem a ação de agentes locais?
- Quais as novas coerências que se estabelecem, nos lugares, entre objetos e normas, respondendo a demandas sociais objetivas?
- Quais as capacidades de organização dos agentes locais/regionais, entre eles os trabalhadores, as pequenas empresas e as instituições públicas, entre outros?
- Qual o domínio da técnica (processo de criação, gestão e controle) pelos agentes locais e em quais etapas é possível realizá-lo?

Considerações finais

Este texto, bastante experimental, buscou apresentar a encruzilhada tecnológica que nos intermedia, dominada pela racionalidade das *big techs* e a banalização de modos de vida que esvaziam a dimensão reflexiva da ação, substituída por algoritmos da facilidade e velocidade. Essa "psicoesfera da facilidade" induzida pelas plataformas digitais mascara o exercício do poder e as formas contemporâneas de dominação. Por isso, não surpreende que os algoritmos que prometem flexibilidade e velocidade também banem as áreas indesejadas, normalmente porções da cidade já estigmatizadas e sobre as quais recaem os

"enclaves georreferenciados", por meio da técnica do *geofencing* (Tozi, 2023).

Ao mesmo tempo, buscamos apresentar elementos da tecnopolítica que marca o meio técnico-científico-informacional desde sua gênese. A relação híbrida entre Estado e grandes corporações marca a geopolítica do pós-Segunda Guerra e assume formas distintas nessas últimas décadas. Nesse sentido, o domínio simultâneo da tecnoesfera e da psicoesfera é essencial para a hegemonia hoje. Os casos de espionagem pela NSA e a localização dos data centers pelo mundo evidenciam que normas técnicas e infraestruturas são mobilizadas visando ações racionais específicas.

O relato pessoal inicial, trazendo o furto que presenciei durante uma viagem com um motorista Uber, simboliza a distopia do presente, no qual uma rugosidade de sistemas técnicos de vigilância e agentes sociais distintos são mobilizados a partir de um *smartphone* que continua transmitindo a sua localização após ter sido furtado.

Por fim, buscamos apresentar a multidimensionalidade dos usos da técnica no presente, instigados a pensar os escapes possibilitados pela banalização das modernizações, ou seja, a racionalidade que encontra seus limites dentro da sua própria racionalidade. A docilidade das técnicas atuais, plataformizadas, levam a experiências diversas a partir dos "pequenos", isto é, os agentes sociais diversos, locais e pouco capitalizados estão emprenhando as técnicas hegemônicas com outros usos e finalidades, cujas qualidades nos cabe compreender e desvelar.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, L. C. Digital platforms and uberization: towards the globalization of an admin-istrated South? **Contracampo** – Brazilian Journal of Communication, 39 (1), 12-26, 2020. https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38579

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 04 out. 2008. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/. Acesso em: 10 jun. 2025.

DATA CENTER MAP, Brazil Data Center Market. **Data Center Map**, 2025. Disponível em: https://www.datacentermap.com/about/, Acesso em: 2 jun. 2025

GAUDIN, T.; AUBERT, J-É. Innovation et chômage : pour une lecture culturelle.Technique et culture. **Centre de Recherche sur la Culture Technique**, Neuilly-sur-Seine, n.1,oct., 1979.

HARVEY, D. **The Condition of Postmodernity**: an enquiry into the origins of cultural change. Blackwell, 1989.

HELMORE, E. Trump inauguration: Zuckerberg, Bezos and Musk seated in front of cabinet picks, **The Guardian**, 20 Jan. 2025. Disponíviel em: https://www.theguardian.com/us-news/2025/jan/20/trump-inauguration-tech-executives. Acesso em: 30 maio 2025.

HOBSBAWN, E. **A Era das Revoluções**: Europa 1789–1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 [1962].

RIKAP, C. Qu'est-ce que la monopolisation intellectuelle et pourquoi devrions-nous nous en préoccuper ? Regards croisés sur l'économie, 34(1), 154-163, 2024. https://doi.org/10.3917/rce.034.0154.

KAHIL, S. P. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo, Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 475-485, dez. 2010. https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300005

LANGLEY, P.; LEYSHON, A. Platform capitalism: the intermediation and capitalization of digital economic circulation. **Finance and Society**, 3 (1), 11-31, 2017. https://doi.org/10.2218/finsoc.v3i1.1936

LATOUR, B. **ARAMIS ou l'amour des techniques**. Paris: Éditions La Découverte, 1993.

LATOUR, B. **Nous n'avons jamais été modernes**. Essai d'anthropologie symétrique. Paris : La Découverte, 2006.

MEZZADRA, S.; Neilson, B. (2013). Extraction, Logistics, Finance: Global Crisis and the Politics of Operations. Radical Philosophy, n. 178.

MIMURA, J. **Planning for Empire**: Reform Bureaucrats and the Japanese Wartime State. Cornell University Press, 2011.

MONTENEGRO, M. R. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19, **Espaço e Economia**, 19, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.17256. Acesso em 01 out. 2025.

PECOUT, A.; Piquard, A. ; Pinaud, O. Data centers : la course au gigantisme, **Le Monde**, 01 juin 2025. Disponível em : https://www.lemonde.fr/economie/article/2025/06/01/data-centers-et-intelligence-artificielle-la-course-au-gigantisme_6609751_3234.html. Acesso em: 2 jun. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, (1993 [1980]).

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos

meios de comunicação. *In*: Piquet, R.; Ribeiro, A. C. T. (Org.). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

RIBEIRO, A. C. T. A natureza do poder: técnica e ação social, **Interface** _ Comunicação, Saúde, Educação, v.4, n.7, p.13-24, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário". In: Ribeiro, A. C. T. (Org.). **Formas em crise**. Utopias necessárias. Rio de Janeiro: Edições Arquimedes, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano. O novo economicismo.

In: RIBEIRO, A. C. T. (Org.). El rostro urbano de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2004. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural1/p6art3.pdf

RIBEIRO, A. C. T. **Teorias da Ação.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014 [2002].

RIKAP, C. Qu'est-ce que la monopolisation intellectuelle et pourquoi devrions-nous nous en préoccuper ? **Regards croisés sur l'économie**, 34(1), 154-163, 2024. https://doi.org/10.3917/rce.034.0154.

ROSEMBLAT, A. **Uberland**: How Algorithms Are Rewriting the Rules of Work. University of California Press: 2018.

SADIN, É. **La vie algorithmique**: critique de la raison numérique. Paris: Éditions L'Échappée, 2015.

SANTOS, M. **L'espace partagé**: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-Th. Génin, 1975.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. In: Fernandes, B. M. **Terra Livre**. O Espaço em questão, n. 5, p. 9-20, 1988.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC,1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. Elogio da lentidão. **Folha de São Paulo,** + brasil 501 d.C., 11 mar. 2001. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm. Acesso em: 2 jun. 2025.

SILVA, S. Psicoesfera, neoliberalismo e plataformas digitais: reflexões sobre a cidadania territorial na era hiperinformacional. In: Tozi, F. (Org.). **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais**. São Paulo: Max Limonad, 2023. Disponível em: www.continente.com. Acesso em: 5 jun. 2025.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Polity Press, 2016.

TOZI, F. Uso do território brasileiro por empresas globais de transporte por aplicativos: as estratégias de ação da Uber e as tensões advindas das resistências locais e regionais. **Anais do XII Encontro Nacional da ANPEGE**, 2017. Disponível em: http://hdl.han-dle.net/1843/36926. Acesso em: 30 abr. 2023.

TOZI, F. Pirataria, piratarias: imbricações entre espaço e técnica na contemporaneidade. **Revista Ecopolítica**, v. 1, n. 8, p. 41-61, 2014. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/19463/14423. Acesso em: 30 abr. 2023.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 3, p. 487–507, 2020a. 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.168573

TOZI, F. Intellectual Property Protection and Drug Patents in Brazil. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, out. 2020b. https://doi.org/10.4215/rm2020.e19021.

TOZI, F. A cidade e as novas desigualdades algorítmicas urbanas. *In*: Tozi, F. (Org.). **Plataformas Digitais e novas desigualdades socioespaciais**. São Paulo: Max Limonad, 2023. Disponível em: www.continente.com. Acesso em: 5 jun. 2025.

ŽIŽEK, S. Happiness? No, thanks! **The Philosophical Salon**, 02/04/2018. Disponível em: https://thephilosophicalsalon.com/happiness-no-thanks/. Acesso em: 7 ago. 2018.

ZUBOFF, S. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of Information Technology**. 30, p. 75–89, 2015.

Parte 7

Representações do/no espaço social urbano

Representações do/no espaço urbano

– Relatoria[1] *–*

Manoel Lemes da Silva Neto

Apresentação

A mesa redonda Representações do/no espaço social urbano reuniu Adriana Gomes do Nascimento (UFSJ), Elis de Araújo Miranda (UFF), Ivaldo Lima (UFF) e Reginaldo Cardoso (INCT Inovação, Rede e Território), sob a coordenação de Tamara Tania Cohen Egler (UFRJ).

O debate concentrou-se nas múltiplas formas de apreensão e expressão do urbano, buscando compreender como as representações participam da constituição do espaço social e de suas dinâmicas de poder, pertencimento e visibilidade. A discussão partiu do reconhecimento de que o espaço urbano é, ao mesmo tempo, materialidade e construção simbólica — e de que as imagens, narrativas e linguagens que o descrevem são também formas de produzi-lo e transformá-lo.

As exposições, sob diferentes perspectivas, convergiram na leitura de que o estudo das representações do espaço urbano implica articular dimensões sensíveis, cognitivas e políticas, abrangendo tanto o campo da arte e da cultura quanto o das práticas cotidianas e das mediações institucionais. Tamara Egler, em sua fala inicial, ressaltou que pensar as representações é pensar o que aparece e o que é deixado de fora na cidade, e que a urbanização contemporânea nos desafia a construir novos modos de ler e de dizer o urbano, mais abertos à pluralidade das experiências e dos saberes.

[1] Relatoria produzida com base na diarização completa das falas da mesa "Representações do/no espaço social urbano", conforme gravação pública disponível no canal do LADEUR no YouTube, realizada durante o 3º S[PLURAU] Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo. O texto foi redigido em formato descritivo-interpretativo, sem extrapolações conceituais em relação às comunicações originais.

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_023

1. Exposições

1.1. Espaço, linguagem e experiência urbana

Na exposição de Adriana Gomes do Nascimento, a cidade foi apresentada como um campo de significações em permanente disputa, no qual práticas discursivas, representações sociais e experiências cotidianas se entrelaçam na produção do espaço. A autora propôs compreender o urbano não como simples cenário de ações humanas, mas como construção simbólica e material, estruturada por linguagens, memórias e modos de nomear. Retomando contribuições de Henri Lefebvre, Milton Santos e Ana Fani Carlos, indicou que a cidade deve ser pensada a partir da dialética entre produção e reprodução do espaço, entendendo que cada forma urbana expressa, ao mesmo tempo, relações de poder, valores culturais e possibilidades de vida coletiva.

Adriana observou que as representações não são reflexos neutros da realidade, mas instrumentos que organizam percepções, legitimam decisões e naturalizam desigualdades. Ao tratar da linguagem como mediação central, destacou que a nomeação do espaço — suas categorias técnicas, seus símbolos e suas narrativas — determina o que se torna visível ou invisível na cidade. Essa dimensão simbólica, frequentemente negligenciada pelos discursos de planejamento, é essencial para compreender como se consolidam hierarquias e exclusões. O modo como se descreve uma área periférica, um centro histórico ou uma fronteira urbana, argumentou, repercute nas políticas que incidem sobre esses lugares e na maneira como seus habitantes são reconhecidos ou estigmatizados.

A exposição salientou ainda que o imaginário urbano é atravessado por silenciamentos e seleções: certos territórios e sujeitos são representados como marginais, precários ou perigosos, enquanto outros concentram prestígio simbólico e visibilidade institucional. Essa desigualdade de representação reflete a assimetria de poder que marca a produção do espaço e condiciona as formas de pertencimento. Adriana indicou que o reconhecimento dessa assimetria é condição para repensar a relação entre conhecimento e política urbana, pois os discursos técnicos

e científicos, quando se pretendem universais, frequentemente reproduzem o ponto de vista dominante.

Ao examinar as práticas de planejamento e as políticas públicas, a autora observou que a retórica da racionalidade técnica tende a homogeneizar a diversidade urbana, traduzindo a complexidade do cotidiano em categorias administrativas ou cartográficas que pouco dialogam com as experiências concretas dos habitantes. Nesse processo, a pluralidade das práticas populares — modos de morar, circular, produzir e representar o espaço — é frequentemente invisibilizada. Adriana defendeu que a análise crítica das representações permite recuperar essas vozes e compreender o urbano como campo de disputas simbólicas, no qual o conhecimento é também prática social.

A fala destacou a importância de articular diferentes registros de leitura da cidade: o acadêmico, o técnico e o vivido. Ao aproximar o discurso científico das narrativas cotidianas, torna-se possível revelar contradições e construir interpretações mais inclusivas. As representações artísticas e culturais, por exemplo, podem contribuir para essa ampliação, ao traduzir sensibilidades que escapam à linguagem normativa. O urbano, nessa perspectiva, é uma tessitura de experiências materiais e simbólicas que requer escuta e reconhecimento.

Por fim, Adriana concluiu que pensar o espaço urbano a partir de suas representações é também pensar as condições de sua transformação. Se as representações organizam o visível e o pensável, reconfigurá-las significa abrir novas possibilidades de ação. Assim, compreender o poder das imagens, das palavras e dos discursos sobre a cidade é passo essencial para democratizar o planejamento e fortalecer o direito ao espaço. As representações, afirmou, não apenas descrevem o urbano, mas o produzem continuamente, orientando práticas, sustentando decisões e legitimando projetos de cidade. Reconhecer essa dimensão política do simbólico é reconhecer, igualmente, a capacidade dos sujeitos urbanos de reinventar o espaço e de afirmar, em meio às disputas, novas formas de vida coletiva.

1.2. Imagens e representações na cidade contemporânea

A comunicação de Elis de Araújo Miranda abordou as representações do urbano no cruzamento entre arte, cinema e pensamento social. A autora partiu da noção de representação como forma de construção da realidade, retomando o diálogo entre Durkheim, Moscovici e Bourdieu para discutir como os sistemas simbólicos moldam percepções e valores que orientam a vida coletiva. As representações, explicou, não apenas descrevem o mundo, mas o instituem, porque produzem consensos, delimitam fronteiras e definem o que é visível e o que permanece oculto. Essa perspectiva, derivada da tradição sociológica e da psicologia social, foi mobilizada para investigar o modo como as imagens fílmicas participam da produção de sentido sobre a cidade.

Com base em filmes recentes, como Carvão (2022) e Pedágio (2023), de Carolina Markowicz, Elis examinou as tensões sociais que atravessam a metrópole brasileira contemporânea. As narrativas cinematográficas foram tratadas como dispositivos de conhecimento, capazes de revelar dimensões éticas e afetivas do espaço urbano. A análise destacou a presença de desigualdades persistentes, moralidades contraditórias e mecanismos sutis de exclusão, mostrando que o cinema pode expressar aquilo que os discursos técnicos ou estatísticos não captam — a densidade humana das contradições sociais. Ao abordar essas obras, a autora enfatizou que as imagens operam como uma forma de pensamento, articulando sensações, memórias e categorias sociais, e que nelas se inscreve a experiência do cotidiano urbano, feita de precariedade, desejo e ambivalência.

Elis articulou essa leitura com a crítica urbana de Milton Santos, David Harvey, Henri Lefebvre e Lewis Mumford, ressaltando que a cidade é também um produto da imaginação coletiva. Se para Lefebvre o espaço é socialmente produzido e para Santos ele reflete as contradições entre técnica e existência, o cinema atual revela o modo como esses processos se traduzem em práticas e sensibilidades. As metrópoles, observou, tornaram-se laboratórios simbólicos em que as promessas de modernização convivem com a intensificação da desigualdade. A

autora indicou que as representações audiovisuais ajudam a compreender esse paradoxo, pois permitem apreender como os sujeitos constroem sentido diante da fragmentação e da aceleração do tempo urbano.

A comunicação destacou que compreender o urbano exige atenção simultânea ao visível e ao simbólico, ao dito e ao mostrado. As representações têm, nesse sentido, uma função política: produzem visibilidades, constroem afetos e modulam expectativas sobre o que é possível na cidade. Ao definir o que é mostrável, o cinema participa da disputa de narrativas sobre o urbano, podendo tanto reproduzir estigmas quanto desestabilizá-los. Elis sugeriu que o olhar cinematográfico, quando comprometido com a experiência social, oferece uma via para pensar a cidade de modo mais sensível e plural, aproximando arte e pensamento crítico.

Em diálogo com seu próprio trabalho acadêmico, a autora sublinhou que as imagens de cidade condensam representações sociais de classe, gênero e moralidade, tornando visíveis as tensões entre modernidade e exclusão. As tramas de Carvão e Pedágio expõem a convivência entre o luxo e a precariedade, entre o desejo de ascensão e a violência estrutural que sustenta o cotidiano. Nelas, a metrópole aparece como cenário de contradições e, ao mesmo tempo, como personagem viva, que interfere no destino dos sujeitos. Essa perspectiva reforça a tese de que o espaço urbano é simultaneamente material e simbólico, real e imaginado, e que o cinema, ao representar essa complexidade, amplia o campo de conhecimento sobre a cidade.

Concluindo, Elis Miranda afirmou que as representações audiovisuais não apenas refletem a sociedade, mas intervêm na produção do real. Elas influenciam modos de percepção e de ação, moldando sensibilidades coletivas e questionando o senso comum sobre o urbano. Reconhecer o poder cognitivo e político das imagens é, portanto, reconhecer que o pensamento sobre a cidade não se esgota nas estatísticas ou nas cartografias: ele também se dá nas formas de ver e de sentir. A cidade é, em última instância, uma construção imaginária compartilhada, e o cinema constitui uma das linguagens privilegiadas por meio das quais esse imaginário se refaz continuamente.

1.3. A cidade como texto social

Na exposição de Ivaldo Lima, a cidade foi apresentada como um texto social em permanente reescrita, no qual se cruzam vozes, imagens e narrativas que expressam a diversidade e a desigualdade da vida urbana. O expositor partiu de referências da sociologia e da antropologia urbana para propor uma leitura da cidade como produção comunicacional, enfatizando que o espaço é, antes de tudo, uma linguagem. Cada rua, muro ou grafite, cada gesto e prática cotidiana constituem signos que falam do modo como os sujeitos se reconhecem, se diferenciam e disputam sentido no território. A urbe, observou, é uma forma de comunicação coletiva, um enunciado sempre aberto e contraditório.

A análise indicou que o espaço urbano contemporâneo é atravessado por múltiplos repertórios simbólicos. Entre o cotidiano popular, as políticas institucionais de imagem e a mediatização crescente das relações, forma-se um campo de representações heterogêneo e instável. Ivaldo sublinhou que as tecnologias de comunicação intensificaram esse processo, tornando o urbano um ambiente saturado de signos: painéis, redes digitais, vídeos e intervenções artísticas convivem e disputam a atenção dos habitantes. Essa variedade de linguagens não é neutra; traduz hierarquias e conflitos de poder, pois define o que é valorizado, o que é invisibilizado e quem tem legitimidade para falar sobre a cidade.

Ao articular as práticas culturais e comunicacionais às experiências urbanas, o expositor destacou a importância das narrativas locais e comunitárias, frequentemente silenciadas pelo discurso oficial. As representações produzidas por grupos populares — festas, músicas, murais, mídias independentes — foram citadas como formas de resistência simbólica que contestam os enquadramentos dominantes. Para Ivaldo, compreender a cidade como texto implica reconhecer que a produção do espaço é também a produção de significados, e que os conflitos urbanos são, em grande medida, disputas narrativas. Cada representação, seja institucional ou insurgente, participa da construção de uma determinada visão de mundo.

A comunicação enfatizou o papel central da memória nesse processo. As lembranças e esquecimentos coletivos estruturam o modo como o espaço é vivido e contado. Em bairros populares, as histórias orais, as referências a antigos marcos e as práticas de sociabilidade cotidiana mantêm viva a dimensão simbólica da cidade, mesmo diante de processos de gentrificação e deslocamento. Ivaldo ressaltou que o esquecimento imposto por políticas urbanas ou pela renovação incessante da paisagem produz perda de sentido e desenraizamento. Reescrever a cidade, portanto, não é apenas construir novos edifícios ou vias, mas também redefinir narrativas, restaurar memórias e criar possibilidades de pertencimento.

Ao tratar da mediatização das relações sociais, o expositor observou que o espaço urbano se tornou um campo de visibilidade controlada. A circulação de imagens e informações transforma o modo como as pessoas percebem o lugar onde vivem: a cidade é vivida tanto fisicamente quanto por meio de telas e dispositivos. Essa duplicidade gera uma tensão entre experiência direta e representação mediada. Ivaldo sugeriu que o desafio teórico e político é compreender como essas duas dimensões — a material e a simbólica — interagem e se influenciam mutuamente. A cidade como texto social é, nesse sentido, uma escrita coletiva que se faz entre o concreto e o virtual, entre o vivido e o representado.

O expositor também abordou as implicações dessa leitura para o campo das políticas públicas e da pesquisa urbana. Se o espaço é linguagem, o planejamento deve ser visto como prática discursiva que seleciona vozes e apaga outras. A análise dos modos de comunicação — da arte ao discurso midiático — permite compreender como se produzem legitimidades e como se organizam as fronteiras do reconhecimento. Valorizar a pluralidade das narrativas é condição para democratizar o urbano e ampliar o direito à cidade.

Concluindo sua intervenção, Ivaldo Lima afirmou que interpretar a cidade como texto é reconhecer o caráter inacabado e conflitivo da vida urbana. Cada grupo social, ao narrar o território, reinscreve nele suas experiências e aspirações. A multiplicidade de signos, imagens e discursos não representa desordem,

mas vitalidade. A cidade se mantém viva enquanto permanece aberta à reinterpretação e ao diálogo entre diferenças. Ler o urbano, nesse sentido, é também um exercício de escuta — escuta das vozes que resistem ao esquecimento e que insistem em escrever, nas margens e nas brechas, novas possibilidades de convivência.

1.4. Território, redes e novas mediações

Na intervenção de Reginaldo Cardoso, a reflexão concentrou-se nas dinâmicas de rede e nos processos de inovação social e territorial que marcam o urbano contemporâneo. O expositor analisou como as tecnologias digitais e as novas formas de comunicação vêm criando outras escalas de sociabilidade e de apropriação do espaço, alterando a maneira como o território é percebido, representado e vivido. As redes, observou, articulam dimensões materiais e simbólicas, conectando escalas locais e globais e reconfigurando tanto a experiência cotidiana quanto os modos de ação coletiva.

Reginaldo destacou que compreender o urbano exige hoje incorporar a lógica reticular que estrutura a vida social. O território deixou de ser apenas um recorte geográfico ou institucional e passou a ser também um espaço relacional, definido por fluxos de informação, circulação e afetos. Essa transformação não elimina o espaço físico, mas o ressignifica, ao torná-lo ponto de interseção entre o material e o imaterial. A cidade contemporânea, segundo o expositor, constitui um ambiente híbrido em que ruas, praças e plataformas digitais compõem um mesmo campo de interações.

A comunicação abordou a articulação entre redes digitais e práticas territoriais concretas, mostrando que o urbano se tornou um espaço de sobreposição de escalas e temporalidades. As trocas mediadas por dispositivos tecnológicos atravessam as fronteiras da vizinhança e instauram formas de convivência que não se restringem à proximidade física. Essa condição exige repensar as categorias de comunidade e de pertencimento, pois os vínculos contemporâneos combinam co-presença e distância, territorialidade e conectividade. O expositor sublinhou que

o desafio teórico é compreender como essas relações, mediadas pela técnica, se traduzem em novas configurações de poder e de produção simbólica.

Ao tratar dos efeitos dessas transformações, Reginaldo ressaltou que a difusão das plataformas digitais e das redes de comunicação interfere diretamente na organização da vida urbana. As práticas cotidianas — do consumo à mobilidade, do trabalho às formas de engajamento político — passam a ser moldadas pelos modos de operação das plataformas digitais, que regulam comportamentos e circulações. Esse processo, embora amplie as possibilidades de interação, também aprofunda assimetrias, criando dependências tecnológicas e mecanismos de controle. A análise enfatizou, contudo, que as redes não devem ser compreendidas apenas como instrumentos de dominação: elas constituem também um campo de resistência e de invenção social.

O expositor observou que, em muitos contextos urbanos, emergem experiências colaborativas e solidárias que utilizam as redes digitais para fortalecer vínculos locais e promover práticas de comunicação comunitária. Nessas experiências, o digital é apropriado como meio de construção de autonomia e de ampliação da participação social. Essas iniciativas demonstram a capacidade das populações urbanas de reinterpretar os dispositivos técnicos e de transformá-los em ferramentas de construção do comum.

A noção de comum foi, aliás, central em sua exposição. Reginaldo a apresentou não apenas como categoria política, mas como modo de produção social do espaço. O comum urbano manifesta-se em ações cotidianas de cuidado, partilha e cooperação, que escapam à lógica proprietária e mercantil. As redes, nesse sentido, podem favorecer a emergência de novas formas de comunidade, ao permitir a circulação de informações, afetos e solidariedades entre grupos dispersos. Pensar o comum, afirmou, é pensar também as condições de comunicação que o tornam possível.

Ao final, o expositor enfatizou que o estudo das redes deve articular dimensões espaciais, comunicacionais e políticas, superando visões fragmentadas. As conexões digitais são hoje

parte constitutiva da experiência urbana, e ignorá-las seria restringir o entendimento da cidade. Contudo, compreender seu potencial emancipador requer situá-las dentro das contradições sociais que as atravessam. A cidade em rede é, simultaneamente, espaço de controle e de criação, de vigilância e de solidariedade. O desafio contemporâneo é fortalecer os usos cooperativos das tecnologias e sustentar, nas brechas da conectividade global, práticas que afirmem o direito ao comum.

2. Interações finais e convergências

Ao final da mesa redonda, Tamara Egler retomou os principais eixos do debate, destacando que o tema das representações urbanas evidencia a inseparabilidade entre o pensar e o fazer cidade. A coordenadora observou que compreender o urbano por meio de suas representações é reconhecer que toda forma de produção espacial envolve também uma produção simbólica: imaginar, representar e nomear a cidade é parte do próprio processo de construí-la. As intervenções do público e dos expositores reforçaram essa leitura, indicando que o urbano é um campo de conflitos simultaneamente materiais e discursivos, onde se definem os lugares de visibilidade e de esquecimento, de pertencimento e de exclusão.

Tamara destacou que a discussão revelou uma tensão constante entre o espaço vivido e o espaço concebido, tema que atravessou as exposições. As falas mostraram que as representações urbanas não são apenas interpretações neutras, mas instrumentos que moldam práticas, regulam comportamentos e legitimam decisões. Nessa perspectiva, refletir sobre o poder das imagens, das narrativas e das linguagens significa examinar os modos de dominação e de resistência inscritos na cidade. A coordenadora lembrou que a urbanização contemporânea tende a concentrar a produção simbólica nas mãos de grandes agentes econômicos e midiáticos, o que reforça a importância de valorizar as representações insurgentes, aquelas que emergem das margens e das experiências cotidianas.

As intervenções finais sublinharam, de modo convergente, a necessidade de reconhecer o espaço urbano como cons-

trução coletiva, resultante da interação entre múltiplos saberes e práticas. As linguagens artísticas e culturais, o cinema, as mídias comunitárias e as produções locais foram citadas como exemplos de ferramentas de conhecimento que traduzem sensibilidades urbanas muitas vezes ignoradas pelo discurso técnico. Para os participantes, essas linguagens ampliam o repertório de interpretação do urbano, permitindo perceber nuances e contradições que escapam às abordagens exclusivamente institucionais.

Outro ponto enfatizado foi a urgência de aproximar a crítica teórica das práticas sociais de produção do espaço. As experiências relatadas durante o debate mostraram que a teoria urbana, para permanecer relevante, deve dialogar com as transformações do cotidiano e com as novas formas de mediação técnica e cultural. A cidade não é apenas objeto de estudo, mas campo de experimentação: nela se inventam maneiras de habitar, de comunicar e de conviver que desafiam os modelos consagrados. Tamara observou que o desafio das ciências urbanas é incorporar essas práticas no pensamento crítico, reconhecendo nelas formas legítimas de produção de conhecimento.

As falas também apontaram para a importância de considerar o repertório de experiências locais e periféricas como fonte de inovação conceitual e política. Reconhecer as narrativas dos territórios marginalizados significa abrir o pensamento urbano a outras epistemologias — aquelas que nascem da prática, da memória e da resistência. As representações insurgentes, que rompem com a visão homogênea do urbano, foram destacadas como contribuições indispensáveis para a reconstrução democrática da cidade. Elas revelam que o direito à cidade depende não apenas do acesso aos espaços, mas também da capacidade de representá-los e de narrar o próprio lugar.

O diálogo com o público consolidou essa compreensão ampliada do urbano. As perguntas e comentários ressaltaram a necessidade de conectar a dimensão simbólica do espaço às suas condições materiais, evidenciando que a desigualdade não é apenas territorial, mas também narrativa. Tamara Egler observou que democratizar as representações significa democratizar o próprio processo de construção da cidade: permitir que outras

vozes, linguagens e formas de expressão participem da elaboração do comum.

Encerrando a mesa, a coordenadora reiterou que pensar as representações do/no espaço social urbano é reconhecer a cidade como processo simbólico e político, no qual se entrelaçam conhecimento, imagem e ação. As falas convergiram na defesa de um olhar plural sobre o urbano, capaz de articular teoria e sensibilidade, crítica e imaginação. A cidade aparece, assim, não como estrutura acabada, mas como texto em permanente escrita coletiva — um território de signos, afetos e lutas, onde o gesto de representar é também o gesto de transformar.

Iconografias rebeldes: entre caminhos, visualidades e imaginários

Adriana Nascimento

"Para aqueles da minha geração que acreditam no pensamento crítico"
(Ribeiro, 1988)

A partir da temática "Representações do/no espaço social urbano", o que se propõe com este trabalho é abordar alguns dos encaminhamentos investigativos daquilo que tem sido estudado, sobretudo relacionado a debates que permanecem invisibilizados, por esquecimentos, abandonos e ausência de memórias e práticas territoriais.

Estas invisibilizações, ao serem relacionadas às cidades de pequenas e médias escalas, a compreensões territoriais ancestrais, arqueológicas e patrimoniais (Andrade, 2012), são também posicionadas aos entendimentos hegemônicos de urbano e rural.

Apresentar a complexidade territorial em suas conexões com o debate decolonial e contracolonial (Morin, 2011; Lender, 2007; Haesbaert, 2020; Bispo, 2020) e relações territoriais com e entre o urbano e o rural, tem sido o maior dos desafios epistemológicos com os quais temos nos deparado nos estudos, ensino-aprendizagens e extensão interdisciplinares, articulados e críticos ao Planejamento Urbano e Regional.

Para conduzir as reflexões aqui propostas, estão presentes diferentes análises, iluminadas por autores como Ana Clara Torres Ribeiro e Milton Santos, aliadas a outros pensamentos críticos, decoloniais, contracoloniais, territoriais e feministas, que contribuem para os desafios em diferentes estudos, pesquisas e práticas.

Entendimentos críticos, como o de "crises múltiplas" por Lefebvre (2016) ou de "crise de totalidade" em suas relações

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_024

com o "sujeito corporificado" de Ana Clara Torres Ribeiro (2013b; 2013a), articulados à indissociabilidade espaço-temporal de Milton Santos (1996), são considerados indispensáveis aos debates que cruzam amplas durações históricas e socioespaciais (Nascimento, 2009; Ribeiro, 2007; Braudel, 1895).

Essa complexa relação territorial, que inclui múltiplos corpos, espaços e tempos, reposiciona a consciência de si e do contexto em coexistência, conforme os dizeres de Ana Clara Torres Ribeiro, entre "o singular e o universal". Cito:

> A ontologia do território, em diálogo com a problemática do cotidiano e do senso comum, alimenta a valorização concreta do diverso e do múltiplo e, assim, apoia a reflexão de exigências éticas relacionadas à alteridade, ao Outro. A densidade sociocultural do espaço banal aparece como uma possibilidade de superação de alguns impasses enfrentados por aqueles que, comprometidos com o avanço socialmente justo da modernidade, recusam-se a aceitar imposições advindas dos modelos críticos da modernização, responsáveis por destruição de bagagens culturais, por aumento (incontrolado) da desigualdade social e pelo extermínio dos não modernos em cada período da história do ocidente. (Ribeiro, 2005, p.97)

O olhar crítico corpo-espaço-temporal dos trabalhos foca sobretudo em abordagens latinoamericanas e brasileiras, por meio de análises iconográficas e imagéticas que permitem desvelar prolongamentos históricos até o presente e em riscos futuros, em recusas de modernizações falaciosas.

Esta articulação *corpoespaçotempo* tem estado presente em diversos trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos e propiciado sua compreensão como um método analítico e interpretativo (Egler e Cardoso, 2022) em diferentes frentes. As questões e abordagens para lidar com diferentes problemáticas de pesquisas em andamento e já finalizadas em iniciações científicas, trabalhos finais de graduação e mestrado, estão relacionadas a críticas à lógica urbana advindas, sobretudo, do processo colonial.

Lidar com as irregularidades e assimetrias urbano-rurais, considerando tais diferenças, implica debates, ações, gestões e

práticas políticas específicas, local e regionalmente. Com relação às escalas urbanas e municipais, não necessariamente são abordadas em termos de igualdade, dado que há muitas sedes urbanas que são de pequena escala em municípios de grande escala, em Minas Gerais.

Ao contrapor narrativas hegemônicas, no recorte do Sul de Minas Gerais, delimitado historicamente pela Comarca do Rio das Mortes, busca-se construir uma abordagem rebelde sobre o processo de formação da rede urbana via caminhos históricos.

Não se trata apenas de escalas de abordagem em termos de delimitação macro, meso e microrregional, mas dos sucessivos impactos nas conformações históricas, desde — e alinhada com — a instauração das redes urbanas na América-Latina via processos colonizatórios.

Temos analisado suas mutações em função de interesses globais de exploração e expropriação de recursos naturais com fins de manutenção de lógicas hegemônicas no tempo, considerando-as como colonialidades persistentes (Nascimento e Cioni, 2023) e mesmo lógicas internas (nacionais e estaduais) de redimensionamentos via municipalização.

É sobre essa complexidade que temos nos detido, sobretudo tratando dos desafios históricos, sociais e espaciais, materiais e imateriais, sobre o papel da compreensão territorial, via caminhos históricos e seus entendimentos, a partir de representações e conhecimentos, muitas vezes imageticamente inexistentes ou orientados para estudos e práticas urbanas e regionais, que mais reproduzem do que questionam lógicas hegemônicas.

Considerando a abstração como um processo cognitivo que permite a construção do conhecimento pela educação, em todas as etapas formativas dos sujeitos, desde a infância temos como pressuposto a sua necessária prática crítica e rebelde (Freire, 2014; Hooks, 2020; Ribeiro, 2013c, Hartman, 2022).

Entendemos que, complementarmente ao que se enfatiza em certos debates sobre usos da abstração como ferramenta excludente e manipuladora (Lefebvre, 1991; Ribeiro, 2005a), sobretudo por interesses hegemônicos do capital, é necessário refazer e reposicionar narrativas construídas, também a partir dela, sobre-

tudo em estudos urbanos, regionais e multiescalares, que alicerçam ensino-pesquisa-extensão, também em sua popularização.

Estudando e analisando percursos históricos, utilizando a abstração por dados georreferenciados associados a levantamentos históricos, imagéticos e de campo, como ferramentas complementares, pode-se desvelar camadas de sentidos e práticas territoriais (Ribeiro, 2013a), muitas vezes excludentes, ocultas e invisibilizadas, seja pelas escalas de abordagem e atuação, seja pelas de produção socioespacial.

Os estudos realizados pela pesquisa têm possibilitado justapor e compreender camadas de questões em sua complexidade, articulados com questões políticas e estratégicas governamentais, em processos que permitem visualizar e dimensionar impactos antidemocráticos em mutações territoriais e socioespaciais e culturais no tempo, alicerçadas e instrumentalizadas a partir de ações e gestão advindas do próprio corpo integrado ao Estado (Governo Federal, Estadual e Municipal).

Nesse sentido, os estudos territoriais partem de iconografias que têm sido fundamentais para as pesquisas e resultados alcançados, sobretudo em termos de entendimentos em expropriação socioespacial, cultural e territorial. As iconografias visuais têm sido importantes instrumentos que articulam teoria e prática, seja em termos artísticos, socioespaciais, históricos, políticos, patrimoniais, ambientais e territoriais, também numa abordagem denominada *cosmopoética*.

Há nas reflexões e pesquisas aqui evidenciadas duas principais linhas reflexivas: uma primeira que produz e examina as representações e narrativas derivadas das inovações das redes sociotécnicas nas diversas camadas temporais, articulando e sobrepondo informações georreferenciadas de diferentes naturezas, no sentido de trazer luz a certas invisibilidades.

O caso de relações aparentemente antagônicas, como a entre fixos e fluxos, entre caminhos históricos indígenas, sítios arqueológicos e a malha rodoviária do contemporâneo, sobre os denominados Caminho Velho e Caminho Novo - de São Paulo e Rio de Janeiro em direção à interiorização em Minas Gerais -, relacionados ao ciclo do Ouro. Este é o recorte sobre o qual mais temos nos debruçado.

Conforme orientações de Krenak (2022) acerca do futuro ser ancestral, ao nos atermos à presença dos sítios arqueológicos e suas relevâncias, também relacionadas com a história territorial que envolve biomas, fauna, flora, etnias, outras epistemologias apagadas sucessivamente pelos processos colonizatórios, via caminhos históricos, são sobrepostas informações que permanecem invisibilizadas sobre processos aceleradamente expropriatórios, inclusive de outras memórias e narrativas definidas como *cosmopoéticas*.

Aqui entra a segunda linha reflexiva que examina o espaço-sociocultural, territorial, no sentido de identificar e analisar processos, atores, práticas e ações, espaço-temporais, incluindo os sujeitos da natureza (Acosta, 2020, Nascimento et al. 2022; Silva, 2023).

Esta linha reflexiva incorpora sujeitos humanos e da natureza em sua relação indissociável, já que somos natureza em co-dependência. Aqui também entra a relação com os movimentos sociais e lutas pela vida em diferentes frentes: lutas feministas, saúde coletiva, direitos humanos e da natureza.

Em três tópicos de debate, abaixo elencados, são conduzidos aqui a construção de abordagens em método, metodologias e resultados aqui apresentados por diferentes questões e planos de análise, que buscam responder a perguntas geradoras de debates e não apenas respostas conclusivas.

No primeiro tópico "Caminhos da expropriação colonial: entre o territorial, o local e o global" abordamos teoricamente o debate territorial presente nas obras de Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro em articulação com outros autores e autoras, como os debates do grupo colonialidade/modernidade, feministas decoloniais e contracoloniais.

As perguntas geradoras de reflexões deste tópico são: De que modo operar com as representações do espaço social? Qual o sentido da representação do espaço-social na era da desinformação?

No segundo tópico "Banalizando o mal cotidianamente: vista de cima" apontamos algumas questões e orientações que tornam visíveis as práticas expropriatórias e destrutivas cotidianas, invisibilizadas à escala humana. A pergunta geradora que

orienta o debate é: Como o processo de digitalização transforma as compreensões da existência no território?

No terceiro tópico "Pequenos avanços em "gestos fio" voltados para práticas abolicionistas" são apresentados alguns resultados críticos, decoloniais e contracoloniais orientados pelas seguintes perguntas: Quais são os principais atores dos processos representacionais identificados? Há representações de resistência que podem contribuir para promover a abolição?

As questões auxiliam os processos de ruptura com pensamentos e práticas que têm sido por um lado reproduzidos inquestionadamente sobre o urbano e suas representações, ditas abstratas; por outro, alargam percepções que muitas vezes passariam despercebidas sem suas visualizações.

O caminho, como estrutura espaço-social, é uma dessas invisibilidades, ainda que insistentemente mascarado por práticas hegemônicas desenvolvimentistas. Estudar os caminhos, seus processos constitutivos, históricos e geográficos, criticamente em relação à formação da rede urbana, foi um importante ponto de partida para uma série de trabalhos desenvolvidos sob nossa coordenação e orientação.

As iconografias e estudos imagéticos são fortes aliados metodológicos, tanto em termos de estudos e levantamentos em fontes primárias, quanto em processos criativos e em narrativas contemporâneas. Rever documentos e bases de dados com lentes decoloniais e contracoloniais tem sido um enorme aprendizado.

Com relação aos achados de pesquisa destacamos alguns trabalhos que, orientados pelo movimento espaço-social e espaço-temporal, têm permitido contribuir com um "pensamento paisagem" nos dizeres de Hannah Arendt (2011), alinhados ao "movimento do pensamento" em Ana Clara Torres Ribeiro e com os giros e rupturas epistemológicas (Bispo. 2023; Name, Caúla e Davies, 2024).

Caminhos da expropriação colonial: entre o territorial, o local e o global

O que as pesquisas têm tornado cada vez mais claro é que o projeto de expropriação territorial não está situado apenas no passado, mas permanece no contemporâneo. Pode parecer óbvia a frase em termos históricos, mas o fato é que os estudos territoriais multiescalares, locais-globais (Anjos, 2005; Santos, 2019) contribuem em muito para projetos de lei e de ações que possam ser mais restritivos localmente do que estão sendo induzidos em escala estadual e nacional. Quando é possível e se tem projeto.

Com as múltiplas tentativas e ações deliberadamente antiecológicas, antiambientais, antidemocráticas e destrutivas em práticas cada vez mais perversas que, ignorantes de seus impactos territoriais, aliam corrupções à autodestruição, alicerçadas pela atuação de setores políticos e institucionais conservadores à lógica colonial e expropriatória, os desafios em resistências são diários e para muitos, com efeitos cotidianos.

Considerando o território pelo viés geográfico cultural de Haesbaert (2020; 2022), também conforme orientações contracoloniais, nos quais o corpo é território, é terra, é natureza e dela não se dissocia, ao se expropriar o território, expropria-se a vida, incluindo a própria, em conivência, consciente ou alienadamente. É contra essa lógica expropriatória que a pesquisa tem atuado.

O debate territorial também presente nas obras de Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro ao introduzirem a relação dialética via troca e uso, e entre território usado *versus* território praticado, distingue e contrapõe a lógica capitalista-hegemônica de troca expropriatória à lógica existencial de manutenção da vida por usos e práticas.

Às questões apresentadas para serem debatidas neste tópico (De que modo operar com as representações do espaço social? Qual o sentido da representação do espaço-social na era da desinformação?), desenvolvemos algumas considerações abaixo, a partir de diferentes pressupostos teóricos que se complementam às territoriais acima delimitadas.

Os debates latinoamericanos do grupo colonialidade/modernidade, sobre a colonialidade do ser, do saber e do poder (Lender, 2005; Quijano, 2009; Grosfoguel, 2016) são corroborados por questões e orientações da pedagogia da autonomia, da prática democrática, da liberdade por Paulo Freire (2014) e bell hooks (2020), contribuindo para o papel fundamental da educação na formação dos sujeitos.

Em Ribeiro (2013a), os sujeitos corporificados seriam aqueles que compreendem e atuam em prol da autonomia, própria, coletiva, democrática e com anseios de soberania. Essa é uma luta permanente das abordagens feministas e decoloniais (Hooks, 2020), contra a lógica patriarcal alicerçada por uma *colonialidade persistente*.

Romper com a colonialidade em todas as esferas da vida, a partir de referenciais e repertórios decoloniais, descoloniais e contracoloniais contribui para responder às questões apresentadas.

Abordar o território é pensar relações socioespaciais e espaço-sociais, em seus diferentes sentidos e direções (Nascimento, 2019). A partir de elementos estruturantes artificiais como os caminhos históricos, que articulam materialidades e imaterialidades, fixo e fluxos, entendemos relações históricas invisibilizadas por diferentes processos e agentes, que permitem ver condições espaciais e sociais de diferentes ângulos.

A luta contra a desinformação, os desenraizamentos, a urbanização predatória e os afastamentos da relação com a terra e as sabedorias ancestrais passam pela visibilização dos sentidos e direções que informações e conhecimentos permitem alcançar, já que a dominação do ser ocorre pelo saber e por determinações do poder, conforme orientações decoloniais e em racionalidades alternativas, conforme orientações de Ana Clara Torres Ribeiro (2013c).

A tecnopolítica, nesse sentido, tem papel relevante como ferramenta de regulamentação de informações e dados para a produção do conhecimento, dada a dupla orientação epistemológica que se pode adotar para narrar fatos e fenômenos.

A produção de informação e de conhecimento também pode promover a desinformação. É a sua articulação crítica

entre diferentes conhecimentos, saberes e práticas, que permite avanços e resistências contra-hegemônicas, por mais contraditórias que pareçam.

Os caminhos para a democracia e para o fortalecimento e regeneração de vínculos territoriais, em *corpoespaçotempo* (Nascimento, 2011; Nascimento et al., 2023) requer esforços articulados, em revisões históricas, práticas e políticas.

Os caminhos dos portos do Rio de Janeiro para Minas Gerais trouxeram escravidão, epistemicídios e políticas expropriatórias. Não são apenas a "Estrada Real" que o *marketing* turístico contemporâneo busca vender.

Banalizando o mal cotidianamente: vista de cima

Hannah Arendt, importante referencial teórico-político e filosófico de Ana Clara Torres Ribeiro, oferece importantes contribuições humanistas. Ainda que abordagens sociológicas e filosóficas ofereçam pontos de vista específicos da escala de ação humana e das dinâmicas sociais e cotidianas, consideramos que a transformação antropizada humanamente modernizadora, produzida por armas da ordem e industrial, advindas de heranças bélicas para atuação em grandes escalas, acaba sendo invisibilizada localmente, ainda que largamente mediatizada globalmente.

Hannah Arendt (2011) ao trazer o poema de René Char em suas considerações sobre o presente, fala das "heranças recebidas sem testamento". A condição territorial, desde o processo de colonização, tem sido de desfiguração, expropriação e mais recentemente de contaminação. Esta questão, inúmeras vezes tratada por Ana Clara Torres Ribeiro, é mencionada ao tratar dos "anônimos" e "deserdados" ou mesmo da relação entre "ação social e espaço herdado" (Ribeiro, 2013c, p.61).

A pergunta deste tópico é: Como o processo de digitalização transforma compreensões da existência no território?

Entendemos que o uso de sistemas e plataformas de dados georreferenciados tem permitido ver o que a escala humana não enxerga a olho nu. Para um debate em pé de igualdade em

termos narrativos e argumentativos com o mercado capitalista e neoliberal fundado em *commodities* da expropriação de riquezas humanas e naturais (minerais, em metais e água), é preciso mostrar o que se quer dizer, construir imagens que, pela complexidade e síntese de dados, representativos e multiescalares em tempo e espaço, permitem enxergar.

Muitas das transformações espaço-sociais, por serem estratégicas ao capital e aos seus interesses, quando percebidas ou visibilizadas por desdobramentos fatais, têm consequências irreversíveis. Esse tem sido o caso das ações minerárias, desde o processo de colonização e interiorização, como o recorte minerado (Cioni, 2021; 2024) de Minas Gerais que temos estudado.

O impacto do processo minerário em Minas Gerais tem sido estudado articulado ao processo de formação da rede urbana. O processo de fundação das cidades tem sido estudado principalmente por meio de representações imagéticas, iconográficas, fotográficas e por mapeamentos com recursos diversificados e abordagens metodológicas experimentais.

Essas abordagens têm permitido registrar e tornar visíveis práticas, processos e memórias históricas, incluídos os de povos originários, que têm sido manipulados por interesses globais de mercado, e não para a qualidade e manutenção da vida local.

Os principais impactos ocorrem em termos territoriais e ambientais, atingindo a tudo e a todos que estiverem no caminho. E o que estiver ou esteve no caminho, se mantém apenas como resquício. Aqui entram também dados ambientais e de biomas, arqueológicos, patrimoniais históricos, indígenas e dos povos originários.

E essa é a principal encruzilhada do trabalho, que se pode ver de cima, a partir de uma escala local que, se a olho nu se identifica, geográfica e em escala regional, não pode alcançar.

Pequenos avanços em "gestos-fio" voltados para práticas abolicionistas

Este terceiro tópico apresenta alguns resultados que, realizados em processos de construção coletiva, têm alcançado pe-

quenos avanços em contribuições contra-hegemônicas. Diz de práticas criativas, também extensionistas, resultantes de trabalhos que com alguns gestos buscam responder à seguinte questão: Há representações de resistência social que podem promover abolição?

A noção de "gestos" em Ana Clara Torres Ribeiro (2013c) é fundante para lidar com práticas e ações de resistência social, transgressoras e transformadoras. É nessa articulação gestual que aparece a "rebeldia" cotidiana na manutenção abolicionista da vida.

A abolição, com categoria libertária, retoma Paulo Freire e bell hooks, e incorpora de Françoise Vergès (2023) sua vertente assumidamente decolonial e que insiste em sua necessária efetividade, sobretudo por parte da cultura europeia, e dizemos, não apenas na Europa. Que espaços e tempos, corpos e sujeitos estão localizados em cada contexto?

O ditado popular de que "uma imagem vale mais do que mil palavras" atribuída a Confúcio, é aqui retomado. Se o excesso de imagens e informações, por vezes, não contribui com quase nada ou favorece ainda mais processos de alienação e confusão, a depender de sua potência em termos qualitativos, podem ressignificar entendimentos e subjetivações (Beiguelman, 2020).

Com o sentido e orientação de dar visibilidade às lutas existenciais, as experimentações imagéticas e visuais produzidas contaram com três frentes principais:

1. Com os movimentos feministas, junto ao Fórum de Mulheres das Vertentes, com contribuições em diferentes grupos de trabalho, produções culturais comunicativas e imagéticas (mesas-redondas)
2. Ações e criações artísticas coletivas do grupo de pesquisa A.T.A.;
3. Coordenação e orientação de estudos e trabalhos nos níveis de graduação e mestrado, articulados com diferentes projetos de ensino, pesquisa e extensão, com resultados acadêmicos, científicos e artísticos.

As três frentes de ações estão relacionadas à visibilidade de pautas locais e microrregionais, em "corpo-território", produzidas e difundidas via redes sociotécnicas, com finalidades diversas, incluindo a popularização de conhecimentos, via representações imagéticas críticas e abolicionistas.

Algumas considerações contracoloniais

Ao contrapor narrativas hegemônicas, no recorte da região do Sul de Minas Gerais delimitado historicamente pela Comarca do Rio das Mortes, tem sido construída uma abordagem rebelde acerca do processo de formação da rede urbana via caminhos históricos, também com fins de subjetivação e reposicionamento crítico.

Com relação às perguntas geradoras de cada tópico, enfatizamos que elas servem como guias para os processos e práticas experimentais e metodológicas, que têm um sentido formativo, crítico e contramanipulação e encenações instrumentalizadas. Auxiliares nos processos criativos de visibilização e de visualização de imagens com dados complexos, contribuem para sentidos e orientações libertadoras.

Ao trazermos a abstração como potencial ferramenta auxiliar em orientações contracoloniais e contranarrativa, subvertemos orientações hegemônicas com contribuições em revisões históricas, teóricas e práticas abolicionistas, que associadas a gestos e práticas cotidianas permitem corporificações críticas e abolicionistas.

As perguntas geradoras colocadas ao longo do trabalho são orientadoras de questões provocativas que sucedem em outras:

Quem somos nós na história desse país, com tantos apagamentos históricos ancestrais, incluídas as memórias arqueológicas territoriais? Que corporificação é essa que se dá a partir dos povos ancestrais, do reconhecimento ou não reconhecimento dessas memórias históricas? Como se dá a compreensão territorial do corpo, que extrapola o humano e incorpora também os sujeitos da natureza, já que as cidades estão na natureza? Quem são os sujeitos corporificados?

Ao elencarmos alguns dos resultados produzidos e alcançados em ensino, pesquisa e extensão, oferecemos outras visadas que resgatam o passado no presente, com vias a futuros alternativos e abolicionistas.

Agradecimentos

Reconhecemos a relevância dos financiamentos obtidos para a realização das pesquisas sob nossa coordenação e orientação nos últimos anos, sobretudo de bolsas, recursos e méritos reconhecidos e obtidos via Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), FAPEMIG, CNPq (310367/2025-5) e CAPES.

Os agradecimentos neste artigo vão sobretudo para os estudantes nos diferentes níveis de formação e tipos de vínculos com o Grupo de Pesquisa A.T.A., desde a realização de trabalhos finais de graduação, às pesquisas de iniciações científicas, artísticas e de mestrado, em especial à Suzana Helena Ceranto Ribeiro, Isabela Freitas Cioni, Paulo Jarbas Cardoso da Silva, Maria Cristina Alves Pereira, Rafaella Anielly da Silva Borges, Vitor Bauschert Braz e Mariana Chaves.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Rodrigo M.F. de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**. Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ COPEDOC, 2012.

ANJOS, Moacir dos. **Local/ global: arte em trânsito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BEIGUELMAN, G. Políticas da Imagem. Vigilância e Resistência na Dadosfera. SP: UBU Editora, 2021.

BISPO DOS SANTOS, A. **Somos Terra**. In Terra; Antologia Afro-Indígena. SP: UBU Editora/ Piseagrama, 2023.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo.** Os jogos de trocas. Rio de Janeiro: Cosmo, 1995.

CIONI, Isabela F. **Congonhas: A paisagem como lugar no lugar da Mineração**. Trabalho final de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo. Orientação: Adriana Nascimento. São João Del-Rei: Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), 2021.

CIONI, Isabela F. **Processos Experimentais de Cartografias Poético-Políticas: leituras da paisagem, do território e da mineração em Congonhas/MG**. Dissertação de Mestrado em Artes, Urbanidade e Sustentabilidade. Orientação: Adriana Nascimento. São João Del-Rei: PIPAUS/ UFSJ, 2024

DELFORGE, Alexandre Henrique. **O gerenciamento do patrimônio arqueológico no Estado de Minas Gerais utilizando-se Sistema de Informações Espaciais (SIG)**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, 2010.

EGLER, T.T.C.; CARDOSO, R.L. **Apresentação**. In Cartografias da Ação: O campo de Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p.9-31

GROSFOGUEL, R. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Soc.estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016.

HAESBAERT, R. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições decoloniais**. GEOgraphia, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

HARTMAN, S. **Vidas Rebeldes, Belos Experimentos. Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais**. São Paulo: Fósforo, 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**.1a Edição, São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEFEBVRE. H. **Espaço e Política. O direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática**. SP: Elefantes, 2020.

LENDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

NAME, L.; CAÚLA, A.; DAVIES, F.A. **Tomo 1: Espaços: ou por que isso não é um dossiê e sim uma antologia?** Laje, Antologia Básica: Giro Decolonial em Debate Tomo 1: Espaços, volume 3 - número 1, 2024.

NASCIMENTO, Adriana; CIONI, I.F.; CHAVES, M. CARDOSO, P.J.; SILVA, R.A.; CERANTO, S.H.; BAUSCHERT, V. **Campo-paisagem: Transversalidades em debate.** Revista Indisciplinar, v. 8, n.2, dezembro, 2022.

NASCIMENTO, Adriana. **Territórios do *Corpoespaçotempo*: quem planeja?**. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da Anpur, 2011.

NASCIMENTO, Adriana Gomes do et al.. **Urbanização, Caminhos e Iconografia**: Recortes e Processos Mineiros. In: Anais do 7º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Anais...Belo Horizonte(MG) ON LINE,

7. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/arqedoc2021/395925-URBANIZACAO-CAMINHOS-E-ICONOGRAFIA--RECORTES-E-PROCESSOS-MINEIROS. Acesso em: 15 jun. 2024.

NASCIMENTO, Adriana.; CIONI, I. F.. **Colonialidade persistente nos territórios mineradores: o espaço urbano e regional em Congonhas/MG** In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém. Anais do XX ENANPUR. Belém: ANPUR, 2023, v.1, p.1 - 22

NASCIMENTO, A.; LIMA MARTINS, A.; JULIO DE CARVALHO, I. H.; SOLANO ARDITO, T. ***Corpoespaçotempo* do Abandono: Práticas extensionistas em visualidades e invisibilidades feministas**. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 7, n. 24, p. 294-311, 11 mar. 2024. https://doi.org/10.15210/pixo.v7i24.3971

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social.** In: Boaventura Santos; Maria Meneses (orgs). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina. 2009. (2 ª ed). Coimbra, Portugal, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara T. **Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário**. In Formas em Crise: Utopias necessárias. RJ: Arquimedes Edições, 2005a.

_____. **Outros territórios, outros mapas**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Ano 6 n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005b.

_____. **Sujeito Corporificado e Bioética. Caminhos da Democracia.** In: Por uma sociologia do presente: Ação, técnica e espaço. Vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. p. 29-39.

_____. Ética na Ciência: aspectos sociológicos. In: Por uma sociologia do presente: Ação, técnica e espaço. Vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013b. p.17-28.

_____.**Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos.** In: Por uma sociologia do presente: Ação, técnica e espaço. Vol. 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013c. p.57-73.

RIBEIRO, Suzana Helena Ceranto. **Estudo decolonial territorial mineiro: entre caminhos e centralidades históricas e contemporâneas.** Trabalho final de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo. Orientação: Adriana Nascimento. São João Del-Rei: Universidade Federal de São João Del-Rei, 2022.

SANTOS, M. A **natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoçã**o. (Hucitec, São Paulo). 1996.

_____, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 5a ed., 2014, 120 p.

_____, Milton. **Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVA, P.J.C. Á**rvore sujeito e Escolas Rurais no Município de Serranos - MG**. Dissertação de Mestrado em Artes, Urbanidade e Sustentabilidade. Orientação: Adriana Nascimento. São João Del-Rei: PIPAUS/ UFSJ, 2023.

Cidade do Interior: uma leitura a partir das obras fílmicas *Carvão* e *Pedágio* de Carolina Markowicz

Elis de Araújo Miranda

Introdução

Ao tratar de cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21, propusemos apresentar um ensaio em torno do conceito de *interior*, uma categoria espacial negligenciada tanto no âmbito da ciência geográfica, quanto nas pesquisas no campo do planejamento urbano e regional, bem como nas ações do Ministério das Cidades, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Essa afirmação baseia-se em levantamentos realizados em anais de eventos acadêmicos, periódicos dos campos da geografia e do planejamento urbano e regional disponíveis de forma online e em páginas oficiais que disponibilizam informações sobre intervenções territoriais no Brasil, especialmente Ministérios da Cidade e da Integração e do Desenvolvimento Regional.

As intervenções territoriais e as políticas são orientadas pelos recortes regionais, especialmente tratando problemas associados às regiões metropolitanas ou de cidades médias, nivelando as cidades médias ou as cidades capitais e as demais que compõem as regiões metropolitanas, tratando-as em uma perspectiva homogênea, sem reconhecer as especificidades de cada cidade, a história ou a formação socioespacial e, especialmente, não reconhece os princípios norteadores da cultura de cada lugar.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera os recortes espaciais centrais para o planejamento a Macro Região, a Região Metropolitana, o Espaço Urbano e o Espaço Rural. Conjecturando sobre a diversidade regional brasileira e a discrepante diferença de índices de desenvolvimento urbano entre os municípios brasileiros, têm nos chamado a atenção as

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_025

desigualdades espaciais e, principalmente, desigualdades culturais vivenciadas em áreas urbanas de municípios localizados fora das regiões metropolitanas: as ditas cidades dos municípios do interior ou simplesmente, no interior.

Tais municípios mereceram nossa atenção especialmente durante os anos das eleições presidenciais brasileiras de 2018 e de 2022. As ações do Movimento Brasil Livre (MBL), dos órgãos associados à justiça eleitoral, ênfase à ação de juízes do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), responsáveis pela fiscalização das eleições, da atuação de pastores das igrejas pentecostais e neopentecostais candidatos a cargos eletivos por partidos de direita e, especialmente, dos gestores de campis universitários localizados nos denominados campi fora da sede. Havia um método de fiscalização e intervenção para coibir campanhas eleitorais ou manifestações individuais de declaração de voto para candidatos de esquerda nas cidades, em espaços das universidades e institutos federais. Práticas tais para coibir as campanhas e de fiscalização de manifestações individuais de declaração de votos, que iam desde a gravação de aulas e exposição de vídeos editados em redes sociais, vistoria em gabinetes de docentes, e vistorias nos espaços ocupados por diretórios acadêmicos. Na Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes, houve "batidas" do TRE em salas de aula, abertura da sala do DCE de forma violenta, de gabinetes de docentes para verificação de armazenamento de materiais de campanha eleitoral a abertura de processos administrativos por "suposta perseguição a estudante de direita".

Os resultados das eleições nos levaram a observar alguns indicadores do interior para entendermos o avanço do bolsonarismo e dos princípios ideológicos que sustentam o bolsonarismo, especialmente em municípios do interior das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Os princípios bolsonaristas se orientam pela retórica de defesa da família brasileira – a família branca, constituída por um homem cis, uma mulher cis e filhos igualmente cis; do patriotismo e nacionalismo, do conservadorismo e moralismo de base religiosa cristã, do autoritarismo de autoridades policiais e militares, a disseminação de símbolos e práticas neofascistas, racistas, homofóbicas e

misóginas; do anticomunismo, do negacionismo científico, do direito ao porte e uso de armas para defender a família e a propriedade, da rejeição das instituições dos direitos humanos e ataque aos direitos das mulheres e pessoas trans e da aversão com as ideologias de esquerda e a disseminação da denominada "ideologia de gênero".

Consideramos que tais princípios foram e são os responsáveis pelo crescimento de casos de feminicídios; de pedofilia; do aumento do número de clubes e escolas de tiros; diminuição dos índices de crianças vacinadas no país, o ataque às universidades e institutos de pesquisa e questionamento da veracidade e eficácia de vacinas, das mudanças climáticas, dos estudos de gênero e práticas artísticas; o aumento no número de facções de igrejas pentecostais e neopentecostais; de deputados federais eleitos advindos de grupos religiosos e políticos do interior para os cargos de deputado estadual e deputado federal e estes assumindo as presidências de casas legislativas que historicamente era domínio de políticos das capitais. Arrisco dizer que até mesmo os ditos representantes da esquerda das cidades do interior se tornam cúmplices do bolsonarismo quando se calam diante de temas como o aborto, o assédio sexual e moral e a pedofilia. Afinal de contas, "a família vem em primeiro lugar".

Chamaram-nos a atenção alguns comportamentos contraditórios de sujeitos comuns e de lideranças dos campos acadêmico, político e religioso dessas cidades do interior. Os espaços de universidades públicas localizadas no interior são utilizados para palestras de *coach* com slogans do tipo "transforme seus colaboradores em máquinas de vendas"; encontros de células religiosas evangélicas, encontros de grupos de jovens universitários evangélicos para louvores e reuniões do Movimento Brasil Livre em ambientes institucionais de universidades, um espaço democrático e aberto a todas as formas de manifestação política, religiosa e científica. É democrática a reunião de grupos para disseminar discurso de ódio contra homossexuais, discursos e práticas racistas e de ataque à ciência? Pergunto-me se tais gestores não estariam, no mínimo, negligenciando e assim permitindo o avanço das ideologias neofascistas em ambientes acadêmicos e escolares?

Importa destacar que esta reflexão sobre conceito de interior não tem sido discutida em ambientes acadêmicos, no entanto encontra-se presente em criações artísticas. As obras fílmicas da cineasta brasileira Carolina Markowicz ressaltaram ainda mais o nosso interesse em tentar descortinar os sentidos do interior do Brasil. As produções cinematográficas *Carvão* (2022) e *Pedágio* (2023) apresentam representações de cidades do interior do Brasil a partir de roteiros que mudam a direção do olhar sobre o que historicamente entendemos como vida no interior[1]. Para Carolina Markowicz, o interior do Brasil se tornou um espaço pouco ou nada bucólico e pacato para se viver. A violência é uma personagem central nas tramas que se expressa de diferentes maneiras e alinhava as relações entre as demais personagens e destes com as institucionalidades do Estado e da Igreja. A Família, o Estado e a Igreja compõem um triângulo de proteção dos princípios conservadores e práticas de vigilância e controles sociais eficazes.

Em ambas as obras fílmicas representam-se personagens mulheres nos contextos rural e urbano em dois municípios do interior do Brasil. O primeiro, na região Centro-Oeste e o segundo, na região Sudeste. Enquanto *Carvão* se passa em uma ambiência rural, *Pedágio* é ambientado em área urbana. Os dois filmes da cineasta apresentam uma série de práticas sociais controversas e expõem as vísceras de um sistema orientado por códigos moralistas, conservadores e arcaicos. *Carvão* apresenta uma assistente social envolvida em um caso de proteção de um traficante de drogas internacional, e *Pedágio* mostra uma liderança religiosa neopentecostal envolvida em atos de homossexualidade, e uma frequentadora de igreja neopentecostal flagrada em atos de prostituição.

Assim, este texto visa, de um lado, questionar quais as razões pelas quais os agentes do planejamento não estão refletindo e agindo sobre os espaços do interior, deixando que princípios bolsonaristas cresçam e ocupem espaços na política, na academia, nas agendas culturais que irão promover mudanças em legislações que irão impactar fortemente a vida em capitais

[1] O texto não exibirá imagens do filme em respeito às leis de direitos autorais. Convidamos os leitores a assistirem às produções já disponíveis em streaming.

e regiões metropolitanas. Por outro lado, deseja ressaltar que as artistas conseguem elaborar críticas sociais com muito mais antecedência que os acadêmicos, o que torna o cinema, a literatura e a fotografia fontes de reflexão dos momentos políticos quase que de maneira instantânea e simultânea aos acontecimentos.

I – A Cidade na Literatura Geográfica e do Planejamento Urbano e Regional

A Ciência Geográfica, a Arquitetura e o Urbanismo, a História e o Planejamento Urbano e Regional orientaram nossas leituras sobre a compreensão do conceito de cidade e os processos que levaram a formação de uma organização espacial que marcou definitivamente as relações sociais a partir das mudanças dos modos de produção, da organização do trabalho, das formas de mobilidade humana e das expressões artísticas e culturais criadas a partir das experiências urbanas. A cidade é tema central em cadeiras acadêmicas, seminários, congressos acadêmicos em todas as universidades do mundo. Não há escola de pensamento geográfico que não tenha se ocupado em estudar a cidade.

Ao longo de formação acadêmica em Geografia e Planejamento, tivemos contato com autores oriundos dos principais centros acadêmicos do mundo, com destaque para autores americanos e ingleses, sem desprezar a produção de espanhóis, franceses e brasileiros. Podemos citar algumas obras que fazem parte das referências bibliográficas de qualquer curso de formação de geógrafos, planejadores, arquitetos e urbanistas e historiadores e ainda estão, há décadas, sendo lidos sem que haja um questionamento sobre a ausência de tratamento diferenciado entre cidades do interior, cidades das regiões metropolitanas e cidades-capitais.

Não temos a pretensão de fazer uma revisão sistemática da literatura sobre cidades, mas citar aqueles autores que foram indicados em disciplinas ao longo da formação acadêmica em Geografia e Planejamento e o quanto as cidades do interior não importam para os pesquisadores dos referidos campos. Em nenhuma dessas obras o termo *cidade do interior* é citado.

O livro *A Cidade*, da geógrafa Ana Fani Carlos, foi o primeiro livro lido sobre o tema na graduação. Chamava-me a atenção o tratamento dado à cidade de uma forma nunca experimentada por uma estudante do curso de Geografia de uma cidade amazônica. A cidade, para Ana Fani, é uma experiência europeia e americana com origem na revolução industrial com grandes aglomerados populacionais, cortada por sistemas de transporte rodoviário e ferroviário e uma sociedade consumidora de artes e cultura. A dificuldade de assimilar as ideias da autora se dava pela total falta de familiaridade com aquele tipo de cidade descrita no livro. Buscamos outras referências para compreender o significado de cidade para a geografia, que soava distinto da experiência de cidade vivida até aquele momento.

As buscas seguiram-se com as leituras das obras dos geógrafos Milton Santos (1977), para entender a cidade no contexto da divisão social do trabalho e as interações interescalares que estão associadas à formação espacial de uma cidade, diferenciando-as umas das outras. Nessa busca de entender Carlos e Santos, procuramos em David Harvey e Henry Lefbvre as origens das cidades capitalistas nos Estados Unidos e na Europa. Para Lefbvre, Paris era a síntese da cidade moderna e para Harvey, Nova Iorque era a síntese da cidade pós-moderna. Entendemos que os planejamentos de Paris e Nova Iorque se tornaram referência para inúmeras cidades do mundo em diferentes contextos geohistóricos e culturais. Para compreender o que é cidade, foi preciso buscar as teorias acadêmicas sobre cidades, as cidades na história e a história das cidades e mais recentemente, buscamos entender as linguagens da cidade e como as cidades são representadas em obras de artes.

Em *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*, Lewis Munford (2004) apresenta uma obra de muito fôlego sobre a origem das cidades associando-as a santuários, aldeias e fortalezas militares. Para Munford, as perguntas norteadoras foram: o que é cidade? Como começou a existir? Que finalidade preenche? Passados mais de cinco mil anos, essas perguntas ainda são feitas e entender os momentos de movimentos e os momentos de repousos da vida humana é entender como a cidade, forma espacial, passou a existir e como cada cidade foi

sendo elaborada. Continuamos sem encontrar alguma indicação sobre cidade do interior e as distinções existentes entre essas e as capitais.

Leonardo Benevolo publicou *A história da Cidade*, onde encontramos as mais distintas formas de elaboração de cidades. As reminiscências humanas, escavadas por arqueólogos, montaram o *puzzle* e permitiram responder à pergunta de como começou a existir a cidade e suas finalidades. Mas quem começou a construir a cidade? Os caçadores ou as mulheres? Segundo Munford, a cidade é obra de mulher:

> "A presença da mulher se fez sentir em todas as partes da aldeia: não menos em suas estruturas físicas, com lugares fechados para a proteção, cujos sentidos simbólicos posteriores a psicanálise trouxe, agora tardiamente, à luz. Segurança, receptividade, proteção, nutrição – tais funções pertencem à mulher; e tomam expressão estrutural em todas as partes da aldeia, na casa e no forno, no estábulo e no celeiro, no poço, no paiol, no silo, e dali passam para a cidade, refletindo-se na muralha e no fosso e em todos os espaços internos, desde o átrio até o clausuro. A casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade são obras de mulher. (Munford, 2004; p. 19)

Seguindo as pistas de Munford e Benevolo, não há dúvidas sobre a origem de a cidade ser uma obra feminina posterior à formação das aldeias. E por ser uma obra feminina, a origem da cidade é uma expressão concreta da vida coletiva e solidária, onde todos os membros têm direito à proteção, alimento, cuidado, prazer sexual, cuidado com os mortos e com os animais. Munford afirma que o intercâmbio entre as culturas (dos períodos neolítico e paleolítico) se deu no decorrer de um longo período. Contudo, os processos masculinos venceram e as cidades tornaram-se espaços do controle, da violência e da clausura doméstica para as mulheres. Os homens se orientaram por uma nova definição de proteção. A proteção para as mulheres consistia em preservação da vida, para os homens, o cuidado é expresso no controle das ações, vigilância e castigo aos que não aceitaram os cuidados.

> O orgulho macho dificilmente poderia ter empregado termos mais claros para indicar que, no novo esquema da vida, a mulher já não contava (...) na cidade, novos modos, rigorosos, eficientes, muitas vezes ásperos, até mesmo sadístico, tomaram o lugar dos antigos costumes e da rotina confortável e do ritmo fácil. O próprio trabalho foi destacado das outras atividades e canalizado para a 'jornada' de incessante labuta, sob as ordens de um capataz: o primeiro passo daquela 'revolução na administração' que alcançou seu ponto culminante em nossos dias. Luta, domínio, comando, conquistas eram os novos temas: não a proteção e a prudência, a firmeza ou à resistência passiva das aldeias. (Munford, 2004; pp. 36-36).

Se nas metrópoles e cidades globais as mulheres retomaram suas liberdades e voltaram a ocupar espaços de poder na política, nas academias de ciência ou em espaços corporativos, nas cidades do interior a realidade ainda é de mulheres atreladas a homens. Mesmo aquelas que estudaram e alcançaram níveis intelectuais mais avançados ainda se mantém fiéis aos comandos de seus chefes, maridos, pais, irmãos ou amantes. A mulher que não se submete aos controles dos homens torna-se alvo de ataque não apenas de homens, mas especialmente das mulheres. E as mulheres conservadoras conseguem ser mais cruéis que os homens. Elas sujam as mãos por eles. Assim, não basta eleger mulheres para cargos eletivos; é preciso que sejam mulheres que não estejam sob as proteções de homens.

O trabalho e o modo de produção tornaram-se centrais para a compreensão da cidade. E a obra de Peter Hall, *Cidades do Amanhã*, converteu-se em uma referência para compreender que a cidade é uma obra pensada, planejada e não uma forma concreta espontânea, que brota da terra ou apenas se alastra por espaços vazios, como uma plantação de batatas. O espraiamento do tecido urbano e a verticalização estão associados diretamente a avanços tecnológicos de sistemas de transporte, domínio de novos materiais construtivos que possibilitaram a construção de prédios cada vez mais altos e de sistemas de comunicação.

A cidade, para Peter Hall, é fruto da imaginação humana, mais precisamente, dos homens. Hall cita um panteão dos

movimentos urbanísticos e na lista não há uma única mulher: Howard, Unwin, Parker, Osborn, Geddes, Munford, Stein, MacKaye, Chase, Burnham, Lutyens, Le Courbusier, Wells, Webber, Wright, Turner, Alexanser, Friedmann, Castells e Harvey (Hall, 2005; p3). Apenas Jane Butzner Jacobs, autora do livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, entre outras obras, e Saskia Sassem, autora de *The Global City* são citadas, mas como críticas às obras urbanísticas dos homens.

Uma obra que apresenta a cidade como elaboração humana, pensada, planejada em diferentes contextos geohistóricos-culturais, desfilando estilos decorrentes dos modos de produção em que estão associados, criam estilos de vida e se tornam modelos para cidades e os estilos de vida. Os modos de ser e estar dessas cidades tornaram-se exemplares para pessoas nos mais distantes lugares e o cinema talvez tenha sido o principal veículo de disseminação desses novos estilos de vida tanto para homens quanto para mulheres.

Para Hall, o planejamento é um método de controle com a finalidade de organizar o espaço para melhor fluir o capital, impondo, portanto, reorganizações espaciais a cada novo movimento do modo de produção capitalista. É a reorganização dos centros urbanos, o crescimento das cidades, as mudanças nos tipos e dimensões das habitações e das formas de locomoção e comunicação.

O autor afirma que "o planejamento degenerou numa máquina reguladora negativa, projetada para sufocar toda e qualquer iniciativa, toda e qualquer capacidade criadora" (Hall, 2005; p. 13). O planejamento projeta cidades-empresa com finalidades específicas de produzir lucros, ao mesmo tempo em que para a maioria dos moradores das cidades este é o lugar do medo, da insegurança, do individualismo e cada vez mais, das doenças mentais. Contudo, Peter Hall também não expõe na obra algum sinal de discussão sobre o que é uma cidade do interior — seja na Europa, nos Estados Unidos ou em qualquer país da América Latina.

O livro de Barbara Freitag, *Teorias da Cidade*, de 2006, apresenta uma compilação das teorias sobre cidade. A autora divide o livro em: escola alemã; escola francesa; escola anglo-saxônica do Reino Unido; escola anglo-saxônica americana; teorias de

cidade: a concepção do Brasil e a megalopolização das cidades latino-americanas na virada do milênio. Para a autora, "o termo *escola* serve para designar um conjunto de teóricos que pensaram a questão urbana e o fenômeno das cidades no contexto de sua cultura, de seu tempo, de suas tradições filosóficas e sociológicas (...) escola entendida como um conjunto de ideias (...)" (Freitag, 2006; p.12). Nas referidas escolas de cidades, observa-se que só existem cidades no Ocidente, pois são organizações espaciais que exercem concomitantemente múltiplas funções.

Em todas as escolas de pensamento sobre cidades, só se consideram as capitais do mundo, aquelas associadas aos sistemas produtivos industriais e os centros financeiros globais. Cidade do agronegócio, cidades da mineração, cidades associadas a empreendimentos de geração de energia nuclear ou hidroelétrica não são objeto de reflexão dos teóricos das cidades das diferentes escolas. Então as teorias de cidades não estão pensando as realidades dos "sertões" ou dos "fundos de territórios"? Em mais uma obra identificamos as ausências das cidades na floresta ou das cidades das ilhas como vivenciamos na Pan-Amazônia.

Em "Linguagens das cidades", o crítico, arquiteto e diretor do Museu do Design de Londres, Deyan Sudjic, fez novas perguntas sobre a cidade: o que faz uma cidade ser uma cidade? É um lugar? Uma ideia? E como deveríamos definir a cidade que evolui hoje? Se qualquer lugar pode ser chamado de cidade, então essa definição pode não significar nada. Se Nova Iorque e Santa Isabel do Pará são cidades, o que as diferencia? Para Sudjic, o que faz uma cidade ser uma cidade são: seu nome; seus monumentos — marcos da história e da memória; as pessoas e os recursos: entendidos como recursos financeiros, recursos naturais e as ideias elaboradas por pessoas que podem modificar os cursos da história; a mobilidade – traduzida como navegação — o desenho da cidade e como este desenho pode facilitar as formas de locomoção, espaços de encontros para as mais diversas finalidades.

Se a literatura acadêmica não reconhece as cidades do interior, é na produção artística que encontramos alento aos nossos anseios. Os fotógrafos, romancistas, cineastas brasileiros expõem faces do Brasil pouco ou nada conhecidas para a

maioria da população. Muitos que interagem com as criações desses profissionais duvidam que aquelas cenas fotografadas, descritas ou filmadas podem ter alguma associação com a realidade, pois os livros didáticos escolares e acadêmicos nunca fizeram referências sobre uma cidade sobre palafitas; uma cidade com prédios monumentais às margens de rios na Amazônia ou a existência de cidades às margens das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica.

Conhecemos as realidades das cidades latino-americanas e africanas a partir das representações elaboradas por artistas. As imagens das cidades do interior chegam às capitais como criações fantasmagóricas, cenários improváveis de uma existência real. A relação entre a realidade e as criações artísticas pode ser mais bem entendida a partir dos conceitos de representação e imagem, tratada na sessão seguinte. Posteriormente, faremos a análise dos filmes à luz desses conceitos.

II – Sobre o conceito de representação social e a produção de imagem

A representação, conceito de origem na Sociologia durkheimiana, é apreendida pela psicologia social de Moscovici (1984) e por Bourdieu (1989). Os três autores analisam o conceito a partir de associações com práticas e ações da sociedade contemporânea. Para Durkheim (1978 [1912] p.216), as representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo. Sintetizar ideias por meio de imagens, símbolos e objetos delimita espacialidades e temporalidades de grupos sociais. Um símbolo pode mudar de significado em outro tempo-espaço ou para outros grupos sociais. Moscovici (1984; p.45), inserido no campo da psicologia social, entende que (...) temos que encarar a representação social tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura.

Moscovici aceita que as representações sociais são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas. Uma criação individual pode sim se tornar o símbolo de um grupo social em seu tempo-espaço. Avançando na análise sobre a função das represen-

tações, temos as contribuições de Bourdieu. O pensamento relacional, ou seja, pensar a produção das representações como a produção de formas simbólicas para a apropriação do espaço e a manutenção do poder torna a criação artística um ato político para Bourdieu. Assim, entendemos a representação como elaboração que se constrói no tempo e no espaço e que é, ao mesmo tempo, autônoma - individual — e cultural — quanto é coletiva, que a arte é um ato político e nenhuma representação é destituída de conteúdo político.

Importa ainda associar a elaboração de representações a produções imagéticas. Assim, Valença e Costa (2005: p. 4-6) afirmam que

> As representações são culturalmente formadas, balizando complexas interações humanas, em particular suas práticas espaciotemporais. O estudo das representações não busca apenas compreender as manifestações culturais em seu sentido restrito — teatro, televisão, cinema, vídeo, literatura, etc. — mas, estabelecer relação dessas manifestações com as vivências e o cotidiano nas relações humanas e no contexto social, econômico e político do seu tempo.
>
> As diversas formas de representação permitem a significação de experiências culturais através de seus símbolos e signos visuais e textuais. Analisar e entender as representações implica deparar-se com as tradições, as diferentes convenções artísticas, as diversas formas de comunicação (a mídia), tais como a fotografia, a fílmica ou a literária (...).

Valença e Costa (2005) vão além da definição de representação e expõem as possibilidades metodológicas e documentais para a estruturação da pesquisa que pretende articular espaço, cultura e representação para fins de analisar e explicar fenômenos espaciais e a relação com a produção imagética. Apontam também para a apropriação da dimensão cultural para fins de disseminar ideias. A cultura é produzida em ambientes controlados com finalidades específicas a fim de se tornarem práticas sociais. As igrejas evangélicas criaram o fenômeno cultural da música gospel e o agronegócio investe nos circuitos sertanejos. Em ambos,

os valores dos shows alcançam cifras estratosféricas, em total dissonância com a qualidade artística e de senso estético.

Na perspectiva das ciências sociais e da psicologia social, pode-se definir representação social como aquilo que se impõe entre o observador e o objeto — é o acúmulo de referências do observador que o faz ver a representação para além do objeto. O que vemos nunca é o real e sim são sempre representações sociais — elaborações imagéticas ou discursivas que pretendem disseminar ideias com a finalidade de conduzir o observador ou leitor a um caminho interpretativo da realidade que seja orientado pelo sujeito ou grupo criador de tais representações. Busca-se com as representações direcionar ou manipular interpretações de mundo e conduzir outros sujeitos para determinadas práticas sociais.

Consideramos representações sociais os sistemas jurídicos; os documentos produzidos e registrados em cartórios que nomeiam sujeitos com nomes e sobrenomes de famílias; elaborações cartográficas que definem os pontos cardeais, limites e fronteiras, propriedades; objetos de consumo que definem em que classe social, grupos sociais ou de gênero que pertencemos a depender dos objetos que consumimos. A lista de possibilidades de representações sociais é extensa. Então podemos concluir que tudo é representação social? É representação social tudo que está associado à intencionalidade, transmissão de ideias, delimitação territorial ou práticas associadas às distinções sociais.

Neste texto, observa-se o olhar da arte sobre o interior do Brasil. Que representação do interior a cineasta Carolina Markowicz está produzindo o que ela deseja discutir? Que valores a cineasta desvenda? Que sujeitos, grupos ou instituições estão envolvidos nessas práticas sociais controversas que expõem os conflitos da vida no interior do Brasil, longe dos holofotes e câmeras da grande mídia e longe o olhar crítico da academia e seus cientistas?

As imagens produzidas por Markowicz em suas obras devem ser lidas a partir das orientações de Boris Kossoy e Miranda. Kossoy afirma que as imagens não devem ser desvinculadas do contexto político e cultural específico no qual tiveram lugar

(KOSSOY 1989; p.37), enquanto Miranda (2006; p.30) afirma que as imagens podem ser tratadas como objetos que concentram informações — técnicas, artísticas e da representação social — e estão relacionadas ao tempo e ao espaço de sua produção. Informações sobre a técnica (equipamentos, suportes etc.) e linguagens (pintura, fotografia, cinema, colagem etc.) utilizadas, quem as produziu e em quais circunstâncias, o que retratam, em quais veículos de comunicação as expôs, que ideias estão expressas e a formar o conjunto de questionamentos que devem sempre ser formulados diante de uma imagem produzida, pois cada imagem é produzida para uma finalidade específica — arte, propaganda, ciência, educação. No entanto, a análise deve ser feita em perspectiva relacional, como nos ensina Pierre Bourdieu.

Uma produção artística não pode ser dissociada da sua condição política. Não temos dúvidas ao aceitarmos a ideia de que arte é síntese de ideias e ações políticas. E é com este olhar que analisamos os filmes de Carolina Markowicz, com a convicção de suas intenções políticas ao escrever e dirigir tais obras. Assim, as obras fílmicas foram analisadas como produções artísticas completamente comprometidas politicamente em seu tempo-espaço, demonstrando que a cineasta tem um objetivo muito bem delimitado, que é fazer o espectador pensar sobre este momento histórico em que o Brasil vivencia desde 2016 a partir das realidades do interior do Brasil.

Importa ainda chamar a atenção do leitor para o fato de que um filme é uma sequência de imagens onde cada objeto cênico inserido no cenário e no figurino carrega significados. A luz é outro elemento cênico fundamental para a análise fílmica. O que está posto sob um holofote ou em sombra? A intensidade de cada luz: a luz amarela pode indicar instabilidade emocional; a luz mais azul conduz para a melancolia, tristeza, solidão; a luz vermelha tanto se refere a cenas de amor tórrido quanto de violência; o preto e branco ou o sépia tratam de memórias, do passado. Assim, o desenho da luz é um componente central na elaboração de representações fílmicas, além da sequência de imagens e do texto de cada personagem.

III – Pedágio e Carvão: representações do interior na era bolsonarista

Carvão (2022) e *Pedágio* (2023) são filmes escritos e dirigidos por uma cineasta brasileira. Em suas entrevistas, ressalta a sua condição de mulher lésbica e o quanto o seu gênero está diretamente associado aos temas desenvolvidos em seus roteiros. A autora se coloca no mundo com uma clara intenção de provocar reflexões sobre as convicções moralistas e conservadoras que sustentam a organização social das famílias brasileiras, de agentes públicos e de lideranças religiosas, acadêmicas e midiáticas que representam o campo da ultradireita.

A família, aquela instituição mais poderosa que o próprio Estado e a Igreja, como afirmou Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1998 [1933]), está na centralidade dos filmes. Lembrando as cenas de horrores da sessão da Câmara Federal de 16 de abril de 2016, em que deputados federais votaram pelo *impeachment* da Presidenta Dilma em defesa da "Família Brasileira". Em nome da família pode-se tudo!

Ambos os filmes foram produzidos após as eleições de 2018, e em ambos identificamos a intenção da cineasta em discutir rupturas e fissuras existentes na representação do interior do Brasil, e o esgarçamento do tecido social, confrontando discursos e práticas de seus personagens. O interior é um recorte espacial historicamente associado a uma vida bucólica, tranquila, segura; o custo de vida é mais baixo, há forte contato com a natureza que proporciona sensação de paz e harmonia e a vida comunitária parece pautada na solidariedade.

Em ambos os filmes, a cineasta apresenta a fotografia com um desenho de luz baixa e a com muita fumaça distorcendo as imagens. A fumaça dos fornos de carvão embaça os caminhos em tons de cinza e as fumaças das chaminés, das fábricas e de escapamentos de carros, filtram as luzes da área industrial e da cidade atravessada por uma autoestrada que integra a capital de São Paulo ao Litoral de Santos e Guarujá; assim se compõe o cenário de *Pedágio*. A fumaça simboliza a baixa visibilidade e a vista turva, indicando que esse momento político do Brasil parece estar mesmo sendo vivido sob essa atmosfera nublada, onde

os brasileiros não enxergam a realidade e deixam-se levar por caminhos pouco ou nada iluminados — um *ensaio sobre a cegueira* dos brasileiros. Utilizamos o sentido do iluminado associando aos princípios científicos. A ciência traz a luz para as consciências, enquanto a religião turva os olhos com suas cortinas de fumaça do negacionismo científico.

Os filmes ainda têm em comum a persistência de sons desagradáveis e em alto volume, ensurdecedores, indicando mais uma perda de sentidos para a compreensão da realidade: a audição. Em *Carvão,* as máquinas de secagem e ensacamento compõem os cenários, enquanto em *Pedágio* o som do trem que atravessa o bairro periférico em que vivem as personagens junto aos sons de motores das autoestradas. Além da visão turva, os ouvidos também não são capazes de escutar outras informações a não ser aquelas que se impõem em altos volumes dos autofalantes de rua, das caixas de som automotivo e dos sistemas de autofalante ensurdecedores das igrejas e de programas de rádio de qualidade musical e jornalística duvidosas.

Outro ponto em comum dos filmes que expressam as dificuldades da vida no interior é o sistema de transporte — a mobilidade. No sítio da carvoeira, as personagens só vão à vila uma vez por semana para ir à missa e aproveitam para fazer compras. A visita do agente de saúde só acontece uma vez por mês por falta de transporte e um único profissional atende toda a comunidade. Em *Pedágio*, a personagem principal tem que sair de casa ainda de madrugada para conseguir estar no ponto em que o ônibus da empresa passa para recolher os funcionários que trabalham nas praças de pedágio. Se perder esta condução, só chega ao trabalho de carona.

As crianças e os adolescentes trabalham em horários em que não estão nas escolas. Em cenas que naturalizam o trabalho infantil e de adolescentes, a diretora insere mais um elemento para a discussão sobre a vida no interior. O trabalho é a principal atividade de todos os personagens e o único momento de lazer ou entretenimento é frequentar a missa ou o culto, a depender da orientação religiosa. Escutar o programa de rádio deve ser alternado com o assistir o programa da televisão em função do preço elevado da energia. Mais um mito quebrado: o baixo custo

de vida no interior. O esvaziamento da cultura e das artes nessas cidades facilita os controles sobre as vidas das crianças e dos adolescentes por parte da igreja e do patrão. É comum que as crianças frequentem as Escolas Bíblicas de Férias (EBF)[2] e os adolescentes frequentem os retiros[3].

Em ambos os ambientes, a cineasta expõe a vida precária de todas as personagens e como cada uma busca a sobrevivência. Os dramas familiares são produzidos por normas conservadoras e moralistas impostas por religiões ou normas sociais de instituições doe Estado e são essas mesmas normas que conduzem as personagens para o encontro com as tragédias humanas. Com a miséria e as tragédias impostas à realidade, a busca por orientações religiosas é a solução para a resolução dos problemas.

Em *Carvão*, a personagem se vê responsável pelos cuidados de uma criança, de um pai velho e muito doente, dos afazeres da casa e do trabalho na carvoaria. Uma mulher cansada que já não lembra mais a *miss* de outrora, que só existe em uma fotografia de baixa qualidade pregada com *durex* na parede do quarto do visitante. Casada com um homem que já não lhe deseja, a pedido da agente municipal de saúde aceita hospedar um estrangeiro que lhe pagará muito bem pela hospedagem. A presença de outro homem na casa aguça a sua autoestima.

Os valores morais da tradicional família brasileira católica

[2] O Programa de **EBF - Escola Bíblica de Férias** constitui de: história bíblica, história missionária, músicas, fantoches ou teatro, trabalhos manuais, brincadeiras, lanche, etc. Toda essa programação atrai a garotada para aprender a Palavra de Deus. O objetivo é a evangelização das crianças da redondeza da Igreja. Informações localizadas na página da Livraria da APEC: Aliança Pró-Evangelização das Crianças (https://apeconline.com.br/escola-biblica-de-ferias-1.html).

[3] A página do Recanto Canaã (https://www.recantocanaa.com.br/) diz que "Os retiros que a Igreja costumeiramente promove para os cristãos têm por objetivo imitar o exemplo de Jesus, a fim de colocar-se em oração e escuta da vontade de Deus para a construção e edificação do Seu Reino na Terra, por meio da conformação de seus filhos e filhas a Cristo. Os evangelhos relatam que, antes de tomar decisões ou realizar atos importantes, Jesus se retirava para uma região montanhosa ou desértica, onde passava longos tempos de silêncio e oração. Foi assim que escolheu seus seguidores mais próximos: "(...) naqueles dias, subiu ao monte para orar, e passou a noite em oração a Deus. Quando já era dia, chamou a si os seus discípulos, e escolheu doze deles, a quem também deu o nome de apóstolos" (Lc 6,12-13).

a impedem de enxergar as traições de seu marido que é amante do marido de sua amiga e vizinha. Também a partir dos valores morais religiosos ela justifica a hospedagem de um homem suspeito de ser um traficante internacional de drogas. Ao ser questionada pelo marido sobre estar protegendo um criminoso ela responde: "só quem pode julgar é Deus", e assim segue a vida.

Em *Pedágio*, há o drama de uma mãe que é constantemente assediada moralmente pelos colegas de **trabalho** em razão das postagens dos vídeos de seu filho nas redes sociais. Isso a leva a buscar ajuda no curso oferecido pelo pastor Isaac, que promete a cura gay. O menino, com 17 anos, é muito bem resolvido com a sua sexualidade e seu desejo de ser artista, mas ainda é estudante, além de trabalhar à noite como chapeiro em um *foodtruck* de bairro e viver sob as críticas da sua mãe. A mãe propõe uma troca de favores ao filho: ela paga o curso de Inglês que ele deseja e ele passa a frequentar o curso de cura gay oferecido na igreja que a sua colega de trabalho frequenta. O garoto aceita a proposta da mãe e passa a frequentar o curso ofertado por um dito pastor americano que fala português de Portugal.

Falas que misturam princípios religiosos com termos pseudocientíficos fazem as personagens justificarem suas práticas de ódio contra homossexuais, suas hipocrisias e até mesmo seus crimes. Os filmes expressam a distância de brasileiros comuns do conhecimento científico formal produzido em ambientes acadêmicos. Os valores moralistas religiosos estão inseridos nesses ambientes e distorcem a ciência, distorcem as verdades e elaboram falas tanto absurdas quanto convincentes para uma parcela da sociedade que já está afastada do conhecimento científico há gerações.

Por já ter escutado tantos absurdos acredito que as frases listadas abaixo foram escutadas pela roteirista em algumas de suas andanças pelo interior do Brasil.

> "Exu arrenda o corpo até os dezessete anos. Depois disso é *usucapião* e fica mais difícil. Mas nada é impossível para Deus. Só fica mais difícil."
>
> "O pico da masculinidade é até os 18 anos."

> "A ressignificação biogenética do pastor transforma muitos gays em homens hetero."
>
> Por que vocês acham que a ciência está correndo de Deus?"
>
> "Jesus vai te ajudar. Após a dor vem a alegria, pois Deus é amor e não vai te deixar sofrer."

A cineasta confronta esses valores e práticas com argumentos, perguntas que apontam caminhos possíveis para aqueles personagens que não se enquadram nos valores conservadores da vida no interior, e, por outro lado, é implacável com os hipócritas. É no curso de cura gay que dois meninos encontram um no outro um apoio e alívio para aquela tortura psicológica em que são submetidos. Tornam-se namorados, passam a morar juntos e a cuidar da casa mesmo diante das adversidades da vida.

Em cenas seguintes, outro personagem afirma que "Se pastor e político for comprar tudo certinho, vai quebrar o Brasil, né?!". O pastor americano se envolve em um crime, juntamente com um homem que aparenta ser um namorado. A amiga que leva a mãe do garoto gay para a igreja é flagrada em atos sexuais em troca de dinheiro no intervalo do trabalho, nos arredores da praça de pedágio, em plena luz do dia. Ao ser confrontada pela amiga sobre o seu casamento de 39 anos com um único marido e ambos serem frequentadores da igreja evangélica, a personagem afirma: "Um casamento é coisa muito séria. Não se pode estragar um casamento com certas verdades" e "cada um de nós busca a igreja por motivos diferentes", deixando o espectador curioso sobre quais seriam as razões que têm levado tantos brasileiros a frequentar as igrejas evangélicas.

Por fim, em *Pedágio*, o filme se encerra com as crianças brincando de atirar umas nas outras com revólver de madeira. A expansão da cultura da violência por meio das brincadeiras infantis voltou a fazer parte do cotidiano de crianças e adolescentes. O uso de armas de fogo voltou a ser cultuado no Brasil e os brinquedos violentos que já haviam desaparecido das lojas de brinquedos, voltaram em diferentes versões, qualidades de material e preços.

Aguardamos pelo terceiro longa-metragem de Carolina Markowicz que pode ser mais uma obra sobre algum outro aspecto da vida do novo interior do Brasil, diferentemente de Ariano Suassuna e Guel Arraes, que representam um Brasil interior poético, festivo e engraçado em "O Auto da Compadecida" e "Lisbela e o Prisioneiro". A cineasta, por outro lado, captou outro interior. O novo sentido do interior experimentado a partir das eleições presidenciais que tiraram os véus das vergonhas da ignorância, da estupidez e da hipocrisia e fez o Brasil voltar no tempo e revigorar práticas do cangaço, do coronelismo e das senzalas.

Considerações finais

Vivendo em um município do interior do Estado do Rio de Janeiro desde 2007, acompanho os avanços do bolsonarismo em ambientes escolares universitários e instituições de poder político. Tais avanços estão concreta e simbolicamente impressos no espaço da cidade, nas instituições públicas e privadas, nos muros das cidades com os *graffitis de Jesus*, nas rodas de samba com sambistas gospel e em lojas comerciais que imprimem seus materiais de propaganda com a frase "Protegidos por Deus", ao mesmo tempo em que os índices de feminicídios aumentaram, junto do aumento dos casos de pedofilia envolvendo "homens de bem", e do significativo aumento da população de rua. A vivência ampliou a curiosidade sobre a realidade dessas cidades.

No Brasil, temos vinte e sete capitais distribuídas em cinco regiões, organizadas em 15 redes metropolitanas de primeiro nível: São Paulo; Rio de Janeiro; Brasília; Belém, Belo Horizonte, Campinas; Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador e Vitória. Ao redor de cada uma dessas sedes orbitam municípios interligados por sistemas de transportes rodoviários, metroviários ou ferroviários, proporcionando dinâmicas de mobilidade e acesso a serviços públicos e privados diversos. A partir das capitais, existem transportes diretos para cidades médias, mas para conseguir-se chegar a uma cidade do interior, as dificuldades aumentam. Deve-se considerar o tempo e os valores que são necessários para a mobilidade

urbana, interurbana e intermunicipal. Quanto mais distante da capital, mais caro e precário é o meio de transporte.

Os entraves impostos pelos sistemas de transporte são apenas um dos empecilhos ao acesso às produções artísticas, culturais e científicas de quem vive no interior. A falta de acesso a bens, serviços e produtos culturais de qualidade crítica também afetam a vida no interior. A baixa oferta de cursos de nível superior em universidades públicas estaduais e federais é outro obstáculo. Impõe-se à juventude ingressar em cursos de graduação bem distantes daqueles que um dia elas sonharam. Cursos de Comunicação Social, Cinema, Artes Visuais, Dança e Formação de Atores estão concentrados em capitais ou municípios das regiões metropolitanas, deixando o interior desprovido de possibilidades de acesso a esses cursos e longe de possíveis transformações em hábitos culturais e de consumo de artes.

De acordo com os exemplos tratados no filme *Carvão*, além da dificuldade imposta a quem vive no interior, essas são amplificadas quando se trata da população que vive em localidades rurais. Há bairros das áreas periféricas urbanas que não são atendidos por sistemas de internet e esse problema é amplificado em áreas rurais. Sem acesso à produção cinematográfica, literária ou fotográfica sobre a própria realidade, os moradores do interior não são capazes de formular críticas sobre ela. As elites econômicas, religiosas e intelectuais do interior também não possuem o hábito de consumir arte e cultura e assimilam com muita facilidade os sermões e pregações de lideranças religiosas e as notícias dos telejornais e de rádio. Não se pode esquecer das postagens transmitidas por redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea de baixa qualidade estética e nenhum lastro científico, facilmente aceitas como verdades.

Discutir as especificidades de cidades do interior, seus nomes, monumentos, recursos natural e pessoal devem estar na agenda de grupos de pesquisa de centros universitários fora das sedes e reconhecer que as vivências em cidades do interior do Brasil podem não ser diferente das cidades do interior de qualquer país. Não é porque se morou nos Estados Unidos que se teve uma experiência urbana. Viver em Nova Iorque não é a mesma coisa que viver em Ames. Digo-o sem nenhum juízo de

valores. É apenas uma questão de se reconhecer que em Nova Iorque o acesso a bens culturais torna seus moradores mais cosmopolitas, com visão de mundo mais vanguardista ou progressista; o mesmo não se pode dizer sobre Ames.

Sugerimos que o recorte espacial interior possa fazer parte não apenas das produções artísticas, mas também possa fazer parte dos estudos acadêmicos no campo da Geografia e do Planejamento Urbano e Regional. Que os congressos de geografia abram mais espaços para pesquisas realizadas no interior e que tais pesquisas possam orientar políticas públicas de educação, ciência e tecnologia e de pós-graduação.

Sejamos capazes de criar espaços para exibições de filmes nacionais, latino-americanos e produções internacionais independentes; abrir espaços para exibir montagens de exposições fotográficas e outras artes visuais com sessões de debates com os expositores e a ampliação de acervos de bibliotecas públicas universitárias com a disponibilidade de obras literárias dos jovens autores e autoras que têm inserido novos temas e personagens na literatura brasileira, latino-americana e africana para que os estudantes possam ter acesso a outras realidades mundiais a partir da leitura. Precisamos ocupar esses espaços do interior e poder promover algum tipo de transformação social, para que morar no interior não possa mais ser considerado um atraso de vida; e para que as mulheres sejam independentes.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo, Perspectiva, 2015.

DURCKHEIM, E. Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa. IN: **Emille Durckheim.** São Paulo:

Abril Cultural, 1978.

FREITAG, Barbara. **Teorias da Cidade**. Campinas: Papirus, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992 [1989].

JODELET, Denise (org). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** São Paulo: Ática, 1989.

LEFBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2006 [1968]

MIRANDA, Elis de Araújo. **Representações da Amazônia**: paisagens e imagens de Cametá (Pa). Tese de Doutorado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal Fluminense, 2006. Tese orientada por Tamara Tania Cohen Egler.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2003 [2000].

_____. **A representação Social de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. **Social representations.** Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: Edusp, 54, 1977.

SUDJIC, Deyan. **A linguagem das cidades**. Osasco: Gustavo Gil, 2019.

VALENÇA, Marcio Moraes e COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. **Espaço, Cultura e Representação:** Natal: EDUFRN, 2005.

Obras Fílmicas

MARKOWICZ, Carolina. Carvão. Paris Filmes; São Paulo, 2018

MARKOWICZ, Carolina. Pedágio. Paris Filmes, São Paulo, 2023

O poder das redes tecnopolíticas no espaço urbano híbrido

Tamara Tania Cohen Egler

Introdução

Quais são as mutações que podemos observar no espaço urbano, dada uma sociedade cada vez mais tecnologizada? Para enfrentar o desafio de analisar a complexidade dos processos espaciais no presente, o ponto de partida da análise é observar, ler e interpretar os processos que resultam do avanço da ciência da informática na formação e organização de redes sociotécnicas no espaço urbano híbrido.

Podemos avançar na análise e revelar como o espaço pode ser analisado em três dimensões: uma primeira, física; a segunda, social; a terceira, simbólica. A primeira é formada por objetos informáticos como computadores, servidores, dispositivos, redes físicas de comunicação que se localizam no fundo dos oceanos e articulam o mapa do mundo, e sistemas informáticos com seus processadores, programas aplicativos, que se multiplicam de forma vertiginosa e fluem pela totalidade dos espaços técnicos no mundo globalizado e permitem a formação de redes sociotécnicas para além das fronteiras das nações. Isso quer dizer que agrega pessoas em todo o mundo em torno de objetivos compartilhados.

O espaço social pode ser observado nas redes sociotécnicas que conectam os indivíduos, sendo percebido entre aqueles que participam de coletivos. É de natureza imaterial e forma um tecido social que se representa por meio de fios invisíveis, de natureza comunicativa, que fazem a coesão social. É a "cola" que reúne os homens em um lugar comum. Quando se realizam coletivos específicos que têm objetos de ação em comum, refere-se aos vínculos que traçam as relações entre os indivíduos e a sociedade.

Sua dimensão simbólica pode ser lida nas narrativas que fluem nas redes sociotécnicas e que lhe dão um significado

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_026

específico. Todo espaço contém uma dimensão simbólica que está expressa no discurso representativo do poder que as pessoas detêm, e que definem uma identidade e o pertencimento a um determinado grupo, que definem e distinguem o lugar dos indivíduos na hierarquia social (Bourdieu, 2007).

Para avançar na metodologia de pesquisa, foi importante fazer prevalecer uma forma de pensar multidisciplinar e transdisciplinar. Para tanto, é importante percorrer as diferentes disciplinas associadas ao objeto do conhecimento. A proposta teórica é sair de um posicionamento singular e produzir um discurso analítico transdisciplinar com o objetivo de inter-relacionar paradigmas de análise, sendo que o objeto exige uma multidisciplinaridade associada ao urbanismo, à ciência social e à ciência da informática. Era preciso superar o isolamento e a especialização das disciplinas no contexto epistemológico da modernidade para entrelaçar as diferentes disciplinas e transcender o parcial e o especializado, no sentido de formar uma totalidade analítica complexa, em busca da compreensão dos problemas espaciais que se apresentam na nossa contemporaneidade (Morin, 1999; Ribeiro, 2013, 2014).

A construção do objeto não é um processo simples, ele *não nasce de uma só tacada*; é como uma obra de arte, deve ser feita e refeita. São muitas pinceladas que reúnem um trabalho de grande fôlego, que vai se realizando aos poucos (Bourdieu, 1998). É um exercício permanente do pensamento, um processo lento que exige muito trabalho e olhos cansados para produzir a interpretação do mundo. Aos poucos, o fenômeno fica mais preciso e sua interpretação mais clara. A produção do conhecimento é o exercício associativo do pensamento entre conceitos teóricos e fenômenos observados, que permitem a organização do pensamento (Ribeiro, 2013, 2014).

O objetivo é decupar essa realidade para fazer a separação e a análise das partes. Sob essa perspectiva, o objetivo é desvendar a complexidade do espaço híbrido e da formação de redes sociotécnicas para compreender suas partes e totalidade, e realizar o desígnio de dar significado ao mundo. É uma representação que nos permite entender o mundo em que vivemos e interagir com ele positivamente.

O desafio proposto é desvendar as especificidades das redes sociotécnicas que se formam no espaço híbrido, que condensa vitalidades do espaço urbano e virtualidades dos processos de sua digitalização. Trata-se de passar por uma reflexão associada ao espaço coletivo, aos processos de participação, aos laços e identidades que criam e desenvolvem formas específicas de organização social (Souza, 2012). Pensar o espaço híbrido é desvendar a complexidade dos processos que fluem pelas suas redes. É examinar suas múltiplas determinações e permitir uma ação que possa conduzir à sua transformação. Por isso a importância do pensamento que possibilita a compreensão desse espaço e a análise de sua complexidade.

As transformações da sociedade da informação permitem fatos e processos que suscitam nossas indagações e reflexões, que, por sua vez, permitem-nos avançar na formulação de um pensamento que se propõe a apreender. O desenvolvimento de nossa pesquisa está fundamentado sob evidências empíricas observadas, para propor uma análise sobre a diversidade espacial, dada em diferentes contextos históricos, a partir da nossa interrogação interior e do entrelaçamento transdisciplinar.

Dimensões do espaço urbano híbrido

O desafio proposto é avançar nas múltiplas invenções da ciência da informática que transformam o espaço. Para tanto, importa ver, pensar e analisar três dimensões. A primeira está associada as suas formas físicas, aparentes e materiais; a segunda dimensão é de natureza social; e, ao final, é importante perceber sua complexidade simbólica. O espaço é uma categoria abstrata que diz respeito a processos de natureza visível, como espaço material, e de natureza invisível, como espaço social (Santos, 2006). Além disso, podemos analisar o espaço simbólico que está referido nos processos de comunicação e que lhe conferem um determinado significado.

A compreensão desses processos é fundamental porque possibilita ler as relações entre o espaço da sociedade industrial sobre o qual fluiu a comunicação digitalizada: a invenção de redes sociais, que permite formas alternativas de agregação social

(Latour, 2012) e os significados e sentidos que fluem pela rede sociotécnica, para observar as possibilidades de transformação que dela resultam, no sentido de analisar os processos de transformação que resultam da sociedade tecnologizada.

O que temos observado é que tanto nos meios acadêmicos como nos políticos, as dimensões técnica, social e simbólica do espaço híbrido são invisíveis, por isso o objetivo deste estudo é trazer ao plano da luz as especificidades do espaço urbano no contexto da sociedade tecnologizada.

Ao longo dos últimos anos, depois da invenção da Internet, podemos observar uma desvalorização da problemática por parte dos cientistas sociais, quando ignoram os efeitos da rede na estrutura social. Por outro lado, os especialistas em computação ignoram as múltiplas dimensões da questão social e definem a transformação como resultante de procedimentos técnicos. A fragmentação das ciências humanas e técnicas vela a possibilidade de ver o todo. Importa romper com os paradigmas de análise para inaugurar um modo de operar o pensamento que faça a multidisciplinaridade e a aplicação do avanço das duas ciências técnicas e sociais.

O espaço híbrido como sobreposição contínua ao espaço da sociedade industrial

É importante fazer uma análise que considere os processos de transformação do espaço urbano industrial. O ponto de partida considera o espaço como uma categoria abstrata que se transforma nos diferentes contextos históricos. Para fazer isso, o nosso desafio é fazer sua análise presente (Ribeiro, 2013, 2014), para ver, ler e analisar os resultados invisíveis que o desenvolvimento da ciência informática produziu.

Observando o espaço urbano da sociedade industrial, podemos ler sua dimensão material nos edifícios públicos e privados, infraestruturas urbanas, linhas de transmissão, veículos para a mobilidade. O espaço social pode ser lido nas formas de estruturação dos territórios, entre centro e periferia, pobres e ricos. Enquanto o espaço simbólico se representa pela

linguagem da arquitetura e circulação de narrativas, que são realizadas pelas mídias corporativas.

Enquanto o espaço físico da sociedade tecnologizada está sobreposto ao espaço urbano industrial, ele é uma continuidade do espaço que o precede. Isso está escrito nos objetos edificados que compõem o urbano industrial e nos bancos de dados e redes técnicas que se sobrepõem, sendo que os fluxos que resultam da comunicação digitalizada se sobrepõem aos fluxos de comunicação que o antecedem; sua dimensão simbólica pode ser lida nas narrativas que circulam na fluidez dos seus circuitos de informação e comunicação. Em poucas palavras, estamos diante de um espaço híbrido, como resultado de um processo de continuidade entre o espaço urbano vital da era industrial e o espaço digital: a sua sobreposição resulta no espaço urbano híbrido.

O poder das redes sociotécnicas no espaço híbrido

No contexto da sociedade digitalizada, a mediação de tecnologias transforma os *objetos, fluxos e ações* que definem o processo espacial (Santos, 1994). Melhor: é a transformação dos fluxos, processos de comunicação que transforma os objetos e as ações. Está associada à percepção que reconhece a importância da comunicação, quer dizer, ação que coloca os homens em comum. É uma ação que permite a articulação entre as unidades e a totalidade, entre o singular e o plural. É o fio invisível que forma o tecido social e que estabelece relações entre indivíduo e sociedade.

Quando falamos em meios de comunicação estamos nos referindo à comunicação entre os homens, aquela que acontece dentro do social, ele mesmo, que conecta os indivíduos e permite a cola que reúne os homens em um lugar comum. A nossa referência analítica é a comunicação que acontece no *mundo da vida*, nos microdomínios da vida cotidiana nos quais se produzem os valores e dá-se um sentido comum ao mundo social (Habermas, 2003). Isso quer dizer que se refere a uma forma social coletiva da subjetividade.

O espaço simbólico contém uma linguagem que permite o seu entendimento e está expresso nas formas de sua arquitetura e nas narrativas que fluem nas redes sociotécnicas. É uma linguagem que permite o entendimento do espaço físico e, por meio da leitura dos seus signos, que são socialmente acordados, produz uma concordância da subjetividade coletiva. Os símbolos devem ser compreendidos como elementos que se constituem em uma linguagem que permite a construção da realidade e define a forma como se realizam os coletivos em redes sociotécnicas.

Uma dimensão mágica dos objetos refere-se ao poder do símbolo que produz uma certa percepção da realidade, dá um significado individual e coletivamente acordado. Na sua dimensão simbólica se constitui como instrumento de dominação, porque ele define o lugar de cada indivíduo no espaço urbano híbrido. Constitui-se em um objeto de conhecimento e de comunicação, porque tem o poder de produzir a coesão social. Isso significa que ele tem o poder de definir quais são as pessoas que podem e as que não podem participar – com isso, define-se o posicionamento dos indivíduos no espaço (Bourdieu, 2007).

Para cada momento histórico, vamos encontrar diferentes meios de comunicação que permitem formas alternativas de constituição do tecido social e de organização do espaço. Nos primórdios do processo de urbanização industrial, a comunicação se dava pela localização; dependia da proximidade física que conduzisse para a formação do espaço urbano industrial. No presente contexto histórico, a comunicação flui pelas redes sociotécnicas e forma coletivos em torno de um objeto de ação compartilhado. É possível afirmar que o espaço híbrido condensa vitalidades e virtualidades e constrói-se por meio de fios de comunicação que penetram no espaço urbano e unificam vitalidades e virtualidades, para produzir um espaço urbano híbrido altamente tecnologizado.

A metáfora da rede é muito oportuna, porque fala de uma articulação expandida. Quer dizer, os nós que conectam-se, conectam seus elementos singulares e articulam suas partes para formar uma totalidade. Os fluxos de comunicação definem uma comunicação atemporal e aterritorial e definem novas

formas de unificação de objetos informáticos e narrativas enunciadas por humanos. Por isso, o espaço híbrido deve ser percebido em suas formas aparentes como uma infinidade de redes de comunicação que atuam em diferentes esferas. Nossa reflexão parte dessa imagem, que considera o espaço como uma complexidade de redes sociotécnicas. Elas permitem a formação de coletivos que se entrelaçam pela mediação de sistemas tecnológicos e produzem a digitalização das relações humanas, conectam as pessoas e formam uma totalidade espacial complexa.

Essa complexidade espacial, que articula vitalidades e virtualidades, define formas de organização social que nos obrigam a refletir sobre a multiplicidade de agentes e atores que se articulam em torno de interesses heterogêneos. Assim, podemos identificar as redes sociotécnicas que conectam corporações nacionais e internacionais em torno do objetivo de fazer o desenvolvimento de atividades de turismo e de acumulação de suas corporações; e outras que se conectam em torno do objetivo de se mobilizar em busca de bem comum – o que aumenta de forma exponencial a possibilidade de formar coletivos e de ampliar a capacidade de participação social, na política, em busca do bem comum, ou do mal-estar.

Não menos importante é observar as suas articulações no espaço mundo, o que exige uma análise sobre o lugar das corporações de informática conhecidas por GAFAs – Google, Amazon, Facebook, Apple – e as especificidades de suas plataformas. A fluidez da comunicação, derivada da tecnologia de informática, permite a formação de um sistema de comunicação sobre o espaço do mundo. Isso quer dizer que esse espaço híbrido que envolve o globo terrestre rompe com as fronteiras nacionais e estabelece seu poder sobre o espaço híbrido globalizado. E, como analisa Roberto Pessanha, reúne em torno de um mesmo objeto de ação os interesses das GAFAs, com o capital financeiro. Isso porque são elas que detêm as mais altas taxas de lucros e juros, no presente (Pessanha, 2019). A novidade é que as GAFAs, corporações de informática, têm o domínio garantido sobre uma e outra forma de organização social, seja para a o exercício da dominação, ou para o exercício da libertação. Depende de como

as plataformas são apropriadas pelos atores que participam das redes sociotécnicas (Zuboff, 2021).

Na pesquisa que realizamos no Laboratório Espaço, e ao longo dos últimos anos, foi possível identificar redes que fazem a defesa de interesse privados e redes que fazem a defesa do bem comum. Como já foi dito, a invenção de sistemas informáticos e plataformas amplia a capacidade de organização social e permite a formação de redes, tanto para a produção de eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos ou grandes eventos de corridas de automóveis, nos quais observamos a associação de governos, capitais internacionais, capital financeiro e cidadãos, quanto entre organizações da sociedade civil, como é a rede da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) – que tem por foco de ação a produção do bem-estar social –, ou ainda a rede de defesa do autódromo, que se mobilizou em defesa da permanência de uma floresta originária na cidade do Rio de Janeiro (Salmentón, 2023).

Na plataforma Facebook, as redes se organizam em torno de lideranças de esquerda e ou de direita, enquanto na plataforma Twitter (atualmente X) podemos encontrar os dois campos na mesma rede tecnopolítica, o que pode explicar por que o mundo está dividido entre dois campos: um conservador e retrógrado, de extrema direita, e outro progressista e democrata, de esquerda.

A pergunta é: quem exerce o poder de transformar o espaço no contexto de uma sociedade tecnologizada?

As corporações de informática têm o poder de produzir a coesão social. O modo de operação das plataformas e seus algoritmos define formas alternativas de agregação social. Melhor: quando os algoritmos reconhecem a subjetividade de cada membro da rede sociotécnica, estabelecem a possibilidade de participação social em um ou outro campo.

Esse debate é muito importante, porque nos remete a formas alternativas de pensar a ação política quando as redes sociotécnicas passam a ditar o seu rumo. Trata-se de focar no mundo real para compreender que a primeira forma de intervenção se reconhece nas redes de corporações e a segunda se reconhece nos indivíduos, os atores sociais que têm a capacidade de transformar o espaço urbano e a vida cotidiana.

Quer dizer, a primeira forma aposta nas redes de acumulação capitalista e a segunda aposta nos seres humanos e em sua capacidade de transformar o espaço híbrido. Estamos diante de formas de organização política mediadas por tecnologia e que fazem a dominação política e econômica por um lado, e por outro lado, o livre exercício político dos cidadãos, agora mediados por sistemas técnicos de informática no espaço híbrido urbano globalizado.

Foi Norbert Elias (1994) quem percebeu, em 1939, o papel das redes nas relações que se estabelecem entre indivíduo e sociedade. Ao dissecar as partes para entender o todo, ele percebeu como a rede de funções no interior das associações humanas é invisível e organiza-se em torno de objetivos que são compartilhados. Elas têm peso e leis próprias; constituem-se como unidades menores que compõem as maiores através de suas inter-relações. Por isso, não se trata de entender se a sociedade molda o indivíduo ou se, ao contrário, o indivíduo molda a sociedade – o desafio é entender as relações, nas quais existem estruturas e regularidades próprias, que fazem a cola entre os indivíduos que moldam e remoldam as redes que fazem o espaço urbano híbrido.

Por isso a importância do pensamento de Hanna Arendt (1993), que tem por principal questão a comunicabilidade em geral, para quem a comunicação é a forma extraordinária da inteligência humana que permite a condição da existência social. O conceito de *Existenz* é um contraponto à percepção que considera o indivíduo como um ser isolado que determina o social. Para a autora, a condição humana só existe na comunicação e no reconhecimento da *Existenz* de outros, que forma um ser envolvente no qual os homens se movem coletivamente. Cada um revela sua singularidade se é capaz de partilhar com os outros. É muito fácil partilhar a identidade. A dificuldade é compreender o *outro*, o diferente, e reconhecer a alteridade. Politicamente, não existimos isolados, mas coexistimos. A política é o exercício da ação coletiva; ela exige um estar ligado aos outros para agir em conjunto.

É importante o estudo de Steven Johnson (2007) sobre as teorias da auto-organização, no contexto da sociedade tecnologizada, para fazer a explicação dos fenômenos que

associam os elementos com as partes. Para tanto, examina o fungo *Dictyostelium discoideum* que tem uma capacidade de existir de forma isolada e coletiva. O fato é que suas células se aglomeram e se separam de acordo com o contexto do mundo exterior: quando o ambiente é hostil, elas se separam, e quando o ambiente é mais favorável, elas se unem e formam um único organismo.

Para avançar na teoria das redes sociais, ele examina as relações que se estabelecem entre aqueles que atribuem o poder para *os de cima* e aqueles que reconhecem o poder *nos de baixo*. A primeira reconhece nas lideranças a capacidade de produzir o mundo comum, e as segundas reconhecem nos indivíduos a capacidade de produzir o coletivo (Tomaél; Marteleto, 2015), o que produz uma forma de organização social que delega a uma instância superior a gestão do espaço coletivo. Está associada a uma concepção de que a proteção do interesse social sobre o individual passa pela instalação de uma liderança superior, para quem se delega a responsabilidade de manter o equilíbrio da totalidade do mundo social. Essa hipótese que considera a liderança necessária para a formação do coletivo reina até hoje, quando é muito difícil para as pessoas pensarem em termos de fenômenos coletivos.

Na sua pesquisa transdisciplinar, ele vai encontrar em estudos da Biologia, da *espaçologia*[1] e da tecnologia elementos que fundamentam sua análise e revelam como esse fenômeno pode ser lido na biologia das formigas, na estruturação das cidades e criação de *softwares*, em que o essencial da análise é encontrar um padrão que unifique os diferentes sistemas examinados, por meio do qual será possível demonstrar que as estruturas se constituem por um processo que produz relações que emanam de *baixo para cima,* e que ele denomina de emergência. A emergência está associada ao significado imanente da evolução dos sistemas; emergir é fazer aparecer o que está *em baixo* para ocupar uma posição *em cima*. Os resultados alcançados por sua pesquisa revelam como os comportamentos emergentes ficam mais inteligentes com o tempo e reagem de

[1] Como proposto por Milton Santos.

forma mais positiva às necessidades mutantes do seu ambiente (Johnson, 2007).

Essa importante contribuição conduz a nossa reflexão a entender as leis da emergência no processo de produção e de apropriação do espaço urbano híbrido, no contexto da sociedade da informação e da comunicação. São esses os fundamentos teóricos que sustentam a nossa interpretação sobre a importância da comunicação e participação, que fazem a mediação entre indivíduos e formam redes que reúnem os homens em lugar comum e permitem o exercício do poder político. A pesquisa realizada aponta que podemos observar redes tecnopolíticas que associam, por um lado, os interesses de corporações e, por outro lado, os interesses dos cidadãos (Empoli, 2019).

Isso nos faz refletir nas relações que se estabelecem entre corporações, governo e organizações sociais. Ao associar esses atores, as políticas urbanas são intervenções que se realizam por meio de plataformas e que têm por objetivo promover a transformação do espaço urbano e das condições de existência social, por meio de modos de operação de plataformas, que direcionam a mobilidade de pessoas e de mercadorias. A referência está focada na tomada da decisão política, quando se delega aos membros que participam do sistema técnico a responsabilidade de conceber planos e programas de ação que resultem num processo de dominação sobre o espaço e a vida de parte importante da humanidade.

Ao mesmo tempo, organizam-se movimentos em redes sociopolíticas que definem as corporações de informática associadas ao Estado como o lugar do conflito, sendo necessário promover uma ruptura por meio de um movimento social que conduza para o desenvolvimento de uma resistência social capaz de dizer não aos interesses das corporações associadas ao Estado e condensados nas políticas de transformação do espaço urbano híbrido. O que coloca a política urbana no espaço híbrido, no centro do conflito entre os interesses capitalistas e o direito à cidade (Salmentón, 2023).

São identificadas duas abordagens: uma primeira, que considera as redes de corporações associadas ao Estado como

único lugar da transformação, e uma segunda, que considera a sociedade civil como sujeito ativo da transformação. É um processo de reorganização do poder, que se desenvolve pelo conflito e determina uma análise que reconhece o poder de dois lados e desenrola um processo de polarização dentro do espaço híbrido.

Essa abordagem entende as contradições entre redes de corporações e de movimentos sociais como a relação que faz o funcionamento da política e de sua transformação. É assim que Castells (2013) produz uma análise relativa ao entendimento da política urbana como um conjunto de práticas políticas que definem as relações entre redes de corporações associadas ao Estado e redes tecnosociais que incluem o Estado, e determina formas alternativas de intervenção nos processos de transformação do espaço.

É inerente a essas tecnologias a possibilidade de articular redes sociais com objetivos compartilhados de ação. A mesma natureza dos espaços de tecnologia informática, lógica numérica e arquitetura em rede respondem por possibilidades de união e organização social que não encontramos nos espaços verticais da sociedade industrial. Está claro que a formação autonomizada de redes sociais pode se constituir em um espaço de integração social que abre caminhos para a realização de experimentos que, por sua vez, aliam inovação tecnológica ao desenvolvimento social. As inovações tecnológicas permitem estruturas de organização que, nessa arquitetura em rede horizontal, possibilitam a realização de fluxos que permitem a comunicação concomitante de muitas pessoas que participam dos coletivos (Souza, 2012).

Enquanto a teoria estruturalista se produz por dentro do sistema econômico, a teoria humanista busca a interpretação das condições reais da existência social. Para a primeira, a referência está associada aos objetos que compõem os espaços, às coisas que fazem a materialidade que se representam pela produção do espaço físico. Os humanistas se interrogam sobre a produção das relações sociais.

Por que esse debate pode ser importante para a nossa análise?

Existem duas formas de pensar a produção da totalidade: uma primeira, que atribui às redes sociotécnicas de dominação

política a responsabilidade de orquestrar o todo; e uma segunda, que considera o todo como produto da ação coletiva. Esse é o debate que estrutura um modo de pensar que reconhece nas redes a possibilidade de fazer o tecido social. Quem tece os fios são os diferentes atores políticos que encontramos ao longo dos processos históricos. A história dos movimentos sociais revela como eles alcançaram a realização de políticas urbanas, em benefício das demandas das comunidades organizadas, por meio de formas de organização e representação que se estruturavam nas lideranças políticas.

Esse debate é importante porque se considera que a complexidade que representa a contemporaneidade exige as duas teorias para a compreensão das redes sociotécnicas que se formam sobre o mundo global. Por um lado, podemos observar redes que associam corporação e organizações do Estado e contam com a participação social para atender aos objetivos manifestos do processo de acumulação global. E por outro lado, podemos observar a formação de redes sociotécnicas que associam organizações sociais, instituições governamentais, empresas e cidadãos que lutam por melhores condições de existência social.

Com o avanço da ciência informática e do processo de globalização, transformam-se as formas da organização da resistência social. Esse é o ponto de inflexão que nos anima a compreender as formas particulares do poder na sociedade da informação e da comunicação. O que se quer demonstrar é que a transformação dos meios de comunicação altera a capacidade de auto-organização e redefine as estratégias de dominação e ou libertação econômica e política.

Parte-se do princípio de que as redes sociotécnicas permitem a integração e interação de diferentes atores públicos e privados, pode ser aplicada em diferentes esferas e refere-se a possibilidades de auto-organização de atores na transversalidade dos diferentes campos. A partir de princípios de comunicação, interação e cooperação, são definidas novas articulações entre escalas de poder, cidades, empresas, instituições governamentais, organizações sociais e pessoas. Elas se definem pela auto-organização da ação, cada parte tendo autonomia em relação ao todo.

Precisamos pensar que a sociedade é feita em rede, para todas as ações que têm objetos de ação econômica, política e social. Essa concepção de redes é muito importante, porque esclarece a lógica que produz o processo de globalização, quando se amplia a possibilidade de comunicação e de ação. O todo se forma pela articulação das partes e realiza-se por meio de fluxos de comunicação que formam as redes de pessoas e processos que se interconectam.

Conceber as redes significa conceber um novo sistema social que transforma o padrão de articulação e hierarquização e redefine os processos e as relações que se estabelecem entre as partes e a totalidade. O avanço da ciência da informática amplia as possibilidades de ação social, porque ao conectar conhecimentos produzidos em todo o mundo, disponibiliza o conhecimento produzido que amplia a capacidade das pessoas de se interconectar, tomar decisões coletivas e produzir ações para compartilhar benefícios. Por meio de uma rede técnica, a Internet, constitui-se uma interconexão que produz a totalidade de um espaço híbrido, que articula o local com o global, e que se define pela totalidade de redes que modelam e remodelam as relações sociais, tendo por objeto compartilhado de ação tudo que podemos imaginar. A percepção do espaço híbrido e do seu mapeamento é exatamente essa imagem de redes que se sobrepõem sobre redes e formam essa totalidade complexa do espaço no mundo globalizado.

Os governos das cidades são casos exemplares de análise porque o espaço tem uma totalidade social que permite e potencializa a análise. Nela, podemos perceber as articulações que definem redes de corporações e redes de resistência social que formam a complexidade do mundo global. Nessa complexidade em redes sociotécnicas, estão redefinindo as relações de poder no mundo, na medida em que as corporações de informática, suas plataformas e associados, por um lado, e por outro lado, as mesmas plataformas e seus associados, estão produzindo um mundo polarizado.

Os resultados da nossa pesquisa apontam para o esgotamento de uma forma de pensar a política do Estado, do capital e a ação social para a transformação do espaço. Os fatos concretos

estão associados a possibilidades nunca antes imaginadas de aglomeração de territórios, de organização econômica e de ação política. O desafio é sair de uma forma de pensar tradicional, que identifica no Estado, ou no capital, ou ainda nos indivíduos as formas de associação, em busca de um objetivo compartilhado. Para nós, a lógica da organização do tecido social mudou, e ela se realiza por redes que conectam corporações, Estado, capital e sociedade em busca de objetivos compartilhados, em busca do aumento da capacidade de acumulação, assim como outras redes que também conectam os mesmos atores em busca do bem comum. Não se trata de compreender o tecido social pela clássica definição que separa cada esfera, mas de compreender que a tecnologia redefine a capacidade de organização social e transforma a possibilidade de tomar decisões, de agregação do social e de estabelecer relações de dominação política.

Rede tecnopolíticas e mutações espaciais

O nosso objetivo foi problematizar a possibilidade da formação de redes sociotécnicas, com o propósito de analisar as relações que se estabelecem entre organizações governamentais, empresas privadas e instituições universitárias, para constituir novas articulações e problematizar a sua participação na transformação do espaço urbano. Compreende-se que a única forma de fazer frente a projetos concebidos de forma a beneficiar interesses privados é ampliar as possibilidades de democratização da política. Porque, por meio dessa articulação social em rede, poderá ser possível atuar com novas formas de lidar com o bem-estar coletivo, visto que as novas tecnologias apresentam uma possibilidade concreta de renovar institucionalidades políticas.

Nestes tempos em que a eficiência do atual modelo de administração pública vem sendo questionada, é importante observar de que forma o avanço da ciência da informática abre caminhos para novas concepções de institucionalidades políticas. Compreender como as novas ferramentas de comunicação podem viabilizar a democratização da administração pública e, consequentemente, transformar as estruturas burocráticas

vigentes – centralmente organizadas e politicamente autoritárias – em modelos horizontais, cooperativos e flexíveis de gestão participativa foi o ponto de partida para examinar os efeitos das tecnologias sobre o processo de democratização da política urbana.

Ao observar as inovações sociais nas formas de cooperação, mobilização e ação coletiva que as redes sociotécnicas suscitam na governança urbana e, ao analisar suas estruturas, bem como os princípios de representação e participação que determinam seu funcionamento, pretende-se contribuir para o entendimento de formas inovadoras de democracia eletrônica como estratégias complementares no processo de democratização das relações entre Estado, corporações de informática e sociedade, averiguando o potencial dessas formas alternativas de interação social, mediada por redes sociotécnicas, na reinvenção das práticas de formulação e implementação de políticas públicas. Trata-se de indagar sobre a realidade eletrônica e de seus efeitos – reais e potenciais – sobre a vida sociopolítica e cotidiana no espaço urbano (Martins, 2015).

O cerne da questão é refletir sobre a perda de centralidade vinculada à emergência das tecnologias que, ao criarem formas alternativas de ação, comunicação e mobilização social, promovem um reordenamento da forma de organização hierárquica, verticalizada e autoritária do Estado e do capital. Trata-se, pois, de conhecer o modo como se transformam as relações de interação entre Estado, corporações de informática e sociedade pela mediação de tecnologias de comunicação e informação.

Diante dessa realidade, nosso objetivo foi investigar as práticas de formulação de políticas públicas da gestão participativa da cidade, mediadas por redes telemáticas, a fim de saber de que maneira/modo é possível constituir coletivos e estimular novos processos de ação política, no contexto de uma sociedade tecnologizada.

Para tanto, é preciso revelar os resultados da investigação, no sentido de tornar visível a totalidade do organismo que constitui as redes sociotécnicas e seu poder político. Com isso, pode-se compreender a revolução institucional, em que as

novas tecnologias permitem uma mediação interativa entre a sociedade política e a conformação de novas institucionalidades políticas, com a participação de agentes governamentais, corporações de informática, organizações da sociedade civil. Elas podem estar organizadas para a defesa em comum ou para a defesa dos interesses privados. Esse é o principal conflito que está mudando os rumos da política no Brasil e – por que não dizer – no mundo.

Referências

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

ARENDT, H. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BOURDIEU, P. *A distinção*. Crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 [2012].

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

EMPOLI, G. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.

JOHNSON, Steven. *Emergência:* a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e *softwares*. São Paulo: Editora Zahar, 2007.

HABERMAS, J. *Direito e democracia:* entre a facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do*

Ator-Rede. Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru:

Edufba/Edusc, 2012.

MARTINS, Paulo Henrique. Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações. *In*: TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina Maria (orgs.). Informação e redes sociais. Londrina: Eduel, 2015.

MORIN, Edgard. Por uma reforma do pensamento. *In*: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar P. *O pensar complexo*: Edgard Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, p. 7-21.

PESSANHA, R. M. *A indústria dos fundos financeiros*. Potência, estratégia e mobilidade. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma Sociologia do presente*. Ação, técnica e espaço. Volume 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SALMENTÓN, Juan. Autódromo de Deodoro ou Floresta do Camboatá:

redes tecnopolíticas no território. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2024.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 [1996].

SOUZA, João Carlos; MORAES, Ricardo, 2012. A mobilização cívica e política na era das redes sociais: uma análise da ação de movimentos sociais no Facebook. Opinião pública, Campinas, v. 27, n. 1, jan./abr. 2021 [2012]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/op/a/DV3qXGcwPDBSFr53RdMHQFL/?lang=pt.

TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina. Mobilizações coletivas contemporâneas: outras perspectivas. *In*: TOMAÉL, M. I.; MARTELETO, R. *Informação e redes sociais:* interface de teorias, métodos e objetos. Londrina: Eduel, 2015, p. 183-217.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Parte 8

Planejamento territorial socialmente necessário e construído

Planejamento territorial socialmente necessário e construído

– Relatoria –

Cilene Gomes

Expositores: James Humberto Zomighani Júnior (Unila), Manoel Lemes da Silva Neto (PUC Campinas) e Fabiana Felix do Amaral (UNIVAP).

Explorando a temática dos *cenários alternativos do planejamento territorial*, a proposta leva a admitir que o processo em curso de constituição do período demográfico ou popular da história implica ou deve implicar novas abordagens de *um planejamento territorial socialmente necessário e construído*, orientado por referências selecionadas de Ana Clara e Milton Santos, e perspectivado por ideais e elaborações em curso de um humanismo concreto e radicalização democrática e, sobretudo, pelas proposições da Urbanologia, uma nova *episteme* do espaço urbano agregadora de reflexões e análises fundadas em processos de construção sociopolítica e de afirmação consciente oriundos do território usado, dimensão integradora da vida social em seus horizontes e saberes os mais diversos e sua transescalaridade.

A abordagem do tema proposto para a mesa e, agora, para o livro, contou com a contribuição oral e escrita do Professor Manoel Lemes da Silva Neto; as participações do Professor James Humberto Zomighani Júnior e da Professora Fabiana Félix do Amaral, na forma de apresentação oral durante o evento; e ainda, na forma escrita, o artigo da autora desta breve relatoria.

A palestra do Professor Manoel Lemes da Silva Neto baseou-se em lições de Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro, ao elencar alguns pontos fundamentais para suscitar a reflexão sobre um outro planejamento territorial em contextos urbanos. Manoel reafirmou a ideia de que só é possível fazer um planejamento territorial socialmente necessário e construído se tiver-

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_027

mos cidadãos de fato, uma lição deixada no livro de Milton Santos, *O Espaço do Cidadão,* e no seu texto "Cidadanias Mutiladas". O cidadão é uma instituição e, infelizmente, no caso brasileiro, dizia Milton Santos, somos cidadãos imperfeitos e consumidores mais que perfeitos, parecendo ser o projeto do homem comum brasileiro, o da classe média, de ter privilégios em vez de direitos, uma imperfeição que dificulta alcançar um outro planejamento. Este seria um primeiro pressuposto: o cidadão precisa se tornar uma instituição potente, equiparável ao Estado.

Em menção a recomendações de Milton Santos, a questão fiscal brasileira é outro grande problema a ser enfrentado. Há uma distorção na distribuição orçamentária entre União, Estados e Municípios, o que torna difícil atingir as populações, os lugares que realmente precisam — especialmente aqueles mais pobres, apartados de condições socioespaciais criadas pela disponibilidade de infraestruturas, equipamentos e serviços. A inversão dos recursos seria, portanto, uma distorção do modelo cívico, primeiramente, porque não somos cidadãos, mas, também, do poder político-administrativo constituído no Brasil.

Uma pista adicional para o alcance de um outro planejamento seria a possibilidade de reconhecer que na cidade há uma economia política, uma outra economia política da cidade que não é observável, não é identificada, tanto pela dificuldade de desenvolvimentos analíticos que rompam com a lógica dualista, como pelo próprio Estado que não reconhece a centralidade do social.

Há diversos centros dentro de uma metrópole, grande cidade ou cidade de porte médio. Há modos de vida particulares e formas diferenciadas de economia e sobrevivência que poderiam criar um mercado socialmente necessário (Ana Clara Torres Ribeiro) e constituir outro tipo de desenvolvimento de renda e circulação. Identificar essa nova economia política seria equivalente a evidenciar e denunciar a sobredeterminação de projetos e economias estranhos aos lugares. Seria, também, reconhecer uma nova regionalização na cidade, a partir da federação de lugares praticados, vividos cotidianamente pelo homem comum.

No livro *O Brasil Popular*, publicado pelo IPEA e coordenado por Renato Balbim, Mônica Arroyo e Cristine Santiago, pode-se

encontrar entradas analíticas para viabilizar a realização dessa nova forma de organizar a economia, e, ao organizar a economia, organizar a sociedade; ao organizar a sociedade, organizar o espaço.

Conforme indicado pelo Professor Manoel Lemes da Silva Neto, a isso não se dissocia a crítica do debate vago sobre o direito à cidade, ressaltando a importância do direito ao entorno e do humanismo concreto, que significa garantir formas dignas de sobrevivência de todos para todos, e também compreender o urbanismo tendo como princípio o que está ao redor: a vizinhança, a população, os sujeitos, e a possibilidade de se tornarem cidadãos, constituindo, então, um urbanismo cidadão, um planejamento cidadão.

A título de síntese, outros pontos foram ainda ressaltados para discutirmos a ideia de um planejamento territorial socialmente necessário e construído:

1. A necessidade de se distinguir política e gestão, pois a cidade não é resultado da gestão, mas de decisões políticas, é uma construção social, histórica e cultural, não equiparável a qualquer forma de organização privada. Política urbana não é gestão urbana e gestão urbana não é gerência de cidades — e muito menos zeladoria urbana. É preciso denunciar essa inversão de valores, diz o professor, para que a política vá além da reprodução de limites institucionais, ocupe o seu lugar e consiga realmente produzir uma cidade para todos, democrática e libertária;
2. A questão da descentralização, de fato, de territórios, em consideração à incorporação de outros atores que participem das tomadas de decisão e à sua organização sobre os territórios praticados cotidianamente pelo homem comum;
3. A necessidade de desenvolver o raciocínio de que as grandes regiões e cidades são contraproducentes;
4. Revisão necessária dos mecanismos pelos quais a cidade poderia deixar de prosperar em tamanho, produzindo extensas periferias, onerando o poder público e

a sociedade, com valorização privatista de interstícios urbanos;

5. A crítica à forma de organizar a cidade e a sua administração por setores, quadras, lotes, que produz a cidade corporativa e fragmentada, consequentemente, o urbanismo corporativo de que falava Ana Fernandes, na medida em que uma forma não produz outra, sendo necessário associar a relação forma e conteúdo no sentido geográfico da palavra, para que se viabilize realmente uma perspectiva de vida digna para todos.

* * *

Propondo-se a tratar da superação do paradigma de planejamento vigente, de caráter setorial, para a construção de outro planejamento centrado nos usos do território, na categoria de análise do território usado, proposta por Milton Santos, o geógrafo James Humberto considerou que os conceitos de território-abrigo e território como recurso, analisados por Jean Gottmann e recuperados e atualizados por Milton Santos, deveriam ser resgatados em sua relação dialética.

Para fins de compreensão da realidade e do planejamento para a construção de um outro futuro, James realizou uma pesquisa na obra de Milton Santos, acerca da preocupação do geógrafo com o planejamento. Nesse sentido, fez referência a diversos momentos da trajetória do autor, destacando tópicos do livro *Economia espacial: críticas e alternativas* (1979), com ênfase na questão dos mecanismos de produção das desigualdades e da pobreza legitimando um planejamento do subdesenvolvimento e a criação da realidade dos então considerados países do Terceiro Mundo, segundo uma lógica perversa que continua a se reproduzir nos tempos atuais.

Em referência a outros momentos da trajetória e obras de Milton Santos, James também ressalta: o apontamento crítico associado à necessidade de uma atualização da Geografia para servir melhor ao planejamento territorial; a elaboração teórica dos dois circuitos da economia urbana; a análise da constitui-

ção do que denominou de meio técnico científico informacional, das dinâmicas da globalização e o fenômeno do globalitarismo; e ainda, outras categorias para análise do espaço geográfico, tais como a do conjunto indissociável e contraditório de um sistema de objetos e sistema de ações; e de tecnosfera e psicosfera; enfim, entendimentos considerados fundamentais para uma prática não alienada de planejamento territorial.

Para Milton Santos, ao longo do século XX, e considera James, também agora, no século XXI, os discursos e as ideologias estiveram vinculados à imposição das ideias de progresso, desenvolvimento e, mais recentemente, competitividade. Desde a metade do século passado, os discursos ideológicos apoiados em supostas visões científicas buscavam subjugar os países do Sul aos países do Norte, e têm assumido um importante papel para a aceitação de prescrições neoliberais, também levadas a efeito por meio do planejamento territorial.

Nesse contexto, James enfatiza a criação de infraestruturas e outras formas de funcionamento do território que tornam possível, e de modo exponencial, ampliar a fluidez territorial e acirrar a competitividade para imprimir no espaço geográfico os ritmos da aceleração contemporânea, subjugando estados nacionais e governos, para satisfazer os imperativos de corporações hegemônicas, o que para Milton Santos, na esfera econômica ou militar, implica uma competitividade sem limites morais.

Essas características de políticas neoliberais e desse planejamento hegemônico a ser superado passam a ser vistas nas paisagens dos países pobres do Sul, consumindo a maior parte dos recursos públicos. O palestrante trouxe expressões das contradições e desigualdades socioespaciais compondo a dimensão empírica de sua reflexão, a partir de pesquisas de campo realizadas no Brasil, México, Paraguai e na Argentina, evidenciando a dinâmica do capital e escolhas de planejadores, ao priorizarem modernas infraestruturas de circulação em detrimento de resoluções para as situações de precariedade e contrastes reveladores de ordens culturais distintas e suas rugosidades, assim como, de processos que produzem simultaneamente grande riqueza e imensa pobreza.

O planejamento deve ser tratado como um processo político e uma dimensão técnica, para assegurar os benefícios dos

investimentos públicos para todos. A lógica de práticas de planejamento que aprofundam as desigualdades sociais e territoriais por meio de modernizações seletivas incompletas precisa ser superada. Mais comprometimento com os de baixo e mais coerência com a fundamentação do período popular da história se fazem necessários.

Na medida em que o mundo oferece condições de realização histórica ligadas à revolução científica, oferece também possibilidades mais numerosas das que são hoje realizadas — o que, para James Humberto, sugere haver uma esperança de que a mudança não é apenas uma utopia, ela é possível.

Milton Santos já chamava a nossa atenção para a época em que vivemos, na qual se rende culto à velocidade, impondo novos ritmos e velocidades aos movimentos de corpos, mercadorias e ideias, mas acarretando muita carência de políticas e programas para sustentação de populações desatendidas, ambientalmente afetadas e culturalmente remanescentes sob o risco de desaparecimento.

Sem cair em reducionismos e pensar coletivamente, James elenca alguns pilares para a construção de outro planejamento: a elaboração de outra hegemonia; o papel do conhecimento científico e da formação acadêmica na elaboração de outro projeto de futuro; o monitoramento do uso do território em todo lugar; o recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação; a construção de novas formas de democratização, participação e controle político dos processos de planejamento em diferentes escalas; enfim, um planejamento que, para além de suas dimensões técnica, intelectual e projetiva, se resolva como processo político.

* * *

A professora Fabiana Félix do Amaral inicia sua palestra ressaltando a importância de se pensar cenários alternativos para o planejamento urbano e territorial do século XXI, destacando a importância da leitura que Milton Santos fez da história e da globalização, onde a própria engrenagem da organização do mundo possibilitou a apropriação de técnicas modernas por um

maior número de pessoas e, principalmente, por aqueles que nunca antes puderam acessá-la.

Ressaltou o interesse dessa leitura histórica para ler a experiência dos movimentos sociais, assim como o conceito do território usado que o geógrafo inseriu no debate, no sentido de um território da ação direta do capital, mas também do território do cotidiano, possível por novos arranjos que surgem dos sujeitos sociais, dos movimentos sociais, dos de baixo. Nesse contexto, fez menção à Professora Ana Clara, dizendo ter se aproximado da discussão do mercado socialmente necessário. Quando se pensa no debate dos movimentos sociais ou da resistência, diz Fabiana, as proposições de Milton Santos sobre o homem lento e o território usado estão no quadro da reconfiguração das dimensões da vida e do repensar desse mercado socialmente necessário.

A proposta de reflexão da palestrante foi de dar foco aos agentes da mudança, na dimensão dos movimentos sociais e de suas ações e propostas, que não são só de resistência, mas também de reexistência. Nesse sentido, Fabiana indica a necessidade de se buscar novos caminhos que, supostamente, não estariam dentro do Estado, mas sim nos territórios.

A palestrante propôs alguns outros pontos para debate:

- Fazer uma reflexão no contexto da política do Estado enquanto ator que pensa o planejamento urbano, e em como isso foi se reconfigurando, até hoje, com as novas arenas de participação cidadã, passando pelo debate da insurgência e da autonomia do desenho.
- Fabiana pergunta-se sobre um possível novo planejamento, pois destaca a ambiguidade do processo da história, este que estabelece uma constituição cidadã, mas também promove de maneira violenta uma política neoliberal, a partir da década de 1990, mas com uma inflexão no final da década e início da década de 2000 para governos progressistas que, de certo modo, abriram o debate para as questões dos sujeitos dos territórios no sentido de proporem políticas de inclusão e recomposição histórica, mas que ao mesmo tempo não abandonaram a política desenvolvimentista.

- A ideia dos sujeitos em marcha, constituindo o debate sobre movimentos sociais a partir das respectivas experiências e, também, sobre a colonialidade do poder (Anibal Quijano). Importante também o apoio no debate de Rui Mauro Marini sobre a teoria da dependência, pois, diz Fabiana, não dá para se entender o movimento social apenas por suas demandas ou formas de organizar a luta, mas sim principalmente entender que os movimentos na América Latina são perpassados por essas lógicas estruturais e estruturantes vinculadas à ideia da colonialidade. O debate decolonial pode ser uma chave analítica para identificar a dimensão das verticalidades, segundo conceito de Milton Santos.
- Repensar a conceituação de movimentos sociais na realidade brasileira e latino-americana, e observar como esses movimentos estão organizando sua luta. Quais são suas estratégias? O que equivale à ideia do território enquanto potência, também vinculada ao trabalho de Ana Clara, à ideia da potência política dos territórios. O território não é só o território da fronteira do capital, mas é, também, um território da invenção, da criatividade, da possibilidade de criação de novos processos e ações sociopolíticos.
- Outra discussão associada às anteriores centra-se na ideia das territorialidades, das horizontalidades do território usado. Fabiana traz o debate da autonomia do desenho, apoiando-se em Arturo Escobar. Trata-se de uma ideia que amplia a ideia do projeto em si, pois desenho significa para além do projeto ou do planejamento, novos arranjos sociais, e ter a autonomia do desenho tem a ver com uma dimensão política, com a forma como os movimentos e as comunidades periféricas se organizam para o cotidiano, para produzir a sua cultura. Dai o interesse da palestrante na sociodiversidade, conforme expressão de Milton Santos, a ideia de vários mundos no mesmo mundo.
- Importante, também, seria tensionar essa lógica da democracia e da cidadania, pois nós não vivemos uma democracia nem uma cidadania plena. Nós precisamos

discutir o Estado e entender como as verticalidades do capital o constrangem.

- Fabiana refere-se ainda às cartografias da ação social (Ana Clara), associadas à metodologia de sistematização de experiências (Oscar Jara Holliday) e aos trabalhos de extensão universitária. Trata-se de olhar para o mundo não de cima, mas com os sujeitos do território.

A palestrante finaliza sua fala dizendo que ao falar das perversidades do capitalismo, não se vislumbra caminhos, mas quando trabalhamos com os sujeitos que estão nos territórios, defrontamo-nos com uma dimensão de esperança e utopia no sentido de organização da luta no cotidiano.

* * *

Considerando as contribuições acima relatadas sumariamente, admite-se a importância de prosseguir com o debate sobre um possível planejamento territorial socialmente necessário e construído, orientado teórica e politicamente no sentido de caminhar para além da reprodução cega de processos estruturais e funcionamentos insustentáveis, aprimorando nossa responsividade intelectual, política e cívica.

Com esse entendimento, pontos de interesse para novos debates podem ser sintetizados:

1º) O papel do conhecimento científico na dissolução de ambiguidades da história e discursos ideológicos a serviço da elaboração de outro projeto de futuro e planejamento territorial, incluindo o reconhecimento de uma outra economia política da cidade ligada ao mercado socialmente necessário;

2º) O problema da distorção do modelo cívico, com a inexistência de cidadãos sem uma força equiparável à do Estado e uma distribuição orçamentária obstruída ao atendimento de necessidades socioterritoriais inadiáveis;

3º) Tomando o território usado como categoria de análise e de planejamento territorial e potência política — um contraponto interessante trazido para discussões — inclui, de um lado, a ideia de uma federação de lugares e, de outro, a proposta de autonomia do desenho de decisões e ações atribuída aos distintos territórios de vida, suscitando interrogações sobre o alcance e os limites da ação dos entes federados e demais agentes sociais e, particularmente, aqueles envolvidos em organizações, movimentos sociais, formas coletivas de associação. Segundo Milton Santos, em *Por uma geografia nova,* as decisões e ações do Estado, na forma da elaboração política, do aparato normativo e de investimentos fariam do Estado uma presença necessária, dado o agravamento das contradições socioespaciais, e indispensável para certas respostas a realidades e necessidades, para a sociedade em seu todo, que indivíduos ou segmentos específicos não poderiam sozinhos resolver. De outro lado, a distinção entre o que depende da vontade e ação consciente do Estado e o que pode ser realizado fora dela também poderiam tornar a análise mais completa e circunstanciada, sobretudo considerando que existem desenvolvimentos locais que escapam ao poder do Estado.

4º) Por fim, outro ponto de proveito a discussões relaciona o debate da decolonialidade com as verticalidades que perpassam, estruturalmente, o decurso da história e a organização de movimentos sociais, distanciando-os dos interesses particulares ligados aos ganhos imediatos a que certas reinvindicações podem ocasionar.

Planejamento socialmente necessário e construído: ilusão ou um possível histórico?

Cilene Gomes

Introdução

Em aproximação exploratória, a ideia de um planejamento territorial socialmente necessário e construído parte da incerteza de corresponder a uma condição histórica ilusória, inalcançável, ou a uma tendência, um percurso de experimentação social de um outro possível planejamento de mudanças sociais necessárias, um desenvolvimento integrado e ordenamento territorial coerente.

Essa ideia-motriz se firmou nos últimos anos, mas, a rigor, tem raízes em discussões acadêmicas e observações de processos de transformação social e práticas de ensino e pesquisa no decurso dos últimos quatro decênios aproximadamente. Isto é, as heranças intelectuais transmitidas e as acomodações do entendimento do mundo de acordo com as diferentes condições históricas, advindas com as sucessivas oportunidades de amadurecimento acadêmico, são prolongamentos indissociáveis e constitutivos de uma formação em consolidação até hoje.

Nesse sentido, vale indagar e reunir considerações a respeito de transposições ideativas do planejamento urbano e regional ao planejamento territorial, e do planejamento de Estado ao planejamento que tem no Estado um de seus protagonistas – com novas funções, mas força similar de determinação – entre outros agentes atuantes em arenas políticas e/ou domínios diversos da ação social, mais ou menos organizada e elevada a ação política, efetiva e/ou de resistência.

Hoje, então, é possível reconhecer a referida proposição de outro planejamento no contexto de elaborações discursivas acerca de mudanças e tendências reconhecidas no próprio campo de atividades do planejamento urbano e regional, seja no âmbito

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_028

da produção de conhecimento, da ação político-institucional e atuação técnico-científica ou profissional. Esse reconhecimento tornou-se aceitável, justamente ao acompanhar o fluxo dos acontecimentos do mundo, do país e dos lugares da vida cotidiana, admitindo que o processo de constituição do período demográfico da história (Santos, 2000) implicará em novas evidências e abordagens teóricas e práticas do planejamento territorial.

Todavia, antes mesmo de refletir se é esta uma imagem enganosa, uma representação social errônea ou ideia verossímil de um possível histórico, uma interpretação válida, é preciso explicitar em que consiste esse planejamento territorial socialmente necessário e construído. Quais os pressupostos e as bases de entendimento que conduzem a essa proposição de construção social de um planejamento de mudanças inadiáveis e possíveis – ofertada ao modo de um princípio de resposta à correflexão proposta para este livro, sobre Cenários Alternativos de Planejamento Territorial para o século 21.

Nesse andamento, são pressupostos da formulação:

1. A matriz epistemológica centrada na consciência crítica universalista que se amplia e aprofunda a partir da dialética entre pensamento vivo e realidade em transformação – a dialética do espaço-tempo transcrita no momento presente –em vista de elucidar problematizações teóricas, humanas e sociais tecidas por interações complexas, contraditórias, desconcertantes e promissoras, suscitando buscas de entendimento e novas orientações por um novo possível histórico em construção.
2. As relações entre política territorial e planejamento, atravessadas pela organização da federação, das relações entre União, estados, Distrito Federal e municípios, regidos pela Constituição Federal (CF) e acordados por um pacto federativo constantemente revisitado, uma distribuição de competências, de um lado, em respeito à soberania da União no domínio internacional, e de outro lado, à autonomia dos entes federados frente aos cidadãos em seus lugares. A sua vez, a acepção de planejamento concerne, ordinariamente, a uma intenção – orientada por

valores, teorias, ideologias ou representações sociais – de realização de algo, a ações organizadas para materializar princípios, objetivos e diretrizes de mudanças sociais e espaciais designados pelas políticas públicas.

3. As relações entre estado e sociedade desenvolvidas pelos processos estatais de condução, organização e regulação e, de outro lado, por processos de controle social ou monitoramento de ações do poder público e de outros atores ou agentes sociais encaminhados por representantes da sociedade civil organizada e os cidadãos em geral. Este pressuposto condiz com: mobilizações sociais diversas; processos de participação em diferentes esferas públicas (fóruns); o alcance e os limites da ação política acordada pelos mais diferentes grupos interessados; a questão da tomada de decisão e responsividade do poder público; os favorecimentos exclusivistas; os desafios de coordenação e integração de ações; as demandas heterogêneas e prioritárias etc.
4. Por fim, não se pode falar em planejamento territorial sem atribuir valor e significação às categorias espaciais do território usado (Santos, 1994; 1999; 2005), sobretudo e do lugar, assim entendidos, respectivamente: o território de todos, porque usado por todos, por direito e responsabilidade de todos os seres humanos, políticos por natureza, vale dizer, de toda a sociodiversidade demográfica do território, de populações e sujeitos coletivos firmados em causas sociais as mais diversas ou comuns; e o lugar, na acepção de instância espacial intermediária da relação entre o local e o global, entre o mundo e os indivíduos (Santos, 2017, p. 313).

Em recorrência à indagação enunciada acima, as bases de entendimento da perspectiva de planejamento territorial aqui proposta e ensaiada incluem:

O aporte filosófico do humanismo concreto, para além de suas bases iluministas, porque fundado em condições espaço-temporais e sociais concretas dos seres humanos e sujeitos coletivos, tais como se constituem e revelam na contemporaneidade;

A proposição da radicalização democrática, com o resgate da ideia de democracia diante de uma democracia em crise, condizendo com a apropriação prática de valores democráticos nas relações sociais cotidianas;

E a Urbanologia, aqui entendida como uma teoria do espaço urbano, fundamentada na teoria social crítica de Milton Santos e na teoria da ação de Ana Clara Torres Ribeiro (2014); e aqui considerada, objetivamente, pelos aportes teórico-conceituais do estudo da metropolização e integração urbano-regional, a partir do encontro de verticalidades e horizontalidades (Santos, 2017, p. 281) revelado pelo território usado no lugar do acontecer solidário, em suas formas de acontecer homólogo, complementar e hierárquico (Santos, 2017, p. 165).

Com base nesse escopo introdutório da abordagem proposta, o fio condutor da discussão desenvolve-se pelo nexo das relações entre pensamento ativo (Lefébvre, 2001) e cidadania (Santos, 2014) por um planejamento socialmente necessário e construído. O que supõe, historicamente, inflexões do comportamento de não-cidadãos à formação e ação consciente posicionada de cidadãos (ainda que em defasagem relativa aos segmentos sociais e indivíduos), concernentes aos processos progressivos de dissolução ideológica (Santos, 2000a). E o que tende a se validar mediante o embate entre sobredeterminações de racionalidades dominantes e diversos movimentos condicionantes de manifestações afirmativas: outras respostas à busca de novos ensaios de teorização e análise, mas também ensaios de cosmovisão, política, planejamento territorial, convivência cívica e humanidade, aqui lembrando Milton Santos, em uma das passagens finais do filme *Encontro com Milton Santos ou: O mundo global visto do lado de cá*.

O texto organiza-se em três seções: na primeira, imagina-se ser possível partir da ideia ao ideal de um planejamento territorial socialmente necessário e construído, delineando fronteiras e formas históricas do planejamento no Brasil; na segunda, trata-se da superação da ilusão associada a esta ideia e ao que nela mais se aproxima do que é real, orientando-se pela tarefa da dissolução ideológica para considerar a possibilidade de construção social de um planejamento de mudanças socioespaciais prementes; e nas considerações fi-

nais, a título de um esboço para a continuidade do estudo, em outras oportunidades, busca-se contemplar a transição da empiria de uma crise urbana, social e humana aos enfrentamentos teóricos e analíticos necessários para suscitar possíveis correflexões por uma Urbanologia (Santos, 2000b), com suas bases epistemológicas e seus desígnios e desenhos propositivos e de investigação.

Da ideia ao ideal – fronteiras e formas históricas do planejamento no Brasil

Transitar de uma ideia-força motriz a um ideal gerador de forças sociais vitais por um planejamento territorial necessário e construído é um exercício preciso para não matar esta ideia-força. Para isso, antes mesmo de propor uma aproximação ao que este planejamento consiste ou corresponde, torna-se válida uma reconstituição de fronteiras e formas históricas do planejamento no Brasil. Desse modo, conduz, adicionalmente, a situar a redesignação do planejamento urbano e regional de modo a distingui-lo do planejamento territorial que, recentemente, tende a se firmar nos processos discursivos acadêmicos.

Com o objetivo de uma rápida releitura da história geral do planejamento, são alguns sentidos gerais que mais importam ser pontuados aqui, e não um retrospecto circunstanciado. É a partir do tempo presente que se propõe o breve avivamento de elementos dessa trajetória.

A problemática central que instiga considerações reside nas relações entre Estado, Sociedade e Território, após a Constituição Federal de 1988 e em paralelo, em novas tendências exclusivistas ligadas à globalização neoliberal, justamente em razão do descrédito que se atribui ao planejamento estatal, à sua existência e à efetividade de suas ações em favor do todo social.

Os movimentos centrados na primazia do Estado parecem ter se transmutado a descentração-recentração na suposta ou efetiva participação de atores ou agentes sociais, os mais diversos, sendo o Estado, agora, um dentre os demais, com funções ressignificadas pelo próprio movimento da história e formas discutíveis de fazer planejamento. Assim, um espaço se entrea-

bre a múltiplas ações mobilizadoras e a ensaios de reorientação epistemológica e análises a serviço de proposições de mudanças sociais necessárias e possíveis.

Reavendo os principais sentidos gerais da história implicados na atualidade dos estudos territoriais, urbanos e regionais, eles podem ser, sumariamente, enunciados a partir de:

1. Processos de transformação do capitalismo, com transnacionalização, neoliberalização e financeirização da economia à complexificação crescente da constituição do espaço urbano e regional, segundo o princípio ativo da informação e da seletividade de localizações, com disparidades acentuadas, ausência de justiça social e violação de direitos humanos e sociais;
2. Âmbitos disciplinares estritos à ampliação de interlocuções voltadas às questões do planejamento, desenvolvimento e organização do espaço urbano e regional, compondo o que hoje se aproxima do campo de estudos em planejamento territorial, com seus objetos e abrangências;
3. Orientações teóricas e racionalidades técnico-científicas aplicadas ao sistema de planejamento estatal do período antecedente aos anos de 1980, com seus atributos próprios de ação e análise regional, à questão subsequente do artifício ideológico e das disjunções do planejamento estatal, que se mantém à retaguarda;
4. Atuação centralista do Estado às tendências descentralizadoras e de participação relativa de inúmeros atores ou agentes sociais e, aqui, então, supostamente, de uma construção social do planejamento territorial, sobretudo no âmbito dos municípios e suas localidades, mas com reflexos teórico-empíricos e político-institucionais acerca da questão regional e, particularmente, do planejamento de regiões metropolitanas;
5. De políticas, normas e ações de planejamento territorial dissociadas de demandas sociais prioritárias e heterogêneas, tais como observadas em distintas escalas de tempo e espaço, e pelos setores sociais de sua incidên-

cia, aos desafios de integração e coordenação de agentes, ações e prazos, implícitos na intersetorialidade, interseccionalidade e transescalaridade dessas mesmas políticas, normas e ações.

Com as discussões do início dos anos de 1990, acerca das relações entre globalização e fragmentação (Santos, Souza e Silveiras, 1994), do recuo do Estado-Nação, desterritorialização e a questão de minorias sociais e unidades étnicas (Santayana, 1994); e mais recentemente, a constatação de que diferentes sujeitos coletivos tendem a ser mais atuantes – em sua distinta condição de cidadãos –, nos debates e ações de interesse comum ligados a questões territoriais e do lugar de vida, e no monitoramento e/ou controle social de ações do poder público, junto a outros órgãos públicos de controle (Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas); ressurge e se difunde o valor da categoria de território usado, de Milton Santos (2005), com um potencial político e de engajamento inegável e aplicabilidade oportuna e necessária.

Em decorrência dessa ordem de ideias, as fronteiras e formas históricas (significativas) do planejamento podem ser delineadas e identificadas.

Entendendo as fronteiras, inicialmente, como instâncias de investigação do planejamento, pode-se considerar a instância espaço-temporal maior onde se organizam, dinamizam e transformam as realidades socioterritoriais em dada escala de observação e, dentro desta instância, aquelas que revelam, respectivamente, o domínio político-institucional e de ações de planejamento e, ainda, a do pensamento reflexivo e de aportes teórico-metodológicos de análise.

Tais fronteiras amplas, implicadas na história do planejamento, coexistem e se mesclam no acontecer social solidário de um processo incessante de organização e funcionamento da vida social, no território do país, em regiões, localizações, lugares e territórios. Descerram fronteiras internas, circunscritas a novos alcances e limites, que são formadas tanto de dentro como de fora, supondo, portanto, relações entre cidadãos, segmentos sociais ou comunidades, ações relacionais de ordem simbólica

e material, que possibilitam manter e renovar as dinâmicas de transformação da vida social (Jovchelovitch, 2008).

Com esse delineamento, duas são as formas históricas do planejamento territorial, urbano e regional, aqui consideradas, que definem os modos relacionais entre atores ou agentes atuantes nas referidas fronteiras (mais ou menos permeáveis) do contexto real da atividade social de controle e organização socioespacial, instrumental que é aos fins político-sociais e humanos de cada tempo. A primeira delas condiz com o período aproximado a partir dos anos de 1950 até os anos de 1980, e a outra, após a CF de 1988.

Uma referência ao primeiro período leva a ressaltar, no âmbito *cultural-ideológico* da revolução científico-tecnológica, o ideal da modernização e do desenvolvimento econômico; a ideologia do consumo e a cultura de massas – do homem-massa (Ortega y Gasset, 2016) –, e ainda, a própria ideologia do planejamento. Na arena *político-institucional*, predominam o centralismo e a função mediadora do Estado; a formação do sistema de planejamento do país; a dualidade federalista (União e Estados), os planos nacionais e a questão do desenvolvimento regional e urbano-metropolitano. No cenário *econômico-produtivo*, engrenam-se os motores da internacionalização do capital, dos mercados em expansão e da industrialização. E na *instância espacial* da sociedade, o fenômeno da integração do território nacional e da concentração espacial urbana-regional é observado, o que também inclui suas dimensões de desintegração e periferização.

De um período a outro, as formas históricas do planejamento territorial se definem pelos elementos de suas configurações, ao modo de resoluções possíveis de tensões prévias, oriundas dos movimentos da história, tais como as tensões geradas por estados críticos da organização social e política, derivados de pressões externas e internas ao contexto nacional, trazendo desafios e potenciais de transformação e reorganização do campo de ação do planejamento.

Se as tensões primeiras, levando à organização do sistema de planejamento urbano e regional do país, provieram de forças determinantes do processo de internacionalização do capital e de difusão do progresso técnico-científico, exigentes de ambien-

te político adequado, as tensões sociais engendradas com mais vigor, nos anos 1970, no Brasil, por diferentes mobilizações sociais, sobretudo no campo da cultura, política, saúde e reforma urbana, geram condições a desdobramentos de impulsos nascentes. No caso, no período que culmina na CF de 1988, a cumulatividade de forças potenciais de transformação, oriundas de segmentos sociais específicos, mas também de multidões, não pode ser negligenciada.

Já no segundo período, após a denominada Constituição cidadã (adjetivação hoje relativizada por alterações e discussões), emergem as configurações de objetos e ações de planejamento que, também, na ótica das instâncias da sociedade, incluem, até os dias de hoje, os seguintes elementos: 1. Na *instância cultural-ideológica*: a sociedade da informação e do conhecimento e a superação do pensamento único pela consciência universal, com a premência da sociodiversidade implicada em sua base, como antídoto contra a alienação ou contra o não-cidadão; 2. Na *instância político-institucional*: as premissas de descentralização, participação social e qualificação da democracia; o reconhecimento do município e o primado da integração nas relações interfederativas; preceitos de política urbana regulamentados no Estatuto da Cidade e Estatuto da Metrópole (BRASIL, 2015); o plano diretor e o plano de desenvolvimento urbano integrado; novos arranjos de regionalização e iniciativas de associação e cooperação; e a nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano em gestação (IPEA, 2024); 3. Na *instância econômico-produtiva*: os dilemas entre o público e o privado; a financeirização da economia, da sociedade e do espaço e as novas realidades do mundo do trabalho e de sua precarização; e 4. Na *instância espacial*: a fragmentação do tecido socioespacial urbano-metropolitano, a redefinição de redes urbanas, os modelos supranacionais de cidades, as novas configurações do desenvolvimento local.

Ao conceber, de modo exploratório e elementar, fronteiras e formas históricas do planejamento, indaga-se em que consiste, então, esse planejamento territorial socialmente necessário e construído, cuja proposição seria, por hipótese, coerente a uma tendência contemporânea de mudança social, de onde cenários alternativos poderiam ser descerrados. Além disso, diante

das sobredeterminações de fenômenos globais da atualidade, incluindo globalitarismos e fundamentalismos (Santos, 2000a), polarizações políticas, guerras, grandes deslocamentos forçados e desinformação, repercutindo em todo lugar, seria essa suposta tendência uma ilusão, um otimismo ingênuo?

Se o pensamento ativo assumir a responsabilidade de propor a si mesmo e aos outros que povoem lacunas sociais ocupadas pela agitação de ideologias ou pela nebulosidade das retóricas (Lefébvre, 2001), para a construção social de mudanças socioespaciais necessárias e possíveis, mediante um planejamento com pactuação consciente de diferentes agentes sociais interessados, em diversas esferas públicas de ação política, debate social e modalidades variadas de participação, será preciso o discernimento incessante para a progressiva dissolução ideológica (Santos, 2000a) e a dissipação de discursos falaciosos.

A tarefa não é simples, mas merece estudo e a persistência de esforços conjuntos. Assim, será oportuno fazer convergir nossa aspiração teórico-reflexiva com a formulação das bases epistemológicas da Urbanologia nas condições históricas do presente, em contexto brasileiro e latino-americano.

Da ilusão ao real – para a construção social de mudanças socioespaciais prementes e possíveis

O que mais se aproxima do valor significativo do ideal de um planejamento territorial socialmente construído e necessário reside no fato de que, por hipótese, já contém em si uma realidade em curso de transformação, a ser discernida em seus alcances e limites, justamente para efeito de superar quaisquer ilusões e avaliar suas reais condições histórica ou bases teóricas factíveis de se tornar um instrumento para a construção de outro possível histórico. Para que mudanças socioespaciais necessárias se concretizem, nos diversos territórios de vida social e prazos de tempo, as problemáticas e necessidades precisam ser identificadas em sua integração e heterogeneidade e, sobretudo, atendidas em sua premência e possibilidade, a partir

do que se tornou visível, política e moralmente insustentável. Necessariamente objeto de uma construção social, na ótica do acontecer solidário (Santos, 2017), a busca de estratégias e ações para o seu enfrentamento e resolutividade eficaz condiz com a participação ativa de diferentes atores compromissados.

Mas, para uma visão clara e correta, sem confusão ou distorções, quais os obstáculos estruturais e circunstanciais para essa construção social de um planejamento territorial necessário e justo ao todo social?

Ao tratar do espaço do cidadão, Milton Santos (2014) inspira ao encontro de possíveis respostas a essa questão-chave, ao discorrer sobre a insuficiência do modelo econômico e da importância de se almejar outro modelo cívico, alargando o domínio social para além da economia, campo de soluções falíveis, se considerado isoladamente.

> A sociedade também é ideologia, cultura, religião, instituições e organizações formais e informais, território, todas essas entidades sendo forças ativas. O econômico pode parecer independente em seu movimento, mas não o é. A interferência das demais entidades que formam o corpo da nação corrige ou deforma ou, simplesmente, modifica as intenções do planejamento econômico, sobrepondo-lhe a realidade social (Santos, 2014, p. 122).

Com essa perspectiva abrangente de todas as ações sociais que se dão no território é que Milton Santos (2014, p. 123) propõe a reflexão crítica sobre um modelo político que se distancia do ideal republicano e não colabora para a criação da cidadania real, alertando à superação necessária da institucionalização "de um estado de coisas incapaz de levar a mudanças positivas" (dada a ineficácia da representatividade democrática), bem como incitando a elevação do grau de consciência política e comportamento político e a instalação de um novo modelo de cidadania, um novo modelo cívico.

Nesse ponto, inclui-se a questão da dignidade humana e dos direitos inalienáveis e a questão do debate aberto a considerações tolerantes de outra ordem lógica de argumentos não hegemônicos. A ilusão impeditiva do despertar das consciên-

cias, revigoramento da força de resistência e da assunção do dever social frente aos cidadãos em formação, combinar-se-ia à instrumentalização dos indivíduos com a lógica do mercado de bens públicos e dos próprios indivíduos (Santos, 2014).

Se outro possível histórico poderá ser construído por novos cidadãos despertando a cada dia e/ou conduzindo-se por ideias-força mais próximas do ideal de outro modelo cívico, outra sociedade mais justa e humana concretamente, Santos (2014) prenunciou a possibilidade de construção desse modelo pela recuperação da cultura e da ideia de valor (em contraponto à ideia de recursos), que "alarga os horizontes (p. 125), convoca a sensibilidade e permite o pensamento criador", desconstruindo mentalidades, rompendo com a racionalidade do *status quo*, orientando a ação política e exigindo tenacidade e a coragem de ser mais humano e cidadão.

As reais condições advindas com o esclarecimento do que é ilusório, implícitas a essa abordagem estrutural de Milton Santos são de duas ordens de aproximação.

A primeira reside na constituição de individualidades fortes, que prepara e engendra a formação dos cidadãos e a ampliação da cidadania, em contraposição à subordinação social ao individualismo e à alienação circundante na situação de pertencer às multidões sem sujeitos, vale dizer, indivíduos figurando como objetos, desculturalizados, porque ignorantes da história social e do espaço, e levados pela cultura de massas, adversários de consciência e cegos para os fins intrínsecos dos seres humanos, (Santos, 2014, p. 83-84).

E a segunda, concerne à questão da transição histórica de um a outro pacto sociopolítico e, portanto, territorial, para além dos pactos estritamente funcionais (de interesse localizado e a parcelas da população), na busca de um "conjunto de propostas visando a um uso do território coerente com um projeto de país e parte essencial desse projeto" (Santos, 2014, p. 133).

Nessa abrangência de obstáculos a superar, de um lado, os círculos interfederativos de cooperação estão no centro da problemática político-institucional de intermediação e regulação de processos e formas de organização em múltiplos raios de atuação. E nesse ponto, uma tendência das últimas décadas

traz um complicador ao estudo das formações socioespaciais e lugares em tempos de globalização neoliberal: as unidades subnacionais tendem a estabelecer contatos diretos, formais ou informais, com atores sociais de outros países, outros estados ou organizações multilaterais, demandando a legitimação ou remodelação normativa do governo central e/ou a ampliação da esfera de relações internacionais, culminando na propagação de agendas urbanas variadas, modelos supranacionais de urbanização e redes internacionais de cidades, cidades-modelo de renovação urbana ou desenvolvimento urbano (Sánchez, 2001; Dessoti e Prado, 2010; Balbim, 2016).

De outro lado, se tudo indica que o planejamento socialmente necessário e construído, se não for mera abstração, mas tendência em curso, um presente ampliado, não será mudança e realidade da noite para o dia, exigindo retificações históricas, dissolução de distorções ideológicas e ambiguidades do sistema político e do espaço social. E assim um grande desafio é o da desalienação de grandes parcelas de pessoas e a quebra de enquadramentos uniformizadores no *status quo* da sociedade de consumo e da desinformação.

No livro *Por uma outra globalização*, Santos (2000a) conclama à dissolução de ideologias perversas e à tarefa de elaboração de um pensamento livre e outro discurso que analise os elementos basilares do pensamento único e da confusão ou desnorteamento dos espíritos, a serem desfeitos, assegurando, assim, os passos para a mutação filosófica dos seres humanos em seu devir pessoal e de sua presença restauradora da humanidade no planeta.

Se as relações entre os atores sociais e instituições (e estes mesmos) se multiplicam e diversificam no plano interfederativo e internacional, segundo Balbim (2016, p. 12),

> não se trata aqui apenas de discutir uma configuração espacial de redes transnacionais, nacionais e regionais de cidades. Antes de tudo, trata-se de analisar sob diferentes perspectivas, a partir de formações socioespaciais e lugares diversos, a construção de um espaço de poder, de um mercado de reprodução do capital que se articula intensamente nas negociações entre nações e corporações.

Além disso, se o processo gradual de desalienação-conscientização dos cidadãos e sujeitos coletivos adquire maior relevância em seu estatuto recente de igual consideração às diferenças humanas e intensa movimentação social insurgente, com força inegável de indignação, resistência e organização, mas sem o fôlego necessário para o alcance estrutural de mudanças socioespaciais necessárias (Santos, 2014), restaria dissipar a ilusão de participação igualitária, em sua natureza e função, de todos os agentes, justamente em razão de igual construção de espaços de poder, com movimentações inclinadas a disputas, dominação e inflexibilidade.

Vale trazer aqui indagação similar à de Balbim, ao chamar atenção, no âmbito das agendas urbanas internacionais, para "diferentes mecanismos de valorização de posições e de construção de tendências e acordos" (2016, p. 12): Quais atores, ações e iniciativas apontam de fato para articulações sinérgicas por um outro futuro? Outro futuro e bases teóricas e sociopolíticas alinhados ao humanismo concreto, à ideia de democracia radicada na vida cotidiana e à equidade no acesso social aos bens, serviços e espaços públicos.

Para ensaiar um princípio de resposta a essa questão, outro obstáculo de ordem estrutural envolve os abusos decorrentes do que Santos, mais uma vez, nos leva a refletir: "a esfera do público e a do privado se confundem de forma intolerável, em detrimento do indivíduo e do cidadão" (2014, 90). Questão difícil, relacionada, simultaneamente, aos princípios humanitários, democráticos e de justiça social, que merece estudo e o exercício de discernimento, de separação "do joio e do trigo".

No que se refere aos obstáculos circunstanciais para ir além na construção do planejamento territorial aqui contemplado como perspectiva do acontecer histórico, sua identificação mais pormenorizada deverá conduzir ao conhecimento de fatos e estados atuais de impasses, disjunções ou, mesmo, disfunções do planejamento urbano e regional, em suas orientações político-institucionais, estratégias e mecanismos de favorecimento e reprodução de espaços do poder de racionalidades e atores hegemônicos. Aqui, é imperativo considerar os esforços recentes por outra Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (IPEA,

2024) e o Programa Cidades Intermediadoras para impulsionar o desenvolvimento regional (MIDR, 2024), a título de contrapontos necessários e oportunos.

De outro lado, tais impedimentos devem ser igualmente observados nas dificuldades ou limitações de iniciativas de sujeitos coletivos diversos —incluindo as aproximações acadêmicas como parte integrante dessas experiências ou, mesmo, proposítoras das mesmas— que se autopropagam como agentes de outro *modus operandi* de fazer planejamento, mediante relações horizontais e de coprodução de conhecimentos e ações, alegando, justamente, a prevalência da centralidade de ações de "baixo para cima", dos que vivenciam o território e constroem seus saberes e modos de agir para a sobrevivência ou lutas cidadãs.

Considerações finais: a caminho dos enfrentamentos por uma Urbanologia

Nesse ir e vir da ciência de condições estruturais e circunstanciais que dificultam a idealização e efetivação do planejamento territorial socialmente construído e necessário, os enfrentamentos se apresentam na busca de fundamentos e revalidação de sistemas teóricos e de proposição de análises e investigações.

Para uma possível correflexão no domínio da Urbanologia, os fundamentos do estudo do espaço urbano consolidam-se pelo pensamento de Milton Santos, constituído em sua teoria social histórico-crítica e proposição da dialética do espaço e o tempo, espaço e sociedade, do todo e suas partes em movimento. Em consideração às condições do presente, às instâncias da sociedade e aos contextos das formações socioespaciais brasileiras e latino-americanas, são objetos do conhecimento os processos de constituição, estruturas de organização e dinâmicas de funcionamento e transformação do espaço urbano.

No momento, o que importa especialmente é avançar na reflexão sobre o estudo e a aplicabilidade analítica das categorias de verticalidades e horizontalidades e das formas do acontecer solidário, no acontecer homólogo, complementar e hierár-

quico, com a finalidade de atualizar as investigações sobre as relações entre metropolização, regionalização seletiva, redefinição de redes urbanas e a realidade diferencial das cidades e de suas interrelações, evidenciando as dimensões da integração urbano-regional: a simbólica, a político-normativa, a econômico-produtiva e a espacial.

Nesse escopo amplo de desígnios investigativos, a informação é princípio ativo de integração, é um conceito diretor para a teoria urbanológica, assentado na elaboração teórica de: 1. Santos (1996; 2000b), com sua análise das relações entre o sistema técnico atual e as técnicas da informação, da globalização de fatores hegemônicos, sob o pretexto de uma tirania das finanças e da informação, e por isso mesmo, com destaque à informação como fator hierarquizante das unidades socioespaciais urbanas; 2. Joel de Rosnay (1975), na abordagem da sociedade em tempo real pela integração de três sistemas de comunicação, disseminando uma informação descendente, ascendente e horizontal, sendo as duas primeiras correspondentes a dois modos de ação da consciência individual (observação e ação criadora); e 3. Gilbert Simondon (2020), com a proposição do método da transdução ou a operação transdutiva, onde a informação é a direção organizadora de um movimento de propagação e de tomada de forma de novas estruturas, no caso, estruturas sociais, a partir de um princípio estruturante ganhando campo, o que parece aplicável ao estudo das tendências de reprodução social de "formas-conteúdo" do espaço metropolitano em "campos regionais"[1].

A partir dessa linha de pesquisa sobre informação e espaço, as condições impeditivas e os potenciais para a construção de um planejamento socialmente necessário poderão ser rediscutidos e a tarefa de dissolução de ideologias e ilusões poderá ser continuada.

[1] Curiosamente, a transdução é definida em *O Direito à Cidade,* de Henri Lefébvre, como uma operação intelectual que "elabora e constrói um objeto teórico, um objeto *possível*, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade. A transdução pressupõe uma retroalimentação (*feedback*) incessante entre o contexto conceitual utilizado e as observações empíricas" (2001, p. 109).

Referências

BALBIM, Renato (org.). *Geopolítica das cidades: velhos desafios, novos problemas*. Brasília: Ipea, 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *50 anos de regiões metropolitanas no Brasil e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: no cenário de adaptação das cidades às mudanças climáticas e à transição digital*. Organização de Marco Aurélio Costa. Brasília: Ipea, 2024.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber*. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEFÉBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. Campinas: Vide Editorial, 2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000a.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2017.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRAS, Maria Laura (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994.

SANTAYANA, M. O século XXI e o desafio das etnias. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRAS, Maria Laura (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 321–330.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRAS, Maria Laura (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 15–20.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15–26, 1999.

SÁNCHEZ, Fernanda. Reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 16, p. 31–49, jun. 2001.

DESSOTTI, Fabiana R.; PRADO, I. Redes internacionais de cidades: mecanismo de inserção internacional das cidades na busca do desenvolvimento local. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 5., 2010, Buenos Aires. *Anais*... Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2010.

SANTOS, Milton. A Third World Modern Urbanism. In: INTERNATIONAL DOCOMOMO CONFERENCE, 6., 2000, Brasília. *Conference Proceedings Sixth International Docomomo Conference: The Modern City Facing the Future*. Brasília, 19–22 sep. 2000.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 13 jan. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MIDR – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Novo programa vai impulsionar o desenvolvimento regional*. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/novo-programa-vai-impulsionar-o-desenvolvimento-regional>. Acesso em: 23 set. 2024.

Para além da tecnocracia e da gestão: práticas territoriais sob o imperativo do socialmente necessário

Manoel Lemes da Silva Neto

Introdução

Em *Contra os Tecnocratas*, Henri Lefebvre (1969) antecipava uma crítica que permanece atual: a denúncia da tecnocracia como lógica de organização do espaço, cuja racionalidade dominante — funcional, supostamente neutra e pretensamente eficiente — combina dominação e hegemonia ao impor, por meio da técnica, os interesses das elites dirigentes e seus dispositivos de racionalização do espaço nas sociedades capitalistas avançadas.

A leitura que Lefebvre faz da tecnocracia como forma de dominação por meio do espaço é central para compreender a racionalidade instrumental que subjaz a muitas políticas e práticas territoriais contemporâneas. Ao mesmo tempo, Lefebvre adverte que a crítica à tecnocracia não pode ser apenas técnica ou moral: ela deve ser política e radical. Isso implica reconhecer que a tecnocracia não é um erro acidental do planejamento, mas sim uma expressão coerente do modo de produção capitalista, empenhado em controlar o tempo e o espaço socialmente produzidos.

Essa substituição da política pela gestão, da política reduzida à economia, também é objeto da crítica de Edgar Morin no ensaio "Em busca dos fundamentos perdidos", que abre o livro *Uma Política de Civilização* (1997). Para ele, vivemos uma era em que "a gestão substituiu a política", e em que "o poder já não propõe um destino, um rumo, mas se contenta em administrar o existente". A racionalidade da gestão, assim como a da tecnocracia, opera sob o manto da neutralidade, mas serve à conservação de uma ordem que naturaliza a desigualdade e obscurece os conflitos. Trata-se, como adverte o autor, de uma regressão

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_029

civilizatória, na qual o cálculo substitui o juízo político, e a ação pública é reduzida a métricas de desempenho, custo e produtividade — exatamente como Lefebvre observara no avanço da tecnocracia.

Essa lógica da neutralidade técnica, que desloca a política para o domínio da gestão e da expertise, foi também abordada de forma contundente por Johann Chapoutot em *Livres para obedecer* (2023). Ao analisar as origens da gestão moderna a partir da experiência nazista, Chapoutot revela como a despolitização das decisões, apresentada como racionalidade organizacional, escamoteia a naturalização da hierarquia e da obediência. Já não se trata de impor pela força, mas de governar por meio do desempenho, pela eficiência e pela delegação calculada de responsabilidades. O poder, assim, deixa de ser discutido em público: torna-se procedimento, técnica, planilha. Esse apagamento do dissenso é precisamente o que Ana Clara Torres Ribeiro reconhece como característica da "ação instrumental" — uma forma de pensar e atuar que esvazia o conflito, desloca os sujeitos e impede a emergência do político como criação coletiva e disputa de projetos.

Para Ana Clara Torres Ribeiro, essa lógica da ação instrumental, que dissocia meios e fins e transforma o fazer político em procedimento técnico, opera como um dispositivo de silenciamento e neutralização da experiência social. Em sua sociologia do presente, a autora argumenta que a técnica, quando não mediada pela política, impõe-se como verdade objetiva, neutralizando o conflito e restringindo o espaço de criação coletiva. A consequência é a compressão dos sujeitos sociais a posições funcionalizadas, quase sempre apartadas do processo decisório. Contra essa tendência, Ana Clara propõe a restituição do lugar como categoria política, o território usado como instância ativa da sociedade e a ação política como forma de elaboração de projetos que expressem sentidos socialmente necessários. É nesse ponto que sua crítica converge com a de Milton Santos e retoma, sob outra chave, o que Lefebvre já nomeava como a subsunção do político ao império da razão técnica.

Essas camadas de discurso analítico não poderiam resultar em outra conclusão senão esta: não é de hoje que o planejamento territorial opera, em grande medida, sob a hegemonia de uma

racionalidade técnico-gestionária que tem contribuído para esvaziar a dimensão política da organização do espaço.

Sob o argumento da eficiência e da universalidade das soluções técnicas, o planejamento tende a afastar-se da vida concreta, das práticas sociais e das demandas reais dos territórios populares, submetendo-se a um ideal de gestão cuja função é, em última instância, a reprodução das formas dominantes de produção e apropriação do espaço urbano. É a sobredeterminação do local na constituição dos lugares, das verticalidades sobrepondo-se às horizontalidades, e tal constrangimento é portador de efeitos perversos.

Essa substituição da política pela tecnocracia gestionária tem consequências graves: impede que o território seja reconhecido como instância ativa da sociedade e bloqueia a emergência de racionalidades alternativas — contra-racionalidades, melhor dizendo — enraizadas na experiência dos sujeitos historicamente marginalizados.

Daí a urgência da discussão sobre os fundamentos do planejamento enquanto prática política. Tal retomada exige recolocar no centro da análise a figura do cidadão como instituição — conceito formulado por Milton Santos — e reconhecer o território usado como condição concreta de formulação e ação política. O cidadão, entendido não como consumidor ou mero destinatário de políticas públicas, mas como sujeito ativo, capaz de produzir e disputar sentidos para o espaço, é condição essencial para que se possa imaginar um planejamento territorial socialmente necessário e construído. A ausência dessa cidadania ativa — ou sua mutilação, como também indicou Santos — compromete qualquer possibilidade de construção coletiva do espaço e, portanto, de uma sociedade democrática.

Nesse horizonte, o presente capítulo propõe examinar o papel hegemônico da técnica e da gestão na organização do planejamento territorial, bem como identificar práticas e proposições emergentes que oferecem caminhos para sua superação. A partir da crítica à forma como o pacto federativo brasileiro organiza e distribui recursos, do reconhecimento da cidade popular como arena estratégica e da valorização das práticas territoriais invisibilizadas pelas abordagens normativas, sus-

tenta-se a hipótese de que o planejamento pode ser resgatado como instrumento ético e político. Para tanto, é necessário deslocar o olhar: da norma à prática, da abstração técnica à complexidade dos lugares, da autoridade institucional ao protagonismo dos sujeitos comuns. Em outras palavras, trata-se de afirmar o território como condição e o "socialmente necessário" como imperativo, conceito formulado por Ana Clara Torres Ribeiro (2005) para designar as dimensões da prática social que, emergindo da concretude dos territórios, exigem ser reconhecidas como fundamento da ação política e do planejamento, ou ainda, da planificação, nos termos formulados por Luiz Pereira no clássico *Ensaios de Sociologia do Desenvolvimento* (1970), entendida como técnica de controle social. Para ele, as planificações constituem formas amplas de "controle social", conceito que remete à formulação de Georges Gurvitch (1947, apud PEREIRA, 1970, p. 13), frequentemente compreendida, na literatura sociológica, como uma forma de regulação social difusa e estruturante, e, por outro lado, à noção de "técnica social" desenvolvida por Karl Mannheim (1940, apud REIRA, 1970, p. 14), entendida como uso consciente do saber sociológico para orientar as transformações sociais.

O que surpreende é o quanto essas noções clássicas permanecem atualizadas. Luiz Pereira ainda ilumina as limitações estruturais das políticas públicas de caráter territorial, como o urbanismo e o planejamento urbano e regional, demonstrando como tais práticas, mesmo quando revestidas de pretensões técnicas e neutras, seguem operando como formas de controle social seletivo.

O cidadão como instituição e a despolitização da cidade

Para Milton Santos, "cidadão é aquele que, munido de seus direitos e de consciência crítica, se sente em condições de afrontar o Estado, quando necessário" (SANTOS, 1996/1997, p. 134).

A afirmação expressa mais do que um direito formal: revela uma concepção ativa de cidadania, em que o indivíduo não ape-

nas detém direitos, mas os exerce de modo crítico, insurgente e político. É uma ação política (RIBEIRO, 2014).

Por definição, o cidadão desempenha papel estrutural no ordenamento democrático: não é apenas titular de direitos, mas uma instância de contrapoder; é sujeito que disputa sentidos e rumos para a sociedade.

Tal como formulada por Santos, a cidadania constitui um lugar de exceção no Brasil. Se exercer a cidadania significa disputar sentidos e rumos para a sociedade, em condição de paridade com o Estado, então poucos — muito poucos — a exercem de fato. O Estado brasileiro não foi constituído como instância pública de mediação entre iguais, mas como prolongamento histórico de prerrogativas privadas das elites. É o que Raymundo Faoro identificou desde a colonização: um poder político apropriado por um patronato que se perpetua como classe dirigente, atravessando regimes, partidos e conjunturas (FAORO, 2001).

A formação desse patronato político não foi superada pela modernização formal das instituições. Ao contrário, seus tentáculos se alongaram. Na leitura de Jessé Souza, a herança da escravidão continua operando como lógica estruturante da sociedade brasileira: os antigos senhores da casa-grande nunca deixaram de mandar (SOUZA, 2017). Apenas se adaptaram às novas linguagens do liberalismo e da racionalidade tecnocrática para preservar privilégios. O resultado é um sistema em que a desigualdade não é um desvio, mas uma engrenagem central, e a exclusão, uma política de Estado, historicamente naturalizada.

A cidadania, assim, não se universalizou: foi privatizada. Tornou-se instrumento de distinção e de concessão de privilégios, e não de igualdade. Enquanto alguns poucos vivem a cidadania como blindagem, seja material — com cercas, planos privados, segurança armada —, seja imaterial, por meio do usufruto exclusivista de privilégios —, a maioria sequer conhece sua materialidade mais elementar. É nesse país, simultaneamente legal e real, que a despolitização da cidade cumpre um papel estratégico: conter os que poderiam reivindicar outra ordem e proteger aqueles que seguem operando, ainda intocáveis, como donos do poder.

E seria nesse estado de contradição em estado latente que a "revanche do território" encontra o caldo onde se pode efetivar a "cidadania completa" reclamada por Milton Santos, esse papel institucional que "funciona como um dique diante da agressividade das relações externas típicas da globalização" (SANTOS, 2002, p. 85).

Daí a formulação que permite — ou melhor, exige — compreender o cidadão como instituição, ou seja, como uma figura política capaz de mediar as relações entre a coletividade e o Estado e de posicionar-se em pé de igualdade simbólica e ética diante dele. O cidadão, nesse sentido, torna-se agente da história e não apenas destinatário de políticas: alguém capaz de tensionar, interpelar e disputar o projeto de sociedade em curso.

Mas a batalha é dura: na cidade contemporânea, verifica-se, em grande parte, o esvaziamento desse papel institucional do cidadão. O avanço da gestão tecnocrática e a fragmentação das políticas públicas e, ainda mais grave, a substituição da Política pela Gestão (MORIN, 1997), sob o manto da eficiência e da neutralidade técnica, convertem a política em administração e reduzem o cidadão a um consumidor de serviços urbanos ou a um beneficiário passivo de programas setoriais. Trata-se de um processo contínuo de despolitização da cidade, no qual os conflitos reais são dissimulados por modelos abstratos, e a experiência concreta dos sujeitos é substituída por dados, *rankings* e *dashboards*.

A substituição do cidadão pelo cliente – e do projeto político pela gestão orientada por indicadores – enfraquece as possibilidades de construção de uma cidade fundada na justiça social e na participação efetiva. A cidade legal sobrepõe-se à cidade real. As decisões passam a ser justificadas por razões técnicas, descoladas do debate público e da ação política. Com isso, a urbanidade se desfaz. A política se dilui. A cidade se desumaniza.

Tal esvaziamento não ocorre por erro circunstancial, mas é antes produto da própria forma legal que rege a organização do espaço urbano. O direito urbanístico, frequentemente apresentado como humanista e democrático, opera segundo categorias abstratas que, em vez de garantirem igualdade, tendem a institucionalizar as desigualdades. Estruturado a partir da generali-

dade e da coerção, é dirigido a um sujeito genérico e idealizado, que ignora os contextos concretos e históricos em que vivem os mais pobres. Essa universalização normativa torna-se, paradoxalmente, um obstáculo à efetivação de direitos. Ao suprimir a diversidade dos sujeitos e das formas de vida urbana, a norma jurídica acaba por anular a experiência popular e inviabilizar práticas legítimas de produção do espaço. Nessa conjugação entre técnica e exclusão, o ordenamento urbano deixa de ser instrumento de justiça, para operar como mecanismo de reprodução da desigualdade.

Não se trata, portanto, de uma mera operação simbólica ou discursiva. Esse esvaziamento político se agrava quando se reconhece que, no Brasil, grande parte da população não alcança sequer as condições mínimas para o exercício pleno da cidadania. A exclusão territorial é também uma mutilação cidadã. Negros, pobres, mulheres, pessoas LGBTQIA+, povos indígenas — todos os que vivem à margem da cidade institucionalizada — não apenas enfrentam barreiras materiais, mas são sistematicamente privados do direito de participar da construção da cidade. Sua ausência nos processos decisórios não é acaso, mas parte de uma engrenagem histórica e estrutural de subalternização persistente. Trata-se de um projeto de mundo no qual a muitos sequer é concedido o direito de existir, quanto mais, de serem cidadãos.

Ao lado desses, há ainda aqueles que, mesmo possuindo os meios para exercer sua cidadania, escolhem não o fazer. Em vez de lutar pelo direito universal à saúde, à educação ou à segurança, preferem pagar por planos privados, escolas particulares e segurança armada. Essa renúncia voluntária das classes médias à política, em nome do privilégio constitui o outro lado da cidadania mutilada: a negação egoística da cidadania como bem comum. É a substituição da política pela conveniência, da convivência pela blindagem. A cidade torna-se, assim, espaço de separações naturalizadas, em que a desigualdade é vivida não apenas como exclusão, mas também como escolha consciente dos que dela se beneficiam. Aqui, a cidadania é recortada por privilégios, e o direito cede lugar ao favor ou ao consumo.

Ao vislumbrar a revalorização do cidadão como instituição, propõe-se algo além da inclusão formal em conselhos ou audiências públicas. Trata-se de reconhecer a legitimidade política das práticas sociais vividas nos territórios — e de viabilizar os meios para que essas práticas se convertam em referência para a formulação de políticas públicas. A cidadania deixa de ser entendida como atributo concedido de cima para baixo e passa a ser concebida como processo coletivo, situado e historicamente ancorado. É nesse horizonte que o território usado deixa de ser apenas cenário da desigualdade e passa a ser reconhecido como instância ativa da produção política, lócus da cidadania insurgente e do projeto de sujeitos coletivos.

É a partir do território — essa instância ativa da sociedade, compreendido para além do mero suporte físico e da finalística político-administrativa, mas como espaço vivido, praticado e usado — que a política pode ser reinserida na cidade. Pois é nele que se manifestam não apenas as experiências concretas da desigualdade, mas também as formas de solidariedade e resistência, a criatividade cotidiana, a capacidade de fazer, de "resolver a vida", nos lugares (RIBEIRO, 2023, p. 75-89), e frente às racionalidades hegemônicas. O território usado é o lugar onde o humanismo concreto ainda é possível. Por essa razão, deve ser reconhecido como substrato da cidadania insurgente, da Política com "P" maiúsculo, da produção de futuros que não se confundem com a mera gestão do presente.

Nesse contexto, a urbanologia proposta por Milton Santos (2001), constitui-se como campo teórico e prático que recoloca o cidadão-sujeito coletivo-instaurador de política no centro das disputas sobre o urbano. Não mais como objeto de políticas, mas agente na formulação de estratégias socialmente necessárias, que partem do lugar, da experiência, da insubmissão cotidiana à cidade que aí está. Sobre o território usado, trata-se de produzir uma outra política: aquela que é capaz de dar forma institucional às práticas insurgentes, de articular o saber técnico à experiência vivida, de promover a passagem da força social à força política, do ativismo difuso à ação institucionalizada.

A distorção do pacto federativo e a abstração da gestão pública

Um dos principais entraves à construção de um planejamento territorial socialmente necessário é a estrutura fiscal que rege o pacto federativo brasileiro. A distribuição orçamentária entre União, estados e municípios, marcada por uma lógica centralizadora, funcionalmente assimétrica e normativamente abstrata, impede que os recursos públicos cheguem com efetividade aos territórios onde a vida se desenrola: bairros, comunidades, periferias. O federalismo brasileiro consagra um modelo em que as unidades federativas operam como filtros jurídico-administrativos, reforçando mecanismos de desresponsabilização da União e sobrecarga dos municípios, que, embora mais próximos dos problemas urbanos, são os entes com menor capacidade de arrecadação, normatização e formulação de políticas públicas. Isso resulta em um federalismo financeiramente invertido, no qual o ente menos dotado de recursos é também o mais demandado. A territorialização das políticas públicas, nessa estrutura, sofre um esvaziamento crônico: o território real — aquele que se expressa no vivido, no lugar — permanece à margem dos circuitos decisórios e orçamentários.

Portanto, a questão fiscal brasileira, conforme analisada por diversos estudiosos, revela-se não apenas como uma questão técnica de distribuição de recursos, mas como um mecanismo estrutural de contenção da autonomia federativa, que perpetua desigualdades e subtrai ao território a possibilidade de ação política efetiva.

E não se trata apenas da repartição de tributos. Essa é apenas a manifestação superficial do problema. A questão de fundo é o modo como a forma fiscal opera para subtrair dos territórios suas possibilidades de autodeterminação; como marginaliza os territórios reais, comprometendo sua autonomia decisória — não por anomalia, mas por ser traço estrutural do pacto federativo brasileiro. A centralização das decisões e dos recursos na esfera federal não apenas reproduz as desigualdades regionais, como neutraliza qualquer possibilidade de construção de uma política territorial de base redistributiva (BRANDÃO e SIQUEIRA,

2012). A política regional, reduzida a uma função periférica, episódica e fragmentada, é expressão dessa lógica que naturaliza a impotência local e imobiliza os espaços subnacionais frente às contradições estruturais da economia política nacional.

Adicionalmente, a confluência de crises econômicas, políticas, sanitárias e ambientais das últimas décadas desorganizou o plano político-institucional das políticas públicas no Brasil (MONTEIRO NETO, COLOMBO e ROCHA NETO, 2023). A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por exemplo, carece não apenas de institucionalização efetiva, mas também de visibilidade pública e de lugar na agenda dos centros de decisão política, o que compromete a materialização de suas estratégias. Essa fragilidade institucional reflete a centralização fiscal e a consequente limitação da autonomia dos entes subnacionais, dificultando a implementação de políticas territoriais que respondam às especificidades e urgências de cada localidade — ou melhor, de cada lugar.

Portanto, não se trata de mera disfunção administrativa, mas de uma distorção de natureza eminentemente política. Ao operar por meio de repartições abstratas e critérios padronizados, o modelo vigente perpetua a centralidade do Estado nacional — frequentemente subordinado a lógicas globais — e das elites dirigentes na alocação dos recursos, restringindo severamente a autonomia local e fragilizando a presença do Estado nas franjas mais vulneráveis da sociedade. A retórica da descentralização se desfaz diante da realidade da "guerra fiscal" entre entes federados e da dependência crônica dos municípios frente a transferências condicionadas ou recursos vinculados. O pacto federativo torna-se, assim, um simulacro de autonomia, no qual os municípios são compelidos a aceitar lógicas de financiamento exógenas, muitas vezes orientadas por interesses privados ou por condicionantes impostos por agências multilaterais.

A lógica distributiva funciona, nesse contexto, como mecanismo de reprodução e legitimação da desigualdade: prioriza os setores mais organizados politicamente ou mais integrados à economia formal e globalizada, enquanto os territórios populares permanecem invisibilizados. Em vez de considerar as necessidades concretas da população, distribui-se com base em indi-

cadores agregados que desconsideram as assimetrias locais. O resultado é que os recursos raramente chegam aonde são mais necessários — e, quando chegam, o fazem por vias pontuais, fragmentadas e condicionadas, alimentando formas regressivas de socialização fiscal, apresentadas sob a retórica da justiça contributiva.

Apesar de estarem mais próximos da vida cotidiana e das necessidades concretas da população, os municípios brasileiros acumulam responsabilidades imensas em áreas essenciais, sem a contrapartida proporcional em recursos e instrumentos de ação. A eles cabe a execução prioritária da educação infantil e do ensino fundamental, da atenção básica à saúde, da assistência social, do saneamento básico, do transporte coletivo local, da política urbana, da habitação de interesse social, da cultura, do esporte e do lazer. São também responsáveis pela regulamentação do uso do solo, pelo planejamento urbano e pela execução de grande parte das ações ambientais e de infraestrutura urbana. No entanto, esse amplo conjunto de funções públicas locais é desempenhado com apenas cerca de 7,21% da arrecadação tributária nacional, enquanto a União concentra 67,84% e os estados, 24,95% dos recursos (BRASIL, 2024). Essa discrepância revela uma inversão estrutural de responsabilidades e capacidades, em que o ente federativo mais pressionado socialmente é também o mais subfinanciado. Trata-se de um desequilíbrio que não apenas compromete a efetividade das políticas públicas locais, mas explicita o caráter injusto e politicamente regressivo do pacto federativo vigente.

Essa distribuição evidencia uma concentração significativa de recursos na esfera federal, contrastando com a responsabilidade crescente dos municípios na execução de políticas públicas essenciais. Embora estejam mais próximos das demandas da população, os municípios enfrentam limitações financeiras crônicas, que comprometem sua capacidade de atendimento efetivo às necessidades locais.

Além disso, a dependência estrutural de transferências constitucionais e legais da União, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), aprofunda a vulnerabilidade fiscal municipal, especialmente diante de crises econômicas ou alterações

nos critérios de repasse. Essa estrutura fiscal centralizadora e hierarquizada inviabiliza um planejamento territorial sensível à diversidade do território usado e às singularidades e urgências concretas de cada lugar.

E há um detalhe central que não pode ser negligenciado: o instituto do cidadão, nos territórios reais, encontra-se esvaziado, apequenado — o que alimenta uma baixa estima cívica que o impede de reivindicar uma cidadania ativa e insurgente, substituída por uma noção burocrática e passiva de pertencimento. Em muitos casos, a ideia de pertencimento à república só emerge na forma burocrática da nacionalidade, como nos momentos em que se é solicitado a se declarar brasileiro. É uma cidadania esvaziada, que pouco ou nada interfere nas decisões que moldam o espaço em que se vive.

Portanto, a atual configuração do pacto federativo brasileiro, ao concentrar a maior parte dos recursos na União, limita a autonomia financeira dos municípios e compromete a efetividade das políticas públicas no nível local. Esse cenário reforça a necessidade de uma revisão estrutural da distribuição tributária, visando fortalecer a capacidade dos municípios de atender às demandas de suas populações de maneira mais equitativa e eficiente.

O vazio territorial da ação pública é preenchido, cada vez mais, pela gestão — repita-se. Substituindo a política, a gestão instala-se como discurso técnico, promotor de racionalidade, eficiência e controle, ampliando o fosso entre o Estado e os cidadãos comuns. As cidades são geridas como empresas: planeja-se para o fluxo, para o capital, para a visibilidade. Os instrumentos de planejamento — planos diretores, leis de zoneamento, programas de investimentos — tornam-se ferramentas de regulação do solo para favorecer a valorização imobiliária, e não instrumentos de redistribuição territorial dos bens comuns.

É nesse cenário que a gestão pública assume feições crescentemente despolitizadas. A técnica desloca o debate do campo da justiça para o da eficiência; substitui a deliberação coletiva em favor de procedimentos administrativos; e reduz o planejamento em planilha. O lugar, entendido como espaço vivido (SANTOS, 1996; RIBEIRO, 2014), carregado de história, conflitos e

possibilidades, é abstraído. O cidadão, mais uma vez, é relegado ao segundo plano — quando não diretamente excluído dos processos decisórios.

Superar esse modelo implica politizar o orçamento. Significa reconhecer que o território não pode ser compreendido como mero suporte físico da ação do Estado, mas como condição concreta de redistribuição, reconhecimento e reparação. Um planejamento socialmente necessário exige, portanto, a inversão do atual modelo fiscal: os recursos devem partir das necessidades, aspirações e desejos dos lugares, não das abstrações normativas. Planejar para o comum significa, antes de tudo, devolver o orçamento à política — e o território, ao povo.

A cidade como espaço de emergência da nova economia política

No Brasil, e em grande parte da América Latina, a cidade é, por excelência, o espaço da contradição. De um lado, administra-se segundo modelos que a reduzem à condição de engrenagem funcional: um dispositivo de circulação, investimento e expansão controlada, orientado para o que interessa aos agentes dominantes. De outro, nela se concentram, de forma mais visível e brutal, os efeitos da desigualdade social, da precariedade urbana e da fragmentação do espaço vivido. A cidade da gestão é a cidade do capital; a cidade da vida — aquela que se desenrola nos interstícios do planejamento formal — é a cidade das resistências, das reinvenções e das sobrevivências cotidianas.

Tal contradição atinge seu paroxismo em realidades como a de São Paulo, onde a administração de uma metrópole macrocefálica é concebida sob a égide de uma "Zeladoria" — metáfora infeliz, mas absorvida com resignação por uma cidadania pouco acostumada a observar criticamente os dispositivos que a governam. Em 2024, a Prefeitura anunciou com entusiasmo que "São Paulo destacou-se como epicentro da tecnologia e qualidade de vida", ao receber certificações máximas de Cidade Inteligente, Sustentável e Resiliente (ISO 37120, ISO 37122, ISO 37123) (Prefeitura de São Paulo, 2024). A distância abissal entre a celebração oficial e a realidade urbana cotidiana confere ao episódio

uma ironia amarga: aquilo que deveria atestar a vitalidade democrática da cidade, na prática, testemunha a cristalização de sua mais aguda crise social e territorial.

Nesse quadro, é crucial reconhecer como certos objetos urbanos se tornaram símbolos máximos da exclusão. A arquitetura dos shopping centers, duramente criticada por Ana Clara Torres Ribeiro como uma forma de organização do espaço que, em uma sociedade verdadeiramente cidadã, "deveria ser completamente proibida" (RIBEIRO, 2014, p. 79). O shopping, enquanto enclave de consumo e vigilância, é a materialização do fechamento do espaço público, a antítese da cidade enquanto espaço de convivência e invenção popular.

No campo da análise tipológica, José Cláudio Gomes identifica, na urbanização contemporânea, a predominância daquilo que denomina formas-fragmento (GOMES, 1996, apud SILVA NETO, 2022, p. 200). Essas formas são caracterizadas pela superindividualização dos objetos arquitetônicos, pela desconexão entre as partes e pela ausência de um projeto urbano comum. A mansão isolada nos bairros ricos, as formas extravagantes dos edifícios verticais e os próprios shoppings exemplificam essa arquitetura disjuntiva, em que cada fragmento busca afirmar seu valor separado, rompendo as possibilidades de convivência territorial.

Em contraste, nos territórios populares — onde pulsa a cidade da vida — manifestam-se as formas ativas (GOMES, 1996, apud SILVA NETO, 2022, p. 202), aquelas que, apesar da precariedade material, articulam sujeitos, lugares e práticas em uma tessitura social viva e dinâmica. As formas ativas representam modos de apropriação solidária do espaço, configurando territórios nos quais a vida coletiva resiste à lógica excludente da mercantilização urbana.

Ao abordar essa crítica, Ana Clara Torres Ribeiro amplia a reflexão a partir da teoria da ação, mostrando que o espaço banal — o espaço comum, ordinário, praticado cotidianamente — deve ser resgatado como campo de potencialização da vida coletiva. Esse espaço vivido encontra-se cada vez mais ameaçado pelas formas-fragmento, mas é nele que pulsa a capacidade de invenção social e de emergência de alternativas históricas.

Portanto, ao tratar da cidade como espaço de emergência de uma nova economia política, torna-se fundamental contrapor à arquitetura da segregação a vitalidade das formas ativas, em que a ação social coletiva, mesmo invisibilizada, constrói outros projetos de cidade. Uma cidade viva, democrática e radicalmente diferente daquela planejada para o consumo e para a vigilância.

Essa dinâmica concreta e inventiva da cidade popular, e seu corolário disjuntivo, pode ser mais bem compreendida à luz da interpretação proposta por Milton Santos em *O Espaço Dividido* (1979), ao identificar a coexistência e a interação entre dois circuitos produtivos da economia urbana. O circuito superior, altamente capitalizado, organizado e voltado à integração com as dinâmicas globalitárias, sobredetermina-se ao circuito inferior, constituído pelas práticas populares, locais e resistentes — práticas que, embora subordinadas, não são passivas. Elas se reinventam, se adaptam e constituem uma base viva da produção e reprodução da cidade popular.

De um lado, o circuito superior da economia urbana reúne as atividades formais, capitalizadas e tecnologicamente avançadas, integradas aos fluxos nacionais e globais de produção e consumo, e, agora, de circulação da economia plataformizada. São os setores que estruturam a cidade segundo a lógica do capital: bancos, grandes empresas, comércio de alto valor agregado, empreendimentos imobiliários, serviços especializados, logística, gestão de dados e plataformização da vida urbana. Esse circuito apropria os espaços mais valorizados da cidade e orienta o planejamento urbano segundo os imperativos da valorização fundiária e da circulação de mercadorias, capitais e informações.

De outro lado, o circuito inferior constitui-se das práticas econômicas populares, profundamente enraizadas nos territórios da sobrevivência cotidiana. Pequenos comércios, mercados informais, serviços autônomos e múltiplas formas de trabalho criativo emergem como alternativas frente à exclusão estrutural imposta pelos circuitos dominantes. Longe de representar um "atraso" ou um "desvio", esse circuito inferior revela uma racionalidade própria, fundada na solidariedade, na adaptabilidade e na apropriação ativa do espaço urbano.

Esses dois circuitos não existem de forma estanque; ao contrário, eles interagem de forma assimétrica, reproduzindo a divisão socioespacial característica das cidades brasileiras e latino-americanas. O circuito inferior, embora marginalizado, presta serviços essenciais ao circuito superior, fornecendo mão de obra barata, bens acessíveis e formas de organização da vida que sustentam, silenciosamente, a urbanização hegemônica.

A perspectiva dialética proposta por Milton Santos, é atualizada em estudos recentes que reafirmam o caráter estruturante dessa divisão. Trabalhos como os reunidos no livro *Brasil Popular, Circuitos da Economia Urbana e Políticas Públicas* (2023) indicam que, sob as novas configurações da modernização tecnológica e da financeirização dos territórios, o circuito inferior não apenas resiste, mas também se transforma, consolidando práticas que, ainda subordinadas, revelam capacidade de inovação social. A divisão em circuitos, longe de expressar uma dualidade estanque, configura uma articulação dinâmica e desigual, na qual o Brasil popular, enraizado nos territórios urbanos de resistência, segue desempenhando papel central na reprodução contraditória do espaço.

Reconhecer essa divisão estrutural é fundamental para deslocar o olhar sobre a cidade: da gestão tecnocrática voltada à reprodução do capital para a valorização das práticas sociais que, nos territórios populares, constroem cotidianamente outro projeto de urbanidade: um projeto fundado na centralidade do social, na dignidade das práticas locais e na emergência de novas formas de solidariedade urbana.

A compreensão desse processo exige, portanto, deslocar o olhar da superfície dos fenômenos aparentes — o discurso da modernização, da sustentabilidade e da inteligência urbana — para a materialidade concreta das práticas sociais e das novas configurações do espaço urbano. O tensionamento extremo entre os circuitos não apenas redefine o valor dos lugares, mas também desestabiliza as formas tradicionais de apropriação, circulação e regulação urbana. É nesse quadro que se torna crucial examinar como as políticas públicas, as práticas de gestão e a reorganização da economia, impulsionadas pela plataformização e pela financeirização, aprofundam a precarização do

território popular e produzem novas formas de exclusão e resistência.

No contexto da globalização e da financeirização dos territórios, o valor da terra, do tempo urbano, das amenidades e dos serviços públicos foi tornado abstrato, dissociado da prática justa e da experiência comum. O valor urbano já não deriva da função social, mas da expectativa especulativa de rendimento futuro, exacerbando a dissociação entre espaço usado e espaço valorizado. Nessa dinâmica, o urbano torna-se objeto de uma socialização capitalista anárquica: bens coletivos são apropriados por lógicas privadas, enquanto as práticas cotidianas dos pobres, geradoras de valor de uso efetivo, são invisibilizadas ou criminalizadas. Esse processo aprofunda o que Ana Clara Torres Ribeiro denomina de involução intra-metropolitana: fenômeno caracterizado pela peregrinação populacional compulsória, pauperização das periferias, esgarçamento do tecido social, gentrificação, redução da importância do mercado popular urbano e inserção crescente dos territórios pobres em circuitos informais e ilegais de sobrevivência (RIBEIRO, 2013, p. 122).

A economia política subterrânea da cidade, que se expressa nos territórios populares, não se confunde com a mera informalidade. Trata-se de uma economia política tecida por fluxos subterrâneos: práticas de trabalho, abastecimento, moradia e circulação que, ao se organizarem solidariamente, desenham, de forma invisível, mas decisiva, os contornos de uma outra cidade possível. A cidade dos pobres, majoritária, revela-se, assim, não como espaço de déficit, mas como espaço de potência. Contudo, ela é sistematicamente deslegitimada pela lógica do planejamento urbano tecnocrático, que a enxerga como disfunção a ser corrigida, seja pela remoção, pela higienização ou pela requalificação que desconsidera os sentidos locais e populares.

O planejamento urbano dominante, voltado aos circuitos superiores do capital, torna-se cúmplice da reprodução das desigualdades. Em nome da eficiência e da modernização, ignora o que é socialmente necessário. Essa lógica é reforçada por um sistema fiscal fragmentado e injusto: a distribuição do "bolo tributário" entre União, Estados e Municípios reproduz desequilíbrios históricos, enquanto as cidades, privadas de autonomia

real, buscam saídas paliativas que aprofundam a privatização dos espaços urbanos. A seletividade tributária se reproduz: apenas certos fluxos e certos usuários são onerados, enquanto setores privilegiados — como grandes incorporadoras e fundos imobiliários, moradores das áreas hipercentrais, assim como elites empresariais associadas a shopping centers, serviços logísticos e polos corporativos — mantêm intocado o acesso às vantagens urbanas. Beneficiam-se da valorização territorial sem arcar com o custo social da mobilidade e da reprodução urbana, transferindo para os setores populares o peso das novas barreiras de circulação impostas à cidade. Entre os mais afetados, destacam-se as classes populares motorizadas, residentes em bairros periféricos ou cidades da região metropolitana, que, dependentes do deslocamento diário por longas distâncias para acessar empregos e serviços, enfrentam o risco iminente de serem excluídas dos centros urbanos pela tarifação seletiva da circulação.

Esse movimento evidencia que o pedágio urbano, longe de constituir um instrumento neutro de regulação da circulação, configura-se como mecanismo ativo de aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Ao penalizar a mobilidade popular e isentar os grandes operadores da valorização territorial, reforça a segregação metropolitana e legitima, sob o manto da sustentabilidade, a privatização seletiva do direito à cidade. A tarifação do território, assim concebida, não apenas reproduz, mas intensifica a lógica da financeirização urbana contemporânea, na qual o acesso ao espaço torna-se, cada vez mais, um privilégio condicionado à capacidade de pagamento. Trata-se de um desdobramento histórico daquilo que Milton Santos diagnosticou, ainda nos anos 1990, como a constituição de uma metrópole corporativa fragmentada: um espaço urbano organizado para atender às exigências do capital transnacional, no qual a fragmentação territorial não é um defeito da urbanização, mas sua expressão sistemática e planejada. No novo estágio da crise urbana, as práticas de tarifação da circulação e de mercantilização da mobilidade aprofundam essa fragmentação, consolidando um regime de acesso desigual à cidade, agora regulado não apenas pela distância física, mas também pela capacidade de pagamento para circular.

Essas dinâmicas evidenciam que o Estado nacional, cada vez mais capturado por interesses forâneos, atua sob uma lógica globalizada que dissocia o poder político da realidade concreta dos lugares. Os poderes locais, quando não destituídos de capacidade de ação, operam apenas como corretores parciais de um espaço socialmente desestruturado. A cidade, nesse processo, perde seu sentido como espaço de construção da vida comum: o urbano é capturado por uma lógica de alienação, em que as decisões são tomadas à distância, sem compromisso com a vida que se desenrola cotidianamente nos territórios.

Entretanto, é precisamente nesses territórios que persistem práticas de resistência e solidariedade, e é nelas que residem possibilidades de outro projeto de cidade. As centralidades periféricas, os mercados populares, as redes informais de abastecimento e transporte não são apenas formas de sobrevivência: são esboços de uma outra economia política do urbano. O conceito de "mercado socialmente necessário", formulado por Ana Clara Torres Ribeiro, ilumina essas práticas que emergem contra a lógica da valorização especulativa, afirmando a primazia do uso, da solidariedade e da dignidade na produção do espaço.

Assim, a cidade não pode ser reduzida a um mero campo de gestão técnica. Ela é, antes de tudo, espaço de invenção política. Reconhecer isso implica deslocar o eixo do planejamento: da regulação da propriedade ao reconhecimento das práticas sociais; da promoção da valorização fundiária à afirmação de direitos concretos; da gestão instrumental à construção de alternativas sociais enraizadas nos territórios. Práticas, dispersas e resilientes, conformam lógicas de resistência análogas à noção de rizoma de Deleuze e Guattari (1980): formas múltiplas, descentralizadas e adaptativas de produção social, que resistem à homogeneização e à captura pelas lógicas hegemonizantes do capital.

Planejar a partir dessa perspectiva é reconhecer que a nova economia política da cidade já se anuncia nos interstícios da cidade formal. Trata-se de enfrentar a socialização capitalista anárquica e o esvaziamento dos sentidos locais, revalorizando o território como espaço de memória, de solidariedade e de justiça. Trata-se, também, de compreender que a cidade é o palco

privilegiado onde se confrontam a alienação globalizante e a emergência de práticas populares que aspiram a outro futuro — um futuro urdido no cotidiano, ancorado nos lugares e forjado pela ação coletiva.

Se, por um lado, a financeirização e a lógica corporativa da cidade tendem a aprofundar a segregação socioespacial, por outro, a vida urbana popular, articulada nos circuitos inferiores da economia, preserva ainda a possibilidade concreta de outro caminho. Milton Santos mostrou que é no território vivido que se encontram as bases de uma reorganização local da economia: práticas solidárias, formas autônomas de produção, redes de abastecimento e circulação enraizadas na experiência cotidiana. Essa economia subterrânea — invisibilizada pelos instrumentos oficiais de planejamento — revela uma racionalidade territorial própria, estruturada na criatividade social, na adaptação e na solidariedade. A partir dessas práticas locais, que combinam valor de uso, trabalho cooperativo e resistência às dinâmicas predatórias da cidade corporativa, emerge a possibilidade de revitalizar o espaço urbano não como suporte da acumulação, mas como condição de reprodução social ampliada. Longe de ser apenas uma resposta de sobrevivência, a organização local da economia nos territórios populares antecipa uma alternativa histórica de urbanidade, fundada na reconstrução dos vínculos sociais, na apropriação ativa dos recursos e no uso coletivo do espaço.

A cidade como espaço de emergência da nova economia política é, assim, um espaço de contradição, de invenção e de esperança. Reconhecer esse potencial é condição para refundar o planejamento urbano como prática crítica, insurgente e orientada pela centralidade do socialmente necessário.

Em meio à financeirização do território e à alienação globalizante, a cidade dos lugares resiste e inventa: não como nostalgia de um passado perdido, mas como expressão viva da capacidade coletiva de constituir outra história urbana possível em um mundo, talvez, pós-globalização.

A crítica à racionalidade dualista e o território como instância ativa

Não é de hoje que a análise sobre a coexistência de formas sociais distintas ocupa lugar central na teoria social crítica atenta ao 'povo brasileiro', como destacou Darcy Ribeiro (1995) ao tratar de sua formação. A dualidade constitutiva da sociedade brasileira não é uma surpresa nem um fenômeno periférico para o pensamento social crítico.

Há muito se sabe que, no Brasil, a coexistência de formas modernas e arcaicas não constitui um desvio ou um resíduo histórico a ser superado, mas o próprio motor da reprodução capitalista periférica (RANGEL, 1957). Essa interpretação rompe com a ideia evolucionista de que a modernização eliminaria o passado: em Rangel, a modernização, para existir em nossas formações sociais, exige a preservação ativa das desigualdades e das formas híbridas. A inculcação ideológica do modelo desenvolvimentista (FURTADO, 1974) – ainda fortemente presente como ideário internalizado na cultura das classes médias brasileiras – constituiu e continua a constituir um dos principais entraves à superação das desigualdades estruturais. Para Celso Furtado, o subdesenvolvimento não é etapa anterior ao desenvolvimento pleno, mas estrutura de reprodução das disparidades internas, cristalizada no espaço e na sociedade (FURTADO, 1959). A modernização brasileira, como assinalou, organiza-se como expansão seletiva das forças produtivas, aprofundando a heterogeneidade estrutural em vez de eliminá-la.

O diagnóstico de Florestan Fernandes (1975) reforça a mesma perspectiva crítica: a natureza da modernização brasileira foi profundamente conservadora. Longe de significar uma ruptura com as estruturas tradicionais de dominação e de afastamento do passado agrário, o avanço das formas capitalistas institucionais reorganizou as hierarquias sociais sob novas bases. A modernização não promoveu a democratização das relações sociais; ao contrário, consolidou a exclusão sob novas molduras jurídicas e políticas, garantindo a continuidade das desigualdades sob a aparência de transformação. Para Florestan Fernandes, a chamada revolução burguesa no Brasil não re-

alizou plenamente sua função histórica: articulou o desenvolvimento econômico à reprodução ampliada das estruturas de dominação, impedindo a universalização de direitos e o acesso igualitário aos frutos da modernização. Complementaria Milton Santos (1987), o Brasil formou cidadãos imperfeitos e consumidores mais que perfeitos, expressão da modernização excludente que aprofundou a desigualdade sob a aparência de progresso.

Octavio Ianni (1992) completa esse diagnóstico ao concluir que a modernização no Brasil, conservadora, como foi, operou uma metamorfose do domínio: não eliminou a subalternização, mas a adaptou aos novos circuitos econômicos e políticos globais. As formas sociais e espaciais "modernizadas" carregam, em seu interior, as contradições históricas da dominação, travestidas de inovação e progresso.

A modernização conservadora no Brasil não foi um processo espontâneo, nem fruto apenas de dinâmicas econômicas internas: ela foi organizada e sustentada por instrumentos sistemáticos de política econômica e territorial. Desde a Era Vargas, com os primeiros Planos Quinquenais, passando pelos programas de grandes obras de infraestrutura sob Juscelino Kubitschek, até os Planos Nacionais de Desenvolvimento implementados durante o regime militar, o Estado brasileiro estruturou e coordenou estratégias de crescimento econômico que, embora tenham impulsionado a industrialização e a expansão urbana, preservaram a concentração fundiária, ampliaram as desigualdades sociais e consolidaram um padrão de exclusão sistemática. A combinação entre intervenção estatal seletiva, concentração de renda e controle político operou como fundamento material da modernização excludente descrita por Florestan Fernandes e Milton Santos. Sob a aparência de progresso, o país aprofundava a reprodução das hierarquias históricas, reafirmando o falso dualismo entre uma modernidade técnica e uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade estrutural.

Longe de serem apenas enunciados teóricos, os clássicos ainda são fundamentais para compreender o presente. A negligência dessas formulações críticas no campo das políticas públicas, sobretudo naquelas voltadas para o ordenamento terri-

torial, abriu espaço para a ascensão de abordagens que, sob o verniz de preservação — ambientalista ou patrimonialista — reforçam novas formas de exclusão. Acselrad (2001), Canclini (1990) e Porto-Gonçalves (2006) fornecem bases analíticas quanto à separação entre conservação e transformação social servindo para cristalizar desigualdades, bloqueando as práticas populares e reforçando as hierarquias sociais sob novas linguagens técnicas e jurídicas. Ao desprezar a persistência e a renovação da dualidade estruturante, essas políticas não apenas falham em produzir justiça territorial: reafirmam, sob novos códigos, a divisão histórica do espaço.

E isso para mencionar as abordagens mais difundidas e dotadas de forte apelo e comoção social, como o são a questão ambiental e a preservação do patrimônio, nas quais é sempre difícil explicitar a impregnação ideológica dos sentidos. Ou, como advertiu Hannah Arendt, a construção científica de uma ideia para que ela pareça verdadeira (ARENDT, 1989). Nesse mesmo sentido, Thomas Piketty (2020) propõe compreender a ideologia não apenas como instrumento de manipulação, mas como um conjunto de ideias e discursos a priori plausíveis, construídos para descrever e justificar a organização social e política existente, incluindo como eixo central a legitimação histórica das desigualdades. Tal compreensão reforça que nenhuma neutralidade é possível quando se trata de planejar o espaço urbano, pois as políticas públicas, sob a aparência de que são aplicações técnicas, carregam consigo ideologias que naturalizam e perpetuam a exclusão.

Em princípio, operações e requalificações urbanas, parcerias público-privadas e todo o arsenal de intervenções ou estratégias urbanísticas predispostas a solucionar o drama da cidade desigual situam-se no mesmo patamar de reprodução das hierarquias sociais.

É nesse contexto que retomar a crítica da razão dualista torna-se condição necessária para repensar o território como instância ativa, viva e política, e não como objeto inerte da gestão tecnocrática; é vital.

O território, que em nenhuma hipótese é mero suporte passivo das dinâmicas econômicas e políticas, ou das totalizações

espaciais, constitui uma instância ativa de produção social e histórica.

Reconhecê-lo como tal exige romper com a racionalidade dualista que, historicamente, organizou a compreensão e a gestão do espaço urbano: centro e periferia, formal e informal, legal e ilegal, moderno e atrasado, regular e irregular, pobre e rico. Tal racionalidade, uma racionalidade instrumental fundada na separação hierárquica entre polos opostos, obscurece as práticas concretas de resistência e invenção que emergem nos interstícios da cidade fragmentada. Criticar o dualismo, ou melhor, lembrar persistentemente a tênue linha que separa a ideia da realidade é, portanto, condição para afirmar o território como campo de ação e de construção de alternativas urbanas socialmente necessárias.

A crise contemporânea da organização territorial exige uma crítica que transcenda as tradicionais dicotomias entre estrutura e ação, espaço e sociedade, materialidade e subjetividade. Exige lembrar que o véu que impede a transformação definitivamente urbanística e universal para todos é uma ilusão habilmente arquitetada pelo pensamento hegemônico, e que conhece muito bem as dobras da história em que pode se apoiar para convencer os mais crédulos.

Em Ana Clara Torres Ribeiro, "a ação política está para além da reprodução, ela é pensada para além da reprodução, para além dos limites institucionais, para além do Estado no seu formato atual, para além dos mecanismos jurídicos conforme estão constituídos agora" (2014, p. 44). Ou seja, embora não transponíveis, os muros altos e grossos a serem vencidos exigem uma reviravolta epistemológica com alteração radical dos paradigmas envolvendo os que os pensam e os conduzem e os que os aceitam.

Nesse momento de baralhamento dos sentidos e disputa de projetos que marca o turbulento primeiro quartel do século 21, é oportuno recordar a advertência de Rousseau (1755), para quem o verdadeiro fundador da sociedade civil foi aquele que, ao cercar um pedaço de terra, "encontrou gente simples o suficiente para acreditar nele" (1994, p. 166), inaugurando, assim, a legitimação ideológica da desigualdade. Se, diante da primeira

cerca, tivesse prevalecido a desconfiança e a recusa coletiva, as guerras, as misérias e as dominações subsequentes poderiam ter sido evitadas.

Essa reflexão articula-se à crítica já formulada, dois séculos antes, por Étienne de La Boétie (1576, 2008), em seu Discurso da Servidão Voluntária, ao dizer que o poder dos tiranos e das hierarquias nasce menos da força bruta do que da aceitação espontânea dos dominados. Em La Boétie, como em Rousseau, a credulidade social não é um acidente, mas o alicerce silencioso que sustenta a reprodução das desigualdades. A crença coletiva que legitima a dominação é, portanto, um dispositivo histórico, cuidadosamente cultivado, sobre o qual se erigem tanto a organização desigual do espaço quanto os novos discursos que a naturalizam.

Portanto, o projeto em curso não é, de forma alguma, o único possível.

Como, então, ignorar que as novas cercas — simbólicas, jurídicas ou técnicas — seguem exigindo dos sujeitos urbanos uma adesão igualmente crédula para perpetuar a divisão histórica do espaço, a segregação socioespacial naturalizada em praticamente todas as propostas, quer acadêmicas, quer provenientes do Estado?

No âmago dessa superação, o território emerge não apenas como suporte, mas como instância ativa da história, condição de possibilidade da ação social e política enraizada. Trata-se de deslocar a compreensão do território de um objeto passivo da racionalidade técnica para reconhecê-lo como campo de produção de sentidos, de práticas e de projetos coletivos, contrapondo-se à racionalidade dualista que ainda orienta boa parte do planejamento e do gestionarismo sobre a constituição política do espaço.

Ao afirmar o território como instância ativa da sociedade, Milton Santos alinha a crítica da divisão moderna entre técnica e política, entre natureza e sociedade, entre espaço físico e espaço vivido que confunde a análise e impede a ação política. Como já advertia Ana Clara Torres Ribeiro (2005), a ação social não é mero reflexo das estruturas; é produção de novos sentidos a partir da concretude dos lugares, que são, simulta-

neamente, suporte de práticas cotidianas e horizonte de projetos transformadores. A noção de "socialmente necessário", proposta pela autora, fortalece essa leitura, ao inscrever no território as demandas históricas que clamam por reconhecimento e ação.

Assim, denunciar a racionalidade dualista significa recusar a separação entre fins e meios, entre meios técnicos e fins políticos, entre planejamento e vida. O território é, antes de tudo, o espaço do cidadão, da humanidade inteira (SANTOS, 1982; 1987), o espaço da possibilidade da política — não da política reduzida à gestão tecnocrática, mas da política como disputa de sentidos, como produção coletiva da história.

O conceito de território usado, conforme formulado pelo geógrafo, oferece uma chave epistemológica e política para romper com essa lógica. O território não é um dado neutro nem um recurso a ser explorado: ele é o espaço vivido, carregado de historicidade, de disputas e de possibilidades. É, ao mesmo tempo, palco e produto da ação humana. Como expressão da totalidade das relações sociais que nele se inscrevem, o território usado torna-se condição e fundamento para qualquer política que se pretenda emancipada da lógica do capital. Envolve, em cada lugar, e indissociavelmente, horizontalidades e verticalidades. Portanto, o plano, programa, projeto ou ação que se queira imaginar, formular ou propor tem que, necessariamente, pensar no efeito combinado, no lugar onde estará, quanto ao acontecer solidário homólogo, complementar e hierárquico (1996, p. 131-133). Não dá para pensar somente olhando ali, no lugar do plano, do programa, do projeto ou da ação, mas na totalidade territorial e da ação política.

Ao elaborar tais associações, dar-se-á um gigantesco passo rumo à indissociabilidade da técnica e da política, das ações com os objetos.

Essa concepção valoriza a ideia de totalidade: o território usado expressa a dialética entre o sistema técnico e o sistema de ação, constituindo uma configuração espessa de mediações materiais e imateriais que concretizam o agir político. Ele integra a indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações (1996, p. 63-85), configurando o espaço humano não ape-

nas como suporte da economia, mas como instância ativa da vida social.

E o que falar das redes? As redes correspondem apenas a uma dimensão verticalizada do espaço, articulada pelas dinâmicas de globalização, enquanto o espaço banal — o território usado — é o espaço horizontal, compartilhado e vivido por todos, e onde persistem práticas sociais cotidianas que resistem à homogeneização. O território usado se diferencia por ser o quadro de vida onde se sedimentam os processos sociais locais e as resistências à lógica instrumental.

A crítica à razão dualista se transfere em exigência de indissociabilidade entre técnica e política, ações e objetos, sistemas técnicos e sistemas de ações. E não se limita ao campo da intervenção territorial: ela incide igualmente sobre o próprio modo de produção do conhecimento urbano. Ana Clara Torres Ribeiro propõe duas superações indispensáveis à pesquisa urbana contemporânea (2009, p. 152–153). O distanciamento abstrato que separa o "local", reduzido a mero cenário de fenômenos sobredeterminados, do "lugar", "isto é, a espacialidade da ação espontânea, do inesperado, do acaso, do não-planejado" (p. 153).

Da mesma forma, a distinção mecânica entre "atividade" e "ação" científica precisa ser criticada: a pesquisa urbana não pode se limitar à coleta de dados ou à descrição de estruturas, mas deve reconhecer o espaço como campo de práticas sociais insurgentes e de projetos coletivos em disputa.

Tal como Milton Santos já advertira ao denunciar a racionalidade dualista, Ana Clara reforça que a ciência urbana, se quiser estar à altura da complexidade do presente, deve abandonar o modelo tecnocrático que dissocia análise e transformação, diagnóstico e práxis, técnica e política.

O território usado, nesse sentido, não é apenas um objeto de estudo: é um campo de ação e de significação, onde a própria pesquisa deve se reconhecer como prática social implicada nas lutas por justiça territorial.

Pode-se dizer sem margem a dúvidas que a compreensão dominante do fenômeno territorial no planejamento contemporâneo tem se restringido à sua dimensão instrumental. Ele é concebido como superfície a ser ordenada, como substrato para

intervenções técnicas, como base física para operações logísticas e normativas. Essa leitura, típica da racionalidade dualista, separa forma e conteúdo, espaço e sociedade, norma e prática. Ao fazer isso, o planejamento abstrai a vida, elimina o conflito e bloqueia a emergência de outras racionalidades, aquelas que se produzem no cotidiano dos lugares.

Portanto, o território não é cenário de aplicação de políticas: é instância ativa de produção de saber, de organização social e de proposição de futuros. Cada lugar guarda, em sua materialidade e nas práticas que o habitam, uma inteligência política que escapa à abstração técnico-gestora. São os lugares que resistem, adaptam-se, inventam soluções, sustentam modos de vida. E é a partir deles que se pode construir uma crítica radical ao planejamento como mera aplicação de instrumentos legais e administrativos.

A crítica à racionalidade dualista também implica desmontar o par ideológico que contrapõe formal e informal, legal e ilegal, centro e periferia, urbano e rural, e, talvez o mais complexo de tudo — devido à justificada e inquestionável aversão — ricos e pobres, e os espaços urbanísticos correspondentes, oposições que estruturam o pensamento urbanístico tradicional, mas que já não dão conta da complexidade contemporânea. As práticas territorializadas não cabem nesses pares excludentes: elas misturam formas, mesclam temporalidades, mobilizam conhecimentos diversos. São formas impuras, mas potentes, que desafiam a neutralidade da técnica e exigem do planejamento uma escuta atenta.

Reconhecer o território como instância ativa é, portanto, a vida em ato, é um gesto teórico e ético. Significa abdicar da pretensão de ordenar o espaço de fora para dentro e assumir que a política deve emergir dos lugares. Significa, ainda, reorientar o planejamento para que ele não seja instrumento de homogeneização, mas meio de valorização da diversidade, do comum e do socialmente necessário. O território deixa de ser o destino da política para tornar-se sua origem, em oposição ao gestionarismo e à técnica instrumental que pretendem reduzir o espaço à sua ordenação funcional.

É um convite a se pensar radicalmente a teoria da organização.

Conclusão — O imperativo do socialmente necessário: para refundar o planejamento como prática política

A crise do planejamento urbano não é apenas uma crise de instrumentos. É, antes de tudo, uma crise de sentido, uma crise societária. Submetido à lógica da técnica e da gestão, o planejamento territorial afastou-se do compromisso com a justiça, com a vida comum e com a construção democrática do espaço. O território, reduzido à condição de suporte, perdeu sua densidade política, enquanto o cidadão, rebaixado à condição de usuário ou consumidor, foi alijado do processo de formulação das políticas públicas, ele que é o único agente capaz de fazê-lo em pé de igualdade com o Estado. O resultado é um planejamento que opera no vazio, que se autorreferencia, que ignora os lugares e as pessoas e, por isso mesmo, fracassa. Esta falência não é acidental, é expressão de um projeto de mundo no qual a gestão suprime a política e a técnica substitui o juízo crítico. A cidade legal sobrepõe-se à cidade real; a racionalidade instrumental captura o espaço vivido. Nesse contexto, a despolitização da cidade e a substituição do cidadão pelo cliente tornam-se dispositivos centrais da reprodução das desigualdades, conferindo à neutralidade técnica o papel de legitimar hierarquias históricas sob a aparência de modernização.

A superação dessa crise exige mais do que ajustes metodológicos ou inovações tecnológicas. Exige o reposicionamento ético e político do planejamento como prática social e a reconquista radical do território enquanto condição ativa da cidadania. É necessário recuperar a centralidade do território vivido, reconhecer as racionalidades insurgentes que emergem nos interstícios da norma e restaurar à política sua potência transformadora. O planejamento territorial socialmente necessário não é uma utopia distante — ele já se esboça nas práticas cotidianas dos sujeitos comuns, nas formas alternativas de organização da vida urbana, nas economias populares que sustentam grande parte das cidades, nas centralidades periféricas, nas resistências que emergem dos lugares. Mas exige um novo olhar, um olhar

capaz de reconhecer o socialmente necessário como critério de ação e como imperativo político. Trata-se de romper com o paradigma da eficiência para abrir espaço à equidade, de substituir a abstração pela escuta dos lugares, de trocar o projeto de cidade para o capital por um projeto de cidade para a vida. Nesse horizonte, a técnica não é negada, mas reposicionada, deixando de ser o fim em si mesma para reassumir seu papel de meio, subordinada a fins sociais e políticos mais amplos.

O que se quer, portanto, é uma convocação — não à tecnocracia da reforma, mas ao pensamento crítico, à imaginação política e à ação situada. É no território, como instância ativa da sociedade, que se articulam as condições para outro planejamento, não mais gerencial, mas cidadanizado, não mais reprodutor das formas hegemônicas, mas criador de alternativas fundadas na vida concreta. A urbanologia, crítica e propositiva (SANTOS, 2001), emerge nesse horizonte como contribuição decisiva à reinvenção do planejamento territorial, orientando-o pela centralidade do socialmente necessário. Contra a cidade administrada para poucos, afirma-se a cidade construída por muitos, mais ainda, por todos, em estágio de inauguração efetiva e visível do período popular da história (SANTOS, 2002). Contra o espaço vazio da gestão, proclama-se o território vivo da política. Contra a técnica servil, defende-se o direito de projetar coletivamente o futuro. E é nesse embate, travado cotidianamente nos lugares, que se esboça a possibilidade de um mundo pós-globalização, de um novo projeto de civilização.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOÉTIE, Étienne de La. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (orgs.). *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. *Carga tributária no Brasil – 2023: análise por tributo e bases de incidência*. Brasília: Receita Federal do Brasil, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/

pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/carga-tributaria/carga-tributaria-no-brasil-2023. Acesso em: 23 abr. 2025.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1990.

CHAPOUTOT, Johann. *Livres para obedecer: a gestão, do nazismo aos nossos dias*. São Paulo: Da Vinci, 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Participação dos municípios na arrecadação tributária nacional*. Brasília: CNM, 2023. Disponível em: https://cnm.org.br/biblioteca/download/716. Acesso em: 23 abr. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Nacional, 1959.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOMES, José Cláudio. *Aproximações à forma ativa*. Relatório de pesquisa. Bauru: UNESP, 1996.

GURVITCH, Georges. Controle social. In: GURVITCH, Georges; MOORE, Wilbert E. (orgs.). *La sociologie au XXe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947. v. 1.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *Contra os tecnocratas*. Rio de Janeiro: Nova Crítica, 1969.

MANNHEIM, Karl. *Man and society in an age of reconstruction: studies in modern social structure*. London: Routledge & Kegan Paul, 1940.

MONTEIRO NETO, Aristides; COLOMBO, Lucileia Aparecida; ROCHA NETO, João Mendes da. *Políticas territoriais em tempos de múltiplas crises: desafios e perspectivas para o Brasil na década de 2020*. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. (Texto para Discussão, n. 2882). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11813. Acesso em: 23 abr. 2025.

MORIN, Edgar. Em busca dos fundamentos perdidos. In: MORIN, Edgar; NAÏR, Sami. *Uma política de civilização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. p. 9–42.

PEREIRA, Luiz. *Ensaios de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Pioneira, 1970.

PIKETTY, Thomas. *Capital e ideologia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *São Paulo é a primeira capital brasileira a receber a certificação de Cidade Inteligente, Sustentável e Resiliente*. Disponível em:

https://capital.sp.gov.br/w/s%C3%A3o-paulo-%C3%A9-a-primeira-capital-brasileira-a-receber-a-certifica%C3%A7%C3%A3o-de-cidade-inteligente-sustent%C3%A1vel-e-resiliente. Acesso em: 25 abr. 2025.

RANGEL, Ignácio. *A dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Cátia Antonia da; BERNARDES, Julia Adão; ARRUZZO, Roberta Carvalho (orgs.). *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 93–111.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cidadania e território: o socialmente necessário como base da política. In: *Brasil Popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 75–89.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *São Paulo: metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *The peripheral modern urbanism*. Brasília: Docomomo International Conference, 2001. Disponível em: https://3seminario.plurau.com.br/wp-content/uploads/2024/06/ThePeripheralModernUrbanism_MiltonSantos.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

SILVA NETO, Manoel Lemes. Crise urbano-societário-humanista e urbanização contemporânea: rumos para diálogos interdisciplinares. In: OLIVEIRA, Anita Loureiro de; SILVA, Cátia Antonia da (orgs.). *Metrópole e crise societária*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 265–289.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya, 2017.

Parte 9

Ações territorializadas

Experiências escola e comunidade em territórios periféricos urbanos

Ana Cecília de Arruda Campos
Antônio Norberto Martins
Vera Santana Luz

Apresentamos duas exemplaridades de experiências em escolas públicas na cidade de São Paulo, uma na região norte e outra na região sul, ambas em territórios periféricos e vulnerabilizados. O Ecoparque Escola Philó compreende uma atividade colaborativa entre a escola, a comunidade e a universidade, para a constituição de um parque de caráter pedagógico, mediante sua qualificação ambiental, em processos de concepção horizontal e troca de saberes. A constituição do Projeto Político Pedagógico da EMEI Chácara Sonho Azul, por sua vez, expõe possibilidades de articulação escola-comunidade-território — como orientador de processos educativos amplos e multitemáticos. Ambas as exposições se colocam à luz de dinâmicas de convívio, interação, conscientização, engajamento, autonomia e conquista de direitos, o que implica, diretamente, o fortalecimento das escolas como polos de excelência de lugares, os quais poderíamos considerar como próximos à noção de "território usado". Na interpretação de Maria Adélia A. de Souza (2005, p. 253): "Para Milton Santos o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário.", do que advém que "O Grito do Território emerge deste tipo de reflexão que Milton faz, elaborando sobre o território usado e o lugar insistindo na possibilidade de, a partir do território e dos lugares, estar sendo gestado um novo tempo que ele chegou a denominar de período popular da história." (Idem, ibidem, p. 254).

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_030

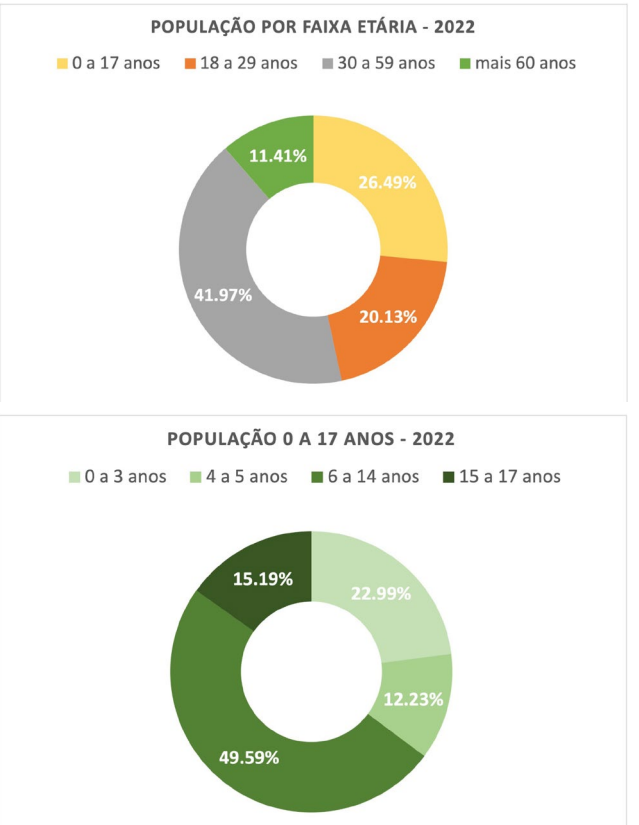
Ecoparque Escola Philó e os projetos participativos na constituição dos territórios

A experiência do Ecoparque Escola Philó tem início em agosto de 2021, ainda durante a pandemia de COVID-19, quando os coordenadores pedagógicos Éder de Oliveira Daniel e Íris Eliana Siqueira Bozolão, e o professor Claudinei Mendes da Silva, da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Profa. Philó Gonçalves dos Santos, em Perus, São Paulo, reconhecem o potencial de extensa gleba ao lado da escola. Sem uso definido, sem qualificação em termos projetuais, com depósito irregular de lixo, a área de propriedade pública é entendida como passível de ser transformada em espaço livre público que, além das funções de recreação e lazer, bem como ambiental, para toda a comunidade ao redor, possibilitasse aos alunos aprender através da vivência no espaço livre.

Paisagens periféricas e leituras possíveis e diversas do território. O Distrito de Perus, localizado no extremo noroeste do município de São Paulo, área de borda urbana, ainda possui glebas não parceladas e remanescentes arbóreos, assim como rede hídrica intensa, com relevo de altas declividades, passíveis de qualificação e integração ao sistema de espaços livres. Entretanto, ainda de reduzida apropriação pela população. São poucas as praças devidamente qualificadas. Há proximidade com os Parques Estaduais Jaraguá e Juquery, e Parque Municipal Anhanguera, mas o acesso é difícil, com poucas opções por transporte público, com quase ausência de ciclovias. A plataforma GeoSampa (São Paulo, s.d., acesso em outubro de 2024) indica áreas de baixo (R1), médio (R2) e alto risco (R3), distribuídas no território, seja por deslizamento, seja por inundação. O Novo Entreposto de São Paulo (NESP), a ser instalado mais ao norte, é fator de pressão do mercado imobiliário, que começa a atuar na área através da implantação de edifícios, vistos por parte dos moradores como forma de pressão com aumento de valores de imóveis e possível gentrificação. Segundo o Mapa 19 do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - PLANPAVEL (São Paulo, 2022, p. 94), 27,5% da população de Perus estão expostos a alta e muito alta vulnerabilidade social. A população é majoritariamente jovem, com 46,62% até 29 anos e, deste total,

26,49% possuem até 17 anos, segundo dados da Prefeitura Municipal de São Paulo (2022) (Figura 1).

Figura 1 - Gráficos sobre a proporção da população do distrito de Perus, São Paulo, por faixa etária e de crianças e jovens (população de 0 a 17 anos), em dados de 2022.



Fonte: Autoral, a partir de dados da Prefeitura Municipal de São Paulo, com acesso em outubro de 2024. Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/>.

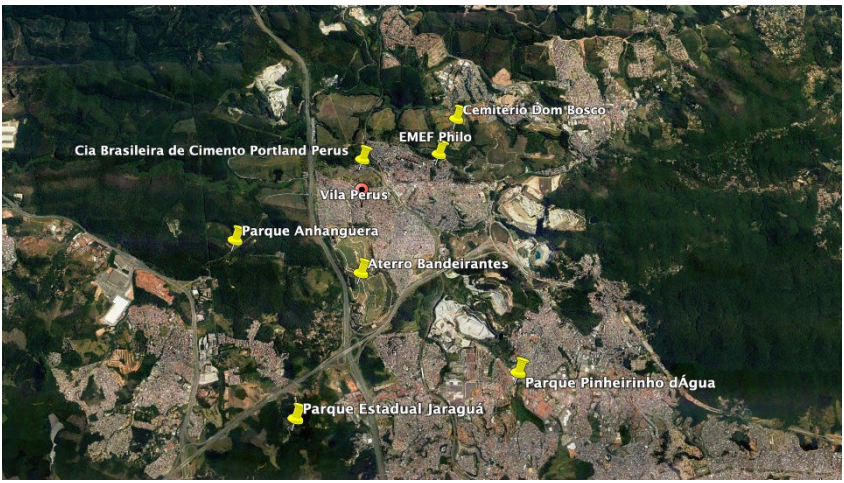
Segundo o Mapa da Desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2023), Perus figura como o quinto distrito em São Paulo, de um total de 96, com melhor índice de cobertura vegetal; o quarto melhor em termos de emissão de poluentes; e o segundo melhor em termos de áreas contaminadas. Entretanto, também definem a paisagem as áreas de mineração em atividade; o antigo Aterro Bandeirantes, atualmente desativado; os conflitos com as terras

indígenas do Parque Estadual do Jaraguá; as instalações da antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus; o Cemitério Dom Bosco e a vala clandestina dos desaparecidos (Figura 2). Contrastes e desigualdades, denominados de território hostil, pelo prof. Éder de Oliveira Daniel. Contudo, é território de lutas sociais. De 1962 a 1969, acontece a Greve de 7 anos na Cimento Perus, com o movimento dos Queixadas. Sua história está marcada nas placas de ruas, denominadas em função dos trabalhadores envolvidos. É forte a presença de coletivos educadores, culturais, de valorização da memória, como a Comunidade Cultural Quilombaque, criada em 2005, difundindo cultura e arte, e com desdobramentos como a Agência Queixadas. Coexistem com o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Jaraguá/Perus/Anhanguera — que foi proposto a partir da experiência de troca e produção coletiva de saberes, por ação do laboratório Núcleo de Estudos da Paisagem da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (NEP/ FAU-USP), por meio do prof. Euler Sandeville Junior —, e outros movimentos locais, como o de Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus, durante o projeto Universidade Livre e Colaborativa. Em 2014, a experiência do TICP foi incorporada ao Plano Diretor do Município de São Paulo (São Paulo, 2014, art. 315), já tendo sido reproduzida em outros locais da cidade, desde então.

A partir dessas experiências coletivas de pensar o território a partir de sua história, valorizando a cultura local, objetivando o direito à cidade, a gestão democrática do território, educação e desenvolvimento local, que se inicia o projeto Ecoparque Escola Philó (Figura 3). Conhecendo a experiência anterior do Parque Pinheirinho D'Água, no Jaraguá, de desenvolvimento de parque público a partir da ação dos moradores e de comunidade escolar, com apoio da universidade pública — coordenado pela profa. Catharina Lima (FAU-USP) — os professores da EMEF Philó buscam o contato do TICP e inicia-se a parceria, primeiramente com o Laboratório Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP/ FAU-USP) e, posteriormente, com o Laboratório Quadro do Paisagismo no Brasil (QUAPÁ/ FAU-USP), com os professores Euler Sandeville Junior e Ana Cecília M. de Arruda Campos, à frente do processo desde então. Inicialmente foram realizadas, ao longo do segundo semestre de 2021, reuniões preliminares com os professores e co-

ordenadores da EMEF Philó, para conhecer expectativas com relação ao projeto e definir as atividades que seriam desenvolvidas.

Figura 2 - Imagem aérea com a situação do distrito de Perus e seu contexto imediato.



Fonte: Google Earth.

Figura 3 - Fotografia em vista aérea da EMEF Philó a partir de vídeo: os eucaliptos atrás da escola e à esquerda indicam a área de projeto.



Fonte: Drone da Vila, 2023.

Foi proposta disciplina optativa de graduação na FAU-USP – AUP 0633 – Projeto de praça urbana –, que partiu de processo colaborativo como base para suas ações e propôs o desenvolvimento de anteprojeto para o Ecoparque, a ser doado à comunidade escolar ao término da disciplina. Durante o primeiro semestre de 2022, alunos de Graduação da FAU-USP e a comunidade da EMEF Philó (alunos, professores, coordenadores, pais e funcionários) desenvolveram o projeto conjuntamente. Os desdobramentos foram múltiplos e diversos, entre eles, a formação de rede de apoio envolvendo a comunidade próxima, como a doação de levantamento planialtimétrico, bem como pais que doaram horas e materiais para dotar o espaço de mesas e bancos, para que a apropriação do espaço acontecesse antes mesmo da implantação do projeto. Na entrega do trabalho, já integravam esta rede representantes do poder público: Subprefeitura de Perus, Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Para os alunos da EMEF Philó, ir e frequentar a FAU-USP, seja no Edifício Vilanova Artigas, no campus da Cidade Universitária, seja no Edifício Vila Penteado, na Rua Maranhão, trouxe, para muitos, a real possibilidade de participar da universidade pública, que a eles pertencia, também, e era perspectiva viável (Ver Figura 4, adiante). Os alunos da EMEF Philó, acompanhados de seus professores, participavam semanalmente das aulas, conhecendo as atividades relativas ao desenvolvimento de projeto de arquitetura paisagística, e colaboravam ativamente das discussões em curso. Os alunos da FAU-USP desenvolveram entrosamento real e intenso com os alunos da EMEF Philó, coordenando eles mesmos as várias atividades desenvolvidas em conjunto. Além disso, puderam compreender os processos relativos aos projetos colaborativos e participativos, a importância de projetar em conjunto, processos ainda pouco tratados durante a graduação e de significativo impacto na formação de estudantes e professores.

Os impactos decorrentes do desenvolvimento do projeto do Ecoparque foram mais amplos do que se planejava inicialmente para a disciplina. Oficinas foram realizadas para que os próprios alunos da EMEF Philó apresentassem a proposta, inclusive para a Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores de São

Paulo. O Projeto Político Pedagógico da EMEF Philó incorporou o Ecoparque como espaço educativo e abrigou as várias iniciativas desenvolvidas por professores e coordenadores, com apoio da diretora Maria Amélia Quadrado, neste momento incluindo, na equipe, a professora Giseli de Oliveira Cardoso.

Sobre os projetos participativos, e seu potencial transformador para todos os envolvidos, Cecília Angileli (2012) coloca:

> [...] são apresentadas possibilidades de compreensão de paisagens e de interferência nos processos que as produzem, tomando como referência as metodologias participativas. **Entende-se que o estudo colaborativo da paisagem pode mostrar-se para o morador como uma oportunidade de construção autônoma e libertária de seus modos de ser na paisagem.** Contribui, nesse caso, com as comunidades envolvidas na mudança de suas realidades, a partir de sua reflexão, bem como possibilita ao pesquisador/acadêmico a construção de um novo referencial urbanístico, social e ambiental para estudo da paisagem, elaborado de acordo com as informações que emergem do cotidiano, e do intenso contato com o campo. (Angileli, 2012, p. x, grifo nosso)

O processo de desenvolvimento do projeto do Ecoparque e as lutas contínuas para sua implantação alteraram visões de mundo e de atuação dos vários entes envolvidos, e mostraram a importância da atuação da universidade nos territórios, sobretudo periféricos. O projeto é mais do que uma peça técnica, e serve como instrumento de diálogo com o poder público.

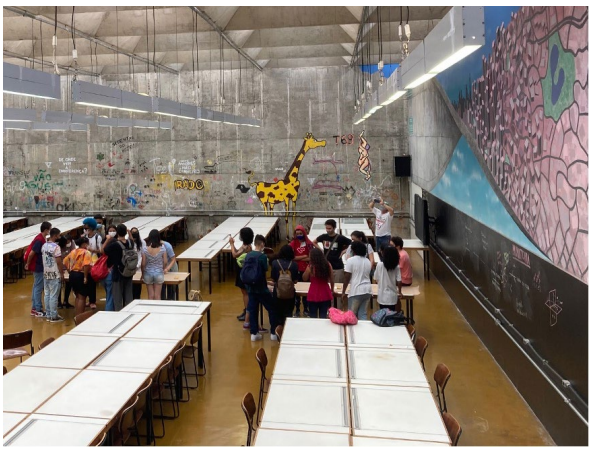
Com relação à SVMA, o projeto do Ecoparque veio ao encontro das diversas ações propostas contidas no PLANPAVEL - Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (São Paulo, 2022), chamando a atenção dos técnicos da Secretaria. Estando incluído em área do Corredor Ecológico Norte, do município de São Paulo, o Ecoparque, iniciativa local, se conectava à escala do município, de implicações regionais. Além disso, tinha, na participação da comunidade, a base da iniciativa através de processo participativo. Incluía a proposta de novas áreas de espaços livres públicos, consolidando hortas urbanas, promovendo a retenção e infiltração de águas pluviais por meio

de Soluções baseadas na Natureza (SbNs), impactando a qualidade ambiental e urbanística do entorno. Outras práticas relativas às SbNs foram incorporadas, permitindo às crianças aprender sobre a polinização, ecologia, física etc.

Com o término da disciplina de graduação, foi elaborado Projeto de Extensão, para revisão do anteprojeto inicial (Figura 5 adiante), revisando e adequando o projeto original para novo recorte a ser trabalhado, segundo programa definido conjuntamente, a partir de elementos lúdicos de aprendizado, como brinquedos educativos ou jardim sensorial, bem como horta agroecológica.

Parte dos alunos da graduação permaneceu e vem colaborando desde então com publicações e concursos: os tempos das atividades de extensão extrapolam tempos administrativos, sendo necessárias estruturas permanentes para seu desenvolvimento a longo prazo. Durante a extensão, os vínculos com a SVMA se intensificaram, através da UMAPAZ, Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz, Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz — que implantou a horta agroecológica e foi responsável por outras atividades correlatas, como oficinas de bambu e cursos específicos.

Figura 4: Philó na FAU-USP e FAU-USP na Philó: atividades conjuntas que fortaleceram os laços entre os envolvidos no projeto do Ecoparque, primeiro semestre de 2022. Embora fossem os estudantes de 9º ano que centralizassem as atividades, a consulta aos desejos e expectativas para o espaço foram discutidas com todo o corpo discente e docente.





Fonte: Ana Cecília M. de Arruda Campos.

O uso das mídias digitais tem tido papel fundamental para fortalecimento do Ecoparque como iniciativa da comunidade, servindo para a divulgação das atividades cotidianas e especiais realizadas, informando a comunidade de conquistas como premiações, votações, dentre outros. O papel dos coordenadores e professores envolvidos também tem sido fundamental, como as apresentações realizadas, por exemplo, nos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), cujos alunos propuseram ações para o território, a partir da discussão do Ecoparque. Foram elaborados Trabalhos Finais de Graduação na FAU-USP, tendo como tema a EMEF Philó, com realização de oficinas com alunos e trazendo para a discussão os projetos colaborativos e participativos na graduação. Outras parcerias vêm sendo desenvolvidas, como com a ONG Formigas de Embaúba, para implantação de ações para revitalização do solo, e com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) para limpeza da área, e são alguns exemplos que reforçam a rede formada a partir do projeto comum. Em 2024, o projeto foi selecionado, por meio de apresentações e votações, no Projeto de Lei Orçamentária Anual Municipal – PLOA 2024, para dotação de verba futura para sua implantação. Apesar disso, o projeto ainda não avançou em termos de viabilidade de sua implantação.

Figura 5 - Revisão do anteprojeto do Ecoparque Escola Philó, redimensionando a área inicial, e agregando espaço atrás da escola.



Fonte: equipe NEP e QUAPÁ, alunos do projeto de extensão em 2023: Beatriz Neves Marques, Isabela de Oliveira Dias, João Francisco Nogueira Spegiorin, João Pedro Rodrigues Sousa, Ricardo Castanho Martim Junior, Santiago Sulzbeck Villalobos, Stephanie Mark Li; Professores: Euler Sandeville Junior e Ana Cecília M. de Arruda Campos.

No segundo semestre de 2024, foi oferecida disciplina de pós-graduação AUP 5814 – Espaços Livres Públicos Coletivos Urbanos –, pelos professores Eugenio Queiroga e Ana Cecília de Arruda Campos que, a partir da experiência da EMEF Philó e do Ecoparque, buscou integrar alunos e professores de escolas próximas, da rede municipal e estadual: EMEF Cândido Portinari, EMEF Júlio Oliveira, EMEF CEU Perus, ETEC Perus, EE Florestan Fernandes, através de estudos para leitura da paisagem e propostas para o território, a partir de material elaborado pelas crianças e diálogos travados com representantes da comunidade, como Quilombaque e Agência Queixadas. As propostas das três equipes integrantes da disciplina de pós-graduação foram apresentadas aos representantes das escolas e membros da comunidade, em fevereiro de

2025 e, deste encontro, foi proposto seminário de discussão do território.

Apesar de participação na Bienal de Veneza 2023; de ter sido premiado pela Prefeitura Municipal de São Paulo (Prêmio Premia Sampa 2024); ter recebido segundo lugar no Prêmio Burle Marx (2024), modalidade Prática de Planejamento, Categoria Processo, e obtido visibilidade nas secretarias municipais, existe a dificuldade de implantação, pois faltam meios mais efetivos para promoção de intervenções no território propostas pelas comunidades, apesar de orçamento participativo. Até as dificuldades têm sido tratadas pelos professores da EMEF Philó como forma de aprendizado dos alunos, da constituição da cidadania e da participação cidadã nos territórios.

Como traz Euler Sandeville Junior, em seu artigo Paisagens Partilhadas (Sandeville Junior, 2012, p. 209), estudar paisagens é invocar quatro dimensões diversas: dimensão estética, que amplia a sensibilidade; dimensão poética, que amplia os significados no mundo; dimensão técnica, coletivamente concebida e uma dimensão crítica, que traz as possibilidades de mudanças, por ações "éticas e solidárias". É neste contexto que podemos entender o projeto do Ecoparque, desde seu início.

Projeto político pedagógico e ações na EMEI Chácara Sonho Azul

Este texto se articula a apresentação realizada por Antônio Norberto Martins (Martins *et al.*, 2024), diretor da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Chácara Sonho Azul, localizada na Travessa Alcato, nº 1, no Distrito do Jardim Ângela, em região localmente denominada como "Fundão do Jardim Ângela". Buscou-se, na medida do possível, manter o frescor original, acreditando que isto possa aproximar-se ao depoimento, no sentido de que contenha eventuais pistas de um "humanismo concreto" (Santos, 1987; Ribeiro, 2005), concebido e praticado como uma micropolítica do cotidiano. Na esteira de Ribeiro (2005):

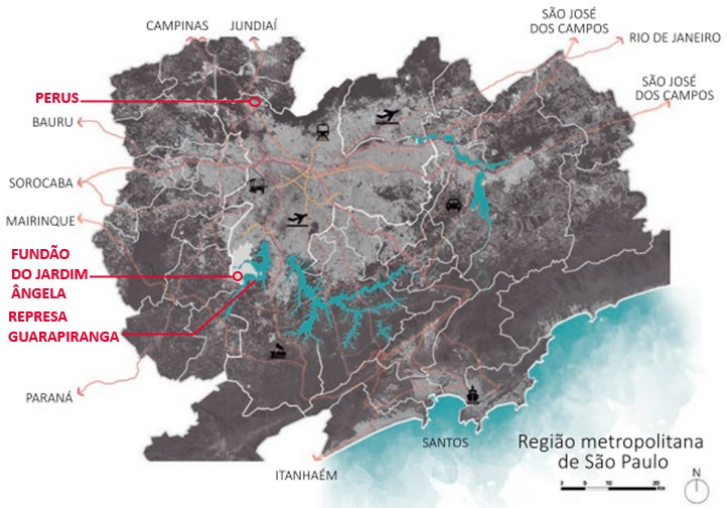
> Ao contrário do humanismo abstrato, Milton Santos propôs o humanismo concreto (SANTOS, 1987). Neste humanismo, o território surge, numa de suas faces, como diálogo entre mortos e vivos. Neste diálogo, os mortos, ou trabalho morto, impõem as regras do território normado, ao mesmo tempo em que oferecem, aos vivos, a interlocução necessária à realização dos seus desígnios. Portanto, a ação é sempre interação. Numa outra face, o território surge como território usado, praticado, prenhe das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis, antagônicos. (Ribeiro, 2005, p. 12458)

E ainda, seguindo Ribeiro (2005):

> É na agência cotidiana que o "homem lento", conduzido pela cultura ordinária, aparece como portador de futuros e também como inventor de soluções. Assim, é no espaço-temporalidade do cotidiano que a natureza prática do senso comum adquire a potência das territorialidades resistentes, transformando o acaso — valorizado pelos pós-modernos— em projeto realizado e, ainda mais, em tecido social. (Ribeiro, 2005, p. 12460)

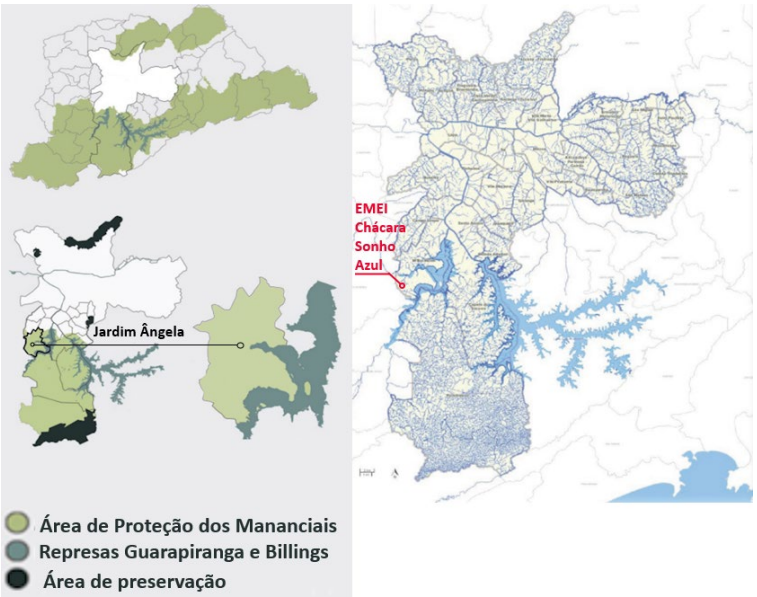
As duas discussões presentes neste artigo devem ser consideradas como em diálogo, pois são relativas a escolas de periferia da cidade de São Paulo, e têm, como pano de fundo, seus Projetos Político Pedagógicos. Se a experiência do Ecoparque se deu na EMEF Profa. Philó Gonçalves dos Santos — uma escola municipal de ensino fundamental na Zona Norte, no nosso caso estamos no extremo sul da metrópole de São Paulo. Na Figura 6, abaixo, é possível visualizar Perus, a norte, e o Fundão do Jardim Ângela, a sul, à margem oeste da Represa Guarapiranga. Esta já é uma região de fronteira, com Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, Parelheiros, que compreende uma parte da Mata Atlântica. Grande porção do território se encontra na Área de Proteção dos Mananciais da Represa Guarapiranga, como ilustra a Figura 7, adiante. A EMEI Chácara Sonho Azul é então um pontinho nesse universo.

Figura 6 - Localização do "Fundão do Jardim Ângela" e Perus, assinalados no município de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo.



Fonte: autoral, a partir de Begiato *et al.*, 2017.

Figura 7 - Esquerda: Esquemas cartográficos apresentando a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APPRM), o Jardim Ângela no município de São Paulo. Direita: Localização da EMEI Chácara Sonho Azul, tendo como base o sistema hídrico do município de São Paulo.



Fonte: autoral, com base em Begiato *et al.*, 2017, Geosampa e São Paulo, c2025.

Entendendo a metrópole paulistana como inserida em uma grande bacia — a UGRHI - 06 Alto Tietê (São Paulo, s.d.), cujos córregos estão, em grande parte, submersos, então, por compreender uma série de nascentes, córregos e rios tributários da Represa Guarapiranga, o Jardim Ângela está em uma região de mananciais, sob proteção legal. No entanto, o Jardim Ângela é um distrito periférico caracterizado pela precariedade socioespacial urbana e edilícia, com grande parcela sem garantia fundiária. A EMEI está em uma área de microbacia a oeste da represa, cujos córregos vão se dirigindo para a Guarapiranga. E a própria escola está praticamente sobre um córrego, ou seja, este passa lindeiro à sua divisa, já em parte enterrado. O que aconteceu? Ela ocupa um lugar onde era, antes, um lago, e há uma nascente, um pouco a montante — hoje no interior de uma casa. A escola encontra-se em meio ao vale deste córrego. Nas bordas da microbacia o terreno se eleva e há ocupações e escadarias. Quando chove, estas escadarias viram cachoeiras, em direção ao córrego. O terreno em que se localiza a EMEI, desde onde está a horta até a esquina, na qual se encontra a edificação principal da escola, é parte de um loteamento que transformou a área rural em urbana, para habitações populares — e que deveria ser uma praça, mas a demanda por escolas fez com que fosse construída, durante a gestão do prefeito Pitta (Celso Pitta – 1997-2000), na Área de Proteção Permanente (APP) de um córrego. Depois de algum tempo, a praça, que é um patrimônio público, foi ocupada indevidamente, para construção e venda ilegal de habitações (Figura 8). Essas considerações fazem com que se possa ter uma noção da região...

Figura 8 - Superior Esquerda: Perímetro sequencial das microbacias a partir da EMEI Chácara Sonho Azul em direção à Represa Guarapiranga. Superior Direita: Ampliação da área envoltória da EMEI Chácara Sonho Azul e áreas contíguas, com delimitação das microbacias, quadras e inserção de curvas de nível. Inferior:



Foto aérea da EMEI Chácara Sonho Azul. Fonte: Autoral, a partir de Silva, 2019.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas é algo que comporta conceitos que norteiam ações, que têm, na nossa opinião, que se vincular à questão do território. O Projeto Político Pedagógico foi pensado a partir da Constituição brasileira (Brasil, 1988), e que contempla a Lei de Diretrizes e Bases, que é uma interpretação do que é predicado na Constituição. Assim, citamos algumas fontes do estatuto legal:

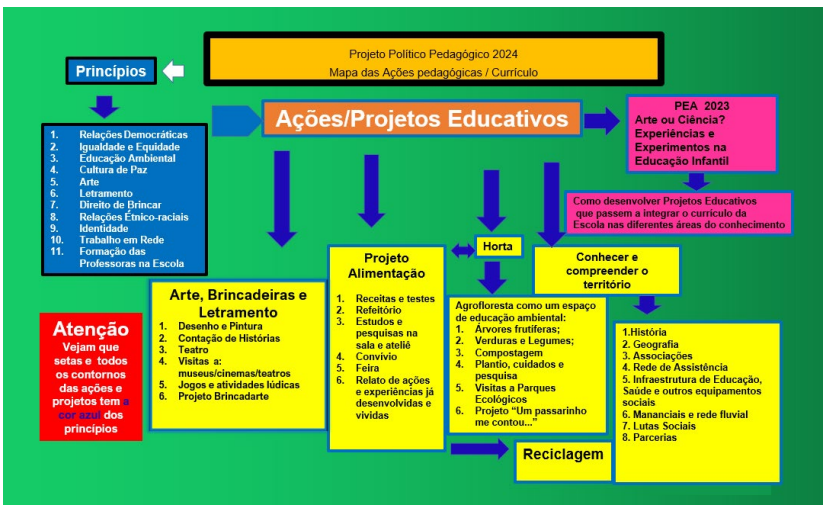
> Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada,

exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei no 12.796, de 2013) (Brasil, 1996)

Art. 20. A Proposta Pedagógica das instituições de Educação Infantil configura-se como seu documento de identidade, refletindo o trabalho com intencionalidade pedagógica que nelas se realiza, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral da criança [...] (Ministério da Educação, 2024)

O ponto de partida para a conquista da autonomia pela instituição educacional tem por base a construção da identidade de cada escola, cuja manifestação se expressa no seu projeto pedagógico e no regimento escolar próprio, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares. O projeto político-pedagógico deve, pois, ser assumido pela comunidade educativa, ao mesmo tempo, como sua força indutora do processo participativo na instituição e como um dos instrumentos de conciliação das diferenças, de busca da construção de responsabilidade compartilhada por todos os membros integrantes da comunidade escolar, sujeitos históricos concretos, situados num cenário geopolítico preenchido por situações cotidianas desafiantes (Brasil, 2013, p. 47).

Figura 9 - Quadro ilustrativo do Projeto Político Pedagógico da EMEI Chácara Sonho Azul.



Fonte: Antonio Norberto Martins, 2024.

O Projeto Político Pedagógico da EMEI Chácara Sonho Azul (Figura 9), portanto, determina o nível de autonomia da escola. É nesse momento que podemos estabelecer um diálogo com a experiência da EMEF Profa. Philó Gonçalves dos Santos — cada território vai ter suas especificidades. Como princípios de um PPP haverá tudo que é constitucionalmente garantido —´deve haver relações democráticas, igualdade e equidade, educação ambiental, cultura de paz. Como nossa adaptação, na EMEI Chácara Sonho Azul, que é uma escola de educação infantil, atendendo crianças de 4 a 5 anos e 11 meses, em duas turmas de 140 alunos, inserimos arte, letramento, direito de brincar. Então, tem que ter o direito de brincar... e, acrescentamos, relações étnico-raciais, identidades, trabalho em rede, formação de professores. Nós utilizamos o termo letramento para uma aproximação à ideia de alfabetização, mas a gente pensa que a educação da criança deve ser por estímulo à leitura, contando histórias, assim, não aparece a palavra alfabetização, mas letramento. Os princípios vão orientar quais são os projetos educativos — e o projeto educativo é uma ação. O Projeto Político Pedagógico é uma coisa mais ampla. Vamos ver alguns exemplos. A gente tem, nesta escola que é de educação infantil, um projeto que se liga às artes, brincadeiras e letramentos. A construção do ateliê está dentro do projeto de arte, bem como ir ao teatro, trazer teatro, visitar museus, realizar jogos e atividades lúdicas. Assim, foi colocado como projeto Brincadarte, que liga a brincadeira à arte, partindo do princípio que tanto a brincadeira quanto a arte estão ligadas à criatividade. Para um artista ter criatividade tem uma dimensão lúdica. Por que a gente coloca brincadeira como uma coisa essencial na educação infantil? Porque quando você pensa o território, você tem que pensar que, dentro do território, aquele espaço que era de brincadeira, nas ruas, foi desaparecendo, nos últimos anos — aliás, nas duas últimas décadas, restou pouco daquilo que a gente imagina que aconteceu nas décadas de 1950, 1960, de criança jogando bola, na rua, fazendo brincadeiras... não acontece mais. Hoje, as brincadeiras se concentram muito nos aplicativos lúdicos, nos celulares, ficar assistindo vídeos. Então, pensar o território é pensar que este espaço da brincadeira praticamente deixou de existir. Assim, a escola pode ser

uma parte do território que complemente isto e a criança possa ter um local onde possa fazer brincadeiras. Dentro de um projeto educativo, podemos ligar as brincadeiras com o letramento, com a arte, com o desenho e a pintura, e assim por diante. Na verdade, fica evidenciado que consideramos, então, que a arte é uma forma de brincadeira.

Uma outra ação ou projeto pedagógico se dá como Projeto Alimentação — que implica receitas e testes, atividades dentro do refeitório da escola, estudos e pesquisas na sala de aula e ateliê. Assim, é pensar uma refeição dentro de um contexto de currículo, ou seja, a criança saber o que ela vai comer, o que vai fazer, como vai ser o almoço e isto se ligando a conteúdos, como de onde vêm esses alimentos — de hortas, compra na feira, e assim por diante. O refeitório, no caso da EMEI, como espaço pedagógico, é um espaço em que a gente aboliu, por exemplo, o esquema de *self-service*, pois a tentativa é recuperar o convívio. Lá, a criança come com faca. Crianças de 4, 5 anos, faca, garfo, e a refeição é servida como se fosse na casa dela, com tigelas das quais ela pode se servir. Parte-se do princípio que, há um tempo atrás, as famílias usavam o momento da refeição para troca de ideias entre pai, mãe, filhos — o pai ou a mãe perguntando como foi a escola, o filho perguntando como foi o trabalho. Como é isso? É tirar a ideia daquela cultura de fila, de *fast food*. E ali, a criança desenvolve conversas. Então, a gente pensar o Projeto Alimentação é ligá-lo com a horta. Para a criança começar a ter uma ideia de onde vêm esses alimentos. Assim, a gente tem na EMEI uma pequena agrofloresta, que é um espaço de educação ambiental, e ela complementa a questão da refeição. Lá podem perceber de onde que vêm os alimentos.

Como exemplo, em um vídeo do Instituto Alana (s.d.), que se chama Criança e Consumo, os pesquisadores perguntaram para uma criança se ela conhecia a beterraba, de onde vinha a beterraba. Daí a criança falava que a beterraba nasce no supermercado! Não tinha noção de onde vêm as verduras! Pois as crianças vão tendo uma vivência que só está calcada no consumo e não percebem como são produzidos os

alimentos. No caso da EMEI, a agrofloresta tem árvores frutíferas, verduras e legumes, tem atividade de plantio, compostagem, pesquisa. Fora isto, ela estimula que se vá conhecer outros espaços, para o que fazemos visitas a parques ecológicos, e assim por diante. Também propicia que ocorra a reciclagem daquilo que não é aproveitado, que são as sobras, no próprio Projeto Alimentação. Quando a gente pensa em um contexto de mata Atlântica, o ideal é que a gente procure colocar árvores nativas, uma pitangueira, goiabeira, para poder, através daquele pequeno espaço que tem as árvores, ir para uma ideia mais ampla de Mata Atlântica, com árvores frutíferas, ou mesmo que não sejam frutíferas, o que couber é de árvores. É muito interessante que, mesmo naquele pequeno espaço, há um retorno da fauna. Começam a aparecer mais aves, mais insetos, aparecem abelhas. Você não sabe de onde que vêm. De repente, no outro dia, lá na EMEI, apareceu um sapo e um lagarto. E aí a professora trabalha isso, a mostrar para a criança. Atualmente, um João de Barro construiu uma casinha de barro numa árvore chamada Ingazeira, e usa-se isto como uma possibilidade educativa. É muito enriquecedor. A Figura 10, abaixo, é uma fotografia da horta, ou agrofloresta.

Quando se trabalha as frutas, duas vezes por ano, uma em cada semestre, a gente vai até a feira, que é ali no território. A gente percorre com as crianças em torno de 500 metros a 1 quilômetro, circulando pela rua, vão todos os funcionários e a classe, para levar as crianças para conhecer as barracas. A gente dá uns trocados para as crianças, elas compram abacaxi, banana. Aí a professora tem a oportunidade de explicar como os produtos circulam dentro da sociedade. É uma questão do território. Associa-se estas atividades a visitas a parques ecológicos, porque na Zona Sul temos dois parques ecológicos ao lado da represa Guarapiranga. É uma oportunidade de levar as crianças para lá.

Figura 10 - Agrofloresta/horta da EMEI Chácara Sonho Azul.



Fonte: Antonio Norberto Martins.

A partir disto, também, outro projeto educativo é o de conhecer e compreender o território. Mas vê-se que uma coisa está ligada à outra — cada projeto estabelece uma interdisciplinaridade. Compreender o território implica fazer estudos. Na experiência da EE Profa. Philó se percebe isto, quando se falou, por exemplo, da presença indígena no território de Perus. Aqui também, na região sul, temos a presença dos guaranis. Eles foram expulsos, na origem, de onde está a escola. Então é conhecer a história, a geografia. Implica, também, conhecer as associações de bairros, as lideranças, a rede de assistência que há na região, composta pelos postos de saúde, como UBS, hospital, tudo o mais, a infraestrutura de educação e os equipamentos sociais — e aí, também, quais as lutas sociais que existem no território. Na zona sul a questão do transporte público e da moradia são problemas muito sérios, o que aflige mais a população — bem como há questões de saúde, educação, tudo mais. Mas lutar para ter um lugar para morar acaba por transformar o território em uma região de grilagem, de ações de todo tipo. Decorre destas reivindicações a luta pela duplicação da Estrada do M'Boi Mirim, praticamente a única via estrutural existente, como a discussão de haver acesso desta ao Rodoanel ou não, para potencializar o transporte urbano, mas, isto faria com que houvesse adensa-

mento desta região periférica, ou seja, comentamos um pouco da topografia... no território há a presença da rede fluvial e dos mananciais como áreas de proteção ambiental — o que é contraditório com respeito ao adensamento urbano.

A conquista do terreno da agrofloresta envolveu toda uma negociação com lideranças locais, com o quarto poder, mas conseguimos a área, embora perdendo uma parte, que foi ocupada, ao lado da EMEI. Nessa escala do micro, das lutas pelo território, essa grilagem que acontece é luta de classes, que envolve todo um desleixo do poder público, sem organização espacial, sem fiscalização ao lado da represa, das áreas de proteção ambiental. Tudo isso, quando se coloca dentro do Projeto Político Pedagógico, você vai aprendendo com a comunidade, não necessariamente as crianças, mas os professores e a gestão da escola. E daí você estabelece alianças, com as lideranças locais.

Em todos os sentidos, parceria é uma coisa essencial, as locais e também as que acontecem entre a EMEI e a PUC- Campinas, ou como tivemos com o Projeto Aprendiz, o Instituto Sou da Paz, com a USP, também. As parcerias constituem uma forma da escola ter abertura, como ocorreu, também na experiência da EE Profa. Philó. É um jeito da escola ter abertura, que significa não se prender a um currículo, que haja participação de outras instituições, que podem ser ONGs, universidades e assim por diante. Quer dizer, a escola sair da bolha. Começar a ter flexibilidade e permeabilidade. A escola e a saúde, por exemplo, que são as instituições que têm mais capilaridade, que estão em todo o território. Tem menos ou mais, mas sempre vai ter uma escola, vai ter um posto de saúde. Essa capilaridade possibilita ir de encontro às demandas da população, não só para atender, mas criar vínculos dentro do território. Dentro do projeto da prefeitura, existe, também, um programa de educação, quando os professores devem ter momentos de discussão. Assim, é planejado dentro da carga horária e, no caso da EMEI, a gente liga esse projeto aos outros projetos educativos. E ele serve para dar subsídio. Então, vejam que interessante. a Lei de Diretrizes e Bases é algo que é para todo o Brasil, mas cada estado, cada município age de uma forma. Tem município que age até no sentido de encobrir, para que não haja Projeto Político Pedagógico na escola, para não ter

esse vínculo com o território — o que, de certa forma, pode fazer com que a escola tenha um papel, até mesmo, de alienação.

No sentido complementar, quando se coloca a atividade de visita a museus, cinemas e teatros, isto é uma das coisas mais importantes dentro de uma escola, especialmente quando ela está situada tão longe do centro, em que os trabalhadores levam duas, três horas para ir trabalhar. Então estas visitas passam a estar no contexto da compreensão do território — não só do território da escola, ou aquele território do entorno da escola, mas a cidade como um espaço de aprendizagem. O território é um espaço de aprendizagem, e o território, numa visão mais ampla, é a cidade. Então, temos de buscar possibilitar essa circulação com os espaços do centro e também criar espaços de cultura na periferia. A criança está aprendendo, não é só com a peça de teatro. O trajeto já é um espaço de aprendizagem, é um momento de aprendizagem. Ela chega, atravessa... Para vir para o centro de Santo Amaro, ela tem que passar pelo viaduto ou pela ponte do rio Pinheiros. Então ela vai ver um rio maior do que aquele córrego que está perto da casa dela. Ela está aprendendo com tudo isso.

O parque da EMEI é terra pura, terra com areia. As coisas que as crianças mais gostam de brincar são pegar uma bacia e molhar a areia, fazer um monte de coisa com essa areia. Eles trabalham a questão manual, têm contato. A gente vê que tem muitas escolas que têm uma preocupação higienista de colocar piso sintético porque tem questão de doença e não lidam com isso. Dá trabalho? Dá. É uma poeira, é uma terra, vai levar para os espaços internos da escola, mas isso faz parte. Então, o território é um espaço que é educativo dentro de uma concepção de Projeto Político Pedagógico, mas o território dentro de uma cidade. A cidade tem que ser educadora e o território é uma forma de estar recuperando isso.

Referências

ANGILELI, Cecília Maria de Morais Machado. *Chão*. 2012. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Orientação: Euler Sandeville Jr.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,DIVERSIDADE E INCLUSÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. CÂMARA NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf>.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece a diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

INSTITUTO ALANA. *O Programa Criança e consumo*. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/quem-somos/o-programa-crianca-e-consumo/>.

MARTINS, Antonio Norberto; CAMPOS, Ana Cecília Mattei de Arruda; LUZ, Vera Santana. *Roda de Conversa - Projeto político pedagógico e ações na EMEI Chácara Sonho Azul*. 3º S[PLURAU] Cenários Alternativos de Planejamento Territorial para o Século 21. Campinas, SP, 17-20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KUD9xzivi0g&t=2003s>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Resolução CNE/CEB nº1, de 17 de outubro de 2024*. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=265031-rceb001-24&category_slug=outubro-2024&Itemid=30192>.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da Desigualdade 2023*. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/_w_f6b0e6f4/#tab-2822-2>.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Paisagens Partilhadas. *Paisagem E Ambiente*, n. 30, p. 203-214, 2012. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i30p203-214. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i30p203-214>.

SÃO PAULO [Cidade]. *Geosampa*. *Mapa digital da cidade de São Paulo*. [s.d.]. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acesso em outubro de 2024.

SÃO PAULO [Cidade]. *Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014. Plano Diretor Estratégico*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>.

SÃO PAULO [Cidade]. SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E ENTREGAS PRIORITÁRIAS. *Observatório de indicadores da cidade de São Paulo*. Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/index.php>.

SÃO PAULO [Cidade]. SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE. *PLANPAVEL. Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres*. PMSP, 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Planpavel/PLANPAVEL-VERSAO-COMPLETA.pdf>.

SÃO PAULO [Estado]. CETESB. *Águas interiores. Enquadramento dos corpos hídricos – mapas temáticos*. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/enquadramento-dos-corpos-hidricos-mapas-tematicos/>.

SÃO PAULO [Estado]. *Lei nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006. (Última atualização: Lei nº 17.800, de 17/10/2023)*. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12233-16.01.2006.html>.

SÃO PAULO [Estado]. SEMIL. SECRETARIA DE MEIO AMBENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. SUBSECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. *Mananciais*. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/sma/portalmananciais/>.

SILVA, Wesley Alves da. *Proposição de técnicas para tratamento natural de efluentes aplicáveis, tendo como estudo de caso a edificação escolar EMEI Chácara Sonho Azul, na região do Fundão do Jardim Ângela, São Paulo*. 2019. Monografia (Iniciação Científica) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019. [Mimeo]. Orientação: Vera Santana Luz.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Apresentação. Milton Santos um revolucionário. In: SANTOS, Milton. O retorno do território. *OSAL – Observatório Social de América Latina*, ano 6, n. 16, jan./abr. 2005, p. 251-261. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>.

Parte 10

Sistema de Informação para Planejamento Territorial Latino-Americano (SISAL)

SISAL – Sistema de Informação para Planejamento Territorial Latino-americano. O que é uma política territorializada?

– Relatoria –

1ª Sessão de preparação para a criação do SISAL

Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira (PUC Minas)
Cimar Aparicio (UFES)
Organizador

Introdução

Este capítulo é baseado na apresentação de Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira (PUC Minas) durante a 1ª Sessão de preparação para a criação do SISAL – Sistema de Informação para Planejamento Territorial Latino-americano, realizada no 3º S[PLURAU] – Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo. A sessão teve como objetivo discutir os fundamentos de uma política territorializada, especialmente no contexto latino-americano. A seguir, apresenta-se um resumo dos principais pontos abordados na apresentação, seguidos de recomendações e indicações para a elaboração de políticas territorializadas.

1. O que é uma política territorializada?

Uma política territorializada reconhece e incorpora as especificidades dos territórios na formulação e implementação de políticas públicas. Ela vai além de abordagens genéricas, considerando as particularidades sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada localidade. Fabiano Melo destaca que, para a elaboração de uma política territorializada, é necessário compreender o território não apenas como um espaço físico, mas como um

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_031

espaço vivido, carregado de significados e relações sociais. Isso implica reconhecer as dinâmicas locais, as formas de organização comunitária e as práticas cotidianas que moldam o território.

2. Desafios na implementação de políticas territorializadas

A implementação de políticas territorializadas enfrenta diversos desafios. Entre eles, destacam-se a rigidez das estruturas administrativas, a fragmentação das políticas públicas e a falta de integração entre os diferentes níveis de governo. Além disso, há uma necessidade de superar a visão tecnocrática e centralizada do planejamento urbano e regional, que muitas vezes desconsidera as especificidades locais. Fabiano Melo enfatiza a importância de promover uma gestão participativa e descentralizada, que valorize o conhecimento local e as vivências do cotidiano e envolva as comunidades na tomada de decisões.

3. O papel da informação no planejamento territorial

A produção de informações é fundamental para o planejamento territorial. É necessário desenvolver sistemas de informação territorializada, ou seja, que sejam sensíveis às especificidades locais e que permitam a integração de dados quantitativos e qualitativos. Fabiano Melo destaca a importância de construir indicadores que reflitam a realidade dos territórios, considerando aspectos como qualidade de vida, acesso a serviços públicos, condições ambientais e dinâmicas sociais. Esses indicadores devem ser construídos de forma participativa, envolvendo as comunidades locais.

4. A visão do território

Conforme Milton Santos, o território deve ser compreendido não apenas como um espaço físico, mas como um espaço vivido, carregado de significados e relações sociais. Essa perspec-

tiva enfatiza a importância de considerar as experiências e as práticas cotidianas das comunidades na formulação de políticas públicas. Nesse sentido, Fabiano Melo considera que a participação social é um elemento central na construção de políticas territorializadas. É fundamental criar fóruns de diálogo e decisão que permitam a expressão das demandas e perspectivas das comunidades locais e o seu conhecimento dos lugares.

5. Caminhos para a construção de políticas territorializadas

Para avançar na construção de políticas territorializadas, é necessário adotar uma abordagem integrada que articule diferentes políticas públicas em torno das especificidades dos territórios. Isso implica promover a cooperação entre os diferentes níveis de governo e entre os diversos setores da sociedade.

Fabiano Melo destaca a importância de desenvolver capacidades institucionais e técnicas para a gestão territorial, bem como de fomentar a inovação e a experimentação de novas formas de planejamento e gestão. Nesse sentido, o mapeamento das políticas locais é uma ferramenta para a efetivação do direito dos lugares, permitindo que os direitos humanos e fundamentais se concretizem nos espaços vividos pelas pessoas. Esse enfoque valoriza as horizontalidades da vida concreta e reconhece a importância das experiências e das práticas cotidianas na construção do espaço urbano. Diferentemente, as políticas públicas setoriais tendem a ser verticalizadas e podem desconstituir o local.

6. Comentários às apresentações

O professor Manoel Lemes da Silva Neto ressaltou a relevância de um mapeamento das políticas locais, articulando o poder organizado por meio da política pública e as organizações populares em uma confederação de lugares, pensando em um sistema de informação para planejamento territorial dedicado à América Latina. No entanto, mapear significa localizar, com o

risco de oferecer informações territorializadas para quem não deseja que as organizações populares atuem politicamente. Ainda assim, é importante constituir um Sistema de Informação para Planejamento Territorial Latino-americano (SISAL), o que depende da existência de uma rede de territorialistas, isto é, de pessoas que possam identificar, mapear, descrever e analisar informações de baixo para cima e de cima para baixo sobre as dimensões das vivências do cotidiano.

A professora Cilene Gomes aprofundou a questão da natureza dos sistemas de informação territorializada. Considerou duas pesquisas de pós-graduação. Primeiramente, a metodologia das pesquisas de origem e destino no espaço urbano poderiam incorporar novas variáveis que levem em conta a vida concreta, tais como o gênero, o que pode enriquecer as formas de ver o território usado em termos de mobilidade. Além disso, citou uma pesquisa sobre o mapeamento das rádios comunitárias, que permite a identificação de situações concretas que afetam as comunidades das cidades brasileiras.

Fabiano Melo respondeu que o território usado não tem escala definida. Então, qual seria a escala para políticas territorializadas tendo em conta o ordenamento jurídico de cada país? Seria a região? No caso brasileiro, o interesse local se atribui ao município, não à região, o que limita a formulação de políticas integradas a nível regional. Muitas vezes, o interesse nacional ou subnacional contrapõe-se ao interesse local, sobretudo em situações que envolvem a produção e exploração de recursos naturais de forma extrativista. Tal problemática é agravada pela legislação urbanística.

Existe uma inteligência social do lugar, própria de uma cidade ou de uma comunidade. Não temos outra escala a não ser a da proximidade. Os moradores sabem quais são os pontos cegos que existem nos lugares. Como se aproximar do homem lento nos lugares? E como a academia pode contribuir para a educação do lugar e da proximidade? Pode haver inúmeros projetos de arquitetura e urbanismo para auxiliar o conhecimento local. No entanto, o virtual afeta o entendimento do real, do local, o que torna mais difícil o conhecimento local para as novas gerações. O virtual não conhece limites, mas o real é sempre o limite. Por

isso, a academia tem um papel a cumprir em um sistema de informação territorializada que seja de fato útil ao homem lento, ainda mais em um contexto em que os interesses *proprietários* locais têm se sobreposto aos interesses sociais locais.

Por fim, o próprio direito territorial tem se enfraquecido a nível mundial. O direito está deixando de ser territorial e tornando-se cada vez mais setorial, seja a nível nacional, seja a nível internacional. É difícil abrir regulamentação no direito territorial para diversos assuntos.

O professor Manoel Lemes da Silva Neto reagiu comentando a teoria das mediações de Milton Santos, em que há duas ordens. A primeira ordem de formação socioespacial é a América Latina como uma unidade, superando as especificidades locais. A segunda é o país. Um sistema de informações territorializadas precisa conversar com as duas ordens, pois tem longitude e latitude, identificando as organizações populares nos lugares. É importante ponderar quais variáveis de um sistema de informações territorializadas podem subsidiar as políticas territorializadas.

Fabiano Melo enfatizou que é preciso produzir informações para a América Latina respeitando a inteligência social dos lugares. Pensando no SISAL, ele citou Anibal Quijano como forma de pensar a América Latina, que é plural. Pode haver mais de uma epistemologia para interpretar a América Latina e o Brasil.

Recomendações e indicações

As políticas públicas devem ser formuladas com base no conhecimento das particularidades de cada território, considerando suas características sociais, culturais, econômicas e ambientais. Nesse sentido, algumas recomendações são destacadas:

1. **Promover a participação social**: É fundamental criar mecanismos que garantam a participação efetiva das comunidades locais na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.
2. **Desenvolver sistemas de informação sensíveis ao território e ao homem lento**: É necessário construir sistemas de informação que integrem dados quantitativos e

qualitativos, refletindo a complexidade e a diversidade territorial. O mapeamento de políticas locais pressupõe o conhecimento das formas de articulação entre organizações populares e políticas públicas em cada território e entre os diversos níveis de governo.

3. **Fortalecer as capacidades institucionais e técnicas das comunidades da América Latina**: É importante investir na formação e capacitação de gestores públicos e técnicos, bem como no desenvolvimento de metodologias e ferramentas adequadas para o planejamento e o conhecimento local, tais como a constituição do SISAL, respeitando a inteligência social dos lugares.

A apresentação de Fabiano Melo contribui para o debate sobre a construção de políticas territorializadas, inspirando a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades da vida concreta e mais eficazes para a promoção do desenvolvimento local.

SISAL – Sistema de Informação para Planejamento Territorial Latino-americano. Adeus aglomerados subnormais: limites e possibilidades para a produção de informação em favelas e comunidades urbanas no Brasil

– Relatoria –

2ª Sessão de preparação para a criação do SISAL

Jaison Cervi (IBGE)
Suyanne Bacelar (Unicamp)
Cimar Aparicio (UFES)
Organizador

Introdução

A trajetória dos aglomerados subnormais enquanto categoria estatística revela tensões na produção de conhecimento sobre a questão urbana no Brasil. Ao longo das últimas décadas, o termo técnico se consolidou como um instrumento de identificação territorial para fins censitários e analíticos, mas também como uma referência marcado por ambiguidades e estigmas. Assim, tornou-se evidente para a sociedade civil, os pesquisadores e os produtores de estatísticas oficiais a necessidade de identificar territórios urbanos com direitos sociais não atendidos em vez de territórios em desacordo com a legislação urbanística.

Este capítulo relata a transição do conceito de "aglomerado subnormal" para a nova denominação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): "favelas e comunidades urbanas". A mudança é parte de um esforço institucional para responder a demandas históricas da sociedade

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_032

civil, alinhar-se a normas internacionais sobre os direitos à moradia e à cidade e aprimorar a sensibilidade conceitual e metodológica das estatísticas oficiais. O relato se apoia na apresentação realizada por Jaison Cervi, Gerente de Pesquisas Territoriais do IBGE, comentada pela pesquisadora Suyanne Bacelar (IFCH-Unicamp).

Jaison Cervi

1. A construção do conceito: aglomerados subnormais

A partir do Censo de 1950, o IBGE passou a identificar *favelas* com base em critérios que combinavam ocupação ilegal, precariedade habitacional, ausência de serviços públicos e informalidade urbanística. O termo "aglomerado subnormal" foi consolidado como a nomenclatura técnica para esse tipo de assentamento a partir do Censo de 1991. Ainda que o conceito permitisse a comparação temporal e espacial de dados, ele carregava um viés negativo, reduzindo a complexidade desses territórios a um conjunto de carências e a formas inadequadas de regularização urbana.

2. Por que mudar a nomenclatura?

A mudança de nomenclatura e de critérios de identificação se insere em um contexto mais amplo de atualização metodológica da produção de informação sobre as comunidades urbanas, inspirada por:

- Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, posteriormente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial a meta 11.1, que propõe a urbanização de favelas e o acesso universal à moradia adequada;
- A definição de *slum* da ONU-Habitat, que inclui critérios como insegurança da posse, acesso precário à infraestrutura e má qualidade das construções;

- Avanços legais e normativos no Brasil, como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e a Lei nº 13.465/2017, que regula a regularização fundiária urbana e rural.

3. A construção da mudança

Desde 2003, diferentes grupos de trabalho e eventos promovidos pelo IBGE vêm discutindo os limites da antiga nomenclatura dos "aglomerados subnormais". Destacam-se:

- Grupos de Trabalho sobre Favelas e Assemelhados (2003, 2021);
- Conferências nacionais de estatística e geografia;
- Oficinas e reuniões consultivas com a sociedade civil e prefeituras, em especial no Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre Favelas e Comunidades Urbanas, realizado em setembro de 2023.

Nesses espaços, consolidou-se o entendimento de que a nova nomenclatura deveria ser afirmativa, reconhecendo a identidade, a organização comunitária e a potência social desses territórios urbanos, ao invés de defini-los apenas por suas carências.

4. Da carência à afirmação: favelas e comunidades urbanas

A nova definição adotada pelo IBGE passa a considerar favelas e comunidades urbanas como: "Territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados [...], diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade." Essa definição busca integrar aspectos históricos, culturais e sociais desses espaços, além de reconhecer suas múltiplas designações locais — como quebradas, grotas, vilas, palafitas, ocupações, entre outras.

5. Critérios atualizados para a identificação

Os critérios técnicos também foram reformulados, com ênfase na positivação dos direitos e na não estigmatização. A identificação de favelas e comunidades urbanas agora considera:

1. **Insegurança da posse**: graus diferenciados de insegurança jurídica na ocupação do solo;
2. **Ausência ou precariedade de serviços públicos essenciais**: como iluminação, água, esgoto, drenagem e coleta de lixo;
3. **Urbanização autoconstruída**: padrões construtivos e urbanísticos distintos dos oficiais;
4. **Localização em áreas de risco**: incluindo áreas ambientalmente protegidas ou suscetíveis a desastres naturais.

6. Limites e desafios

A mudança conceitual não altera os dados já coletados pelo Censo 2022, mas impacta a forma como o IBGE comunicará e analisará essas informações. A proposta é caminhar para uma produção de conhecimento mais sensível às dinâmicas sociais e políticas das favelas e comunidades urbanas. No entanto, persistem desafios, como:

- Incluir outras tipologias, como conjuntos habitacionais com variados tipos de privação e degradação;
- Integrar variáveis como mobilidade, saúde, segurança e lazer nas pesquisas;
- Reforçar o papel do Estado na efetivação do direito à moradia.

É importante ponderar que a mudança de nomenclatura não alterou o mapeamento produzido para a coleta de dados do Censo 2022. Assim, o conteúdo dos critérios de identificação e de classificação dos "aglomerados subnormais" foi mantido. As mudanças dizem respeito à forma como o IBGE denomina estes territórios urbanos e seus habitantes em suas bases de micro-

dados, a fim de evitar estigmas e interpretações que tendem a homogeneizar a análise das favelas e comunidades urbanas por parte dos usuários das informações.

Suyanne Bacelar

7. O debate sobre a produção de dados sobre favelas e comunidades urbanas no Brasil

A pesquisadora Suyanne Bacelar apresentou algumas reflexões sobre as formas de compreender e mensurar as populações residentes em favelas e comunidades urbanas no Brasil, destacando a importância de abordagens que reconheçam a complexidade e a diversidade territorial urbana. Bacelar enfatiza que as favelas e comunidades urbanas não devem ser vistas apenas como espaços de carência ou informalidade, mas como territórios vivos, com dinâmicas sociais, culturais e econômicas próprias e inúmeras potencialidades. Ela argumenta que é fundamental adotar uma perspectiva que valorize as formas de organização comunitária, as redes de solidariedade e as estratégias de resistência que emergem nesses contextos.

Conforme a pesquisadora, é necessário repensar as categorias e os critérios utilizados para identificar e classificar estes territórios urbanos nas estatísticas oficiais. Ela critica abordagens que se baseiam exclusivamente em indicadores de precariedade, sugerindo que tais métodos podem reforçar estigmas e invisibilizar as potências existentes nas favelas e comunidades urbanas. Em vez disso, Bacelar propõe uma abordagem mais sensível às especificidades locais, que leve em conta as experiências e as narrativas dos próprios moradores. Além disso, Bacelar ressalta a importância de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam as iniciativas comunitárias, promovendo a inclusão social e o acesso a direitos fundamentais. Ela defende a construção de sistemas de informação que sejam capazes de captar a complexidade desses territórios, contribuindo para o planejamento urbano e territorial de forma mais justa e equitativa.

Em suma, as observações de Bacelar convidam a uma reflexão crítica sobre as formas de compreender e representar as

favelas e comunidades urbanas, enfatizando a necessidade de abordagens que reconheçam a diversidade, a agência e a dignidade dos moradores desses territórios.

8. Comentários às apresentações

O professor Manoel Lemes da Silva Neto destacou a importância histórica do IBGE para os estudos urbanos no Brasil. Ressaltou que a alteração na nomenclatura dos "aglomerados subnormais" não é apenas semântica, mas reflete uma transformação na compreensão e na representação desses espaços. Ao adotar uma nomenclatura que valoriza a identidade e a vivência dos moradores desses territórios, o IBGE contribui para uma abordagem mais inclusiva e respeitosa das realidades urbanas.

A professora Cilene Gomes levantou uma questão sobre os critérios utilizados pelo IBGE para adotar a nomenclatura de favelas e comunidades urbanas. Ela questionou se a nova abordagem adotada pelo instituto considerava as diversas formas de ocupação e as especificidades locais desses territórios. Em resposta, o gerente do IBGE, Jaison Cervi, explicou que o instituto tem buscado aprimorar seus métodos de coleta e análise de dados para melhor refletir a realidade das favelas e comunidades urbanas. Ele destacou que a nova nomenclatura foi objeto de debate de representantes dos territórios urbanos de diversas cidades brasileiras. O termo "favela" é muito usado no Rio de Janeiro, mas o termo não foi bem aceito pelas lideranças comunitárias de outras localidades, por exemplo em capitais da região Centro-Oeste. Como solução para a diversidade dos territórios urbanos pobres, as discussões dos grupos de trabalho no Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre Favelas e Comunidades Urbanas convergiram para a adoção do termo "comunidades urbanas", indo além da realidade das favelas.

A professora Carmen Silveira enfatizou a mudança tardia na nomenclatura dos "aglomerados subnormais", que denota a persistência de discriminação sobre as favelas em um contexto da valorização da cidade formal. Também lembrou que jovens

pesquisadores utilizam o termo "aglomerados subnormais" sem considerar a identidade das favelas e a agência dos seus moradores. Assim a nova nomenclatura ajuda no reconhecimento da diversidade e da dignidade dos moradores das favelas e comunidades urbanas.

A professora Patricia Samora perguntou se em algumas cidades brasileiras como Macapá houve, de fato, aumento ou redução nas áreas de favelas conforme os dados da malha territorial do Censo 2022. O gerente de pesquisas territoriais comentou que, conforme análise da malha territorial, houve mudanças nos perímetros das favelas e comunidades urbanas acompanhadas por um aumento significativo de população residente nesses territórios em relação aos dados de 2010. Esta mudança se apoia na atualização do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE, realizada durante a operação censitária. Ele ressaltou que houve reuniões com prefeituras e órgão de pesquisa de diversos municípios do país para classificar e avaliar o tamanho das favelas e comunidades urbanas no Censo 2022 e que a divulgação do censo por setores censitários irá incluir as atas dessas reuniões para cada território classificado como "aglomerado subnormal".

O professor Pablo Ligrone comentou sobre o menosprezo do órgão estatístico nacional e dos pesquisadores no Uruguai tanto à classificação de territórios urbanos sem regularização quanto de assentamentos oficialmente urbanos muito pequenos, mas que de fato se localizam em áreas rurais. Ademais, a classificação oficial de favelas e comunidades urbanas deve contribuir para aprofundar a análise da diversidade socioeconômico e espacial desses assentamentos. Por isso, essa classificação não pode ser apenas uma ferramenta para uma política urbana setorial de regularização urbana, mas deve ser aprimorada em uma perspectiva de uma política territorializada para favelas e comunidades urbanas.

Recomendações e indicações

A transição de "aglomerados subnormais" para "favelas e comunidades urbanas" não é apenas terminológica, mas epis-

temológica. Ela reflete a demanda por uma produção estatística mais democrática, participativa e coerente com o direito à cidade. Ao reconhecer a identidade de favelas e comunidades urbanas, o IBGE deu um passo importante, ainda que tardio, rumo à construção de um sistema de informações territoriais que respeite e valorize as formas próprias de organização da vida e do espaço desses territórios. Contudo, a mudança de nomenclatura realizada pelo IBGE não teve impacto sobre o mapeamento produzido para a coleta de dados do Censo 2022. Recomenda-se que o órgão estatístico nacional, em conjunto com as comunidades urbanas, possa vir a aperfeiçoar os critérios de identificação e de classificação dos setores censitários, a fim de que a produção de estatísticas oficiais possa atender as demandas sociais dos moradores das favelas e comunidades urbanas no Censo 2030. Ademais, a existência de informações estatísticas georreferenciadas para pequenas áreas urbanas e rurais mostra-se fundamental para a formulação de políticas públicas territorializadas nesses assentamentos.

Vídeo de referência

https://www.youtube.com/live/irZuV13oyrA

O lugar das favelas e comunidades urbanas no planejamento da cidade

Suyanne Galvão Bacelar

Introdução

> Conhecendo a história do surgimento das favelas, percebe-se que o governo não deu a devida atenção no que se refere à organização dos aglomerados que se formavam desde o início, o que acarretou o aumento nítido da desigualdade social nas grandes cidades. O governo não se interessou em combater essa desigualdade. Portanto, o planejamento urbano no Brasil não levou em conta a necessidade de intervenção social e a favela se tornou uma referência de exclusão social e marginalização (NEVES et al., 2016, p. 10).

A questão da moradia dentro do guarda-chuva teórico do planejamento urbano levanta discussões no meio acadêmico e na sociedade civil desde o século XIX, quando Engels (2015) escreve sobre a escassez de moradias e as relações de produção capitalista. Esse assunto não somente se renova, como também acumula camadas, pois a sociedade urbana vai produzindo precariedades, muitas vezes, sem esperanças de haver solução, que requerem a força conjunta do planejamento e das políticas públicas.

Nessa perspectiva, o intuito central deste capítulo é discutir a questão da moradia frente ao planejamento urbano, enxergando a população residente em favelas como alvo de políticas públicas habitacionais que operam visando a redução da precariedade urbana. Para tanto, serão expostas as reflexões sobre o direito à cidade para contextualizar as demandas da comunidade, relacionando como a produção do espaço urbano capitalista cria o *ciclo vicioso da precariedade* e provoca a desigualdade social. Então será apresentada a discussão sobre o novo termo empregado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, "favelas e comunidades urbanas", e como essa alteração conceitual promove o avanço de

doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-234-4_033

medidas em prol do planejamento urbano. Por fim, esses temas serão colocados em perspectiva através de um exemplo de uma ocupação que se tornou um loteamento urbano por meio da intervenção estatal, a comunidade Nelson Mandela.

Para iniciar a reflexão sobre planejamento territorial e situar o objeto de estudo, é essencial pensar o conceito de segregação socioespacial. A segregação socioespacial é a porta de entrada para analisarmos o direito à cidade. Em síntese, a segregação socioespacial é a separação de classes sociais no território das cidades (Caldeira, 2006). Sendo um fenômeno que concentra e separa diferentes grupos sociais em espaços urbanos distintos por raça/cor, renda, escolaridade e ocupação, é consequência de processos históricos da produção do espaço, que organiza – por vezes, sem um planejamento territorial eficaz – o território das cidades.

A segregação é causa e consequência da dificuldade de vivenciar os benefícios da cidade, como educação de qualidade, oportunidade de emprego, atendimento médico-hospitalar e mobilidade urbana, pois ao mesmo tempo em que pessoas segregadas têm restrição de acessar infraestrutura e serviços, o acesso reduzido a oportunidades que promovam a mobilidade social segrega populações em áreas precárias da cidade. As populações mais prejudicadas pela segregação socioespacial – as classes mais empobrecidas – acabam por não consumir recursos urbanos da mesma maneira que grupos sociais mais ricos.

Por isso, Lefebvre (2001) argumenta que todos os habitantes da cidade devem ter acesso e controle sobre os espaços urbanos, sem excluir indivíduos em razão de sua classe social. A partir disso, deve-se considerar que a cidade não se constitui apenas como uma estrutura física, ela contém elementos imateriais intrínsecos que devem ser experimentados de modo coletivo, ou seja, todos os indivíduos têm o direito de participar da produção, transformação e uso dos espaços urbanos. Logo, os cidadãos são produtores, agentes e consumidores da transformação social a fim de criarem uma cidade mais justa, ou seja, as pessoas devem ter o direito de decidir sobre as estratégias de organização e vivência do ambiente urbano. Dessa forma, expandindo cada vez mais o acesso aos benefícios da cidade, sem que haja distinção de acesso de acordo com as classes sociais.

O planejamento territorial adquire protagonismo nesse emaranhado de discussões. À medida em que as disputas por localização na cidade tornam-se mais intensas, o mercado imobiliário especula mais e o acesso à terra fica mais excludente. Logo, o planejamento urbano torna-se ainda mais necessário.

O ponto principal para a reflexão deste capítulo é que as vozes das comunidades urbanas mais marginalizadas precisam ser ouvidas para tornar os espaços mais inclusivos e acessíveis. Isso só é possível ocorrer com um planejamento urbano que não priorize apenas a acumulação do capital, mas sim tenha um olhar humano em direção à emancipação social. Posto isso, tem-se o exemplo das favelas e das comunidades urbanas que estão no extremo mais pobre das camadas sociais e que mais sofrem com a segregação socioespacial e a consequente limitação do direito à cidade.

Direito à cidade no planejamento urbano

> Vivemos em uma época em que ideais de direitos humanos se deslocaram do centro da cena tanto política como eticamente. Uma considerável energia é gasta na promoção do seu significado para a construção de um mundo melhor. Mas, para a maioria, os conceitos em circulação não desafiam a hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal. Apesar de tudo, vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito (HARVEY, 2008, p. 73).

Pensar o direito à cidade em uma sociedade capitalista mais preocupada com os benefícios das grandes corporações, em detrimento das necessidades mais básicas da população, tem se tornado um desafio cada vez mais custoso. A qualidade de vida urbana torna-se um produto, o qual quem pode pagar mais caro, consome mais qualidade, ou seja, quem possui rendas maiores pode adquirir os bens materiais e imateriais mais caros da cidade – inclusive, a habitação. Outro ponto é que a administração dos elementos que envolvem o direito à cidade tende a ser menos democrática nas grandes cidades pois os detentores da

propriedade privada remodelam o espaço urbano de acordo com os interesses do capital, excluindo da equação qualquer possibilidade de as camadas populares conseguirem acessar os privilégios da cidade.

Maricato (1997) argumenta que o urbanismo brasileiro assume uma postura ainda arcaica, pois as obras de infraestrutura urbana são definidas pelas grandes empresas de construção, que priorizam os lucros imobiliários, fomentando o espaço segregado. Dessa forma, o planejamento urbano entra em crise e dificulta o avanço em prol da constituição de uma cidade mais justa.

Como um dos propulsores do direito à cidade – principalmente, do direito à habitação – o planejamento urbano apresenta-se como mais deficitário para as populações que habitam em favelas e comunidades urbanas. Paralelamente à falta de tutela do Estado quanto à habitação popular, os indivíduos e grupos organizam-se e realizam a autoconstrução que, na maioria dos casos, não é regularizada, ocorrendo às margens do mercado formal de terras. Assim, essas moradias surgem a partir da precarização de um serviço público que não enxerga a demanda de moradia, pois não houve um planejamento urbano prévio que viabilizasse a moradia formal e não precária.

Nesse sentido, serão examinadas as questões envolvidas na mudança de nomenclatura das habitações em um contexto de precariedade urbana para o IBGE, e como isso faz sentido para pensar em um planejamento territorial menos segregado, na promoção de mais equidade social, no desenvolvimento sustentável e em melhorias na qualidade de vida.

De “aglomerado subnormal” a “favelas e comunidades urbanas”

O termo “aglomerado subnormal” vem sendo carregado de limitações e controvérsias desde a sua criação pelo IBGE, que propôs esse nome para designar cortiços, favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais degradados. A primeira palavra do termo, “aglomerado”, indica algo que está dividindo um mesmo território. São elementos que estão juntos, mas que também estão amontoados, transmitindo, de certa forma, uma

ideia de desordem. Já o termo "subnormal" designa algo que está abaixo das expectativas de algo que é considerado como normal, indicando que há um padrão a ser seguido, o qual tal conjunto de unidades habitacionais está aquém desse padrão. Portanto, utilizar o termo "aglomerado subnormal" parte do princípio de que existe uma ideia de normalidade e aceitar isso já gera um estigma, não só sobre as habitações como também de sua população residente.

A ideia de normalidade que está vinculada aos demais setores também é equivocada, pois existem estudos que mostram que os setores censitários comuns podem apresentar características que estariam ligadas à ideia de subnormalidade, ou seja, características de pobreza e precariedade urbana. Além disso, a subnormalidade tem o pressuposto da anomalia social. Esse adjetivo também sugere que as demais áreas das cidades são atendidas satisfatoriamente por serviços públicos essenciais, o que não é verdadeiro (Catalá e Carmo, 2021).

Uma das questões levantadas no processo de realização da alteração do termo foi a importância de que o conceito se refira a territórios com direitos não atendidos, em vez de territórios em desacordo com a legislação, que era a marca carregada pela ideia de subnormalidade. Focar na questão da ocupação ilegal marginaliza sua população; no processo de tentar amenizar os prejuízos e estigmas, a substituição do termo não é só muito relevante, como também necessária.

Parte do estigma das favelas é decorrente do imaginário unificado que se tem sobre esse tipo de habitação – subentendendo-se que são todas iguais – mas o que encontramos na realidade está mais próximo de indicar que são conjuntos de habitações heterogêneas. Para refletirmos mais sobre a discussão, podemos levantar algumas questões que nos ajudam a centralizar as temáticas relacionadas ao que foi apresentado. Primeiro: Todos os aglomerados subnormais são favelas e apresentam características iguais? Há aglomerados subnormais que não possuem características de favela? Os aglomerados subnormais mostram o perfil sociodemográfico esperado de pobreza, em pelo menos algumas características? Dito de outra forma, a segregação socioespacial produz um local de moradia com con-

dições precárias que é ocupado apenas por uma população com características sociodemográficas relacionados à condição de pobreza? Nesse capítulo, não se tem a intenção de responder a essas perguntas, mas apenas promover a reflexão do leitor e intrigá-lo a pensar nessa realidade da cidade que é vivida por grande parte da população, ajudando-nos a refletir sobre como o planejamento urbano pode entrar para solucionar esses problemas sociais.

Apesar dessas questões serem pertinentes, considerava-se que as favelas não só eram um dos tipos de aglomerados subnormais, mas também a categoria predominante de aglomerados subnormais no Brasil. Esses dois conceitos foram considerados como correspondentes por boa parte das análises feitas nos últimos anos. Contudo, os aspectos que perpassam a mente da população e que configuram uma definição de favela para parte das análises de certa forma contribuíram para a perpetuação de estigmas. Inclusive a utilização dessa nomenclatura para algumas localidades não corresponde ao que se capta na observação do pesquisador e na vivência dos moradores. Por isso, reivindicando a visão da multiplicidade de características das favelas e, mais especificamente do que era anteriormente a categoria operacional de aglomerados subnormais pode-se avançar na conquista do direito à cidade.

Na verdade, não podemos colocar as favelas em um todo homogêneo, considerando que suas áreas, suas moradias e seus residentes compartilham características que nem sempre se qualificam com o *status* de irregularidade. No caso dos aglomerados subnormais de Campinas em 2010 – até 2023 –, há claras diferenças entre eles no que se refere ao acesso a serviços públicos e a infraestrutura urbana (Bacelar, 2020).

Além disso, a utilização do termo favela deve estar em concordância com os aspectos socioespaciais e demográficos que caracterizam esses espaços. Muitas áreas de aglomerados subnormais não eram colocadas como favelas para os agentes da prefeitura. Inclusive, a nomenclatura mais comumente utilizada para denominar esses espaços era “núcleos residenciais”.

Outro ponto importante refere-se ao fato de que as nomenclaturas de favela e comunidade urbana fazem parte de uma

luta de resistência por moradia digna. Então, grande parte das localidades que fazem uso desses termos está posicionada politicamente e trata de reafirmar sua identidade com orgulho. Esse é o ponto-chave quando se começou a discutir a mudança do termo aglomerado subnormal para favelas e comunidades urbanas.

A transição do termo ocorre pois a classificação de "subnormalidade" anterior do IBGE não era suficiente para representar essas áreas urbanas com maior demanda de serviços básicos de infraestrutura urbana ou mesmo de adequação desses serviços. A mudança de nomenclatura constitui-se como um elemento de afirmação e que sofreu influência de um processo de luta por reconhecimento e afirmação de identidade das próprias favelas e comunidades. O que, em algum momento na narrativa do imaginário do senso comum, era entendido como algo que reforçava o preconceito e o estigma, foi ressignificado e tornou-se motivo de orgulho para as lideranças e a população desses locais. Portanto, a importância de ressaltar a mudança de nomenclatura como algo positivo está no fato de que isso promove mais visibilidade às favelas e comunidades, permitindo que seus problemas urbanos sejam vistos pelos agentes governamentais e possivelmente resolvidos.

De ocupação ao loteamento: o caso da Comunidade Nelson Mandela

A partir de estudos prévios e visitas de campo realizados na pesquisa de doutorado em andamento, cujo tema é a relação entre segregação socioespacial e mobilidade urbana dos assentamentos precários da Região Metropolitana de Campinas, foi analisada a consolidação do Loteamento Nelson Mandela. Em 2022 foi realizada uma inserção no campo em que a líder da comunidade foi entrevistada para se conhecer a história do que, até então, era uma ocupação. Já no início de 2024, foi realizada uma segunda visita na área que, atualmente, é um loteamento de habitação de interesse social. Essa segunda visita fez parte do trabalho de campo do projeto de extensão "Ser Urbano", que é

composto por alunos e pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, do qual faço parte.

Pontua-se também que no início de 2024 o IBGE realizou a renomeação do que antes eram os aglomerados subnormais e agora passaram a ser denominados "favelas e comunidades urbanas" (IBGE, 2024). Essa mudança de nomenclatura indica um avanço teórico quanto às discussões sobre os assentamentos precários no geral, o que promove um diálogo maior entre o objeto de estudo e o meio científico, além de um refinamento analítico que busca abordar os temas urbanos de maneira a compreender a realidade social. Essa alteração encaixou-se no caso do Mandela, pois o que antes era uma ocupação tornou-se um loteamento. Porém, isso não foi o suficiente para abolir as precariedades da comunidade. Ocorreu uma melhora na qualidade de vida de sua população, todavia ainda há muitos aspectos do direito à moradia digna que precisam ser alcançados, já que o Mandela ainda consiste em uma comunidade urbana que ainda apresenta aspectos de precariedade.

A formação do Nelson Mandela como comunidade teve início em 2016, com 600 famílias. Primeiramente, ele localizava-se no Jardim Capivari, em uma área privada que se encontrava sem uso há 40 anos. Depois de 10 meses, já em 2017, a ocupação Mandela I sofreu uma reintegração de posse truculenta. A ação que estava programada para ocorrer às 10h da manhã, aconteceu às 3h da madrugada. O cenário foi de terror, com incêndios às casas dos moradores, sem deixá-los retirar seus pertences, inclusive com pessoas dentro das casas em chamas. Alguns moradores ficaram feridos e foram dispersos no território da cidade, mas conseguiram ser abrigados em duas ocupações, a Joana D'Arc e a Vila Soma.

Posteriormente, devido à consistente e intensa mobilização popular, formou-se o Mandela II, no bairro Nossa Senhora Aparecida, com 200 famílias que voltaram a buscar moradia com o movimento organizado. Enquanto ainda se configurava como ocupação, o Mandela II conquistou através da luta popular o direito de comprar uma moradia entregue pelo governo municipal. A população recebeu uma proposta de loteamento popular

e a garantia de permanência no espaço na ocupação até a sua entrega, que ocorreu em 2023.

Foto 1 - Sede da Ocupação Nelson Mandela, Campinas, 2022



Fonte: BACELAR, julho de 2022.

Fotos 2 e 3 - Ocupação Nelson Mandela, Campinas, 2022





Fonte: BACELAR, julho de 2022.

Atualmente, sua população está assentada no Loteamento Nelson Mandela com cerca de 150 famílias, em um terreno público próximo ao local do Mandela II, construído pela prefeitura de Campinas em parceria com a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB). A comunidade adquiriu lotes de cerca de 90 m² por meio de um financiamento com valor social de R$ 21.000,00, com o valor podendo ser parcelado em até 70 vezes. Suas residências foram nomeadas como "embrião" e consistem em uma unidade sanitária com 15 m² em alvenaria, equipada com instalações básicas (banheiro e pia de cozinha). Denomina-se "embrião", pois é um primeiro modelo de habitação, que futuramente receberá ampliações.

Fotos 4 e 5 - Loteamento Nelson Mandela, Campinas, 2024



Fonte: BACELAR, março de 2024.

Após receberem a moradia, os residentes do Mandela solicitaram o conserto de irregularidades nas habitações, como nas instalações elétricas, nas portas e na encanação. Além disso, muitas casas apresentam problemas estruturais devido à baixa qualidade dos materiais escolhidos na construção. Atualmente, o loteamento está em um momento de negociação com a prefeitura sobre as plantas das ampliações de suas casas. Há famílias que apresentam não somente uma necessidade de ampliação, mas também de adaptação dos cômodos para pessoas obesas e cadeirantes. Contudo, a ampliação não estava prevista pela prefeitura no momento da construção do loteamento, o que gera muitos entraves nos projetos em andamento.

A convivência com todas as precariedades em infraestrutura urbana é decorrente da segregação socioespacial que reserva à população mais empobrecida as áreas mais precárias da cidade. Assim, fundamenta-se o *ciclo vicioso da precariedade*, em que uma de suas facetas consiste na questão de que as condições salariais da população de baixa renda impedem o acesso a habitações mais dignas, tornando moradias em áreas de favela a solução habitacional mais compatível para a população de camadas mais populares. Entretanto, essa alternativa não soluciona o problema habitacional; na verdade, ela o encobre, já que residir nesse tipo de habitação perpetua a precariedade urbana e a pobreza.

A título de síntese, o perfil sociodemográfico geral do loteamento é de que a maioria de sua população[1]:

1) Recebe entre 1 e 2 salários-mínimos (29,7%);
2) Está desempregada (53,6%);
3) Possui fundamental incompleto (33%);
4) Reside em domicílios com 4 moradores (27%).

Um domicílio cuja renda familiar gira em torno de 1 a 2 salários-mínimos, só consegue alugar ou comprar uma moradia que corresponda a seu nível de renda, que comumente será uma habitação feita com baixos recursos, materiais frágeis ou

[1] Dados coletados pelos pesquisadores e alunos do projeto de extensão Ser Urbano.

improvisados, com obra inacabada ou em áreas de risco. Portanto, como parte do *ciclo vicioso da precariedade*, a baixa renda é um dos principais fatores que não permitem a realização de grandes melhorias na habitação ou a realização de uma mudança para uma residência com condições habitacionais mais favoráveis e, uma vez convivendo em uma situação de precariedade urbana, acumula-se uma série de outras precariedades (ambiental, urbana, educacional, sanitária).

De semelhante modo ocorre no Loteamento Nelson Mandela, pois apesar de não configurar mais uma ocupação, ainda há uma gama de precariedades urbanas no assentamento, o que dificulta sua população de sair da condição de pobreza. Apesar de terem conquistado um local de moradia significativamente melhor do que as casas construídas de tábuas de madeira e lona da ocupação, as casas atuais precisam melhorar muito seus aspectos construtivos para serem consideradas como uma moradia realmente digna. Por isso, lançar mão do exemplo do Mandela nos permite debater que o planejamento urbano que, nesse caso, já fez diferença na vida de sua população, mas ainda há muito o que se fazer para que ela viva em um local com infraestrutura de boa qualidade.

Portanto, a liderança do Mandela, com apoio das brigadas populares, está em constante debate com os agentes municipais a fim de conquistar melhores condições de moradia para a sua população. Nesse sentido, o Mandela colabora como parte de um projeto de planejamento de cidade mais acessível e digna que, unindo a população, a militância e os agentes municipais, promove o diálogo e a conquista de direitos.

Considerações finais

O cerne deste capítulo foi apresentar a questão da moradia como um elemento central para o planejamento de uma cidade mais justa em que a população e o governo dialogam a favor do direito à moradia. A gestão democrática da política urbana como forma de monitoramento é essencial para alcançar esse objetivo, pois:

> Uma vez que a Constituição e o Estatuto da Cidade regulamentaram a "gestão democrática da cidade" como uma das diretrizes a serem seguidas pela União, estados e municípios na condução da política urbana, processos de planejamento construídos entre quatro paredes e sem o envolvimento da população puderam ser considerados ilegais (CYMBALISTA, 2006, p. 36)

O que comumente ocorre é a expulsão dos mais pobres para as periferias precárias das cidades, nas quais falta infraestrutura urbana e acesso a serviços públicos de qualidade, seja pelo mercado imobiliário elitista ou pelo realocamento de comunidades que se localizam nas áreas centrais para empreendimentos de interesse social nas franjas da cidade.

Para tanto, é urgente pensar em uma cidade que possibilite melhorar a localização da população mais empobrecida e suas condições de vida. A população precisa ser ouvida para participar ativamente da tomada de decisões da comunidade urbana em que está inserida. Por isso que um planejamento que vise a redução de precariedade em habitação é vislumbrado e preconizado.

Referências

BACELAR, S. Cidade à parte? Um estudo sobre a segregação socioespacial nos aglomerados subnormais do município de Campinas. **Dissertação (mestrado)** – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. São Paulo: Edusp, 2006.

CATALÁ, Larissa Souza, CARMO, Roberto Luiz do. O conceito de aglomerado subnormal do IBGE e a precariedade dos serviços básicos de infraestrutura urbana. **R. bras. Est. Pop**., v.38, 2021.

CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, 2006, p 29-45.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2015.

HARVEY, David. O direito à cidade. **New Left Review**, n. 53, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direto à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XI, nº 1 e 2, 1997, p. 113-130.

NEVES, Karina Braz, et al. Uma análise do planejamento urbano nas favelas do Rio de Janeiro. **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**, São Luís, 2016.

Sobre os Autores

Adriana Gomes do Nascimento

Professora associada, bolsista produtividade CNPq 310367/2025-5 é doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR, UFRJ), integra o Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) e o Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas (DAUAP). Lidera o A.T.A.-UFSJ (CNPq, 2010) e integra outros grupos de pesquisa.

Adriana Goñi Mazzitelli

Antropóloga Cultural, Magíster en Humanidades Ambientales y Estudios Territoriales, Dra. en Urbanismo por la Università degli Studi Roma Tre. Postdoctorat Ville et Environnement Université Nanterre Paris X. Investigadora de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación. Se desempeña como Profesora Agregada del Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Udelar, Uruguay. Coordina el Laboratorio de Urbanismo Participativo y Afectivo y forma parte del Departamento de Territorio, Ambiente y Paisaje, Cure. Realiza investigación - acción en procesos de planificación y gestión territorial multiactorial, tanto en la construcción de políticas públicas, como en el fortalecimiento de comunidades locales. Sus áreas de estudio son la democracia deliberativa, las metodologías de co- diseño y los bienes comunes. Coordina la Revista Latinoamericana Tekoporá, Humanidades Ambientales y Estudios Territoriales, https://revistatekopora.cure.edu.uy Forma parte de Comités internacionales de Investigación y docencia en Masters y Doctorados en América Latina y Europa.

Ana Cecília de Arruda Campos

Ana Cecília Mattei de Arruda Campos é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1998), concluiu especialização (2005), realizou doutorado

direto em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2008) e lá desenvolve o pós-doutorado, atualmente. É docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e docente colaboradora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Na PUC-Campinas coordena o Curso de Especialização em Habitação de Interesse Social e ATHIS, desde 2020. Integra, como pesquisadora, o LAB-QUAPÁ da FAUUSP desde 2007, assumindo a coordenação do laboratório em 2021. Integra a coordenação da Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL, assumindo a coordenação em novembro de 2024.

André Pasti

Professor de Planejamento Territorial e Ciências Humanas na UFABC, integra o programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da instituição. Doutor em Geografia Humana pela USP, geógrafo e mestre em Geografia pela Unicamp. Lidera o TERRITORIAL – Grupo de Pesquisa Território Praticado, Conjuntura e Tecnopolítica na América Latina e é pesquisador associado do CEFAVELA – Centro de Estudos da Favela. Participa da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits) e da Rede Latino-Americana de Participação Popular em Políticas Públicas. Integra o Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Anita Loureiro de Oliveira

Geógrafa e Mestra em Geografia (UFF), Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ-IPPUR). Professora Associada do Departamento de Geografia (DEGEO) - Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Campus Nova Iguaçu. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-UFRRJ). Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão em Geografia, Cultura, Existência e Cotidiano - COLETIVA Vandana Shiva. Coordenadora e proponente do Laboratório do Cuidado (UFRRJ-IM). Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) - Geografia, Cultura e Cidadania: diálogo de saberes no ensino de Geografia (UFRRJ-IM).

Antônio Norberto Martins

Antônio Norberto Martins é graduado em História pela Universidade de São Paulo, mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (1997), doutor em Educação pela mesma instituição (2004), com bolsa sanduíche pela CAPES no ano de 2001, na Universidade de Paris. É diretor da EMEI Chácara Sonho Azul, Jardim Ângela, de 2006 até o presente. É membro do Fórum Fundão das Águas, que se reúne na região conhecida como "Fundão do Jardim Ângela", coletivo de ativistas socioambientais, que congrega lideranças populares, representantes institucionais, representantes de escolas locais, da academia e da comunidade, com o intuito de lutar pela qualidade ambiental e social da área de proteção dos mananciais da Represa Guarapiranga. Este coletivo se constitui como um braço colaborativo ao Fórum em Defesa da Vida da Sociedade Santos Mártires.

Bruno Amadei Machado

Arquiteto e urbanista (EAU/UFF), mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ - 2019) e especialista em Sociologia Urbana (UERJ). É doutorando em Urbanismo no PROURB-FAU/UFRJ e professor no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (DAU/PUC-Rio). Realizou estágio de pesquisa na École de Design da Université du Québec à Montréal (UQÀM) através do programa Emerging Leaders of the Americas Program (ELAP). Foi professor substituto no Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente da FAU-UFRJ de 2021 a 2023. Atua como arquiteto paisagista no escritório Embyá, com experiência profissional em arquitetura da paisagem, urbanismo e planejamento urbano.

Carmen Beatriz Silveira

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Mestre em Geografia pela UFRJ. Graduada em Arquitetura pela UFRGS. Tem experiência nas áreas de Urbanismo, Planejamento Urbano e Políticas Públicas, atuando principalmente

nos seguintes temas: áreas centrais e periféricas, política urbana e cultural, projeto urbano e social, memória da cidade, promoção da saúde e qualidade de vida. Como pesquisadora visitante da Fiocruz, coordenou projetos na área do habitat saudável, educação socioespacial e promoção da saúde. Recebeu o Prêmio ABEU 2015 pela organização conjunta do livro "Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema", da Editora Fiocruz. Atualmente desenvolve Assessoria Técnica Educativa ao Grupo Habitacional Esperança, mediante organização de oficinas e apoio institucional; participa das atividades do Coletivo "Clubinho da Mata", destinadas ao desenvolvimento de reflexões socioterritoriais e ambientais para contribuir nas ações voltadas à qualidade de vida e à saúde; e é responsável pela Coordenação e Mediação dos "Seminários Fiocruz Mata Atlântica", desde 2023.

Cilene Gomes

Docente-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. Coordenadora do Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional (NEEUR) e do Observatório Regional do Vale do Paraíba. na Universidade de São Paulo Mestrado e Doutorado em Geografia Humana e Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Estágio de Desenvolvimento Científico Regional (DCR) no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Estágios de Pós-Doutorado no Instituto de Pesquisa e Planejamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011) e no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2014).

Cimar Aparicio

Economista (USP) e doutor em Demografia (UNICAMP). Pesquisador na Fundação Seade (São Paulo, Brasil) desde 2004 com experiência em estatísticas públicas, economia regional, econometria de séries temporais, demografia social e geoprocessamento. Realizou estágios de pós-doutorado em Geografia da População na UFES (2021–2024) e Arquitetura e

Urbanismo na PUC-Campinas (2019–2021), além de ter sido pesquisador colaborador no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (UNICAMP) entre 2018 e 2020. Foi coordenador do Centro de Estudos e Análises da Associação Nacional de Hospitais Privados, consultor da ONG Family Talks e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atua como consultor do Fundo de População das Nações Unidas no Projeto de Modernização da Produção Estatística e Geocientífica do IBGE.

Edilaine Cunha

Artista e doutoranda em Poéticas Visuais pelo Programa de Pós-graduação em Artes Visuais na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Participou de exposições Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, Museu de Arte Moderna de São Paulo, Paço das Artes, galerias comerciais e outras instituições. Atua na área de artes visuais de forma multidisciplinar, com enfoque especial em desenho e tridimensional.

Elis de Araújo Miranda

Geógrafa. Doutora em Planejamento Urbano e Regional. É docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP) da Universidade Federal Fluminense. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Planejamento, Cultura e Representações Espaciais desde 2010. Atua no Projeto de Extensão Fotografia Artesanal, Precária e de Gambiarra. Entre 2020 e 2024, atuou como colaboradora na Assessoria de Cultura da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) como curadora do Cine Darcy e gestora dos acervos da Casa de Cultura Villa Maria. Atualmente é conselheira do Instituto Letras Que Flutuam em Belém (PA) e membro da Rede Latinoamericana de Participação Popular em Políticas Públicas.

Fábio Tozi

Professor Adjunto no Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFMG. Bolsista Produtividade CNPq (PQ/C, 2025-2028). Bacharel e Licenciado em Geografia (UNICAMP), Mestre em Geografia (Unicamp, 2005) e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP, em 2013). Estágio Doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris (PDEE/CAPES, 2011-2012). Pós-Doutorado em andamento junto ao Departamento de Geografia (FFLCH/USP, 2025-2026) e, anteriormente, pela Universidade Estadual de Campinas (PDJ/CNPq, 2014-2016). Professor visitante na Universidad Nacional de Rosario (UNR - Argentina, Programa AUGM 2019). Coordenador do Laboratório Terra Mundo, do Observatório das Plataformas Digitais (OPD) e do Grupo de Pesquisas [continente].

Gilberto Vieira

Gilberto Vieira é doutor em Gestão Urbana pela PUCPR, onde integra o grupo de pesquisa Jararaca – Laboratório de Tecnopolíticas Urbanas. Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF, desenvolve pesquisas sobre a centralidade das periferias urbanas na era da colonialidade dos dados, com ênfase em ativismo digital, justiça de dados e urbanismos do Sul. Foi pesquisador visitante no Weizenbaum Institut na Alemanha e no Harman Writer-in-Residence Program da City University of New York, além de fellow do programa Emerging Media Leaders do International Center for Journalists. É cofundador do data_labe, organização de mídia e pesquisa sobre favelas e periferias.

Javier Enrique Medina Vásquez

Javier Enrique Medina Vásquez fue nombrado Secretario Ejecutivo Adjunto de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) por el Secretario Ejecutivo de la Comisión, José Manuel Salazar-Xirinachs, y asumió sus funciones el 15 de noviembre de 2023. El Secretario Ejecutivo Adjunto es colombiano. Se desempeñó como Profesor titular en

la Universidad del Valle (Colombia) entre 1993 y 2023, y fue Vicerrector de Investigaciones y Director de la Oficina de Planeación de dicha Universidad. Ha producido una vasta obra sobre prospectiva y planificación para el desarrollo, razón por la cual fue reconocido como miembro correspondiente de la Academia Colombiana de Ciencias Económicas en 2021. Completó su Doctorado en Ciencias Sociales en la Pontificia Universidad Gregoriana de Roma (1997-2001), con especialización en Previsión Humana y Social, bajo la dirección de Eleonora Barbieri Masini, destacada pionera de los estudios del futuro. Además, posee una Maestría en Administración y un título de pregrado en Psicología de la Universidad del Valle. Medina Vásquez fue Jefe del Programa Nacional de Prospectiva Tecnológica e Industrial de Colciencias, actualmente Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación de Colombia (2003-2007), y Coordinador de la Red Abierta de Prospectiva e Innovación para América Latina y el Caribe del Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (CYTED) (2017-2022). Ha participado en actividades internacionales del Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES) de la CEPAL y otras entidades. Su experiencia es muestra de su capacidad de gestión en cargos de alta responsabilidad y marcada articulación nacional e internacional, interinstitucional e interministerial, planificación y ejecución de proyectos complejos, así como de su capacidad de trabajo en equipos inter-, multi- y transdisciplinarios, lo que constituye un aporte a la construcción de una cultura prospectiva y estratégica en la CEPAL.

Ladislau Dowbor

Ladislau Dowbor é economista, professor da PUC de São Paulo, e consultor de várias agências da ONU. Graduado em economia política pela Universidade de Lausanne (Suíça) e doutor em economia social pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia. Foi professor da Universidade de Coimbra, e trabalhou na organização de sistemas de planejamento econômico e social na África (sete anos) e em numerosos outros países, no quadro de diversas agências

das Nações Unidas. Seus numerosos trabalhos estão disponíveis online (*Creative Commons*), no site https://dowbor.org Sugerimos buscar neste site "desenvolvimento local" para ter acesso a uma série de textos sobre o tema, em particular *Desenvolvimento Local: empoderar a comunidade*.

Manoel Lemes da Silva Neto

Arquiteto e urbanista, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e especialista em Gestão do Desenvolvimento Regional pelo Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES). Professor titular da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, coordenador do grupo de pesquisa Laboratório de Desenho de Estratégias Urbano-Regionais (LADEUR).

Marcos Thimoteo Domingues

Doutor em Estudos Urbanos (2018), possui graduação em Ciências Sociais (2007) e mestrado em Saúde Pública (2011). Analista de Gestão em Saúde da Fiocruz, tem experiência nas áreas de pesquisa e planejamento territorial. Como pesquisador, desenvolve trabalhos sobre os seguintes temas: produção social do espaço urbano; memória e processos históricos de ocupação e uso do solo em regiões metropolitanas; e impactos de políticas de infraestrutura e saneamento sobre a saúde e o ambiente de territórios populares. Atualmente, é pesquisador associado do Centro de Estudos da Favela da Universidade Federal do ABC (Cefavela).

María del Carmen Ledo García

María del Carmen Ledo García es docente e investigadora de la Universidad Mayor de San Simón desde 1982. Catedrática titular desde 1991 de la Facultad de Ciencias Sociales (FACSO) y en la Facultad de Ciencias Económicas (FCE). Directora del Centro de Planificación y Gestión (CEPLAG-UMSS) Economista – UMSS, Máster en Estudios Sociales de la Pobla-

ción-Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE) y PhD en la Universidad Tecnológica de Delft, Departamento de Planificación Urbana, Facultad de Arquitectura, Delft, Holanda, 2002. Coordinadora boliviana del primer doctorado en Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Mayor de San Simón (PhD Program in the Social Sciences and humanities at the San Simon University) programa de cooperación ASDI – UMSS, con la universidad de Gotemburgo, Suecia (2022-2025). Miembro del comité de evaluación internacional de proyectos de investigación de la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP) desde el 2016. Ha publicado libros y artículos sobre las temáticas del desarrollo, acceso al agua para consumo humano, saneamiento básico, mortalidad infantil, migración interna, internacional y transnacional, pobreza, desigualdad social, vulnerabilidad, movilidad urbana y transporte, contaminación ambiental entre otros. Ha trabajado en diversos programas de cooperación internacional y ha recibido varias distinciones. Miembro del Grupo de Trabajo Migración sur-sur del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, Argentina, 2016-2024. Miembro de la Unión Internacional para el Estudio Científico de la Población (IUSSP) y de la Asociación Latinoamericana de Población (ALAP). Miembro de la Red Andino Amazónicos en Estudios de Población.

Marina Regitz Montenegro

Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo, Mestre em Geografia, planejamento e urbanismo pela Université de la Sorbonne Nouvelle e Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Suas produções versam principalmente sobre temáticas relacionadas à economia urbana, pobreza, planejamento e financeirização.

Pablo Ligrone Fernández

Arquitecto, Universidad de la República (UDELAR-Uruguay). Magíster y Doctor en Géographie – Aménagement – Urbanisme (Spécialité Aménagement du Territoire), Université Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, Francia. Diplomado en Alta Dirección Pública, Escuela Nacional de Administración Pública (ENAP), Uruguay. Cuarenta y cinco años de docencia en la Facultad de Arquitectura de UDELAR, Profesor Titular de Teoría del Urbanismo, Proyecto Urbano y Planificación, Ciudad, Sociedad y Políticas Urbanas. Director Académico de la Maestría en Ordenamiento Territorial y Desarrollo Urbano, ingreso por concurso de oposición y méritos; veinte años de profesor de taller de urbanismo (YIM; de Betolaza). Director de tesis de posgrado y evaluador. Director del Instituto de Estudios Territoriales y Urbanos e integrante de su Comisión Directiva. Profesor invitado en maestrías y doctorados e integrante de equipos de investigación de las universidades de Toulouse, Paris 3, Nantes, Escuela de Arquitectura de Nancy, Institut d'Urbanisme de Paris, Institut National Supérieur Champollion Ville d'Albi, Córdoba (España), Politécnica de Catalunya, Zaragoza, Nacional del Litoral (Santa Fe), Nacional de San Juan, Nacional de Asunción, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidad Federal de Integración Latinoamericana Foz do Iguaçu, Pontificia Universidad Católica de Campinas, Università degli Studi Roma Tre, Centro Latinoamericano de Economía Humana, UCUDAL. Creador y Presidente de la Fundación Polo Mercosur en Montevideo con las Universidades de Paris 3, Paris 8, Toulouse Le Mirail. Relator, evaluador, conferencista y ponente en eventos internacionales en Europa y América Latina. Autor de ochenta publicaciones y ciento sesenta trabajos técnicos, incluyendo una treintena de instrumentos de planificación urbana y de desarrollo territorial en múltiples escalas: nacional, metropolitana, departamental, local, barrial y de detalle. Integrante del equipo de redacción de la Ley de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible uruguaya. Tres décadas de asesoramiento ministerial, a gobiernos departamentales y Parlamento Nacional.

Paola Jimena Ledo Espinoza

Paola Jimena Ledo Espinoza es Licenciada en Economía con mención en Economía del Desarrollo por la Universidad Mayor de San Simón, Bolivia (2011), y Doctora en Planificación del Paisaje por la Swedish University of Agricultural Sciences, Suecia (2021), con beca sándwich de la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo (ASDI). Actualmente es docente investigadora del Centro de Estudios Superiores Universitarios (CESU) de la Universidad Mayor de San Simón. Entre 2022 y 2025 fue docente investigadora del Centro de Planificación y Gestión (CEPLAG) de la misma universidad. Docente del Curso de Capacitación en Supervisión Doctoral del Programa de Cooperación a la Investigación Científica ASDI–UMSS (2021-2025) de la Universidad Mayor de San Simón. Miembro de la red Contested Territories, red internacional e intersectorial de organizaciones de Europa y América Latina unidas en un programa conjunto de investigación orientado a la generación de conocimiento conceptual y empírico sobre las desigualdades territoriales.

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Geógrafo, formado pelo IG-UFBa, Mestre pela FAU-UnB, Doutor em Informações Espaciais pela POLIUSP e Pós-Doutoramento junto ao AfricaMuseum em Tervuren – Bélgica (2007-2008). Foi o primeiro Professor Titular afro-brasileiro da UnB (2015). Esteve como Diretor do Centro de Cartografia da UnB (CIGA) no período de 2000 – 2022. Em 2015 recebeu a honraria Chevalier de l'Ordre de la Couronne de sua Majestade, o Rei Philippe da Bélgica, pelas suas pesquisas da Diáspora África-Brasil. Atualmente é Professor Visitante Titular junto ao PÓS-AFRO/UFBA (2022-2024). É Pesquisador de Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) do CNPQ – MCTI, Pesquisador Colaborador do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA e Autor-Gestor do Projeto Geografia Afrobrasileira: Cartografia, Educação & Ordenamento do Território (Projeto GEOAFRO – Site: https://www.portalprojetogeoafro.com/).

Renato Balbin

Renato Balbim é doutor em Geografia Humana pela USP (2003), pós-doutor (University of California Irvine, 2016), especialista em Políticas Públicas Urbanas (Ecole Nationale d'Administration, Paris, 2013), foi pesquisador do Institut Français d'Urbanisme – Paris (2001), especializou-se em reestruturação urbana (Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, 1998), foi professor e pesquisador visitante da UCI (2015-2020) e professor da Unesp Araraquara (2003). Entre 2003 e 2009 foi coordenador de reabilitação urbana e diretor de planejamento urbano no Ministério das Cidades. Desde 2009 é técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, onde exerceu o cargo de coordenador de estudos da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais – Dirur (2011 a 2013) e coordenou diversas equipes multidisciplinares, tendo sido relator do Relatório Brasileiro para a Habitat III (2016). Atualmente desenvolve pesquisas acerca da informalidade, diplomacia das cidades, programas de assistência técnica para habitação de interesse social, saúde do habitat e vulnerabilidade social e ambiental.

Ricardo Gorosito Zuluaga

Doctor en Derecho y Ciencias Sociales Universidad de la República (UDELAR-Uruguay). Ex Profesor Titular de Derecho Ambiental y de Ciencia Política en Universidad Católica Uruguay Dámaso Antonio Larrañaga (UCUDAL). Ex Profesor Adscripto en Ciencia Política (UDELAR). Presidente del Instituto de Formación y Estudio de los Gobiernos Subnacionales de Uruguay. Corresponsal en Uruguay del Centro Internacional de Derecho Comparado Ambiental de la Universidad Limoges, Francia (CIDCE). Ex Profesor de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Urbano. (UDELAR). Miembro del Panel de Expertos en Derecho Ambiental de la Corte Permanente de Conciliación y Arbitraje de La Haya. Miembro de la Comisión de Derecho Ambiental de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (IUCN). Más de 30 años de ejerci-

cio profesional liberal, como abogado corporativo en diversas empresas y organizaciones públicas y privadas. Consultor con desempeño nacional e internacional. Asesor del Directorio de la Administración de las Obras Sanitarias del Estado, la Comisión Binacional del Puente Buenos Aires, Colonia, la Cámara del Transporte del Uruguay y de Asociación Nacional de Empresas de Transporte Carretero por Autobús ANETRA; Gerente Jurídico y Normativo y Secretario del Directorio de la Administración del Mercado Eléctrico. Asesor del Congreso de Intendentes de Uruguay. Viceministro de Transporte y Obras Públicas, Viceministro de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, Director Nacional de Ordenamiento Territorial y Autor de numerosas publicaciones técnicas y científicas. Rapporteur General de la Cumbre Hábitat II (ONU). Áreas de especialidad en Derecho: Ambiental. Desarrollo Sostenible. Urbanístico. Ordenamiento Territorial y Patrimonial. Energía. Transporte e Infraestructura. Portuario.

Suyanne Galvão Bacelar

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com ênfase em Sociologia e Ciência Política. Mestra em Demografia pela UNICAMP. Suas pesquisas estão voltadas a estudos urbanos de favelas e comunidades urbanas, migração e segregação socioespacial.

Tamara Tania Cohen Egler

Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É coordenadora do INCT Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento Urbano do CNPq e do Laboratório Espaço no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ. Pesquisadora do CNPq 1980-2024 e Cientista do Nosso Estado, 2011-2020 e 2021 até a presente data. Sua experiência e sua pesquisa estão focadas nos efeitos da inovação tecnológica sobre os processos espaciais. Os recursos adquiridos com órgãos de financiamento da pesquisa torna-

ram possível a coordenação de redes de pesquisa. Destaca-se o projeto: *Redes sociotécnicas no governo da cidade*, financiada pelo edital Internacional Frida-Lacnic, forma uma rede latino-americana de pesquisadores. *Tecnologia na educação e na cidade,* quando foi contemplada com recursos da Capes, forma a Rede de Políticas Públicas para Educação. E o projeto *Política Pública, Inovação e Desenvolvimento Urbano,* contemplada no edital Instituto Nacional de Ciência e tecnologia do CNPq, que permitiu a formação de uma ampla rede de cinquenta pesquisadores focados no campo da inovação e território. Para reconhecer a imanência das redes sociotécnicas e tecnopolíticas onde fluem narrativas, intervêm na democracia e resultam na transformação do território. Orientadora de mestrado e de doutorado, publicou 39 artigos em revistas nacionais e internacionais, 42 capítulos de livros, e organizou 16 livros.

Vera Santana Luz

Vera Santana Luz é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie (1978), realizou doutorado direto em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2004). É professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, atuando no Grupo de Pesquisa LADEUR, bem como no Grupo de Pesquisa EU:CA, e é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Participa do Grupo de Pesquisa Espaço Urbano e Saúde do IEA/USP e é membro do Fórum Fundão das Águas, do Fórum de Pesquisadores do M'Boi Mirim e do Fórum em Defesa da Vida, da Sociedade Santos Mártires e está como membro do Conselho da Cidade e do COMDEMA de Campinas.

ISBN 978-65-5252-234-4

“Escenarios alternativos de planificación territorial para el siglo 21" es una compilación multidisciplinar de ensayos que ofrece perspectivas críticas y alternativas sobre la planificación territorial. La obra desafía los paradigmas dominantes, a menudo tecnocráticos y excluyentes, abogando por enfoques innovadores y socialmente justos para abordar las crisis socioespaciales, políticas y ambientales contemporáneas. Con un fuerte acento en el pensamiento latinoamericano, el libro busca construir una epistemología de la planificación anclada en las realidades del Sur Global, cuestionando modelos hegemónicos y promoviendo una planificación más democrática, participativa y arraigada en las necesidades de las poblaciones.

La colección de ensayos converge en varios temas cruciales que atraviesan las diversas contribuciones: crítica a la hegemonía y colonialidad persistente; el territorio usado y la centralidad de lo socialmente necesario; agencia ciudadana, resistencia y participación popular; el papel de la información, la tecnología y el espacio híbrido; la planificación como práctica política y ética; interseccionalidad de las crisis contemporáneas.

En su conjunto, "Escenarios alternativos de planificación territorial para el siglo 21" es un llamado a una profunda reconsideración de los fundamentos, métodos y fines de la planificación. La obra enfatiza la urgente necesidad de descolonizar y repolitizar esta disciplina, validando saberes subalternizados y fortaleciendo la agencia ciudadana. La centralidad del "território usado" y lo "socialmente necessário" emerge como base epistemológica y ética para una planificación más humana y justa. Ante los desafíos de la era digital y la interconexión de las crisis, el libro aboga por enfoques transdisciplinarios, participativos y territorializados. Así, contribuye a forjar horizontes donde la planificación sirva a la construcción de futuros más dignos y sostenibles, especialmente desde la perspectiva del "período popular da história" vislumbrado por Milton Santos.

Javier Enrique Medina Vásquez

LETRACAPITAL PUC CAMPINAS univap UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA